



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Ana Beatriz Ramos de Souza

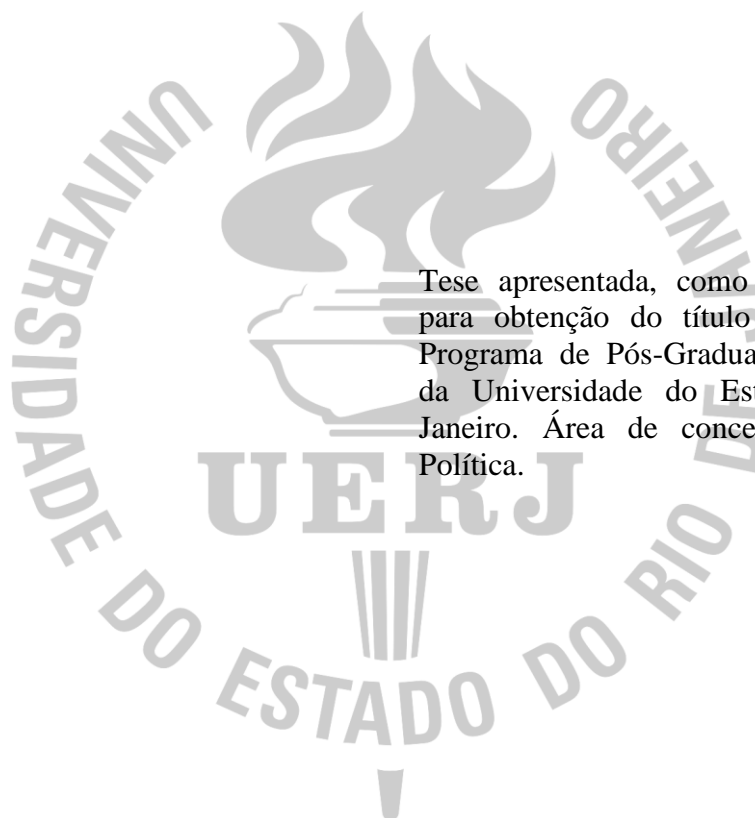
**Mártires da véspera: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice  
Aliança (1870-1945)**

Rio de Janeiro

2020

Ana Beatriz Ramos de Souza

**Mártires da véspera: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança  
(1870-1945)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S729 Souza, Ana Beatriz Ramos de.  
Mártires da véspera: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1945) / Ana Beatriz Ramos de Souza. – 2020.  
447 f.

Orientadora: Márcia de Almeida Gonçalves.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Paraguai – História – Teses. 2. Paraguai, Guerra do, 1864-1870 – Teses. 3. Brasil – História – Teses. 4. Memória coletiva – Teses. I. Gonçalves, Márcia de Almeida, 1964-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 989.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Ana Beatriz Ramos de Souza

**Mártires da véspera: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança  
(1870-1945)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 13 de maio de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia de Almeida Gonçalves (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Camila Borges da Silva  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sílvia Adriana Barbosa Correia  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Marcelo de Souza Magalhães  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

## AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa concluída. Ao todo foram vinte anos de Universidade do Estado do Rio de Janeiro, entre graduação, mestrado e agora o doutorado. Só tenho a agradecer a esta Universidade por tudo que ela me proporcionou. A UERJ resiste! E continuará resistindo por muitos anos.

Sem palavras, só admiração, para a minha orientadora a professora Márcia de Almeida Gonçalves que com sua doçura de sempre me “atura” desde aquele março de 2000 quando nas suas aulas de Introdução aos Estudos Históricos entregava uma listagem de cinco páginas com livros obrigatórios para qualquer historiador, com seguinte conselho: “Leiam, leiam muito. Nas noites de insônia, na praia, no tempo livre”. Eu segui o seu conselho e além dele aprendi que ser professor é, antes de tudo, amar o que se faz e entender que quem está ali para aprender é um ser humano. Poucas pessoas foram tão queridas na graduação quanto a Márcia, paraninfa escolhida de forma unânime. E o que falar do Octávio Tarquínio de Souza, Ilmar Rohloff de Mattos? Professora apaixonada que fez com que seus alunos se apaixonassem pela história. Historiadora maravilhosa, de textos suaves e deliciosos de ler. Espero ter sido uma aluna/orientanda à sua altura. Muito obrigada por **tudo!**

Não posso deixar de mencionar o professor Ricardo Salles. Nunca fui sua aluna, mas precisava de tempo para escrever a monografia lá pelos idos de 2003 e ele abriu uma bolsa de monitoria. Era perfeito! Fui sua monitora por pouco mais de um semestre, mas já foi o suficiente para virar fã daquela pessoa fantástica e historiador com um *felling* como poucos. Me levou pelos caminhos da Guerra da Tríplice Aliança de onde nunca mais conseguir sair. Esteve presente em todos os momentos e, por uma questão do destino, não pode estar nessa última fase. Ricardo eu jamais conseguirei medir em palavras todo o carinho e agradecimento por tudo, principalmente pelas suas broncas que me deram muita força para continuar. Obrigada por ter acreditado no meu trabalho e nunca ter desistido de mim. Esse trabalho é para você.

Meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História, na figura de seus funcionários Marco Antônio e ao Paulo, sempre prestativos e preocupados em ajudar e aos professores do programa que, de alguma forma, auxiliaram no encaminhar do trabalho. A CAPES pela bolsa de estudos que auxiliou parte dos estudos.

A todos os funcionários dos arquivos e bibliotecas pesquisados por toda solicitude em atender a doutoranda ávida por documentos. No Paraguai fui muito bem recebida pelo

professor Fábian Chamorro que além de nos facilitar o acesso aos documentos, nos guiou pelas ruas de Assunción em um verdadeiro roteiro histórico e de memória sobre a guerra. Entre todos os locais pesquisados gostaria de destacar o Arquivo Histórico do Exército onde o suboficial (e historiador de mão cheia) Álvaro Alves que sempre me auxiliou a desvendar os tesouros relativos à guerra ali depositados; ao Sargento Evandro do Comando Militar do Oeste que muito generosamente me forneceu material sobre os cemitérios da Retirada da Laguna; ainda falando sobre o Exército, um agradecimento ao **Centro de Estudo e Pesquisas de História Militar do Exército – CEPHiMEx, em especial aos quatro que acompanharam de perto o desenrolar do trabalho a sempre apoiaram no que fora possível, além de grandes companhias que renderam almoços e risadas: ao chefe do Centro, o Coronel Marcelo Vieira de Souza Filho, aos Coronéis da Reserva, Antônio Ferreira Sobrinho e Cláudio Luís de Oliveira e Tenente-Coronel da Reserva Maristela da Silva Ferreira. Muito obrigada.**

A todos os que acompanharam esses quatro anos de trabalho árduo, seja família de sangue ou não. Em especial aos amigos da Escola Municipal Áttila Nunes que aguentaram todo esse tempo minhas angústias, ouviram sobre a pesquisa, sempre com palavras de apoio e amizade. Leila Ferreira, minha diretora, muito grata pela paciência e incentivo porque sei que você sempre ficou feliz a cada passo. À amiga Amanda Silvério que mesmo com o Daniel pequeno ouvia meus lamentos e dúvidas e sempre tinha uma palavra amiga e carinhosa. Por último, mas de uma forma especial, a amiga quase irmã dessa e de outras vidas, companheira de risadas, dilemas da vida e dúvidas acadêmicas, alguém que eu quero ser quando crescer, a professora da UFJF Hevelly Ferreira Acruche, sem palavras para definir o quanto você foi importante nessa jornada. Obrigada por tudo.

## RESUMO

SOUZA, Ana Beatriz R. de. **Mártires da véspera**: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1945). 2020. 447 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A tese possui como objetivo geral analisar ações associadas à construção da memória relativa à Guerra da Tríplice Aliança, em um período compreendido entre seu final, em 1870, e o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Abordar memórias de uma guerra não se resume em heróis, cenas impressionantes de batalhas e feitos militares de toda ordem, mesmo que os mesmos integrem tais memórias, especialmente as valorizadas por governos nacionais no intuito de instituir comemorações oficiais. Guerras também significam mortes, tristezas e traumas. O conflito entre a Tríplice Aliança (Brasil, Uruguai e Argentina) contra o Paraguai, trouxe mais do que a vitória aos aliados. Fez surgir, principalmente no Brasil, demandas e questões nunca antes imaginadas que provocaram uma verdadeira reviravolta na política imperial. Pensamos igualmente como essa memória fora construída analisando as festas, os monumentos, museu, biografias, entre outros. Compreender a forma como a Guerra da Tríplice Aliança foi lembrada e igualmente esquecida, examinando seus atores, formas de comemoração, rememoração e apagamentos, fornece indícios sobre a própria construção da identidade nacional e as formas de apropriação política da memória pelos governos imperial e republicano.

Palavras-chave: Memória. Guerra da Tríplice Aliança. Segundo Reinado. Brasil República.

## ABSTRACT

SOUZA, Ana Beatriz R. de. **Martyrs of the day before**: the construction of memory about the War of the Triple Alliance (1870-1945). 2020. 447 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The general objective of the thesis is to analyze actions associated with the construction of memory related to the War of the Triple Alliance, in the period between its end, in 1870, and the end of World War II, in 1945. Addressing memories of a war is not limited to in heroes, impressive scenes of battles and military feats of all kinds, even if they integrate such memories, especially those valued by national governments in order to institute official celebrations. Wars also mean deaths, sadness and trauma. The conflict between the Triple Alliance (Brazil, Uruguay and Argentina) against Paraguay, brought more than victory to the allies. It has brought about, mainly in Brazil, demands and questions never before imagined that caused a real turnaround in imperial politics. We also thought about how this memory was built by analyzing parties, monuments, museums, biographies, among others. Understanding the way in which the Triple Alliance War was remembered and also forgotten, examining its actors, ways of commemoration, remembrance and erasure, provides clues about the very construction of national identity and the forms of political appropriation of memory by the imperial and republican governments.

Keywords: Memory. War of the Triple Alliance. Second Reign. Brazil Republic.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Impressões do Salão de 1872 .....	77
Figura 2 – Detalhe da Figura alusiva ao quadro de Pedro Américo .....	77
Figura 3 – A Batalha de Campo Grande .....	78
Figura 4 – Detalhe do quadro “A Batalha de Campo Grande” .....	78
Figura 5 – Combate naval do Riachuelo.....	82
Figura 6 – Combate naval do Riachuelo – Detalhe .....	82
Figura 7 – Estudo para Passagem do Humaitá.....	84
Figura 8 – Passagem do Humaitá .....	86
Figura 9 – Combate Naval do Riachuelo .....	96
Figura 10 – A Rendição de Uruguaiana .....	96
Figura 11 – A tomada de Curuzú .....	97
Figura 12 - O reconhecimento de Humaitá .....	98
Figura 13 – Tomada do Forte Estabelecimento .....	98
Figura 14 – A passagem de Humaitá .....	100
Figura 15 – A passagem do Curuzú .....	100
Figura 16 – O ataque da ilha do Cabrita ou da Redenção .....	101
Figura 17 – A passagem do Passo da Pátria .....	101
Figura 18- Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria.....	118
Figura 19 – Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria – Detalhes – Prédio.....	118
Figura 20 – Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria--Detalhes--As dificuldades.....	119
Figura 21 – Vista frontal do Asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus.....	120
Figura 22 – Placa na porta da Igreja do Bom Jesus da Coluna (Ilha do Bom Jesus).....	124
Figura 23 – Cripta com o provável local onde ficaram os restos mortais de Sampaio e Osório.....	126
Figura 24 – Figura de Sant’Ana.....	127
Figura 25 – Tijolos com fuligem .....	129
Figura 26 – Revista Kosmos.....	130
Figura 27 – Inscrição no canhão <i>el Cristiano</i> .....	144
Figura 28 – O canhão <i>el Cristiano</i> .....	145
Figura 29 – Exposição de armas e cartazes durante a exibição do filme <i>A alma do</i>	

<i>Brasil</i> .....	153
Figura 30 – Bandeiras paraguaias depositadas na Igreja da Santa Cruz dos Militares (Centro – Rio de Janeiro).....	163
Figura 31 – Bandeiras paraguaias depositadas na Igreja da Santa Cruz dos Militares (Centro – Rio de Janeiro).....	164
Figura 32 – Placa de inauguração da Escola Tenente Antônio João.....	167
Figura 33 – Litografia do major João Carlos Abadie.....	239
Figura 34 – Anúncio de solicitação de imagens.....	240
Figura 35 – Exemplo de Figura biográfica idealizada.....	240
Figura 36 – Romaria ao túmulo de Anna Nery (1926).....	244
Figura 37- Inscrição em bronze relativa ao capitão Manoel Theodoro.....	257
Figura 38- Baixo relevo do monumento na Praça São Salvador em Campos.....	257
Figura 39- Monumento ao Expedicionário em Campos.....	259
Figura 40 – Praça Riachuelo com a Coluna Triunfal (1885).....	262
Figura 41 – Detalhe Anjo da Vitória Coluna Triunfal (Salvador – Bahia).....	263
Figura 42 – Detalhes da Coluna Triunfal Batalha do Riachuelo (Salvador – Bahia).....	264
Figura 43 – Obelisco aos catarinenses mortos na guerra (Florianópolis – 1877).....	269
Figura 44 – Foto do Coronel Assunção.....	274
Figura 45 – Foto da inauguração do busto do Coronel Assunção.....	275
Figura 46 – Aspecto atual do busto do Coronel Assunção.....	275
Figura 47 – Inauguração do busto de Marcílio Dias.....	277
Figura 48 – Acidente com o busto de Marcílio Dias.....	278
Figura 49 – A Estátua da Paz.....	281
Figura 50 – Proposta de Monumento Comemorativo do Triunfo das armas Brasileiras na Guerra do Paraguai.....	286
Figura 51 – Tipologia de classificação de túmulos segundo Grassi e Batista (2014).....	303
Figura 52 – Mapeamento dos setores históricos do cemitério do Catumbi.....	306
Figura 53 – Túmulo do Duque de Caxias no Cemitério do Catumbi .....	307
Figura 54 – Vista frontal da coluna do túmulo do Marechal Mallet .....	310
Figura 55 – Detalhes da coluna do túmulo do Marechal Mallet .....	310
Figura 56 – Coluna memorial do túmulo do Marechal Mallet.....	311
Figura 57 – Patentes e Cargos do Marechal Mallet.....	311
Figura 58 – Batalhas em destaque.....	312

Figura 59 – Estátua do Marechal Mallet e referências à República .....	313
Figura 60 – Representação da espada do Marechal Mallet .....	314
Figura 61 – Túmulo do Marechal Hermes Ernesto da Fonseca .....	315
Figura 62 – Detalhe da inscrição do túmulo do Marechal Hermes Ernesto da Fonseca.....	316
Figura 63 – Túmulo do General José Maria Marinho .....	317
Figura 64 – Detalhe do túmulo do General José Maria Marinho .....	317
Figura 65 – Cemitério de Corrientes em 1867 .....	319
Figura 66 – Cemitério de Corrientes (San Cosme) em 2019 .....	319
Figura 67 – Túmulo do general Netto .....	321
Figura 68 – Parte do Batalhão do coronel Joca Tavares .....	323
Figura 69 – Túmulo de Francisco Lacerda – Chico Diabo – antes da reforma .....	324
Figura 70 – Túmulo de Francisco Lacerda – Chico Diabo – após a reforma.....	324
Figura 71 – Cândido Lopez e a rendição de Uruguaiana – Detalhe cemitério .....	327
Figura 72 – Cemitério paraguaio em São Borja .....	328
Figura 73 – Aspecto atual da Praça Manoel Murtinho – antigo cemitério do Cai-Cai.....	334
Figura 74 – Placa de homenagem aos mortos do “Cai-Cai” .....	335
Figura 75 – Foto do tronco esculpido marcando o local em 1926 .....	339
Figura 76 – Foto de 2009 do Monumento Histórico do Cambaracê .....	339
Figura 77 – Foto de 2011 do Monumento Histórico do Cambaracê .....	340
Figura 78 – Foto da cruz dos paraguaios em 1924.....	341
Figura 79 – Foto atual do Monumento Internacional de Nhandipá .....	342
Figura 80 – Placas de sinalização e portal de entrada .....	345
Figura 81 – O Cemitério – monumento de Monte Alegre .....	346
Figura 82 – Lápide / placa colocada em 1874 para demarcar o local onde estavam enterrados Camisão, Juvêncio e Guia Lopes.....	348
Figura 83 – Reunião de Membros da Comissão Laguna e Dourados .....	352
Figura 84 – Monumento aos retirantes heroicos da Laguna em Nioaque .....	354
Figura 85 – Lançamento da pedra fundamental do monumento na Ponta do Calabouço (1926) .....	357
Figura 86 – Detalhes da Maquete vencedora .....	359
Figura 87 – Local das sepulturas.....	363
Figura 88 – Imagens dos túmulos encontrados pelo General Malan (1926).....	364

Figura 89 - Cemitério após os reparos (1926) .....	364
Figura 90 – Revista O Cruzeiro com descrição do monumento em 1938 .....	368
Figura 91 – Revista O Cruzeiro com o general Raphael Tobias em 1938 .....	368
Figura 92 – Inauguração do Monumento aos Heróis da Retirada da Laguna e Dourados.....	370
Figura 93 – Missa de “réquiem” na Basílica de São Bento.....	372
Figura 94 – Sarcófago maior contendo as urnas trasladadas do Mato Grosso e Minas Gerais.....	374
Figura 95 – Exemplo dos medalhões dentro da cripta do Monumento.....	375
Figura 96 – Placas com outros nomes.....	375
Figura 97 – Urnas menores dentro da cripta.....	375
Figura 98 – Vista do interior da cripta.....	376
Figura 99– Mausoléu do general Gurjão no cemitério de Soledade – Pará.....	386
Figura 100 – Capa da revista Ocidente com o desenho do panteão do general Gurjão.....	387
Figura 101 – Panteão do General Gurjão.....	390
Figura 102 – Detalhes do conjunto alegórico .....	391
Figura 103 – Pedra fundamental do Panteão do Almirante Barroso e maquete vencedora .....	395
Figura 104 – Cobertura sobre a colocação dos restos mortais do Almirante Barroso no mausoléu.....	396
Figura 105 – Homenagem dos inválidos da pátria ao monumento do Almirante Barroso.....	398
Figura 106 – Inauguração do busto do Almirante Tamandaré.....	401
Figura 107 – Inauguração do monumento ao Almirante Tamandaré.....	402
Figura 108 – Fotografia da Revista “O Cruzeiro” com o jazigo e as pilha de urnas no ossário.....	404
Figura 109 – Fotografia das urnas de Tamandaré e esposa com a denúncia do ninho de pardal.....	405
Figura 110 – Convite para a inauguração do Panteão de Osorio.....	415
Figura 111 – Panteão de Osorio antes da inauguração.....	417
Figura 112 – Inauguração do Panteão de Osorio.....	417
Figura 113 – Rodolfo Bernadelli retocando os painéis do Panteão de Osorio.....	419
Figura 114 – Detalhe dos painéis do Panteão do General Osorio.....	420

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização dos Quadros Históricos da Guerra do Paraguai .....	89
Quadro 2 – Material referente à Guerra da Tríplice Aliança encontrado na Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional.....	157
Quadro 3 – Alterações e nomeações novas de logradouros da cidade do Rio de Janeiro (1865-1880) .....	170
Quadro 4 – Alterações e nomeações novas de logradouros da cidade do Rio de Janeiro.....	175
Quadro 5 – Alterações e nomeações novas de logradouros da cidade do Rio de Janeiro (1917-1925) .....	178
Quadro 6 – Alterações e nomeações novas de logradouros da cidade do Rio de Janeiro (1930 em diante) .....	179

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Óbitos mensais Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1867).....	330
Tabela 2 – Mortalidade entre civis e militares Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1867).....	331
Tabela 3 – Mortalidade civil Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1867).....	331

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 TENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO PÓS-GUERRA.....	29
1.1 A política Imperial ao final da guerra .....	31
1.2 As festas .....	36
1.3 O retorno das tropas .....	39
1.4 O fim da guerra.....	55
1.5 A festa do Barracão .....	60
1.6 A Arte em favor da memória da guerra .....	67
1.6.1 <u>A Guerra nas Exposições Universais</u> .....	67
1.6.2 <u>A coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”: a memória em fascículos</u> .....	88
2 LUGARES PARA A GUERRA .....	104
2.1 <i>Les dieux s’ent vont: o Asilo de Inválidos da Pátria e o Museu</i> .....	104
2.1.1 <u>O Asilo de Inválidos da Pátria</u> .....	108
2.1.2 <u>O Museu Militar</u> .....	133
2.1.3 <u>Os troféus de guerra e as relíquias</u> .....	143
2.1.4 <u>“O sentinela que morreu por amor à Pátria”: a escola Tenente Antônio João</u> .....	164
2.2 Os espaços públicos: a toponímia da guerra .....	167
2.2.1 <u>Os Bairros</u> .....	181
3 DE PAPEL, LETRAS E BRONZE: OS ESCRITOS E OS MONUMENTOS .....	183
3.1 As letras e a guerra .....	183
3.1.1 <u>A construção de uma narrativa oficial: o IHGB e a Revista do Exército Brasileiro</u> .....	183
3.1.2 <u>A escrita da memória: os diários e reminiscências de guerra</u> .....	191
3.1.3 <u>A literatura</u> .....	201
3.1.4 <u>Os intelectuais da década de 1920 e a construção do mito da guerra</u> .....	216
3.2 Quem devemos lembrar, quem devemos esquecer? .....	234
3.2.1 <u>Grandes sujeitos, grandes histórias: a quem devemos lembrar</u> .....	234
3.2.2 <u>Pequenos sujeitos, pequenas histórias: quem foi esquecido</u> .....	244
3.2.3 <u>A guerra não tem rosto de mulher: o apagamento das mulheres</u> .....	245

3.3	<b>A memória na praça pública: os monumentos</b> .....	251
3.3.1	<u>Um monumento inexistente</u> .....	254
3.3.2	<u>As colunas triunfais</u> .....	259
3.3.3	<u>Bustos e estátuas equestres</u> .....	269
3.3.4	<u>Os monumentos que não foram</u> .....	279
4	<b>DE PEDRA E CAL: MONUMENTOS E MORTOS NO REGISTRO MEMORIAL</b> .....	287
4.1	<b>A sagração monumental dos mortos</b> .....	287
4.2	<b>“Medonhos cadáveres”: a morte e o morrer na Guerra da Tríplice Aliança</b> .....	289
4.2.1	<u>“Avançar para a morte e para a glória!”</u> .....	292
4.2.2	<u>A morte monumental – os cemitérios, os túmulos e a guerra</u> .....	298
4.2.3	<u>Da memória que não se quer lembrar – os túmulos do General Neto e de Chico Diabo</u> .....	318
4.2.4	<u>Cemitérios – monumentos</u> .....	325
4.2.5	<u>A memória em bronze: construção e panteonização dos heróis</u> .....	376
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	423
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	427



## INTRODUÇÃO

“O velho Paraná, porém, filho do planalto central e, portanto bem brasileiro, entendendo, ao seu modo, a fraternidade americana, da qual é poderoso elemento, devorou a gloriosa ilha com as suas armas em pedaços, os seus esqueletos de heróis. A princípio nivelou as trincheiras, aterrou os fossos, arrebatou as cruzes dos túmulos e lavou as areias do generoso sangue que as ensopara. Não lhe bastava, porém, essa exterminação de vestígios: foi além – fez desaparecer, para sempre, o teatro do combate sangrento, a testemunha eloquente de uma guerra, sem trégua, entre povos que hoje se amam.”<sup>1</sup>

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1881, aniversário de 56 anos do imperador D. Pedro II. O então diretor da Biblioteca Nacional Benjamin Franklin de Ramiz Galvão promove uma exposição a fim de apresentar ao público “tudo que concerne à História Pátria”<sup>2</sup>. Além de documentos e objetos pertencentes ao acervo da Instituição, as salas do prédio foram ocupadas por materiais oriundos de coleções privadas e de outras Instituições. Mas por qual motivo citamos nessa introdução este evento? Simplesmente pela fala de Ramiz Galvão em seu discurso de abertura onde, além de deixar claro o objetivo da mesma – “uma ressurreição do passado e uma previsão do futuro”<sup>3</sup> – ressurreição esta que, a partir da exposição dos objetos, seria uma nova forma de perceber a história do país, bem como formar sua identidade. Mas a última frase de seu discurso foi apropriada por este trabalho como fio norteador do pensamento que nos fez repensar toda a abordagem histórica relativa à construção de memórias da Guerra da Tríplice Aliança, objeto de interesse da pesquisa. Para Ramiz Galvão, “*um povo sem história é uma sombra que passa, não é um marco que fica; [...] é uma dúvida, não é um fato sociológico*”<sup>4</sup>. Não pretendo aqui discutir os conceitos utilizados por Ramiz Galvão – certamente, matéria para uma tese –, mas pensar em sua fala como algo relativo à necessidade de construção de uma memória que fosse revertida em referência histórica. A tese que aqui apresentamos busca dialogar com essa perspectiva de relação entre memória e história.

Pensar memórias construídas sobre a Guerra da Tríplice Aliança, bem como seus apagamentos, é a tônica deste trabalho. A ideia inicial seria cobrir o período entre o final da guerra (1870) e as Comemorações do Centenário da Independência do Brasil (1922), pois

---

<sup>1</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências da campanha do Paraguai (1865-1870)**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1946, p. 138-139.

<sup>2</sup> **Jornal do Comércio**, 3 de dezembro de 1881. Biblioteca Nacional.

<sup>3</sup> **Catálogo da exposição de história do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c.1981, p. X. Biblioteca Nacional.

<sup>4</sup> **Jornal do Comércio**, 3 de dezembro de 1881. Biblioteca Nacional.

acreditava ser esse recorte o suficiente para “cobrir” todo o contexto de elaboração memorialística acerca da guerra. Ledo engano. Ao ser indagada pela banca ainda no exame de seleção para o curso de doutorado sobre os motivos de não ampliar a pesquisa, me dei conta de quão interessante poderia ser se, ao menos pensasse sobre períodos diferentes da história do Brasil e como essa memória fora constituída nas reais atualizações caras, em particular, a experiências traumáticas associadas a guerras e seus desdobramentos.

Tratar de memória nos fez recorrer a alguns autores que abordaram esse conceito. O primeiro que nos ofereceu uma reflexão mais sistemática sobre o conceito de memória, no caso, de memória coletiva foi Maurice Halbwachs, em seu ensaio sobre “Os quadros sociais da memória”, publicado em 1925 e posteriormente com o trabalho que mais nos interessa que é “A memória coletiva”.<sup>5</sup> O autor propõe ultrapassar a ideia inicial de que a memória somente poderia “existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual”.<sup>6</sup> Nesse sentido, as lembranças poderiam ser organizadas de duas maneiras: agrupadas em torno do ponto de vista de uma só pessoa, ou se distribuindo no interior de uma determinada sociedade, e os indivíduos poderiam participar destes dois tipos de memória, e no caso da Memória Coletiva seriam capazes de se comportar como membros de um grupo de modo a evocar lembranças interpessoais, ou seja, existiria uma interpenetração entre os dois tipos de memória em certas ocasiões, onde o indivíduo, mesmo evocando sua memória individual, poderia se basear na memória coletiva para constituí-la.<sup>7</sup> Do mesmo modo, a memória coletiva conteria as memórias individuais, mas não se confundiria com elas, pois evoluiria segundo suas próprias leis.<sup>8</sup> Haveria, portanto uma dimensão social tanto na memória individual quanto na coletiva, pois o indivíduo se empenha em reconstruir e reorganizar suas memórias a partir das lembranças dos outros e não somente recorrendo ao processo mental individualizado em si. Halbwachs afirma então que o ato de lembrar se refere aos grupos sociais que determinam o que será lembrado e como será lembrado, além de ambas – memória individual e memória coletiva - estarem limitadas no espaço e no tempo.<sup>9</sup> Ele ainda questiona a relação história/memória quando elabora a seguinte pergunta: “Como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas e atores, outrora, de acontecimentos que nela são

---

<sup>5</sup> Maurice Halbwachs. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Les Presses universitaires de France, Nouvelle édition, 1952; Idem. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>6</sup> Maurice Halbwachs. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 71.

<sup>7</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>8</sup> Idem, p. 72

<sup>9</sup> Idem, p. 73

narrados?”<sup>10</sup> Ele se aproxima, desta forma, dos *Annales*, a partir de sua perspectiva funcionalista de que o passado só pode ser compreendido a partir de sua reconstrução e práticas vividas no presente, mostrando que, as “escolhas” da memória coletiva, produzem diferenças em relação aos outros, estabelecendo fronteiras socioculturais, sendo assim a memória nacional a forma mais bem acabada e completa de memória coletiva.

Ainda sobre a memória coletiva podemos destacar o trabalho de Michel Pollak que procura avaliar os desdobramentos de se enquadrar memórias individuais em memórias coletivas, afirmando inclusive que todas as memórias são coletivas, eliminando desta forma a autonomia do sujeito em relação à construção de uma memória individual. Mas existe, ainda segundo o autor, o risco de uniformização e opressão, pois no processo de construção da nação, a memória coletiva pode inclusive promover a exclusão de etnias, grupos e formas diferentes de identidades daquelas originalmente propostas pela construção coletiva.<sup>11</sup>

A partir da década de 1980 ocorreu uma verdadeira explosão de pesquisas sobre estudos relacionados à memória. Iniciamos o debate relacionado ao conceito de memória com Jacques Le Goff. De acordo com este autor, a palavra *mémoire* aparece nos primeiros documentos franceses da Idade Média associada a contas financeiras. Mais tarde, no século XV, com a valorização da literatura antiga, apareceria como *memorabilia*. No século XVIII surge o termo *mémorialiste*: a Grande Enciclopédia de 1751 e o dicionário constituem uma forma muito evoluída de memória exterior, e nesse sentido, a Revolução Francesa em muito contribuiu, pois, no advento das comemorações, a memória foi exaltada.<sup>12</sup>

O conceito de memória para Jacques Le Goff está intimamente ligado à ciência e à história. Dessa forma, estudar a memória é também delimitar uma fronteira muito tênue entre as diversas ciências que se ocupam dela e por outro lado, utilizar tais ciências para sua compreensão, para ele “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.<sup>13</sup> Para uma compreensão mais ampla da dimensão da memória, o autor procura estudá-la historicamente, abordando a memória coletiva das sociedades e as relações dela com a história, dividindo-as em cinco grupos: 1) a memória étnica nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”; 2) o desenvolvimento da memória, da oralidade à escrita, da Pré-história à

---

<sup>10</sup> Idem, p. 101.

<sup>11</sup> Michael Pollak. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n.3, p.3-15, 1989, p. 4.

<sup>12</sup> Cf. Jacques Le Goff. “Memória”. in *Memória-História*, Enciclopédia Einaudi, vol.1, Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 36.

<sup>13</sup> Idem. *História e memória*. trad. Bernardo Leitão et al. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 1990, p. 423

Antiguidade; 3) a memória medieval, em equilíbrio entre o oral e o escrito; 4) os progressos da memória escrita, do século XVI aos nossos dias; 5) os desenvolvimentos atuais da memória.<sup>14</sup> Nos dois últimos períodos, que nos interessa em particular, ocorre uma verdadeira expansão da memória através de mecanismos como a imprensa, possibilitando uma nova maneira de se produzir e transmitir a memória. A escrita altera completamente a memória coletiva, que antes era transmitida de forma oral, permitindo duas formas de memória: a primeira cujo suporte é o “monumento comemorativo de um acontecimento memorável”<sup>15</sup> e a segunda o “documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita”<sup>16</sup>, destacando assim a noção de “documento-monumento”. A memória seria então um elemento essencial na busca da identidade de indivíduos ou de sociedades, bem como instrumento de poder e propício à manipulação. Le Goff acredita que

“[...] os profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos [...] devem lutar pela democratização da memória social, pois a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.”<sup>17</sup>

Quando pensamos nos lugares que a memória ocupa inevitavelmente lembramos de Pierre Nora, que ao refletir sobre essa questão firma que “Há locais de memória porque não há mais meios de memória”.<sup>18</sup> Segundo ele, a necessidade de constituir lugares de memória faz parte da sociedade que passou a confiar na história como ciência que legitima o passado, decretando assim, o fim das sociedades-memória. Desta forma Nora afirma que existe uma clara diferença entre história e memória, pois a primeira é sempre uma reconstrução incompleta do que não existe, enquanto a segunda seria vida sempre aberta à lembrança e esquecimento e se manifesta no gesto, no espaço, na imagem e no objeto: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção”.<sup>19</sup> Ele define “lugares de memória” a partir de três sentidos: material, simbólico e funcional, onde acredita que a imaginação é quem vai investir de aura simbólica o lugar de

---

<sup>14</sup> Idem, p. 427.

<sup>15</sup> Idem, p. 431.

<sup>16</sup> Idem, p. 432.

<sup>17</sup> Idem, p. 447.

<sup>18</sup> Pierre Nora. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7.

<sup>19</sup> Idem, p. 12.

memória.<sup>20</sup> O lugar de memória seria então um lugar duplo, um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo e sobre sua identidade, recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.<sup>21</sup> O valor da memória para Pierre Nora se manifesta quando encontramos neste lugares de memória as significações simbólicas de sua identidade, onde a memória-história se apega ao arquivo, ao material, ao concreto e ao registro da imagem invisível.<sup>22</sup> Se opondo a ideia da memória vista através da história, Nora afirma que para um lugar de memória possa se investir de valor de memória, e fique presente na sociedade, seu registro e sua documentação são essenciais para sua significação simbólica. Nesse sentido, vemos uma contradição no autor, pois inicialmente desvaloriza a concepção de memória – história e, possivelmente, de documento-monumento, mas ao final afirma ser impossível a dissociação de ambos.

A crítica à noção de lugares de memória desenvolvida por Pierre Nora em “Lieux de la Memoire”<sup>23</sup>, aparece, entre outros, na obra de Paul Ricoeur “A Memória, a História, o Esquecimento”<sup>24</sup>. Segundo Ricoeur: “É notável que, a essa materialização da memória, esteja vinculado o elogio do patrimônio (1980: o Ano do Patrimônio)”<sup>25</sup>. Nesses termos, a questão crucial seria a promoção do patrimônio, cristalizado no “monumento histórico”. Na chamada “era da comemoração” residiriam algumas das críticas de Ricoeur ao conceito de lugares de memória, pois “de instrumento simbólico, cujo interesse heurístico era materializar o “lugar”, a noção tornou-se presa da comemoração de tipo patrimonial”<sup>26</sup>. Ainda segundo Ricoeur, ao final de sua obra, o autor “revela, talvez, o que a noção continha de insólito desde o começo”<sup>27</sup>: “a necessidade de exumar as referências e explorar os lugares terá desaparecido”<sup>28</sup>. Nesse sentido, os lugares de memória permanecem, sendo necessária uma reflexão para a ressignificação destes espaços, pois não se enquadrariam num sistema fechado de valores, e, caso isso não seja feito, perdem a referência com o presente e com a experiência viva.<sup>29</sup>

Ao analisar os conceitos de memória individual (ou privada) e a memória coletiva, Ricoeur afirma que existe um dilema, pois, a memória individual relaciona-se de maneira

---

<sup>20</sup> Idem, p. 21.

<sup>21</sup> Idem, p. 27.

<sup>22</sup> Idem, p. 14.

<sup>23</sup> A obra organizada por Pierre Nora possui 3 tomos. Cf. Pierre Nora, *Les Lieux de mémoire*, 3 vols, “La République”, “La Nation”, “Les France”. Paris, Gallimard, 1984, 1987, 1992.

<sup>24</sup> Paul Ricoeur. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007.

<sup>25</sup> Idem, p.414.

<sup>26</sup> Idem, p. 420.

<sup>27</sup> Idem, p. 412.

<sup>28</sup> Idem, p. 421.

<sup>29</sup> Idem, p. 156.

possessiva com as lembranças, e com o sentimento de continuidade, bem como possui estreitas ligações com o esquecimento.<sup>30</sup> Ele ainda questiona a existência da memória coletiva, e propõe como resposta a “hipótese de uma constituição mútua, cruzada, de duas subjetividades, privada e coletiva”. É através da linguagem que lembramos, há uma “mediação narrativa da memória mesmo a mais privada”.<sup>31</sup> A ideia de memória estaria então na expansão daquilo que não conseguimos mais guardar em nossa própria memória, então usamos de mediações e expansões (como computadores, agendas, etc, e pensando no nosso trabalho, diários, obras memorialísticas, monumentos etc.), na medida em que queremos guardar, pois corremos o risco do esquecimento, mesmo que nossa memória individual se apoie na memória coletiva, que também pode ser redefinida de acordo com demandas sociais e políticas. Nesse sentido, afirma que existe uma desigualdade na produção da memória relativa aos objetos rememorados, pois a memória coletiva é muitas vezes afetada pelos “traumatismos da memória” em relação a determinados acontecimentos históricos, de modo que o historiador da memória deve estar “preparado” para lidar com traumas e “recalques”, para se expressar a partir de um acontecimento “vergonhoso” ou traumático da memória nacional. Pensamos que ao analisar a construção e apagamento da memória relativa à Tríplice Aliança seja mais ou menos isso que vai ocorrer, notadamente no início do período republicano.

A mesma preocupação com o exagero da memória povoa a obra de Andreas Huyssen na sua coletânea de ensaios.<sup>32</sup> A “inflação da memória”, segundo Huyssen é resultante do período em que vivemos, em que se inverteu o paradigma que havia vigorado do Renascimento ao Modernismo, no qual as expectativas se voltavam para o futuro, e hoje o passado-presente vigora em um mundo sem expectativas de futuro, que, dentre outro fatores, ocorreu devido a uma compulsão pelo arquivo, pela monumentalização do passado e pela busca incessante de registro da memória, principalmente após a queda do muro de Berlim, marco de um novo período mundial, onde teria começado a ocorrer uma verdadeira expansão em níveis mundiais de uma cultura e política da memória.<sup>33</sup>

Outro autor que trabalha com maestria a noção de memória, e que norteia o trabalho é Paolo Rossi, principalmente quando afirma que “A memória faz que os dados caibam em esquemas conceituais, reconfigura sempre o passado tendo por base as exigências do

---

<sup>30</sup> Idem, p. 18.

<sup>31</sup> Idem, p. 20.

<sup>32</sup> Andreas Huyssen. **Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos.** Midia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

<sup>33</sup> Idem, p. 9

presente”<sup>34</sup>. Ela não ocorreria do nada, existe em sua retaguarda o interesse de se trazer o passado de volta ao discurso do presente, baseando-se nele, não de forma completa, mas para criar uma história diferente do fato inicial.<sup>35</sup> Não estaria somente ligada ao passado, mas à identidade e persistência no futuro, a partir de um entrelaçamento entre a memória e o esquecimento, que se fazem presentes em todas as situações de evocação da memória.<sup>36</sup> Para o autor existe ainda uma grande diferença entre memória e reminiscências, sendo a primeira referente a uma persistência, uma realidade de alguma forma intacta e contínua, e a segunda, ao contrário da primeira, se refere à uma capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido.<sup>37</sup> Essa ideia de Paolo Rossi nos fez refletir sobre as publicações de diários e reminiscências da guerra. Ainda sim afirma que “a história é jogo de revelação e encobrimento, de manifestação e ocultação”.<sup>38</sup> Menciona ainda que “os sacrários e cemitérios de guerra, relacionam as lembranças dos indivíduos à dos grandes eventos ou das grandes tragédias”, bem como os monumentos que “nos remetem ao passado de nossas histórias, à sua continuidade presumível ou real com o presente”.<sup>39</sup> Sobre o esquecimento ele afirma que “toda vez que tocamos no tema da memória, somos chamados também para o tema do esquecimento”<sup>40</sup>, existindo assim muitas formas de induzir ao esquecimento e muitas razões para provocá-lo: “o “apagar” não tem a ver só com a possibilidade de rever, a transitoriedade, o crescimento, a inserção de verdades parciais em teorias mais articuladas. Apagar também tem a ver com esconder, ocultar, despistar, confundir vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade”.<sup>41</sup> Caberia então à historiografia e ao historiador remediar o esquecimento, a fim de contribuir para a memória coletiva, a fim de se referir a um passado coberto de sentidos.

Quando da elaboração desta pesquisa, pensamos em como definir as questões relacionadas à constituição da memória individual e da memória coletiva. Como a teoria de Halbwachs não atenderia aos nossos pressupostos, pensamos nos conceitos a partir da visão de Joel Candau em dois momentos: seja em “A antropologia da memória” e ainda em “Memória e identidade”.<sup>42</sup> Em “Memória e identidade”, Candau propõe uma perspectiva antropológica para classificação da memória que ocorreria em três níveis: a *protomemória*, a

---

<sup>34</sup> Paolo Rossi. **O passado, a memória, o esquecimento. Seis ensaios da história das ideias.** São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 28

<sup>35</sup> Idem, p. 15-16.

<sup>36</sup> Idem, p. 25.

<sup>37</sup> Idem, p. 15

<sup>38</sup> Idem, p. 19.

<sup>39</sup> Idem, p. 23.

<sup>40</sup> Idem, p. 36

<sup>41</sup> Idem, p. 32.

<sup>42</sup> Joël Candau. **Antropologia da memória.** Tradução Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005; Idem. **Memória e identidade.** Trad. Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

*memória propriamente dita* e a *metamemória*. Além disso, ele ainda opõe os conceitos de “memória forte” e “memória fraca”, o que reduz a dicotomia entre a memória individual e a coletiva. Nesse sentido ele propõe que a *protomemória* e a *memória propriamente dita* são constituídas separadamente, e desse modo não podem ser compartilhadas, enquanto a *metamemória* seria a memória retrabalhada, quase uma memória coletiva.

Em “Antropologia da memória” o autor discute a memória a partir da ideia de inconsciente, derivando, desta forma, em cinco funções: “a aprendizagem, a memória propriamente dita, o esquecimento, a recordação e o reconhecimento.”<sup>43</sup> Candau denomina ainda de “memória propriamente dita” ou “memória de alto nível” aquela que se trata da “recordação ou reconhecimento; evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos, etc.)”, sendo a primeira ligada à faculdade da memória e a segunda algo recuperado a partir de uma admissão provocativa, e que geralmente diz respeito à constituição de uma identidade.<sup>44</sup> Nesse sentido, para ele, “quando uma representação mental é comunicada de um indivíduo a outro – a maior parte permanece própria a um indivíduo – ela se transforma em representação pública.”<sup>45</sup>

A despeito das contribuições dos autores mencionados acerca do conceito de memória, o mesmo em nossa tese se baseia em especial nas proposições de Aleida Assmann em seu livro “Espaços de recordação”<sup>46</sup>, onde critica a concepção de “lugares de memória” de Pierre Nora (“Só se fala tanto de memória porque ela já não existe mais”) pontuando os seguintes questionamentos: “É assim mesmo? Não existe mais memória? E que tipo de memória não existiria mais?”<sup>47</sup>. Para ela, os modos de recordar são definidos culturalmente e variam ao longo do tempo e de acordo com a formação cultural, e a memória não pode mais ser considerada somente como vestígio e/ou armazenamento, mas como algo constantemente reformulado. Assmann considera tanto a memória quanto a história como formas de recordação, visto que elas não precisam se excluir.<sup>48</sup>

Aleida Assmann divide a memória como *ars* (arte) e *vis* (potência), e segue diferenciando a memória da recordação: “... diferentemente do ato de decorar, o ato de

---

<sup>43</sup> Joël Candau. **Antropologia da memória**. Tradução Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 34.

<sup>44</sup> Idem, p. 23.

<sup>45</sup> Joël Candau. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 36-37.

<sup>46</sup> Aleida Assmann. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Unicamp, 2011.

<sup>47</sup> Idem, p. 15

<sup>48</sup> Idem, p. 147.



lembrar não é deliberado: ou se recorda ou não se recorda”.<sup>49</sup> Os conteúdos da memória podem ser ensinados e apreendidos enquanto a recordação é individual e não pode ser ensinada. Ao se referir à memória dos mortos, Assmann trabalha com noções que em muito interessam para nosso trabalho. Ela afirma que o culto à memória dos mortos faz parte da memória cultural, e esta vai se modificando ao longo dos séculos, e a fama, vista como imortalidade, ou seja, o fato de não ser esquecido, é obtida pelo registro dos feitos dos grandes homens, seja por poemas ou monumentos comemorativos às grandes batalhas para soldados que lutaram na esperança da “imortalidade”.<sup>50</sup> A autora investiga o conceito de recordação a partir de três dimensões: recordação e identidade pessoal; recordação e história; recordação e nação, para em seguida, pensar a recordação como sendo um artifício, onde a recordação passa para o plano pessoal e o esquecer começa a fazer parte do recordar.<sup>51</sup>

Existe ainda a ideia de recipientes de memória, onde a mesma se parece com uma arca, ou seja, um espaço onde se guardam as recordações, onde possam ser evocados.<sup>52</sup> Nesse sentido existem dois modos de recordação: a memória funcional (memória coletiva), que assegura a identidade do grupo, sendo seletiva, ligando passado, presente e futuro e se vinculando a um portador, ela pode ser alterada e usada de diversas formas, tais como, legitimação e a deslegitimação (sua confirmação ou anulação servem a propósitos políticos) e a distinção (que compreende os meios alegóricos de expressão da identidade coletiva); e a memória cumulativa (ou histórica) que separa completamente passado, presente e futuro e não depende de um portador específico, além de não ser seletiva, onde tudo é importante, bem como, ela não é natural necessitando de instituições para preservá-la.<sup>53</sup> Para Assmann os dois tipos de memória se completam. E como preservar a recordação? Pode ser com a fama, o teatro da memória e a biblioteca, como espaços organizados, e o sótão como espaço específico de recordação.<sup>54</sup>

Desta forma “a recordação torna-se uma força política que erige normas capazes de contrapor-se ao presente. Com esta força cabe superar o presente mau e criar o novo tempo”.<sup>55</sup> Sobre testemunhos, o que nos fez pensar muito sobre os relatos sobre a guerra, Assmann afirma que nem sempre podem ser consideradas, pois “a verdade que se pode depreender das

---

<sup>49</sup> Idem, p. 33

<sup>50</sup> Idem, 42-43.

<sup>51</sup> Idem, p. 41-42.

<sup>52</sup> Idem, p. 130-133.

<sup>53</sup> Idem, p.143-145.

<sup>54</sup> Idem, p. 172-174.

<sup>55</sup> Idem, p. 183.

falsas recordações [...] diz respeito à qualidade apodíctica de recordações emocionais”.<sup>56</sup> No caso dos eventos traumáticos, como um guerra por exemplo, não se pode recorrer à retórica nem à ficção tradicionais, pois são acontecimentos inenarráveis, então os autores-testemunhas, utilizam outras estratégias como colagens e ficções, e os locais são importantes para a fixação dos eventos (qual combatente que esteve no 24 de maio na Batalha do Tuiuti e não se recorda dela?).<sup>57</sup> Existem os locais honoríficos, onde, em algum momento, houve uma história e hoje só restam ruínas, se houver, remetendo a um processo de recordação<sup>58</sup>. Essa ideia nos remeteu ao relato de Dionísio Cerqueira que aparece como epígrafe dessa introdução. Aleida Assmann enfatiza que não há ingenuidade no rememorar, há sempre interesses políticos e sociais envolvidos no lembrar, mas igualmente no esquecer. Essa ótica norteia todas as páginas de nossa pesquisa.

Uma segunda explicação que se faz urgente para o leitor, tem relação com a forma. Optou-se por não seguir uma cronologia específica, valendo-se muito mais da abordagem temática do que de uma sequência temporal. O recorte é amplo, do final da guerra em 1870 até o fim do Estado Novo em 1945. A escolha desse recorte, conforme já mencionamos no início, tem relação com a proposta levantada pela banca de ingresso no doutorado e que fora acolhida devido à abundância de material e de construções que vimos que auxiliaria muito compreender a memória reatualizada da Guerra da Tríplice Aliança. Houve um momento inaugural que muito nos interessou: as ações do governo imperial no imediato pós-guerra. O outro momento de destaque pode ser compreendido durante o governo Floriano Peixoto que, na égide de um quase golpe, por não querer entregar o cargo ao presidente eleito Prudente de Moraes, e, a fim de constituir popularidade, tentou associar sua imagem à de Osório. Outro ponto a ser destacado nesse contexto é a atuação dos positivistas que, a partir da ideia de revisionismo sobre a guerra, principalmente o paraguaio, buscou diminuir o heroísmo do conflito, associando a uma política do império, além de propor a devolução dos chamados troféus de guerra e o perdão da dívida.

Outro momento de destaque se refere à década de 1920, pois, além dos positivistas históricos como Teixeira Mendes já estarem fora do circuito político, a Missão Militar Francesa trouxe uma nova cara aos jovens oficiais do exército, bem como a crise do pós Primeira Guerra, com a contestação da República Oligárquica, a partir do tenentismo e de outros movimentos, retomaram as questões de memória do conflito, ressaltando heróis e

---

<sup>56</sup> Idem, p. 292.

<sup>57</sup> Idem, pp. 281, 348-349.

<sup>58</sup> Idem, pp. 35-359.

recontando a guerra de forma a favorecer uma nova perspectiva. Não podemos nos esquecer de 1922, ano de comemoração do centenário da Independência e a ideia de “nostalgia imperial” decorrente deste processo, a partir da retomada das discussões sobre as instituições imperiais e a “refundação” da memória da monarquia com a exaltação da mesma a partir da ideia de progresso.

No decorrer da década de 1930 emergem novas visões sobre o conflito. O Estado Vargasista e, principalmente durante o Estado Novo, com o Departamento de Imprensa e Propaganda e a utilização da propaganda como veículo motor do Estado, fomentaram uma nova visão a fim de legitimar toda sua ideologia. Não vamos aqui entrar no mérito da discussão sobre esses contextos, visto que não é o objeto principal de análise da tese, mas foi necessário esse mapeamento inicial para situar o leitor em um contexto tão amplo.

A tese está dividida em duas partes, composta de quatro capítulos no total. Na primeira parte procuramos examinar o período do imediato pós-guerra no âmbito das ações promovidas pelo governo imperial. Nesse contexto, a guerra era um passado presente, e a memória acerca da mesma se confundia com a história que se queria instituir por meio de comemorações e homenagens aos sobreviventes e aos que nela pereceram. No **Capítulo 1 – Tentativas de construção da memória no pós-guerra**, contextualizamos o leitor no momento de ocorrência da guerra e de seu final, pois se fez necessário pensar nas questões políticas para compreendermos os acontecimentos que se seguiram. A partir de então examinamos a questão das festas de recepção dos soldados que ocorreram antes mesmo do fim do conflito, quando o Conde d’Eu, comandante em chefe das tropas, assumindo o lugar de Caxias, iniciou a desmobilização das forças. A partir de documentos de solicitação feitos por populares e das matérias de jornais, traçamos um breve panorama da organização, decoração e tipos de festividades preparadas para examinar como ocorreu o retorno efetivo das tropas, com ou sem comemorações e os problemas vivenciados a partir de então. Na sequência refletimos sobre como o final da guerra se processou na Corte, bem como as tentativas do governo de criar uma festa e uma data oficial, na chamada “Festa do Barracão”. Ainda na premissa de entender como o Estado Imperial promoveu o enaltecimento da guerra, partimos para olhar como foi utilizada a arte, a partir da produção da Academia Imperial de Belas Artes. Em prol de uma propaganda positiva para o Império, situamos a produção pictórica apresentada nas Exposições Universais de Paris (1867), Viena (1873) e Filadélfia (1876); igualmente, analisamos a reprodução dessas obras em formato de fascículos vendidos pelos jornais, a fim de arregimentar a “opinião pública” para a construção de uma memória da guerra glorificadora do Império do Brasil.

No **Capítulo 2: Lugares para a guerra**, analisamos ações do Estado Imperial e de governos republicanos no sentido de estabelecer a guarda da memória e da história da guerra e de seus combatentes. Iniciamos o capítulo situando a construção e funcionamento do Asilo de Inválidos da Pátria, sediado na Ilha do Bom Jesus, no Rio de Janeiro, como instituição de assistência para militares que se tornaram inválidos na campanha. Além do Asilo, a constituição de um Museu para abrigar relíquias fundamentava a história que se queria formalizar, bem como a memória que deveria ser oficializada. O abandono do Asilo e do Museu na passagem do Império para a República nos forneceu muito mais respostas do que questionamentos. Adeptos do positivismo, na querela de apagamento da guerra, foram suplantados na década de 1920 pelo ufanismo de Gustavo Barroso e sua “militância” em prol da construção de um museu que guardasse a história nacional, e onde a guerra da Tríplice Aliança recebeu grande destaque, sendo novamente ressaltada durante o governo Vargas, com a necessidade de arregimentação de tropa para a Segunda Guerra Mundial. Abordamos também a apropriação da figura do Tenente Antônio João, no contexto da resistência da colônia militar de Dourados à invasão paraguaia, passando o mesmo a ser considerado herói, tendo como exemplo a alteração do nome da escola que estava sediada na Ilha do Bom Jesus para “Escola Tenente Antônio João”, nome que permanece até os dias atuais. Encerramos o capítulo com a chamada “toponímia de guerra”: a análise da nomenclatura designada para espaços públicos, entre as estratégias de consolidar referências para fatos e heróis.

Na segunda parte da tese examinamos as construções de recordações que partiram de iniciativas particulares, e como as mesmas se apropriaram de, ou instituíram, discursos, que integraram um imaginário partilhado socialmente. No **Capítulo 3 – De papel, letras e bronze: os escritos e os monumentos** realizamos o exame das obras literárias, diários, reminiscências e publicações de jornais referentes à guerra. Focamos nossa reflexão inicialmente na construção de uma narrativa oficial através das publicações do IHGB e da Revista do Exército. Investigamos também como se buscou elaborar livro relativo à guerra, a partir da análise das correspondências trocadas entre Arthur José Montenegro e o Visconde de Taunay. Apresentamos em seguida alguns diários e reminiscências e as obras literárias de autores como Machado de Assis, Lima Barreto e Monteiro Lobato que tiveram como pano de fundo a guerra, pensando no contexto em que foram publicadas e os temas que destacaram. Buscamos perceber então como alguns intelectuais da década de 1920 criticaram o revisionismo histórico sobre a guerra e construíram uma narrativa que acabou se tornando a oficial. Ao final do capítulo problematizamos a tópica “quem lembrar/quem esquecer”, analisando biografias e a exaltação de grandes nomes, bem como o esquecimento daqueles

que um dia foram notícia, mas que acabaram relegados ao subterrâneo da história, dando destaque às mulheres, a partir da ótica de Svetlana Aleksievitch, em sua obra “A guerra não tem rosto de mulher”. A par dessa premissa, elencamos monumentos para tentar entender quem mereceu homenagem e quem foi esquecido nesse processo, levando em conta duas fases de “estatuomania” ao final do século XIX e a partir da década de 1920 e a tentativa de perpetuação da memória em pedra e bronze, alcançando seu auge no governo Vargas.

Enfim chegamos ao último capítulo, o **Capítulo 4 – De pedra e cal: monumentos e mortos no registro memorial**, onde examinamos a morte, a partir da conexão com o pensamento de Aleida Assmann exposto anteriormente, de que com ela e suas ritualizações poderia vir a fama. Será que isso ocorreu? Na busca de respostas, seguimos pelos “cemitérios – receptores”, com seus túmulos memoriais onde a memória individual tenta postergar a participação daquela pessoa no conflito, sem deixar de mencionar àqueles que foram esquecidos ou que preferiram não ter a Tríplice Aliança como marca no seu local de descanso eterno. Em seguida passamos para os “cemitérios – monumentos”, pensando na ideia de espaços de recordação para falar de cemitérios originalmente constituídos para abrigar os mortos na guerra, mas que, por diferentes motivos, foram esquecidos, apagados ou tiveram sua “função inicial” alterada, para enfim chegarmos nos mausoléus e panteões destinados a abrigar aqueles que foram considerados ou alçados à categoria de heróis da pátria.

Ao fim de pesquisa que remonta a tempos anteriores ao de elaboração dessa tese nos indagamos, no diálogo com o leitor, sobre qual foi o foco principal do leque de reflexões aqui sistematizadas. Então, afinal de contas, sobre o que é a tese? É mais uma obra que conta a história da Guerra da Tríplice Aliança? E por que não usar o nome mais consagrado em muitos manuais didáticos – Guerra do Paraguai? Buscamos na tese lançar luz sobre o efeito de uma guerra de grandes proporções na constituição do imaginário e da memória da sociedade brasileira, bem como suas apropriações políticas e, entre essas, as formas de nomeá-la e de lembra-la. Ressaltamos que esta tese não esgota a questão da construção da memória relativa à guerra. Ela se insere em um caminho de novos olhares não somente sobre a história militar, mas quanto aos aspectos sociais, culturais e políticos implicados nesse processo. Esperamos que sirva ainda de incentivo para historiadores e historiadoras na ampliação das pesquisas sobre a temática. Com a comemoração no ano de 2020 do Sesquicentenário do término da guerra, acreditamos que este trabalho tem muito a contribuir a fim de acrescentar novos olhares sobre uma temática interessante, mas que, por motivos alheios ao valor de seus significados e implicações, acabou sendo relegada para um segundo plano. “Os pássaros logo

esqueceram da guerra”.<sup>59</sup> Que façamos diferente! Desejo assim uma boa viagem nesse universo amplo e cheio de possibilidades: a Guerra da Tríplice Aliança e seus espaços de recordação.

---

<sup>59</sup> Svetlana Aleksievitch. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 390.

## 1 TENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NO PÓS-GUERRA

Erick Hobsbawm, ao analisar a invenção das tradições, buscou pensar de que forma e em que contexto algumas marcas e costumes são criados e como acabam sendo incorporados pela sociedade. Para ele, a invenção das tradições é “essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição”.<sup>60</sup> Essa tradição inventada seria, na verdade, um conjunto de práticas, reguladas por regras, tácitas ou aceitas, de natureza ritual ou simbólica que visam inculcar valores e normas, a fim de se estabelecer uma espécie de continuidade com um passado histórico apropriado. É uma linguagem elaborada, com amplo repertório de elementos, composta de práticas e comunicações simbólicas. A necessidade de inventar tradições pode ser “sintoma importante e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma não poderiam ser detectados nem localizados no tempo”.<sup>61</sup> Nesse sentido, examinar os acontecimentos imediatos após o final da Guerra da Tríplice Aliança nos faz pensar sobre a dimensão de crise do Estado Monárquico, bem como a tentativa – quiçá necessidade – de montagem de um novo repertório ritualístico e simbólico que compreendesse o momento advindo do contexto histórico-social a partir de 1870.

Nesse contexto, os cientificismos passaram a perpassar a produção letrada no Brasil, principalmente através da literatura.<sup>62</sup> O chamado *Realismo* utilizava de termos científicos, “*um cinemathographo de ismos*” nas palavras de Silvio Romero.<sup>63</sup> Segundo Lilia Moritz Schwarcz:

“Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de “imperialismo interno”, o país passava de objeto e sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro

<sup>60</sup> Eric Hobsbawm e Terence Ranger. **A Invenção das Tradições**. – Tradução de Celina Cavalcante – São Paulo, 2012. p. 11

<sup>61</sup> Idem, *ibidem*, p. 20

<sup>62</sup> Diversos autores concordam em afirmar que a década de 1870 foi uma década de inovações, do começo de uma nova era. Como afirmou Silvio Romero em 1910, na obra **Provocações e Debates**(págs. 359 e segs): “*Um bando de ideias novas esvoaçava sobre todos nós de todos os pontos do horizonte*”. Apud. Lilia Moritz Schwarcz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. Companhia das Letras: São Paulo, 1993.

<sup>63</sup> Cf. Silvio Romero. **Quadro synthético da evolução dos gêneros na literatura brasileira**. Porto: Chardon de Lelo & Irmãos, 1911.

em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – “classes perigosas” a partir de então- nas palavras de Silvio Romero, transformavam-se em “objetos de ciência”. Era a partir da ciência que se reconheciam as diferenças e se determinavam as inferioridades.”<sup>64</sup>

Tendo um imperador que notadamente era apegado às novidades científicas, principalmente oriundas da Europa, e a participação brasileira nas “Exposições Universais”, era necessária a construção de novas representações da nação tida como moderna e civilizada. A introdução desse ideário acabava por expor as fragilidades e as especificidades de um país miscigenado como o Brasil. Schwarcz ainda completa que

“terminada a Guerra do Paraguai em 1870, apesar de um certo desenvolvimento econômico garantido pela alta aceitação do café brasileiro no mercado mundial, as contradições do sistema se aguçam, ao embalo da campanha republicana. A partir de então o que estava em jogo era não apenas a construção de um novo regime político, como a conservação de uma hierarquia social arraigada que opunha elites de proprietários rurais a uma grande massa de escravos e uma diminuta classe urbana”.<sup>65</sup>

Para Angela Alonso, “o movimento intelectual da geração de 1870 surgiu em meio à desagregação da ordem política imperial”.<sup>66</sup> A vitória na guerra poderia ser utilizada então como um meio agregador e fundador de uma nova mitologia nacional que pudesse recriar o “ser brasileiro” e adequar às novidades da época, mas ao invés disso, o que ocorreu, ao fim, foi rompimento da ordem política imperial. A geração de 1870 incorporou do repertório contemporâneo recursos teóricos e retóricos para gerar uma nova interpretação do contexto de crise política e mudança social, buscando armas para combater às instituições e as formas de legitimação da monarquia. Autores como Quintino Bocaiúva pensaram o contexto do Brasil pós-guerra o comparando com a França de Napoleão III, o que expôs “as mazelas da monarquia, que teria resultado em guerra contra os vizinhos e em desorganização política”.<sup>67</sup> Alonso cita ainda dizeres de Tavares Bastos que afirmava “Este é um mundo que se acaba [...] Sente-se o ranger das peças de um edifício que se esboroa”.<sup>68</sup> Ou seja, se no início do conflito esperava-se que a guerra refundaria a nação, ao final tem-se a certeza que sua longa duração, os custos e todas as questões sociais e políticas por ela ressaltadas, dificultariam sua apropriação como elemento aglutinador.

---

<sup>64</sup> Schwarcz, 2012, p. 38

<sup>65</sup> Idem, *ibidem*, p. 36

<sup>66</sup> Ângela Alonso. **As ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil – Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 51

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*, p. 181

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, p. 51



## 1.1 A política Imperial ao final da guerra

Para entender os acontecimentos posteriores à guerra, importante situar os caminhos da política imperial nesse período. Segundo José Murilo de Carvalho, a década de 1860 foi a mais intensa em debates políticos além de ter representado o fim da chamada “política da conciliação”, implantada durante a década de 1850.<sup>69</sup> Segundo o autor, “o domínio dos conservadores, estendeu-se até 1853. Desse ano até 1862 predominou uma política chamada de Conciliação partidária, seguida de um período liberal até 1868, quando os conservadores voltaram ao poder”.<sup>70</sup> Entre 1864 e 1868, os anos mais duros da guerra, ocorreu o período de maior instabilidade ministerial do Segundo Reinado, com quatro ministérios se sucedendo, derrubados sistematicamente por votações na Câmara. A inclusão, por influência do Imperador, da questão servil na fala do trono de 1867 provocou uma forte oposição dos liberais que apresentaram emenda contra a iniciativa, além disso, o desentendimento entre Caxias, comandante em chefe das tropas aliadas no Paraguai e velho membro do partido conservador, e Zacarias de Góis e Vasconcelos, liberal, que comandava seu terceiro gabinete, foi tão grave que acabou sendo levada ao Conselho de Estado.<sup>71</sup> Caxias pediu demissão, pois se achava desprestigiado pelo governo liberal devido a críticas veiculadas nos jornais. Chegou-se a um arranjo político, visto que o próprio Conselho de Estado se dividiu entre Zacarias e Caxias, mas esse arranjo durou pouco tempo. Aproveitando-se da escolha de um senador, feita pelo imperador, da qual discordava, Zacarias pede demissão em julho de 1868, mesmo com os apelos de permanência feitos pelo imperador, negando-se inclusive a indicar um sucessor. Preocupado com o andamento da guerra, o imperador decidiu manter Caxias no comando e chamar seus correligionários, velhos conservadores, comandados pelo Visconde de Itaboraí.<sup>72</sup> A reviravolta e o uso do poder, conferido pela Constituição, feito por D. Pedro II, nomeando gabinete e não levando em conta a votação da Câmara – neste momento os conservadores não contavam com maioria – provocou a “união” dos liberais e progressistas,

---

<sup>69</sup> Cf José Murilo de Carvalho. “Radicalismo e republicanismo”. In: CARVALHO, José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org). **Repensando o Brasil do oitocentos – cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Pp. 23 e 24.

<sup>70</sup> Idem. “A vida política”. In: Idem. **A construção Nacional (1830- 1889)– volume 2**. História do Brasil nação: 1808-2010. Pág. 103.

<sup>71</sup> Sobre a ação dos partidos durante o Segundo Reinado conferir: Idem. **A construção da ordem e o teatro das sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; Ilmar Rohloff de Mattos. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994; Américo Brasiliense. **Os programas dos partidos e o Segundo Império**. Brasília: Senado Federal, 1979 e Ricardo Salles. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbook, 1996.

<sup>72</sup> Cf. Idem. **Radicalismo e Republicanismo**. Op. Cit, pp., 26,27 e 28.

que negaram confiança a Itaboraí, que, não tendo escolha, se viu obrigado a dissolver a Câmara.<sup>73</sup>

Logo após o retorno dos conservadores em julho de 1868, Nabuco de Araújo convocou uma reunião na sua casa para discutir a situação. Em outubro, nove senadores, entre eles Nabuco de Araújo, Zacarias, Teófilo Otoni e Chichorro da Gama, fundam o *Centro Liberal* e divulgam seus *Artigos orgânicos*. Esses artigos diziam apenas sobre a organização do *Centro Liberal*, mas logo em seguida, passaram a discutir temas como a estrutura partidária descentralizada e democrática.<sup>74</sup> Os documentos mais importantes do *Centro* foram um manifesto publicado em março de 1869 e um programa sucinto publicado em maio do mesmo ano. Todos com redação inicial de Nabuco de Araújo. Em 7 de abril de 1869, data simbólica, aniversário de 38 anos da abdicação de D. Pedro I, na residência de Tavares Bastos, é fundado o *Clube da Reforma*, que tem como veículo divulgador de suas ideias o periódico *A Reforma*, sob direção de Francisco Otaviano, que acaba deixando a direção depois de um mês.<sup>75</sup> Uma das metas do *Clube* era revitalizar o Partido Liberal. Em 31 de março de 1869, publicaram um longo manifesto e um programa para o partido. O manifesto taxava a mudança de partidos como um golpe de estado, e fazia longa apreciação sobre os problemas do país, terminando com uma ameaça: “Ou a reforma ou a revolução; a reforma para conjurar a revolução”.<sup>76</sup>

Nesse clima de tensão política, em janeiro de 1869, Caxias entra em Assunção, para o velho comandante estava terminada a guerra. Mas o conflito ainda não estava encerrado. Segundo Schulz, “por volta de 1868, os paraguaios sofreram graves perdas de homens, munições e alimentos; mas López conseguiu manter unidas suas tropas quase até a sua morte.”<sup>77</sup> Em agosto de 1868, Caxias já escrevia dizendo que não restaria outro recurso aos paraguaios senão a “pequena guerra”, considerando mais mortífera do que até então estava sendo, obrigando o Exército imperial a penetrar em um “país devastado e privado do mínimo recurso”, obrigando o Brasil a ter altos gastos com fornecedores. Caxias ainda afirmava que “como brasileiro e Senador do Império, e com a consciência de general, tenho para mim que as injúrias irrogadas pelo tirano do Paraguai às Potências aliadas estão mais do

<sup>73</sup> Sobre a formação de um partido progressista, conferir José Murilo de Carvalho. **Radicalismo e republicanismo**. Op. Cit, pp 22 -27 e Américo Brasiliense, op. Cit, pp 25-30.

<sup>74</sup> Idem, ibidem, pp. 28 e 29.

<sup>75</sup> Sobre o fato, conferir Carlos Pontes. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido): 1839-1875**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, pp. 292-299.

<sup>76</sup> José Murilo de Carvalho. “**Clamare agitar sempre**”. **Os radicais da década de 1860**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018. P. 15-19

<sup>77</sup> John Schulz. **O Exército na política: origens da intervenção militar — 1850–1894**. São Paulo: ed. USP, 1994.p. 96.

suficientemente vingadas”, e continua, “essa irritante cláusula que exigia a retirada de López do país contida com a mais imperdoável imprevidência do Tratado, fazia com que López, em seu orgulho descomunal, não pedisse a paz”.<sup>78</sup> Apesar das justificativas, D. Pedro II mandou comunicar a Caxias que a guerra devia seguir e o Ministro da Guerra informou que a luta deveria terminar apenas com a expulsão de Solano López do Paraguai.<sup>79</sup>

O Imperador, no intuito de cumprir com o que fora acordado no Tratado da Tríplice Aliança, segundo o qual a guerra somente acabaria com a retirada de Solano López do poder e seu consequente exílio, prolongou o conflito. Contrariando as expectativas do comando aliado, Solano López, apesar de todas as evidências de que sua causa estava perdida, decidiu manter o conflito e eliminou praticamente todos os homens que poderiam sucedê-lo. Caxias, cansado dos combates, abandona o Paraguai em janeiro de 1869, declarando terminada a guerra. Sua partida e de seus principais assessores desanimou as tropas de ocupação do Paraguai, provocando um enorme pedido de dispensa de oficiais e voluntários, além de diversas especulações sobre a fuga de López. Para Doratioto,

Caxias retirou-se do Paraguai sem esperar ordens superiores, atitude que foi imitada, em fevereiro, pelas cúpulas do Exército e da Marinha. Essa retirada, acrescida do cansaço da guerra por parte das forças brasileiras, sentimento aprofundado após os duros combates de dezembro do ano anterior, levaram à imobilização militar até meados de 1869.<sup>80</sup>

As críticas mais severas feitas a Caxias partiram dos Senadores Teófilo Otoni e Zacarias, membros do já mencionado *Clube da Reforma*.<sup>81</sup> Temendo ter que lutar contra um “exército de guerrilha” de López, as lideranças políticas do Império decidiram optar pelo prosseguimento e, para tanto, o Conde d’Eu, genro do Imperador, foi nomeado para comandar o exército na busca pelo ditador paraguaio.

Antes de sair, Caxias nomeou interinamente o general Guilherme Xavier de Souza (“um homem gravemente doente”, nas palavras de Quintino Bocaiúva).<sup>82</sup> Em 20 de março de 1869, D. Pedro II recebera uma carta de José Maria Paranhos, representante brasileiro no Paraguai, afirmando a necessidade de o Conde d’Eu ir para o Paraguai. Então, em 22 de março foi publicada, além da demissão de Caxias, a nomeação do Conde como comandante

---

<sup>78</sup> Carta de Caxias ao Barão de Muritiba. Ofício confidencial – “Paré-cué, em frente a Humaytá”. 14/08/1868. código 924. Reservados e confidenciais – correspondência do comandante em chefe (vol. 4, pp 131-134). Arquivo Nacional,

<sup>79</sup> Idem, pp. 265. Conferir também: Francisco Doratioto. **Maldita Guerra**. pp. 338 e 339.

<sup>80</sup> Francisco Doratioto. **Maldita Guerra**. P.383.

<sup>81</sup> Cf. Francisco Doratioto. **Maldita Guerra**. Pp. 390.

<sup>82</sup> Quintino Bocayuva. Montevideú, 15/03/1869, em **Guerra do Paraguay: nova phase (carta a um amigo)**. Montevideú: Typogaphia Sul Americana, 1869, p. 19.

em chefe das forças brasileiras na guerra.<sup>83</sup> A situação acabou sendo agravada pela disputa política no Rio de Janeiro e pelo fato da guerra já ter se tornado impopular, ao contrário do que ocorreu no início do conflito. A desordem administrativa do exército, a falta de gêneros devido ao precário fornecimento de alimentos pela firma argentina Lezica & Lánus, o mau estado das tropas, a falta de ambulâncias que, segundo Doratioto, fazia com que os soldados ficassem até oito dias no campo de batalha sem curativos, a falta de armamentos e o “desleixo” com o qual o governo imperial tratava das questões, desanimava ainda mais o exercício da luta.<sup>84</sup> Nesse ínterim, entre a saída de Caxias e a chegada do Conde d’Eu, o Conselheiro Paranhos teve papel fundamental. Sua presença no Paraguai fez sentir a autoridade do governo (ou até melhor, a presença do governo), e novamente conseguiu mobilizar as tropas para retomarem as operações. A nomeação de um membro da família real poderia reerguer o moral da tropa no Paraguai. Se anteriormente o Conde solicitava ir ao Paraguai, agora, tendo a certeza que esta guerra não permitiria glórias fáceis, agora ele resistia em assumir o comando.<sup>85</sup> A opinião pública se animou com a nomeação do Conde d’Eu, julgando estar próximo o fim da guerra.<sup>86</sup> Em 14 de abril, ele e sua comitiva chagavam a Assunção e, em 16 de abril de 1869, ele assume de uma vez por todas, o comando das tropas brasileiras. Até agosto desse ano ocorrem algumas batalhas significativas, mas a partir desse mês, a guerra se transformou em uma verdadeira caçada a Solano López.

Antes mesmo do final do conflito já era nítida a vontade do governo imperial no sentido de desmobilizar as tropas. Em novembro de 1869, era ordenada a retirada dos primeiros contingentes de voluntários da pátria. Desejava o príncipe enviar grande número de soldados para o Rio de Janeiro a fim de despertar o regozijo público, mas o governo de antemão já avisara que não teria transporte suficiente, muito menos alojamentos para receber grande quantidade de soldados.<sup>87</sup> Na verdade, o governo temia desordens e agitações na capital e a utilização disso pelos liberais, além do partido conservador não pretender realizar homenagens aos generais brasileiros ligados ao partido liberal. Paranhos sugere então que “contaminado de indisciplina e ideias perigosas”, os soldados não deveriam desembarcar no Rio de Janeiro e sim seguir diretamente para suas províncias de origem, de preferência em

---

<sup>83</sup> Cf. Alberto Rangel. **Gastão de Orléans (o último Conde d’Eu)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935, pp. 218.

<sup>84</sup> Francisco Doratioto. **Maldita Guerra**. Pp. 395

<sup>85</sup> Idem, pp. 396-398.

<sup>86</sup> Conferir: Alfredo d’Escragno Taunay. **Recordações de guerra e de viagem**. São Paulo: Weiszflog, 1920, p. 10.

<sup>87</sup> Ofício do Conde d’Eu para o Ministro da guerra. Vila do Rosário, 27/01/1870. Arquivo Nacional, códice 547, vol.20; Conde d’Eu para a Câmara. Quartel-general da Vila do Rosário, 06/02/1870 e Ofício particular de Paranhos para Cotegipe. Particular nº51, Assunção, 27/02/1870. IHGB, lata 920, pasta 133.

frações.<sup>88</sup> Ao Rio não deveriam chegar, por exemplo, mais do que 1600 voluntários de cada vez, e, mesmo assim, não podiam constituir batalhões inteiros, mas misturados metade a metade.<sup>89</sup> Em três de fevereiro de 1870, retiraram-se do Paraguai os primeiros batalhões de voluntários. O Conde d’Eu exigira que os primeiros contingentes a se retirarem fossem de voluntários da pátria, o que foi atendido. Segundo Rodrigo Goyena em sua tese de doutorado,<sup>90</sup> em 1870 a figura do veterano era expressivamente problemática (ao passar dos anos ela se torna simbólica), quiçá seu retorno não inaugurou a politização das forças armadas que, vinte anos mais tarde, pode ter culminado na Proclamação da República.<sup>91</sup> Havia ainda o *horizonte de expectativa* dos veteranos com a possibilidade de superação de sua condição socioeconômica e, com isso, ascensão social, a partir da participação na guerra e com o recebimento das promessas feitas pelo governo. O não cumprimento ou as poucas promessas cumpridas trouxe frustrações no regresso que nem os festejos poderiam aplacar. Esses homens não seriam mais os mesmos. A dura campanha, a convivência com diferentes, traria um novo olhar que poderia trazer problemas ao Império.

O pano de fundo de todo esse contexto ainda seria mais complicado. O Conde d’Eu ao assumir o comando em chefe das operações poderia conferir um apelo mais significativo às propostas dos liberais, mas nesse momento, o gabinete era composto de membros do partido conservador que temiam a arregimentação de forças para o partido liberal. Igualmente, cabe destacar que, conforme mencionado acima, alguns membros do partido liberal se “tornaram radicais” e se voltaram para a ideia de República. Um exemplo disso foi às celebrações orquestradas por André Rebouças, na Corte, a cada vitória do Conde na campanha. O Partido Liberal desejava reformas e o Conde era a favor de ao menos três delas: a suspensão do recrutamento forçado, o fim da Guarda Nacional e a emancipação dos escravos.<sup>92</sup> A popularização do Conde d’Eu era problemática, não somente para o gabinete conservador de Itaboraí, mas também a necessidade de alcançar o *Clube Radical* que criticava à manutenção do regime monárquico. O ano de 1869 termina com uma pequena revolta de estudantes, que criticavam as reformas feitas nos exames do curso de medicina, mas que ao final acabaram

---

<sup>88</sup> Ofício de Paranhos para Muritiba. Assunção, 01/10/1869, Arquivo Nacional, caixa 811, pasta 2.

<sup>89</sup> Conde d’Eu para Nemours, 16/12/1869, em Alberto Rangel, op. Cit. Pp. 285 e 293.

<sup>90</sup> Rodrigo Goyena Soares. **Expectativa e frustração. História dos veteranos da Guerra do Paraguai.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017.

<sup>91</sup> Idem, pp. 11 e 12. Cabe ainda ressaltar que a República foi proclamada por veteranos da guerra, bem como das oito pastas ministeriais, três foram assumidas por ex - combatentes; além disso, 16 unidades federativas (Estados) eram governadas por militares, quase em sua totalidade veteranos da Tríplice Aliança.

<sup>92</sup> Cf. Rodrigo Goyena. **Expectativa e frustração. História dos veteranos da Guerra do Paraguai.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017. Pp. 83-84.

dando vivas à república no Clube Radical.<sup>93</sup> Ainda em suas correspondências com André Rebouças, o príncipe deixa entendida sua posição de retornar com as tropas, mas não era qualquer tropa, a ideia era retornar com os voluntários da pátria, o que significava reconhecimento público a cidadãos comuns, vinculando igualmente o príncipe ao cumprimento das promessas feitas aos voluntários no início da campanha. Mas essa vontade do Príncipe logo foi refreada por Paranhos que temia o uso político do retorno dos voluntários.<sup>94</sup>

A habilidade de Paranhos tanto no fazer diplomático quanto nas “orientações” ao Príncipe foram de acordo com que esperava o governo. A retirada deveria ser aos poucos, a fim de retirar qualquer possibilidade de se pensar que ocorreu uma “debandada” e que ele – o Príncipe – não deveria se preocupar com as glórias do retorno, pois “o povo brasileiro não é belicoso, as festas militares não são as que mais exaltam”.<sup>95</sup> Parecia que Paranhos previa os acontecimentos. Feito isto, as tropas retornariam não em batalhões completos, mas em fragmentos destes, bem como não seria permitido aos oficiais seguirem à frente dos mesmos, para evitar a chamada politização das tropas. Em fevereiro de 1870, ou seja, ainda antes da morte de Solano López, os veteranos (no caso específico os batalhões de voluntários da pátria de número 23º e 27º da Corte, o 30º de Pernambuco e os de 40º e 46º da Bahia) começaram a regressar recebendo os vivas tendo seus comandantes à frente.<sup>96</sup> Além disso, diversos veteranos passaram a encenar peças teatrais com narrativas sobre a guerra, basicamente relativas às vitórias dos “briosos filhos do norte”, bem como louvações do major Francisco Rodrigues Pessoa, do 30º de voluntários de Pernambuco à figuras como Felipe Camarão, Henrique Dias, além de Pedro Ivo e Nunes Machado, líderes da Revolução Praieira. <sup>97</sup> Para evitar a tão temida politização da tropa, era necessário então que o governo tomasse as rédeas do processo, igualmente do processo comemorativo, a fim de estabelecer sua forma de construção de uma memória, para que ela se tornasse a memória oficial da guerra.

## 1.2 As festas

As comemorações são uma espécie de “escolha sagrada”, uma preferência, uma rejeição ao esquecimento de outras coisas, outros eventos que poderiam ter sido comemorados

---

<sup>93</sup> Idem, p. 85.

<sup>94</sup> Idem, p. 88.

<sup>95</sup> Idem, p. 89.

<sup>96</sup> Idem, p. 96.

<sup>97</sup> Idem, p. 95.

naquele mesmo dia. Nesse sentido, os “símbolos da memória” são marcados por ritos, ou mais precisamente, rituais. Bellaing citando Namer afirma que esses rituais são marcados por quatro processos: o desfile militar, a vigília fúnebre, o desvelamento de placas e as festas populares.<sup>98</sup>

As festas populares inscrevem seu significado no tempo, mas em um tempo reservado para o povo, a fim de trazer de volta o “trágico e grandioso da vida cotidiana”, marcando assim a continuidade do povo apesar da dura fratura da guerra. Nas comemorações, o tempo de memória é contínuo apenas no imaginário; são condensações míticas do tempo real vivido pelos homens na guerra. Nessas sequências é que o rompimento e o esquecimento aparecem.<sup>99</sup>

As iniciativas populares de comemoração já se iniciam mesmo antes do final da guerra, a partir de qualquer notícia que circulasse nos jornais sobre alguma vitória ou avanço no conflito. Um exemplo disso são as comemorações realizadas na Corte pela “Passagem de Humaitá”. Bastaram os jornais divulgarem no início de março a transposição do bloqueio que as comemorações se iniciarem. O *Jornal das Famílias* de julho de 1869 fez uma espécie de rememoração dos eventos.

“Festejava-se a grata notícia da ocupação da famosa Humaitá pelas tropas brasileiras, notícia esta que se tornava muito mais grata por chegar à corte na época em que algumas cartas e ofícios embusteiros dos nossos *fiéis* aliados argentinos, haviam enlutado os corações brasileiros, anunciando desastres e discórdias entre nossos valentes generais. A mola que comprimia e contristára os peitos do povo, e ainda mais o do seu virtuoso soberano, se elastecera vigorosamente com a nova da tomada do baluarte paraguaio, e de estar nossa briosos esquadra dominando todo o rio Paraguai; e cada qual queria desferrar-se da tristeza anterior, dando mais livre expansão do entusiasmo que o dominava. O povo, em ondas compactas, percorria satisfeito e alegre as ruas da corte, adornadas de arcos de flores, festões e bandeiras de todas as nações; o estampido da artilharia de bordo, e o da multidão de foguetes que estalavam no ar, se misturava com os vivas entusiásticos que milhares de vozes elevaram à pátria e ao monarca; os grupos de formosas moças, ainda mais formosas pela alegria que irradiava de suas faces; o delicioso aroma dos ramos de flores e das essências perfumadas que embalsamavam a atmosfera; o som harmonioso das bandas de música que percorriam as ruas, entoando hinos de triunfo; a imensa profusão de globos e luzes que inundavam de claridade todo esse belo espetáculo; tudo isso se juntava para lisonjear os cinco sentidos de nosso patrícios e fazê-los exultar de ventura.”<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup> Louis Moreau de Bellaing. “Mémoires de la mémoire : la commémoration”. In: *L'Homme et la société*, N. 75-76, 1985. Synthèse en sciences humaines. pp. 237-244.

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*, p. 240

<sup>100</sup> *Jornal das Famílias*. Julho de 1869. Biblioteca Nacional.

Nos documentos referentes aos pedidos de particulares à Câmara de Vereadores da Corte, encontramos um sem números de solicitações para festas em comemoração ao fato.<sup>101</sup> Acreditava-se, contudo, que a Passagem de Humaitá seria o indício do caminhar para o final do conflito, o que não ocorreu. Em 17 de março de 1868 foi recebida uma solicitação para festejos patrocinados pela Marinha Imperial na Rua Dom Manuel; a própria Câmara encabeçou uma dessas comemorações, divulgando, como era de costume, a programação oficial dos festejos que se realizariam no dia 9 de março. Era na verdade uma sequência de acontecimentos:

- I- Iluminar as frentes das casas por três noites;
- II- Que a Câmara deseja felicitar SMI;
- III- Que oito dias depois a Câmara manda solenizar um *Te Deum* em ação de graças na Capela Imperial, começando as grandes iluminações por cinco dias com a verba das comissões;

As iniciativas particulares também mereceram destaque. No documento “Notícias dos diferentes festejos e iluminações cujos processos foram submetidos à Câmara”, mostra bem a diversidade dessas comemorações. Onde elas ocorreram?

- I- Praça da Constituição – do lado entre a Rua do Conde e Rua da Constituição (a cargo de uma comissão pré-estabelecida, e não se declarando a categoria dos festejos);
- II- Praça da Constituição – do lado entre a Rua da Constituição e Sete de Setembro, onde uma fachada com escudos, troféus e bandeiras seriam expostos;
- III- Rua do Ouvidor - da Rua do Ouvires até a Rua da Quitanda;
- IV- Rua do Ouvidor – da Rua da Quitanda até a Rua da Direita;
- V- Rua do Ouvidor – da Rua do Ouvires, entre Rua do Ouvidor e Sete de Setembro, colocando um arco no canto da Rua do Ouvidor, um arco no canto da Rua do Ouvidor e Sete de Setembro e mais 14 pequenos arcos no espaço;
- VI- Na Rua da Direita entre Rua de São Pedro e Teófilo Ottoni, com um arco ou adornos;

---

<sup>101</sup> A Coleção da Câmara Municipal – Conselho de Intendência – Série Guerra do Paraguai, nos oferece um pouco a noção desse panorama. O Conselho de Intendência recebia e analisava os pedidos dos moradores da cidade relativos a licenças e autorizações. A partir da documentação referente a esses pedidos, tendo como referência o período da Guerra da Tríplice Aliança, um fundo específico fora criado, onde podemos perceber o “estado de ânimo” dos moradores acerca dos movimentos e vitórias .. Cf. Fundo Câmara Municipal/ Conselho de Intendência; Série: Guerra do Paraguai; Notações: 42.3.19 e 44.1.47. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro



- VII- Na Rua do Ouvidor, Rua do Rosário, Rua da Direita para o mar, Rua do Mercado, Travessa do Comércio, Rua da Alfândega e Beco do Lopes, com arcos nas embocaduras de todas as ruas citadas e coreto.
- VIII- Rua da Saúde em frente à Rua do Livramento lado do mar, com um templo e seis arcos triunfantes;
- IX- Saco do Alferes e Largo da Gamboa, com um coreto, ornamentos pelas ruas e praia;
- X- Freguesia da Lagoa – iluminação na Praia de Botafogo;
- XI- Freguesia da Glória – *Te Deum*, iluminação nas circunvizinhanças da Igreja;
- XII- Largo e Rua da Providência – empregarão esforços para brilhantes festejos;
- XIII- Academia de Belas Artes – iluminação de seus prédios;
- XIV- Sociedade Tenentes do Diabo (Rua Sete de Setembro) – iluminação de seus prédios;
- XV- A comissão da Rua do Senador Eusébio aguarda a organização para postar seu programa;
- XVI- A sociedade Libertação na Freguesia de Santo Antônio dará liberdade à tantas crianças que lhe for possível;
- XVII- A Comissão representante da classe tipográfica libertará seis crianças;
- XVIII- Um grupo superior a 12 senhoras irá receber SAR.
- XIX- Um grupo de senhoras pretende reunir-se no Paço Municipal para oferecer a SAR um bouquet.<sup>102</sup>

Com essa exposição do programa dos festejos, fica bem clara a participação de diversos segmentos, pensando nas freguesias mais pobres da Corte e as mais abastadas, bem como a libertação de crianças escravas e participação na organização como forma de oportunidade política, como é percebido através dos diversos agradecimentos enviados à Câmara dos membros felizes pela escolha para as Comissões.

### 1.3 O retorno das tropas

Antes mesmo do final da guerra alguns contingentes de, agora, ex-combatentes, chegavam à Corte. A princípio deveriam vir os voluntários da pátria e os guardas nacionais designados. Em ofício de 10 de dezembro de 1869, endereçado ao Ministro da Guerra, o

---

<sup>102</sup>Coleção Conselho de Intendência. Série Guerra do Paraguai, notação 44.1.47. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras, argumentava sobre a desvantagem econômica de se manter um grande número de soldados no Paraguai, e por isso sugeria ao ministro que os voluntários da pátria e os guardas nacionais deveriam ser os primeiros a seguirem para o Brasil, afirmava ainda a necessidade de isto ocorrer com “*certa solenidade para que apareça como termo visível dos sacrifícios impostos ao Brasil e para que o acolhimento feito aos que tanto trabalharam pela honra nacional sirva aos vindouros de estímulo para imitá-los.*”<sup>103</sup> A ideia era de conduzir de uma só vez à Corte, a princípio, os treze batalhões de voluntários para que se pudesse, em suas palavras, “*fazer uma entrada solene nessa grande cidade*” e solicitava transportes para tal intento.<sup>104</sup> O Barão de Muritiba, Ministro da Guerra, em resposta informava sobre a inexistência de transportes na Corte capaz de conduzir de uma só vez cinco a seis mil praças, e também “*guardadas as condições higiênicas e ainda mais porque não existe na Corte quartéis suficientes para o abrigo desta considerável massa de tropas.*”<sup>105</sup> O Conde d’Eu também pretendia vir à frente dos batalhões, algo que logo foi impedido pelo próprio Imperador por “*achar inconveniente que se ausente do Exército e das outras forças que digna e honrosamente comanda, enquanto não cessarem de uma vez as ditas operações.*”<sup>106</sup> O fato é que os jornais sejam eles a favor ou contra o governo, tais como *A Reforma*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, anunciavam o término do conflito e cobravam o retorno das tropas.

As discussões ainda continuavam em janeiro de 1870 sobre o retorno dos voluntários e a vontade do Conde d’Eu de uma entrada triunfal na Corte. No dia 18 de janeiro, o jornal *A Reforma*,<sup>107</sup> transcreveu e comentou um artigo do *Jornal do Comércio*, folha considerada oficial do governo, que tratava de uma correspondência no teatro de guerra, a qual avaliava se eram idôneas ou não. O correspondente do *Jornal do Comércio* falava sobre a retirada das tropas, mas afirmava que eram boas as razões para que o Conde d’Eu se apresentasse na Corte à frente de cinco ou seis mil homens, os voluntários da pátria. *A Reforma* retrucou respondendo que

“estes serão poucos supondo distribuídos pelas províncias sem desembarcar na Corte, onde só teriam festas de ostentação, fazendo uma

<sup>103</sup> **Ofícios endereçados ao Conde d’Eu.** 10 de dezembro de 1869. Manuscritos. Localização 34,03,006 – nº 29. Biblioteca Nacional.

<sup>104</sup> **Ofícios endereçados ao Conde d’Eu.** 10 de dezembro de 1869. Biblioteca Nacional.

<sup>105</sup> **Ofícios endereçados ao Conde d’Eu.** 10 de dezembro de 1869. Biblioteca Nacional.

<sup>106</sup> **Ofícios endereçados ao Conde d’Eu.** 10 de dezembro de 1869. Biblioteca Nacional.

<sup>107</sup> O jornal **A Reforma** surgiu com o centro liberal em outubro de 1868 e seu objetivo era evitar a divisão definitiva entre radicais e liberais, se tornando órgão do partido liberal, o que justifica o teor das críticas ao governo. Cf. Rodrigo Goyena. . **Expectativa e frustração. História dos veteranos da Guerra do Paraguai.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017. P.92.

despesa injustificável, com injúria dos míseros inválidos da pátria! O príncipe ficará no Paraguai condenado ao papel de capitão de Campo que o Sr. Duque de Caxias rejeitou por indigno de seu alto posto!”

A polêmica continuava. Em 27 de janeiro, *A Reforma* criticava o governo conservador pelo temor das desordens que poderiam ser provocadas com o desembarque das tropas no Rio de Janeiro, como descrito no ofício circular de 31 de dezembro de 1869 do Ministro da Guerra aos presidentes de Província.<sup>108</sup> E disparava: “*obriga-nos a provocar o governo que declare se entre os motivos pelos quais repeliu a ideia de virem os voluntários e os guardas nacionais reunidos, figura o receio de que eles marchassem na Corte pelo roubo e assassinato*”<sup>109</sup>. Pelas folhas do jornal, o Conde d’Eu não teria culpa alguma com relação a esses fatos, pelo contrário, o responsável por essa medida seria o Conselheiro Paranhos e o “gabinete de 16 de julho. Contudo, apesar das hipóteses do governo acerca de perturbações, para os redatores do *A Reforma*, isso parecia algo inexplicável, pois o Conde d’Eu com o prestígio da vitória e a popularidade alcançada entre os soldados, poderia garantir ordem e a disciplina daqueles que desembarcavam na Corte. Mas a resposta poderia estar na sua medida de extinguir a escravidão no Paraguai, o que desagradou e atraiu sobre si a oposição da elite agrária brasileira, que viu com maus olhos e prenúncio de que não poderia mais contar com a monarquia com relação à questão escravista.<sup>110</sup>

A ideia de não realizar festejos para receber os voluntários gerou muita polêmica na imprensa, e acabou ocasionando problemas do “Gabinete de 16 de julho”. Tanto os jornais liberais quanto os membros do partido aproveitaram o momento para contestar o descaso da monarquia e do partido conservador, então no poder.<sup>111</sup> Uma das críticas mais interessantes foi

<sup>108</sup>**Fundo Presidente da Província.** Notação 0069 – maço 5, caixa 24. APERJ.

<sup>109</sup>**A Reforma.** 27 de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>110</sup> Wilma Peres Costa. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império.** São Paulo: Editora da Unicamp, 1996, p. 262.

<sup>111</sup> Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil* fornece um panorama muito interessante sobre os jornais em circulação e suas tendências. Sobre esse contexto ele escreve: “Com a Guerra do Paraguai ainda em curso, a imprensa começaria a refletir as inquietações.” Essas inquietações segundo o autor seriam da ordem social: o problema das ordens religiosas e a “campanha” pela dissolução delas; discutia-se a invasão do México pelos franceses, a disputa no teatro pelos autores nacionais, os “avanços” nas modas femininas. Destaca ainda o lançamento no ano de 1868 do jornal *Diário do Povo*, redigido por Tavares Bastos e Lafaiete Rodrigues Pereira, considerado “trincheira de combate dos liberais”; em 1869 Lafaiete Pereira passa a integrar o *Reforma* (um dos jornais base da pesquisa), dirigido por Francisco Otaviano, contando também com Saldanha Marinho, Tito Franco, Silveira Martins, Joaquim Manuel de Macedo, Teófilo Ottoni, Souza Franco, Homem de Melo, entre outros. É considerado o jornal mais prestigioso da época. Originário do chamado *Clube da Reforma* (anteriormente os liberais estavam divididos com relação às reformas que pretendiam no sistema monárquico. Com a demissão do Gabinete Liberal de Zacarias de Vasconcelos em 1868, eles se fundiram no chamado *Clube da Reforma*), “significando a necessidade de alterações na ordem política que correspondessem às que decorriam do desenvolvimento do país”. Mais tarde colaboraram com *A Reforma* Afonso Celso, Rodrigo Otávio, Faria Alvim, Joaquim Serra, entre outros. Cf. Nelson Werneck Sodré. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal editora, 1977, pp. 242 e 243.

publicada em 20 de janeiro e comparava a atitude de Itaboraí em conduzir voluntários e guardas nacionais diretamente para suas províncias, aos navios negreiros: “*No porão dos navios como andavam os africanos, no tempo que V. Excia. Foi ministro, devem os valentes soldados da nação serem conduzidos como criminosos às províncias que desejam saudá-los como heróis!*”.<sup>112</sup> Ou seja, em um único trecho além de criticar a forma com a qual o governo lidava com o retorno dos voluntários, aproveitavam também para “divulgar” uma de suas plataformas – o fim da escravidão. Mas a folha oficial do governo encontrava outra desculpa para a não realização dos festejos, em sua opinião isso poderia descontentar as tropas de linha que ficariam ainda no Paraguai. Durante a pesquisa na documentação não foram encontrados indícios de conflitos ocorridos efetivamente entre as tropas na Corte, muito menos a existência de rivalidades tão intensas entre as tropas civis – os voluntários da pátria e os guardas nacionais – e as tropas de linha. Claro, no acampamento havia problemas, brigas e até mesmo assassinatos, mas tornar um motivo para evitar comemorações, isso realmente não me pareceu ser verídico.<sup>113</sup>

Na Corte, segundo os jornais, como *A Reforma* e *A Semana Ilustrada*, a população manifestava sua vontade de comemorar o regresso dos batalhões, e segundo o jornal *A Reforma* de Porto Alegre, que não possuía somente o nome, mas também as mesmas tendências ideológicas de seu homônimo da Corte, “*acabando de escrever no campo inimigo páginas de eterna glória para nossa pátria*”, imaginando a passagem dos soldados “*pelas alas do povo, diante das sagradas insígnias da pátria*”.<sup>114</sup> Em São Paulo, os jornais compartilhavam do pensamento do governo. Dizia ele que esses soldados não seriam exatamente os “heróis imaginados” da nação, mas sim

“soldados [que chegam] mal dispostos pelos martírios da campanha e pela viagem do mar e mal desembarcarão e serão obrigados a fazer através das ruas do Rio de Janeiro um trajeto perto de duas léguas de mochilas e armas ao ombro debaixo do sol abrasador, porque daquele lugar e da estação, ponto de tal arte de alcance indubitável de febre amarela que ali grassa assustadoramente e de preferência quem vem de estranhas terras. [...] São constrangidos os míseros heróis da guerra a dar-se em espetáculo, sem curar-se das desastrosas consequências a que vão ser expostos [...] Assim, dispensava aquele abraço fraterno que lhe quer dar o governo e nós em nome dos soldados paulistanos, e de suas famílias

<sup>112</sup>**A Reforma**, 27 de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>113</sup> Esse comentário de um enviado do *Jornal do Comércio* a Rosário foi transcrito pelo *A Reforma*: “*mas esse ruído passageiros dos foguetes, esse aroma volátil das flores que se espargirem no desembarque dos voluntários no Rio de Janeiro não tem significação nenhuma douradora. Demais, com que direito festejam os soldados que voltam agora para a pátria com o ruído estrondoso dos festins públicos, quando ficam esquecidos os que aqui devem permanecer em um posto de honra porque são da tropa de linha?!*” Idem, ibidem. Biblioteca Nacional.

<sup>114</sup>**A Reforma** de Porto Alegre, 08 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

cabe levar essa súplica ao trono do imperador para que haja de dispensar os pobres mártires a Provença inglória que lhes prepara.”<sup>115</sup>

Para o *Correio Paulistano*, esse desfile seria algo infrutífero, pois somente serviria para divertir a Corte e para “estragar” o que poderia ser a memória ou a construção da memória de heróis. Mas o que seria ou o que representaria ser um herói de guerra nesse contexto? A ideia de uma construção heroica é segundo Raoul Girardet uma mitologia política, pois

“em torno deles, cristalizam-se poderosos impulsos de emoção, de espera, de esperança e de adesão. [...] Toda a questão está, evidentemente, em saber como se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação que resulta na transmutação do real em sua absorção no imaginário.”<sup>116</sup>

O *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro já dava outra explicação para a concordância com a ideia do Ministro de não ocorrerem festejos, segundo o periódico, “*o tempo das festas já passou. As glórias que vem tarde já vêm frias*”, além de oficialmente a guerra não ter terminado, pois, devido ao protocolo assinado, faltava encontrar Solano López. O jornalista João Saldanha Marinho,<sup>117</sup> mesmo sendo membro do partido liberal, usou as páginas do *Jornal do Comércio* para tecer alguns comentários sobre as razões que ele acreditava serem as verdadeiras para que o governo não aceitasse as festas de retorno. Para ele, a ausência de um pronunciamento oficial do governo sobre essa pauta colocava ainda mais em descrédito o gabinete de 16 de julho, e a desculpa pelo temor de um surto de febre amarela e da cólera parecia inverossímil. Segundo ele, ao menos no que deixou entender de suas palavras, o governo temia na verdade as desordens ou tensões sociais que pudessem advir da chegada dos voluntários.<sup>118</sup> Esse pensamento também era explicitado no *Jornal da Tarde* que em algumas linhas nos deu a entender que antes mesmo da chegada do “grosso” dos voluntários, algumas tensões sociais já ocorriam na cidade. Como um dos primeiros a se manifestar contra os festejos, publicou em 23 de dezembro de 1869 a seguinte nota: “*que os voluntários partam imediatamente para suas províncias ou para as terras que desejarem ocupar, e lhes forem*

<sup>115</sup>O *Correio Paulistano*, 02 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>116</sup> Raoul Girardet. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São. Paulo. Ed.Cia das Letras, 1987, p70-71

<sup>117</sup> Saldanha Marinho era pernambucano e tornou-se bacharel em direito em 1836. Filiado ao Partido Liberal, foi deputado pelo Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Amazonas. Foi também presidente da Província de Minas Gerais e São Paulo, além de atuar como jornalista escrevendo para o *Jornal do Comércio* e o *Diário do Rio de Janeiro*.

<sup>118</sup>*Jornal do Comércio*, 11 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional

*cedidas. É esse no nosso entender o meio mais seguro de prevenir a renovação de conflitos de que por vezes têm sido testemunhas os habitantes desta cidade.*”<sup>119</sup> Essa desconfiança possivelmente se deu devido aos acontecimentos em Buenos Aires. Os jornais de lá informavam que os guardas nacionais argentinos quando retornavam provocavam frequentes roubos e assassinatos, além de serem atraídos para o jogo e a embriaguez.<sup>120</sup> “*Só faltava esta! Os bravos guardas nacionais e voluntários da pátria não devem vir incorporados para a corte, porque, os soldados, embriagados pelas festas, se converteriam em ladrões assassinos!*”, exclamava *A Reforma*.<sup>121</sup> Até a seca que assolava o Nordeste, que anteriormente havia sido usada possivelmente para o alistamento de voluntários, agora fora utilizada como desculpa, falava-se que o dinheiro arrecadado com as subscrições públicas, como por exemplo, as realizadas por alagoanos e baianos residentes no Rio de Janeiro para os festejos poderia ajudar os flagelados da seca. E o *Jornal do Comércio* ia além:

“com que alegria poderão receber essas ovações ruidosas na corte do império os voluntários baianos, se sabem que estão morrendo de fome nos sertões de sua terra os entes mais queridos de seu coração? Se sabem que quanto mais cedo ali chegarem, mais probabilidade tem de salvar-lhes a vida ameaçada pela fome?”<sup>122</sup>

A questão era a seguinte: os jornais tentavam entender e explicar os motivos do governo enquanto este se calava. Mas porque motivos o governo se calou neste momento, afinal as comemorações cívicas, segundo Pierre Nora, são campo profícuo para fundamentação da nacionalidade?<sup>123</sup> Esse tipo de comemoração, de acordo com Hendrick Kraay,

“são tanto “ritos do poder”, liturgias através da qual as autoridades representam sua legitimidade, como espaços políticos em que a oposição manifesta publicamente sua visão. Como nos foi ensinado pela antropologia, o ritual e o simbolismo têm um papel de destaque na criação da realidade política. Na historiografia sobre as festas cívicas no Brasil imperial há uma tendência de analisá-las de cima para baixo. Há estudos sofisticados sobre a coroação e o imaginário da monarquia, e inquestionavelmente, havia um projeto oficial, mas sabemos muito menos sobre a recepção dele.<sup>124</sup> Ainda estamos diante o que Eric Hobsbawm chama de densa “bruma que rodeia as questões sobre a consciência nacional” – podemos também dizer consciência política – “de homens e

<sup>119</sup> *Jornal da Tarde*, 23 de dezembro de 1869. Biblioteca Nacional

<sup>120</sup> *A Reforma*, 28 de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional

<sup>121</sup> *A Reforma*, 20 de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>122</sup> *Jornal do Comércio*, 16 de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>123</sup> Pierre Nora. Op. Cit “La nation – mémoire”. Pp. 2207-2210.

<sup>124</sup> Maria Eurydice de Barros Ribeiro. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1993; Lilia Moritz Schwarcz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999; SOUZA, Iara Lis Carvalho Souza. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Unesp, 1998.

mulheres comuns”. Uma cuidadosa análise das festas cívicas proporciona, pelo menos em parte, uma maneira de responder à dúvida de Hobsbawm, pois elas funcionavam como um plebiscito periódico sobre o Estado e suas pretensões. As festas não são fáceis de analisar, pois há diversos níveis a considerar. Há a prática – o que efetivamente aconteceu nas ruas – e o discurso jornalístico e particular sobre o que aconteceu. Os jornais da época eram altamente politizados e seus relatos das festas eram declarações políticas e não meras reportagens delas. Assim pretendiam construir a sua própria realidade política.”<sup>125</sup>

Talvez a resposta viesse de um jornal de Santa Catarina, que, explicando os motivos pelos quais o governo recomendou que os voluntários regressassem em pequenas frações partindo prontamente para suas províncias, resumiu de forma esclarecedora: “*a modo que fiquem tão divididas e espalhadas que ninguém possa vê-las ou temê-las.*”<sup>126</sup> Ou seja, para o governo seria melhor que os voluntários passassem despercebidos, e o receio se explicava: “*na Corte é que os voluntários deveriam ajustar as suas contas; e o governo lhes prepara um calote.*”<sup>127</sup> Desta forma, em 03 de fevereiro de 1870, partiram de Rosário nos vapores Presidente, Galgo e São José, todos com destino ao Rio de Janeiro e sob o comando do coronel Faria Rocha os primeiros contingentes de voluntários da pátria.

Mesmo com a campanha para que fossem remetidos diretamente para suas províncias, os voluntários seguiram rumo à Corte. Desde meados de 1869, a cada novo boato que chegava do Paraguai sobre a finalização da guerra, os moradores da Corte seguiam às ruas para comemorar. Desta vez não era boato: realmente, na visão de alguns, a guerra já estaria praticamente encerrada e eles retornariam ao Brasil. Nas folhas estrangeiras e alguns jornais brasileiros chegavam às notícias da entrada triunfante das tropas em Montevideu e das recepções na Argentina. A população da corte esperava uma comunicação oficial do governo com relação aos festejos, e nada. Um protesto de pequeno número de soldados em 1º de janeiro de 1870, no Campo da Aclamação, agravara as coisas – gritavam pela República e contra o Imperador. Em pouco tempo foram presos e conduzidos à Casa de Correção. Não eram voluntários ou ex-combatentes, mas jovens estudantes que, encantados com a ideia liberal e comprometidos com o incipiente Partido Republicano, resolveram realizar este ato. Ainda que o governo guardasse absoluto silêncio sobre esse fato, havia o “*receio de que pegasse na tropa o mau costume de gritar: viva a República e abaixo o tirano!*”, afirmava o jornal *A Reforma*.<sup>128</sup> Outro ponto importante para o governo era a questão do contato dos

---

<sup>125</sup>Hendrik Kraay. **Days of National Festivity in Rio de Janeiro, 1823–1889**. Stanford: Stanford University Press, 2013, p. 8-9

<sup>126</sup>**A Regeneração**, 26 de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>127</sup>**A Reforma**, 18 de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional

<sup>128</sup>**A Reforma**, 1º de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional.

voluntários com tropas argentinas, elas poderiam ter influenciado com propostas progressistas e temia-se que entre os voluntários pudesse ocorrer alguma agitação pelas causas republicanas. O governo parecia temer esse contato. Mas eles estavam retornando.

A cada vapor que chegava do Sul, o telégrafo do Castelo se embandeirava, os ministros dirigiam-se a São Cristóvão para dar vivas ao monarca, as fortalezas salvavam com tiros de canhão, a polícia mandava tocar folguedos e o hino nacional e a própria redação do *Diário do Rio de Janeiro*, mantinha uma banda de música pronta para percorrer as ruas da cidade. Esse era o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro desde que Caxias desembarcou: sempre pronta a comemorar o fim da guerra. Mas tudo não passava de boatos. Mas em inícios de 1870, parecia real. As festas, segundo os jornais *A Regeneração* e o *Diário do Rio de Janeiro*, eram assuntos em qualquer roda na cidade. No *Café Londres*, na já bem frequentada Rua do Ouvidor, estudantes de direito e medicina discutiam quem eram os heróis e serem comemorados, moças eufóricas corriam às lojas a procura de tecidos coloridos para a confecção de bandeiras e flâmulas e os jornais publicavam as notícias sobre o retorno dos batalhões. A festa era pretendida pelo povo e os jornais anunciavam em suas folhas subscrições públicas a fim de arrecadar dinheiro para tal finalidade. As festas ocorreriam com ou sem a participação do governo. No coreto armado na Rua D. Manuel na Corte, leiloavam-se galhardetes, bandeiras, lanças e escudos; no estabelecimento do Sr. Moncada, na Rua do Ouvidor, o retrato de Osório estava exposto. A obra foi executada pelo artista Rocha Fragoso e realizada a partir de uma subscrição pública. Mas mesmo com todo esse empenho, mutilados, doentes e soldados empobrecidos entregues à embriaguez, percorriam os caminhos por onde “os bravos” passariam ressentidos com o governo que não lhes pagava o que fora prometido na hora da partida. Para esses homens não havia festa, só restava esmolar e provocar badernas, atestando a crueldade com que a pátria os havia recebido.<sup>129</sup>

Finalmente, em 26 de janeiro de 1870, o governo publicou o programa para a recepção dos corpos de voluntários. Todo itinerário seria feito valorizando elementos cívicos do Império, reafirmando assim seus interesses e retirando do controle da população os festejos e sua espontaneidade, e dando a ela a ressignificação que mais lhe interessava. Vamos a elas então:

1- Ao aproximarem-se os vapores conduzindo o 1º contingente de tropas que regressavam do Paraguai, na ocasião da passagem pela fortaleza de

---

<sup>129</sup> Cf. **A Regeneração**. Santa Catarina, 26 de janeiro de 1870; **Diário do Rio de Janeiro**, 04 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.



Santa Cruz, uma salva de 21 tiros na entrada do porto da cidade anunciará a sua chegada;

2- A diretoria do arsenal de guerra fará partir imediatamente para o lugar em que eles fundearem as conduções precisas para o transporte das tropas e de suas bagagens aos quartéis que lhes forem destinados, onde aguardarão as ordens sobre seu desembarque e entrada na Corte;

3- Os praças doentes em viagem e os enfermos vindos de passagem serão nos mesmos vapores transportados para o hospital militar;

4- O desembarque para a entrada e recepção das tropas na Corte terá lugar no Arsenal de Marinha, no dia e hora que lhes forem designados pelo ajudante General, segundo as ordens recebidas do ministro da guerra, cabendo ao Quartel mestre general tomar providências sobre os meios de transporte;

5- Para solenizar a recepção das tropas, no dia que se anunciar para este desembarque no Arsenal de Marinha, os navios de guerra nacionais surtos no nosso porto, bem como os edifícios das repartições públicas embandeirarão como nos dias de festa nacional, e a capitania do porto convidará capitães das embarcações nacionais mercantes a praticarem o mesmo;

6- As tropas apresentar-se-ão uniformizadas, equipadas e armadas, como de estilo de ordem de marcha, e o Ajudante General, com antecedência, dirigirá convites aos comandos e chefes de todas as corporações e estabelecimentos militares da Corte para que, no dia e hora em que tiverem lugar o desembarque e a recepção no Arsenal de Marinha, eles aí compareçam com os oficiais que lhes forem subordinados, a fim de que, reunidos as demais autoridades, acompanhem o Imperador no recebimento das tropas, caso o monarca digne-se honrar este ato com sua presença;

7- O Ajudante General providenciará uma banda militar postada no dito arsenal para fazer as honras da recepção das mesmas tropas, e acompanha-las durante seu trajeto pelas ruas da cidade;

8- No momento em que o primeiro vapor atracar no cais do Arsenal de Marinha para efetuar seu desembarque, o telégrafo do Castelo, por um sinal convencionado, advertirá a fortaleza de Willegaignon para romper salva de 21 tiros, que será imediatamente correspondida pelas fortalezas de Santa Cruz, Lages e S. João;

9- Depois do desembarque, feitas as contingencias e passada a revista, as tropas desfilarão pelo portão do Arsenal de Marinha e percorrerão as seguintes ruas da cidade: Rua Direita, Rua de São Pedro, calçada da mesma rua através do Campo da Aclamação até a face da Cidade Nova, onde volverão para a estação da Estrada de ferro de D. Pedro II e do quartel do campo, em cujo portão estará postada uma guarda de honra com banda militar para recebê-las e saudá-las durante a passagem com o hino nacional;

10- As tropas prosseguirão com sua marcha pela face do campo do lado da Ilma. Câmara Municipal, Rua e Praça da Constituição, Rua do Teatro, Largo de S. Francisco de Paula, Rua do Ouvidor, Rua da Direita e Largo do Paço, onde marcharão em contingência caso ali se achem Suas Majestades Imperiais, seguindo depois para o ponto de embarque que for-lhes designado, a fim de recolherem-se aos seus quartéis;

11- Pela secretaria da guerra expedir-se-ão as ordens e fazer-se-ão as requisições convenientes podendo o trajeto das ruas ser alterado. Neste caso o ministério da guerra dará disso conhecimento a Ilma. Câmara

Municipal com a antecedência precisa a fim de prevenir seus munícipes e tomar as medidas convenientes.”<sup>130</sup>

Pelo roteiro já temos como perceber que o governo tentou transformar a recepção aos voluntários em um evento cívico e principalmente, ressaltando algumas das áreas mais importantes da Corte, administrativas, como o Paço e a Câmara e o Senado, e simbólicas como o Largo de São Francisco de Paula e a Faculdade de Engenharia, o Campo da Aclamação – com a face voltada para a Cidade Nova recém-urbanizada e a Praça da Constituição. Mesmo com as tentativas, os festejos e datas de comemoração da guerra, criadas pelo governo, nunca foram realmente aceitas. Outro ponto interessante nesse documento é perceber que em nenhum momento são mencionadas as palavras “voluntários da pátria” e “guardas nacionais”, sendo que esse desembarque seria somente desses contingentes. Qual seria a razão para fazer isso? Será que o governo apenas mantinha a configuração deixada por Caxias de dissolver os batalhões de voluntários e mesclá-los nas tropas de linha (mesmo o Conde d’Eu tendo reorganizado e praticamente refeito as tropas somente compostas de voluntários)? Ou seria realmente a ideia de não voltar às atenções para aquelas pessoas específicas, visto ser quase uma comemoração cívica e os voluntários não representarem a nata da sociedade? Ou ainda, seria apenas uma forma de criar somente um tipo de programa que contemplasse todas as tropas?

No dia 3 de fevereiro, às 8 horas da manhã, ao som de músicas marciais, começou o embarque das tropas em Rosário. Os vapores Vassimon, Galgo e São José conduziam a primeira brigada de voluntários, compreendendo os seguintes batalhões: 17º de Minas Gerais – com 32 oficiais e 460 praças; o 40º de Pernambuco – com 37 oficiais e 457 praças; o 53º da Bahia – com 36 oficiais e 435 praças; totalizando 107 oficiais e 1352 praças, ou seja, 1459 homens. Na ocasião, o Conde d’Eu foi a bordo verificar as condições dos navios: asseio, limpeza e o rancho, enquanto assistia ao embarque do 53º de voluntários. O embarque foi solene a além de banda de música, contava com o Conde d’Eu, seu Estado-Maior e os oficiais e generais dos exércitos aliados.<sup>131</sup> Leu-se a ordem do dia, onde era feita menção aos esforços e um voto de gratidão aos militares que desde o início da guerra haviam recepcionado os voluntários com confiança e agrado. Lindas palavras, mas os estudos e fontes sobre a guerra nos mostram que não fora muito bem assim que ocorreu, mas no

---

<sup>130</sup>**Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.** Ofício circular. 24 de janeiro de 1870 – Mariano Carlos de Souza Correa. Arquivo Nacional.

<sup>131</sup>**A Regeneração,** 16 de fevereiro de 1870 e *Diário do Rio de Janeiro, 1º de março de 1870.* Biblioteca Nacional.

momento de festa (sim retornar era uma festa), essas palavras foram tomadas como verdades absolutas. Após os discursos, tomou a palavra o Conde d'Eu e falando em nome das tropas de linha, voltou-se aos voluntários dizendo: *“todas as províncias se deviam ensoberbecer por abraçar de novo seus filhos, sobretudo a Bahia, muito mais que outra qualquer, pelo grande número de voluntários que mandou para a guerra”*. Ao terminar seu discurso, vibrou por toda a fileira, com um *“Viva ao Conde d'Eu”*, encerrando a festa de embarque em Rosário.<sup>132</sup> A viagem só estava começando.

Em 15 de fevereiro, o vapor Galgo, conduzindo o 40º de voluntários, e o São José, com o 53º de voluntários de Pernambuco, aportaram na cidade do Desterro para que os batalhões se refrescassem e aguardassem as ordens do governo Imperial para sua entrada na Corte. Foram saudados em terra com foguetes. Quando já passava das 22 horas daquele mesmo dia, chegava o último vapor transportando o 17º de voluntários mineiros. Na tarde do dia seguinte, iniciou-se o desembarque das tropas, seguindo pelo cais da Rua do Príncipe, para acomodar-se na praia de Fora, em um armazém à rua São Sebastião.<sup>133</sup> Os moradores improvisaram festas e a Câmara Municipal tomou a iniciativa de manifestar o regozijo pela presença dos voluntários, ressaltando sempre as provas de civismo nos campos paraguaios. Apesar da chuva, um grande número de pessoas seguiu para o Largo do Palácio, as janelas estavam ornadas com tecidos.<sup>134</sup> Nos dias em que estiveram no Desterro, a Câmara decretou feriado e as notícias que seguiam era de que a cidade ficara iluminada durante três noites consecutivas, além de assistirem missa no altar levantado no pórtico da Igreja Matriz, embarcando logo em seguida para o Rio de Janeiro.<sup>135</sup>

“Longe dos ressentimentos que nos dividem na política interna, o dia de hoje é consagrado ao patriotismo [...] Diante dos triunfadores que tão brilhantemente souberam manter a integridade do Império, a nação brasileira deve ser uma e solidária nesse momento de júbilo e entusiasmo patriótico”.<sup>136</sup> A fim de receber os voluntários da pátria, o jornal liberal *A Reforma* resolveu propor uma trégua entre os partidos. Se anteriormente o governo acreditava que a vitória e o “desfile” poderiam ser capitalizados pelo partido liberal, e o partido liberal acreditava que o partido conservador poderia usá-la para sua perpetuação no poder, nessa assertiva, ele propõe exatamente que todos esses embates sejam deixados de lado nesse momento, e somente se preocupar com a chegada dos voluntários.

<sup>132</sup>**A Reforma**, 5 de março de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>133</sup>**O Despertador**, Santa Catarina, 19 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>134</sup>**Diário do Rio de Janeiro**, 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>135</sup>**Diário do Rio de Janeiro**, 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>136</sup>**A Reforma**, 22 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

Essa trégua, todavia, não foi duradoura. O desembarque na Corte dos três primeiros batalhões de voluntários ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1870, vinte e um dias após terem saído de Rosário. Logo a mencionada trégua acabou. No dia seguinte ao desembarque o jornal *A Reforma* denunciava o desdém da Câmara Municipal com os voluntários:

“quando se tratava de receber o Duque de Caxias, a câmara municipal da Corte planejou arcos, coretos, estátuas e grandes estraladas. Os vereadores fizeram reuniões, inventaram comissões e mil e outras patacoadas. Chegou o Duque e apesar da população recebê-lo como merecia por quem abandonou a campanha [...] O que fez a câmara da Corte? Nada, absolutamente nada! Nem se mandou assear as ruas, sendo preciso que os escravos da quinta viessem capinar o Campo de Santana, mesmo defronte ao edifício de onde se reúnem os vereadores. Os tais festejos imperiais foram por esse teor, se o Imperador não desse sinal de apreço aos voluntários talvez homens do governo aparecessem.”<sup>137</sup>

Ou seja, segundo o periódico, todas as promessas de organização de festejos de recepção, feitas pelo governo e publicadas nos principais veículos da Corte, não foram cumpridas. Essa seria a primeira de muitas outras.

Os voluntários mineiros e baianos chegaram ao Rio de Janeiro às 4 horas da tarde do dia 23 de fevereiro de 1870, mas não desembarcaram, ficando à espera dos voluntários pernambucanos que só chegaram à noite. Neste grupo estava presente a famosa Ana Nery e os seus dois filhos. Foi somente de noite, que ocorreu finalmente o tão esperado desembarque. Essa demora foi tratada pela oposição como sendo algo premeditado pelo governo, para que a população não visse os “estragos recebidos, as faces crestadas pela rigidez da intempérie e as cicatrizes gloriosas”<sup>138</sup>, ou ainda querendo evitar o escândalo que foi o desembarque do batalhão de voluntários de Minas Gerais, todos vestidos com a farda dos prisioneiros paraguaios, pois não havia fardamentos para distribuir.<sup>139</sup>

Interessante ressaltar que, no *Jornal do Comércio*, a narrativa sobre os acontecimentos era bem diferente. Segundo o periódico, “os voluntários estavam bem fardados, armados e sustentando com orgulho suas bandeiras rasgadas pelas balas Paraguaias”. Observando que esta folha, assim como o *Diário do Rio de Janeiro*, era relacionada com o partido conservador, naquele contexto no poder, e com o governo, não fica difícil entender por quais motivos os jornais ligados aos liberais criticariam e somente ele elogiaria a apresentação pessoal dos soldados.<sup>140</sup> Acredito que o desembarque noturno foi realizado com a intenção de

<sup>137</sup>*A Reforma*, 25 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>138</sup>*A Reforma*, 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>139</sup>*Correio Nacional*, 1º de março de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>140</sup>*Jornal do Comércio*. 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional. Um detalhe interessante: essas bandeiras rasgadas, furadas pelas balas, de revólver e de canhão, e manchadas de sangue, foram levadas primeiramente

minorar o “espírito público patriótico”, a quantidade de pessoas que acompanhariam o evento, evitando assim, possíveis desordens, escondendo os mutilados e sofridos com a guerra, e ainda na opinião do *A Reforma*, “no escuro da noite, não era possível enxergar a massa de soldados, confundida com a enorme multidão”<sup>141</sup>. A guerra continuaria sendo bela e heroica. Mas o governo teria sua explicação. Em ofício enviado à repartição do Ajudante General, o tenente Caldwell, informou que o desembarque previsto para as 4 horas da tarde não se realizara, em virtude de a maior parte das embarcações responsáveis pelo transporte dos voluntários até o Arsenal de Marinha teriam encalhado no cortume de São Cristóvão.<sup>142</sup> E as coisas pioraram:

“nenhum dos ministros foram vistos à bordo. Não prepararam uma refeição e nem acomodações para os oficiais no dia do desembarque, tendo alguns deles seu único jantar em São Cristóvão, pão e bananas, que compraram, e o café que beberam nas canecas de flandres dos soldados, assim como não acharam camas para dormir.”<sup>143</sup>

Se por parte do governo os voluntários foram tratados com verdadeiro desdém, a população da Corte preparou uma linda festa para recebê-los. De forma pacífica, seguiu-se o programa anunciado. No cais, ruas e praças, nas janelas e por toda parte as pessoas se aglomeravam, dando vivas aos voluntários. De dois coretos “esplendidamente decorados”, o hino nacional foi tocado; os inválidos esperavam na saída do arsenal para saudá-los e os edifícios públicos foram enfeitados com bandeiras, colchas, flores e folhagens. A cidade se iluminou na Praça do Comércio para destacar os quadros comemorativos das grandes batalhas e arcos levantados na Rua do Hospício. No Arsenal de Marinha foi erguido um arco do triunfo, onde havia um escudo com a seguinte inscrição: “a pátria agradecida – as falanges vitoriosas”, e na outra face os emblemas do exército e da marinha. Duas colunas foram erguidas em ala ao longo do mar e chegavam até o ponto do desembarque. A primeira representava 24 batalhas, de dezembro de 1864 até julho de 1869. A segunda comemorava os feitos que se seguiram até setembro de 1869.<sup>144</sup> Somente nos quadros representativos das batalhas é que o governo tomou parte, fora isso, praticamente todo o restante fora realizado a partir de subscrições públicas. Esses eventos tiveram um caráter político bem delineado ao escolher quais batalhas e quais “heróis” deveriam ser homenageados. Nesse sentido, o Imperador praticamente orientou as comemorações.

---

para o Museu Militar na Ilha do Bom Jesus/Asilo de Inválidos, e quando da extinção do Museu, foram encaminhadas a Igreja da Cruz dos Militares, no centro do Rio de Janeiro, onde permanecem até os dias atuais.

<sup>141</sup>*A Reforma*, 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>142</sup>*Série Guerra – Administração*. IG2, 22, fundo 9k. Arquivo Nacional.

<sup>143</sup>*A Reforma*, 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>144</sup>Apud . *A Reforma*, 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

Logo que desembarcaram os voluntários no Arsenal de Marinha, o imperador tomou a palavra e em nome da “nação brasileira”, agradeceu aos comandantes e oficiais superiores os serviços prestados:

“Senhores comandantes de brigada e comandantes de batalhões! Aceitem este abraço que transmitireis a vossos camaradas, em testemunho do meu júbilo ao ver-vos de volta com tanta glória à vossa pátria. Queira Deus que este sucesso seja o feliz prenúncio da breve terminação da guerra como tanto merecem os brasileiros, por seus constantes esforços em defesa da honra nacional. Viva os voluntários, o exército e a armada nacional.”<sup>145</sup>

Após este discurso, D. Pedro II abraçou os três comandantes e pediu-lhes que transmitisse aos seus camaradas essa prova de afeto, e logo em seguida, ergueu a voz exclamando: “Viva os voluntários da Pátria! Grito que foi repetido a um tempo por milhares de cidadãos como uma voz majestosa de um povo agradecido.”<sup>146</sup>

Depois da passagem dos voluntários seguiam os inválidos da pátria e os artistas do Arsenal de Marinha, precedidos por banda de música e uma boa quantidade de público. O último batalhão, o 53º de voluntários, desfilou por volta das sete horas da noite, dirigindo-se já às altas horas para o Quartel do Campo da Aclamação, sendo ali recepcionado pelo presidente da Província, pelo chefe de polícia, oficiais da guarda nacional, corpos policiais e “cidadãos distintos”.<sup>147</sup>

A ideia do governo em fazer retornar os voluntários em pequenos grupos a fim de evitar desordens, realmente surtiu efeito, pois nesse momento realmente nada fora registrado. Mas essa prática trouxe outra realidade: a diminuição do entusiasmo público na recepção aos voluntários. As festas passaram a ser realizadas praticamente pelos conterrâneos dos batalhões que moravam na Corte, e sem mais nenhum incentivo do governo. Esse panorama só foi alterado com a chegada dos batalhões de voluntários da Corte e da província do Rio de Janeiro, que estavam acompanhados do Conde d’Eu, como vamos ver mais à frente. A exaustão já era tão gritante que o jornal *Anglo-Brazilian Times*, referindo-se ao desembarque dos voluntários paulistas questionou:

“No Rio de Janeiro, essa belicosa, gritadora e pretensiosa metrópole do Império, os voluntários que voltaram do Paraguai, conservavam-se horas e horas em armas, quer em marchas pelas ruas cobertas de pó, e sob sol ardente, quer atendendo a bombástica e enfadonhas poesias, ou discursos, só próprias a alimentar as vaidades dos recitadores, e nem se quer um

---

<sup>145</sup> **A Reforma**, 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>146</sup> **A Reforma**, 24 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>147</sup> **Jornal do Comércio**, 25 de fevereiro de 1870. Biblioteca Nacional.

biscoito se lhes deu para matar sua fome, e nem um copo de água para saciar sua sede.”<sup>148</sup>

Claro que *A Reforma*, também aproveitou o momento para criticar, em tom satírico até o governo na pessoa do Ministro da Guerra, o barão de Muritiba:

“É verdade que V. Excia. se tem totalmente esquivado de concorrer com seu mui subido e prestimoso auxílio a bem da recepção desses bravos? É verdade que as velhas e desbotadas colchas que se viam na janela da malfadas – secretaria de guerra – quando desfilam os bravos voluntários, aí foram colocadas por alguém que, a muito custo, obteve-as – e por empréstimo?”<sup>149</sup>

Os principais integrantes do governo, afirmaram que doariam seus salários para a recepção dos voluntários. Mas pelo que foi lido nos jornais da época, e também nas fontes do Tesouro, realmente os gastos do governo foram mínimos e esses senhores não devem ter contribuído, já que a decoração e foguetes eram obtidos por subscrição pública. O mais interessante é que neste momento os liberais já percebiam que o governo não teria condições de efetuar o pagamento que fora prometido.

Nesse mesma folha, no início de março, ou seja, quando ainda havia certo fervor patriótico nas recepções, ele já escrevia sobre o Ministro da Guerra, a quem recairia toda a culpa com relação ao não pagamento: “*Sua Excia. não sente aproximar-se legiões de patriotas, mas enxerga, com patentes reservas, avizinharem-se milhares de vítimas de suas injustiças, batalhões de credores a quem não deseja pagar.*”<sup>150</sup> E ainda afirmava estar escrevendo uma “outra memória da guerra”, levando em consideração os feitos dos voluntários, a quem chama de “injustiçados”, sempre tentando denunciar a política do governo de prontidão em quartéis para qualquer distúrbio provocado pelos voluntários, segundo o jornal, a título de escolta.<sup>151</sup>

Em 19 de março de 1870, às três horas da tarde, achava-se no Arsenal de Marinha, para adentrar a Corte, o 23º de voluntários, pertencente a Província do Rio de Janeiro, juntamente com o 30º de Pernambuco. Além de ser o primeiro batalhão de voluntários do Rio de Janeiro a retornar, ele também foi o primeiro a desembarcar logo após a notícia da morte de Solano López e o fim da guerra. Os dois batalhões desfilaram tendo à frente o agora General Caldwell e seu ajudante de ordens. As ruas foram novamente ornadas com bandeiras, as janelas com colchas adamascadas e guarnecidas de senhoras que “*faziam chover flores*

<sup>148</sup> Transcrito e adaptado do jornal *O Correio Paulistano*, 08 de junho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>149</sup> *A Reforma*, 22 de abril de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>150</sup> *A Reforma*, 9 de março de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>151</sup> *A Reforma*, 23 de março de 1870. Biblioteca Nacional.

àqueles que na defesa da pátria tantas vezes haviam visto chover balas inimigas, formando alas vitoriando os bravos voluntários na sua chegada”.<sup>152</sup> O batalhão de inválidos, que estava na porta do Arsenal, acompanhou a marcha e ao encontro deles vieram os alunos da Faculdade de Medicina e da Central, com bandeiras e insígnias, seguidos por cidadãos de diversas classes sociais e músicos que entoavam hinos.<sup>153</sup> Logo após o desembarque, o coronel Bittencourt ofertou uma coroa de louros ao 23º de voluntários para adornar a bandeira que possuía furos dos combates, e o capitão de fragata, Bittencourt Cotrim, proferiu o primeiro discurso, concluídos com estrondosa aclamação do povo. Diversos outros discursos se seguiram inclusive da jovem Maria José Coimbra de Amaral que foi dirigido ao Conde d’Eu, logo após algumas senhoras entregarem ao príncipe uma coroa.<sup>154</sup>

A cidade estava iluminada! A iluminação feita nas primeiras recepções foi repetida. Arsenal de Marinha, Praça do Comércio e o prédio do *English Bank*, estavam enfeitados. Na Praça da Constituição, foram colocados três retratos - do Imperador, Marquês de Herval (General Osório) e o Conde d’Eu, com o Imperador muito iluminado e General Osório ao centro.<sup>155</sup> Apesar dos cuidados das autoridades, foram frequentes os tumultos e as desordens na cidade. Entre essas ações, duas merecem destaque por terem assustado bastante as autoridades e fomentado ações punitivas contra os militares. A primeira aconteceu nas comemorações pela volta do conde d’Eu, onde um grupo de cerca de cem oficiais do Exército foi responsável por inúmeros tumultos no decorrer dos festejos ocorridos no domingo, dia 02 de maio de 1870.

A confusão começou na Rua Direita, próximo ao largo do Paço Imperial, algumas horas após a celebração do *Te Deum* em agradecimento ao retorno do Conde d’Eu, realizado na igreja da Glória. Segundo o jornal *A Reforma*, os referidos militares investiram contra alguns populares e estudantes de Medicina, prosseguiram depois para a rua da Constituição onde depredaram o arco comemorativo ali colocado, apedrejaram a estátua do Conde d’Eu e atacaram a banda de música que se apresentava no local. A alegação dos militares para tal violência era de que tanto os populares, quanto a banda se recusaram a dar vivas ao Duque de Caxias. Ainda de acordo com o jornal, o grupo era composto por simpatizantes do Partido Conservador.<sup>156</sup> Houve uma verdadeira disputa entre os dois partidos pelos louros da vitória

<sup>152</sup>O *Correio Paulistano*, 29 de março de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>153</sup>O *Correio Paulistano*, 29 de março de 1870. Biblioteca Nacional

<sup>154</sup>Cf. *A Reforma*, 22 de março de 1870; *Jornal do Comércio*, 3 de março de 1870. Biblioteca Nacional; Francisco Felix Pereira da Costa. *História da guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay* (Volume 4). Rio de Janeiro : Livraria A. C. Guimarães & C., 1871.

<sup>155</sup>*A Reforma*, 22 de março de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>156</sup>*A Reforma*, 03 de maio de 1870. Biblioteca Nacional.



na guerra. Os liberais lembravam como, ocorreu na Bahia, que foram eles que criaram os voluntários da pátria e por isso reivindicavam todas as honras no pós- guerra.<sup>157</sup> Na província de São Paulo, no entanto, é que vemos talvez o melhor resumo das incertezas daquele momento: *“trata-se de um momento de cicatrização de feridas, de restauração das forças sociais, o que só seria possível com as recompensas devidas para os que foram à guerra e para as famílias que assistiram, de longe, a morte de seus entes queridos, pelo governo de D. Pedro II.”*<sup>158</sup> Foram praticamente cinco meses de festas e comemorações pelo retorno dos voluntários, mas da forma planejada pelo governo, com contingente em pequeno número, ainda faltavam alguns batalhões para retornarem ao Brasil. Os desembarques foram se arrastando e poucos foram os que conseguiram arregimentar público. Após a chegada do Conde d’Eu e do primeiro batalhão de voluntários que saíram do Rio de Janeiro, o ânimo arrefeceu.

#### 1.4 O fim da guerra

“E boas semanas foram últimas para a crônica! Festas, Festas, Festas! E porque motivo! Todos os nobres sentimentos de uma grande nação e de seus amigos, se reuniram para produzir esse imensa revoada de aplausos ao príncipe, a todos os generais, a todos os oficiais, a todos os soldados de mar e terra que deste solo abençoado foram (oh filhos beneméritos da pátria) vingar – não o Brasil – mas a humanidade! [...] Certo, não venho agora repetir o que os jornais contaram, e o que todos puderam ver: as festas da rua, nem lhe direi quantas corporações, em massa, ou por meio de delegados, foram dar a Suas Majestades e Altezas o parabéns e o aplauso pela gloriosa terminação da guerra, e pelo feliz regresso do príncipe vencedor. Tais demonstrações de regozijo, se não ficassem inscritas no papel, não perderiam por isso nenhuma das suas promessas de eternidade; porque as gerações as hão de transmitir aos por-vindouros. A guerra foi a grande epopeia do Brasil; as festas da paz são o seu epílogo.”<sup>159</sup>

Essa longa citação se faz necessária a fim de salientar o ambiente que se instalava na Corte – quiçá em todas as províncias – pela terminação do conflito. A euforia e o júbilo pela “glória da nação” fez o autor pensar que essas festas seriam gravadas na memória e para sempre lembradas. Ledo engano.

Logo que fora anunciada a morte de Solano López e, desta forma de acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, o término do conflito, festas e mais festas foram realizadas na

---

<sup>157</sup> Cf. **Jornal da Bahia**, 26 de março de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>158</sup> **O Correio Paulistano**, 19 de março de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>159</sup> **Semana Ilustrada**, 15 de maio de 1870. Biblioteca Nacional.

Corte. As primeiras manifestações foram felicitações ao Imperador, como podemos ver na notícia publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro*, de 20 de março de 1870:

“Ilma. Câmara Municipal – ontem a Ilma. Câmara Municipal, em corporação teve a honra de felicitar Sua Majestade o Imperador pela gloriosa terminação da Guerra com o Paraguai, e de pedir-lhe a graça de designar a igreja, e marcar dia e hora em que deve ser celebrado o *Te Deum* que a Ilma. Câmara, em ação de graças ao Todo Poderoso, resolve mandar solenizar. Sua Majestade dignou-se de responder que agradecia as felicitações da Ilma. Câmara Municipal da Corte e se associava às suas manifestações de júbilo; bem assim designava a Igreja de São Francisco de Paula, e marcava para o dia 25 de março, às 6 horas da tarde, para o *Te deum*.”<sup>160</sup>

Claro que a primeira hipótese para esse anúncio é fazer a publicidade da Câmara, mas logo após esse publicação, surgem diversas outras relativas a festas de iniciativa popular. Com o título *Regosijo público*, a matéria exalta uma comemoração feita de forma espontânea: quando – como de costume – o Imperador e a família foram no sábado assistir a missa na igreja da Glória, ela estava cheia de famílias e alunas de diversos colégios que lá foram exatamente para os cumprimentos relativos ao fim do conflito. Além disso, estudantes da Escola de medicina percorreram as ruas, vestidos a rigor, precedidos de uma banda de música, levando todos um distintivo “oficial” na cor verde; eles sustentavam ainda bandeiras das nações pertencentes à Tríplice aliança. Empregados públicos, comerciantes, deram vivas aos “vultos” que mais se distinguiram na campanha do Paraguai, parando em frente a tipografia, onde o capitão da guarda nacional Luis Ribeiro elevou vivas à nação brasileira e ao Imperador, ao exército e à armada, aos generais e em especial destaque ao Visconde de Pelotas, sendo pelo povo correspondido. Os funcionários do comércio saíram ainda acompanhados de músicos do edifício da praça XI por voltas das 2 horas da tarde, dirigindo-se ao arsenal de marinha onde estava o Imperador. O próprio Imperador recebeu em São Cristóvão felicitações de várias classes, incluindo o conselho supremo militar, guarda nacional incorporada e a escola de marinha. Diversas classe presume-se classes sociais distintas, mas acredito que tenha sido mais “reservado” o evento.

Ao pensar sobre as comemorações na França relativas ao final da segunda Guerra Mundial, Bellaing reflete sobre a importância da multidão nas comemorações. Para o autor, é impossível pensar em qualquer comemoração sem a participação das multidões, pois é ela quem legitima o processo de construção desse simbólico, sem ela não há sucesso (como

---

<sup>160</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, 20 de março de 1870. Biblioteca Nacional

veremos adiante com relação à tentativa de um forjar de data aoficial).<sup>161</sup> Fazia-se necessário uma iniciativa de cunho popular que pudesse fomentar as multidões em prol das comemorações relativas ao término da guerra. Não são as multidões revolucionárias dos grandes acontecimentos revolucionários da chamada “sociedade pré-industrial” descrita por George Rudé <sup>162</sup>, mas multidões que tornam a comemoração um fenômeno social, onde as principais dimensões da sociedade são encontradas: os protocolos de legalidade, uma pedagogia da memória, das formas do sagrado, do apego aos sentimentos e a presença da economia, trazendo o conhecimentos mais fecundo da vida social. Pesquisando nos arquivos da Câmara Municipal da Corte, temos inumeros pedidos de autorização para a realização de festejos, constando seus roteiros e participantes ou corrdenadores. Ainda sim, temos notícia de diferentes ocorrências que sugiram de forma espontânea e que não receberam o crivo da autoridade municipal, podendo então só serem vistas nas notícias publicadas nos jornais da época. No jornal a Vida Fluminense de 30 de abril de 1870 resume muito bem, e irônicamente, o momento de êxtase: *“Toda a cidade se transformou em poucos dias n’um enorme arco do triunfo, que começa em Mata Porcos e caba na Rua da Guanabara, nas Laranjeiras. Tudo é festa, tudo é joia!”*.<sup>163</sup>

O relato mais minucioso de festejos pôde ser encontrado em um pedido realizado pela *Comissão do 2º distrito de Santa Rita*, pelo fim da guerra e retorno do Conde D’Eu. A freguesia situada em uma das regiões mais pobres da Corte e com população de negros bem elevada, talvez seja a campeã de solicitações para a Câmara no concernente à elaboração de festejos. <sup>164</sup> Segundo o programa

“Faz-se levantar um templo sobre colunas que terá 40 aplmos de altura, ricamente decorado e iluminado à gás, tendo no centro troféus de guerra e colocado na Rua da Saúde em frente a do Livramento, ladeira do mesmo; no

<sup>161</sup>Bellaing, 1985, p. 242

<sup>162</sup> Cf. George Rudé. **A Multidão na História Estudo dos Movimentos Populares na França (1730 1848)**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

<sup>163</sup>**Vida Fluminense**, 10 de abril de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>164</sup>A referida Freguesia limitava-se com três outras: Candelária, Sacramento e Santana. Seus limites com a freguesia da Candelária partiam do cais dos Mineiros, de um ponto fronteiro ao Ministério da Marinha, a divisa segue pela Rua Visconde de Inhaúma (inclusive) até a igreja de Santa Rita, situada no largo do mesmo nome, e pelo meio da Rua dos Ourives, até a Rua Teófilo Ottoni; Com a do Sacramento se limitava desde a Rua Teófilo Ottoni, compreendendo assim somente o lado de numeração par, até a Rua Uruguaiana; pelo meio desta, até o da Rua Marechal Floriano Peixoto, e pelo meio desta, compreendendo assim somente o lado de numeração par, até o da Rua Camerino; com a freguesia de Santana segue a divisa pelo meio da rua Camerino, compreendendo assim somente o lado de numeração impar, até a ladeira Madre de Deus, por esta até o fim e dai, pelo cume do morro do Livramento, compreendendo assim somente todos os moradores que ficarem nas águas vertentes para o lado do mar, até o alto do morro da Providencia (100 metros); deste alto pelo divisor de águas, passando pelo extremo da rua Livramento (inclusive), até o encontro da rua da Gambôa com a da Harmonia, pela rua da Gambôa até o principio (este trecho somente inclusive); dai, em reta, ao armazém n. 11 do Cais. Compreende esta freguesia as ilhas Cobras, Enchadas e Santa Barbara. Cf.

<http://riohistoricofundiario.blogspot.com/2011/07/as-freguesias-e-seus-registros.html>. Acessado em 24/09/2018.

fundo do templo terá lugar para uma banda de música que deve tocar durante as noites dos festejos; Se SS MM I forem, um grupo de senhoras cantarão um hino dedicado ao Conde D'Eu; serão levantados mais seis arcos triunfais que serão colocados nos locais mais convenientes das Ruas da Saúde e do Livramento, serão levantados sobre colunas, sustentando torfeus com bandeiras nacionais e bem decorados, e ornados com festões de flores, iluminados com lustres e arandelas, nas suas colunas serão circunscritas as datas dos feitos mais gloriosos. As distâncias entre os arcos serão preenchidas com postes sustentando escudos em torféus representando as provinciais e outros com as iniciais de SMI ornados com galhardetes com as cores nacionais e mastros com bandeiras diversas. A banda de música percorrerá frequentes vezes o lugar dos festejos.”<sup>165</sup>

No mesmo fundo documental temos a notícia de outras ações, não tão bem descritas e possivelmente animadas como essa da freguesia de Santa Rita, mas a disposição de arcos triunfais foi uma constante. No Dia 18 de abril temos as seguintes solicitações:

- no Jockey Clube, na Academia de Belas Artes, no Outeiro da Glória, no Colégio Nossa Senhora da Saúde e no Cais Pharoux;
- na Rua dos Ourives entre Ouvidor e Sete de Setembro, colocado no canto da Rua do Ouvidor;
- na Rua Sete de Setembro: quatorze arcos pequenos formando de noite um “caramachão” luminoso; em cada arco o nome das principais batalhas e no centro as iniciais de SAR o Conde D'Eu, sendo iluminado e embandeirado à capricho.
- já na Rua da Direita, o plano era um arco ou adorno entre a Rua de São Pedro e a Teófilo Ottoni.

Além de arcos, adornos e festejos, ações de libertação de crianças foram uma constante nesses momentos de festa. A *Sociedade Libertação*, presidida pelo Dr. Manoel Tomáz Coelho, pretendia libertar as escravas que lhe fossem possíveis no dia do desembarque do Conde D'Eu, bem como a Classe Tipográfica, que ia recebê-lo no Arsenal de Marinha, libertando uma ou mais crianças.<sup>166</sup> Além dessa iniciativa a Comissão da Praia do Saco mandou colocar um coreto no Largo do Gambá (atual Praça do Santo Cristo) de grandes proporções: 30 palmos de largura, 45 de altura e 18 de largura, iluminado por arandelas e com música por três dias, finalizando os festejos naquela localidade. Escolas de meninas programaram a contoria de Hinos à Vitória, bem como a declamação de textos e poesias em francês e português, a fim de receber o Conde D'Eu.<sup>167</sup>

---

<sup>165</sup> **Coleção Conselho de Intendência; Série: Guerra do Paraguai;** Notação 44.1.47. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>166</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>167</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, 10 de maio de 1870. Biblioteca Nacional.

Esse tipo de festejo não ocorreu somente na Corte, mas pela leitura dos jornais, podemos acreditar que pelo menos nas principais cidades e capitais das províncias esse tipo de comemoração foi uma constante. O Diário do Rio de Janeiro de 10 de maio de 1870, traz uma descrição interessante sobre festejos realizados em Recife. Além dos famosos arcos triunfais, três detalhes chamaram bastante atenção:

- I- Os nomes das ruas por onde ocorreram os festejos possuem relação direta com os envolvidos na guerra (Visconde de Pelotas, Praça e Rua do Conde D’Eu, Rua do Duque de Caxias, etc.) o que revela um traço bem importante da memória do pós guerra que foi a renomeação de logradouros, como vamos ver posteriormente;
- II- Fora inaugurado um monumento, acredito que provisório pois não temos notícias da existência posterior dele, onde em suas laterais foram esculpidas datas e acontecimentos além de nomes marcantes do conflito, segundo os “financiadores” do projeto: 1864/ Declaração de Guerra – José Antônio Saraiva; 1870/ Tratado de Paz – José Maria Paranhos; Sobre os pórticos correspondentes à Corte e ao Município neutro foram colocados os rostos de Osório, Barão do Amazonas (Barroso) e da Passagem (Delfim Carlos de Carvalho que ganhou esse título devido à Passagem de Humaitá), e Visconde de Pelotas (Marechal Câmara); no centro figuravam os nomes e uma espécie de característica de cada personagem ali descrito: Caxias – Conduz os exércitos à vitória; Conde D’Eu – prepara os brasileiros à Glória; Herval – valente e audaz, cuja invicta espada abre o passa à marcial jornada; Amazonas – calmo e sereno, mas de ânimo forte, varre das águas a inimiga cohorte; Pelotas – para a coroa de tanta heroicidade, abate o tirano, planta a liberdade; Passagem – contra a opinião do mundo espectante, ele vence o impossível e passa à vante. Talvez seja um dos primeiros exemplos da construção simbólica dos chamados “heróis” da guerra;
- III- Dentro da Cadeia do Recife (na Rua de mesmo nome) fora construído um monumento que, em formato de uma pirâmide em degraus, continha em seu topo uma urna, que simbolizava uma “caixa de guerra”, contendo o nome dos soldados do exército e da marinha que foram do Recife para o teatro da guerra, estando escritos em duas cores: azul para os vivos, e preto para os mortos. Não encontrei manifestação parecida a esta na Corte.<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup>Diário do Rio de Janeiro, 10 de maio de 1870. Biblioteca Nacional.

De certo que a chegada do Conde D'Eu era ansiosamente esperada e as festas se seguiram até mais ou menos esta data. Jornais mais satíricos como *Vida Fluminense*, já encaravam deboche a manutenção das festividades. Em 30 de abril, ao descrever as decorações nas ruas, fica bem evidente o tom político das mesmas, pois nomeia os senhores que fizeram ou patrocinaram, de forma pejorativa, percebendo-se que dali deveriam tentar tirar algum proveito. A capa deste dia resume muito bem o estado de coisas: um poeta sobre o morro do Pão de Açúcar e sua poesia enorme (de 12 horas, segundo o jornal!) aguardando a entrada do vapor conduzindo o Conde D'Eu.<sup>169</sup> A questão é que o governo precisava aproveitar a manifestação popular a fim de evocar uma festa em seu nome e, desta forma, criar mais um símbolo nacional, que neste caso se tornaria o epílogo do triunfo da civilização contra a barbárie e serviria de base para o Terceiro Reinado, da Princesa Isabel e de seu marido, o Conde D'Eu, vitorioso. Mas não saiu conforme o esperado.

### 1.5 A festa do Barracão

Ao ter como objetivo apagar os problemas com o retorno e a impopularidade da “caçada a Solano López”, bem como do Tratado da Tríplice Aliança, o Imperador aprovou a criação de um festejo que marcasse oficialmente a vitória brasileira, além de fazer as chamadas exéquias: missas para “saudar” as almas dos mortos no combate. A princípio a grande discussão era a data que marcaria de forma oficial o fim da guerra.

Para tanto, o Ministro da Guerra e o Ministro da Justiça e presidente do conselho de Ministros, Visconde de Itaboraá, aprovaram um crédito especial de 200 contos de réis para a festa. O detalhe interessante é que não consultaram a Câmara nem o Senado para a liberação da verba.

A tentativa de criação de uma data oficial pode ser entendida como uma necessidade de reafirmação de uma identidade nacional e do poder do próprio D. Pedro II. Para Lilia Moritz Schwarcz a

“festa é o lugar da memória, uma pausa para (co)memorar e gravar na memória coletiva fatos e datas importantes, mas as festas falam mais; retornam e repetem uma lenta ladainha que não se conforma exclusivamente à lógica do poder, , já que no espaço da festa trocam-se dons e contra-dons, experiências, bens e símbolos”.<sup>170</sup>

<sup>169</sup>*Vida Fluminense* 30 de abril de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>170</sup> Lilia Moritz Schwarcz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do segundo reinado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001, pp. 15.

Como vimos anteriormente, a década de 1870 foi um período de inquietações, tanto no campo social quanto no intelectual. E a reinvenção do Brasil era novamente pauta dos debates. Segundo José Murilo de Carvalho, as guerras

“são fatores importantes na criação de identidades nacionais. A do Paraguai teve sem dúvida este efeito. Para muitos brasileiros, a idéia de pátria não tinha materialidade [...] a guerra veio alterar a situação, com a valorização do hino, as canções e poesias populares.”<sup>171</sup>

A ideia de uma festa comum, que encerrasse o sentimento nacional perante a guerra, pode ser explicada pelas palavras de Ernest Renan: “*or l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié beaucoup de choses*”.<sup>172</sup> As festas patrióticas se tornaram uma forma muito eficaz de construção de uma mentalidade, um sentimento dito nacional. Nesse sentido, Baczkó citando Rousseau afirma que

“a linguagem dos signos, que falariam mostrando [...] seria, no âmbito de um sistema de educação pública cuja pedra angular é constituída pelos ritos e pelas festas cívicas [...] propondo instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso”.<sup>173</sup>

E continua: “*a fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e ritual novos*”.<sup>174</sup> É através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade, elabora certa representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais. “*Porém, designar a identidade coletiva corresponde do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os outros*”. O Imaginário social é “*uma força reguladora da vida coletiva [...] em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais*”.<sup>175</sup> A festa pelo fim da guerra do Paraguai estaria inserida nesse contexto de criação/invenção de signos norteadores do imaginário coletivo, a fim de criar, possivelmente, uma memória e uma identidade social, de acordo com os preceitos do Estado Imperial. Mas

<sup>171</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 37.

<sup>172</sup> Citado por Lúcio Flávio de Almeida. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 1995.

<sup>173</sup> Bronislaw Baczkó. “A imaginação social” In: Edmund Leach (org.). **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.p. 301.

<sup>174</sup> Idem, p. 302.

<sup>175</sup> Idem, p. 309 – 310.

ao contrário do que esperava os homens públicos, a festa foi um fracasso como veremos a seguir.

Anúncios em jornais da Corte já ofereciam os bilhetes para as arquibancadas e camarotes. Em 19 de maio a *Empresa Brasileira e Portuguesa*, divulgava na seção “anúncios” do Diário do Rio de Janeiro o empreendimento como sendo “*o melhor meio de assistir aos festejos do Campo da Aclamação, tem a satisfação de anunciar que obteve licença para mandar construir uma grande arquibancada coberta, próxima ao templo, situada no prolongamento da Rua do Hospício, em frente à Rua do Areal.*” E continua: “*a arquibancada terá 70 camarotes e vastíssimo espaço com cômodos assentos. Tanto os camarotes como a galeria tem entradas separadas*”, este trecho demonstra o caráter não popular da festa. “*A empresa tem resolvido vender camarotes e assentos para os dois festejos do dia 24 do corrente a um só preço, entregando aos senhores compradores dois cartões que servem: um para os festejos de manhã, outro para aqueles da tarde ou da noite.*”<sup>176</sup> Em 12 de maio de 1870, Muritiba apresentou na Câmara a proposta de abertura do crédito, que por sinal já havia sido liberado, e o orçamento para a festa. A princípio a mesma se realizaria entre os dias 24 e 26 de maio.<sup>177</sup> Seriam 48 contos para os músicos, iluminação e decoração, 36 contos para a confecção de uma estátua “monumental” de D. Pedro II e 100 contos para a construção de um Templo provisório. Isso mesmo, provisório! Imediatamente a oposição lançou críticas. Uma das mais enfáticas foi a do Deputado José de Alencar, que considerava a proposta inoportuna e incompatível com as circunstâncias vividas pelo país naquele momento. Questionava:

“Já atendeu [o governo] a todos os encargos provenientes da guerra? [...] Já enxugou todas as lágrimas das viúvas desvalidas? [...] Já honrou principalmente a educação dos órfãos dos voluntários falecidos em campanha, dessas crianças que hoje são filhos da Pátria? [...] tirar do povo a camisa do corpo para transformar em papelão, converter as lágrimas das viúvas desvalidas e dos órfãos em fumo de luminária e foguetes, não senhores, não será com meu voto”.<sup>178</sup>

Esse foi o discurso de um jovem que iniciou carreira no partido conservador e como muitos, nesse contexto e por questões pessoais relativas a cargos, acabara trocando de partido, militando pelo partido liberal. Alencar ainda perguntava qual seria a real intenção do governo em promover tais festejos depois de festas grandiosas de apelo popular vistas no retorno dos voluntários da pátria. Além disso, apesar da dita festa ser nacional, as outras províncias talvez

<sup>176</sup>Diário do Rio de Janeiro, 19 de maio de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>177</sup>Vida Fluminense, 30 de abril de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>178</sup>Discurso do deputado José de Alencar. Câmara dos deputados, 19 de maio de 1870. **Anais da Câmara do Império**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1870, pp. 44.



não participassem visto não ter tempo para o envio de representantes. Mesmo sob alguns protestos, como o de José de Alencar, os créditos foram aprovados em 20 de maio, com 58 votos favoráveis e apenas 8 contra.<sup>179</sup>

No Senado as discussões foram mais acaloradas, arrastando-se por quatro sessões. Até mesmo os senadores que eram favoráveis a festa criticavam a forma pela qual o dinheiro fora liberado. As discussões iniciaram dia 9 de junho, mas tomaram grandes proporções a partir do dia 15 do mesmo mês com o discurso do senador Dantas, da Província de Alagoas, que se declarou contrário às despesas insinuando que “*a idéia do barracão tinha partido do alto*”.<sup>180</sup> As falas mais exaltadas foram do Senador Nabuco de Araújo que afirmava ser o real motivo da festa a vontade do governo em fazer a população esquecer-se das reformas, referindo-se aos debates sobre a questão escravista: “*Quer o governo entreter o espírito público com a glória que alcançamos no Paraguai para arredar as reformas que ardentemente a população pede?*”.<sup>181</sup> Pensava também nas promessas de campanha da guerra que não teriam sido cumpridas pelo governo bem como, as necessidades mais urgentes das províncias:

“duzentos contos de réis queimados clamam as viúvas e os órfãos dos nossos bravos: e nós morremos de fome! Duzentos contos queimados: gritam as províncias! E tanta necessidade por cá. Duzentos contos seria uma quantia muito importante para perfazer a quantia necessária para comprar terras, a fim de cumprirem o compromisso que temos com os voluntários, porque foi este um compromisso para o fim da guerra.”<sup>182</sup>

E ainda questionava o poder moderador quando afirmava que “*a prova é esse barracão: nós o vemos quase consumado, mas ali no Senado ainda se está discutindo a lei que o autoriza!*”, e completa: “*Ele governa com o parlamento, mas não governa o parlamento*”, referindo-se ao Imperador.<sup>183</sup> Apesar de tudo, o crédito no Senado também foi aprovado.

Com a verba oficialmente autorizada, visto que já havia sido liberada, pois não poderia depender do retorno do parlamento, segundo o próprio Ministro da Guerra<sup>184</sup>, faltava acertar os detalhes. Muritiba planejava fazer a festa no dia 24 de maio, a fim de “comemorar” a vitória na grande batalha ocorrida em Tuiutí, mas essa data foi logo descartada devido à demora do Senado na aprovação do orçamento. Ficou decido então o dia 10 de julho, data da

<sup>179</sup> Discurso do deputado José de Alencar. **Câmara dos deputados**, 20 de maio de 1870.

<sup>180</sup> Discurso do senador Dantas na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. **Anais do Senado**. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1870, pp. 208.

<sup>181</sup> Discurso do senador Dantas na sessão do Senado de 20 de junho de 1870, p. 250.

<sup>182</sup> Discurso do senador Dantas na sessão do Senado de 20 de junho de 1870, p. 252.

<sup>183</sup> Discurso do senador Dantas na sessão do Senado 27 de junho de 1870, pp. 250.

<sup>184</sup> Discurso do senador Dantas na sessão do Senado 27 de junho de 1870, pp. 250..

saída do Imperador rumo a Uruguaiana para acompanhar a retomada da cidade ocorrida em dezembro de 1865, o que também gerou alguma discussão por não ser unanimidade considerar esta data um grande triunfo, mas de qualquer forma, ela acabou sendo aceita. Escolhida a data, faltava o local. O Imperador determinou que fosse feito no Campo da Aclamação, palco dos eventos mais importantes do Império, mas também um local cheio de capoeiras, lavadeiras e todo tipo de gente pobre.<sup>185</sup> Iniciou então um novo debate: com diversos prédios luxuosos sem uso, como a Casa da Moeda, atual Arquivo Nacional, por que o governo construiria um templo de madeira, papelão e tecido? Cogitou-se também utilizar as barracas militares que, além de poupar os 200 contos, dariam um caráter popular para a festa. Nada feito.

Resolvidos os impasses, instituiu-se a festa. As obras para a construção do Templo ou barracão, como era chamada por populares, já haviam sido iniciadas antes mesmo da aprovação do orçamento. O escândalo se inicia: o Ministro Muritiba contratou somente italianos, desde o engenheiro até os músicos, para a construção do Templo/barracão enquanto o Ministro da Fazenda, obteve para seus genros a concessão de construir arquibancadas próximas ao Templo, com venda de bilhetes para que as pessoas acompanhassem os festejos. O jornal *A Reforma* criticava esse favorecimento dos italianos e afirmava: *na festa nacional [...] os nacionais não servem nem para a engenharia, nem para arquitetura, nem para pintura: servem quando muito para pagar os impostos.* <sup>186</sup> Para piorar, denúncias de especuladores envolvidos no empreendimento, do não pagamento de trabalhadores brasileiros empregados do Templo, entre outras, fez com que até mesmo os jornais ditos de apoio ao governo, como *O Diário do Rio de Janeiro*, aconselhassem o povo a não comparecer à festa.

Os detalhes do Templo/barracão eram publicados quase que diariamente nos jornais. O entorno do Campo de Santana foi ornamentado com pequenos arcos, quatro maiores decoravam o grande pórtico, em frente ao portão principal. Todos os arcos possuíam iluminação simples, ornados com bandeiras, galhardetes e festões de folhas naturais. No interior do pórtico ficaria a Alegoria à Paz e em cada lado um obelisco retratando figuras importantes na Guerra, mas cabe ressaltar que nenhum membro da marinha foi lembrado. O

---

<sup>185</sup> Segundo Iara Lis Carvalho Souza, o campo da Aclamação seria um lugar dedicado às comemorações cívicas. A ideia no Primeiro Reinado era de transformá-la em um centro, uma zona privilegiada para essas festas, circunscrevendo um corpo arquitetônico e escultórico que pudesse celebrar o soberano e o Brasil. O nome se refere a aclamação de D. Pedro I como imperador logo após a independência, considerada uma festa de teor popular, na qual o súdito se manifestava e celebrava a ligação com o governante, evocando um sentimento cívico. Talvez, ao escolher o Campo como local para a festa, D. Pedro II queria transformá-la em algo mais popular e evocar os princípios fundadores do Império. Cf. Iara Lis Carvalho Souza. Op. Cit, pp. 299-300.

<sup>186</sup> *A Reforma*, 24 de maio de 1870. Biblioteca Nacional

Templo foi construído em madeira e sarrafos, e estava erguido à frente da Casa da Moeda, ornado com colunas de estilo grego e escultura representando o anjo da vitória. No interior fora erguida uma capela e um altar, tendo sua cúpula coberta de veludo vermelho, adornada com grinaldas e galões de ouro fino.<sup>187</sup> Só para não esquecer: era tudo temporário.

Nos dias anteriores à “festa do Barracão”, foram publicadas além das críticas, anúncios da venda dos ingressos para a arquibancada e o programa oficial da festa que proibia a entrada no templo de pessoas que não estivessem vestidas de paletó ou jaqueta e gravata branca. As portas do Templo/barracão também eram reservadas: a primeira era exclusiva da família imperial; a segunda dos deputados, senadores e conselheiros de Estado; a terceira para os “*calças azuis*”, grandes nomes militares; a quarta para os oficiais de linha e guardas nacionais e a quinta para o povo – só tinha um problema: não existia a quinta porta!<sup>188</sup> “*O passado está cheio de ervas e o futuro prenhe de calamidades*”, profetizava *A Reforma*, se referindo aos gastos do governo com a festa e os problemas que a Corte passava: falta de água, número crescente de mendigos, a febre amarela que hora ou outra assolava a cidade, o luto que cobria um grande número de famílias e aos voluntários da pátria, que como informou, eram forçados a mendigarem para escaparem da miséria. Mesmo sabendo que o periódico era oposicionista e que fazia de tudo para desmoralizar o governo, algumas dessas demandas realmente deveriam ser gritantes nesse contexto.<sup>189</sup>

Chegou o tão esperado 10 de julho. O início dos festejos foi marcado para as 6 horas da manhã com salvas e embandeiramento de navios de guerra ancorados na cidade do Rio de Janeiro.<sup>190</sup> Uma neblina cobriu o Campo da Aclamação até boa parte da manhã, e até às 9 horas o campo continuava praticamente vazio mesmo com a chegada da família imperial. Dos oito mil convites expedidos, cerca de 7800 foram rejeitados; as arquibancadas que deveriam abrigar por volta de 4385 pessoas, contava apenas com 25, sendo a maioria, familiares dos empresários envolvidos na festa. O Campo era praticamente um deserto, só interrompido pela Guarda Nacional e alguns corpos militares formados de um lado da praça.<sup>191</sup> Acredita-se que o próprio Imperador franqueou a entrada do Templo a populares que ali estavam. Segundo os jornais, entraram os tipos mais diversos: pretos com cestos, sujeitos em mangas de camisa, muita gente sem gravata, descalços, além de meninos que brincavam de cabra-cega nas dependências do Templo. À tarde foram distribuídos gratuitamente cartões para as

<sup>187</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>188</sup> *Jornal do comércio*, 10 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>189</sup> *A Reforma*, 9 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>190</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>191</sup> *Jornal O Alabama*, 23 de julho de 1870, IHGB; *Correio paulistano*, 13 de julho de 1870, Biblioteca Nacional.

arquibancadas que mesmo assim ficaram solenemente vazias. *Nem os estrondos dos canhões, nem os hinos puderam arrancar gritos de entusiasmo, todos os corações estavam gelados*, escrevia o jornal *A Reforma*.<sup>192</sup>

Não ocorreram desordens no “Barracão”, ao contrário do que previa o Ministro Muritiba que ordenou a presença de batalhões para reprimir qualquer desacato que viesse o povo a praticar. O fato inclusive foi criticado pelo *A Reforma*: “*Mas ignora o ministério que os soldados são filhos do povo? Não sabe o governo de São Cristóvão que esses soldados são irmãos e filhos de órfãos e viúvas que ainda não receberam da nação as pensões que lhe são devidas?*”<sup>193</sup> Quando o Imperador se encaminhava ao Teatro Lírico a fim de assistir ao restante das comemorações, a população o cercou aplaudindo, e gritavam “*Abaixo o Ministério!*”, “*Fora o ladrão do Muritiba!*” Além disso, um grupo de mais de cem oficiais, seguidos do povo, marchou para o Largo do Palácio, onde fizeram pronunciamentos contra os Ministros.<sup>194</sup> Chamados para conter essas manifestações, os oficiais de linha da polícia afirmaram que tentariam abafar as desordens, mas voltariam com a cabeça do Ministro.<sup>195</sup> Corria ainda um boato de que o Imperador havia reprovado em público o programa da festa preparado por ele. Depois da confusão, seguiram em direção à rua da Constituição chegando novamente ao Campo da Aclamação, onde, aproveitando os cenários construídos para a comemoração da passagem da tropa, entoaram melodias, e uma que chamou maior atenção dos policiais, *O Prazer da Glória*, música esta composta por uma sociedade particular. À noite, quando se esperava um espetáculo de luz, a imagem foi bem diferente: os quatro aparelhos de luz elétrica não produziram nenhum efeito; a iluminação dos arcos que circundavam o Campo foi de triste aparência, pois era ampla a região a ser iluminada e copinhos furta-cor que deveriam produzir um efeito quase mágico, simplesmente não foram acesos, pois essa tarefa foi confiada a acrobatas e garotos de rua que até às nove da noite ainda não haviam aparecido.

As confusões continuaram no dia 11, quando se formou no mesmo templo um grupo onde havia oficiais e praças que pretendiam acender velas de sebo, dirigindo provocações ao

---

<sup>192</sup>**A Reforma**, 11 de julho de 1870. Biblioteca Nacional. Cabe ressaltar que os relatos aqui recolhidos foram compilados dos jornais ditos de oposição ao governo, as duas folhas consideradas oficiais, *Diário do Rio de Janeiro* e o *Jornal do Comércio*, pouco falou sobre a festa, se limitando a narrar a decoração, mas o evento do franqueamento do público fora narrado em todos eles, com um detalhe, o *Diário* afirmou que isso ocorreu devido ao “coração magnânimo do imperador”. Cf. **A Reforma**, 20 de julho de 1870; **O Correio paulistano**, 13 de julho de 1870; **Diário do Rio de Janeiro**, 11 de julho de 1870, Biblioteca Nacional. **O Alabama**, 23 de julho de 1870, IHGB.

<sup>193</sup>**A Reforma**, 10 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>194</sup>**O Correio paulistano**, 21 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>195</sup>**O Correio paulistano**, 21 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

engenheiro que construiu o cenário, alegando o alto custo pela obra que logo seria desmanchada, e o descaso em relação aos veteranos; repelidos foram em direção à Rua da Alfândega soltando foguetes e dando diversos vivas e foras às personalidades envolvidas na guerra. Consta ainda nos relatos dos envolvidos no caso, que participavam de todas as confusões moças, ditas de educação e famílias distintas.<sup>196</sup> Nos dias que se seguiram à “Festa do Barracão”, o templo construído em madeira, papelão e tecidos foi desmontado sobrevivendo apenas em algumas fotografias. Suas madeiras acabaram por serem leiloadas, mas nada que suprisse os gastos com a festa. Até mesmo os jornais que apoiavam o governo concordavam que a festa não foi exatamente o que esperavam, na verdade ela havia sido um fiasco! *A Reforma* ainda escreveu: “O dia 10 de julho de 1870 será para o segundo Reinado uma data fatídica!”.<sup>197</sup> Para o Império restou uma certeza: não adiantou nada a tentativa de criar um patriotismo forçado, afinal o dia 10 de julho nunca figurou como data festiva nos calendários brasileiros e o talvez o pior, sem esquecer que houve um notório desleixo com relação à Marinha, pois nenhum dos seus figurou nas comemorações de 10 de julho, trouxe à tona uma série de críticas que, com o passar dos anos, só foram tomando corpo e ampliando o descontentamento com os rumos da monarquia.

As festas tem sempre uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes.<sup>198</sup> A ideia de se comemorar ocorre para exorcizar o esquecimento, elas estão a serviço da memória. As comemorações são formas coletivas de recordação, onde a comunidade assegura e reafirma sua identidade. Essas comemorações nacionais tem o impacto sobre os sentimentos da nação, desta forma, como vontade política, influencia recordações e representações do passado. O fiasco dessa tentativa demonstrou a clara dificuldade em se forjar uma memória oficial do conflito, com tantas nuances e questões ainda por resolver.

## 1.6 A Arte em favor da memória da guerra

### 1.6.1- A Guerra nas Exposições Universais

---

<sup>196</sup> Idem, **Ministério dos Negócios da Guerra**, averiguação sobre os tumultos de 10 de julho de 1870. Arquivo Nacional.

<sup>197</sup> **A Reforma**, 20 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>198</sup> Lúcia Lippi Oliveira. “As Festas que a República Manda Guardar.” **Revista de Estudos Históricos**. v.2, n. 4, 1989. disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 4 ago. 2018, p. 175

[...] O valor pedagógico e a significação ideológica destas mostras espetaculares na época da incipiente sociedade industrial eram de um nível extraordinariamente elevado. Não por casualidade efetuaram-se, com breves intervalos, numerosas exposições mundiais, precisamente naquela fase, em que a burguesia industrial estava empenhada em chegar a dominar o mundo e, inclusive, a criar um mundo à sua imagem e semelhança.<sup>199</sup>

Essa citação do livro de Werner Plum sobre as Exposições Universais do século XIX enfatiza um de seus objetivos primordiais: monumentalizar e propagar os valores da chamada “modernidade burguesa”, pautada na Revolução industrial. As Exposições se enquadram perfeitamente nessa caracterização onde a civilização é equiparada ao nível de progresso. Nesse sentido, o Império, visando estar no rol dos países civilizados, participa das Exposições querendo “vender” o país não somente como um paraíso de beleza natural, mas como uma “herança” europeia na América. Não farei aqui uma análise sobre as exposições, me interesse em tentar perceber como a Guerra da Tríplice Aliança foi aproveitada como forma de representar o Brasil “civilizado” internacionalmente. Entre os anos de 1862 e 1889 o Império participou das mais importantes Exposições Universais na Europa e Estados Unidos, e especialmente no contexto das Exposições de Paris, em 1867, Viena, em 1873, e Filadélfia, em 1876, uma das temáticas mais frequentes foi a relacionada com a guerra, ou a tentativa de fazer dela um projeto/modelo civilizatório. A ideia era apresentar objetos, imagens e encenações a fim de deixar claro que o Brasil era um país com capacidade de expansão, com recursos naturais imensos e cultura fortemente influenciada pela Europa, apagando praticamente, a influência africana e indígena. Elas, segundo Jürgen Osterhammel, citado por Schuster, “simbolizavam a pretensão universalista do mundo atlântico ocidental até mesmo mais claramente do que outras mídias contemporâneas”.<sup>200</sup>

#### A Exposição de Paris (1867)

A Exposição Universal de Paris em 1867, ocorreu entre os dias 1 de abril e 3 de novembro no Campo de Marte, chegando a somar um total de 9 milhões de visitantes, sendo uma forma do imperador Napoleão III de, a despeito das rivalidades com a Inglaterra e Prússia, acentuar o papel da França como nação cultural central do mundo civilizado.<sup>201</sup> O

---

<sup>199</sup> Werner Plum. **Exposições Mundiais no Século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung, 1979. P. 10

<sup>200</sup> Sven Schuster. “A visão dos vencedores: o Brasil e a glorificação da Guerra do Paraguai nas Exposições Universais do século XIX”. **Revista Iberoamericana**, XVI, vol. 64 2017, p. 149

<sup>201</sup> Idem, *ibidem*, p. 150

espaço destinado ao Brasil era maior do que o destinado aos outros Estados latino-americanos, e o Império buscava apresentar o país como sendo a “parte mais desenvolvida dos trópicos”.<sup>202</sup> Mas a participação do Brasil não foi como esperado. O conflito em curso diminuiu profundamente os gastos que deveriam ser disponibilizados para a montagem da mostra. No *Guia da Exposição de 1867*, já estavam descritos os problemas enfrentados devido à guerra. O Barão de Penedo, coordenador da Comissão da Exposição, se queixava sobre a situação de partida desfavorável, além dos objetos modestos que seriam apresentados na Exposição. Para se ter a dimensão da problemática, na noite anterior à inauguração da exposição, o Brasil ainda não tinha começado a montar sua seção, tendo inclusive espaços de exposição cortados, chegando o Secretário da Comissão, Júlio de Villeneuve afirmar que a Exposição seria “continuação da guerra com outros meios”.<sup>203</sup>

A principal atração do Império nessa exposição foi uma estátua de um cavaleiro de mais de três metros de altura, que por sinal não coube dentro do local de exposição. De autoria de Francisco Chaves Pinheiro<sup>204</sup>, a estátua de um cavaleiro montado a cavalo, ao estilo europeu do século XIX, teve como exemplo a estátua de D. Pedro I, feita pelo escultor francês Louis Rochet por encomenda do governo brasileiro e colocada no Rocio (atual Praça Tiradentes), inaugurada no ano de 1862.<sup>205</sup> Essa estátua seria de D. Pedro II, e estaria

---

<sup>202</sup>O *auxiliador da Indústria Nacional*, janeiro de 1867. Biblioteca Nacional.

<sup>203</sup> Julio Constancio de Villeneuve. **Relatório sobre a Exposição Universal de 1867 redigido pelo Secretario da Comissão Brasileira Julio Constancio de Villeneuve e Apresentado a Sua Majestade o Imperador pelo Presidente da Mesma Comissão Marcos Antonio de Araujo**. Paris: Typographia de Julio Claye, 1868a. Tomo I.P. XXVII-XXXVII.

<sup>204</sup> Francisco Manuel Chaves Pinheiro (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1822 - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1884). Escultor, professor. Começa a estudar escultura na Academia Imperial de Belas Artes - Aiba, Rio de Janeiro, com Marc Ferrez em 1833. Participa diversas vezes das Exposições Gerais de Belas Artes, entre 1845 e 1879. Recebe medalha de ouro com o trabalho de gesso *Alegoria à Libertação do Brasil*, em 1845. Em 1850, ingressa como professor na Aiba, sendo nomeado substituto da cadeira de escultura, da qual se torna titular dois anos mais tarde, assumindo a vaga aberta com a morte de Francisco Elídio Pânfiro m 1851. Na Aiba, onde leciona até dois meses antes de morrer, são seus alunos Almeida Reis e Rodolfo Bernardelli, entre outros. É condecorado pelo imperador dom Pedro II com as insígnias da Ordem da Rosa, em 1859. Participa da Exposição Internacional de Paris em 1867, e exhibe a escultura equestre de gesso de dom Pedro II na rendição de Uruguaiana, seu mais importante trabalho de estatuária. Em 1872, realiza a escultura *Índio Simbolizando a Nação Brasileira*, um dos mais característicos exemplos do indigenismo nas artes visuais brasileiras. É também autor de dois alto-relevos de madeira sobre a vida de São Francisco de Paula e dos 12 apóstolos, feitos para a Igreja de São Francisco de Paula, além de outros trabalhos decorativos, realizados por encomenda, para a Igreja de Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado, as matrizes do Engenho Novo e de São Cristóvão e para o Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21762/chaves-pinheiro>. Acessado em: 01/10/2018. O objeto da pesquisa não é a obra do artista e sim a representação que ele fez para a Exposição Universal de 1867. Para saber mais sobre Francisco Chaves Pinheiro, cf. Fátima Alfredo. **Francisco Manuel Chaves Pinheiro e sua contribuição à imaginária carioca oitocentista**. Disponível em: [http://www.dezenovevinte.net/artistas/fmcp\\_fa.htm](http://www.dezenovevinte.net/artistas/fmcp_fa.htm); entre outros.

<sup>205</sup> Sobre a estátua de D. Pedro I, cf. Paulo Knauss. “A festa da imagem. Afirmação da escultura pública no Brasil do século XIX”. In: **Desenovevinte (19&20)**, vol 4. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>. Acessado em 01/10/2018; Iara Lis Carvalho Souza. “O

representando o “triunfo brasileiro em Uruguaiana”. A estátua em gesso intitulada *Sua Majestade D. Pedro II em Uruguaiana*, procurava estabelecer uma relação direta com os campos de batalha da Guerra da Tríplice Aliança, na medida em que mostrava o imperador em pose de herói, depois da reconquista da cidade, que havia sido ocupada pelas forças paraguaias.<sup>206</sup> A estátua foi bastante elogiada, pois, segundo os críticos da Exposição, seguindo padrões Neoclássicos, Chaves Pinheiro conseguiu representar o cavaleiro e o cavalo de forma proporcional, segundo as regras artísticas e de estética, bem como, com o maior realismo possível.<sup>207</sup> Outro ponto a ser destacado, em diálogo com as análises de Paulo Kanuss (2010), é a nítida percepção do jogo entre civilização X barbárie, com D. Pedro II representando o “cavaleiro esclarecido”, olhando diretamente para o observador, mostrando sua proximidade com o povo, salientando a ideia de um regente no sentido mais “moderno”, além de ter sua mão estendida apontada para baixo, como uma alusão do simbolismo da vitória sobre os paraguaios e solidariedade com o povo derrotado.<sup>208</sup>

A ideia da luta entre civilização X barbárie pode ser explicada a partir da perspectiva de Norbert Elias no *Processo Civilizador*. Na Europa do século XIX, o conceito de civilização possuía dois significados: em primeiro lugar, era o conceito utilizado pela corte para opor-se ao barbarismo e, em segundo, transmitia a ideia de um processo com um objetivo, envolvendo o refinamento do comportamento social e a pacificação interna do país.<sup>209</sup> Nas palavras de Elias, o conceito de civilização

“expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos inclusive afirmar: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com esse termo, a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais.”<sup>210</sup>

Além disso, com o conceito de civilização tanto franceses quanto ingleses procuravam reduzir as diferenças nacionais, representando o que há de comum a todos os seres humanos

---

monumento na praça pública”. In. **Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: UNESP, 1999, pp. 351-365.

<sup>206</sup> Schuster, 2017, p.153

<sup>207</sup> **Diário do Rio de Janeiro**. 19 de outubro de 1867. Biblioteca Nacional.

<sup>208</sup> Cf. Paulo Knauss, op. Cit.

<sup>209</sup> Jonathan Fletcher. **Violence and civilization – an introduction to the work of Norbert Elias**. Cambridge, UK: Polity Press, 1997. P. 9

<sup>210</sup> Norbert Elias. **The Civilizing Process – sociogenetic and psychogenetic investigations**. Massachusetts: Blackwell, 2000. P. 5



– daí a relação deste conceito com uma intenção expansionista de grupos colonizadores que colocavam a necessidade levar seu modo de ser e agir a outras nações.<sup>211</sup> A civilização:

[...] Constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie [...]. Assim a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir [...] [Ela] absorve muito do que fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão moral de costumes, isto é, tato social”.<sup>212</sup>

Ao lado do longo processo de constituição dos Estados - Nação europeus – que Elias considera como processos de integração social – surgiram inúmeras formas de controle do comportamento, normas voltadas para a consolidação de estruturas de distinção social.<sup>213</sup> No caso do Império do Brasil, a “imitação” dos costumes dessas sociedades consideradas civilizadas, fez com que as Repúblicas sul americanas, incluindo o Paraguai, fossem vistas como bárbaras. Um engenheiro civil inglês, George Thompson, contratado ainda ao tempo de D. Carlos Antônio López que, com o intuito de modernizar o país, e que mais tarde vai ingressar no exército paraguaio, assim descreveu o Paraguai e seu povo: “a raça paraguaia é uma mistura de espanhóis e aborígenes e dividida em quatro classes: brancos, mulatos, índios e negros.” Segundo suas palavras, “os “brancos”, a aristocracia do Paraguai, descendem dos primeiros conquistadores espanhóis, casados com mulheres índias.”<sup>214</sup> Nota-se nesse trecho sua observância das características raciais da população colocando a aristocracia como sendo branca mas não pura. Ao falar de Francia, o primeiro governante do Paraguai independente, lhe atribui a ação de criar

“seu terrível sistema de tirania [...] Todo o suposto inimigo do governo [...] era jogado na prisão, e muitos foram fuzilados, especialmente os homens mais influentes do país, e suas propriedades confiscadas [...] Francia fechou o Paraguai inteiramente, por terra e água, a qualquer comunicação com o exterior [...] Proibiu a entrada e saída do país, tanto de pessoas como de bens [...]”<sup>215</sup>

Esse pensamento sobre a inferioridade da nação guarani, fazia com que o Império do Brasil fizesse uma real propaganda contra os “bárbaros”. Francisco Alembert afirmou que

<sup>211</sup> Norbert Elias. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização (vol. 2)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993. pp. 53

<sup>212</sup> Idem. **O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. 1)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990, pp. 62.

<sup>213</sup> Idem, 1993, pp. 193.

<sup>214</sup> George Thompson. **La guerra del Paraguay : acompañada de un bosquejo histórico del país y con notas sobre la ingeniería militar de la guerra**. Buenos Aires : Imprenta Americana, 1869, p. 22 Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01921400> - Brasiliana/USP.

<sup>215</sup> Idem, ibidem, p.

“sobre a República Guarani foram atirados exércitos, mas também idéias e imagens que buscavam transferir ao outro as mazelas que nossa sociedade nos impunha, o “mal estar” de nossa “civilização”, para falar como Freud. O Paraguai, bárbaro, incivilizado, autoritário, atrasado aos olhos culturais da Corte, serviria então para nos salvar de nossas próprias condições e definir a imagem tão civilizada que buscávamos. No espelho do Paraguai – usado como metáfora da situação latino americana – constituiu-se um dos elementos da nossa “identidade nacional”. ”<sup>216</sup>

Desta forma, podemos perceber que a dicotomia produzida pelo governo entre o Brasil civilizado e o Paraguai bárbaro, vai servir para alimentar o patriotismo e reforçar em novas bases os sentimentos de pertencimento nacional, ou como diria Porto-Alegre, citado por Schuster, “a figura do imperador vencedor, como alegoria para a vitória inevitável da “civilização” sobre o “bárbaro” governo paraguaio estava exatamente no sentido da “função civilizatória” que deveria emanar de tais monumentos públicos”. <sup>217</sup>Nesse sentido, a estátua de Chaves Pinheiro, bem como as próprias Exposições Universais, cumpriria esse papel de demonstrar. A imprensa estrangeira que cobria a Exposição também fez essa leitura do monumento., mesmo que provavelmente pudessem estar sendo pagos pelo governo a fim de realizar a cobertura em favor do Brasil naquele contexto tão complicado. No guia da exposição *L'Exposition Universelle de 1867*, do francês Raoul Ferrère, descrevia a estátua pormenorizadamente, destacando principalmente a ideia de um “monarca esclarecido”, filantropo, amigo das ciências e fomentador da educação, bem como decido opositor à escravidão; herói de guerra, que na hora da maior necessidade, marchou para a batalha como o “primeiro voluntário”.<sup>218</sup>

Ao final da guerra a estátua apresentada na Exposição deveria virar um monumento de culto público ao Imperador. Na década de 1870 uma grande campanha na imprensa abria uma subscrição pública para que ela fosse colocada em praça pública como símbolo do triunfo sobre o Paraguai, sendo cunhada com o bronze dos canhões apreendidos do inimigo. O imperador foi contrário à ideia, se pronunciando inclusive publicamente sobre o fato. Solicitou então que os meios disponibilizados para tal intento fossem utilizados na construção de escolas, o que de fato ocorreu. Inaugura-se assim a construção de uma série de estabelecimentos públicos de ensino, chamados de “as escolas do imperador”, incentivadas basicamente pelo final da guerra, e que veremos mais adiante. Hoje o molde está exposto no Museu Histórico Nacional, sediado no Rio de Janeiro.

---

<sup>216</sup> Francisco Alembert. “O Brasil no espelho do Paraguai” In Carlos Guilherme Mota (org.). **Viagem incompleta; formação: histórias**. São Paulo: SENAC, 2000, p. 304

<sup>217</sup>Schuster, 2017, p. 156.

<sup>218</sup> Adapt. de Schuster, op. Cit. p. 156.

## A Exposição de Viena (1873)

Finda a guerra, agora seria a oportunidade de “passar por cima” da decepcionante participação na Exposição de Paris (1867) e de demonstrar ao mundo a visão dos vencedores. A situação financeira do Império não era das melhores devidos aos gastos com o conflito, mas também não podemos esquecer a situação social e política também precária, devido principalmente a emergência do movimento abolicionista e às críticas que emergiam da chamada “geração de 1870”, já citada anteriormente, além do surgimento do movimento republicano. Mesmo assim, a ideia na Exposição de 1873, era demonstrar uma situação bem diferente. A Exposição Nacional que deveria ser uma base de apoio para o envio de material para a Exposição Universal, ocorreu de forma atribulada e sem a antecedência suficiente, tanto que algumas províncias não tiveram tempo hábil para o envio de seus produtos. Em 1 de janeiro de 1873, a Exposição Nacional fora aberta, durando até 3 de fevereiro.<sup>219</sup> Devido a todos esses contratemplos, o Império enviou poucos materiais de importância, mas para o nosso estudo, os quadros são simbólicos devido à temática e a forma de execução.

Nada de grande referência pode ser mencionado sobre os materiais relacionados às Belas Artes enviados à Exposição, exceto por três grandes quadros dos pintores Pedro Américo e Edoardo De Martino, que naquele momento eram considerados os grandes do Brasil. Devido a pouca quantidade, fora negado às obras um lugar específico no salão de arte, e no pavilhão brasileiro não havia espaço devido aos produtos agrícolas, artesanato e instrumentos técnicos que ali foram expostos. Os quadros, por fim, foram dispostos: os de Pedro Américo no Pavilhão Belga; e o de De Martino, no Pavilhão Espanhol.

## A Batalha de Campo Grande

No alto e ao mesmo tempo no vertice da pyramide formada pelas figuras principaes, está Sua Alteza, cujo cavallo é rigorosamente soffreado pelo Capitão (hoje Major) Almeida Castro, que já traz ferida a mão esquerda, e o animal que cavalga prestes a sahir do combate. A’ direita do Conde, o Coronel de engenheiros Dr. R. Enéas Galvão, brada ao Capitão Almeida Castro largue as redeas que tem presas, dando-lhe ao mesmo tempo voz de prisão por ordem de Sua Alteza. No fundo, e no mesmo plano vertical que passa pelos olhos do observador e pela dextra do General em chefe, vê-se o Major Benedicto de Almeida Torres; e um pouco á frente, mais á esquerda do observador, o Capitão (hoje Major) de Engenheiros Dr. A. E. Taunay, tendo em sua retaguarda o Tenente Coronel Moraes e mais além o clarim-mor do exercito, que tambem é retrato. Na extrema esquerda vê-se, na parte

---

<sup>219</sup> Schuster, 2017, p. 157

superior do quadro, o Capitão de mar e guerra João Mendes Salgado, precedendo um corpo de infantes, que carrega corajosamente por cima da macega incendiada; na parte inferior o venerando Frei Fidelis d'Avila, em cujos braços expira exangue o bravo e jovem Capitão Arouca, ferido de uma bala paraguaya. A' direita do painel, e um tanto ao longe, avista-se o General Pedra em luta com o barbaro que tentara perpassal-o com a lança; mais ao longe, no terceiro e quarto planos, Brasileiros e inimigos na mais encarnçada luta; e um pouco á frente do Pedra, quasi no primeiro plano, muitos inimigos, que resistem, ou fogem aos golpes dos nossos soldados. As figuras paraguayas foram tiradas, mais ou menos exactas, mais ou menos modificadas pelas exigencias da composição dos muitos prisioneiros, e outros paraguayos, que estiveram nesta capital. Os uniformes e as armas brasileiras, bem como todos os objectos paraguayos, foram fielmente copiados do natural. (Para maiores esclarecimentos, consultem-se as primorosas descrições, apreciações ou analyses do painel, que correm impressas.)<sup>220</sup>

Ao visitar o Museu Imperial situado na antiga residência de verão da família imperial em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, nos deparamos com um quadro de grandes proporções que leva o espectador à admiração. A obra não foi uma encomenda, foi fruto da iniciativa pessoal de Pedro Américo que, aproveitando a atmosfera nacionalista relacionada ao conflito da Tríplice Aliança, pode ter visto ali uma chance a mais de expor seu trabalho. Segundo Maraliz Christo, “o governo já encomendara a Victor Meirelles, professor de pintura histórica na Academia Imperial de Belas Artes, dois quadros comemorativos aos feitos da Marinha, Passagem de Humaitá e Combate naval do Riachuelo”.<sup>221</sup> Mas não havia nenhuma encomenda relativa a participação ou atuação do exército nas grandes batalhas no conflito. Nesse sentido, ainda cito Christo afirmando que “habilmente Pedro Américo parece ter desejado conseguir o apoio de dois importantes seguimentos para a aceitação de seu quadro: a família imperial e o Exército.” E prossegue,

“terminado o quadro, o artista o expõe em seu ateliê, situado na AIBA, com eficiente estratégia publicitária, divulgando opúsculos e cartas favoráveis à obra, assim como uma biografia escrita por seu amigo de infância, Luis Guimarães Jr. Graças à visibilidade adquirida por seu trabalho, Pedro Americo consegue vendê-lo ao Ministro da Guerra, Barão de Jaguaribe, em 28 de janeiro de 1872, por 13.000\$000 (treze mil contos de réis).<sup>222</sup>

A obra mereceu atenção inclusive do Visconde de Taunay que escreveu em suas memórias sua impressão sobre a batalha e a críticas à obra de Pedro Américo:

---

<sup>220</sup> **Catalogo das obras expostas no palacio da Academia Imperial das Bellas Artes em 15 de Junho de 1872** – Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1872, p. 23-24

<sup>221</sup> Maraliz de Castro Vieira Christo. “Quando subordinados roubam a cena: a Batalha de Campo Grande de Pedro Américo. sÆculum - **Revista de História** [19]; João Pessoa, jul./ dez. 2008 p. 82

<sup>222</sup> Idem, p 83

Foi quando o Conde d' Eu por seu turno transpôs o ribeirão e, apenas do outro lado, correu gravíssimo perigo. Um batalhão paraguaio, reformado a borda do mato, de lá saiu com terrível fúria e caiu sôbre um corpo de infantaria atrás de cuja linha singela então nos achávamos. Êste não resistiu ao ímpeto inimigo e debandou, deixando-nos absolutamente sem proteção. Vi-me perdido. O Conde d'Eu sacou da espada, no que todos o imitamos e pusemos os cavalos a galope, indo ao encontro da carga. Aí, porém, outro batalhão nosso, em desapoderada marche-marche, pôde a tempo repelir o ataque, encurrular os paraguaios, de novo, junto à beira do mato, onde o fuzilou com a maior energia. Isto é que constitui o episódio do quadro de Pedro Américo, intitulado Batalha de Campo Grande, inverossímil, sem dúvida, nas posições forçadas, impossíveis até dos cavalos representados mas onde o risco foi, na realidade, muito grande para os que lá figuram. O Príncipe montava bonito cavalo rosilho, animal porém, muito manso, dócil e calmo, no meio do fogo e que nunca se lembraria de empinar-se todo, tomando visos de verdadeiro repuxo, como imaginou o pintor. O capitão de voluntários, Almeida Castro pegou, decerto, no freio do animal, para embargar o passo ao Conde d' Eu; mas, se bem me lembro, estava então a pé e não cavalgava o ferosíssimo e agauchado bucéfalo desenhado no grande painel, pertencente hoje à Escola Militar da Praia Vermelha. Enfim exagerações de artista. Nem lá havia frade algum, pois frei Fidelis de Avola se achava neste momento, no Estado-Maior do general Vitorino, Barão de São Borja. Daquele segundo corpo de Exército eram os tiros que ouvíamos a cada vez mais próximos a nos anunciarem o final da vitória, após dia tão longo e cansativo, o triunfo da última das batalhas de toda a guerra do Paraguai. Depois dela, com efeito não se deram senão combates parciais e tiroteios, cada vez menos renhidos até ao último de Aquidabanigui, em que foi morto Solano Lopez. Assim se haviam passado as coisas.<sup>223</sup>

No que concerne à pintura histórica, percebemos que a obra de Pedro Américo não refletiu nem parte do que pode ter sido a batalha. Em termos de alegoria a fim de representar e exaltar o heroísmo, bem como o tão propalado confronto entre “civilização e barbárie”, a tela cumpriu prontamente seu papel. Em documentos existentes no Museu Imperial de Petrópolis, temos vasta correspondência entre o pintor e algumas figuras de destaque na batalha, o que comprova a intenção dele em tentar ser o mais fiel possível aos fatos.<sup>224</sup> Ainda segundo Christo,

na Batalha de Campo Grande, os inimigos, em primeiro plano, prendem a atenção. Pedro Américo não resgata a humanidade dos vencidos. O artista os estigmatiza, não lhes reconhecendo nenhuma dignidade. Apresenta os paraguaios como bárbaros, seus corpos seminus e robustos contrastam com a elegância dos soldados brasileiros em uniformes azuis.<sup>225</sup>

<sup>223</sup> Visconde de Taunay. **Memórias**. São Paulo, Edições Melhoramento, s/d., p. 359.

<sup>224</sup> Carta manuscrita, papel azul, ao Sr. Dr. Rebello, sobre detalhes da Batalha de “Caraguatay” (depois Campo-Grande ou Nhu-Guaçu, em língua guarany). Rio de Janeiro, 8 de Novembro de 1869. Pasta M.149 / Doc. 7193; Carta-relatório manuscrita, de Almeida Castro, enviada de Vila do Rosário, em 24 de fevereiro de 1870, respondendo às perguntas da carta de Pedro Américo (2 folhas. Pasta M.149 / Doc. 7193; Carta-relatório manuscrita, do Capitão Benedicto d'Almeida Torres, enviada de Caraguatay ao mordomo do Conde d'Eu e depois entregue a Pedro Américo. Doc. 7278, Maço 156. Carta de Alfredo E. Taunay a P. Américo enviada do Paraguai, Caraguatay, pasta M149. entre outros. Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

<sup>225</sup> Idem, p. 98

Pedro Américo ainda receberia duras críticas na imprensa da Corte, pois o Conde d’Eu, mesmo estando no centro da “estrutura piramidal”, o colocando como a figura mais importante do quadro aparece praticamente sem expressão.<sup>226</sup>

O frade de Pedro Américo está de frente para o espectador, segurando o ferido, formando um todo escuro, isolado pelo contraste dos demais feridos paraguaios. Através desse grupo, o artista diferencia a morte civilizada e cristã dos brasileiros. No esboço a óleo, o pintor planejara uma cena de ambulância - comum aos quadros de batalha -, onde o moribundo encontrava-se nos braços de um cirurgião, apertando romanticamente uma carta ao peito. Ao substituir o cirurgião pelo capuchinho frei Fidelis d’Avola - contrariando a veracidade dos fatos, pois o mesmo não se encontrava no campo de batalha, segundo as memórias do Visconde de Taunay -, Pedro Américo agrega ao quadro um forte sentimento religioso.<sup>227</sup>

O quadro foi exposto apenas na Exposição Geral de Belas Artes, que ocorria todos os anos no Rio de Janeiro. Pedro Américo contava com apenas 28 anos de idade, e o público se mostrou entusiasmado com a “vitalidade juvenil e com a genialidade do pintor”, o governo então resolveu comprar sua tela.<sup>228</sup> A ideia da tela na Exposição de Viena seria deixar claro para o público internacional de fazer o Brasil figurar como nação civilizada, além de confirmar o Conde d’Eu como o pretendente ao trono, que naquele momento era impopular junto ao povo. A forma realística do quadro, chegando a comentar na época parecer quase uma fotografia, rendeu comentários da imprensa. Publicou “*A vida Fluminense*” de 6 de julho de 1872:

Do que vimos da *Batalha do Campo Grande* podemos apenas concluir que o dito popular de – será mais fácil um burro voar – como equivalente de coisa impossível nem sempre tem cabimento; no que do sr. Dr. Pedro Américo há três cavalos que voam, nada menos de três. Batalha houve, e a vi, não no quadro; mas entre os espectadores, e foi sem dúvida contando com isso que o autor deixou de pinta-la na tela. No mais é fidelíssimo. O mesmo brilho de uniforme nos oficiais, o exército formado em parada, a fisionomias calmas de quem sabe que não corre perigo, e de vez em quando uma ou outra bala; o fumo é espesso, abundante e feio, para indicar que a coisa esteve feia (grifo do autor).<sup>229</sup>

Logo após esses comentários é colocada uma caricatura do quadro, o que ressalta a “qualidade fotográfica” da obra (Imagens 1 e 2).

---

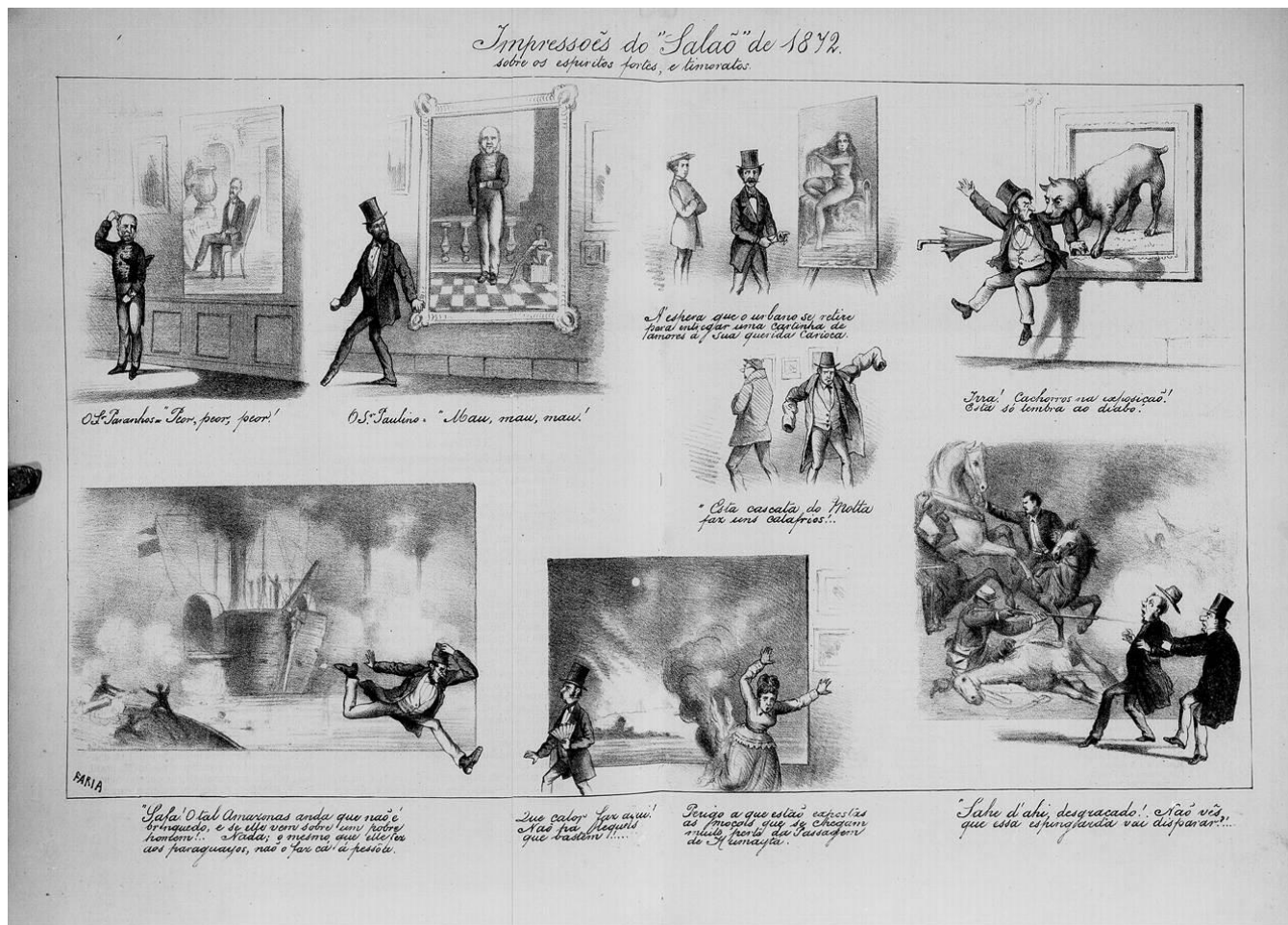
<sup>226</sup> Christo, 2008, p. 89-91

<sup>227</sup> Idem, ibidem, p. 100

<sup>228</sup> Schuster, 2017, p. 161

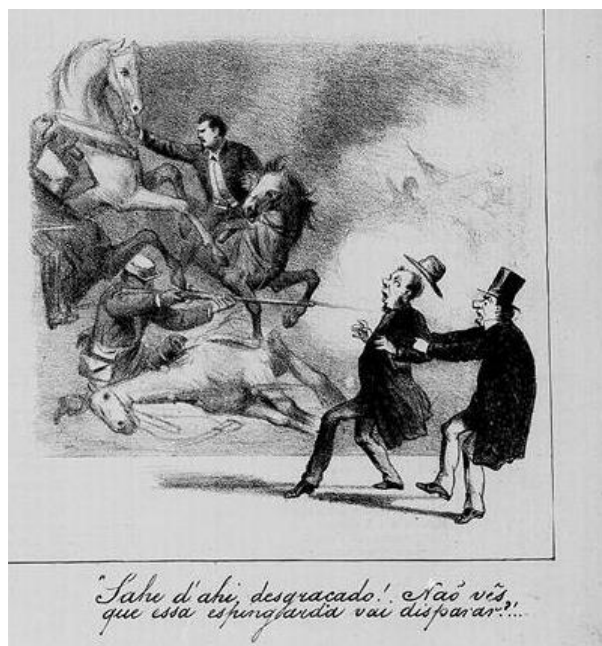
<sup>229</sup> **A vida Fluminense**, 6 de julho de 1872. Biblioteca Nacional.

Figura 1 – Impressões do Salão de 1872



Fonte: A Vida Fluminense, 6 de julho de 1872.

Figura 2 – Detalhe da imagem alusiva ao quadro de Pedro Américo



Fonte: A Vida Fluminense, 6 de julho de 1872.

O próprio pintor se autorretrou como participante da batalha, incluindo seu irmão, fato este que voltará a ocorrer em outras obras (Imagens 3 e 4). Nos salões de Viena a pretensão civilizatória do Brasil foi expressa. Ao analisarmos o quadro, vemos os soldados brasileiros vestidos com roupas de efeito europeu e um Conde d’Eu elevado, representado montado em um cavalo branco com os soldados paraguaios maltrapilhos em posição inferior. A pele dos paraguaios é representada em cor mais escura, seus traços caracterizados claramente como marca da descendência guarani, enquanto no lado do Império, nenhum soldado faz alusão aos negros e indígenas que combateram no conflito. E o Conde d’Eu, talvez por sua origem europeia, seria o fio condutor dessa “civilização imaginada”.

Figura 3 – A Batalha de Campo Grande



Fonte: Pedro Américo, *Bataille de Campo Grande*, 1871. Óleo sobre tela, 530 x 332 cm, Museu Imperial de Petrópolis.

Figura 4 – Detalhe do quadro “A Batalha de Campo Grande”



Fonte: Pedro Américo, *Bataille de Campo Grande*, 1871. Óleo sobre tela, 530 x 332 cm, Museu Imperial de Petrópolis.



## A Exposição da Filadélfia (1876)

Aproveitando as comemorações do Centenário da Independência dos Estados Unidos, o governo do então general da Guerra Civil Ulysses S. Grant, promove na Filadélfia a Exposição Universal de 1876. Conhecida também como “Exposição do Centenário”, a ideia era mostrar ao mundo o modo de vida norte americano, pós-guerra civil, e sua capacidade industrial, para os realizadores seria uma forma de representar os Estados Unidos como poder regional emergente, relativizando a hegemonia da Europa nas áreas cultural e científica, bem como angariar novos mercados para o setor de exportação que estava em crise.<sup>230</sup> Temas como a Guerra Civil Americana e a própria escravidão foram poupados na Exposição; a questão indígena, latente naquele momento de expansão para o oeste, com a Exposição ter sido inaugurada poucas semanas após a derrota do general George Armstrong Custer na batalha de Little Bighorn, pelos caciques Sitting Bull, Crazy Horse e Gall, fez com que a questão relacionada com a civilização retome a pauta acrescentado agora com os estudos relacionados à raça.

A América estava fortemente representada. O Império, por exemplo, recebeu a maior área de exposição entre as nações latino-americanas e, nesta, o Brasil não pouparia esforços financeiros para se apresentar adequadamente. Segundo o “Relatório da Comissão Representante do Império na Exposição Universal de 1876”, o objetivo do Brasil era “se as exposições universais não podem, ainda, por parte do Brasil, servir para competência industrial, é inegável, que lhe tem proporcionado ensejo para ser melhor conhecido, e apreciado, como região agrícola de solo fertilíssimo, e nacionalidade pacífica, inteligente e laboriosa.”<sup>231</sup> Apesar da crise financeira, devido aos gastos com a Guerra da Tríplice Aliança, o governo disponibilizou uma grande quantia e o próprio imperador esteve pessoalmente presente na Exposição, sendo a primeira visita de um governante aos Estados Unidos desde sua independência, demonstrando a importância dessa Exposição para a representação do país.<sup>232</sup>

Além da questão agrícola e de riquezas naturais, o ponto que mais chamou a atenção dos visitantes foram às belas artes, com a representação heroica do Brasil na guerra, a fim de superelevar para o mundo a vitória do Brasil. Foram expostas as obras: *Combate Naval do*

---

<sup>230</sup> Astrid Böger. **Envisioning the Nation: The Early American World's Fairs and the Formation of Culture**. Frankfurt a. M.: Campus, 2010. 85-86

<sup>231</sup> **Comissão Representante do Império do Brasil na Exposição Universal**. Philadelphia, PA, 1876. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242450>. Acessado em 23/10/2018.

<sup>232</sup> Schuster, 2017, p. 166

*Riachuelo*, *Passagem de Humaitá* e *A defesa da Ilha da Cabrita*, de Victor Meirelles; *A passagem de Passo da Pátria*, de Pedro Américo, e mais três quadros que tinham a guerra como tema, mas que não receberam tanta “ovação”. Mais uma vez o Império coloca a Guerra da Tríplice Aliança como seu auge e tenta representá-la como o máximo da civilização.

#### Victor Meirelles – Combate Naval do Riachuelo

Victor Meirelles de Lima nasceu em Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, em 18 de agosto de 1832, filho do imigrante português e de uma brasileira. Pintor, desenhista e professor, frequentou a Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro e aos vinte anos, conquistou o Prêmio Especial de Viagem à Europa. De 1853 a 1861, viveu primeiro na Itália e em seguida na França, onde se dedicou ao estudo e ao trabalho. Foi professor honorário da Academia Imperial de Belas Artes, onde ensinou pintura histórica e professor do Liceu de Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro. Não trataremos aqui de realizar uma pesquisa sobre a biografia ou trabalhos do pintor, mas sim sobre seus quadros relativos à Guerra da Tríplice Aliança, que foram expostos na Exposição Universal da Filadélfia em 1876.<sup>233</sup> Para efeitos de pesquisa, não examinarei todas as obras expostas, e sim me concentrar nos quadros *Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*, principalmente pela repercussão dos mesmos, tanto nos Estados Unidos quanto aqui no Brasil.

Quem se depara com a enorme tela exposta no Museu Histórico Nacional, talvez não tenha a dimensão e a verdadeira proporção de seu alcance. Nela, todos os elementos de uma batalha naval estão apresentados: navios e destroços, vencedores e vencidos, heróis e anônimos. Sua imagem é, até hoje, a mais representada nos manuais didáticos quando é mencionada a Guerra da Tríplice Aliança. A tela original foi realizada entre 1868 e 1872, e enviada à Exposição da Filadélfia, mas em seu retorno ao Brasil, fora mal acondicionado, e acabou se deteriorando. O quadro exposto atualmente é uma nova tela pintada entre 1882 e 1883 em Paris, e que teve seu formato ampliado. A iniciativa foi do ministro da Marinha o Conde de Affonso Celso, que procurou valorizar a identidade da mesma enquanto esteve na pasta. Em 14 de março de 1868, com o Decreto 4116, foi criado um museu a ser instalado no arsenal da Marinha da Corte até que um prédio próprio para isso fosse construído: “Hei por bem criar no arsenal de marinha da corte um museu, onde se recolham todos os objetos, cuja conservação interesse à armada nacional [...]”. Em seu artigo 3<sup>a</sup> o decreto especificava dois

---

<sup>233</sup> Para conhecer mais sobre o artista e suas obras, conferir a página do Museu Victor Meirelles, disponível em: <http://museuvictormeirelles.museus.gov.br/>. Acessado em 23/10/2018.

grupos de objetos a serem preservados: “O edifício, dividir-se-á em duas partes: na primeira se distribuirão modelos, máquinas, armas, troféus, etc; na segunda quadros históricos, retratos, bustos e estátuas de oficiais brasileiros ou estrangeiros, que tenham prestado serviços ao Brasil”<sup>234</sup>. E no mesmo ano da criação do museu, o relatório do diretor da Academia Imperial de Belas Artes registrava mais uma iniciativa do ministro:

O Governo Imperial pelo Ministro da Marinha encarregou o Professor de Pintura histórica, Victor Meirelles de Lima, da execução de dois grandes quadros a óleo, representando a passagem de Humaitá pela Esquadra Imperial na madrugada de 19 de fevereiro de 1868, e o Combate naval de Riachuelo em 11 de Junho de 1865. A Ilustríssima Câmara Municipal da Corte encomendou ao mesmo artista um outro quadro representando a abordagem dos Paraguaios ao monitor Alagoas comandado pelo Capitão-Tenente Maurity em 19 de Fevereiro de 1868.<sup>235</sup>

Victor Meireles tentou ser “fiel aos fatos”, inclusive se deslocando ao local de batalha entre agosto e outubro de 1868. A obra mostra os brasileiros em triunfo no centro da cena enquanto sobreviventes dos destroçados navios paraguaios estão no canto inferior à direita. Segundo Christo, “na proa da fragata Amazonas, o almirante Barroso ereto acena com o quepe, em gesto repetido por vários marinheiros, alheios à continuidade do confronto” (Imagem 5). E segue: “Situados em primeiro plano, no que resta de uma embarcação prestes a naufragar, paraguaios resistem desesperadamente em meio a cadáveres. Os dois núcleos sustentam didaticamente a narrativa”.<sup>236</sup> A análise foi perfeita quando afirma o caráter pedagógico da narrativa. Ao colocar a embarcação paraguaia próximo ao observador, Meirelles torna o drama mais evidenciado: o marinheiro brasileiro sobre o que ainda resta da caixa da roda, com a mão no peito, rosto em perfil e sendo alvejado por um atirador, e provavelmente tentando capturar a bandeira paraguaia, que será considerada uma “reliquia de guerra” (como veremos), tornando-o um herói anônimo e dominando o primeiro plano da cena (Imagem 6). Outro ponto interessante é que Victor Meirelles ao compor esse personagem o fez com a cor de pele mais escura que os demais, nos levando a pensar se não seria a representação de um negro, dos tantos que lutaram no conflito.

<sup>234</sup> João Mauricio Wanderley. **Relatório do ano de 1868 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 14ª legislatura**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869.

<sup>235</sup> Thomas Gomes dos Santos. “Relatório do diretor da Academia das Belas Artes”. In: Paulino Jose Soares de Souza. **Relatório do ano de 1868 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 14ª legislatura**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1869, p. 3.

<sup>236</sup> Maraliz de Castro Vieira Christo. “Uma batalha cromática: Victor Meirelles e a Passagem de Humaitá”. **XI EHA – Encontro de História da Arte** – UNICAMP, 2015, p. 353

Figura 5- Combate naval do Riachuelo



Fonte: Victor Meirelles, Combate Naval do Riachuelo, 1869-1872. Óleo s/tela, 4,00 X 8;00 m. Museu Histórico Nacional.

Figura 6- Combate naval do Riachuelo – Detalhe



Fonte: Victor Meirelles, Combate Naval do Riachuelo, 1869-1872. Óleo s/tela, 4,00 X 8;00 m. Museu Histórico Nacional.

Sobre este detalhe, Silva escreveu:

Sobre este personagem, segundo o jornalista e crítico Félix Ferreira, chegou-se a dizer que fazia parte das páginas oficiais do combate o que, para ele, nada tinha de verdadeiro: Querem muitos que esse episódio seja histórico, havendo até quem dissesse pela imprensa constar ele das partes oficiais, quando na verdade nenhuma menção se encontra de semelhante fato nos documentos conhecidos com cunho autoritário. No entanto, estudada com mais atenção, reconhece-se que essa figura ali está menos pelo rigor histórico, que realmente não existe, do que talvez pela necessidade que teve o artista de ir levantando animado o primeiro plano, de modo a conduzir a vista do espectador, naturalmente e sem esforço, ao vapor Amazonas, em cuja proa está posto o grupo culminante da estética do quadro. Uma figura como esta basta para firmar a reputação de um artista. Félix Ferreira se mostrou particularmente impressionado por este personagem e fixou sua importância no quadro como solução estética em detrimento de qualquer relação histórica. Ele realmente domina a parte central da obra e serve como ponte para o olhar do observador que se desloca dos naufragos paraguaios para o grupo postado sobre o vapor Amazonas.<sup>237</sup>

Mas as polêmicas em torno das pinturas de Victor Meirelles expostas em 1876 não pararam por aí.

Victor Meirelles – Passagem de Humaitá

A exclusão completa de figuras n'aquele vasto plano, a que parece ter-se submetido o autor para não faltar à precisão histórica, as trevas em que se acha envolvido o herói da ação, é um concurso de circunstâncias, que faz que nos retiremos da sua contemplação frios e quase descrentes d'aquele fato, que tornou celebre, nos fastos da história do Brasil, o dia 19 de fevereiro de 1868.<sup>238</sup>

Esse trecho foi publicado no *Jornal do Comércio* de 6 de julho de 1872, comentando sobre a Exposição da Academia daquele ano, e o autor do texto comenta sobre o quadro *Passagem de Humaitá*, produzido por Victor Meirelles simultaneamente ao conflito. O herói descrito na ação era o capitão Maurity que, a bordo do monitor Alagoas, conseguiu evitar que os paraguaios tomassem a embarcação. Na exposição realizada em 2004, a tela mencionada se tornou mais conhecida: trata-se do *Estudo para Passagem do Humaitá* (Imagem 7). Nela

se vê uma embarcação, especificamente um monitor, com a bandeira brasileira, cercado por muitas canoas de paraguaios seminus e cadáveres. Percebe-se grande desproporção numérica entre os poucos marinheiros brasileiros e a massa de combatentes inimigos. A aglomeração dos

<sup>237</sup> Luiz Carlos da Silva. **Representações em tempos de guerra: Marinha, Civilização e o quadro Combate Naval do Riachuelo de Victor Meirelles (1868 – 1872)**. Dissertação apresentada à linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Paraná: UFPR, 2009. p. 95

<sup>238</sup> João Zeferino Rangel de São Paio. **O quadro da batalha dos Guararapes, seu autor e seus críticos**. Rio de Janeiro: Tipografia João José Alvez, 1883, p. 278.

paraguaios, no primeiro plano, e a pequinês dos marinheiros, de uniforme azul, no plano seguinte, dão a impressão de um massacre iminente, apesar do armamento dos brasileiros e da ausência de mortos entre eles.<sup>239</sup>

Figura 7 - Estudo para Passagem do Humaitá



Fonte: Victor Meirelles, Estudo para "Passagem de Humaitá" ("Abordagem dos Paraguaiois ao monitor Alagoas comandado pelo Capitão-Tenente Maurity em 19 de Fevereiro de 1868"), c. 1868 – 1872. Óleo sobre madeira, 44.2 x 67,5 cm.. Museu Victor Meirelles/MNBA

Nessa representação o ideal heroico não pode ser percebido. Percebemos a obra a partir dos soldados paraguaios que ocupam todo o primeiro plano, a própria embarcação brasileira, por ser um monitor, não é tão alto e imponente como uma fragata e tem seu impacto visual diminuído, não percebemos disparos e a presença de alguns corpos de paraguaios no convéns demonstra não somente a resistência, mas também a fragilidade brasileira. Mas esse não foi o quadro apresentado na Exposição da Filadélfia. O que teria levado Victor Meirelles a produzir diferentes obras sobre o mesmo tema? Pode ter sido a demanda, já que havia recebido a encomenda de duas obras pela Marinha (*Combate Naval do Riachuelo* e *Passagem do Humaitá*) e uma pela Câmara Municipal (*Passagem de Humaitá*), esta última que, segundo Donato Mello Júnior, citando Rangel de Sampaio, “não sabemos as razões de não ter levado a avante a da Câmara [...] ficou no esboço de 1868 e nunca executou o quadro”.<sup>240</sup> O que sabemos é que Victor Meirelles trouxe de sua viagem ao Paraguai esboços

<sup>239</sup> Christo, 2015, p. 355

<sup>240</sup> Donato Mello Jr.. “Temas Históricos.” In: ROSA, Angelo e outros. **Victor Meirelles de Lema (1832-1903)**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982, p. 81-82

(alguns deles podem ser vistos na página do Museu Victor Meirelles) e croquis para a execução da tela. Mas o resultado apresentado seria muito diferente do estudo.

Segundo o crítico Gonzaga Duque Estrada, o quadro *Passagem de Humaitá* que fora apresentado nos Estados Unidos

Os longes são pintados com saber imenso. Mas, afinal que impressão deixa no observador este quadro cheio de manchas negras e clarões vermelhos? Vê-se unicamente um horizonte avermelhado, bojos de navios debuxados entre nevoeiros densos de fumo e um céu enorme, sujo de nuvens, iluminado pela palidez do crescente e pelas chamas da fornalha que arde ao longe. Sem a menor dúvida, esse conjunto é pintado admiravelmente, mas falta-lhe uma figura que o anime. Avista apenas percebe-se num e noutro lado trevas e clarões, massas negras e massas vermelhas. Não obstante, fora injustiça dizer mal dessa obra, ela é o assunto. A esquadra brasileira transpôs Humaitá alta noite, e foi precisamente essa passagem que o governo encomendou ao artista.<sup>241</sup>

O espanto de Duque Estrada pode ser entendido quando vemos a tela (Imagem 8). Não percebemos figuras humanas e os navios são quase imperceptíveis, a tela se resume a massas negras e vermelhas. No *Jornal do Comércio*, a crítica foi mais explícita pela surpresa de um “quadro histórico” não expor o “acontecimento” e os “personagens”.

O quadro 167, pintado pelo Sr. Victor Meirelles de Lima *Passagem de Humaitá* é uma grande tela, que nada significa daquilo que se lê no catálogo. Onde está esse fogo de bala tão sustentado e rápido que em breve toldou terra, céu e água com fumo e fogo? Onde estão essas baterias assentadas sobre as barrancas que faziam chover incessantemente milhares de projetis? Ficaria tudo na tinta? Neste caso respondemos: Não, ficou na palheta. O desempenho e a concepção deste quadro é manifestamente medíocre e vulgar, e se por meio da pintura pode ser transmitida á posteridade a história dos acontecimentos de um povo, o quadro do Sr. Meirelles não lhe revelará cousa alguma.<sup>242</sup>

Talvez o que tenha levado a maior estranheza foi a comparação entre o *Estudo* e o quadro definitivo, o que leva aos pesquisadores de história da arte a questionarem os motivos levados para que Victor Meirelles tenha abandonado totalmente a proposta do estudo. Jamais saberemos o motivo, mas podemos afirmar com clareza que a obra provocou o reboliço esperado. Segundo Christo

para seus contemporâneos, *Passagem de Humaitá* era bela pintura, mas nunca de evento histórico. Os visitantes da Exposição de 1872 (a Exposição Nacional de Belas Artes) não reconheceram no quadro a apresentação do tema presente no catálogo. O artista trocou o papel de narrador de um acontecimento, que desempenharia plenamente no *Combate Naval de Riachuelo*, pelo de expectador. [...] Meirelles observa um perturbador

<sup>241</sup>Luiz Gonzaga Duque Estrada. **A arte brasileira, pintura e escultura**. Ed. Aos c. de T. Chiarelli, Campinas: Mercado de Letras. 1995. (1ª edição 1888), p. 174.

<sup>242</sup>*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1872. Biblioteca Nacional.

combate distante, que mal se distingue na escuridão. À procura do entendimento impossível, numa perscrutação lenta e angustiante, fustiga o olhar; constrói uma delicada perspectiva cromática, que convida a adentrar-se na paisagem, sem nada revelar do heroísmo ou da dor humana. O artista nos aprisionando numa calma e terrível sensação de impotência. Meirelles cria uma pintura sem sujeito, não descreve, não narra. O artista se coloca no lugar do expectador, um expectador sem pálpebras, prestes a se tornar cego. [...]Ao compararmos as três encomendas recebidas por Victor Meirelles, relativas à Guerra do Paraguai, percebe-se uma tensão permanente. Ao mesmo tempo que são frutos de encomendas oficiais, comemorativas de grandes feitos militares, destinadas à exibição pública, revelam como a pintura histórica pode ser ambígua. Reconhece-se nesses quadros tensões instaladas pelo artista, deixando espaço para reflexão: o marinheiro que desvia o olhar destinado ao Almirante; a inquietante massa de combatentes seminus prestes a abordarem o que deveria ser uma forte embarcação; a luta noturna que não pode ser narrada, mas, apenas imaginada, em meio a seus efeitos cromáticos, a sua densa atmosfera.<sup>243</sup>

Figura 8 - Passagem do Humaitá



Fonte: Victor Meirelles. Passagem de Humaitá, 1869-72. Óleo sobre tela, 2,68 x 4,35 m, Museu Histórico Nacional, Ibram/MinC.

Cabe ressaltar que na época os críticos se limitavam a questionar o apelo artístico das obras praticamente isentando o quadro de sua carga ideológica buscava-se na verdade a cena histórica, o apuro da técnica. Nesse sentido, podemos pensar nesse simbólico através do

---

<sup>243</sup> Christo, 2015, p. 361-36



prisma de José Murilo de Carvalho quando examinava a formação do ideário republicano em seus primeiros anos.

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. [...] Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo.<sup>244</sup>

Como foi percebida, a representação social funcionou para delimitar o papel do Império no conflito e tentou sua inserção no chamado “mundo civilizado”. Nesse sentido, o pensamento do psicólogo social Serge Moscovici assinala muito bem a proposta quando ele explica as duas funções da representação social:

Em primeiro lugar, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos, que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam em um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação com o decréscimo do valor do dinheiro [...]. Em segundo lugar, representações são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado. [...] Poderíamos [...] mencionar a psicologia mecanicista, ou uma psicologia que considera o homem como se fosse uma máquina, ou o paradigma científico de uma comunidade específica.<sup>245</sup>

O autor acrescenta ainda outras características que devem se levar em conta ao analisar as representações: elas devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos; tem como objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzem o mundo de uma forma significativa, sendo estruturas dinâmicas, operando em um conjunto de relações e de comportamentos que surgem e desaparecem junto com as representações.<sup>246</sup> Percebemos nessas representações iniciais pós-conflito essa dinâmica do governo em tentar implantar uma memória definitiva que pudesse construir uma versão que fosse satisfatória para os interesses de uma sucessão ao trono e da construção de um imaginário relativo a uma nação que incluísse o país no rol da civilização

<sup>244</sup> José Murilo de Carvalho, 1990, p. 11

<sup>245</sup> Serge Moscovici. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 34-37

<sup>246</sup> Idem, ibidem, p.46-48.

ao final do século XIX. Mas essa memória durará por pouco tempo, como veremos nos próximos, a construção de uma memória efetiva do conflito será “abafada” pelas conjunturas político-econômicas do Império, sendo ressaltada em questões pontuais e geralmente de iniciativa particular, começando efetivamente com a memória daqueles que retornaram da guerra, sob a égide da vitória, mas que em pouco tempo deixaram de ser lembrados.

#### 1.6.2 A coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”: e memória em fascículos

As artes visuais no Império tiveram seu ponto de profusão entre as décadas de 1860 e 1870, possivelmente devido a necessidade do governo em atribuir à arte seu caráter mais pedagógico e, desta forma, recontar a história no formato que interessava no contexto, a partir do financiamento das chamadas “pinturas históricas”, conforme vimos no trecho anterior. Victor Meirelles, Pedro Américo e Eduardo de Martino, foram os que mais receberam encomendas nesse sentido. As próprias Exposições da Escola de Belas Artes, mesmo não sendo acessíveis a todos, promovia uma espécie de ritualização da pintura no contexto nacional, aquecendo inclusive o mercado das artes com a produção de grandes telas, promovendo uma narrativa dita oficial.<sup>247</sup> Para Pierre Bourdieu a função dessa arte seria distinguir socialmente a elite, e funcionaria como uma representação simbólica do poder, o que nesse sentido, podemos referenciar o Império, a partir da noção da distinção entre civilização e barbárie, buscando tecer um novo ordenamento social.<sup>248</sup> Nesse sentido, outro ponto interessante é a ideia de coleção que formam um teatro da memória, garantindo a presença das memórias por meio dos objetos que elas evocam.<sup>249</sup> A coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”, representou então uma tentativa de levar a arte para o interior das residências, bem como, de formatar uma narrativa específica sobre o conflito.

A coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”, foi editado na Corte e constituiu de litogravuras acompanhadas de textos, sendo comercializados inicialmente em fascículos, a partir de 1870, e posteriormente, vendida em formato de álbum, no mesmo material anterior, mas com os textuais em “papel madeira” e as gravuras em papel de

---

<sup>247</sup> Cf. Raphael Braga de Oliveira. **Mar calmo nunca fez bom pintor: as pinturas de marinha de Eduardo de Martino (1868-1876)**. Monografia em História. Niterói: UFF, 2017, pp. 33-34.

<sup>248</sup> Cf. Pierre Bourdieu e A. Darbel. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: EdUsp/Zouk, 2003.

<sup>249</sup> Cf. Philipp Blom. **Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 219.

gramatura maior, encadernado em chagrin<sup>250</sup>, com frontispício, de acordo com os anúncios publicados para sua venda. A Coleção perfaz um total de 9 fascículos com gravura, baseada na pintura à óleo com o mesmo tema mas não sendo cópia, e texto mais a introdução, reunindo cerca de 37 páginas. As litografias foram feitas especialmente para essa Coleção, o que nos mostra a noção da importância dada a mesma. Existem no Rio de Janeiro três Coleções disponíveis: na Biblioteca Nacional; no Museu Histórico Nacional e no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, sendo que somente nesse último existe a Coleção completa, nas anteriores falta a litografia correspondente ao Combate Naval do Riachuelo.

Segundo Álvaro Saluan da Cunha, que produziu uma dissertação sobre a Coleção, a mesma se encontra na seguinte ordem:

Quadro 1 – Organização dos Quadros Históricos da Guerra do Paraguai.<sup>251</sup>

Volume	Título da Litografia	Baseada em óleo de	Desenhista	Litógrafo	Título do texto	Escritor
Introdução	Sem litografia	-	-	-	Introdução	César Muzzio
1	Combate Naval do Riachuelo	-	Ângelo Agostini	Alf. Martinet	O Combate Naval do Riachuelo	X
2	A Rendição de Uruguaiana	Pedro Américo	Ângelo Agostini	J. Reis Litógrafo / Souza Lobo	A Rendição de Uruguaiana	A. E. Zaluar
3	O ataque da Ilha de Redenção	Pedro Américo	-	J. Vitorino Litógrafo / A. de Pinho	O ataque da Ilha do Cabrita ou da Redenção	Coronel Pinheiro Guimarães
4	Assalto e ocupação de Curuzu	Victor Meirelles	-	Huascar editada por Fígaro	A passagem de Curuzu	Dr. Ferreira de Menezes

<sup>250</sup> Uma espécie de couro granulado, geralmente feito com pele do traseiro da mula, burro ou cavalo. Pode ser usado em ligaduras e artigos de couro de luxo, como a capa das encadernações.

<sup>251</sup> Álvaro Saluan da Cunha. **As litografias da Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai” na década de 1870: projeto editorial e imagens.** Dissertação em História: UFJF, 2019, pp. 34-35.

5	A passagem de Humaitá	Victor Meirelles	–	Souza Lobo	A passagem de Humaitá	Félix Ferreira
6	Passagem do Curuzu	Eduardo de Martino	R. Pontremoli	Alf Martinet	A tomada de Curuzu	Félix Ferreira
7	O reconhecimento de Humaitá	Eduardo de Martino	R. Pontremoli	–	O Reconhecimento de Humaitá	Dr. Ferreira de Menezes
8	O Passo da Pátria	Victor Meirelles	–	–	A passagem do Passo da Pátria	Coronel Pinheiro Guimarães
9	Ataque e tomada do Estabelecimento	Eduardo de Martino	R. Pontremoli	–	Tomada do forte do Estabelecimento	Félix Ferreira

Ela poderia ser encontrada em anúncios de diferentes jornais tanto da Corte quanto da Província, mas estava vinculada aos editores do periódico ilustrado “A Vida Fluminense”. A intencionalidade de celebrar as vitórias pode ser percebida no anúncio publicado no “Jornal da Tarde”:

– QUADROS HISTORICOS DA GUERRA DO PARAGUAY. – Nada mais justo do que procurar qualquer país comemorar as suas glórias, transmitindo aos vindouros perduráveis monumentos que as atestem. Tão heroicas e brilhantes foram às ações praticadas na ultima campanha pelos brasileiros, que estes não poderão negar o seu apoio a todo aquele que procurar transmitti-las á posteridade. Os Srs. A. de Almeida & C., propõem-se historiar aqueles feitos gloriosos em uma publicação de que são editores, e que constará de vinte e quatro quadros, dos quais o texto ou a parte literária está cometida a hábeis e delicadas penas e as gravuras ao habilíssimo e bem conhecido lápis do distinto artista, o Sr. Ângelo Agostini. Os quadros históricos da guerra do Paraguai serão inaugurados com o brilhante e heroico feito da batalha do Riachuelo.<sup>252</sup>

Nesse trecho estão presentes elementos interessantes para se observa: além do rasgado elogio ao trabalho de Ângelo Agostini, a intenção de elaboração de uma memória a partir da ideia de “transmissão” (“transmitindo aos vindouros perduráveis momentos”) e a proposta inicial de 24 quadros, fato este que não ocorreu. Em outro anúncio do “Jornal da Tarde”, vemos aparecer novamente a dicotomia nação/barbárie além dos valores que, para a época, já seriam altos, limitando assim o acesso às obras somente para membros da elite:

<sup>252</sup>Jornal da Tarde, 28 de janeiro de 1870. Biblioteca Nacional

Todas as nações do mundo civilizado procuram recolher zelosamente os fatos que as elevam na consideração universal, e tratam de coligir de um modo duradouro as glórias das contendas em que foram vencedoras. Conservar para a posteridade a memória dos grandes feitos do nosso tempo é dever que a historia nos impõe, e tarefa que o patriotismo reclama. O Brasil não podia esquivar-se a esse empenho de honra. A porfiada luta com o ditador do Paraguai, essa peleja gigantesca em que o despotismo ferrenho e indomável de um homem tenaz travou guerra de morte com os brios ofendidos de uma nação pundonorosa, conta brilhantíssimos feitos, que é dever comemorar pela pena do historiógrafo e pelo lápis do desenhista. Reunidos, como se acham, os elementos e dados precisos para levar á pratica semelhante projeto, não recuarão os editores desta obra diante de quaisquer obstáculos. A obra constará de 24 quadros (para assumpto dos quais serão escolhidos os principais feitos do exercito e marinha brasileira) divididos em duas series de 12 quadros cada uma. O desenho, que desde já podemos garantir ser feito com a maior verdade histórica, e correção artística, acha-se a cargo do Sr. Ângelo Agostini; e uma narração histórica, devida á pena de um dos homens mais habilitados a tratar tal assumpto, acompanhará cada quadro. Os editores podem, portanto, de antemão assegurar que o trabalho literário e artístico será digno do assumpto: e esta convicção lhe dá afoiteza para solicitar a coadjuvação publica, e o ao (ilegível) dos espíritos patrióticos para empresa tão brasileira. Publicar-se-á um fascículo mensalmente que será distribuído pelos Srs. assinantes, sem que um só exemplar seja exposto á venda avulsa. A assinatura da primeira serie (12 quadros com texto respectivo, tudo impresso sob magnifico papel de folio máximo) custará 50\$ – (sendo 20\$ pagos logo que entre para prelo o primeiro fascículo, e 30\$ após a entrega do sexto). O glorioso combate naval de RIACHUELO inaugurará os QUADROS HISTÓRICOS DA GUERRA DO PARAGUAY. – Os editores A. de Almeida & C. Assigna-se na rua do Ouvidor n. 52, sobrado (endereço d'A Vida Fluminense, grifo nosso).<sup>253</sup>

Se a estrutura comemorativa do Império arrefeceu, a Coleção tentava retomar os brios da campanha. Podemos perceber ainda uma maior riqueza de detalhes sobre a constituição e circulação da obra. A princípio a obra seria disponibilizada somente para assinantes, fato que deve ter sido revisto devido a necessidade de obtenção de dinheiro para dar prosseguimento à mesma. Além disso, retoma o conceito de memória e posteridade como sendo algo inerente aos países civilizados e necessário para o não esquecimento de todo o esforço de guerra. Os anúncios posteriores mencionam apenas nove obras, mesclando feitos do exército e da marinha, o que nos remete à noção de uma reformulação por parte dos autores.

A introdução é outro ponto que merece destaque. Ela explicita os objetivos da Coleção, que seria glorificação dos heróis, afirmando ser uma homenagem aos soldados brasileiros, bem ao estilo do romantismo, e do tipo de memória a ser construída.

Empreendemos uma obra de justiça e de verdade  
De justiça, porque prestamos homenagem devida aos beneméritos da pátria;  
de verdade, porque alheios aos ódios e às simpatias dos corrilhos políticos,

---

<sup>253</sup>Jornal da Tarde, 8 de fevereiro de 1871. Biblioteca Nacional.

rememorando os fatos da Guerra do Paraguai, entendemos engrandecer unicamente a nação.

O nosso trabalho é modesto; a sua importância ressalta da importância dos fatos.

A narrativa singela apoiada no depoimento unânime dos que empreenderam e profizeram tantas, e tão galhardas e bizarras ações de heroísmo e abnegação, servirá apenas de glosa ao lápis do desenhista.

Pareceu-nos que a verdadeira glória rutilava mais pura sem os atavios que lhe empresta a imaginação exaltada.

Na história da Guerra do Paraguai há páginas que ilustrariam qualquer das mais guerreiras nações do velho mundo.

E foi um povo de ontem que escreveu!

Foi um povo cuja brandura de costumes e cordialidade de ânimo lhe fizeram merecer até hoje, a par de honrosa designação de hospedeiro, a da imbele e fraco.

Nessa luta sangrenta e tenaz de cinco anos o Brasil assinalou a época de sua virilidade como nação.

Filhos do norte e filhos do sul, congregados por uma só ideia, batalharam naqueles inóspitos e pestilentos campos paraguaios com a calma e a resignação que dá o sentimento do dever.

A unidade nacional melhor se afirmou com essa prova de sangue.

O juízo da posteridade ainda não desceu austero e imparcial sobre os homens e sobre os fatos.

Há, porém dentre aqueles e dentre estes, alguns que já consagraram imortais o juízo unânime dos contemporâneos, o dos próprios inimigos, o dos que sempre nos negaram até o direito de sermos uma nação independente.

De uns e de outros nós vamos também ocupar, com singelo e desprezioso desejo de sermos justos e verdadeiros.

Se o conseguirmos, repetiremos com o velho poeta quando se dirigia aos bons engenhos de seu tempo.

Eu desta glória só fico contente  
Que minha terra ameí, e a minha gente.<sup>254</sup>

Devemos atentar para a alguns pontos dessa Introdução. Não podemos deixar de notar que destaca a cordialidade do brasileiro, muito antes de se pensar na ideia do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda que só fora materializada em sua obra lançada na década de 1930, ou seja, cerca de sessenta anos depois da publicação da Coleção.<sup>255</sup> Logo no

<sup>254</sup>**Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”**. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118. Biblioteca Nacional

<sup>255</sup>Homem cordial é um conceito desenvolvido pelo historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda em seu livro “Raízes do Brasil”, cuja primeira edição foi publicada no ano de 1936. De acordo com esse conceito, virtudes tão elogiadas por estrangeiros como hospitalidade e generosidade representam “um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece viva e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano”; logo, as raízes do caráter brasileiro se encontram no meio rural e patriarcal do período colonial. O “homem cordial” é, segundo essa definição, “a forma natural e viva que se converteu em fórmula”. Mas essas virtudes não são sinônimos de bons modos, muito menos de bondade ou amizade. No fundo, a nossa forma de convívio social é “justamente o contrário da polidez”. Ou seja, a atitude polida equivale a um disfarce que permite cada qual preservar sua sensibilidade e suas emoções e, com essa máscara, “o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social”. A “cordialidade” descrita por Holanda faz com que o brasileiro sinta, ao mesmo tempo, o desejo de estabelecer intimidade e o horror a qualquer convencionalismo ou formalismo social. Na prática, isto faz com que as relações familiares continuem a ser o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Por isso, em geral, os indivíduos não conseguem compreender a distinção fundamental entre as instâncias públicas e privadas, principalmente entre o Estado e a família. Cf. Sérgio

início, quando dos objetivos, o autor afirma ser de “justiça e de verdade”, tentando passar uma ideia de imparcialidade sobre os fatos, acima de qualquer pretensão política. Sobre a narrativa, ou seja, os textos que acompanha, afirma que foram escritos por testemunhas oculares, daí a noção de verdade absoluta, e que eles serviram de base dos desenhos, confirmando o que seria uma total veracidade daquilo que é exposto. Outros dois pontos ainda chamam a atenção: a comparação com as nações europeias, a fim de justificar a noção de civilização (“Na história da Guerra do Paraguai há páginas que ilustrariam qualquer das mais guerreiras nações do velho mundo”), bem como, a constatação de que a guerra seria um “divisor de águas” (nas palavras de Tavares Bastos) para a construção do Brasil – nação, visto que congregou habitantes de norte à sul do território, “por uma só ideia”, assinalando “a época de sua virilidade como nação”, reafirmando a “unidade nacional”. Mesmo sem autoria definida, penso que a “Introdução”, nos resume muito bem os objetivos desta Coleção, bem como, a forma que deveria nortear a construção da memória relativa à guerra nos anos que se seguiram ao conflito. O autor, Dr. Henrique César Muzzio, era formado em medicina, mas escreveu obras não somente relacionadas à sua área como também sobre artes, romances e outros. Foi redator do periódico “Semana Ilustrada” e colaborava com tantos outros. Faleceu na Europa em 1874.<sup>256</sup>

Os outros textos foram escritos por intelectuais já reconhecidos por sua atuação em periódicos ou homens que estiveram no conflito, mas vale ressaltar que a ligação dessa empreitada com a Família Imperial era estreita, não somente pela presença dos autores em eventos, mas também pelos cargos que alguns passaram a ocupar logo após a publicação da Coleção. Augusto Emilio Zaluar foi autor de “A rendição de Uruguaiana”, e abandonou o curso de medicina para se dedicar ao jornalismo literário; excursionou pelas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, foi examinador da instrução pública e participou da criação da Escola Normal (1881), onde foi nomeado lente de pedagogia; foi condecorado como Cavaleiro da Ordem da Rosa e era sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria.<sup>257</sup> O coronel Pinheiro Guimarães escreveu como “testemunha ocular dos fatos”, é de sua autoria os textos relativos ao “Ataque da Ilha do Cabrita ou da Redenção” e a “Passagem do Passo da Pátria”. Médico foi o primeiro cirurgião da Armada na guerra, servindo como voluntário da pátria e sendo ovacionado em seu retorno à Corte com festa e poesias. Devido aos combates que tomou

---

Buarque de Holanda. “O Homem Cordial”, In: **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras., 1995.

<sup>256</sup> Cf. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. **Diccionario bibliográfico brasileiro**. Tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, pp. 217-218.

<sup>257</sup> Idem, Tomo , pp. 351-353.

parte, chegou ao posto de brigadeiro do exército, bem como recebeu as condecorações de Cavaleiro, Oficial e Dignatário da Ordem do Cruzeiro; de Oficial, Comendador e Dignatário da Ordem da Rosa; a Medalha Comemorativa da Rendição de Uruguaiana; a do Exército em operações com Passador de Ouro e a de Mérito e Bravura. Seus textos deveriam ter grande relevância para a Coleção não somente por ter participado do conflito, mas também pelo grau de “honorarias” recebidas que chancelaria a obra. Escreveu várias obras, como artigos médicos e literários, foi redator de jornais e Deputado pela Província do Rio de Janeiro. Faleceu em 5 de outubro de 1877 na Corte, por ocasião ainda de ferimentos recebidos na batalha de Tuiuti em 24 de maio de 1866.<sup>258</sup> O Dr. Ferreira de Menezes (José Ferreira de Menezes), autor de “A Passagem do Curuzú” e “O Reconhecimento de Humaitá”, era bacharel em direito sendo promotor público em São Paulo; ao retornar à Corte passou a se dedicar ao jornalismo, sendo também reconhecido como bom orador e poeta, estando inclusive envolvido na fundação do jornais “Gazeta da Tarde”, no Rio de Janeiro e “O Ypiranga: órgão do partido liberal”, em São Paulo.<sup>259</sup> Por último Félix Ferreira, o mais conhecido de todos. Escreveu para a Coleção três artigos: “A passagem de Humaitá”, “A tomada de Curuzú” e “A tomada do forte do Estabelecimento”, foi empregado da Biblioteca Nacional, seguindo a carreira de escritor e livreiro. Colaborou com diversas revistas e jornais, escreveu romances, biografias e críticas literárias, e publicou ainda o “Ensino profissional no Liceu de Artes e Ofícios” em 1876, onde se encontrava os estatutos da Sociedade Propagadora das Belas Artes e o regulamento do próprio Liceu. Estabeleceu-se no comércio de livros entre 1877 e 1878, sob a forma Felix Ferreira & C<sup>a</sup>. Faleceu na Corte em 1889.<sup>260</sup>

Os litógrafos também são um caso à parte. A litografia era bastante popular no Brasil devido às folhas ilustradas, a partir dos esforços de Henrique Fleiuss, constituindo uma nova forma de comunicação, barata e de fácil reprodução. Durante a guerra a litografia alcançou seu auge com as reproduções dos fatos e pessoas inerentes ao conflito. Na Coleção não foi diferente: eram baseadas nos quadros de grandes pintores, e pretendiam que o público tivesse acesso a elas de forma mais acessível. Obviamente, pelos valores, sabemos que não alcançou toda a sociedade, mas, da mesma forma que os periódicos, trabalhavam com um público certo que consumia as folhas. Segundo Álvaro Aluan, a princípio os desenhos ficariam a cargo de

---

<sup>258</sup> Idem, Tomo 3, pp. 92-93.

<sup>259</sup> Idem, Tomo 3, pp. 92-93.

<sup>260</sup> Idem, Tomo 2, pp. 332-334.



Ângelo Agostini, mas ao longo da Coleção, foi dividida entre ele e R. Pontremoli e diferentes litógrafos.<sup>261</sup>

Sobre os desenhistas, Álvaro Aluan da Cunha escreveu

“é possível estabelecer que Angelo Agostini só desenhou os dois primeiros ilustrando o *Combate Naval do Riachuelo* (Imagem 9) e a *Rendição de Uruguayana* (Imagem 10). [...] Os outros desenhos, baseados em óleos de Victor Meirelles, contam com duas assinaturas visíveis em três litografias, indicando a autoria das gravuras a Raffaele (ou Raffaello) Pontremoli. O desenhista, também da região do Piemonte, nasceu em Chieri, uma comuna de Turim, e faleceu em Milão em 1905. Pontremoli estudou na Academia de Artes de Nice, na França, onde seu pai era rabino. Retornou a sua região de origem, onde ingressou na Academia Albertina, sendo premiado em 1852. Estudou com Horace Vernet em Paris, regressando à Itália em 1859, como correspondente da revista francesa *L'Illustration* na Guerra de Independência, desenhando diversas cenas de batalha, sendo uma delas adquiridas por Napoleão III. Em 1866, retornava ao teatro de guerra para ilustrá-lo. Também pintor, fez um *Retrato do Conde Cibrario*, grão-mestre da Ordem dos Santos. Encontram-se vários esboços seus nas instituições da Lombardia, onde executava seus trabalhos. (grifos do autor)<sup>262</sup>

Pontremoli é autor dos desenhos *A tomada de Curuzú* (Imagem 11), *O reconhecimento de Humaitá* (Imagem 12) e *Tomada de forte Estabelecimento* (Imagem 13).

---

<sup>261</sup> Cf. Álvaro Aluan da Cunha. “Os quadros históricos da Guerra do Paraguai: projeto editorial e imagens”. In. **Revista Navigator:subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, V. 15, no 29, p. 22-37 – 2019. P. 27.

<sup>262</sup> Idem, pp.12-14

Figura 9 - Combate Naval do Riachuelo



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118. Biblioteca Nacional

Figura 10 – A Rendição de Uruguaiana<sup>263</sup>



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118. Biblioteca Nacional

<sup>263</sup> Cabe ressaltar que duas outras versões desta litografia foram reproduzidas: a primeira somente invertida e a segunda com traços mal feitos, não sendo algo característico de Ângelo Agostini. Fato este que não depreenderemos nesta pesquisa.

Figura 11 – A tomada de Curuzú



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118.  
Biblioteca Nacional

Figura 12 - O reconhecimento de Humaitá



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118.  
Biblioteca Nacional

Figura 13 – Tomada do Forte Estabelecimento



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118.  
Biblioteca Nacional

Com relação aos litógrafos, Álvaro nos informa o seguinte:

Nascido na França em 1821, Joseph Alfred Martinet, ou apenas Alfred Martinet, era um litógrafo, retratista e paisagista que também contribuiu para a coleção em duas ocasiões: no Combate naval do Riachuelo e A tomada de Curuzú. [...] A contribuição de Martinet com o editor Leuzinger e também atuou como professor de desenho e pintura, constando no Almanaque Laemmert até 1872, findando sua participação nas notícias e na produção litográfica. Gilberto Ferrez alega que Martinet tenha sido “o melhor litógrafo que por aqui trabalhou”. [...] Antônio de Souza (ou Sousa) Lobo era um pintor, restaurador, cenógrafo e fotógrafo. Ingressa aos quatorze anos na Academia Imperial de Belas Artes, recebendo posteriormente menção honrosa nas Exposições Gerais de 1865 e 1866. Foi restaurador da Pinacoteca Pública e abriu, de 1867 a 1890, um ateliê de paisagens com o seu irmão, Carlos Alberto de Sousa Lobo. Lecionou no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, a partir de 1868, e no Colégio Pedro II. Ganhou sua segunda medalha de ouro em 1870 e duas vezes a primeira, em 1876 e 1879. Ministra, a partir de 1876, aulas no Asilo de Menores Desvalidos, No fim de sua vida, dedica-se à fotografia e à litografia, imprimindo duas gravuras que constam na coleção: a *Rendição de Uruguayana* e *A passagem de Humaitá* (Imagem 14). Outro desenhista e litógrafo que também esteve envolvido na produção de uma das gravuras da coleção é Nicolau Huascar de Vergara, de quem pouco se encontra informações. Um dos discípulos de Agostini, trabalhou em 1865 no *Diabo Coxo* e foi parceiro de trabalho de Belmiro de Almeida por um breve período. Huascar também era pintor, cenógrafo, caricaturista e ilustrador. Ativo na Corte, pouco se sabe sobre sua origem, mas é dito que o artista veio a falecer próximo ao ano de 1886. Sabe-se de sua participação na Exposição Geral de Belas Artes em 1870 e da sua colaboração com os periódicos *Vida Fluminense*, em 1871, próximo ao ano em que executaria uma de suas obras mais conhecidas, o *Assalto e ocupação de Curuzú pelo 2o corpo do Exército ao mando do Visconde de Porto Alegre em 3 de setembro de 1866* (Imagem 15). Sobre Antonio de Pinho Carvalho, cuja assinatura nas litografias era A. de Pinho, sabe-se apenas que ele foi aluno da Academia Imperial de Belas Artes, sendo um relevante artista gráfico no Rio de Janeiro, trabalhando para a Heaton & Rensburg. Quanto a José Vitorino Reis, J. Reis ou apenas J. Vitorino, nenhuma informação foi encontrada, a não serem algumas litografias impressas por eles, mas sem nenhum registro biográfico que pudesse endossar a pesquisa.”<sup>264</sup> Os dois últimos aparecem como litógrafos de *O ataque da ilha do Cabrita ou da Redenção* (Imagem 16)

---

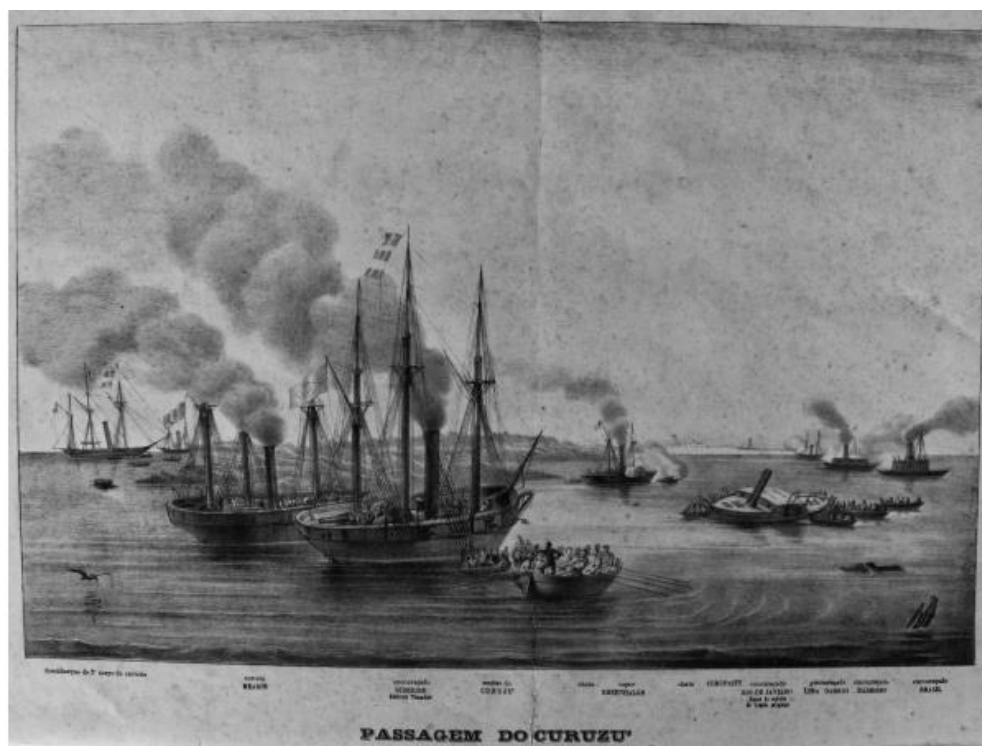
<sup>264</sup> Álvaro Aluan da Cunha. “Os quadros históricos da Guerra do Paraguai: projeto editorial e imagens”. In. **Revista Navigator:subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, V. 15, no 29, p. 22-37 – 2019, p. 12-14.

Figura 14 – A passagem de Humaitá



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118. Biblioteca Nacional

Figura 15 – A passagem do Curuzú



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118. Biblioteca Nacional

Figura 16 – O ataque da ilha do Cabrita ou da Redenção



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia-Localização: ARC.16-Vol.118. Biblioteca Nacional

Somente *A passagem do Passo da Pátria* não tem autoria de desenho ou litógrafo (Imagem 17).

Figura 17 – A passagem do Passo da Pátria



Fonte: Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”. Iconografia- Localização: ARC.16-Vol.118. Biblioteca Nacional

Com relação à circulação, os autores além de vendê-los para o público, enviaram os fascículos para os periódicos de grande circulação, seja da Corte ou das Províncias, como uma forma de ampliar a propagação do mesmo. Além disso, pelos Relatórios dos Ministérios, ficou fácil perceber que o governo mandara comprar a Coleção a fim de distribuí-las a quem julgasse ser interessante na demonstração da “história que se quer contar” e propagar o êxito para províncias distantes da Corte e para o estrangeiro. Elas circularam principalmente pelo meio diplomático como podemos perceber por esse circular de 1872:

Circular de 13/11/1872. Índice: “Oferece um exemplar do fascículo sobre a guerra do Paraguai”. Para as legações de Bolívia, da Santa Sé, de França, da República Argentina, da Rússia e da Áustria. Em 13 de novembro de 1872. O ministro dos Negócios Estrangeiros faz seus atenciosos cumprimentos ao sr. ... e oferece-lhe o 1º e 2º fascículo[s] da obra intitulada Quadros Históricos da Guerra do Paraguai. Manoel Francisco Correia.<sup>265</sup>

Os Ministérios do Império adquiriam as Coleções e enviavam para quartéis, bibliotecas públicas, escolas e Liceus, entre outros, como forma de fazê-la circular. Os dois Ministérios que mais adquiriram foram o da Guerra que entre 1875 e 1877 gastou cerca de 11:200\$000 (calculando por baixo e tendo como referência o valor de 5\$ cada fascículo, podemos supor que foram adquiridos ao todo 2.240 exemplares), seguido da Marinha com 2:500\$000, no mesmo período.<sup>266</sup> Os Ministérios da Agricultura e Império também adquiriram a Coleção, mas em volumes muito inferiores.<sup>267</sup> Cabe ressaltar que Guerra e Marinha arremataram a Coleção nos anos finais da década, podendo ser um indício da necessidade de transformar o conflito em memória e identidade para os mesmos.

A Coleção voltou a ser assunto em 1881 quando inaugurou na Biblioteca Nacional a “Exposição de História do Brasil”, organizada por Ramiz Galvão. Nas palavras de Lorelai Kury

A exposição teve por objetivo apresentar ao público “tudo o que concerne à história pátria”, segundo as palavras do próprio Galvão. Além de documentos e peças pertencentes ao acervo da Biblioteca, seu prédio foi também ocupado por objetos, livros e obras de arte provenientes de coleções privadas e outras instituições públicas. [...] Capistrano de Abreu fez parte da equipe que realizou o ambicioso projeto. A Exposição de História do Brasil tinha como principal objetivo levar ao conhecimento de todos as “riquezas históricas” relativas à “nação brasileira”. Em seu discurso de abertura da exposição, no dia 2 de dezembro de 1881, que contou com a presença de

<sup>265</sup> **Cadernos do CHDD.** Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 3, nº5. Brasília / DF: A Fundação, 2004, p. 32.

<sup>266</sup> **Balanço da Receita e Despesa do Império no exercício de 1874 – 1875 e 1875-1876.** Rio de Janeiro: Tyographia Nacional, 1878 e 1880.

<sup>267</sup> **Balanço da Receita e Despesa do Império no exercício de 1872 – 1873 e 1874-1875.** Rio de Janeiro: Tyographia Nacional, 1876 e 1877.



personalidades da época, do corpo diplomático imperial e de d. Pedro II, Ramiz Galvão destaca o papel “patriótico” do evento, o qual seria “uma ressurreição do passado e uma previsão do futuro”. [...]. De acordo com o *Jornal do Commercio*, durante a exposição os documentos referentes à história eclesiástica, parlamentar e diplomática foram exibidos na “Sala Varnhagen”, homenagem ao historiador considerado “oficial” durante o Império, falecido em 1878.<sup>268</sup>

Dentre as diversas salas que compunham a Exposição, uma em especial chamava a atenção: era a Sala de História Política. Nela estavam descritas as façanhas e feitos militares, como as incursões realizadas por estrangeiros contra os governos português e brasileiro, documentos relativos às revoltas do Rio Grande do Sul e a Sabinada e um espaço especial para a Guerra da Tríplice Aliança. Dentro da Sala Velloso, na Segunda Galeria, eram expostos os quadros de Eduardo de Martino, Victor Meirelles além da cópia da *Batalha do Avaí*, em crayon, de Pedro Américo, bem como as litografias da Coleção, como um último esforço de publicização, visto que após esse momento, elas desaparecem dos artigos e anúncios dos jornais.<sup>269</sup> A Coleção, apesar dos esforços, foi mais uma tentativa em vão de se criar uma memória relativa ao conflito que fosse de acordo com os preceitos do governo. Outras tentativas ocorreram, como vamos ver nos capítulos seguintes. Para finalizar, destaco uma frase publicada no *Jornal do Commercio* quando fez o anúncio da Exposição: “Um povo sem história é uma sombra que passa, não é um marco que fica; [...] é uma dúvida, não é um fato sociológico”.<sup>270</sup> A Guerra da Tríplice Aliança não constituiu a formação de uma história efetiva, portanto seria ela, talvez, “uma sombra que passa, e não uma memória que fica”? Vamos tentar buscar essa resposta nas páginas que seguem.

---

<sup>268</sup> Cf. Lorelai Kury e Maria Eliza Amadeo. **O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881)**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-catalogo-de-exposicao-de-historia-do-brasil-1881/>. Acessado em 04/01/2020.

<sup>269</sup> Cf. **Guia da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1881**. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881. Pp. 49-50.

<sup>270</sup> *Jornal do Commercio*, 3 de dezembro de 1881. Biblioteca Nacional.

## 2 LUGARES PARA A GUERRA

### 2.1 *Les dieux s'ent vont*<sup>271</sup>: o Asilo de Inválidos da Pátria e o Museu

A ideia de construção da memória coletiva, no caso da Guerra da Triplice Aliança, se mistura com a própria ideia de construção da identidade nacional. Segundo Ricardo Salles, a Guerra do Paraguai “mobilizou recursos humanos e materiais em larga escala das sociedades nela envolvidas, estendendo-se a todos os setores da população, a não apenas àqueles diretamente envolvidos no esforço de guerra”, levando em conta a ideia de guerra total e nacional.<sup>272</sup> Diversos autores afirmam que a eclosão do conflito provocou um entusiasmo inicial, atos de patriotismo devido à invasão do Mato Grosso sem uma declaração prévia de guerra, que iria se tornar motivo principal de alistamento de voluntários da pátria, por exemplo.<sup>273</sup> A questão conflitante dessas perspectivas versa sobre o nacionalismo: como adequar o nacionalismo criado pelo Estado Imperial a partir da égide do Romantismo com a situação corrente, ou ainda, como “fabricar” um novo tipo de nacionalismo, adequado ao momento, em pouco tempo, devido à emergência do conflito.

Cabem aqui algumas considerações sobre a ideia de nação e de identidade nacional no século XIX. Segundo Marcel Detienne, a nação designa um conjunto de seres humanos caracterizado por uma comunidade de origem, de língua e de cultura, ela não pode ser confundida com aquilo que o Estado pretende ser. Ela implica, com efeito, uma espécie de espontaneidade, essencial para a força de um Povo, com seus sentimentos e suas paixões.<sup>274</sup> Já para Maurice Barrès, escritor considerado pai do nacionalismo francês, para se fazer uma nação, para forjar a “consciência nacional”, é preciso “cemitérios e um ensino de história”.<sup>275</sup> Em sua famosa conferência na Sorbonne em março de 1882, Ernest Renan afirma que a nação seria um “plebiscito de todos os dias” que “concerne apenas àqueles que têm um

<sup>271</sup> “Os Deuses estão indo” (livre tradução). Título da matéria do jornal *A Semana Ilustrada*, onde se noticia a morte de Sampaio. *A Semana Ilustrada*, 29 de julho de 1866. Biblioteca Nacional.

<sup>272</sup> SALLES, Ricardo. “*A Guerra do Paraguai, a “questão servil” e a questão nacional no Brasil (1866-1871)*”. In Marco Pamplona e Ana Maria Stiven (org). **Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. P. 125 e 126.

<sup>273</sup> Entre os diversos autores podemos destacar: Vitor Izecksohn. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay (org.) *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004, p. 188; Francisco Doratioto. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 264; Paulo de Queiróz Duarte. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, volume 2 tomo I, p. 2; entre outros.

<sup>274</sup> Marcel Detienne. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013. P. 11 e 12.

<sup>275</sup> Maurice Barrès. **La terre et les morts (sur quelles réalités fonder La conscience française)**. Paris: La Patrie Française, 1899. p. 27-30.

passado em comum, ou seja, aqueles que têm as mesmas raízes, além de um “princípio espiritual” que necessita de “uma posse comum de um rico legado de lembranças e a vontade de viver junto, a vontade de continuar a fazer valer a herança que recebeu indivisa”.<sup>276</sup> Ainda pensando com relação à formação de laços, Durkheim evoca uma “comunidade de lembranças históricas” e o laço afetivo que se forma na ideia de pátria. Para ele, a nação precisa de um passado, o qual possa ser significado e partilhado a partir do que alguns de seus contemporâneos chamaram de “ensino de história”.<sup>277</sup> Para essa construção histórica e senso comum, a fim de formar a nação, a criação de uma série de mitos e referências se fez necessária. Ainda segundo Detienne, “uma boa *mitologia nacional*, apoiada no *foco irradiador de identidade*, deve ser muito bem configurada, conceitual e emocionalmente, para se autorreproduzir.”<sup>278</sup> E como essa identidade, alimentada por mitos e referências nacionais, foram construídas no Brasil do século XIX?

O advento da nação no sentido moderno, tendo por base a soberania nacional criava um problema, em virtude das exclusões e hierarquias então vigentes. Inicialmente, as classes dominantes é que se unem nesse laço estreito de comunhão cultural que forma a nação,<sup>279</sup> nesse sentido, o Romantismo e a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) cumpriram papéis essenciais.<sup>280</sup> O romantismo brasileiro, tinha como principal preocupação a busca de um elemento comum e que pudesse se dissociar da imagem do europeu. Segundo Antônio Cândido, a preocupação dos românticos era, sobretudo, equiparar qualitativamente os índios aos colonizadores em termos de cavalheirismo, generosidade e força poética.<sup>281</sup> A tarefa dos construtores da nacionalidade brasileira oitocentista colocava-se na perspectiva de retirar os índios das pequenas nações: remetendo-os simbolicamente ao passado ou integrando-os concretamente na argamassa da grande nação, onde poderiam ser

<sup>276</sup> Ernest Renan. *O que é uma nação?* Tradução de Samuel Titan Jr. **Revista Plural. Sociologia:** USP. São Paulo, vol. 4; 154-175, 1º semestre de 1997.

<sup>277</sup> Marcel Detienne, 2013, P. 35.

<sup>278</sup> Idem., p. 96 (grifos do autor).

<sup>279</sup> Otto Bauer. “A nação”. In. Gopal Balakrishnan (org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. P. 65.

<sup>280</sup> Cabe ressaltar que não farei aqui uma discussão sobre a importância do Romantismo e do IHGB na formação da identidade nacional no Segundo Reinado, faço uma breve explanação com objetivo de situar o leitor no contexto de construção da nação no período que antecede a Guerra do Paraguai e desta forma, criar bases de argumentação das alterações produzidas pelo evento. Para saber mais sobre esses temas, cf. Bernardo Ricupero. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: M. Fontes, 2004; Antonio Cândido. *Formação da literatura brasileira.* 6ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 2; Lucia Maria P Guimarães. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In. **Revista do IHGB,** rio de Janeiro, jul-set 1995, n. 388, pp. 459-613; I. Jancsó (org). **Brasil: formação do Estado e da nação.** São Paulo: Hucitec, 2003.; Ricardo Salles. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Entre outros.

<sup>281</sup> Antônio Cândido. **Formação da literatura brasileira.** 6ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 2. P.21

transformados em símbolos e alegorias nacionais.<sup>282</sup> O papel do IHGB nesse contexto, como definiu a historiadora Lucia Guimarães, era idealizar o futuro à custa da manipulação do presente e da construção de um passado a serviço da política.<sup>283</sup> A nação é percebida então como uma combinação de natureza e cultura e não como uma construção política.

No Brasil do século XIX, a centralização política conviveu com um forte apego às “pequenas pátrias”, cujo horizonte era municipal ou provincial. A Guerra da Tríplice Aliança passou a representar a possibilidade de uma nova construção da identidade nacional, que pudesse se afastar das raízes portuguesas ou europeias. Nas palavras de Tavares Bastos, “somente com o fumo das batalhas da Guerra do Paraguai se está desvanecendo a tradição portuguesa que impedia os movimentos da nossa diplomacia”.<sup>284</sup> Seria uma nova forma de construção da identidade, baseada agora na oposição ao estrangeiro, ao inimigo comum. O conhecimento da vida estrangeira é condição de qualquer consciência nacional.<sup>285</sup> A experiência e os sofrimentos comuns que a guerra viria a proporcionar, bem como a vivência numa interação mútua geral, em constante ligação de uns com os outros, produziria a nação. Essa era a expectativa no início do conflito.

Para Pinto,

a memória ligada à noção de testemunho, descrita a partir de um evento catastrófico será sempre parcial, pois nunca dará conta da experiência do sobrevivente, memória do trauma. Ela está no limiar entre lembrar e esquecer, lembrar o evento crucial para uma comunidade/humanidade, esquecer o trauma, as cicatrizes. A partir da memória traumática, abrem-se caminhos para estruturação de museus que poderiam transformar narrativas nacionais em narrativas de famílias, com apelo a um grande público de várias nacionalidades..<sup>286</sup>

O fim da Guerra contra o Paraguai poderia, então, representar uma reconstrução da identidade nacional, pautada agora em um evento coletivo que atualizaria a noção de unidade por meio de memória partilhada do conflito – uma memória coletiva, visto que inúmeras pessoas viveram e conviveram nos campos de guerra e se tornariam os artífices dessa nova história nacional.

O conceito de memória coletiva, para Maurice Halbwachs, não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno

<sup>282</sup>Marco Morel. “O mau selvagem: índios invisíveis no Romantismo brasileiro”. In. Monica Leite Lessa e Silvia Carla P. de Britto Fonseca (orgs). **Entre a monarquia e a República – imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 127.

<sup>283</sup>Lucia Maria P Guimarães. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, jul-set 1995, n. 388, P. 456

<sup>284</sup>Evaristo de Moraes Filho. **As idéias fundamentais de Tavares Bastos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, P. 20

<sup>285</sup> Otto Bauer, op. Cit. 67.

<sup>286</sup> Pinto. Op. Cit., p. 94 e 95.

coletivo. Sendo uma construção social, a memória é, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais.<sup>287</sup> No entanto, para Paul Ricoeur, a noção da memória coletiva, apesar de suas dificuldades epistemológicas, é um elemento fundamental na compreensão do fenômeno da memória.<sup>288</sup> De fato, como demonstra Halbwachs, nossas lembranças se fortificam graças às narrativas coletivas que, por sua vez, se reforçam por meio das comemorações públicas de acontecimentos que marcaram a história coletiva.<sup>289</sup> Paul Ricoeur estabelece uma distinção entre “rememoração” (parte de um processo de elaboração individual) e comemoração (trabalho de construção de uma memória coletiva), utilizando a ideia de Reinhart Koselleck das noções de “horizonte de expectativa” e de “espaço de experiência”, constitutivas da consciência histórica, para demonstrar nesse estudo da memória a pertinência da noção agostiniana dos três presentes: um presente das coisas futuras, um presente das coisas passadas e um presente das coisas presentes.<sup>290</sup>

O contexto da Guerra contra o Paraguai sugere ainda outra visão relativa à formação de uma memória coletiva. Nas “feridas coletivas”, segundo Paul Ricoeur, em grande parte simbólicas, encontra-se a violência efetiva, cuja presença se manifesta na fundação das identidades, principalmente coletivas. Essas feridas são assimiladas, na maioria das vezes, em guerras, uma vez que as comunidades históricas se constituíram, em grande parte, por meio de atos violentos. Os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional, objeto mesmo de celebrações, pertencem geralmente a essa categoria de ferida coletiva. Associados à manipulação e à instrumentalização da lembrança, os abusos da memória se traduzem, pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações.<sup>291</sup> Ainda segundo Silva,

essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional. As utilizações sociais da memória são visíveis nesse fenômeno das comemorações que, em todas as partes do mundo, vêm se impondo como um ritual nacional. Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa “rememoração” de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente.<sup>292</sup>

Nesse sentido, estudar a Ilha do Bom Jesus como um lugar destinado à memória da guerra logo após seu término, nos parece terreno profícuo para entender a construção e apagamento dessa memória coletiva acerca daqueles que retornaram. A Ilha do Bom Jesus,

<sup>287</sup> Maurice Halbwachs. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.

<sup>288</sup> Paul Ricoeur. “Entre mémoire et histoire”. In *Projet*. Paris: número 248, p.11, 1996. P. 11

<sup>289</sup> Helenice Rodrigues da Silva. “Rememoração”/ comemoração: as utilizações sociais da memória.” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 4, 2002. P. 429.

<sup>290</sup> Idem, p. 429.

<sup>291</sup> Idem, p. 431.

<sup>292</sup> Idem, p. 432.

hoje incorporada à do Fundão, foi doada à congregação dos padres franciscanos, em 1704, e por isso era também conhecida como Ilha dos Frades. O hospício e a Igreja de Bom Jesus tiveram suas obras iniciadas em 1705. Durante a permanência de Dom João VI no Brasil, o local foi muito prestigiado, e palco para a festa de São Francisco de Assis, porém, sua posição de destaque foi perdida, entrando em declínio. No período de 1823 a 1850, as dependências do convento foram utilizadas para isolamento dos portadores de diversas moléstias, tais como os lázaros e os doentes com vários tipos de febres e cólera.<sup>293</sup> Na ilha, situada na Baía de Guanabara, na cidade do Rio de Janeiro, estariam duas construções interessantes para a dinâmica do entendimento relativo à memória da Guerra da Tríplice Aliança: O Asilo de Inválidos da Pátria (AIP) e o Museu Militar.

### 2.1.1 O Asilo de Inválidos da Pátria.

A construção de um asilo que pudesse abrigar militares inválidos em combate já era uma ideia constante. A primeira iniciativa foi logo com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. O decreto de 24 de junho de 1810 (que fora ampliado um ano e meio depois com novas instruções) criou um corpo de inválidos para a guarda de presos, onde deveriam ser respeitadas algumas exigências: ter servido por pelo menos 20 anos com boa conduta e não estar mais em condições de prestar seus serviços em um regimento, estando ainda eles submetidos às ordens do comandante do calabouço e do comandante dos guardas de polícia.<sup>294</sup> Em 1815, por decreto, criou-se na Corte uma nova unidade denominada *corpo de veteranos*, substituindo o anterior *corpo de inválidos*. Os membros do corpo de veteranos recebiam soldo e possuíam farda, poderiam ingressar oficiais, inferiores e soldados dos regimentos de infantaria e cavalaria, artilharia e do corpo da guarda real de polícia que não estivessem em condições de serem reformados por tempo de serviço, mas que ainda fosse capazes de serviços menos ativos, podendo ser empregados em diferentes destacamentos em fortalezas e guarda de presos.<sup>295</sup> O prédio a priori seria o criado pelo Conde dos Arcos em 1794 (na atual Rua dos Inválidos – Rio de Janeiro) e que fora incorporado aos próprios do governo por D. João VI no ano de 1816. Esse corpo foi extinto em 1831 pelo decreto de nove de dezembro, e seu efetivo distribuído em outras unidades do exército.<sup>296</sup>

---

<sup>293</sup> Cf. <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2087>

<sup>294</sup> BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1810**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.

<sup>295</sup> BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1815**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.

<sup>296</sup> BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1831**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1831.

Foi somente em 1840, que se criou efetivamente na Corte e em algumas Províncias, um asilo para praças de pret que estivessem em circunstâncias de serem reformadas. Nas instruções, o asilo deveria receber essas praças, que formariam esquadras ou companhias, sendo que os estabelecimentos seriam comandados por oficiais da reserva, que administrariam, imporiam disciplina militar e se responsabilizariam pela prática religiosa. Poderiam ainda ter alguma atividade de horta, ou outro serviço mecânico que tivessem prática ou conhecessem, sempre em benefício do estabelecimento.<sup>297</sup> Em 1841, pelo decreto 244 de 30 de novembro, foi autorizado a criação de um *asilo de inválidos* nas imediações da Corte, podendo fazer parte dele os militares que

[...] do exército que por ferimentos ou moléstias adquiridas em consequência dos trabalhos e fadigas do serviço se acharem inabilitados para continuar a servir e proverem por outros meios o seu necessário sustento.

Art.3º. Os oficiais que no mesmo asilo forem admitidos vencerão soldo correspondente às suas patentes. As praças de pret serão abonadas de soldo, etapa e fardamento, pagando-se tudo a dinheiro.<sup>298</sup>

Esse asilo existiu na Fortaleza de São João, funcionava precariamente e com pouca importância, até pelo menos 1865 quando, pela demanda da guerra, percebeu-se que não havia condições dele suportar a demanda.

A marinha iniciou “os trabalhos” para a criação de um asilo próprio. Entre os anos de 1853 e 1859 fora criada uma comissão de estudos para a criação do referido asilo. Pertenciam a essa comissão Joaquim Marques Lisboa, futuro Visconde de Inhaúma, e o capitão tenente João Maria Pereira de Lacerda. Logo no início dos trabalhos em dezembro de 1853, a comissão escolheu a parte oriental da Ponta da Armação, em Niterói, com “vista magnífica para a baía, para a capital do Império e a da Província”, com facilidade de água, embarque e desembarque, abundância de material construtivo além de outras benesses.<sup>299</sup> Além da Ponta da Armação foram estudados outros locais como as Ilhas do Mocanguê e Mocanguê Pequeno, a Fortaleza de São João, um terreno em Botafogo e outro que seria doado próximo a Lagoa Rodrigo de Freitas. O terreno da Ponta da Armação acabou sendo adquirido em 1855. Ao final do ano de 1859 foi então realizado o parecer da comissão ao ministro da Marinha afirmando sobre a necessidade de se construir um edifício monumental, dirigido àqueles que, para desenvolver o progresso (da nação brasileira), sofreram mutilações em combate, e por outros acidentes da vida do mar, arruinaram, ou perderam sua saúde. Na segunda parte do

<sup>297</sup> BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1840* – tomo III, parte II. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.

<sup>298</sup> BRASIL. *Coleção das Leis do Brasil de 1841* – tomo IV/ parte I. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1864.

<sup>299</sup> *Ministério da Marinha* – XM 676. Arquivo Nacional.

relatório, existe a sugestão de não se pedir auxílio, e executar as obras com dinheiro do próprio ministério.<sup>300</sup>

Apesar da iniciativa, o cirurgião chefe do corpo da Armada (que não fora identificado na documentação) deixa bem claro que a colocação do asilo na Armação em Niterói, não era interessante, pois o mesmo se situava em um lugar isolado, propondo então que, de acordo com o modelo francês e, portanto civilizado, a construção do asilo fosse na Corte e não fora dela como queriam os membros da comissão.<sup>301</sup>

O *l'hotel des invalides* de Paris fora criado em 1674 pelo rei Luís XIV, sendo interpretado pela história tradicional como efetivo empenho do rei devido ao seu ato de piedade, de sensibilização para com seus oficiais e praças que haviam se batido pela França. O estabelecimento francês comportava um museu de maquetes de fortalezas e, durante o período napoleônico, transformou-se em guardião dos heróis, guardando em suas dependências os corpos dos grandes comandantes franceses, inclusive do próprio Napoleão tempos mais tarde.<sup>302</sup>

Mas a emergência do conflito não deixou muito tempo para que o Império resolvesse esse problema. A Corte era assolada por diversas epidemias e de todos os cantos do país chegavam homens para compor as tropas.<sup>303</sup> Era necessário agir. Além disso, passaram a desembarcar na Corte doentes, feridos e mutilados que, de acordo com os pronunciamentos e decretos do início do conflito, deveriam ser amparados pelo governo. Mas quem eram esses inválidos?

Marcelo Gomes em brilhante tese sobre o Asilo de Inválidos da pátria recorreu a um dicionário de 1858 para exemplificar o que se entendia na época por *inválido*. Pelo dicionário elaborado por Antônio de Moraes Filho, inválido seria definido como “fraco, enfermo, que não pode servir por doença ou velhice”; durante a guerra, segundo Marcelo, o termo fora alterado para “*inválido da pátria*” a fim de fornecer um caráter mais “maternal”.<sup>304</sup> Segundo o decreto de criação do Asilo de Inválidos da Pátria,

inválido da pátria poderia ser o militar ferido gravemente e sem condições de pleno reestabelecimento físico, o mutilado em campanha em decorrência de ferimentos e da cirurgia de então, que não possuía outros recursos, senão apelar para a amputação. Poderia ser o doente crônico, sendo a moléstia adquirida no serviço do dia-a-dia, em condições adversas no quartel, em um

---

<sup>300</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>301</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>302</sup> Cf. Anne Muratori-Philip. **Histoire des invalides**. Librairie Académique Perrin, 2001.

<sup>303</sup> Sobre as epidemias na Corte durante o Império, mais precisamente durante o Segundo Reinado, conferir: Sidney Challoub. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

<sup>304</sup> Marcelo Augusto Moraes Gomes. **A Espuma das Províncias - um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)**. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2007.



navio ou em operações em que o exército ou marinha se envolviam. Poderia ser o militar já idoso, reformado, sem condições de adquirir seu próprio sustento ou que não teria alguém para mantê-lo.<sup>305</sup>

A Ilha do Bom Jesus pareceu então um lugar interessante para receber esses homens. Já era habitada por religiosos e civis há mais de um século. Em março de 1865 alguns destacamentos do exército ficaram aquartelados nela, aguardando o encaminhamento para o teatro de operações. O diretor do arsenal de guerra ficou incumbido de providenciar para que o vapor *Santa Isabel* fizesse todos os dias uma viagem à Ilha do Bom Jesus, a fim de levar material para os que lá estivessem alojados, substituindo caso ele não estivesse disponível.<sup>306</sup> Neste mesmo documento existe outra ordem comunicando que o arsenal deveria oferecer serventes e ferramentas necessárias ao capitão Manoel Joaquim Guedes, que fora encarregado de providenciar sobre o arranjo e a limpeza dos aquartelamentos estabelecidos na Ilha do Bom Jesus e Armação em Niterói.<sup>307</sup> Nesse sentido, podemos perceber que ambos locais foram utilizados para as tropas em trânsito.

No relatório do Ministro da Guerra de 1867 existe uma explicação do motivo para a escolha da Ilha. Nessa apresentação do ano de 1867, ele traça um panorama sobre as ideias de construção de um asilo para inválidos desde 1840 (anteriormente citado) e analisa as perspectivas do contexto. A citação é longa, mas vale a pena a leitura para o entendimento da percepção dos políticos do Império sobre a situação dos inválidos da pátria, bem como a necessidade urgente da criação de um asilo. Sobre a emergência de se construir um asilo para os inválidos afirma que:

É geralmente reconhecida a necessidade de um asilo, onde achem abrigo da miséria e da mendicidade os defensores da pátria, que por ela derramarão o seu sangue, e invalidaram-se. Em todos os tempos e em todos os povos, os poderes públicos tem estendido sua generosa proteção, criando casas para seguro amparo daqueles cidadãos que, animados de verdadeiro patriotismo, são mutilados nos campos das batalhas, ou encanecem no serviço militar, sob o peso das armas. Desde a mais remota antiguidade, asilos de inválidos se tem estabelecido. É uma instituição, consequência lógica dos exércitos permanentes. Entre nós sentiu-se de ha muito a mesma necessidade, e por decreto de 11 de Março de 1840 criaram-se na corte e nas províncias fronteiras do Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, asilos para receberem as praças de pret em circunstancias de serem reformadas. Desde então pôde-se dizer, data entre nós tão piedosa instituição Posteriormente varias disposições publicou o governo, tendentes todas a melhorar essa instituição, e por decreto de 30 de Novembro de 1841 foi autorizado a criar nas imediações da corte um asilo de inválidos, em virtude de uma resolução da assembleia geral, na qual vieram consignadas as condições de admissão no

---

<sup>305</sup> Idem, p. 49-50.

<sup>306</sup> **Ministério da Guerra** – Arsenal de Guerra. (1865). IG7 383. Arquivo Nacional.

<sup>307</sup> Idem, Ibidem.

mesmo asilo, e a lei de 6 de Maio de 1843 mandou nele recolher os marinheiros completamente inutilizados. Pouco, porém, se fez; a instituição nenhum incremento teve; limitava-se apenas a companhias estabelecidas na fortaleza de S. João, e em algumas províncias. Sem disciplina, ordem e asseio, eram essas companhias mais centros de distúrbios, e focos de vícios do que asilos protetores dos mutilados da pátria.<sup>308</sup>

Continua então falando sobre a questão do conflito e preocupação com os soldados, mas mostra igualmente a iniciativa particular na criação e manutenção do asilo:

Hoje, que a nação se levantou para desafrontar a injúria atroz traiçoeiramente a ela irrogada, e que de todos os ângulos do Império viu seus filhos correrem pressurosos com sacrifícios de suas comodidades, do seu bem estar e de sua própria vida, devemos todos, guiados pelos sentimentos de reconhecimento, interessar-nos pela sorte dos que se inutilizam na defesa de tão nobre causa, e se impossibilito de adquirir os meios de sua subsistência. E' uma dívida de honra pelo país contraída; cumpre satisfazê-la. Felizmente, podemos desvanecer-nos, é esta uma verdade que está no coração dos Brasileiros; todos sentem a necessidade de satisfazer-se dignamente essa dívida sagrada. Por toda a parte se manifestou o interesse pelos bravos feridos e inutilizados em combates; a praça do comércio do Rio de Janeiro, que nas conjunturas difíceis é sempre a primeira a patentear seu amor pátrio, reuniu-se e resolveu coadjuvar o governo, não só com meios pecuniários, senão também com os serviços ao alcance de seus membros; e, possuída do filantrópico desejo de ser útil aos Brasileiros invalidados no serviço das armas, deliberou no dia 25 de Fevereiro de 1865 a criação de um asilo de inválidos. Foi geralmente abraçada a ideia; nacionais e estrangeiros, todos têm concorrido cora seu óbolo para a fimda ação de tão patriótica quanto piedosa instituição: uma sociedade organizou-se com o titulo de — Asilo de inválidos da pátria—, tendo por sede a capital do Império, e por fim auxiliar o governo imperial na fundação e custeio de um tão importante estabelecimento. Seus estatutos foram organizados, e dependera da aprovação do poder competente. Dispunha o art. 4.º da proposta, aprovadas assembleia geral do corpo do comércio no dia 25 de Fevereiro de 1865, que a sociedade ficasse desde logo sob a imediata proteção de Sua Majestade o Imperador, seu presidente nato, competindo-lhe em sua sabedoria, designar o individuo para dirigi-la, de harmonia com um conselho composto de sócios. Em virtude desta disposição, houve por bem Sua Majestade o Imperador nomear por decreto de 15 de Dezembro de 1866 o presidente daquela respeitável corporação, veador José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, para diretor do conselho da associação que tem de promover os donativos para o estabelecimento do asilo de inválidos.<sup>309</sup>

Sobre o local, o texto afirma que foi escolhido de forma a proporcionar o melhor para os possíveis asilados:

---

<sup>308</sup> BRASIL. Ministério da guerra. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá.** Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1867.

<sup>309</sup> Idem, ibidem.

O governo imperial solicitou sempre pelo bem estar dos servidores, que pagão á sua pátria o mais oneroso de todos os tributos, o tributo de sangue, tem recebido e acomodado o melhor possível, grande numero de praças do exercito inutilizadas na guerra atual, e envida todos os seus esforços para que cedo esteja pronto um edificio onde eles encontrem hospedagem cômoda e decente. A localidade que, segundo a opinião de profissionais, melhores condições reúne para se estabelecer o asilo é a ilha do Bom Jesus, situada na baia desta capital. Pela sua posição é ela abrigada dos miasmas paludosos, e convenientemente refrescada pelos ventos gerais; isolados do resto da população, seus moradores encontrarão facilidade de se transportarem para a cidade, ou desta regressarem para a mesma ilha. Com a extensão suficiente para um estabelecimento, como deve ser o asilo de inválidos, por toda a parte oferece a ilha do Bom Jesus excelentes banhos de mar, presta-se perfeitamente não só ao plantio de arvoredos, formando lindas alamedas, senão como á cultura dos vegetais próprios das hortas e jardins; ao passo que favorece o entretenimento da pesca. Estas condições, reunidas na ilha do Bom Jesus, moverão o governo a escolhê-la de preferencia para o estabelecimento do asilo de inválidos da pátria. A ilha é pertencente á ordem dos religiosos de Santo Antônio desta corte; mas por um contrato, celebrado com o agente oficial de colonização, foi ela cedida para deposito de colonos por algum tempo, mediante certa indemnização, ao ministério da agricultura, e este cedeu-a ao ministério da guerra. Mandei então fazer a novação do contrato, efetuando o pagamento da indenização estipulada.<sup>310</sup>

O texto passa então a mencionar as dificuldades e problemas do local e a necessidade de execução de obras, quase que em caráter emergencial, bem como justifica ser o local ideal para hospedá-los:

Tornou-se, porém, necessário executarem-se obras, apropriando o edificio ali existente ao novo fim a que era destinado para fornecer ao mesmo tempo as precisas comodidades aos inválidos da pátria; ordenadas essas obras, foram sem demora começadas, e se acham muito adiantadas. Um grande inconveniente apresentou-se logo, por si só bastante para neutralizar as condições vantajosas que a ilha oferecia para um estabelecimento desta ordem: era a falta de água potável; mas, depois dos necessários estudos feitos pela diretoria das obras militares, reconheceu-se poder levar-se com facilidade para ali água precisa, e, de acordo com o ministério da agricultura, foi obviado aquele inconveniente, fazendo-se a obra reclamada por essa necessidade, de sorte que ha hoje na ilha água em sufficiente quantidade e de boa qualidade. E mui breve será inaugurado o asilo de inválidos da pátria naquela localidade, que para um fim tão piedoso apresenta as seguintes condições:

1.º Isolamento das habitações vizinhas. 2.º Terreno elevado, seco, e por sua natureza e disposição favorecendo o escoamento das águas pluviais. 3.º Exposição, por todos os lados, aos raios solares quer de verão, quer de inverno. 4.º Não ter em sua vizinhança nem fabricas nem depósitos de matérias animais e vegetais. 5.º Lavada por todos os ventos, não deverão sobre ela influir os miasmas da vizinhança. 6.º Finalmente, possui excelente água potável em quantidade suficiente. No entretanto, urgente era a necessidade de abrigar, alimentar e livrar da penúria o grande numero de invalidas, vindos do teatro da guerra, e já excedentes a mil. Por isso

---

<sup>310</sup> Idem, ibidem.

determinei que, enquanto não se concluem as obras da ilha do Bom Jesus, Tossem eles alojados no quartel da Armação, modificado e convenientemente preparado, como se acha. Reunidos em um corpo, os inválidos da pátria formão hoje cinco companhias, das quais se acham quatro na Armação, e uma, por conselhos higiênicos, está provisoriamente estabelecida na fortaleza da Praia Vermelha, até cessarem os receios do cólera. Na Armação o edifício está nas melhores condições higiênicas; são bem arejados os alojamentos; as dependências do estabelecimento estão asseadas, e a alimentação é boa, o que seguramente deve-se ao zelo das irmãs de caridade, requisitadas por mim á provedoria da Santa Casa de Misericórdia para exercerem sua sagrada missão junto àqueles infelizes, que tanto necessitam de conforto nas suas aflições, e de uma mão caridosa para pensar suas feridas, guia-los e até mesmo dar-lhes alimento. As santas mulheres a tudo isto se prestam com dedicação e doçura; crescendo mais que, sob sua desvelada direção, faz-se o serviço do asseio do estabelecimento; tratamela da cozinha, lavanderia, arrecadações e enfermarias, colhendo-se de tão benéfica administração vantajosa economia e os mais lisonjeiros resultados. Em 21 de Abril ultimamente findo, expedi instruções para a melhor regularidade do serviço do estabelecimento. Tem elas por ora caráter provisório; modificadas, porém, segundo aconselharem a pratica e a experiência, podem-se tornar definitivas, e servir de regulamento para o asilo, que será estabelecido na ilha do Bom Jesus.<sup>311</sup>

Do documento podemos depreender pontos interessantes. O primeiro deles é a ênfase na questão nacional e na formação do patriotismo; em segundo lugar, a menção que faz ao “auxílio” preconizado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, e neste ponto irei me deter um pouco.

Logo que iniciada a guerra, a Associação Comercial do Rio de Janeiro abriu uma subscrição pública para angariar fundos para a construção e manutenção do asilo. Foi criada então a *Sociedade do Asilo dos Inválidos da Pátria*, com estatuto próprio, em decreto de 15 de dezembro de 1867 e tendo sido nomeado para o conselho o presidente da Associação comercial, José Joaquim de Lima e Silva, irmão do Duque de Caxias e futuro Visconde de Tocantins, a fim de angariar fundos para o Asilo. Em todo o Império abriu-se uma subscrição pública para arrecadação de dinheiro, pois, apesar de contribuir com avultada quantia, o governo imperial alegava não possuir fundos para gerir sozinho esta despesa. Além da construção e manutenção do asilo, a Associação Comercial ficaria também responsável pelas pensões às mães, viúvas e filhas dos militares mortos ou impossibilitados do serviço em combate.<sup>312</sup> Além da subscrição<sup>313</sup> a *Sociedade* promoveu espetáculos no Real Gabinete Português de Leitura para angariar fundos. Mas não era suficiente. O ano de 1867 foi extremamente penoso para a praça de comércio, principalmente com o evento chamado de

<sup>311</sup> Idem, ibidem.

<sup>312</sup> **Estatuto da Sociedade do Asilo de Inválidos da Pátria**, de 1867, parágrafo 6°.

<sup>313</sup> No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, no Fundo “Guerra do Paraguai” podemos encontrar uma série de recibos de doação, sendo a maioria de valores baixos. Cf. Códice 44-1-48

“quebra do Souto”.<sup>314</sup> Por esse motivo podemos ver nos jornais diversas manifestações de populares e organizações a fim de arrecadar fundos para o asilo. Diversos bazares, patrocinados pelas senhoras, ocorreram na Corte, mas um deles chamou bastante atenção quando da leitura, pois, segundo o jornal *Diário do Rio de Janeiro*, contaria com a “ilustre presença” de Jovita Feitosa.<sup>315</sup> Nestes termos, acredito eu que estava acontecendo um deboche com relação a presença dela devido a toda sua história, mas que fora noticiada nos jornais devido a provável solicitação das senhoras.

Além dos bazares, foram promovidos passeios de barco pela baía da Guanabara (em direção a Paquetá), concertos e bailes musicais, sendo o mais famoso o promovido por Gottschalk. Nascido em Nova Orleans em 1829, de pai inglês educado na Alemanha e mãe pertencente à família de nobres franceses, praticamente dizimada durante a revolta haitiana, passou a infância sob a influência da cultura europeia do pai, das histórias da avó sobre o Haiti e da música negra de Nova Orleans. Aos treze anos foi enviado a Paris a fim de se aperfeiçoar no piano, ficando por onze anos por lá estudando. Voltou aos Estados Unidos em 1853, e em 1857 estava em Havana onde começou a redigir um diário com o título de *Notas de um pianista*, onde é possível perceber o caminho por ele percorrido. Por cinco anos percorreu vários países do Caribe, compondo, dando aulas e fazendo concertos; entre 1862 e 1865 percorreu o Canadá e Estados Unidos. Após breve passagem por São Francisco – e um grande escândalo amoroso – resolveu Gottschalk percorrer os países da América do Sul. Em seu diário anotava os acontecimentos políticos, as guerras, as revoltas, a corrupção, passando pelo Peru, Chile, Argentina, Uruguai e, finalmente, o Brasil.

Em três de maio de 1869, Gottschalk chega ao Rio de Janeiro, fazendo grandes amizades, principalmente com Henrique Fleiuss, que lhe deu grande cobertura no jornal *A Semana Ilustrada*. O asilo recebeu de Gottschalk uma homenagem em seu concerto de 21 de novembro de 1869, merecendo até mesmo a primeira página do jornal *A Semana Ilustrada*. O

---

<sup>314</sup> A crise comercial e bancária de 1864, conhecida como a Crise do Souto, nome esse relacionado com a bancarrota da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituiu-se no ápice de uma situação de crise, que vivia a Praça Comercial do Rio de Janeiro desde 1860. Como é de conhecimento da historiografia econômica brasileira, tal crise estava relacionada com a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo imperial desde a promulgação da Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, conhecida como a Lei dos Entraves. Cf. Carlos Gabriel Guimarães. “A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro”. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol. 2, nº 3 – agosto/dezembro 2007.

<sup>315</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de setembro de 1865. Jovita Feitosa nasceu na localidade de Brejo Seco, região dos Inhamuns, no Ceará, em 1848. Aos 12 anos, ficou órfã de mãe e foi morar com um tio, no Piauí. Fugiu aos 17 anos para Teresina, com o propósito de ir à guerra do Paraguai, e para driblar a proibição, ela resolveu criar um disfarce, cortando o cabelo e usando chapéu. O disfarce de Jovita foi descoberto antes mesmo que ela fosse à batalha. No entanto, representando um incentivo à luta, ela ainda seguiu com um dos batalhões para o Rio de Janeiro. Em novembro de 1865, o ministro da guerra expediu ofício impedindo que ela fosse à guerra. José Ayrton de Farias. **História da Sociedade Cearense**. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

Rio vivia o entusiasmo cívico do fim próximo da guerra e, segundo José Murilo de Carvalho, Gottschalk soube aproveitar-se disso..<sup>316</sup>

Estreou em três de junho no Teatro Lírico Fluminense, localizado na antiga Praça da Aclamação. Angelo Agostini observou que a sala estava cheia como um ovo. [...] O êxito foi estrondoso e repetiu-se nos concertos dos dias 6 e 15 de junho. [...] No concerto do dia 18, o pianista executou ela primeira vez suas *Variações sobre o Hino Nacional Brasileiro*, que a partir daí foram exigidas pelo público em todas as apresentações.<sup>317</sup> [...] Gottschalk foi pego pela febre amarela que o fez delirar durante quatro dias. [...] Conseguiu salvá-lo o dr. Severiano Martins. Depois de breve passagem por São Paulo e Santos, voltou ao Rio e retomou os concertos em setembro. [...] Encorajado pelo êxito [...] planejou um concerto monstro, algo jamais visto na cidade. O imperador colocou as bandas militares a sua disposição. [...] O concerto foi dia 24 de novembro no Teatro lírico, naturalmente repleto. Uma multidão se comprimia nas ruas adjacentes na expectativa de ouvir alguma coisa. [...] Tal foi o êxito que o pianista planejou outra exibição para o dia 27. Mas tinha chegado ao limite das forças. No dia 25, ao tentar executar *Morta* nos salões da *Sociedade Filarmônica Fluminense*, teve um desmaio. A 26, teatro cheio, plateia ansiosa, não conseguiu sair dos bastidores, contorcendo-se em cólicas. [...] Morreu a 18 de dezembro no Hotel Bennet, na Tijuca.<sup>318</sup>

Voltando especificamente ao asilo, o que sabemos sobre sua instalação e construção devemos ao seu primeiro capelão Manoel da Costa Honorato que publicou o livro “*Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria*” publicado em 1869. Ele, veterano de guerra, condecorado com a medalha de campanha, atuante no meio intelectual de seu tempo, com diversos livros publicados, foi membro de Instituições literárias e científicas, incluindo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi nomeado para o asilo em 1867, exerceu sua função até dezembro de 1869, mas devido a enfermidade, acabou se afastando. Fora pesquisado por Tania Bessone e Cláudia Rodrigues que destacam o acervo literário, mas também sua “luta” para tentar se afirmar como alto membro da sociedade.<sup>319</sup> Mas voltando ao livro que foi financiado pelo próprio Honorato, o asilo chegou a ter alguns volumes dele, e toda a arrecadação com as vendas foi revertida para o mesmo. Atualmente, existe disponível em algumas biblioteca (como a Biblioteca Nacional e o Instituto de Estudos Brasileiros) e no Arquivo Histórico do Exército, que por sinal, possui uma coleção de documentos com as ordens do dia do Asilo desde sua inauguração até o fechamento, retiradas da Ilha logo após o encerramento das atividades, mas em condições relativamente precárias e organizados por anos somente, o que demanda grande esforço do

<sup>316</sup> José Murilo de Carvalho . *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Editora UFMG, 1998, P. 397.

<sup>317</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=m8kqYhEiFME>

<sup>318</sup> Idem, ibidem, p. 397 e 398.

<sup>319</sup> Cf. Cláudia Rodrigues. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; Tânia Maria Tavares Bessone. *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

historiador. Sobre a ilha em si, somente a publicação de Honorato. A partir dessa descrição, podemos contextualizar as questões referentes ao asilo, mas outro documento é de grande importância: bilhetes escritos pelo imperador, sobre assuntos relativos ao asilo e à ilha, para diversas autoridades, que estão disponíveis no Arquivo Imperial de Petrópolis. D. Pedro II visitava constantemente as obras, bem como o asilo provisório na Armação. A cada detalhe por ele percebido, era imediatamente transformado em bilhete para o responsável. Essa imagem de “protetor e zeloso” será constante nesse momento e podemos dizer que faz parte do arcabouço simbólico da monarquia.

A obra passou por vários problemas, e a Sociedade que angariava fundo, em pouco ou nada contribuiu com as obras, ficando a cargo do governo e da subvenção do imperador. Mesmo não estando em perfeitas condições, o asilo foi inaugurado, a urgência de se retirar os inválidos da Armação devido às desordens provocadas, e o aumento da quantidade de recém-chegados à Corte com o aprofundamento da guerra, adiantou o processo.<sup>320</sup> A data escolhida também era simbólica: dia 29 de julho de 1868. No *Calendário de Festas Religiosas no Rio de Janeiro durante o século XIX*, citado por Schwarcz, o dia 29 de julho estava marcado como sendo oficialmente comemorada a Festa do Divino.<sup>321</sup> Além da festa, dia 29 de julho era comemorado o aniversário da princesa Isabel, herdeira do trono. Nada mais propício do que associar a ela um símbolo do que poderia ser considerado uma lembrança da civilização, a qual seu reinado deveria estar relacionado. Sobre a inauguração vamos recorrer ao livro de Honorato. Segundo os jornais, cerca de três mil pessoas estiveram presentes na inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria, dentre eles vários corpos militares convocados e outra avultada quantidade de pessoas que desembarcavam na ilha. A família imperial compareceu em peso, acompanhada de seus ministros, do corpo diplomático estabelecido na Corte, bem como os comandantes dos navios estrangeiros fundeados na baía da Guanabara. Após o desembarque da galeota imperial, o próprio imperador fez questão de auxiliar no desembarque dos inválidos que estiveram presentes.<sup>322</sup> Em uma gravura presente no jornal *Vida Fluminense*, e citada por Ricardo Salles no livro *Guerra do Paraguai: memórias e imagens*<sup>323</sup> podemos ver claramente as dificuldades de quem chegava à ilha, o que demonstrava as obras ainda

---

<sup>320</sup> Sobre os problemas no asilo da Armação cf. Marcelo Augusto Moraes Gomes, op. Cit. P. 406,456-458,467-468.

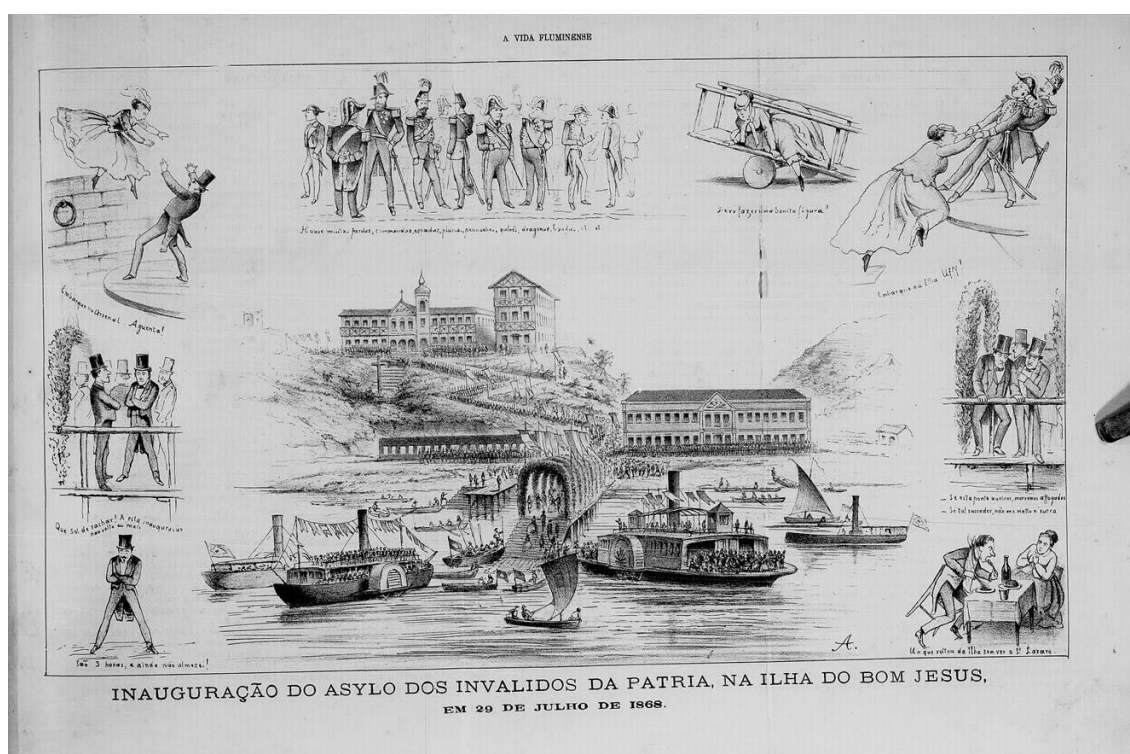
<sup>321</sup> Cf. Lília Moritz Schwarcz. “O Império das festas, e as festas do Império”. In **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca dos trópicos**. Companhia das Letras, São Paulo: 1998, p. 247

<sup>322</sup> Manoel da Costa Honorato. **Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria**. Typografia Americana: Rio de Janeiro, 1869. p. 25.

<sup>323</sup> Cf. Ricardo Salles. **Guerra do Paraguai: memórias e imagens**. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2003. P. 196.

inacabadas (Imagens 18 e 19). Nesta mesma imagem, uma situação no mínimo engraçada: a falta de lanches fez com que o coronel Lázaro José Gonçalves montasse uma barraquinha de quitutes e aperitivos, mas que por lá só recebia seus convidados (Imagem 20). O evento foi noticiado no *Diário do Rio de Janeiro*, que fez um agradecimento especial a ele por terem conseguido algo para comer.<sup>324</sup> Neste dia fora colocada uma placa em mármore no hall de entrada do Pavilhão 1, o único a estar pronto e que ainda existe no mesmo local, que marca efetivamente o evento para as futuras gerações, com os seguintes dizeres: “No reinado de D. Pedro II. Sendo Ministro da Guerra o Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, erigiu-se este edifício em 1868.”

Figura 18- Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria



Fonte: Jornal Vida Fluminense – 3 de agosto de 1868

Figura 19- Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria – Detalhes – Prédio

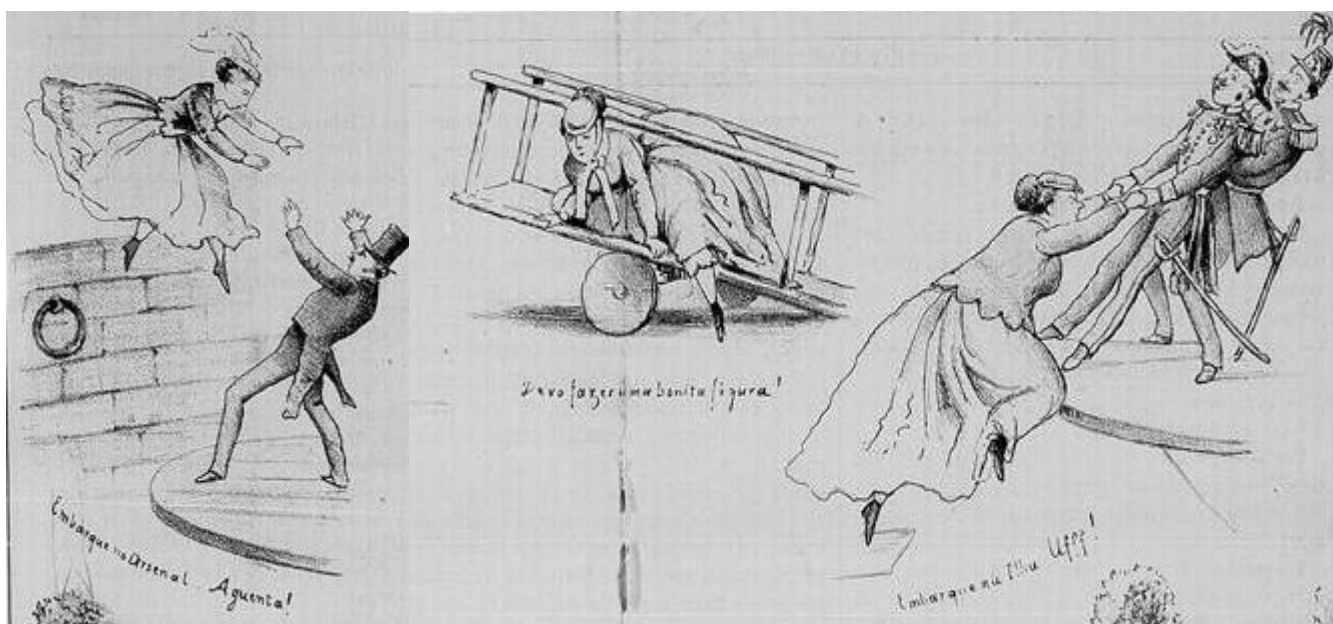


Fonte: Jornal Vida Fluminense – 3 de agosto de 1868

<sup>324</sup>Diário do Rio de Janeiro. 30 de julho de 1868. Biblioteca Nacional.



Figura 20- Inauguração do Asilo de Inválidos da Pátria – Detalhes – As dificuldades



Fonte: Jornal Vida Fluminense – 3 de agosto de 1868

Após sua inauguração, o asilo ficou disponível para a visita pública, enquanto as obras ainda eram executadas. O Asilo só passou a receber os inválidos a partir de outubro. Em ofício ao Ministro da Guerra, é relatada a visita de cerca de 798 pessoas no mês de agosto. A novidade fez concorrer para a ilha diversos tipos de pessoas, notadamente, pelo documento, os mais pobres e diversos bêbados.<sup>325</sup>

A estrutura física do asilo foi descrita por Honorato que de antemão advertiu ao leitor que não encontraria “suntuosidades de grandes e majestosos palácios, nem o mármore em relevo a cada canto, nem ricas e colossais colunas” como era o seu “primo” francês.<sup>326</sup> E segue afirmando que o homem que havia se sacrificado pela pátria não exigia isso, mas desejava unicamente a simplicidade, a singeleza, gostava do asseio, e abominava tudo quanto pudesse afogar a vaidade. Em referência a atuação do monarca, e possivelmente com a ideia de almejar algum benefício do mesmo, Honorato descreve os prédios afirmando que ele era “tão singelo quando pudessem ser os bons sentimentos daqueles que os fizeram fundar”.<sup>327</sup> Ele inicia a descrição dos espaços físicos a partir do cais de desembarque, em frente aos pavilhões da administração e do Museu Militar (que veremos adiante), ambas sugeridas a construção

<sup>325</sup> **Ofícios Antônio Carneiro Leão.** Ministério da Guerra. IG1 481. Arquivo Nacional.

<sup>326</sup> Manoel da Costa Honorato. Op. Cit., p. 31.

<sup>327</sup> Idem, ibidem.

pelo imperador. Os prédios situados atrás do desembarque eram de pedra, com duas escadas, sendo uma de cada lado; dos dois edifícios (ou pavilhões) um está situado à direita e o outro à esquerda do desembarque; ambos possuem numerosas janelas, na frente e atrás para a circulação do ar; o que está à frente do morro onde se localiza a igreja do Bom Jesus da Coluna, tem dois pavimentos, dos quais o inferior era destinado às oficinas (que foram sendo implantadas com o passar do tempo e foram alteradas as funções – a princípio era de alfaiates, substituída em 1872 pela de escola de “primeiras letras”, e em outubro do mesmo ano por uma de sapateiro, podendo o asilado usufruir dos “lucros” que lhes garantia o regulamento) e o superior ao Museu Militar. (Imagem 21).

Figura 21- Vista frontal do Asilo de Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus



Fonte: Manoel da Costa Honorato. Descrição topográfica da ilha do Bom Jesus e do asilo dos inválidos da pátria. Typografia Americana: Rio de Janeiro, 1869

O segundo edifício, apesar de ser simétrico ao primeiro, mantinha algumas diferenças quanto às subdivisões internas e ao fundo. No térreo ficava o corpo da guarda, e à esquerda um compartimento que servia para depósito de vários objetos, onde, por exemplo, eram colocadas em seus cabides as armas que serviam à guarda diária. A ligação entre os dois pavimentos era (como ainda é hoje) feita por uma espaçosa escada, com corrimãos e balaústres envernizados, onde em seu patamar vê-se gravada a placa em mármore que saúda a

inauguração.<sup>328</sup> Atrás do prédio existia ainda um jardim e próximo a ele estava a lavanderia, e à distância de 23 palmos dela, um pequeno e elegante edifício em forma de chalet onde estava instalado o gásômetro que fornecia gás, extraído do petróleo, para a iluminação da ilha (prédio este que mereceu vários bilhetes do imperador que não achava adequada sua instalação e a proximidade com os outros prédios). Do desembarque parte a ladeira que dá subida ao segundo morro, formando um zigue-zague em sua extensão, cercado de um muralha que serve de parapeito, e colocado um sistema de paralelepípedos com lampiões à gás; Em cima do morro existia um prédio que abrigava o refeitório com grandes varanda à frente; o primeiro pavimento era destinado ao refeitório dos soldados, o segundo para recreio dos mesmos, e o terceiro para a habitação do comandante do asilo.<sup>329</sup> O grande número de alojados em 1869, segundo Honorato, não permitia que esse prédio funcionasse da maneira prevista, servindo o segundo e terceiro andares para alojamento das companhias.

Na frente do chalet, pregada em uma parede havia uma placa de mármore com a inscrição “*D. Pedro II, Imperador do Brasil e perpétuo defensor, mandou erigir este asilo para os bravos que ficaram inutilizados na defesa da pátria, 1868*”; em outra pedra de mármore, à direita, estavam gravados emblemas marciais, onde se lia a data da inauguração oficial do asilo, e em simetria via-se à esquerda da pedra, ainda em branco, que serviria para marcar a data da conclusão da guerra; sobre a sacada do segundo pavimento encontravam-se três escudos, igualmente em mármore, com as seguintes inscrições: ao centro – Marquês de Caxias; à direita – General Polidoro; e à esquerda – Visconde de Herval; sobre o terceiro pavimento, outras três placas de mármore, em forma de escudos, com as seguintes Inscrições: ao centro – Conde de Porto Alegre; à direita – Barão do Triunfo; à esquerda – General Argolo.<sup>330</sup> A colocação e escolha dos locais de inserção das placas já nos dizem muito sobre a escolhas dos símbolos nacionais relativos à guerra e a construção dos heróis que o Império escolheria ao final da campanha. Cabe ressaltar que em visita à ilha (uma em 2006 e outra em agosto de 2018) nenhuma dessas placas fora encontrada. Possivelmente com o advento da República, elas foram retiradas e a única que restou, a relativa à inauguração do asilo logo no hall de entrada, recebeu as armas da República, com um *barrete frígio* logo acima. Por sinal, no hall de entrada do pavilhão 2, fora colocada no ano de 1911 uma placa alusiva a construção, mas que marcava a atuação da República nesse processo: “*Asylo de inválidos da Pátria. No reinado de D. Pedro II, sendo ministro da Guerra o Conselheiro de Estado, Barão*

---

<sup>328</sup> Toda a descrição pode ser encontrada em Manoel da Costa Honorato. Op. Cit., p.31 e no Arquivo Histórico do Exército. **Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP**. Livro nº 01 (1866-1885).

<sup>329</sup> Idem, ibidem.

<sup>330</sup> Idem, ibidem.

de Muritiba, foi construído esse edifício em 1869 e reconstruído em 1911, sendo Presidente da República o Exm. Snr. Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e Ministro da Guerra o Exm. Snr. General de Divisão Emygdio Dantas Barreto”. A presença do presidente Hermes da Fonseca nesse contexto é importante, pois com ele, que era veterano da guerra e sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca, a memória relativa ao conflito é “reativada” a partir dos processos de pagamento das dívidas com os voluntários da Pátria.

Tal como o *Hotel des invalides* de Paris, o asilo de Inválidos da Pátria também receberia os corpos dos seus grandes heróis. Era necessário, conforme seu “modelo francês”, que tivesse um panteão, faltava-lhe, portanto um cadáver, de preferência que tivesse tido uma morte gloriosa e que tivesse alguma relação com a guerra. Foram dois. Em proporções menores e por pouco tempo. Mesmo assim, dois oficiais, símbolos da guerra, tiveram seus restos mortais lá depositados com toda a pompa: o brigadeiro Antônio Sampaio e o general Osório.

No livro do General Paulo de Queiróz Duarte, *Sampaio*,<sup>331</sup> podemos ver a descrição não somente de sua vida e carreira, mas também de todo o cerimonial disposto em sua homenagem na Ilha do Bom Jesus. O General Antônio Sampaio nasceu na *Fazenda Vitor*, em Tamboril, a 288 quilômetros de Fortaleza (Ceará). Filho de Antônio Ferreira de Sampaio, ferreiro, e Antônia Xavier de Araújo, aos 20 anos de idade, no dia 17 de julho de 1830, alistou-se como Praça voluntária nas fileiras do então 22.º Batalhão de Caçadores, sediado na Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção e a partir dali iniciou sua carreira militar. Comandante, tomou parte da Guerra da Tríplice Aliança logo em seu início. Mas o que nos interessa aqui é perceber a aura heroica inscrita em sua morte, bem como, o depósito dos seus restos mortais no asilo. Segundo a obra de Duarte, citando Dionísio Cerqueira, afirma que Sampaio “alcançou sua grande glória no dia em que completava 56 anos. Que melhor presente de aniversário poderia ele aspirar, senão os louros que com seu sangue rutilante, soubera conquistar para a fonte da augusta Pátria agradecida!”.<sup>332</sup> Sampaio havia sido ferido em 24 de maio de 1866 na batalha de Tuiuti, recebendo três ferimentos: o primeiro, por granada, gangrenou-lhe a coxa direita; os outros dois foram nas costas. Em estado muito grave, foi levado ao hospital de Corrientes onde permaneceu por pouco mais de um mês entre a vida e a morte, pois os médicos não conseguiram retirar todos os fragmentos dos projetis que estavam em seu corpo. Atendendo ao seu pedido, os médicos decidiram transferi-lo para o hospital

---

<sup>331</sup> Aqui não faremos uma biografia do militar. Para estudos mais aprofundados sobre sua vida e sua carreira, cf. Paulo de Queiróz Duarte. **Sampaio**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988; Dionísio Cerqueira. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.

<sup>332</sup> Duarte, 1980, P. 282.

brasileiro aberto em Buenos Aires, que possuía melhores condições de tratamento. Sampaio foi então embarcado em Corrientes no vapor *Eponina*, aonde veio a falecer em 6 de julho de 1866, antes mesmo de desembarcar em Buenos Aires.<sup>333</sup> Chegando a Buenos Aires, o corpo foi levado para o Hospital Militar ali existente, e por ordem do governo brasileiro foi embalsamado. No domingo, 8 de julho, às duas horas da tarde, foi sepultado sendo seu caixão recebido por uma guarda de honra argentina, prestando-lhe as honras fúnebres militares, enquanto ouvia-se à distância as salvas de artilharia, disparadas pela corveta Niterói. Sobre a urna funerária, que era de madeira mogno e dentro tinha um caixão de zinco, estavam as bandeiras dos países da Tríplice Aliança: Brasil, Uruguai e Argentina; e sobre o ataúde foram depositadas as insígnias e as condecorações recebidas por Sampaio.<sup>334</sup> Diante da comoção inclusive nos jornais, não foi difícil a escolha de Sampaio para “inaugurar” o “panteão de heróis” na ilha.

Em dezembro de 1869 ficou decidido então que os restos mortais do General Sampaio seriam trasladados de Buenos Aires para o Asilo. No conjunto documental do Arsenal de Guerra, podemos encontrar os ofícios, as ordens do dia, bem como as diversas instruções para o evento.<sup>335</sup> Em 16 de dezembro é publicado o “Programa do saimento e depósito do cadáver do General Antônio de Sampaio na Capela do Asilo de Inválidos da Pátria”. Toda a pompa foi preparada: a capela deveria ser ornada de preto; efetivos militares deveriam estar a postos no arsenal para as salvas correspondentes; os inválidos deveriam formar alas desde o cais de desembarque até a capela a fim de receber o corpo, seguindo, após a chegada o féretro, na retaguarda, fechando o acompanhamento; as autoridades se alternariam para carregar o caixão. A capela deveria igualmente ser preparada e os ofícios do arsenal falam inclusive na disposição dos padres, a músicas e as velas. O Barão de Muritiba, em aviso de 14 de dezembro de 1869, fixa a data para a cerimônia, marcada então para 20 de dezembro. E assim ocorreu. Em 1871, o presidente da Província do Ceará, criou uma subscrição destinada à construção de um mausoléu para receber os restos mortais de Sampaio. Desta forma, em 16 de novembro de 1871, às 6 horas da manhã, os restos mortais de Sampaio foram retirados da ilha do Bom Jesus e encaminhados ao Ceará, sendo depositado na Catedral enquanto se concluía no Cemitério de São João Batista seu mausoléu, que ficou pronto e recebeu Sampaio em 25 de outubro de 1873, permanecendo até hoje no local.

---

<sup>333</sup> Idem, p. 284

<sup>334</sup> Idem, p. 284 e 285. Logo após o anúncio de sua morte, a Câmara Municipal de Alegrete (RS), resolveu dar à rua da Beneficência o nome de Rua General Sampaio. Nessa rua, ele residiu por alguns anos quando comandava o 4º batalhão de Fuzileiros. Até hoje a rua conserva esse nome.

<sup>335</sup> **Arsenal de Guerra** (1869). IG7 358. Arquivo Nacional. . Outra fonte utilizada foram as **Ordens do Dia do AIP para o ano de 1869**. Arquivo Histórico do Exército.

Figura 22 – Placa na porta da Igreja do Bom Jesus da Coluna (Ilha do Bom Jesus)



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Outro vulto militar e da guerra da Tríplice Aliança que teve seus restos mortais depositados na ilha foi o General Osório.<sup>336</sup> Na mesma noite de sua morte, em 4 de outubro de 1879, seu corpo foi embalsamado a fim de ser trasladado para o Rio Grande do Sul, sendo depositado na manhã seguinte em um caixão de chumbo, colocado dentro de outro caixão de raiz de nogueira. Uma comissão de parlamentares da Câmara dos Deputados foi designada para acompanhar o corpo. Mas a família decidiu manter seus restos mortais no Rio de Janeiro. Em sessão de 11 de junho de 1880, o deputado Silveira Martins atacou *post-mortem* Osório indicando que a permanência do corpo na Corte se deveu ao fato de a família recear ser mal recebida no Rio Grande do Sul, lançando em plenário a pergunta “*Por que não foi o cadáver.*”<sup>337</sup> Na manhã de 6 de outubro o corpo de Osório seguiu para a igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, onde houve ato religioso e foram restadas honras militares, sendo

<sup>336</sup> Novamente não farei aqui uma exposição dos feitos militares ou políticos, muito menos uma biografia, me resumo a relacionar sua morte com a importância dada ao Asilo naquele contexto histórico. Para saber mais sobre Osório, sugiro a pequena mas elucidatória biografia escrita por Francisco Doratioto. Cf. Francisco Doratioto. **General Osório**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Por sinal esta coleção possui biografias muito interessantes elaboradas por grandes pesquisadores, para uma leitura fácil e mais rápida.

<sup>337</sup> Francisco Doratioto. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. P. 235.

levado em seguida para a capela do Arsenal de Guerra, em meio a homenagens de populares e oficiais, ficando em capela-ardente até 16 de novembro. Acredita-se que foi exatamente neste período que a família decidiu pela manutenção de seu corpo na Corte e optando por depositá-lo na capela do Asilo dos Inválidos da Pátria. No cortejo até o Asilo, esteve presente D. Pedro II, que inclusive teria ajudado a carregar o caixão, quando pelo cerimonial oficial isso jamais deveria ter acontecido..<sup>338</sup> O acondicionamento não foi dos melhores e o clima úmido da ilha comprometia a conservação do corpo, o que era literalmente visível aos olhos pois, nos documentos do Arsenal de Guerra conta que o caixão seria em vidro e por diversas vezes sendo solicitada a troca das fitas de condecorações e insígnias devido ao péssimo estado de conservação, conforme aviso do Ministro da Guerra, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves ao diretor do Arsenal de Guerra, Aires Âncora, em 22 de janeiro de 1886 onde informa que

“tendo o sr. Dr. Fernandes Francisco da Costa Ferraz de ir ao Asilo dos Inválidos da Pátria examinar o cadáver do General Marquês do Herval, que ali se acha embalsamado [...] manda dispor de um operário para abrir o caixão e as fitas das Grã Cruzes do Cruzeiro, São Bento, de Avis e Cristo e da medalha de Monte Caseros, para substituir as que acham estragadas”.<sup>339</sup>

O provedor da Irmandade aceitou o pedido da família e seus restos mortais foram novamente trasladados, agora para a Igreja da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, com apelo popular e missa de corpo presente acompanhada pelo Conde d’Eu, e o caixão de Osório aberto. O corpo foi colocado em um sarcófago mandado construir junto ao coro da igreja. Em 21 de julho novamente o corpo de Osório foi mudado de lugar, mas agora para o monumento em sua homenagem construído na Praça XV de novembro (sobre o qual veremos nos próximos capítulos), onde permaneceu até seu descanso final em 19 de novembro de 1993, pela última vez trasladado, agora para o Parque Histórico Marechal Manoel Luis Osório, em Tramandaí (RS), seu local de nascimento.

---

<sup>338</sup>Idem, p. 235-236.

<sup>339</sup> Ministério da Guerra. **Arsenal de Guerra (1886)**. IG7 174. Arquivo Nacional. Deixo aqui um agradecimento especial ao professor Adler Homero do IPHAN que me passou essa “dica” fantástica sobre os restos mortais do General Osório.

Figura 23 - Cripta com o provável local onde ficaram os restos mortais de Sampaio e Osório



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Outro ponto carregado de simbolismo são os objetos para além do Museu Militar que veremos adiante. A imagem de Sant’Ana presente na capela do asilo, acredita-se ser oriunda da igreja de Humaitá. Em um bilhete do imperador, relativo a uma de suas visitas ao asilo e datado de setembro de 1870 ele, dentre outras observações sobre o estado de coisas no asilo, afirma que “a imagem de Sant’Ana que veio do Paraguai, para onde deveria voltar, até por ter sido essa restituição lembrada lá pelo Conde d’Eu, ainda se encontra no asilo”.<sup>340</sup> Alguns dias depois, em ofício de 29 de setembro de 1870, Garcez Palha, novo diretor do asilo, comunicou ao general Caldwell, ajudante-general, que devido á ordem fosse reconduzida para a República do Paraguai a Imagem da Nossa Senhora de Sant’Ana, ficando sabendo que a mesma havia sido enviada ao arsenal para ser encaminhada ao Paraguai a 22 de abril daquele ano, no entanto, no estabelecimento havia uma imagem da mesma Senhora Sant’Ana, que pertencia originalmente à capela, e que, quando da visita do imperador, o mesmo supôs que era a imagem oriunda do Paraguai. <sup>341</sup> Até hoje não sabemos se de fato a imagem que está na capela da ilha realmente é a trazida de Humaitá, mas essa história é contada com orgulho por seus habitantes, mesmo que distantes da temática da guerra (Imagem 24).

<sup>340</sup>**Guerra do Paraguai.** Documento 2289/77-144-7043. Arquivo Histórico do Museu Imperial.

<sup>341</sup>**Arsenal de Guerra.** Administração. Ajudante General (1870). IG2 22. Arquivo Nacional



Figura 24- Imagem de Sant'Ana



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Após o ânimo inicial, as visitas ao asilo cessaram, possivelmente pela distância e por problemas de indisciplina no local, e o número de aquartelados foi diminuindo não só pelas “altas”, mas também pela urgência do Império em enviá-los novamente para suas províncias, sem contar que os custos eram elevados e a Associação Comercial não ajudava financeiramente conforme o prometido.

Com a República a situação do asilo e dos asilados ficou caótica. Em 1893, por exemplo, foi enviada ordem para que mulheres e filhos de asilados fossem desarranchados e em 17 de abril e 22 de setembro do mesmo ano ficaram proibidos os casamentos de asilados.<sup>342</sup> As ilhas próximas, que faziam parte do Arquipélago do Fundão, passaram a receber o lixo oriundo da Corte já no final do Império, o que acentuou no início do período republicano. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, na sessão de Limpeza Pública, vemos documentos de concorrência pública para depósito de lixo em parte da Ilha do Sapucaia, fronteira à ilha do Bom Jesus. Um desses documentos chama atenção pois o requerente solicita autorização para usar do lixo despejado para o cultivo de cereais, hortaliças, etc que

---

<sup>342</sup>Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP. (1892-1930). Arquivo Histórico do Exército.

seriam enviadas à capital e oferecidas gratuitamente, como contra partida, as casas de caridades pertencentes ao município as verduras que as mesmas precisassem e que forem cultivadas na mesma ilha.<sup>343</sup> Cabe ressaltar que o asilo ainda recebeu inválidos de duas outras campanhas, Canudos e Contestado, com placa monumental que é mostrada atualmente aos visitantes como marco histórico da mesma. Como não é o objeto de pesquisa, não entrarei em detalhes sobre elas.

Nada foi alterado até o ano de 1909, quando um incêndio destruiu completamente um dos prédios, que já deveriam estar em péssimo estado de conservação, que servia de alojamento para os asilados que não possuíam residência ou que não receberam autorização para construí-las, fez com que o asilo se tornasse novamente notícia. Consta que dois marinheiros revoltados com a situação de penúria vivida no local, resolveram colocar fogo em um dos prédios, o destruindo completamente. Sobre esse evento nada foi encontrado nos relatórios dos comandantes, sendo até mesmo estranho o dia não possuir nenhuma parte, mas o evento foi coberto pela imprensa com todo o caráter que grande notícia, nas primeiras páginas dos jornais. O fogo iniciou por volta de 1 da manhã, sendo cessado somente por volta das 4 horas; dos dois “criminosos”, um somente foi preso com o Braga cometendo suicídio e seu corpo (ou o que sobrou dele pelos relatos), encontrado carbonizado horas depois.<sup>344</sup> Pela descrição do jornal o prédio que foi queimado ficava ao lado ou muito próximo à igreja e quando em visita à ilha, podemos encontrar pedaços de tijolos maciços com coloração preta, parecendo terem sido queimados. Seriam eles testemunhas do incêndio? (Imagem 25).

---

<sup>343</sup> Coleção: Prefeitura do Distrito Federal. Série: Limpeza Pública. Notação 31.2.51. 20 de julho de 1895. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>344</sup> **A Notícia**. 25 de janeiro de 1909. Biblioteca Nacional.

Figura 25- Tijolos com fuligem



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Após esse triste evento a Revista de variedades Kosmos, tendo como articulista Leal de Souza, fez uma grande matéria sobre o asilo e a Ilha do Bom Jesus (Imagem 26). Além de diversas fotografias, inclusive de asilados ainda remanescentes da Guerra da Tríplice Aliança, posando com seus fardamentos, a Revista traçou um panorama histórico bem interessante da evolução do asilo. Em uma das fotos mostra um prédio em ruínas enfatizando que ali estava o Museu Militar, além do alojamento que fora atingido pelo incêndio. A reportagem alimenta a ideia de D. Pedro II como “monarca magnânimo” e que, durante o Império o asilo viveu seus áureos dias, com as relíquias da guerra, escolas, oficinas e afins. A República, segundo articulista, a República não olhou para o asilo com o mesmo zelo, inclusive mencionando a questão do lixo que, inclusive, levava uma “vizinhança imunda, sob negras nuvens de moscas”. Mencionou ainda o estado de ruína dos prédios, principalmente da igreja, que naquele contexto servia de alojamento e estava com sua nave coberta de camas, e comentou do tratamento dispensado aos restos mortais dos heróis, comparando-os a forma como são tratados no *Hotel des Invalides* em Paris. Leal chegou a conversar com os inválidos do Paraguai, que a esta altura não chegariam a uma dezena, e percebeu neles uma admiração á monarquia que, segundo eles, se preocupava com os inválidos, que lembraram as visitas da família imperial, notadamente da Princesa Isabel ( “plena de bondade meiga” ) e do Conde d’Eu ( “que os amava” ) e do próprio imperador ( “de pródiga generosidade” ). Leal assim descreveu os inválidos:

“exaustos, olvidados na merencória solidão onde jazem, estes heróis não seguiram a marcha dos homens válidos, e, desconhecendo o Brasil moderno – estrangeiras na Pátria, as suas almas antigas vivem exiladas na era nova. Os seus ouvidos, fechados a todos os incômodos rumores de nosso tempo, escutam, surdo, em ecos renovados, o fragor das batalhas soberbas, e os murchos olhos, cegos para as coisas vivas do presente, apenas veem, nas paisagens mortas de Outrora, as massas épocas dos guerreiros. Não se individualizam nas façanhas evocadas e conservam-se, narrando-as, no seu posto anônimo nas filas dos batalhões. Reconstituindo a tela rota do lustro heroico, os seus abatidos corpos rejuvenescem; movem-se leves, com agilidade airosa e moça. Álacres, em voz agora vibrantes, encandeiam os episódios...”<sup>345</sup>

Figura 26- Revista Kosmos

**ILHA DE BOM JESUS**

A ILHA – O ASYLO DE INVALIDOS DA PATRIA – OS ASYLADOS

**B**M 1824, no terreno doado por Dona Ignez de Andrade, piedosa viúva de um capitão de milícias, os veneráveis franciscanos, da província de Santo Antonio, equitaram, nesta ilha do Bom Jesus, os solidos muros do convento que existia ao governo nesse mesmo anno, servio de hospital de maritima até 1830, quando o foram habitar

o ministerio da guerra fechou a enfermaria que estabeceera no convento, ao qual mandou recolher, com os invalidos então alojados na fortaleza de S. João, os que chegavam do Paraguay. Removidos para a Ponta da Armação, em Niebros, esses primeiros asylados aguardaram em habitações provisórias, as definitivas, que o Imperador mandára construir na Ilha. Iniciadas em 1867, as novas obras do Asylo foram inauguradas em 1868, no dia 6 de Julio, anniversario da Serenissima Princesa Imperial.

Na monarchia, sob a protecção magnanima de D. Pedro, o Asylo prosperou. Cercado de vastos jardins, possuinte de boas escolas, alegres officinas e largas enfermarias; guardou, num Museo Militar, gloriosos trophéos guerreiros, e, não raro, nos dias festivos, em salas apropriadas,



ILHA DE BOM JESUS

os leprozos, mais tarde transferidos para São Christovam. Em 1890, continuando as suas tradições hospitalares, transformou-se a convento em Asylo para os enfermos de febre amarella. Ascendeu, em 1892, a categoria de estabelecimento de ensino dirigido pelas piás irmãs do Sagrado Coração de Maria, que o entregaram, em 1893, ao encarregado geral da colonisação. Quando o *cholera morbus*, em 1895, devastou a Corte, o deserto edificio tornou à sua funcção hospitalar, e, extinta a epidemia, fizeram-n'o deposito de colonos. Foi Quartel de Voluntarios em 1895. No anno seguinte, em que começa a historia do Asylo de Invalidos,

os invalidos Heróes despojavam-se dos louros marcos e disputavam os de João Cartago. Tudo isso passou. E' uma vaga recordação que se esbate na memoria dos velhos asylados. Hoje, na graciosa ilha, o que ainda não é ruina tende para a ruina.

Na vizinhança immunda de Sapucaia, sob negras nuvens de moscas, a Ilha do Bom Jesus emmorge, garbosamente erecta em outeiros, que á distancia, no isolamento placido das aguas, assumem proporções grandiosas de montes. A' direita a Ponta de Santo Antonio avança para o mar e logo, num recio harmonioso, unindo-se ao outeiro central, onde apparecem

<sup>345</sup>Revista Kosmos – ano VI, volume I. Janeiro de 1909. Biblioteca Nacional.



abalastrados nas barricadas que o fogo, com-  
sumindo, defendia. Bastavam duas balas para  
abater a rebelião e salvar o prédio, mas em  
Bom Jesus não havia uma espingarda. Sitiados  
pelas chamas, os rebeldes, que o espírito ma-  
voroso abandonára lutando com a diluição  
dos vapores bacchicos, deliberaram viver, embora  
vencidos e presos. Dispostos a descerem do se-  
gundo andar, em que se achavam, arranjaram,  
amarrando lençóis, uma escada, que o peso de  
Oscar arrebitou. Este, com os ossos moídos da  
queda, foi soccorrido e entregue, depois, a uma  
patrulha enviada, tarde, pelo ministro da Guerra;  
e Braga, não conseguindo sair do casarão incendiado,  
morreu heróicamente lambido pelas rai-



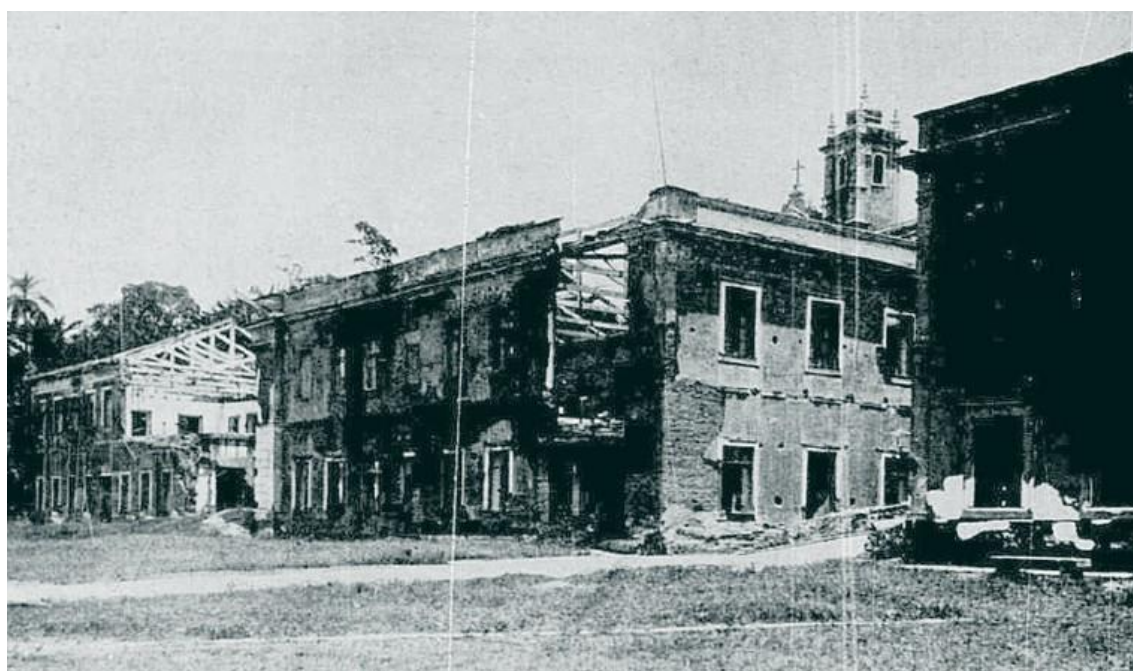
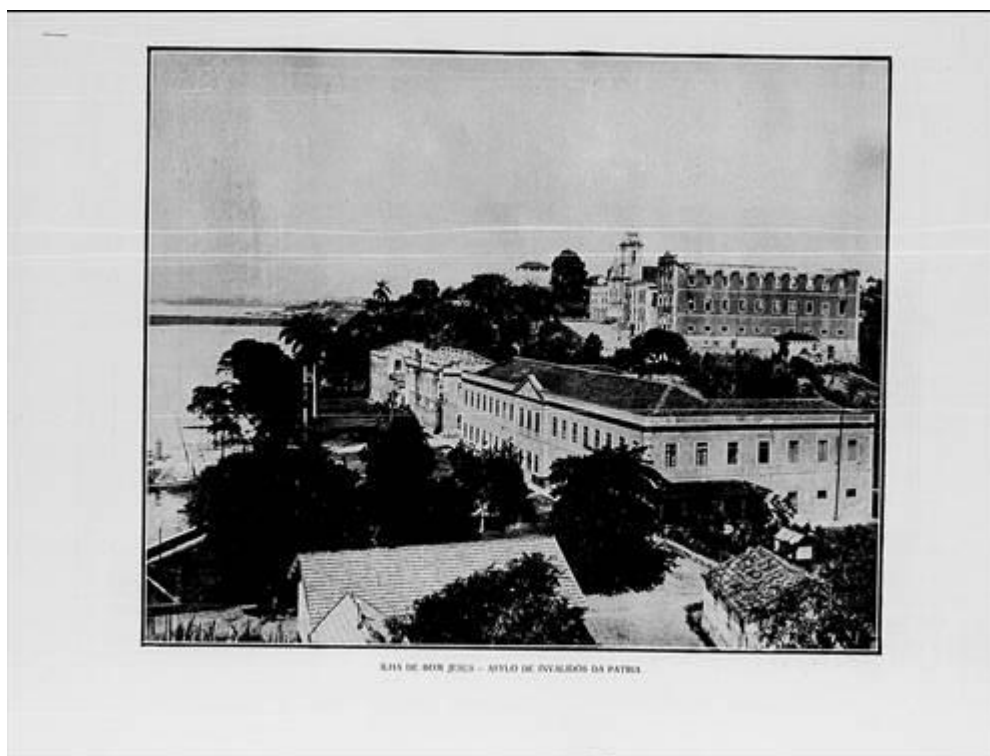
ALOJAMENTO DESTRUIDO POR UM INCÊNDIO

ateira. Subsistindo entre os alojados as rivalidades das classes armadas, os outros marinheiros, ofendidos com a entrega de Oscar ao Exército, combinaram arrazar o Asylo, ensanguentando-o, e na noite, excolida para o motim, mas antes da hora assinalada, foram affectuosamente despertados por duas companhias de infantes sadios, que lhes secretaram os armos alojados, arrastando-os para as confortáveis marmoras da Ilha das Cobras, com o delicado respeito devido à benemérita e prudente. Os habitantes do prédio queimado necessitando tecto que os abrigassem, occuparam a velha Igreja de Bom Jesus, transformando-a num divertidíssimo alojamento de soldados: ao longo da nave, entre es-



A IGREJA DE BOM JESUS TRANSFORMADA EM ALOJAMENTO





Fonte: Revista Kosmos. Volume VI – nº 1. Janeiro de 1909. Biblioteca Nacional.

Obviamente a revista publicou a matéria com algum interesse, podendo até mesmo ser em apoio a Associação Comercial do Rio de Janeiro que neste momento travava uma briga com o Exército relativa a manutenção do asilo, que a força afirmava ser ainda responsabilidade dela. Ou até mesmo devido ao incêndio, já que a revista fora publicada poucos dias após, uma espécie de “sensacionalismo” para com aquilo que estava nas rodas de

conversa. O importante neste caso é perceber o registro como sendo um dos poucos que temos da ilha.

Aos poucos o asilo perde sua referência de memória dos inválidos da pátria e da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1922, ano de comemoração do centenário da Independência do Brasil, consta nos registros diários do comandante do asilo a entrega de objetos históricos ao diretor do Museu Nacional. Neste mesmo ano, em 11 de junho, foi realizado um almoço cheio de pompa para os veteranos da Guerra ainda residentes no asilo (acredito que tenham sido muito poucos). Em 1925 o asilo perde completamente sua função se tornando um presídio, de acordo com o aviso de 27 de junho onde o Ministro da Guerra coloca uma parte da ilha, a que estava reservado a um presídio militar, à disposição do Ministro da Justiça para servir de “presídio para presos políticos”, ficando encarregado da segurança o capitão da Brigada Policial Pedro Goitacazes, mas que fora esvaziado no ano seguinte.<sup>346</sup> Com isso podemos perceber que um dos apagamentos relativos à memória da guerra ocorreu com o asilo, que, de depositório do orgulho nacional, se tornou uma “batata quente” para as autoridades republicanas que não pensaram duas vezes em abandoná-lo.

### 2.1.2 O Museu Militar

A criação de um Museu para “guardar os troféus obtidos na guerra” seria o coroamento dessa memória coletiva. Segundo Rangel e Nascimento Jr,

Foi no cenário da Revolução Francesa que a preocupação com a constituição de um patrimônio cultural, associado à formação da identidade nacional, ganhou maior destaque. Criaram-se museus e bibliotecas para preservar e divulgar os registros da memória nacional. Adicionalmente aos museus foi conferido um caráter instrucional, como pode ser observado no Decreto 3, de 24 de Outubro de 1793, que em seus artigos 1º e 2º expressam:

1º Todos os monumentos (bens móveis nacionalizados) de que se trata pertencem à Nação em geral. É preciso, pois, fazer que, na medida do possível, todos os indivíduos possam usufruir deles; e nada, ao que me parece, contribuirá mais para isso que distribuir depósitos onde ficarão reunidos em cada um dos oitenta e três departamentos de que se compõe a França atualmente, tendo o cuidado para que cada depósito seja o mais completo possível; porque, como se verá adiante, nem todos podem ser igualmente completos.

2º O depósito de cada departamento deve se localizar numa cidade importante e de preferência aquela onde haja um estabelecimento de

---

<sup>346</sup>**Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP.** Livro nº 04 (1920-1930). Arquivo Histórico do Exército

instrução pública porque é sabido como a instrução pública pode beneficiar-se desses museus: é o nome que se poderá dar a esses depósitos .<sup>347</sup>

### A criação dos Museus Históricos

O reconhecimento do passado liberta os homens do aprisionamento no vivido, possibilitando-lhes experimentar a alteridade no tempo, mas lhes aponta, simultaneamente, a ameaça do esquecimento, o que leva os grupos a preservarem suas lembranças num impulso de se referenciar nelas.<sup>348</sup>

A criação dos Museus históricos deriva do século XIX e, a partir das novas formas de encenação dos espaços de recordação, servindo também a ideia de construção ou reafirmação de uma identidade nacional.

Para Márcia Mansor D'Alessio, citando a reflexão de Pierre Nora relativa a construção nacional francesa no período imediatamente posterior ao processo revolucionário,

Os objetos, incorporados à noção de patrimônio, dão existência material ao passado, ou seja, provam concretamente que o passado existiu, evidência que incide sobre o sentimento identitário; e, finalmente, a preocupação com obras de arte revela uma relação entre cultura e nação e mostra que a invenção de um passado maravilhoso, para além de uma necessidade ideológica, é também, e talvez, sobretudo, a busca envaidecida de referenciais comuns de um grupo-nação em momentos de desconstrução/reconstrução. A criação de museus, a partir do século XVIII, tem, segundo o autor, uma vocação pedagógica, qual seja, formar o gosto contemporâneo e, poderíamos acrescentar, comum e nacional<sup>349</sup>

Nesse sentido, podemos pensar que a criação do museu para exaltar os feitos e os homens que lutaram na Guerra contra o Paraguai, atenderia ao pressuposto de formulação de um pensamento oficial, oriundo do governo, que, por sua vez, passaria a “controlar” a produção da memória relativa ao conflito. Esse uso do passado para legitimar o projeto político foi a tônica dos Estados Nacionais durante seu processo de formação. Citado por Pierre Nora, o francês Chastel afirma que “o abalo efetivo das guerras dá vida aos símbolos”.<sup>350</sup> Se partirmos do princípio do qual a Guerra do Paraguai se tratou de uma “guerra total”, com certeza ela seria um momento extraordinário de criação de toda uma simbologia que poderia adquirir feições nacionais através de uma bem elaborada “mitologia política”. As coleções dispostas em um museu, nos sugerem indícios sobre as relações existentes entre a

<sup>347</sup> Marcio Rangel; José do Nascimento Jr.. “Trajetória da política nacional de museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro”. In Marcus Granato (org). **Museologia e Patrimônio**. Coleção MAST: 30 anos de pesquisa. Volume 1. Rio de Janeiro: 2015. Pp. 299 e 300.

<sup>348</sup> Márcia Mansor D'Alessio. “Metamorfoses do patrimônio”. In Márcia Chuva (org). **Revistado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2012, nº 34. P. 79

<sup>349</sup> Idem, p. 81 e 82.

<sup>350</sup> Pierre Nora. “Apresentação”. In: \_\_\_\_\_ (dir). **Les Lieux des Mémoires**. Paris, Gallimard, 1984, 1º Volume. P. 343



construção de formas de representação de temáticas e sujeitos e a formação de acervos de cultura material, a partir do momento em que concebemos como um processo social a atribuição de determinados significados, que ocorre desde a seleção de objetos até a construção de discursos sobre a cultura material enquanto patrimônio cultural, digno de ser “preservado” no espaço museal. Neste sentido, os objetos “não apenas demarcam ou expressam posições”, mas “organizam ou constituem o modo como os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status.<sup>351</sup> Os museus, portanto, constituem uma nova narrativa, a partir dos objetos que selecionam. O acervo do Museu Militar pode nos contar muito sobre o momento político e social do Império ao final do século XIX, e como a República se relacionou com a memória do conflito.

Segundo Lilia Schwarcz, “a partir do fim do século XIX (e até meados da década de 1920), inicia-se o período de apogeu de um tipo de Instituição que passará a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica”.<sup>352</sup> É a chamada “era dos museus”, mas que obteve seu apogeu no Brasil, com criação de regras de funcionamento e promoção de cargos e pesquisas específicas, somente a partir de 1890. Nesse sentido, o Museu Militar dos feitos da Guerra do Paraguai, seria uma disposição não científica, mas de exaltação e ênfase na identidade nacional, bem como, na política do Império. A tarefa de recensear e homenagear os grandes, e porque não, as grandes histórias do Império, cabia ao IHGB. O texto inaugural de Martius em nome do IHGB, já definia a necessidade de se escrever não somente a história do Brasil, mas principalmente sua história.<sup>353</sup> Araújo Porto-Alegre afirmou ainda que

quando os nossos legisladores decretarem um pantheão, não digo um edifício suntuoso, mas um lugar sagrado e decente, onde se recolham os restos mortais de nossos beneméritos, onde o paisano repouse a par do general, e que nesse lugar, em dia marcado, vá o Imperador derramar flores sobre essas sepulturas singelas, o brasileiro verá que o ouro não é a única recompensa da terra, e que acima dele está a pobreza de um José Bonifácio de Andrada, a de um Visconde de Cayru, de um São Leopoldo, de um Padre Caldas, de um franciscano, ou de um músico como José Maurício.<sup>354</sup>

---

<sup>351</sup>Alexandre Oliveira Gomes; Ana Amélia de Oliveira. “A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico”. In **Museologia e Patrimônio** - v.3 n.2 - jul/dez de 2010, p. 42-55. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST. p. 42

<sup>352</sup> Schwarcz, 2001, p.21

<sup>353</sup>Vitor Izecsohn; Celso Castro; Hendrick Kraay. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro : FGV : Bom Texto, 2004. p. 13.

<sup>354</sup>Armelle Enders. . “O *Plutarco Brasileiro*: A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado”. **Estudos Históricos**, 26, São Paulo, 2000, p. 46.

Existe, portanto a emergência da criação de um “monumento” que permanecesse às gerações, consagrando os feitos do Império e que, colocasse lado a lado tanto os grandes vultos, quanto os “operários” dessa façanha. Armelle Enders, em seu artigo para a Revista estudos Históricos sobre a formação dos vultos nacionais no Segundo Reinado, afirma que “o Império entrava na era de uma muito prudente “estatuomania”, que se tinha começado a esboçar com a Guerra do Paraguai”, e prossegue “o conflito fornecia batalhões de glórias militares, de mortes prematuras e trágicas, de mártires para a pátria e para o imperador convinha homenagear. <sup>355</sup>Para Maurice Agulhon, “os soldados foram os primeiros a serem representados por estátuas na praça pública, porque ofereciam menos motivo para controvérsia do que os políticos a apareciam como os primeiros servidores da nação” <sup>356</sup>. Poucos trabalhos se debruçam a pesquisar a instalação de um museu específico relativo aos feitos na guerra contra o Paraguai, acredito que pela falta de fontes conhecidas, mas ao pesquisar sobre o Asilo de Inválidos da Pátria, encontrei indícios daquilo que seria uma tentativa de criação para o fato, nos moldes como nos descreveu Agulhon.

#### Museu do Arsenal de Guerra ou Museu Militar?

José Neves Bittencourt, em tese defendida pela Universidade Federal Fluminense, pesquisou a formatação dos Museus no Brasil do século XIX. O sétimo capítulo, em especial, procurou analisar e discutir a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, o qual, segundo o autor, contribuiu com material importante relativo à guerra para o acervo do posteriormente criado Museu Histórico Nacional. Uma questão se tornou importante nesse texto: o autor analisa o Museu do Arsenal de Guerra, mas alguns dos documentos utilizados não se referem somente ao Museu do Arsenal, e sim ao Museu da Ilha do Bom Jesus. Segundo Bittencourt, o Museu do Arsenal de Guerra teria sido criado em 1865 com a finalidade de receber troféus e relíquias relacionadas à história do Exército nacional.<sup>357</sup> Não seria de se estranhar a criação de um Museu dedicado aos “troféus de guerra” exatamente no mesmo período onde começava a se travar a maior batalha da América do Sul: a Guerra do Paraguai.

O Decreto de criação, publicado no Relatório do Ministério da Guerra em 19 de dezembro do ano de 1865, afirmava que:

---

<sup>355</sup> Idem, p 58.

<sup>356</sup> Maurice Agulhon. *Histoire vagabonde*, Paris, Gallimard, 1988, 2 vol., t. 1, p. 159 e 160.

<sup>357</sup> José Neves Bittencourt. **Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889)**. Niterói, UFF. Tese de doutorado, 1997. P. 211.

Art. 1º - haverá no Arsenal da Corte uma ou mais salas onde serão depositados:

As armas de todas as espécies, notáveis por qualquer circunstância ou por sua antiguidade de fabrico, ou por terem sido tomadas ao inimigo, troféus e relíquias;

Reparos, viaturas, bocas de fogo, projéteis e instrumentos de artilharia, de qualquer calibre ou espécie, também notáveis pelas circunstâncias acima referidas.<sup>358</sup>

Interessante perceber que, ao menos a princípio, o Museu não teria um caráter mais amplo, e sim pedagógico servindo praticamente ao público restrito militar, como forma e ensino e instrução, ainda fixado em salas do Arsenal de Guerra da Corte. Em qual momento o Museu é “transferido” ou “montado” na Ilha do Bom Jesus? Esse dado ainda é difícil de determinar, mas podemos afirmar que, de acordo com o retorno das tropas e a chegada de material proveniente da guerra esse Museu foi sendo formado. Os relatórios do Ministro da Guerra nos ajudam a perceber este fato.

O relatório do ano de 1871 já afirmava sobre a necessidade de se criar um Museu Militar para acondicionar os troféus alcançados no campo de batalha. O interessante é perceber que o item “Museu Militar” está dentre o relatório destinado ao estudo do Asilo dos Inválidos da Pátria, ou seja, não mais pertencente ao Arsenal de Guerra, mas agora situado na Ilha do Bom Jesus.<sup>359</sup> Já no relatório de 1872, menciona a urgência de se achar um lugar mais apropriado e central para alocar o material, inclusive as bandeiras “tintas ainda de glorioso sangue”, “acrescentar uma biblioteca militar, são meios de dar amplidão àquilo que se acha apenas iniciado”.<sup>360</sup> No Relatório de 1874 volta a mencionar o péssimo estado do Museu, este situado no Arsenal, o que nos leva a crer a existência simultânea de dois depositórios dos troféus de guerra.<sup>361</sup> O ano de 1877 aparece como revelador desse “mistério” sobre a localização exata do Museu. Ainda utilizando o Relatório do Ministro da Guerra, já é mencionado o Museu “que se achava mal situado no edifício do Arsenal de Guerra da Corte, foi dali transferido para o Asilo de Inválidos da Pátria onde ocupa salas convenientemente preparadas para esse fim”.<sup>362</sup> Portanto, este parece ser o ponto crucial da transferência do Museu Militar para o Asilo, mudança essa simbólica devido a importância daquela Instituição como símbolo da vitória no conflito, então nada mais “justo” que colocar os troféus próximos de quem os obteve. Nos Relatórios dos anos seguintes existe uma preocupação com o estado do prédio e das acomodações, tanto dos asilados, quanto do próprio Museu. Quando

<sup>358</sup> IMPÉRIO. *Relatório do Ministério da Guerra*, 1865.

<sup>359</sup> IMPÉRIO. *Relatório do Ministério da Guerra*, 1871. P.20

<sup>360</sup> IMPÉRIO. *Relatório do Ministério da Guerra*, 1872.p.23

<sup>361</sup> IMPÉRIO. *Relatório do Ministério da Guerra*, 1874. P.19

<sup>362</sup> IMPÉRIO. *Relatório do Ministério da Guerra*, 1877, p. 30.

examinamos os relatórios dos anos da década de 1880, vemos que em praticamente todos eles, o estado do Museu e sua disposição se torna ponto de elogio do Ministro.<sup>363</sup> Um detalhe chamou a atenção no ano de 1886, a Associação Comercial começa a não querer mais efetuar os pagamentos referentes ao Asilo e, por consequência, ao Museu, passando a administração de alguns pontos do Asilo e Ilha para administração direta do Império, que neste momento, não tem formas de custear a manutenção efetiva do Asilo e de suas especificidades. No ano de 1889 ele será transferido da Ilha do bom Jesus para uma das salas da Escola Militar, sendo inaugurado em 02 de janeiro. Segundo o Relatório, essa transferência proporcionaria a visitação do público, visto que as “coleções não podiam ser visitadas e estudadas pela distância em que está aquele estabelecimento”.<sup>364</sup>

A passagem do sistema monárquico para a República também vai alterar a formatação do Museu Militar. No jornal *Diário de Notícias*, de 27 de junho de 1890, já noticia a visita realizada pelo então presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca à Escola Militar situada na Praia Vermelha, vistoriando sua Biblioteca e o Museu Militar; em 7 de julho de 1895 é noticiada a transferência do caixão contendo o corpo do Marechal Floriano Peixoto para o Museu Militar da praia Vermelha.<sup>365</sup> Mas tudo leva a crer que nem todo o acervo foi transferido, pois o Almanak Laemmert ainda marcava a permanência do Museu Militar na Ilha do Bom Jesus (note-se que não menciona mais Asilo de Inválidos da Pátria).<sup>366</sup>

Coube à imprensa periódica em 1904, realizar uma cobrança relativa ao Museu e seu acervo, o que lança uma luz sobre essas transferências. Sob o título de “Que é feito do Museu do Exército?”, a “Revista Mensal para a divulgação de todos os assuntos que interessem a civilização no Brasil”, *O Comentário*, que tem como redator Ferreira da Rosa, mapeia exatamente a situação naquele momento. Ele afirma que, citando a lei de criação e os artigos referentes aos troféus de guerra que deveriam constar de seu acervo, “por falta de acomodações no Arsenal de Guerra passou-se o Museu para o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, donde foi trasladado para a Escola Militar da Praia Vermelha, e ai solenemente inaugurado em 2 de janeiro de 1889”, e continua:

“de então em diante nada mais se sabe pelos relatórios do Ministério da Guerra. Apenas o jornal do Commercio de 24 daquele mês e ano dá uma notícia da inauguração. Era então Ministro da Guerra Thomaz Coelho de Almeida, comandante da Escola José Clarindo de Queiróz, e major ajudante João Vicente Leite de Castro a quem o jornal se refere com elogio pelos esforços que fez para reunir e ordenar todo o material histórico. Figuravam

<sup>363</sup> IMPÉRIO. *Relatório do Ministério da Guerra*, 1884, p. 28.

<sup>364</sup> REPÚBLICA. *Relatório do Ministério da Guerra* 1891, p. 34

<sup>365</sup> *Diário de Notícias*, 27 de junho de 1890. Biblioteca Nacional.

<sup>366</sup> ALMANAK LAEMMERT, 1898. Biblioteca Nacional.

no Museu bandeiras e caixas de guerra tomadas aos holandeses, argentinos e a orientais; espadas da guarda de honra de D. Pedro I e dos dragões de São Paulo; antigos e toscos arcabuzes de mecha e croqui [...] uma bandeira de seda e ouro que haviam oferecido *al benemérito mariscal Solano Lopez, las hijas de La pátria;*” menciona diversos objetos oriundos da Guerra contra o Paraguai, os chamados “troféus de guerra”.<sup>367</sup>

E ao final questiona “onde estará, também, um álbum dos oficiais do exército da guarnição do Rio Grande do Sul exprimindo suas adesões ao trono por ocasião ter sido o imperador alvo de um tiro!”, e conclui dizendo

continua-se dizer que somos um povo sem história. História temo-la, e escrita com sangue de mártires e de heróis; o que não temos é cultura para guardar, conservar e amar tudo quanto do nosso passado há de falar ao nosso povir. O desaparecimento do Museu do Exército é um dos muitos crimes da República, com tanto ardor esperada, com tanto afeto recebida e que tem faltado a todas as suas promessas de Ordem e Progresso.<sup>368</sup>

Em 1911 uma nova tentativa de criação efetiva de um Museu Militar no recém-criado Club Militar. Em matéria da edição vespertina do *Jornal do Commercio*, publicou o seguinte:

Em toda parte os troféus de guerra, os objetos ligados às tradições das glórias militares são guardados como relíquias preciosas em edifícios monumentais. Nós, porém, não temos o sentimento exato da grandeza do nosso passado: não conservamos viva a imorredoura, a lembrança do heroísmo, da abnegação, e do sacrifício dos nossos maiores que, com a imolação de suas vidas, nos legaram a imensa, rica e formosa terra em que habitamos.

E prossegue:

Os nossos filhos, não tem o espetáculo patriótico e grandioso, de um museu militar onde estejam expostas as bandeiras tomadas ao inimigo; as armas, os canhões, as cornetas e os tambores arrebatados em refrega cruenta e heroica; os objetos: espadas, uniformes, etc. que usaram os generais que nos souberam conduzir a vitória. Somos um povo que não ama os seus maiores, que não admira o heroísmo dos seus avós, que não revive, em sua alma, as suas condições de glória. O Club Militar vai juntar o que por ai existe espalhado, e que são documentos vivos da nossa história. [...] A geração presente temperará, então, seu patriotismo, contemplando as relíquias representativas das nossas glórias passadas. E ninguém mais ouvirá falar na irrisória propaganda da restituição dos troféus ao Paraguai.<sup>369</sup>

O que podemos perceber após a leitura do texto é que devido a uma pressão externa, a solicitação de devolução dos chamados “troféus de guerra”, é que se repensa a necessidade de

<sup>367</sup>O Comentário, abril de 1904. Biblioteca Nacional.

<sup>368</sup>Idem, ibidem,

<sup>369</sup>Jornal do Commercio, 22 de setembro de 1911. Biblioteca Nacional

um Museu Militar para armazenamento da memória “dos avós” que pode acabar se perdendo por estar esse acervo “espalhado”. Caberia então ao Club Militar a iniciativa, mas que acabou não sendo concretizada. A reunião de grande parte do material referente aos troféus de guerra só seria realizada anos depois, no então criado Museu Histórico Nacional, sob chefia de Gustavo Barroso que a partir de 1912 passa a publicar uma série de artigos nos jornais da capital ressaltando a importância do chamado “culto da saudade”.

Os anos de 1920 e Gustavo Barroso: “o culto da saudade”

Para felicidade nossa, acabou-se no Brasil a era do descaso pelo nosso passado. Coube ao Exmo. Sr. Epitácio Pessoa a glória de ter instituído no seu país natal, cujas tradições tanto o estreito sectarismo positivistas se tem esforçado por matar, o Culto da Saudade. Ele iniciou, revogando o banimento da Família Imperial e fazendo com que viessem repousar na pátria querida as cinzas daqueles que, durante meio século de bondade, dirigiram seus destinos. Ele o cimentou instituindo o Museu Histórico que custodiará as lembranças mais importantes da nossa vida militar, naval, política e social, durante os mais notáveis períodos. E ele terminará a obra fazendo renascer na sua fita azul a estrela de cinco pontas dessa ordem genuinamente nacional do Cruzeiro, que brilhou sobre o fardão dos nossos melhores estadistas e sobre o largo peito dos nossos heróis. <sup>370</sup>

“Todas as nações tem seus museus militares guardando as tradições guerreiras de sua história, documentando os progressos dos armamentos e exaltando o culto das glórias passadas. Nós ainda não possuímos”. Em 25 de setembro de 1911, uma pessoa sob pseudônimo de João do Norte publica, na folha vespertina do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro na Epígrafe “Museu Militar”, essas palavras que soam para além da crítica a não existência de um Museu militar, trata da necessidade de construção de uma memória. O tal João do Norte era o pseudônimo utilizado pelo professor Gustavo Barroso. <sup>371</sup>

O aproximar do centenário da Independência fez aflorar na capital federal uma série de propostas e eventos a fim de repensar o que seria de fato a nacionalidade brasileira, buscando explicar seu passado, presente e futuro, enfim, a localizar historicamente a nação e a projetar rumos quanto ao seu futuro. Nesse sentido, o IHGB retoma a importância de ser o caminho percorrido para a formulação dessas novas concepções. A independência seria revista. Agora buscava reafirmar a noção de pertencimento do Brasil ao continente americano, desejando romper com o viés europeizante e, desta forma, afastar as lembranças da monarquia.

---

<sup>370</sup>Discurso proferido por Gustavo Barroso em 24/08/1922, por ocasião da fundação do MHN. Este discurso foi publicado por Adolfo Dumans, em 1941. DUMANS, Adolpho. “O Museu Histórico nacional Através de seus 19 anos de Existência.” **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, Vol. I, 1941, p. 212.

<sup>371</sup>No capítulo 3 faremos uma descrição mais aprofundada da obra e da biografia de Gustavo Barroso.

O calendário oficial iniciou-se em 7 de setembro de 1922 com uma recepção promovida pelo Presidente Epitácio Pessoa aos embaixadores estrangeiros. Depois disso, ocorreram vários outros eventos: instalações do Congresso Internacional de História da América; lançamento da revista **Nas águas da Guanabara**; inauguração de estátuas; comemoração do Centenário de Gonçalves Dias; apresentação da ópera **O Guarani**; exposição de filmes referentes à história, geografia e natureza do Brasil, dentre os principais. A Exposição do Centenário da Independência foi, por certo, a atividade mais grandiosa de todas elas, haja vista o destaque dado a ela na imprensa e nos registros oficiais e governamentais. Muitos daqueles outros eventos foram realizados dentro da Exposição, instalada próxima à zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. (grifos do autor).<sup>372</sup>

“Verifica-se com tristeza e a cada passo, que no Brasil quase não há o culto das tradições. Aqui no Rio são às centenas os exemplos desse asserto. As maiores relíquias da nossa tradição andam esparsas e ao abandono.”<sup>373</sup> O texto ainda forneceria um panorama do estado dos “troféus de guerra”:

Jamais se cuidou de guardar uma só que fosse e as abandonaram à destruição e ao desaparecimento. Procuremos religiosamente as nossas relíquias para guarda-las e legá-las aos nossos descendentes. [...] Sempre tivemos no mais profundo indiferentismo o valor das relíquias históricas e a prova mais palpável disso é o abandono em que jaz a maior delas, talvez, a espada de Solano Lopes, morto em combate aos cinco anos de cruenta guerra. Poucos brasileiros sabem hoje onde se encontram. Outros, se o soubessem, pouco caso disso fariam. Acha-se no Colégio Militar, ao lado duma sala, numa caixa envidraçada. E as bandeiras que à custa de nosso sangue tomamos às suas tropas selvagens desapareceram na maioria. As poucas restantes pendem em troféus empoeirados nas paredes da Igreja da Cruz dos Militares.  
374

A temática relativa à necessidade de criação de um Museu será retomada em dezembro de 1921 pelo próprio Gustavo Barroso na revista *Ilustração brasileira*, com um artigo intitulado “Museu Histórico Brasileiro”, onde chamava a atenção para a urgência na criação de um Museu Histórico, a fim de evitar o “desaparecimento” das relíquias e, desta forma, da própria história.<sup>375</sup> O IHGB já havia atentado para este fato, tanto que no primeiro artigo de sua proposta declarava que “É criado no RJ um Museu Nacional Histórico, onde sejam recolhidos, catalogados, estudados e expostos ao público os objetos, documentos, gravuras e autógrafos que interessem a nacionalidade”, ou seja, novamente o Museu serviria com o

<sup>372</sup>Julia Furia Costa. **O “Culto da Saudade”: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder – da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestre em História. 2013. P. 37

<sup>373</sup>Dumans, 1941, p. 212

<sup>374</sup>Idem, p. 16.

<sup>375</sup>Noah Charles Elkin. “1922: o encontro do efêmero com a permanência”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, Minc/IPHAN, 1997, volume 29. Pp. 126 e 127.

propósito de recriar ou resguardar a nacionalidade.<sup>376</sup> Essa proposta não chegou a ser aprovada.

Havia ainda uma “disputa” relativa à memória militar. Nesse mesmo período o Coronel Nepomuceno da Costa, um dos representantes do Ministério da Guerra, revela a intenção da Comissão Executiva do Centenário da Independência em criar um Museu Histórico Militar, com exposições emprestadas ou transferidas de outras Instituições.

O fato é que o Decreto nº 15.596 de 02 de agosto de 1922, cria enfim o Museu Histórico Nacional, mas poucos dias depois a discussão sobre o local onde seria edificado travava mais uma vez o andamento de sua instalação. Um artigo não assinado, do dia 17 de agosto de 1922, colocava dúvidas sobre qual seria o melhor lugar para se colocar um Museu Histórico, citando até mesmo a possibilidade do Convento de santo Antônio, devido a sua “importância no período da Independência”.<sup>377</sup> Uma coisa era quase unanimidade nos jornais e revistas que tratavam do assunto: o nome de Gustavo Barroso como diretor. Dos poucos jornais que criticaram a empreitada - o periódico *A noite* e o *Correio da Manhã* - poder-se-ia perceber uma preocupação com os gastos excessivos do governo, visto o orçamento do Museu Histórico Nacional ser o mais alto, bem como temiam o esvaziamento do Arquivo Nacional, que por iniciativa do seu diretor, Escragnolle Dória, já tentava obter formas de aquisição de materiais que pudessem contar a história pátria. O local para a instalação foi escolhido pelo decreto nº 15.793, de 02 de dezembro de 1922, que afirmava logo ter sido finalizada a Exposição do Centenário da Independência, havia a opção de mudar-se da Praia Vermelha, o antigo depósito dos materiais, para o prédio do Arsenal.

Mesmo com os entraves, o Museu Histórico Nacional abriu suas portas ao público em 11 de outubro de 1922, ainda em um dos Pavilhões da Praia Vermelha. E o acervo? Além dos bustos de Osório e do Duque de Caxias, espadas apreendidas pelos soldados brasileiros frente aos paraguaios, a espada de Solano Lopes, canhões, bandeiras e objetos do forte de Humaitá. Ou seja, as tais relíquias da guerra, oriundas do Museu Militar que foram esquecidas na Escola Militar da Praia Vermelha, e agora surgem como protagonistas do orgulho da nação, inclusive a estátua equestre de D. Pedro II, que seria confeccionada em bronze para comemorar a vitória em Uruguaiana, e que fora recusada pelo Imperador, estava lá exposta.

Apesar de ainda estarem dispersos, boa parte do acervo do antigo Museu Militar da Ilha do Bom Jesus, foi depositada no Museu Histórico Nacional. Nem todas as peças ficam expostas, mas a reserva técnica conta com diversos desses chamados “troféus de guerra”.

---

<sup>376</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>377</sup> Idem, p 129.



Mesmo assim, cabe ressaltar que essa disputa em torno da memória relativa ao conflito, pode ter custado o desaparecimento de materiais que seriam interessantes para a percepção do que fora a Guerra, bem como de seu impacto na sociedade e na construção nacional. Muito ainda pode ser pesquisado sobre esse uso da memória de do esquecimento, mas aos poucos questões são reveladas que nos fornecem indícios para a compreensão de toda dimensão do conflito.

### 2.1.3 Os troféus de guerra e as relíquias

“... nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. [...] Estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais presenteados os outros. Marcamos nossos relacionamentos com objetos [...]. Através dos objetos fabricamos nossa autoimagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. [...] não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro.”<sup>378</sup>

O simbolismo aplicado aos objetos relacionados com a Guerra da Tríplice Aliança vai ocorrer somente a partir da efetivação do Museu Histórico Nacional. Durante a década de 1950, quando o Museu já estava mais do que consolidado como “aquele que conta a história do país”, Gustavo Barroso, que ainda era diretor,<sup>379</sup> se volta a escrever sobre os objetos pertencentes ao acervo, e quando se refere ao acervo relacionado à Tríplice Aliança, sempre o associa com a ideia de *reliquia* (principalmente para os objetos dos “grandes heróis” e as bandeiras) ou *troféu* (compreendendo, neste caso, tudo aquilo que foi espólio). Algumas de suas publicações denunciavam inclusive os leilões dos acervos particulares onde eram oferecidas peças, como por exemplo, o quepe da guarda de honra de Solano López “tomado” (as aspas são do autor) em Lomas Valentinas.<sup>380</sup> Obviamente ele procurar ampliar o acervo, mas para a pesquisa e a noção que pretendemos construir relacionada à memória, é de singular importância perceber que esse assunto ainda não estava consolidado, como hoje ainda não está. A guerra denota paixões e construções políticas principalmente entre o Brasil e o Paraguai, e a querela dos objetos vai perdurar por mais de cem anos e hoje, quando

<sup>378</sup>Annette Weiner. **The trobrianders of papua New Guinea**. Stanford University. 1987, p. 159.

<sup>379</sup> Gustavo Barroso se torna Diretor do Museu Histórico Nacional no ano de sua fundação (1922) e permanece no comando da Instituição até 1959, ano de sua morte.

<sup>380</sup>O **Cruzeiro**, 1954. Biblioteca Nacional.

rememoramos 150 anos de seu término, ainda provoca discussões apaixonadas sobre o canhão *el Cristiano*.

Datado de 1867 e pesando 12 toneladas de ferro e bronze, seu histórico pertencente ao arquivo do Museu Histórico Nacional, informa que foi fundido no Paraguai, com a utilização dos sinos de diversas igrejas paraguaias, sendo proveniente daí o seu nome, *el Cristiano*, que poderia ser livremente traduzido como “O Cristão”. Em seu corpo está gravada a expressão “da religião ao Estado” (Imagem 27), além de seu nome, sendo atualmente classificado como obuseiro (projetado para disparar balas ocas) e não como canhão. Inicialmente ocupando o forte de Curupaiti, também serviu para equipar a principal fortificação de Humaitá – a bateria Londres – de onde foi arremessado para o Rio Paraguai quando da rendição da fortaleza.<sup>381</sup> Existem controvérsias sobre ele ter sido jogado ou não, com toda a certeza foi retirado de Humaitá e trazido para o Brasil como prova daquela que foi a batalha decisiva para a “virada” na guerra. Destaca-se no pátio dos canhões desde sua instalação em 1940, principalmente pelo seu tamanho (Imagem 28), mas também sobre a polêmica que o cerca, visto que, apesar de ser um símbolo, não constituiu memória e sempre foi a causa de atritos entre os governos brasileiro e paraguaio que solicita sua devolução há décadas.

Figura 27 - Inscrição no canhão *el Cristiano*



Fonte: Museu Histórico Nacional – Arquivo Pessoal (2019)

---

<sup>381</sup> R. B. S. C. Andrada & A. H. F. Castro. “O pátio Epitácio Pessoa e seu arcervo”. [Mimeo]. Arquivo Histórico Museu Histórico Nacional.

Figura 28 – O canhão *el Cristiano*



Fonte: Museu Histórico Nacional – Arquivo Pessoal (2019)

O principal livro para entender de que forma inicia a discussão sobre os troféus de guerra e sua devolução foi encontrado na Biblioteca Nacional do Paraguai. Escrito pelo paraguaio, morador do Rio de Janeiro, Leonardo Torrents em 1899, se transformou no primeiro libelo a favor não somente da devolução, mas do perdão da dívida. Leonardo era presidente do *Centro Paraguaio*, uma organização de paraguaios positivistas, que era protegido por positivistas ortodoxos como Raul do Nascimento Guedes, presidente da *Comissão Benjamin Constant*, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, que tinha como objetivo disseminar a memória dele e o positivismo, bem como propalar a amizade entre os povos, levando em conta a necessidade de se pedir desculpas ao Paraguai pela guerra.<sup>382</sup>

Com a República, Benjamin Constant que era ministro da guerra (até 1891), propõe, por sugestão do capitão José Beviláqua<sup>383</sup>, a restituição dos “troféus” de guerra. Mas a ideia

<sup>382</sup> Apesar de discordar de algumas das suas interpretações relativas ao conflito, Mario Maestri escreveu sobre a disputa entre os positivistas e o contexto do pós guerra, o que vale uma leitura. Cf. Mário Maestri. “Os Positivistas Ortodoxos e a Guerra do Paraguai”. In Mário Maestri. **Guerra no Papel: história e historiografia da guerra no Paraguai**. Porto Alegre, FCM, 2014.

<sup>383</sup> José Bevilacqua nasceu em Nossa Senhora da Assunção de Viçosa, atual Viçosa do Ceará (CE), no dia 18 de março de 1863, filho de João Bevilacqua e de Mariana Rabelo Bevilacqua. Seu pai era tenente da Guarda Nacional e sua mãe era professora. Chegou ao Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 14 de outubro, aos 16 anos de idade. Embora sua família fosse de posses modestas, a patente de tenente da Guarda Nacional que seu pai tinha lhe possibilitou ser reconhecido como cadete de segunda classe. Em fevereiro de 1880 matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar da Praia Vermelha e em 1882 iniciou o curso superior da mesma

não foi adiante e logo ao final do governo provisório ela encontrou resistência no novo governo, bastando lembrar que tanto o Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, quanto o Vice Floriano Peixoto, eram veteranos da campanha.<sup>384</sup>

Com a morte de Benjamin Constant, Teixeira Mendes resolve retomar a campanha, a partir da proposta de biografia que escreveu sobre ele. Segundo Teixeira Mendes, o governo quis “manter a herança fratricida da monarquia”, e que era “inadmissível” guardar “troféus”, pois eles representavam uma espécie de “afronta àquele heroico povo”, acreditando que as gerações vindouras ouviriam Constant (“a voz do fundador da República Brasileira”) e acabariam por restituir os aludidos troféus, além de eximir a dívida imposta àquele país.<sup>385</sup> Neste momento o Uruguai já havia perdoado a dívida de guerra e se cobrava que Brasil e Argentina fizesse o mesmo. Interessante pensar que o governo Floriano Peixoto utilizou de certa forma, a memória da guerra para se solidificar. Uma das formas foi a colocação do Panteão de Osório na Praça XV de novembro (conforme veremos adiante) e a outra foi usar nas comemorações do 15 de novembro de 1892, três anos apenas da jovem República, troféus da guerra que foram expostos em vários quartéis a fim de “melhor abrilhantar a festa desse dia”.<sup>386</sup>

Com a eleição de Prudente de Moraes em 1894 representou a transição entre os militares e os civis, mas, para, além disso, inicia o que se convencionou chamar de República

---

instituição, passando a alferes-aluno no início de 1885. A partir de então, passou a compartilhar o clima intelectual marcado pelo “cientificismo” de matiz positivista, bem como o posicionamento político antigovernista e republicano que prevalecia entre os alunos. Suas cartas aos pais (disponíveis em seu arquivo pessoal) trazem repetidas críticas ao governo. Numa delas, de 29 de abril de 1886, defendia a República como “a forma de governo em que os direitos dos cidadãos são melhor definidos, porquanto não admitindo privilégios de famílias ou de classes, as leis igualam todos os cidadãos e a única distinção é aquela que é oriunda do mérito e das virtudes individuais”. Pertenceu também à Sociedade Abolicionista que os alunos mantinham na Escola Militar. Promovido a segundo-tenente no final de 1888, nos anos finais do Império participou ativamente da agitação republicana que, reunida em torno de Benjamin Constant, professor de matemática da Escola Militar, resultou na conspiração que sairia vitoriosa no golpe de Estado de 15 de novembro de 1889. Após a República, teve rápida ascensão na carreira, sendo promovido a primeiro-tenente “por serviços relevantes” em janeiro de 1890 e a capitão em maio seguinte. Em 15 de setembro do mesmo ano foi eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte e tomou posse em 15 de novembro. Em janeiro de 1891 concluiu o curso de engenharia na Escola Militar e recebeu o grau de bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Depois de promulgada a primeira Constituição republicana do país no dia 24 de fevereiro de 1891, assumiu, em maio seguinte, sua cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até dezembro de 1893. Durante os trabalhos parlamentares, propôs que fossem solenemente restituídos ao Paraguai os troféus conquistados na guerra, projeto que nunca foi levado adiante. No dia 15 de novembro de 1891 casou-se com Alcida Botelho de Magalhães, terceira filha de Benjamin Constant, líder republicano e primeiro ministro da Guerra do novo regime. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de julho de 1930.

<sup>384</sup> Leonardo G Torrens. **Dívida e trophéos paraguayos e a propaganda no Brazil. Contendo alguns documentos e factos pouco conhecidos no Brasil.** Rio de Janeiro: Montenegro, 1899.p. VIII.

<sup>385</sup> R. Teixeira Mendes. **Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira.** 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892; 2 ed. do 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913; e3 ed. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936. pp. 404-5.

<sup>386</sup> **Gazeta de Notícias**, 15 de novembro de 1892. Biblioteca Nacional.

Oligárquica. Após a tensão relacionada à posse de Prudente, visto que acreditava que Floriano Peixoto não aceitaria e promoveria um golpe, o grupo dos jacobinos tentava de todas as maneiras questionar o governo, que pacificou o Rio Grande do Sul, finalizando com a Revolta Federalista, mas encontrou um entrave em na Revolta de Canudos. Nesse contexto, comemoravam-se os 30 anos de início da Tríplice Aliança. Foi justamente nesse momento que as críticas dos positivistas ortodoxos passam a ser mais diretas. Neste ano Miguel Lemos publica um panfleto intitulado *À nossa irmã: a República do Paraguai*, onde critica o que chama de “erros da política filauciosa e violenta” que “atirou três nações sul-americanas a uma guerra encarniçada contra outra de suas irmãs”.<sup>387</sup> Segue o texto ainda afirmando que caberia aos positivista [ortodoxos] “auxiliarem o Paraguai a cicatrizar as suas cruentas feridas, manifestando-lhe sempre a solidariedade. A cortesia sincera, [...] procuramos atenuar e fazer esquecer os efeitos das faltas cometidas por àqueles que nos achamos ligados por laços íntimos, no passado e no presente.”<sup>388</sup> A motivação para esse panfleto foi a visita de uma delegação uruguaia a Brasil a fim de distribuir medalhas comemorativas relativas à guerra.

Mas os positivistas continuaram a agir e a tornar publico seu descontentamento com o caminhar da matéria. Em fevereiro de 1899, os republicanos positivista, presididos por Raul do Nascimento Guedes, fundaram a chamada *Comissão Benjamin Constant*, com o objetivo de fazer lembrar a memória do homenageado, colocando a proposta de devolução à frente, até ser aceita pelo governo.<sup>389</sup> Em maio do mesmo ano, representantes do *Apostolado Positivista*, da *Comissão Benjamin Constante do Centro Paraguaio*, elaboraram uma recepção festiva para Fernando Iturbúru, ministro paraguaio e ex-legionário.<sup>390</sup> Como uma resposta, é fundada no mesmo ano a *Associação dos Veteranos da Guerra do Paraguai*, tendo como presidente, o veterano da guerra e o almirante Arthur Silveira da Motta, Barão de Jaceguai. Em seu discurso de inauguração da *Associação*, Silveira da Motta acusou os positivistas de antipatriotas, sendo respondida na sequencia por Teixeira Mendes, que responsabilizava

---

<sup>387</sup> Miguel Lemos. *À nossa irmã: a República do Paraguai*. Apostolado Positivista do Brasil, nº 48. Rio de Janeiro: Capela da Humanidade, 1894, p. 3.

<sup>388</sup> Idem, p. 3

<sup>389</sup> Torrens. Op. Cit., p. 240.

<sup>390</sup> Em 18 de dezembro de 1864 é fundada em Buenos Aires a *Legião Paraguaia*, cuja denominação inicial era *Associação Paraguaia*, integrada por paraguaios e descendentes que haviam sido exilados por serem contrários aos governos de Francia e dos dois López. Alguns de seu integrantes foram ativos na política e intelectualidade paraguaia após o conflito como por exemplo os irmãos Decoud, Frederico Baéz, Egusquiza, Benigno Ferreira e Iturburu. Foram considerados heróis por um tempo, mas com o revisionismo paraguaio iniciado nos primeiras décadas do século XX, tendo como principal expoente Juan de O’Leary, *os legionários*, passaram a ser *personas non gratas*, na história paraguaia, acusados de crimes e antipatriotismo. Para saber mais cf. Beatriz Gonzalés de Bosio. **Los legionários**. Assunción: El Lector, 2013. Coleção 150 anos da Grande Guerra. Torrens, .ib.pp. 168 et seq. Ver, também: Ricardo Brugada. Brasil-Paraguay. Rio de Janeiro, 1903. [http://www.archive.org/stream/brasilparaguay00bruggoog/brasilparaguay00bruggoog\\_djvu.txt](http://www.archive.org/stream/brasilparaguay00bruggoog/brasilparaguay00bruggoog_djvu.txt)

exclusivamente e os nobres a monarquia pela guerra, utilizando para isso a chamada “visão internacionalista” do positivismo ao afirmar que

“a guerra do Paraguai foi um crime não é afirmar que a Pátria é criminosa. Porque a responsabilidade da guerra não cabe à Pátria, e sim aos diretores da Pátria naquela época. A Pátria é o conjunto das gerações passadas, futuras e presentes, que concorrem, em cada região da terra, para a existência da Humanidade.”<sup>391</sup>

Essa configuração resulta em uma “batalha pela memória” da guerra: de um lado àqueles que questionavam sua importância para a construção da memória nacional, e até mesmo a rejeitavam, e do outro àqueles que viam na guerra o auge do momento histórico do Brasil-nação. Não demorou muito para que surgisse no Congresso uma proposta balizada com a ideia de Benjamin Constant e de Teixeira Mendes. Em 16 de agosto de 1899, Barbosa Lima apresentou à tribuna do Congresso Nacional a proposta de devolução dos troféus e cancelamento da dívida, sendo apoiado inclusive pelo então jovem escritor Lima Barreto e o futuro Marechal Rondon. Alguns anos mais tarde, já com a retomada das comemorações da guerra, são realizadas comemorações das batalhas que o início da República fizera questão de esquecer. Em dezembro de 1870 o jornal *A Notícia* publica reportagem sobre as comemorações do combate de Lomas Valentinas que “há 39 anos conquistou para o nosso museu muitos troféus de guerra”.<sup>392</sup> Não demorou para que Miguel Lemos se manifestasse, não somente pelo fato de ocorrerem comemoração, mas também contra o traslado dos restos mortais do Almirante Barroso e Saldanha da Gama. Ele enfatiza a posição do *Apostolado Positivista* quanto à guerra e, sobretudo à Revolta da Armada, acreditando que não seria pertinente homenageá-los por aquilo que considera “sucessos históricos negativos”.

Anuncia-se que o governo da República está fazendo partilhar das honras fúnebres tributadas oficialmente ao almirante Barroso, a memória de um dos mais condenáveis protagonistas da revolta de 6 de setembro de 1893. À vista disto, julgamos do nosso dever recordar as seguintes páginas, em que o fundador e diretor da Igreja e do Apostolado Positivista do Brasil caracterizou a guerra do Paraguai e a referida revolta. Esses trechos bastam para explicar a significação das homenagens prestadas ao almirante Barroso, desligando-as de qualquer aberração militarista. Eles patenteiam igualmente monstruosidade da assimilação que o atual governo da República tenta estabelecer, e que só o ceticismo político e moral das classes dominantes e a indiferença cívica do público, em geral, tornam possível. <sup>393</sup>

<sup>391</sup> **Jornal do Commercio**, 20 de abril de 1894. Biblioteca Nacional. Cf. também TORRENS. Dívida e trophéos paraguayos. Ob cit. P. 150-1.

<sup>392</sup> **A Notícia**, 21-22 de dezembro de 1907. Biblioteca Nacional.

<sup>393</sup> Miguel Lemos. **A propósito da transladação dos restos dos Almirantes Barroso e Saldanha**. Apostolado Positivista do Brasil, n. 260, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1908, p. 3-4.

Ainda em maio de 1908 o jornal *Diário de Pernambuco* comenta matéria sobre deputados argentinos aprovarem a proposta de devolução dos troféus de guerra em poder daquele país, e claro, Teixeira Mendes não poderia deixar de contestá-la.<sup>394</sup> Através da circular intitulada “Ainda o militarismo e a política moderna: a propósito das recentes glorificações oficiais da guerra do Paraguai”, ele condena novamente as comemorações e menciona a necessidade de auxílio ao Paraguai que, segundo ele, estaria em estado de penúria devido à guerra. Nesse sentido, defende não somente a devolução dos troféus pelo Brasil, Uruguai e Argentina, mas também o perdão da dívida.<sup>395</sup> Em 1910 volta a publicar no mesmo jornal críticas às comemorações relativas à Batalha de Tuiuti exigindo a “cabal reparação do crime que a Guerra do Paraguai constitui” e nos anos seguintes vemos uma espécie de “retorno comemorativo”, que vai desde a reativação das festas em comemoração às batalhas à revisão feita durante o governo Hermes da Fonseca das pensões e pagamentos aos veteranos.<sup>396</sup> Em setembro de 1912, a apenas proposta levantada por Benjamin Constant e propagada pelos positivistas, vira projeto de lei pelas mãos do deputado gaúcho Octávio Rocha.<sup>397</sup> A partir daí as críticas passaram a ser mais incisivas, chegando a publicação em 1913 por Teixeira Mendes da circular *Paraguai-Argentina-Brasil: a confraternização brasílico-Argentina, a independência da nossa cara irmã a República do Paraguai, e o cancelamento da sacrílega dívida resultante, para esta, da guerra fratricida entre ela e o Brasil, a Argentina e o Uruguai*. Apesar do longo título, a circular possuía apenas 57 páginas, mas que trouxe uma riqueza de assuntos, reunindo um conjunto de outras circulares contendo notícias veiculadas na imprensa, principalmente no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.<sup>398</sup> Nas primeiras páginas a grande discussão era sobre a dívida naquela momento perdoada pelo Uruguai. O autor apelava para os presidentes do Brasil, Hermes da Fonseca e da Argentina Sáenz Peña por uma política altruísta que auxiliasse o Paraguai, mas também retomava a ideia de devolução dos troféus, citado agora o projeto do deputado Octávio Rocha.<sup>399</sup> No trecho intitulado “Nota acerca de uma tentativa para restituição dos troféus e cancelamento da dívida paraguaia”, Teixeira Mendes relembra os esforços da Igreja Positivista para o cancelamento

---

<sup>394</sup>*Diário de Pernambuco*, 23 de maio de 1908. Biblioteca Nacional.

<sup>395</sup>*Jornal do Commercio*, 16 de junho de 1908. Biblioteca Nacional.

<sup>396</sup> Ivan Lins. *História do Positivismo no Brasil*. 2 ed. São Paulo: CEM, 1967. p. 476; *O Século*, 24 de maio de 1911. Biblioteca Nacional.

<sup>397</sup>*A República*, 25 de setembro de 1912.

<sup>398</sup> R. T Mendes. *Paraguai-Argentina-Brasil a confraternização Brasílico-argentina, a independência da nossa cara irmã a República do Paraguai, e o cancelamento da sacrílega dívida resultante, para esta, da guerra fratricida entre ela e o Brasil, a Argentina e o Uruguai*. Apostolado Positivista do Brasil, n338, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1913.

<sup>399</sup> Idem, p. 13-16.

da dívida e restituição dos objetos. A devolução seria a principal forma de reparar o que ele considerava um erro, ela deveria ser plena, direta e imediata, e solicitar ao Paraguai “a aceitação da restituição dos troféus e o cancelamento da dívida (não o perdão), só assim procederiam de maneira honrosa e altruísta pela Humanidade, pela paz entre as Repúblicas irmã”.<sup>400</sup> O mais interessante é que Teixeira Mendes propusera dedicar à memória do general Osorio o projeto de devolução dos troféus, citando o livro *História do General Osorio*, escrito por seu filho Fernando Osorio, interpretando de forma equivocada a informação de que Osorio era contra a guerra.<sup>401</sup> Existia igualmente na Argentina uma campanha para a devolução dos troféus, sendo que os jornais de maior circulação como *La Nacion* e *El Diario* lançavam artigos manifestando-se contrários à devolução.<sup>402</sup>

A discussão chegou ao governo. Em 1916, em meio a Primeira Guerra Mundial, o jornal *A Província* publica uma notícia intitulada “Tropheus de guerra” afirmando que “dizem” que o presidente Venceslau Bráz e o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, opinam pela devolução ao Paraguai dos troféus de guerra, o jornal ainda acrescenta que a ideia seria mal recebida pelos veteranos brasileiros.<sup>403</sup> O jornal ainda acrescenta a fala do general Caetano de Farias, Ministro da Guerra, que, entrevistado sobre esse possível afirmação do presidente e do Ministro, disse que “a projetada devolução dos troféus que tomamos àquela nação é uma pieguice muito própria de nosso proverbial sentimentalismo.”<sup>404</sup> Destaca que a Inglaterra comemora todos os anos a Batalha de Trafalgar e que isso não traz problemas em suas relações com a França, e finaliza a entrevista dizendo que “não temos o direito de dispor de uma coisa de que somos apenas depositários da geração que conquistou esses troféus e só ela poderia dar voto decisivo pela conservação ou entrega de tais despojos valorosamente ganhos no Paraguai na famosa guerra da Tríplice Aliança”.<sup>405</sup> Não obstante esses duas matérias foram veiculadas no dia 1 de março, dia do término da guerra e morte de Solano López. Estava claro que os militares não aceitariam o projeto e que essa discussão ainda renderia não somente no meio político, mas na sociedade. Em requerimento enviado ao presidente da República, Marcolino de Magalhães, funcionário da polícia, recolheu dezenas de assinaturas solicitando que não seja mais celebrado o 24 de maio (Batalha de Tuiuti) e o 11 de junho (Batalha Naval do Riachuelo), visto que a “rememoração em meio de públicas solenidades, [...] ofende aos intuítos e destoa dos ditames de uma sã política racional

---

<sup>400</sup> Idem, p. 6-7 e 11.

<sup>401</sup> Idem, 17-18.

<sup>402</sup> **Correio Paulistano**, 31 de maio de 1915. Biblioteca Nacional.

<sup>403</sup> **A Província**, 29 de fevereiro de 1916. Biblioteca Nacional.

<sup>404</sup> Idem, ibidem.

<sup>405</sup> **Jornal do Recife**, 01 de março de 1916. Biblioteca Nacional..



orientada pelo sentimento de fraternidade existente no coração de todos os brasileiros”, e continua, “vimos a solicitar ao 1º Magistrado da República a supressão das festas com que costumamos celebrar os aniversários das batalhas [...] o que de nenhum modo significa o desconhecimento do alto valor dos serviços prestados pelos heróis de Tuiuti ou Riachuelo”.<sup>406</sup> Pela solicitação vemos claramente a noção de fraternidade entre os povos divulgada pelo positivismo. Ele ainda argumenta que devemos sim render homenagens aos que no passado souberam amar e servir à Pátria, desta forma deveria ser homenageado então o aniversário da “Capitulação da Campina do Taborda”, luta que “durante 24 anos, em prol da integridade do pátrio território, pelos guerreiros heroicos do indígena Felipe Camarão, do negro Henrique Dias e do branco André Vidal e Fernando Vieira, representantes denodados das três raças constitutivas do nosso povo”.<sup>407</sup> Vemos nesse trecho algo bem interessante: não sendo a primeira vez que a expulsão dos holandeses é mencionada (os jornais da época fazem isso a todo o momento), o autor do Requerimento menciona “as três raças constitutivas do nosso povo”, antecipando o pensamento das décadas seguintes sobre a miscigenação como algo interessante. O autor propõe então a designação de um dia para comemorar os serviços prestados no mar e em terra, a fim de estreitar os laços entre militares e civis.<sup>408</sup> Note-se que nessa fala ele não menciona os eventos, pelo contrário, milita a favor de um apagamento dos mesmos.

Em 1917 uma grande exposição agitou a Curitiba: eram os troféus de guerra da Primeira Grande Guerra, trazidos dos campos da França. Eles seriam expostos na redação do jornal *A República* e fizeram bastante sucesso. Eram capacetes franceses, armas, munições e peças de vestuário tomadas dos alemães.<sup>409</sup> Mas no que isso poderia impressionar ao pesquisador da memória da Tríplice Aliança? Em dezembro do mesmo ano, o presidente do *Centro Cívico Sete de Setembro* anunciara uma grande exposição de troféus da guerra da Tríplice Aliança, a fim de comemorar os eventos da chamada “Dezembrada”. Pois bem, a pedido do deputado Joaquim Osorio a Exposição não foi realizada e no seu lugar foram

---

<sup>406</sup>**Requerimento de Marcolino de Magalhães pedindo abolição dos festejos.** Bahia, 21 de janeiro de 1916. Manuscritos. Loc. I-46-18-5. Biblioteca Nacional. Existe outro documento anexado com assinaturas sob a localização I- 46, 18, 1.

<sup>407</sup> Idem, p. 2.

<sup>408</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>409</sup>**A República**, 6 de julho de 1917. Biblioteca Nacional. O jornal teve como seus fundadores e redatores, membros do *Club Republicano* e do próprio Partido Republicano. Surgiu em 16 de março de 1886 e durou até 5 de outubro de 1930. Cf. Oswaldo Pilloto. **100 anos de imprensa no Paraná.** Paraná: edição do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, 1976, p. 16-17.

colocados painéis dos grandes vultos nacionais.<sup>410</sup> Vemos então uma exaltação à França e seus feitos na Primeira Guerra, igualmente a vontade de tecer uma homenagem próxima a data tão cara aos positivistas que era o 14 de julho, tomada da Bastilha, e um apagamento dos feitos militares brasileiros na Tríplice Aliança. Dois pesos, duas medidas.

As agitações do início da década de 1920, bem como a influência da doutrina francesa da chamada *Missão Militar Francesa* nos quartéis, que veremos nos capítulos que seguem, juntamente com o desaparecimento dos positivistas históricos como Teixeira Mendes e Miguel Lemos, fez decrescer e, em alguns momentos, desaparecer as publicações relacionadas à devolução dos troféus e perdão das dívidas. São retomadas em 1928 com aprovação efetiva na Argentina do projeto que perdoava então a dívida e restituía os objetos “pertencentes ao povo e identidade paraguaios”. Lá foi criada a *Liga Patriótica* que se opunha a devolução, mas aceitava o perdão da dívida.<sup>411</sup> Nem com a Revolução de 1930 que colocou Vargas no poder os ânimos arrefeceram, mas de alguma forma, ocorria embates mais abertos entre quem apoiava a ideia da devolução e quem, afirmando estar movidos por sentimentos patrióticos e de respeito aos veteranos, ainda comemorava as batalhas e exibia orgulhosamente os símbolos da vitória. Em agosto de 1931 o *Jornal do Recife* traz uma denúncia sobre a bandeira do 17º de voluntários da pátria que estava sendo anunciada em um leilão por um colecionador particular.<sup>412</sup> Traçavam todo o caminho das bandeiras desde os campos do Paraguai até chegarem ao Brasil, sendo depositadas nas igrejas, pois “na época pensava-se que as relíquias deveriam ser guardadas pela religião, posteriormente o governo recolheu para os Museus”.<sup>413</sup> Cita ainda uma frase atribuída ao Barão do Rio Branco onde “os troféus pertencem à nação e são conservados com o maior cuidado e respeito em algum templo ou museu”.<sup>414</sup> Essa fala corrobora com o pensamento no momento de definição de uma estratégia política por parte de Vargas, que vai se consolidar durante o Estado Novo, onde o nacionalismo deveria prevalecer, nesse sentido, a política de criação de Museus nesse contexto amplia absurdamente, além da criação do SPHAN (Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Cabe ressaltar que o Museu Histórico Nacional se torna fiel

---

<sup>410</sup>**Estado do Pará.** 28 de dezembro de 1917. Não foi especificado quem eram os vultos nacionais que seriam expostos pelo Centro Cívico.

<sup>411</sup>**A Federação,** 23 de agosto de 1928. Biblioteca Nacional. Sobre a *Liga Patriótica* conferir Lisandro Gallucci. “Nación, república y Constitución La Liga Patriótica Argentina y su Congreso General de Territorios Nacionales”. **Anuario de Historia de América Latina.** Volume 54, 2017. P. 306-337. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/28-Texto%20del%20art%C3%ADculo-34-2-10-20171228.pdf> . Acessado em 09/01/2020.

<sup>412</sup>**Jornal do Recife.** 02 de agosto de 1931. Biblioteca Nacional.

<sup>413</sup> Idem, ibidem.

<sup>414</sup> Idem, ibidem.

depositário da história do Brasil, bem como da história militar, e as relíquias e troféus possuem lugar de honra em suas exposições.<sup>415</sup>

A Segunda Guerra Mundial e a participação do Brasil no conflito, bem como a necessidade de incentivar o alistamento, fez com que o governo se voltasse ainda mais para a guerra da Tríplice Aliança. Além de biografias e episódios semanalmente escritos em jornais de grande circulação, por intelectuais alinhados com o regime, o governo precisava de mais. Em 1942 a Argentina aprova a extinção da dívida pública com o Paraguai, logo em seguida foi a vez do Brasil, mas os troféus não foram devolvidos, pelo contrário, foram cada vez mais expostos como uma efetiva propaganda do governo. Um exemplo é o lançamento em 1932 do filme *A alma do Brasil*, baseado na obra de Taunay, sobre a Retirada da Laguna. Foi exibido nas principais salas de cinema do país na época, mas no Rio de Janeiro, capital federal, recebeu um incentivo a mais: em 6 de agosto de 1932 estreou no Cinema Eldorado, na Cinelândia, com exibição no hall de entrada do prédio de armas, relíquias e troféus de guerra (Imagem 29).<sup>416</sup>

Figura 29 – Exposição de armas e cartazes durante a exibição do filme *A alma do Brasil*



<sup>415</sup> Sobre o tema conferir entre outros: Leticia Julião. “O Sphan e a cultura museológica no Brasil”. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 141-161, Daryle Williams. “Ad perpetuum rei memoriam: The Vargas Regime and Brazil’s National Historical Patrimony, 1930-1945” In: **Luso-Brazilian Review**, volume 31, number 2, winter 1994

<sup>416</sup> Além do nome ser sugestivo para a fabricação de um sentimento nacional e para formalizar a presença do Estado no Mato Grosso (como veremos no Capítulo IV), o filme foi exibido no centro, na região da Cinelândia que foi ressignificada a partir da instalação dos cinemas, a partir do projeto de Francisco Serrador na década de 1920. A cidade ganhou ares cosmopolitas, atraiu os investidores internacionais e recebeu enorme contingente de imigrantes estabelecendo as bases sociais e mercadológicas para a recepção do modelo industrial do cinema americano, que Serrador trouxe ao Brasil. cf. Jonas da Silva Abreu. **O papel do cinema na construção da identidade da Cinelândia**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009. O filme *A alma do Brasil*, pode ser visto no Arquivo Nacional, mas também está disponível no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=Njj1UfLpXyM>.



Fonte: CPDOC – Fundação Getúlio Vargas

Podemos perceber que com a guerra existe uma mudança na imprensa sobre a devolução. No *Correio da Manhã* de 4 de julho de 1942 o jornalista e político Pedro da Costa Rego escreve um grande texto intitulado “Os troféus do Paraguai” onde deixa claro que a aproximação do Brasil com o Paraguai não deveria resultar na entrega dos objetos, visto que eles são importantes para a constituição da nacionalidade.<sup>417</sup> O Brasil ainda não havia declarado guerra à Alemanha. Em fevereiro de 1944 o tenente coronel e chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Affonso de Carvalho publica na revista *A Ilustração Brasileira*, um artigo de página inteira criticando os positivistas por terem “sabotado o heroísmo militar da Guerra do Paraguai”, afirmando ainda que “os primeiros anos da República assistem a este aberrante crime de lesa-patriotismo: o menosprezo dos nossos heróis, a deturpação, em nosso desfavor das causas da guerra do Paraguai, e, o pior de tudo, o aviltamento da glória militar” e segue afirmando que os generais veteranos, segundo afirmara Tasso Fragoso, sentiam-se constrangidos em usar suas condecorações obtidas na guerra.<sup>418</sup> Fala ainda da Revolta da Armada e a necessidade de chamar veteranos da guerra, citando o então presidente Floriano Peixoto e Gomes Carneiro, para a defesa dos “ideais da Pátria”.<sup>419</sup> Affonso de Carvalho foi também poeta, crítico literário e jornalista, tendo colaborado em *O Jornal*, na *Revista da Semana*, que fundou e dirigiu, em *O Radical* e na *Nação Armada*, todos do Rio de Janeiro. Publicou ainda *O Brasil não é dos brasileiros; Bilac, o homem, o poeta, o patriota; Caxias e Bilac e Teu filho não voltará mais*, obras pelo selo da Biblioteca do Exército. Portanto esse

<sup>417</sup>*Correio da Manhã*, 4 de julho de 1942. Biblioteca Nacional.

<sup>418</sup>*A Ilustração Brasileira*, fevereiro de 1944. Biblioteca Nacional.

<sup>419</sup> Idem, ibidem.

texto não foi obra de mero acaso, ele tinha objetivo, lembrando que nesse contexto o Brasil seguia para a guerra na Europa.

Finda a Segunda Guerra e deposto Vargas, tendo o Brasil como presidente o General Eurico Gaspar Dutra, os jornais voltam a estampar matérias relativas ao Museu Histórico Nacional. A *Revista da Semana* de maio de 1946 teve como matéria central as salas do Museu. Um detalhe interessante foi ao mencionar a “Sala Duque de Caxias” e “as relíquias de nossa história militar e nossos troféus de guerra” ali depositados, contando a história do tenente Fidêncio Lemos do Prado que em 1922 fora a redação do *Jornal do Commercio* entregar uma bandeira que gostaria de passar às mãos do Conde d’Eu durante as comemorações do centenário da Independência, mas o Conde acabou falecendo antes de chegar ao Brasil.<sup>420</sup> A história de Fidêncio é a seguinte:

Veio ao Rio de propósito para assistir as festas de sete de setembro. Imaginando encontrar o Conde d’Eu trouxe para oferecer ao Marechal da Vitória uma preciosa relíquia histórica que desde 1869 guardava sob o seu poder. Esta relíquia está encerrada numa caixa de madeira com esta inscrição em letras douradas: “A memória de D. Pedro II – valor e constância”. Trata-se de uma bandeira do Império. Quando o exército imperial entrou na cidade de Assunção, capital da República do Paraguai, em 05 de janeiro de 1869, não encontramos ninguém. A cidade estava deserta. Depois que aquartelamos, convidei o mestre de música Clarimundo José da Silva e o corneteiro –mor Antonio Roberto e dirigimo-nos ao palácio do ditador Solano López. [...] Encontramos um grande arquivo velho contendo muitos papéis de música. O mestre de música e o corneteiro estiveram a escolher esses papéis enquanto eu seguia em direção ao último andar. Ali encontrei uma bandeira brasileira estendida no assoalho, na frente da cadeira do referido ditador, servindo de tapete. Levantei-a e levei-a comigo. Às 5 horas apresentaram-se três paraguaios [...] que faziam parte do piquete do ditador. [...] à esses três paraguaios inquiri como foi que López obtivera aquela bandeira, e os três afirmaram que, quando os paraguaios haviam aprisionado o vapor Marquês de Olinda, [...] foram tiradas duas bandeiras, do aludido vapor. Uma delas ficara no quartel-general de Humaitá para tapete, e a outra viera para o palácio de López na capital e destinada a mesma serventia. Esta última, por mim achada, guardei-a na mochila e ninguém mais soube do fato. [...] Conservei-a com carinho em minha casa, como recordação do tempo que, com meu sangue defendi a idolatrada Pátria. O meu desejo era que esse sagrado pavilhão me servisse de mortalha quando morresse: mas vindo agora ao Rio, assistir ao Centenário, trouxe a bandeira com pensamento de oferecê-la ao Conde d’Eu. O Conde morreu antes de chegar ao Rio, e eu, devendo regressar a Imbituva onde resido, compreendo que o símbolo da Pátria merece figurar em algum lugar onde

---

<sup>420</sup>*Revista da Semana*, 25 de maio de 1945. Biblioteca Nacional.

todos possam vê-lo e venerá-lo. Aparto-me dela com infinita saudade e peço ao Jornal do Comércio que lhe dê o destino que achar melhor.”<sup>421</sup>

Em 1945, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Negrão de Lima, vai ao Paraguai entregar de forma solene a Declaração de Independência paraguaia que estava em poder do Brasil desde o término da guerra. Era a integrante da famosa *Coleção Rio Branco* onde constavam documentos trazidos do Arquivo de Assunção quando da tomada daquela cidade. Em maio de 1946 essa história era recontada, pois a tal bandeira de Fidêncio estava exposta na sala, e o responsável por ela, afirmou que todos os anos no dia 5 de janeiro, Fidêncio ia ao Museu e passava horas contemplando-a. A revista ainda fala da “Sala Almirante Barroso” onde estariam os troféus da marinha como as correntes que fechavam o rio Paraguai em Humaitá (que por sinal ainda são a peça de maior destaque no Museu), ao lado da roda do monitor “Alagoas”, que forçou a passagem. Ao final menciona ainda o canhão “el Cristiano” também com orgulho.<sup>422</sup> No contexto pós Segunda Guerra, exaltar os feitos de outra vitória militar, não seria algo estranho. Dois anos depois o Procurador da República Mário Accioly, manifestou parecer favorável à restituição dos troféus ao Paraguai, se baseando no “reconhecimento do sentimento pan-americano, quando os Estados Unidos restituiu ao México as relíquias das batalhas de Chapultepec de 1947”.<sup>423</sup> O Paraguai passou então a reclamar de modo formal a restituição dos objetos, principalmente a espada de Solano López que estava exposta no Museu histórico Nacional.

Durante o segundo governo Vargas, o Paraguai retomou as conversações para ao menos restituir a documentação relacionada com a sua independência, que parecia ter um caminho que fora interrompido com seu suicídio. Somente na década de 1970 que a história dos troféus tem uma ligeira definição. Com a intenção do governo em assinar o acordo para a Usina de Itaipu, e com a Argentina entregando todos os materiais (de documentos a objetos em evento solene em Assunção), novamente o Brasil se vê pressionado, principalmente pela imprensa que vê nessa atitude um ato de usurpação da história do Paraguai. O centenário de Cerro Corá (1970) e do nascimento de Solano Lopez (1977) reativaram as negociações que culminaram com a devolução não somente dos documentos da “*Coleção Rio Branco*”, mas também de objetos relacionados a Solano López e sua família como joias, condecorações, objetos de uso cotidiano, um quepe atribuído ao Mariscal, sua cadeira usada em Cerro Corá, além da espada que afirmavam estar com a ponta quebrada devido ao golpe desferido contra o

<sup>421</sup> Cf. **Jornal do Comércio**, 19 de setembro de 1922. Biblioteca Nacional. Ver também: **Anais do Museu Histórico Nacional**- Volume III - 1942 - Pags 467-472.

<sup>422</sup> **Revista da Semana**, 25 de maio de 1945. Biblioteca Nacional

<sup>423</sup> Cf. Lilitiana M. Brezzo. **La devolución de los troféus de guerra**. Assuncion: ed. El Lector, 2013, p. 79.

General Câmara.<sup>424</sup> Mas o canhão *el Cristiano* não foi devolvido, sendo ainda motivo de disputa entre os dois países, como um símbolo de uma época para o Paraguai, e como testemunha de uma vitória para o Brasil.

Uma pesquisa no acervo documental do Museu Histórico Nacional nos faz perceber que boa parte dos troféus e relíquias são provenientes do extinto Museu da Ilha do Bom Jesus. Como descrevemos acima, os materiais foram retirados de lá e enviados para o Arsenal de Guerra, e a parte de armaria encaminhada para a Escola Militar a fim de figurar como material de estudo. Nos relatórios de aquisição de objetos feito em 1922, além da descrição do material, era anotada a “procedência histórica”, que lhe fornecia o valor, e o local onde esteve anteriormente depositado. Os relatórios depositados no acervo documental do Museu são, em sua maioria, do ano de 1911, do Departamento de Guerra e estão com o título de “Material bélico existente no Museu de Artilharia durante o ano de 1911”, mas contêm, além da armaria, bandeiras, fotografias, relógios, etc.<sup>425</sup> Os relatórios de transferência de materiais de acordo com os livros de entrada constantes no acervo do Museu, permanece até 1918. Vale lembrar que o espaço não era ainda o “Museu Histórico Nacional”, mas o “Arsenal de Guerra”. Não seria possível nesta pesquisa fazer o exame de todos os materiais existentes nesse período devido ao volume, mas seria um interessante objeto de pesquisa para identificar quais deles estariam em consonância com os objetivos iniciais de criação de um Museu Histórico, voltando principalmente para os feitos militares. Pela pesquisa que pude realizar, tendo acesso à *Reserva Técnica* do Museu Histórico Nacional, ou seja, aos materiais que não são expostos, pude perceber que muito ainda ficou de troféus e relíquias da Tríplice Aliança, e para tanto, podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 2 - Material referente à Guerra da Tríplice Aliança encontrado na Reserva Técnica do Museu Histórico Nacional

TIPO	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO
Bandeira	S 107	Bandeira dos voluntários da pátria de Cantagalo

<sup>424</sup>ABC, Assunção, 5 de maio de 1975. **Reportagem sobre a devolução de 50 mil documentos trazidos pelo Conde d’Eu após da Guerra do Paraguai e restituídos aquele país pela Biblioteca Nacional.** Manuscritos. Coleção Edmar Morel. Loc. 25,2,7, nº 49. Biblioteca Nacional. Interessante ressaltar que a matéria do jornal paraguaio exalta a figura de Caxias, como contraponto à imagem do Conde d’Eu que até os dias de hoje e demonizada naquele país. Os documento que se refere faziam parte do Catálogo Visconde do Rio Branco e foram editados pelo Ministério das relações Exteriores e impressos no *Jornal do Commercio* em 1950, com dois Tomos, trazendo prólogo de José Honório Rodrigues, afirmando ser àquela Coleção “de extraordinária importância por sua quantidade, riqueza e valor”.

<sup>425</sup>**Livro de controle de material (1911).** Setor de documentação do acervo. Museu Histórico Nacional.

Bandeira	S 107	Bandeira voluntários da pátria (sem descrição do batalhão/região)
Bandeira	S 107	Bandeira Forte Estabelecimento
Bandeira	S 107	Bandeira do 1º Batalhão de fuzileiros Guerra do Paraguai
Bandeira	S 107	Bandeira sinal nº 10 do Combate Naval do Riachuelo, Fragata Amazonas (Coleção Piquet)
Bandeira	S 107	Bandeira sinal nº 10 do Combate Naval do Riachuelo, Fragata Amazonas (Coleção Piquet)
Bandeira	S 107	Bandeira do 3º Regimento de artilharia à cavalo
Bandeira	S 107	Bandeira do 5º Batalhão da Guarda Nacional de Itu
Bandeira	S 107	Bandeira voluntários da pátria de Cantagalo
Bandeira	S 107	Bandeira do 17º corpo provisório da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul
Bandeira	S 107	Bandeiras do 6º batalhão de infantaria (acompanha 2 cartas)
Bandeira	S 107	Bandeira do 10º batalhão de infantaria do Exército
Objeto funerário	RT1-H2-P3	Alça (fragmento) do caixão do General Antônio Sampaio
Indumentária	RT1-SH4-P1	Capacete militar da escolta de Solano López
Indumentária	RT1-SM3-P3	Cinturão de soldado paraguaio
Indumentária	RT1-JL-GB	Abotoadura de Mariz e



		Barros
Indumentária	s/l	Botão João Severiano da Fonseca
Indumentária	RT1-Q6-GB	Botão Marques do Herval (General Osorio)
Indumentária	RT1-SS2-P2	Botina Almirante Tamandaré
Indumentária	RT1-SF4-P2	Insígnia pertencente ao Marechal Âncora
Indumentária	s/l	Carteira de dinheiro de Francisco José de Lima Barros (Combate Naval do Riachuelo)
Indumentária	RT1-SF3-P2	Charlateira de alferes do 27º de voluntários da pátria
Indumentária	Expo sala 8 – vitrine 2	Charlateira do alferes de voluntários da pátria Antônio Joaquim de Pinho
Indumentária	RT1-D4-G12	Distintivo de oficial paraguaio batalha Naval do Riachuelo
Indumentária	RT1-SH4-P4	Quepe voluntários da pátria
Indumentária	s/l	Leque de Baronesa paraguaia
Indumentária	RT1-SH4-P4	Quepe de Joaquim José Raposo 9º de voluntários da pátria
Armaria	RT1-TF8	Sabre do tenente Robles comandante do vapor 68 paraguaio (antes Marquês de Olinda)
Armaria	RT1-Z41	Tubo de gás venenoso, caldeira de motor a vapor para lançar enxofre queimado no interior de encouraçado brasileiro
Armaria	Diversos	Fragmentos de bainha (3)
Armaria	Diversos	Ponteira de lança (38)

Armario	Diversos	Bocal (22)
Armario	RT1-P3-GE	Boldrié do porta-bandeira dos voluntários da pátria
Armario	RT1-TF36	Sabre cavalaria paraguaia
Armario	RT1-TF37	Sabre Aca-Vera cavalaria paraguaia
Armario	RT1-TF12	Sabre de voluntário da pátria do General Pinheiro Guimarães
Armario	RT1-TF13	Sabre de oficial general paraguaio
Armario	s/l	Sabre da cavalaria paraguaia
Armario	RT1-Tf35	Sabre de abordagem do capitão paraguaio Céspedes capturado na tentativa de abordagem em 2/3/1868.
Armario	RT1-TF	Sabre de abordagem de marujo paraguaio
Armario	RT1-Q10-GE	Pistola inglesa Tower (Londres) utilizada pela cavalaria paraguaia
Diversos	RT1-JL-GP	Coroa de louros do Barão de São Borja
Diversos	RT1- Salão	Pertenceu a Igreja de Humaitá (objeto de culto)
Diversos	RT1-SOB (escada)	Fogão ou cofre de Solano López
Diversos	Exposição	Corrente que fechava o Rio Paraguai, foi dividida entre os três vencedores e possivelmente deve ter sido usada anteriormente no Porto do Rio de Janeiro
Diversos	RT1-Y4-P2	Matriz do Jornal <i>Cabichuí</i>
Diversos	S9	Mesa de centro do Palácio Solano López

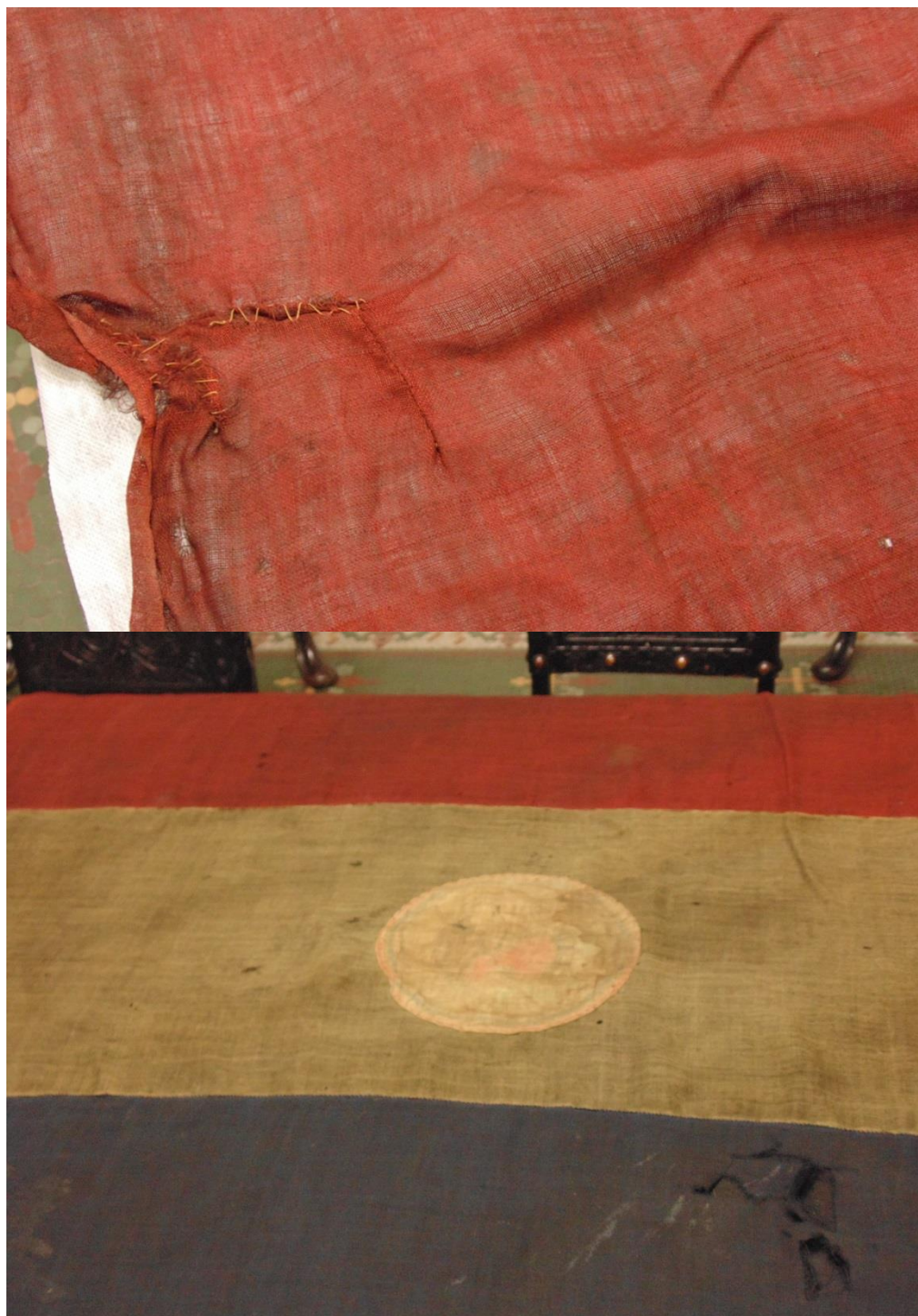
Diversos	RT1-C2-P5	Prato fundo comemorativo da Batalha de Lomas Valentinas
Diversos	RT1-P12-GC	Pano que pertenceu a Carlos Antônio López ofertado no dia do seu aniversário (1856)
Diversos	RT1-B5-P2	Prato fundo comemorativo da morte de Solano López
Molde de escultura	4080	José Maria da Silva Paranhos (Rodolfo Bernadelli em gesso)
Molde de escultura	5812	Conde de Porto Alegre (Antônio Calmels em mármore – 1875)
Molde de escultura	5813	Barão do Triunfo
Molde de escultura	5818	Almirante Barroso (Benevenuto Berna – inaugurado no Club Naval 1900)
Molde de escultura	13101	Conde d’Eu (Rodolfo Bernadelli – 1888)
Molde de escultura	13103	Visconde de Inhaúma (Simões – 1874)
Molde de escultura	13106	Visconde de Itaparica (Victor Bastos – 1875)
Molde de escultura	15196	Conde d’Eu (Antônio Calmels em mármore faltando partes das comendas – 1875)
Molde de escultura	15201	Visconde de Pelotas (Simões – 1874)
Molde de escultura	16731	Barão de Angra (Antônio Calmels)
Molde de escultura	13104	Visconde de Santa Tereza (Victor Bastos – 1875)
Molde de escultura	13125	Caxias (Rodolfo Bernadelli – estudo para modelo de chapéu)

Molde de escultura	4083	Osorio (Rodolfo Bernadelli – estudo para a estátua)
Molde de escultura	4096	Modelo do monumento do Almirante Tamandaré

Existe ainda uma subclassificação com o nome “Troféus de Guerra”, onde constam 81 objetos (a maioria fragmentos de bainha), mas que foram diluídos ao longo do acervo total pertencente à guerra. O material descrito acima não pôde ser fotografado por estar em local reservado do Museu, mas pelo que foi visto nos jornais das décadas de 1940 e 1970 pesquisados, geralmente eles entravam em exposição, possivelmente na sala “Duque de Caxias” ou “Almirante Barroso”. As bandeiras paraguaias apreendidas não foram para o Arsenal / Museu Histórico Nacional, quando da desativação do Museu na Ilha do Bom Jesus, elas foram encaminhadas para a Igreja da Santa Cruz do Militares, integrando seu acervo. São cerca de quatro bandeiras nacionais, algumas bandeiras de navios ou de “guia de tropas” e outros fragmentos que não resistiram ao tempo, à manipulação e a conservação deficitária. Algumas possuem remendos que não são “originais” (Imagem 30). Não existe qualquer informação sobre a procedência das mesmas, ou do processo de captura, seja do local que faziam parte ou até mesmo quem as trouxe, sendo impossível determinar isto. Mas as bandeiras são testemunhos interessantes da memória e da disputa pelos troféus, visto que fora solicitada sua devolução por diversas vezes, fato que não ocorreu. O grande escritor francês Gustave Flaubert em carta para George Sand, datada de 1869, quando comentava sobre as guerras, afirmava que as bandeiras “estão tão machadas de barro e sangue que deveriam desaparecer de vez”.<sup>426</sup> Mas elas não desapareceram e, como vimos acima, representavam muito mais do que um pedaço de tecido, elas representavam o orgulho, o patriotismo e a vitória. As bandeiras paraguaias figuraram em diversas solenidades, seja no retorno das tropas, de veteranos ou no Asilo de Inválidos. A história contada é que elas possuem manchas de sangue e marcas dos tiros e fagulhas de pólvora (Imagem 31). Se é verdade, não temos como comprovar sem um exame específico, mas esse simbolismo permaneceu e elas são guardadas como verdadeiros tesouros.

<sup>426</sup> Cf. Gustave Flaubert. **Correspondance**. v.3 Troisième Série (1854-1869). Paris: Bibliothèque – Charpentier, 1892, p. 380. Tradução Livre.

Figura 30 – Bandeiras paraguaias depositadas na Igreja da Santa Cruz dos Militares (Centro – Rio de Janeiro)



Fonte: Igreja da Santa Cruz dos Militares. Acervo Pessoal (2018)

Figura 31 – Bandeiras paraguaias depositadas na Igreja da Santa Cruz dos Militares (Centro – Rio de Janeiro)



Fonte: Igreja da Santa Cruz dos Militares. Acervo Pessoal (2018)

#### 2.1.4 “O sentinela que morreu por amor à Pátria”:<sup>427</sup> a escola Tenente Antônio João

---

<sup>427</sup>A Batalha, 16 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro, sexta-feira, 16 de junho de 1939. Todos os jornais da capital federal anunciam o grande evento da semana: a inauguração da placa em uma escola pública. Mas o que teria essa placa de tão especial para que ela fosse notícia de destaque? No contexto do Estado Novo, a inauguração de escolas era um grande evento noticiado por toda a mídia, mas o que fazia aquela especial era o nome escolhido: Tenente Antônio João. Como veremos no capítulo 4, a memória relativa à Retirada da Laguna e a reabilitação dos integrantes desse evento vai ocorrer no contexto de reformulação do exército com Missão Militar Francesa e das revoltas dos tenentes. A escola já existia em terreno próximo à Ilha do Bom Jesus a fim de atender os filhos dos asilados. Por ocasião da visita de Ruy Carneiro da Cunha, Secretário Geral de Educação e Cultura, resolveu colocar na fachada do estabelecimento de ensino uma placa em bronze alusiva ao patrono. Em 13 de abril de 1939, por Decreto do Diretor do Departamento de Educação do Governo, ela recebe a denominação de *Escola Tenente Antônio João*, para “homenagear o herói da resistência da Colônia Militar de Dourados”. Nada mais propício do que aliar o projeto educacional varguista com a rememoração do evento da Guerra, no local até então abandonado que era o asilo. Algumas melhorias foram realizadas, até que em junho daquele ano a placa é inaugurada.

“Um nome de herói para uma casa de heróis”.<sup>428</sup> Os jornais descrevem a inauguração com detalhes. Para, além disso, por determinação do Secretário, foram distribuídos folhetos produzidos pela Divisão de Aparelhamento Escolar sobre o Tenente Antônio João para todas as escolas públicas da capital com a ordem de serem lidos no dia 14 de abril, dia anterior da inauguração da placa, e com a promoção de atividades que relembrem seu feito. A placa em bronze foi modelada pelo professor Calixto Cordeiro e fundida por alunos da Escola Técnica Secundária Visconde de Mauá (Imagem 32).<sup>429</sup> “O Asilo de Inválidos da Pátria, casa histórica e respeitável, é a mansão onde se abrigam valorosas relíquias humanas que escapa da possibilidade da linguagem humana”<sup>430</sup>; assim começa uma das matérias sobre a inauguração da mencionada placa. Interessante perceber a exaltação da memória dos veteranos inválidos nesse processo como se o nome escolhido fosse de forma a homenageá-los. O evento de inauguração ocorreu as 10 horas da manhã do dia 15 de junho de 1939 e contou com a presença do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, do prefeito Henrique Dodsworth, do Comandante da Região Militar, do Diretor de Ensino do Exército, além do Secretário Geral de Educação, o que nos mostra a importância do evento para o governo. Um detalhe chamou a

---

<sup>428</sup>*O Radical*, 15 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.

<sup>429</sup>*Diário Carioca*, 14 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.

<sup>430</sup>*O Radical*, 15 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.

atenção no discurso pronunciado pelo general Pedro Cavalcanti. Após ele exaltar a importância de se falar dos vultos pátria ele afirmou que “Antônio João é o Brasil distante, é o Brasil que não se vê daqui, são nossas terras da fronteira longínqua”. Seguiu-se o programa da solenidade com a execução do Hino Nacional e da “Canção Patriótica”; logo em seguida alunos leram trabalhos e poemas sobre o tema e cantaram “Heróis do Brasil”, “Marcha” e “Desfile”, de Villa Lobos. Finalizando a cerimônia, tomou a palavra o general Cordolino de Azevedo, representando os alunos da Escola Militar que, como veremos adiante, fizeram campanha para a construção de um monumento que lembrasse os eventos de Laguna e Dourados e ofereceu à escola um livro sobre Antônio João além de uma medalha idêntica à dada aos veteranos da Guerra da Tríplice Aliança.<sup>431</sup> Em 29 de julho de 1940, 73º aniversário de criação do Asilo, a festa realizada na Ilha do Bom Jesus contou com a presença de autoridades, mas com participação ativa das crianças da Escola Antônio João que receberam a doação do tecido necessário para a confecção dos uniformes (fardamentos). A partir daquele ano, ao menos até 1945, todas as solenidades que ocorreram na Ilha levaram em consideração a participação de alunos da escola. Atualmente a Escola Tenente Antônio João pertence a Rede Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro, mas perdeu as referências iniciais de sua inauguração, sendo mais um espaço de memória relacionado à guerra que perdeu completamente seu sentido original.

---

<sup>431</sup>A Batalha, 16 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.



Figura 32 – Placa de inauguração da Escola Tenente Antônio João



Fonte: Diário Carioca, 14 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.

## 2.2 Os espaços públicos: a toponímia da guerra

Nascida e criada no município de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro, sempre morei na Rua Rui Barbosa, que logo cedo já sabia quem era devido às aulas de Educação Moral e Cívica que nos fazia decorar os chamados “vultos pátrios”. Ao retornar da escola sempre passava por uma rua que considerava o nome engraçado, mas que, na minha curiosidade de menina, nunca obtinha resposta de quem era aquela pessoa cujo nome achava diferente. E qual era o nome escolhido para a rua paralela à que eu morava: **Rua General Camisão**. Mesmo quando deveria fazer trabalhos escolares relacionados à história do município, outras denominações de logradouro eram de fácil identificação por se referirem a

ex-prefeitos, figuras de destaque na sociedade gonçalense e até mesmo personalidades estrangeiras, mas o General Camisão ninguém sabia explicar a origem. Depois de alguns anos, já sabendo quem era o general que nomeava a rua, me mudei para a cidade do Rio de Janeiro, para um bairro da Zona Norte chamado **Riachuelo**, e para chegar nele, a melhor escolha é passar pela **Av. Vinte e Quatro de Maio**. Para uma historiadora da memória da guerra da Tríplice Aliança foi um deleite, mas, uma breve pesquisa, bem informal mesmo com os vizinhos me fez pensar se realmente as nomenclaturas dos logradouros públicos conseguiram efetivar a memória da guerra, pois nenhum deles sabia me explicar o porquê daqueles nomes. A denominação dos espaços públicos é um traço cultural, por isso construtor de identidades, mas também pode se constituir como estratégia de poder, representado pela instituição de leis por parte do poder público, que determina a maneira como acontecerá a nomeação. No Rio de Janeiro, em especial (mas acredito que isso se repita em outras localidades) a nomenclatura dita “oficial” dos logradouros públicos, ou seja, determinada pelo órgão público, vai ocorrer na segunda metade do século XIX, mas precisamente no período pós-guerra, onde o governo, a fim de comemorar a vitória, faz uma verdadeira reforma nas nomeações. Antes disso os logradouros eram conhecidos de acordo com o dono do terreno, característica da região (incluo nessa os nomes de origem tupi) ou ainda, pelo nome de alguma pessoa conhecida que ali morava. Temos como exemplo disso alguns nomes de rua como “*do Senador Alencar*” que era o local onde ele residia, a “*Rua de Mataporcos*”, que era o caminho que levava até o matadouro da cidade, mas a partir de 1865, ou seja, do início efetivo da guerra, esse sistema será alterado, o que não quer dizer que tenha se efetivado na memória ou costuma da população, mas representou outra tentativa do Estado em institucionalizar a memória que lhe interessava a partir das escolhas que eram feitas.

### Segundo Pinto

Onomástica é o nome de um ramo da Linguística, encarregado do estudo dos nomes próprios. Sub-ramo da onomástica, a toponímia encarrega-se de entender os nomes dos lugares. Segundo Dick (1987), uma das grandes estudiosas brasileiras sobre a toponímia, a disciplina nasceu no final do século XIX, na França, quando Auguste Longnon deu início a seus estudos no Collège de France, e com a publicação póstuma de sua obra clássica *Le noms de lieu de la France*. No Brasil, a toponímia durante muito tempo se manteve não apenas como objeto de curiosidade, mas também como uma forma de preservação desses nomes, destacando a contribuição indígena aos nomes de lugares, sobretudo em obras como *O Tupi na geografia nacional*, de Theodoro Sampaio, e *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, de Carlos Drummond de Andrade, contudo, atualmente se caracteriza como um campo consolidado da Linguística.<sup>432</sup>

<sup>432</sup>Danilo César Souza Pinto, “Etnografia de Espaços Estatais: Os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo”. **Ponto Urbe** [Online], 16 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2702> ; DOI :

A identificação com o local passa pelo modelo de construção e com a relação entre lugar - toponímia – habitante, onde a relação do indivíduo com o espaço se torna mister para a efetivação da nomenclatura. Os logradouros às vezes podem representar muito mais do que um local de passagem, podem possuir uma série de significados. Nesse sentido, as nomenclaturas devem ter uma significação para o grupo que as utiliza, surgindo então uma ideia de complementariedade entre o indivíduo e o espaço, sendo um traço cultural e igualmente uma estratégia de poder.<sup>433</sup>

Seria maravilhoso pensar em uma pesquisa que pudesse abarcar todo o território, mas, de acordo com nossas limitações, isso não foi possível. A proposta então é pensar a cidade do Rio de Janeiro enquanto Corte e Capital Federal, distante geograficamente dos fatos. Pensar em toponímias da guerra no Mato Grosso do Sul e no Rio de Grande do Sul, é algo normal, visto que o conflito fora no quintal de casa, até mesmo Cuiabá e algumas regiões do Nordeste cuja quantidade de soldados enviados (estou incluindo Guardas Nacionais, tropa e voluntários) foi grande e criou uma identidade local. Nesse sentido, usar o Rio de Janeiro como um modelo não serviria, mas para pensar a questão da tentativa de memória oficial ela é perfeita devido a ser o centro político e cultural do país, seja no Império ou na República. Sobre a nomenclatura dos logradouros públicos, relacionadas com a memória da Tríplice Aliança, a partir dos dados levantados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em comparação com a bibliografia consultada, cinco fases estão bem definidas:

- **1ª fase:** do início do conflito até cerca de 1880;
- **2ª fase:** período da implantação da República (entre 1889 e 1892);
- **3ª fase:** durante o governo Floriano Peixoto (1893);
- **4ª fase:** contexto da Primeira Guerra Mundial e a diminuição da participação dos positivistas (1917-1922)
- **5ª fase:** governo Vargas e a reformulação da identidade nacional.

1º fase: a fase patriótica (1865-1877)

A denominação de “fase patriótica” foi escolhida devido ao caráter das escolhas e o contexto em que elas eram realizadas. Geralmente motivadas por alguma vitória em batalha ou evento relativo, bem como a morte de alguém importante. Com o retorno das tropas, a partir de 1870, ocorreu um relativo aumento dessas nomações, visto, não somente o viés

---

10.4000/pontourbe.2702. Acessado em 11/01/2020. ; DICK, Maria V. P. A. Toponímia e cultura. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 29, p. 83-92, 1987.

<sup>433</sup> Luiz Eduardo Neves dos Santos. “Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão”. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 171-195, 2016, p. 173-175.

comemorativo, mas também uma reordenação urbanística na cidade com a abertura de novas ruas e espaços coletivos.<sup>434</sup> Os nomes eram sugeridos e aprovados pela Câmara Municipal, mas, em alguns casos, o “novo nome” demorava a ser assimilado. Obviamente o ano de 1870 foi o campeão de solicitações, ainda sob o efeito do fim da guerra, mas desde seu início vamos perceber esse movimento.

Quadro 3 – Alterações e nomeações novas de logradouros da cidade do Rio de Janeiro (1865-1880)<sup>435</sup>

<u>Denominação antiga</u>	<u>Data</u>	<u>Denominação nova</u>	<u>Rua existente</u>	<u>Localização</u>	<u>Observações<sup>436</sup></u>
Rua do Berquó	1870	Rua General Polidoro	Sim	Botafogo	
Rua do Casemiro	-	Rua Aquidabã	Sim	Méier	Rio que margeava Cerro Corá onde ocorreu a última batalha da guerra e a morte de Solano López
Rua do Conde	1871	Rua Visconde do Rio Branco	Sim	Centro	Homenagem a José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, após sua atuação no Paraguai
Rua Nova do Conde		Rua do Conde d’Eu	Sim	São Cristóvão	
Rua do Sabão	18/03/1870	Rua General Câmara	Sim	Centro	José Antônio Correia da Câmara (Visconde de Pelotas). Oficial do exército chegou ao Posto de

<sup>434</sup> Neste trabalho não irei abordar a evolução urbana da cidade, mas para consulta, conferir entre outros: Maurício de A. Abreu. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988; *Adolfo Morales de Los Rios Filho. O Rio de Janeiro imperial*. Topbooks, Rio de Janeiro, 2000; Armelle Enders. **A história do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

<sup>435</sup> **Livro de termo de abertura e aceitação de ruas (1833-1883)**. Fundo: Câmara Municipal. Coleção: Conselho de Intendência. Série: Logradouros Públicos, notação 32.2.37 e 32.1.13. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>436</sup> Detalhes retirados de duas obras fundamentais para estudo das toponímias dos logradouros públicos: Paulo Berger. **Dicionário Histórico das ruas do Rio de Janeiro (I e II Regiões Administrativas – Centro)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974; Brasil Gerson. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

					Marechal depois da vitória em Aquidabã.
Rua São João Batista		Rua Assunção	Sim	Botafogo	Em homenagem ao coronel Assunção, mas o nome foi esquecido voltando a denominação inicial
Rocio da Cidade Nova	04/07/1865	Praça XI de Junho	Sim	Centro	Memória ao Combate Naval do Riachuelo realizado em 11/06/1865. Atualmente relacionada ao samba.
Largo do Machado	1869	Praça Duque de Caxias	Sim	Catete	Homenagem do Duque de Caxias
Rua de São Joaquim	1870	Rua Voluntários da Pátria	Sim	Botafogo	Homenagem aos voluntários da pátria logo em seu retorno
Rua Nova do Imperador	16/11/1874	Rua Mariz e Barros	Sim	São Cristóvão (atualmente a região faz parte do bairro da Tijuca)	Antônio Carlos Mariz e Barros, ferido em Passo da Pátria com estilhaços de bomba no joelho, teve sua perna amputada e conta a história que ele recusou o uso de clorofórmio solicitando apenas um charuto.
Rua Formosa	15/03/1875	Rua General Caldwell	Sim	Centro	Foi um dos emissários enviados à Estigarríbia na rendição de

					Uruguaiana
Rua de São Diogo	28/01/1870	Rua General Pedra	Sim	Centro	Herculano Sancho da Silva Pedra, chegou ao posto brigadeiro, substituindo Mena Barreto na tomada de Peribebui, participando também das batalhas do Avaí, Campo Grande, Surubi entre outras.
Rua da Direita	13/05/1870	Rua Primeiro de Março	Sim	Centro	Foi a princípio utilizada de forma “natural” com a divulgação na Corte da morte de Solano López em 1/03/1870, sendo então confirmada pela Câmara dois meses após.
Largo do Capim	1869	Praça General Osorio	Sim	Centro	Voltou a sua denominação inicial em 1917, desaparecendo quando da abertura da Av. Presidente Vargas
Rua Copacabana	1870	Rua da Passagem	Sim	Botafogo	Homenagem à Passagem do Humaitá
Rua São Clemente	1870	Rua Humaitá	Sim	Botafogo	Homenagem á vitória em Humaitá
Rua Santo Amaro	1874	Rua General Sampaio	Sim	Cajú	Homenagem ao General Sampaio
Rua da Vala	14/11/1865	Rua Uruguaiana	Sim	Centro	Homenagem à Rendição de Uruguaiana

Rua Matacavalos	04/07/1865	Rua do Riachuelo	Sim	Centro	Proposta pelos vereadores em homenagem à vitória na Batalha Naval do Riachuelo e aprovada pelo Ministério do Império.
Rua do Engenho Novo	15/04/1875	Rua Ana Nery	Sim	Riachuelo	Homenagem àquela que foi considerada a “grande enfermeira” da guerra
Rua detrás do Campo	22/02/1879	Rua Marcílio Dias	Sim	Centro	Rua que fica atrás do quartel do Campo de Santana
Rua Tombeira ou Rua Serafim	12/12/1874	Rua Coronel Cabrita	Sim	São Cristóvão	João Carlos Villagran Cabrita faleceu em consequência do combate em Itapirú, sendo que a partri daquele evento a ilha passou a se chamar Ilha do Cabrita.
Ponta do Caju	12/12/1874	Rua General Gurjão	Sim	Caju	Hilário Maximiliano Antunes Gurjão foi ferido em Itororó, falecendo dias depois
Rua de Santo Antônio	16/10/1874	Rua General Argollo	Sim	São Cristóvão	Alexandre Gomes de Argollo Ferrão Filho, Visconde de Itaparica, faleceu devido a ferimentos na Batalha de Itororó
—	04/07/1874	Rua Itororó	Aberta nas	Copacabana	Em homenagem à

			terras de Wagner em Copacabana		Batalha de Iitororó. Atualmente se chama Rua Paula Freitas
_____	04/07/1874	Rua Lomas Valentinas	Aberta nas terras de Wagner em Copacabana	Copacabana	Homenagem à vitória em Lomas Valentinas
Rua da Estrela	26/05/1875	Rua Itapirú	Sim	Catumbi	Homenagem à Batalha de Itapirú onde faleceu Villagran Cabrera
_____	1875	Rua Barão de Angra	Aberta nos terrenos pertencentes ao Visconde de Mauá	Morro do Pinto – Zona Portuária	Elisário Antônio dos Santos (Barão de Angra) participou da Guerra da Tríplice Aliança, na Passagem do Curupaiti. Chefe de Esquadra da Armada, Comandante-chefe das forças brasileiras de mar.
Rua dos Pescadores e Rua Manoel dos Reis	18/11/1869	Visconde de Inhaúma	Sim	Centro	Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma, alçou o posto de Almirante efetivo em 1869, chefe da esquadra brasileira na guerra

Outro detalhe interessante nesse quadro se refere ao local escolhido. Como o espaço também é uma forma de exercício de poder, temos alterações no bairro de São Cristóvão, onde se localizava o Palácio Imperial, no Centro da Cidade, notadamente na região entre o Campo de Santana e a Cidade Nova, que se encontrava em expansão nesse momento, e, além deste, no incipiente bairro de Botafogo que passava a receber com mais frequência as chácaras da nobreza.

2ª fase: período da implantação da República (entre 1889 e 1892);



Com o advento da República e a necessidade de forjar novos símbolos, as ruas foram foco de atenção. Em 1890, a partir de uma Resolução do Conselho de Intendência, diversos nomes de logradouros foram alterados, retornando a nomenclatura anterior, como por exemplo, a Rua Joaquim Nabuco virou Rua do Passeio, isso não levando em conta somente as figuras relacionadas à guerra, mas a qualquer nome ou acontecimento de destaque do Império. O interessante foi a nomenclatura de uma rua em São Cristóvão que anteriormente se chamava *Rua Anna* e passou para *Rua Chico Diabo*, homenageando àquele que supostamente deu cabo da vida de Solano López.<sup>437</sup>

3ª fase: durante o governo Floriano Peixoto (1893);

Um achado fantástico no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, mais do que qualquer conjunto documental da Câmara sobre logradouros foi o “Memorial fluminense para 1893”,<sup>438</sup> uma espécie de agenda diária que trazia ao seu final informações variadas, desde feriados nacionais até informações diversas sobre autoridades. Mas o que chamou a atenção foi uma espécie de encarte contendo as alterações nos nomes de ruas ocorridas para valer daquele ano em diante, incluindo algumas ruas de Niterói, então capital do Estado. Essas ruas agora passaram a receber o nome de nobres, militares e batalhas; todos os nomes referentes à família imperial ou ao Império foram abolidos; novas ruas surgiram igualmente homenageando àqueles que a “República manda guardar”. Na maioria é mencionado o nome antigo, o que nos levar a entender a dinâmica desse processo.

Quadro 4 – Alterações e nomeações novas de logradouros da cidade do Rio de Janeiro (1893)<sup>439</sup>

Denominação antiga	Denominação nova	Localização	Observações
Rua Santo Inácio	Rua Almirante Tamandaré	Flamengo	Homenagem a Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré
	Travessa da Angustura	Praça da Bandeira	Evento durante a Batalha de Lomas Valentinas, onde

<sup>437</sup>**Livro de termo de abertura e aceitação de ruas (1890)**. Fundo: Câmara Municipal. Coleção: Conselho de Intendência. Série: Logradouros Públicos, notação 32.2.37. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. A alteração da rua para *Rua Chico Diabo* foi anexada através de um recorte de jornal, sem identificação, datado de 25/02/1890.

<sup>438</sup>**Memorial fluminense para o ano de 1893**. Rio de Janeiro: Laemmert & Comp. Ed. 1893. Repositório das ruas do Rio de Janeiro. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>439</sup>**Memorial fluminense para o ano de 1893**. Rio de Janeiro: Laemmert & Comp. Ed. 1893. Repositório das ruas do Rio de Janeiro. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

			foi tomado o Forte de Angustura em 30/12/1868
Rua Eleone de Almeida	Rua Antônio João	Catumbi	Homenageava o tenente Antônio João, que liderou a resistência em Dourados. No Memorial existe a indicação que teve seu nome alterado para Eleone de Almeida, o que nos leva a crer que logo no início da República recebeu o nome referente à guerra e no governo Floriano Peixoto fora retirado.
Rua Casimiro	Rua Aquidabã	Meier	Retoma a nomenclatura referente à guerra que possivelmente foi alterada logo após a proclamação da República.
Rua São João Batista	Rua Assunção	Botafogo	Retoma a nomenclatura referente à guerra que possivelmente foi alterada logo após a proclamação da República.
Rua Anna	Rua Chico Diabo	São Cristóvão	O nome escolhido em 1890 permaneceu
Rua Bambina	Rua Tamborim	Botafogo	Major Secundino Filafiano de Melo <i>Tamborim</i> , Comandante do

			48° voluntários da pátria
Rua São Luiz	Rua 19 de fevereiro	Botafogo	Relativo à Passagem do Humaitá em 19/02/1868
_____	Rua 2 de Maio	Riachuelo	Relativo à Batalha de Estero Belaco
_____	Rua 8 de dezembro	Centro	Cerco de Paissandú
Rua Espírito Santo	Rua 11 de maio	Cidade Nova	Relativo à Batalha do Nhadipá (Retirada da Laguna)
_____	Travessa 11 de maio	Cidade Nova	Relativo à Batalha do Nhadipá (Retirada da Laguna)
_____	Ladeira Cerro Corá	Cosme Velho	Relativo à Batalha de Cerro Corá onde morreu Solano López
_____	Rua Villeta	Engenho de Dentro	Cidade próxima onde ocorreu a Batalha do Avaí serviu de acampamento para as tropas brasileiras
_____	Rua Villeta	São Cristóvão	Cidade próxima onde ocorreu a Batalha do Avaí serviu de acampamento para as tropas brasileiras
_____	Rua 25 de maio	Engenho de Dentro	Referente à retomada de Corrientes
_____	Rua Tuiuti	São	Homenagem à

		Cristóvão	Batalha do Tuiuti. O final desta rua é o morro que receberá o mesmo nome posteriormente
--	--	-----------	--

4ª fase: contexto da Primeira Guerra Mundial e a diminuição da participação dos positivistas (1917-1922)

Vimos na sessão anterior do capítulo que ao final da década de 1910 os positivistas já estavam perdendo parte de sua influência na política. A pressão por “esquecer” a guerra a fim de fazer valer o preceito de pacifismo e união dos países americanos, acaba sendo esvaziada devido à emergência da Primeira Grande Guerra e às comemorações relativas ao Centenário da Independência. Com isso, o teor comemorativo retorna e a Tríplice Aliança reaparece no cenário. Neste cenário teremos a 4ª fase de alteração de nomes de logradouros e de renomeação de alguns outros como veremos abaixo.

Quadro 5 – Alterações e nomeações novas de logradouros da cidade do Rio de Janeiro (1917-1925)<sup>440</sup>

<u>Denominação antiga</u>	<u>Data</u>	<u>Denominação nova</u>	<u>Rua existente</u>	<u>Localização</u>	<u>Observações<sup>441</sup></u>
Rua do Barão de São Gonçalo	1922	Avenida Almirante Barroso	Sim	Centro	
Rua Professor Pereira Reis	1925	Rua Barão de Tefé	Sim	Centro	Antônio Luis von Hoonholtz, Barão de Tefé, chegou ao posto de almirante. Participou com destaque da Batalha do Riachuelo.
Rua do Valongo ou Rua da	1917	Rua Camerino	Sim	Centro	Francisco Camerino de

<sup>440</sup> Paulo Berger. **Dicionário Histórico das ruas do Rio de Janeiro (I e II Regiões Administrativas – Centro)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974

<sup>441</sup> Detalhes retirados de duas obras fundamentais para estudo das toponímias dos logradouros públicos: Paulo Berger. **Dicionário Histórico das ruas do Rio de Janeiro (I e II Regiões Administrativas – Centro)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974; Brasil Gerson. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

Imperatriz					Azevedo, o “voluntário paisano”, comerciante e guarda-livros na Bahia, se inscreveu como voluntário da pátria, morrendo na Batalha de Curupaiti
—	1922	Praça Marechal Âncora		Centro	Aires Antônio de Moraes Âncora, Marechal-de-campo.

#### 5ª fase: governo Vargas e a reformulação da identidade nacional

Em uma nova fase de reorganização da identidade nacional, onde a Tríplice Aliança recebe destaque, além da manutenção dos nomes referentes ao conflito, alguns outros serão beneficiados. Além das ruas, é criada uma Comissão Especial para nominar as escolas que ainda seriam construídas e revisar os nomes das existentes, e, mesmo com a indicação de escolha de educadores ilustres, o que teremos é uma retomada do nome dos heróis e eventos da guerra, mesmo com nomes aprovados que vai de membros da Academia Brasileira de Letras a Diretores do Colégio Pedro II. Os nomes aprovados eram encaminhados a diferentes setores e locais para a confecção de biografias, para, somente depois disso estarem autorizados, até que em 24 de setembro de 1952, chegaram a conclusão que seria interessante a escolha de outros vultos, nesse momento passam a figurar na lista nomes como Almirante Tamandaré, Marcílio Dias, Visconde de Taunay, Almirante Barroso, General Pinheiro Guimarães, Couto Magalhães, Carlos Portocarrero, entre outros.<sup>442</sup> Dentre os logradouros dessa fase, podemos destacar os seguintes:

Quadro 6 – Alterações e nomeações novas de logradouros da cidade do Rio de Janeiro (1930 em diante)<sup>443</sup>

<sup>442</sup> **Ata da Comissão que se incumbirá de organizar a lista de nomes ilustres que poderão servir de patronos das escolas municipais e, bem assim, de empreender a revisão dos nomes dos atuais patronos.** Coleção: Prefeitura do Distrito Federal. Série: Instrução Pública. Notação: 15.3.27. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>443</sup> Paulo Berger. **Dicionário Histórico das ruas do Rio de Janeiro (I e II Regiões Administrativas – Centro).** Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974

<u>Denominação antiga</u>	<u>Data</u>	<u>Denominação nova</u>	<u>Rua existente</u>	<u>Localização</u>	<u>Observações<sup>444</sup></u>
Praça das Graças	1940	Praça Almirante Jaceguay	Sim	Bairro de Fátima	Arthur Silveira Mota, almirante, teve diversas passagens na guerra, sendo reconhecido pela Passagem de Humaitá quando comandava o <i>Barroso</i> .
_____	1936	Praça Barão de Ladário		Centro	José da Costa Azevedo, Vice-Almirante e Barão do Ladário.
Praça da Harmonia	12/05/1954	Praça Coronel Assunção	Sim	Zona Portuária	Joaquim Antônio Fernandes de Assunção, comandante da 5ª Companhia do 31º de voluntários da pátria (corpo policial) da Corte. Falaremos desse espaço nos próximos capítulos.
_____	7/03/1944	Avenida Marechal Câmara		Centro	José Antônio Correia da Câmara, 2º Visconde de Pelotas, destacou-se na Batalha do Avaí e devido a sua participação na fase final da guerra

<sup>444</sup> Detalhes retirados de duas obras fundamentais para estudo das toponímias dos logradouros públicos: Paulo Berger. **Dicionário Histórico das ruas do Rio de Janeiro (I e II Regiões Administrativas – Centro)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974; Brasil Gerson. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

### 2.2.1 - Os Bairros

Segundo Maurício de Abreu, “os trens foram os responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham exclusivamente rurais”.<sup>445</sup> Ainda segundo o autor, a inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1858 ligando o centro a Queimados, além de Cascadura e Engenho Novo na zona norte, provocou a expansão urbana para as regiões até então afastadas da cidade. Em 1859, por sua vez, foram inauguradas as estações de São Cristóvão e Sapopemba (atual Deodoro), e a de São Francisco Xavier em 1861.<sup>446</sup> A existência dessa linha para o subúrbio incentivou a ocupação do espaço, e ao final da década de 1860 e início de 1870, outras estações entre o centro e Cascadura foram surgindo e, a partir disso, a região habitada no entorno das mesmas, se configurou como bairros. Nesse sentido, dois bairros que surgiram dessa expansão da malha ferroviária merecem nossa atenção por configurarem homenagens à guerra: Riachuelo e Sampaio. Originalmente estações da linha que ligava o centro a Cascadura, acabaram nomeando a região de seu entorno.

O bairro do *Riachuelo* surgiu nas terras da antiga fazenda do Engenho Novo, desmembrada em chácaras e, depois, ocupadas por loteamentos. A Estação Ferroviária, inaugurada em 1 de fevereiro de 1869, se chamava *Riachuelo do Rio* e hoje é conhecida apenas como Estação Riachuelo. Foi assim denominada para homenagear a vitória na Batalha Naval do Riachuelo. Assim como o vizinho bairro do Riachuelo, *Sampaio* tem origem na antiga fazenda do Engenho Novo. Suas terras pertenciam a grandes proprietários como Paim Pamplona e Adriano Muller que, com o tempo, foram loteadas e urbanizadas. Os primitivos proprietários abriram ruas como a Cadete Polônia e Paim Pamplona. A denominação do bairro foi também em decorrência da estação de trem ali implantada: a estação do Sampaio. Inaugurada em 12 de julho de 1885, recebeu este nome em homenagem ao Brigadeiro Antônio de Sampaio, morto na Batalha do Tuiuti em maio de 1866.

Um bairro que chamou muita atenção durante o desenvolvimento da pesquisa, não pertence à cidade do Rio de Janeiro e sim à cidade de Duque de Caxias, na baixada fluminense. Caxias era até a década de 1930 um distrito da cidade de Nova Iguaçu, geralmente conhecido com o nome de Meriti. Segundo informações disponíveis na página da Câmara Municipal

A partir dos anos 1930, durante a era Vargas, o território do atual município de Duque de Caxias experimentou intensivo processo de remodelação de sua área, incorporando-se ao modelo urbano-industrial. O desenvolvimento pelo

---

<sup>445</sup> Maurício de Almeida Abreu. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006, p. 50.

<sup>446</sup> Idem, *ibidem*.

qual passava Meriti levou o Deputado Federal Dr. Manoel Reis a propor a criação do Distrito de Caxias. Dessa forma, através do Decreto Estadual nº 2.559, de 14 de março de 1931, o Interventor Federal Plínio Casado elevou o local a 8º Distrito de Nova Iguaçu. Os anos 1940 encontraram o Distrito com uma população que já atingia a casa dos 100.000 habitantes. O processo de emancipação da cidade esteve relacionado à formação de um grupo que organizou a União Popular Caxiense (UPC): jornalistas, médicos e políticos locais. Em 1940, foi criada a comissão pró-emancipação: Sylvio Goulart, Rufino Gomes, Amadeu Lanzeloti, Joaquim Linhares, José Basílio, Carlos Fraga e Antônio Moreira. A reação do governo foi imediata e os manifestantes foram presos.[...] Em 31 de dezembro de 1943, através do Decreto Lei nº 1.055, foi criado o Município de Duque de Caxias.[...] Apesar de não participar de nenhum movimento pró-emancipação emancipação, foi graças à iniciativa de José Luiz Machado, mais conhecido como “Machadinho”, que Meriti passou a se chamar Caxias. Morador da localidade desde o início do século XX, “Machadinho” e um grupo de amigos foram à estação de trem, próximo à Plínio Casado, para retirar a placa que tinha o nome de Meriti e trocá-la por Caxias, uma homenagem a Luiz Alves de Lima e Silva, que nasceu na região.<sup>447</sup>

A escolha do nome na verdade ia de encontro com a proposta do governo que tornava Caxias Patrono do Exército e, desta forma, a homenagem passou a se refletir em nomes de ruas, principalmente no Centro da cidade, que tivessem referência com a vida, feitos militares e família do homenageado. Mas um bairro em especial na cidade chamou minha atenção. Às margens da Linha Vermelha, via de grande importância na cidade do Rio de Janeiro, ligação com a Zona Norte, baixada e Aeroporto Internacional, entre a Avenida Manoel Telles e o Rio Cana Caboclo, o bairro *Parque Laguna e Dourados* chama a atenção porque, mesmo se referenciando à guerra da Tríplice Aliança, não tem nenhuma relação com o Duque de Caxias, pois fora um episódio da guerra travado no atual estado do Mato Grosso do Sul, como veremos adiante. Praticamente todas as ruas se referem a personagens envolvidos na Retirada da Laguna ou Dourados: Antônio João, Capitão Pedro Rufino, Capitão Pereira Lago, Tenente Coronel Enéas Galvão, Capitão Tamarindo, etc. Infelizmente não foi possível encontrar documentos que norteiem o período de fundação do bairro, muito menos as motivações para a escolha do nome e dos logradouros. Mais uma lembrança e mais um esquecimento.

---

<sup>447</sup>**Duque de Caxias, a Cidade.** Câmara Municipal de Duque de Caxias. Disponível em: [https://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1155](https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155) . Acessado em 14/01/2020.



### **3 DE PAPEL, LETRAS E BRONZE: OS ESCRITOS E OS MONUMENTOS**

Destacar os grandes homens e os grandes feitos é premissa para construção de qualquer identidade nacional, principalmente em períodos de crise ou posteriores à conflitos. Essa construção busca ressaltar sentimentos de pertencimento e amor àquilo que não se enxerga e que, no caso no Brasil do final do século XIX e início do século XX, ainda estava em disputa. As formas mais simples e eficazes de alcançar esse objetivo perpassam por dois campos: a escrita e a monumentalização. São esses dois caminhos que iremos abordar a seguir, levando em conta igualmente as escolhas não somente de construção, mas de esquecimento. Por quais motivos uns são lembrados e outros esquecidos?

#### **3.1 - As letras e a guerra**

O conflito da Tríplice Aliança impactou não somente as questões políticas e sociais, mas também a cultura. Como vimos anteriormente, a arte, em seus mais claros expoentes como a pintura e a escultura, deixou exemplos claros de como a emergência da guerra e da construção nacional a partir dela, produziu um conjunto de obras representativas de um grupo e um estilo. Nas letras (entendendo letras como tudo que envolve a literatura, poemas, textos avulsos, diário e publicações na imprensa) o processo não foi diferente. Mas também tivemos fases de composição de acordo com o contexto político, que variaram da grande apologia ao nacionalismo ao total esquecimento. Neste capítulo traçaremos um panorama sobre essas “escritas de guerra” a partir de obras exemplares para cada contexto que se pretende trabalhar. Lembrando que a temática necessita de maiores estudos visto a amplitude e diversidade das obras encontradas. Para um melhor efeito de análise, dividimos os estudos a partir da tipologia das publicações, não pensando de forma cronológica, mas agrupando-as de acordo com o grupo que as publicou.

##### **3.1.1- A construção de uma narrativa oficial: o IHGB e a Revista do Exército Brasileiro**

Desde sua criação o IHGB foi o “responsável” por formular a chamada identidade nacional brasileira e pautar o mote a ser seguido pelos intelectuais que buscavam seu espaço. Podemos então entender o Instituto como o balizador das questões que deveriam ou não ser pensadas e da história que deveria ser contada. A guerra da Tríplice Aliança seria uma ótima oportunidade para essa construção, mas não foi o que aconteceu. Analisando os artigos

publicados na Revista do IHGB desde sua criação em 1839 podemos ter uma boa visão sobre os temas abordados. Obviamente a biografia dos “grandes vultos nacionais” era o maior destaque, mas também eram publicados artigos que versavam sobre temas variados de interesse da formação nacional. Sobre a Tríplice Aliança, entre os anos de 1870 e 1945 a produção é baixa. No total temos apenas 14 publicações na Revista, número insignificante se pensarmos no universo de suas pesquisas.<sup>448</sup> Mas a que se deveu isto? Acreditamos que essa ausência tenha sido proposital devido a todo contexto político e questões que envolveriam a guerra. O IHGB ao ter artigos em sua Revista que versavam sobre conflitos buscavam um relativo distanciamento temporal, geralmente se remetendo aos conflitos ainda no período do Brasil colônia. Não houve predileção sobre temas, temos desde biografias até descrição de combate, como o publicado por Manuel Duarte Moreira de Azevedo sobre o “Combate da ilha do Cabrita”, na edição de número 33, do ano de 1870. Após o período do recorte da pesquisa, ocorreu um vazio de publicações, somente sendo retomada na década de 1960. Com isso percebemos que não existia, pelo IHGB vontade de rememoração da guerra.

Ao contrário da Revista do IHGB, a *Revista do Exército Brasileiro* que iniciou sua publicação no ano de 1882, atendeu aos anseios dos militares e valorizou em suas páginas os acontecimentos referentes à guerra. Quando ao Império era interessante que a guerra fosse “esquecida”, a *Revista do Exército Brasileiro*, publicava em suas páginas, por exemplo, a narrativa testemunhal dos veteranos, uma verdadeira evocação da memória. Entre os anos de 1882 e 1889, ou seja, os anos finais e mais críticos para a política do Segundo Reinado, onde o próprio oficialato do exército estava dividido entre os chamados “tarimbeiros”, militares que não frequentaram a Escola Militar e baseavam suas carreiras em feitos militares, cujo maior deles era sem dúvidas a guerra da Tríplice Aliança; e os “bacharéis”, geração de jovens oficiais que teve sua formação na Escola Militar e eram influenciados pelo positivismo. Apesar das diferenças, nesse contexto existia uma emergência de criação de uma identidade militar, que legitimasse as reivindicações de uma posição política do Exército. Nesse sentido, a guerra foi utilizada nas páginas da Revista a fim de *memória mobilizada*, que provoca um excesso de memória bem como um esquecimento deliberado.<sup>449</sup>

Em 1882 um grupo de três oficiais composto pelos majores Alfredo Ernesto Jacques Ourique e Antônio Vicente Ribeiro Guimarães e o capitão Francisco Agostinho de Mello e Souza Menezes, fundou a *Revista do Exército Brasileiro*, a primeira revista científica da força militar. A *Revista* havia sido planejada no ano anterior quando Franklin Dória ainda era

---

<sup>448</sup> **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, volume 159 (julho/setembro 1998).

<sup>449</sup> Paul Ricoeur. **A memória, a história e o esquecimento**. 11ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

Ministro da Guerra, que era sempre lembrado com estima dos diretores da publicação em artigos publicados. No editorial da primeira edição, de janeiro de 1882, era dito o objetivo da mesma: “transmissor oficial das ideias da corporação e o laço de união entre seus membros”.<sup>450</sup> Nos seus sete anos de existência a *Revista* publicou 137 artigos, sendo que a maioria deles versava sobre assuntos técnicos (95); além deles temos artigos informativos (26), artigos políticos (14) e trabalhos memorialísticos (2).<sup>451</sup> Nos interessa exatamente esses dois artigos memorialísticos pois eles podem nos fornecer pistas de como essa memória seria trabalhada pelo Exército.

O primeiro artigo se refere às memórias do capitão Miguel Calmon, que iniciam exatamente no seu embarque, em 10 de fevereiro de 1865, no corpo da guarnição do Espírito Santo para a Corte e de lá para o Uruguai e posteriormente o Paraguai, encerrando com o retorno dos sobreviventes em fevereiro de 1870. Logo no início do texto já nos deixa perceber seus objetivos: “narrar à posteridade o espetáculo de uma epopeia brasileira.”<sup>452</sup> E assim foi realmente o seu texto, narrando em termos quase épicos inúmeras tempestades que acometeram a embarcação, os perigos e a morte nos campos de batalha, as saudades, etc., criando uma verdadeira alegoria do passado, com apelo afetivo, no qual acredita que rememorar a guerra seria um dever cívico tanto para o Exército como para a nação pois, “matou e sangrou para lavar a honra ofendida da nacionalidade brasileira”.<sup>453</sup> Talvez a parte mais alegórica e épica de toda a narrativa de Calmon foi sua descrição da Batalha do Riachuelo onde, parecia ter por objetivo, impactar por seu texto que descreve uma verdadeira carnificina. O final do texto mostra seu desembarque vitorioso na Corte, confirmando seu sucesso como soldado e como brasileiro na salvação da honra nacional. Sua narrativa é detalhista, inclusive dos uniformes, do solo, do clima e chama a atenção por descontextualizar historicamente o conflito, bem como não mencionar os principais generais, na tentativa de fortalecer a credibilidade de seu texto e marcar seu lugar de testemunha/veterano como sendo o lugar mais importante.<sup>454</sup>

O outro texto de caráter memorialístico publicado na *Revista* entre abril de 1886 e junho de 1888, foi de autoria do tenente Fernando Veiga intitulado “O combate de 1º de

---

<sup>450</sup>**Revista do Exército Brasileiro**, janeiro de 1882. Biblioteca Nacional.

<sup>451</sup> Cf. Rodrigo Perez Oliveira. “A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro. O projeto de construção de uma memória oficial (1882-1889)”. **Ars Historica**, v. 1, n°2, jul-dez 2010, p. 106.

<sup>452</sup>**Revista do Exército Brasileiro**, março de 1884, p. 283. Biblioteca Nacional.

<sup>453</sup> Idem, p. 284.

<sup>454</sup> Sobre a ideia de credibilidade das memórias Cf. Beatriz Sarlo. **O tempo passado: cultura memorialística e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

outubro de 1868”. O ponto inicial da sua narrativa é a ordem do tenente Sebastião Dalísio Carneiro da Fontoura, comandante do 5º batalhão de infantaria, de marcha rumo ao Arroio Piquicery, distante 500 quilômetros de Assunção. A missão de Fernando Veiga era fiscalizar o transporte de dois canhões de montanha, mas no meio do caminho sua guarnição encontrou um pequeno grupo de paraguaios entrando em conflito. Interessante destacar que o próprio autor afirma que a batalha seria apenas mais uma dentre as outras que ocorreram na guerra, mas o que a faz especial é a sua narrativa que, segundo ele, passa a verdade dos fatos. Segundo o autor, seu objetivo foi “eternizar em papel e tinta um dos momentos mais magnânimos da guerra da Tríplice Aliança”.<sup>455</sup> Ao narrar a ordem do dia que conta o confronto, Veigas afirma que a mesma foi “fria” e “burocrática”, usando destes termos possivelmente com o objetivo de dar credibilidade e ênfase à sua narrativa, já que ele foi testemunha, então somente ele saberia a “verdade dos fatos”. Outro ponto interessante da narrativa de Fernando Veiga é sua crítica, cercada de profundo ressentimento com a política imperial com os veteranos: “não reconhecem a demonstração de viva coragem dos bravos soldados do Exército Brasileiro”,<sup>456</sup> sendo propositalmente esquecido, o que podemos perceber na seguinte passagem “quantas glórias não colhemos, infelizmente hoje esparsas como folhas secas levadas pelo vento”.<sup>457</sup> Apesar de poucas, essas publicações demonstram a intenção dos editores da *Revista* em mostrar a importância da guerra como um divisor de águas e a participação do Exército como o grande defensor da nação, visando consolidar uma memória, a partir do apelo testemunhal, relativa a Guerra da Tríplice Aliança. A ideia de *mito de experiência de guerra*<sup>458</sup> fornece igualmente uma noção de *horizonte de expectativa*, onde esses veteranos acreditavam que receberiam tratamento diferenciado e a frustração com os acontecimentos e a política posterior ao seu retorno, provoca a necessidade de construção de memórias específicas relacionadas ao conflito, que se tornam uma espécie de questionamento sobre a “história oficial” criada pelo governo.

Se a produção do IHGB pode ser considerada aquém das expectativas e a *Revista do Exército Brasileiro* só publicou dois artigos referentes às memórias do conflito, encontramos em particulares uma infinidade de obras ainda durante o conflito. As motivações para escrever são variadas indo desde uma vontade de exaltar um conhecido até mesmo a tentativa que chamar a atenção do imperador e desta forma ser agraciado com algum benefício. O processo

---

<sup>455</sup> *Revista do Exército Brasileiro*, abril de 1886, p. 34. Biblioteca Nacional.

<sup>456</sup> *Idem*, p. 213

<sup>457</sup> *Idem*, p.208

<sup>458</sup> Cf. Sílvia Correia. **Políticas da memória da 1ª Guerra Mundial em Portugal (1918-1933). Entre a experiência e o mito.** Dissertação de doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

de escrita das obras pode ser percebido de duas formas: aquelas de autores desconhecidos que se utilizam do ufanismo e não possuem base de pesquisa e as de autores mais conhecidos que usam elementos reais para compor suas histórias. Nesse sentido, a profusão de obras perpassa diversos gêneros que vão de poemas, biografias e compêndios até obras da literatura. No arquivo do Museu Imperial em Petrópolis, ao examinar o fundo referente à guerra, temos diversas cartas e documentos enviados ao imperador encaminhando manuscritos e obras já prontas para sua aprovação, ressaltando a ideia de busca por alguma projeção. Tomando como exemplo um desses escritores, podemos ter uma noção de como essas obras eram produzidas. Desta forma, ao examinar os arquivos de José Arthur Montenegro, traçamos um perfil de como era feita essa produção.

O primeiro contato com José Arthur Montenegro ocorreu quando pesquisava na Biblioteca Nacional matérias relativas aos “troféus de guerra” (que vimos no capítulo anterior). No setor e manuscritos da Biblioteca uma série de cartas me chamou a atenção, ao todo 35, pois se tratavam de uma troca de mensagens entre Montenegro e o Visconde de Taunay. Além de assuntos pessoais e relacionados à política, a maior parte desses documentos eram diálogos sobre as obras produzidas por Montenegro e que se relacionavam com guerra. Desde manuscritos enviados para apreciação de Taunay (com opiniões no retorno), até envio de material para a pesquisa. Nesse momento, com uma curiosidade de entender a fonte daquelas cartas, encontrei na Biblioteca Rio-Grandense um fundo específico sobre Montenegro onde pude perceber como ele produzia seus escritos a partir do vasto acervo por ele adquirido ao longo dos anos.<sup>459</sup>

O Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense nos explicita quem é José Arthur Montenegro.<sup>460</sup> Nascido em Arraial, Uruburetama, a 29 de Fevereiro de 1864, ficou órfão aos 12 anos e iniciou sua carreira em Pernambuco no comércio. Em 1881 matriculou-se na Escola Militar de Porto Alegre, então dirigida pelo General José Simeão de Oliveira, sendo desligado dela em 1884 por questões políticas. Como militar serviu no 17º de infantaria, e tomou parte na expedição de Blumenau em S. Catharina (1884), sendo ferido em combate. Abandonou a carreira a 16 de Julho de 1889 sendo nomeado no dia seguinte Amanuense e depois arquivista

---

<sup>459</sup> No ano de 1846, foi fundada na cidade de Rio Grande um Gabinete de Leitura no prédio pertencente a João Barbosa Coelho, português de nascimento e dono de uma extensa rede mercantil na região. Anos mais tarde essa instituição passa a denominar-se *Bibliotheca Rio-Grandense*, sendo atribuída a ele a fundação da mesma. Hoje, a *Bibliotheca Rio-Grandense* é a mais antiga instituição de cultura do Rio Grande do Sul. Seu acervo é composto de documentos referentes à história de Rio Grande e do próprio estado, além de personalidades marcantes da região. Cf. <http://www.bibliotecariograndense.com.br/>

<sup>460</sup> **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense - Barão de Studart.** Disponível em <http://www.ceara.pro.br/cearenses/>. Acessado em: 31/01/2020.

da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, sob a chefia do Dr. Ayrosa Galvão, nomeado em seguida secretário pelo Dr. Piquet Carneiro, sucessor do Dr. Ayrosa. Em 1897 retornou a Pernambuco atuando como secretário da Estrada de Ferro de Baturité e já nesta época estava doente de tísica, enfermidade causadora de sua morte em 1901. Arrendada a Estrada a uma empresa incorporada pelo engenheiro baiano Alfredo Novis, retorna ao Rio Grande do Sul, sendo encarregado de arrecadar o material pertencente a Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, cujos trabalhos haviam parado como medida de economia, e posteriormente ocupou o secretariado da *Southern Brazilian Rio Grande do Sul*, cargo em que esteve até o seu falecimento.

Além das questões profissionais, Montenegro integrava algumas sociedades científicas e literárias como o IHGB, a Academia Cearense, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto de Coimbra, Instituto Geográfico Histórico da Bahia e Arqueológico Pernambucano, Instituto Geográfico Argentino, Atheneu de Buenos Ayres, Centro Litterario do Ceará, Associação dos Guerreiros do Paraguai, de Buenos-Ayres e Associação dos Homens de Letras de Caracas (Venezuela). Tudo isso nos demonstra a rede de relações estabelecidas e que nos faz compreender como a formação e a participação desses homens nesses centros, favoreceu a circulação e divulgação de suas obras, para além do fato de formatação de um tipo específico de escrita que pretendia ser histórica e oficial.

Com relação à sua morte, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro publicou ata no dia 26 de abril no *Jornal do Commercio* exaltando Montenegro:

“ O Snr. presidente (marquês de Paranaguá) pede que a Sociedade insira em seus anais a perda lamentável de José Arthur Montenegro, assíduo cultor das letras, e com especialidade da historia pátria, a cuja indefectível atividade muito deve o Brasil. Entre os trabalhos desse distinto brasileiro, figura a Historia da guerra do Paraguai, em oito volumes, dos quase seis de texto e dois de anexos ou documentos justificativos, e um atlas com 75 mapas do teatro da guerra, cartas de batalhas e perfis de fortificações. Esta obra é ilustrada com fotografias. representando as principais batalhas de terra e mar e com cerca de 2.000 retratos dos oficiais dos quatro exércitos beligerantes, ministros, diplomatas, etc, etc. É o trabalho mais notável e mais completo sobre esse assumpto, e seria o maior serviço prestado á historia pátria a sua publicação, pois está inédito, de. par com muitos outros do mesmo autor. É uma perda sensível, irreparável para o Brasil, a morte de tão distinto filho”.<sup>461</sup>

Antes de falecer Montenegro estava trabalhando em uma grande obra que visava dar conta da história da Guerra da Tríplice Aliança. Após ter publicado diversos outros com

---

<sup>461</sup>*Jornal do Commercio*, 26 de abril de 1901. Biblioteca Nacional.

relação ao tema, ou traduções, como por exemplo, as *Memorias de M.me Dorothea Duprat de Lasserre*; *Monographias históricas por D. Juan Silvano de Godói*; *Ephemerides das campanhas do Uruguay e Paraguay*, publicadas no Diário do Rio Grande e na Republica, de Fortaleza; *Bibliographia da Campanha do Paraguay*, publicada no Diário do Rio Grande; *Fragmentos Históricos. Homens e Factos da Guerra do Paraguay*, a *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguay*, seria talvez a que mais trabalho deu ao autor. A obra era composta de seis volumes de texto, dois de anexos ou documentos justificativos, que eram considerados na época inéditos, e um atlas com 75 mapas parciais do teatro da guerra, cartas de batalhas, combates, perfis de fortificações entre outros. A obra estava assim dividida:

- 1º volume**—Origem da guerra.
- 2º volume** — Campanha de Matto-Grosso.
- 3º volume** — Campanha do Rio Grande e Corrientes.
- 4º volume** — Cerco do Quadrilátero.
- 5º volume** — Campanha de Pikiricy.
- 6º volume** — Campanha da Cordilheira.

Como Montenegro faleceu antes da obra ser finalizada, o Conselheiro João Nepomuceno Torres em sessão do Instituto Histórico e Geographico da Bahia propôs que essa associação fizesse um apelo aos demais Institutos da Republica para que auxiliassem a viúva de Arthur Montenegro na impressão da *Historia da guerra do Paraguay*, como a obra não foi encontrada, acredito que não foi possível arrecadar os fundos necessários para tal intento. Mas como Montenegro produzia suas obras referentes à guerra? Os documentos pertencentes ao seu arquivo e suas cartas trocadas com Taunay nos fornecem pistas.

Na coleção de cartas de Taunay, vemos uma verdadeira troca de informações não somente sobre o conflito, mas também com relação ao estilo de escrita e a obtenção de materiais. Taunay opinava sobre os artigos que Montenegro escrevia e sobre a forma como deveria abordar as temáticas, o que nos leva a aproximar seu estilo de escrita àquele realizado pelo Visconde. Em carta datada de 25 de março de 1892, Taunay escreve resposta sobre diversos assuntos e o orienta a levar adiante os trabalhos iniciados com uma ressalva que seria “fugir da linguagem figurada e enfática”.<sup>462</sup> Em outro documento Taunay afirma ter gostado de alguns dos artigos publicados por Montenegro no *Almanak*, notadamente “da sua

---

<sup>462</sup>Carta a José Arthur Montenegro recomendando não usar linguagem figurada e enfática no trabalho desenvolvido pelo destinatário; comunicando que foi agraciado com o título de visconde de Taunay, com grandeza, a 5 de setembro de 1889; tecendo comentários sobre O Diário do Exército. Localização: 050,001,008,n.002 – Manuscritos. Biblioteca Nacional.

noticiuzinha sobre o Forte Coimbra em Mato Grosso”.<sup>463</sup> Para além da troca de elogios e de sugestões sobre como escrever, temos também o envio de material e orientações de onde Montenegro poderia conseguir o que buscava. O próprio Taunay lhe fornece material quando envia seus relatos sobre a retirada do Mato Grosso e da Campanha das Cordilheiras<sup>464</sup>, mas orienta onde ele conseguiria alguns outros detalhes, recomendando, por exemplo, fazer contato com Teixeira de Mello, à época diretor da Biblioteca Nacional. Montenegro então escreve carta informando que necessitava de alguns materiais para finalizar o primeiro volume da *História da Tríplice Aliança contra o Paraguai*, solicitando cópia de alguns documentos e um exemplar das *Efemérides*, citando ainda um aviso do governo que manda a Biblioteca fornecer um exemplar de seus *Anais* como auxílio do seu trabalho, no que provavelmente foi atendido.<sup>465</sup>

Ao examinar o acervo da Biblioteca Rio-Grandense nos deparamos com o Arquivo Montenegro que resultou da doação pela sua família do seu acervo acumulado durante toda a sua vida. Em carta ao então Diretor da Biblioteca Nacional, José Alexandre Teixeira de Melo, Montenegro nos descreve uma parte da sua coleção. Segundo ele, possui documentos esparsos que conseguiu, em seis anos de trabalho, coligir, contando com “arquivo sobre a Campanha do Paraguai, que hoje está riquíssimo, nem o governo possui melhor e mais completo, pois tenho documentos originais dos quatro países” e segue afirmando que gostaria de saber mais sobre os indivíduos (algo muito interessante pois demonstra a ideia que ele possuía em olhar para aqueles que fizeram a guerra) “a coleção de retratos já eleva-se a 1126 e eu necessito de 1500”.<sup>466</sup> Esse acervo atualmente está passando por fase de levantamento e organização. Em 1957 o diretor da Biblioteca Rio-Grandense, Abeillard Barreto, em prefácio à publicação de material referente ao Arquivo Montenegro, ressaltou que,

“salvando da destruição e do abandono em que se achava o remanescente desse importante arquivo, ainda encerrando verdadeiros tesouros, como por exemplo, cerca de mil fotografias de oficiais brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, além de muitos outros papéis, originais e cópias, de

---

<sup>463</sup>Carta a José Arthur Montenegro agradecendo o envio de livros e mapas, aprovando artigos publicados no Almanak, em especial o artigo do destinatário sobre o forte de Coimbra, em Mato Grosso; comentando algumas de suas publicações. Localização: 050,001,008,n.007 – Manuscritos. Biblioteca Nacional.

<sup>464</sup>Cf. Carta a José Arthur Montenegro comunicando o interesse de um literato japonês de traduzir a obra *Inocência*, de autoria do visconde; abordando assuntos sobre a Campanha das Cordilheiras e sobre a sua produção intelectual. 050,001,008,n.018 – Manuscritos. Biblioteca Nacional.

<sup>465</sup>Ofício ao Diretor da Biblioteca Nacional solicitando a cópia de algumas obras. 16/11/1895. Localização: 48,1,002 – nº 029. Manuscritos. Biblioteca Nacional.

<sup>466</sup>Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, José Alexandre Teixeira de Melo, solicitando a cópia de algumas obras para seu trabalho sobre a guerra do Paraguai, e um volume dos *anaes* desta Biblioteca. Manuscritos, loc. 48,1,002 nº029. Biblioteca Nacional.



grande significação, a centenária Biblioteca Rio-Grandense pode ufanar-se de haver prestado relevantíssimo serviço ao Brasil.”<sup>467</sup>

Pela fala do diretor podemos perceber que o acervo de José Arthur Montenegro era bem maior do que o que temos acesso hoje. Ele está organizado em caixas, totalizando cerca de 300 documentos, composto de fotografias em sua maioria, mas contando com documentos avulsos. Além das cópias e recebimentos de documentos, como os escritos de Taunay, José Arthur Montenegro adquiria o material comprando de particulares tanto no Brasil quanto nos outros três países que estiveram no conflito, montando seu valioso acervo com algumas preciosidades como diplomas de medalhas, desenhos originais, bom como cartas e fotografias “pessoais”. Nesse sentido, analisando a forma com Montenegro obtinha material para escrever, podemos pensar que as maiorias dos autores que se debruçaram sobre a guerra, talvez seguissem o mesmo caminho, produzindo uma diversidade de obras como veremos a seguir.

### 3.1.2 - A escrita da memória: os diários e reminiscências de guerra

Os diários constituem fonte interessante para a pesquisa histórica, fornecendo enorme potencial para a reconstrução do contexto ao qual ele está inserido. Neles podemos encontrar não somente registros do cotidiano, mas também de questões políticas e sociais, sempre com o olhar de quem escreve, e que, dependendo do contexto, podem servir para ter uma noção do pensamento da época ou ainda da parcialidade ou inserção do autor naquele contexto. Cabe ao historiador definir os limites de “atuação” de um diário pessoal, levando em consideração todas essas nuances e percebendo que os mesmos são impressões do autor sobre o momento.

A respeito da utilização dos diários pela história, Alain Corbin afirma que “os historiadores ainda não mediram satisfatoriamente a difusão social de uma prática cuja análise permanece como monopólio dos especialistas em literatura [...] a grande fragilidade destes documentos leva à subestimação de sua qualidade”..<sup>468</sup> Nesse mesmo sentido, Gilberto Freyre na década de 1930, reconhecia a importância desse tipo de fonte, mas acreditava que seria difícil encontra-la no Brasil pois “aqui o confessionário absorveu os segredos pessoais e da família, estancando nos homens e principalmente nas mulheres, essa vontade de se revelarem aos outros que nos países protestantes provê o estudioso de tantos diários pessoais, cartas,

---

<sup>467</sup> Cf. Francisco das Neves Alves. “Fontes para o estudo da história do Rio Grande do Sul no acervo da Biblioteca Rio-Grandense: o arquivo José Arthur Montenegro (levantamento parcial – iconografia e documentos avulsos)”. **Revista Biblos**, Rio Grande, número 17, p. 87–102, 2005.

<sup>468</sup> Alain Corbin. “Bastidores”. In Michelle Perrot (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 413.

memórias, autobiografias”.<sup>469</sup> A popularização da escrita em diários vai ocorrer a partir da segunda metade do século XIX, com a ampliação do modo de vida burguês, esse ato de registrar passou a ser educativo e saudável para as senhoritas como uma espécie de controle social sobre si.<sup>470</sup> Segundo Zahidé Muzart, escreve-se para se dar a ver, ou seja, o ato de escrever um diário expondo suas memórias não é algo “ingênuo”, ele é coberto de intencionalidade para ser lido, próximo ao exibicionismo.<sup>471</sup> A autora ainda afirma, citando um trecho que encontrou em um site, que

“ter um diário é uma maneira de colecionar os dias [...] Um diário é uma encenação, uma forma de representação de si. Nós somos os personagens principais de nosso diário. Nós temos a tendência de escrever as coisas não como elas são, mas como deveriam ser. Escreve-se para embelezar ou dramatizar a vida, para lhe dar um novo sabor. O diário é, muitas vezes, um dos últimos refúgios do sonho”.<sup>472</sup>

Nos diários confluem o individual e o coletivo e a memória que se cria pode ser analisada como a memória do pertencimento ao grupo, podendo, em alguns casos, ser até mesmo tratada como memória coletiva.<sup>473</sup> Pensar nos diários produzidos na guerra é pensar em registros de vida que, apesar de produzidos individualmente, guardam traços culturais de um capital de vivências, cabendo ao historiador mapeá-lo e trata-lo como “atos de memória”, reduto de expressão de sensibilidades, e de modos de ver e interpretar o dia-a-dia naquela situação extrema.<sup>474</sup> Objeto de interesse da chamada “Nova História Militar”<sup>475</sup>, os diários eram negligenciados e poucos deles foram publicados no Brasil, com exceção feita aos trabalhos de Paulo Staudt Moreira no Rio Grande do Sul que publicou em 1997 o diário do coronel Manoel Lucas de Oliveira, de Ricardo Salles que deu visibilidade ao diário de Albuquerque Belo em 2003 e do trabalho de Rodrigo Goyena com as notas sobre o Diário do

---

<sup>469</sup> Gilberto Freyre. **Casa grande & Senzala**. 23ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984, p. LXXVI.

<sup>470</sup> Cf. Maria Teresa Cunha. “Diários pessoais. Territórios abertos para a História”. In. Carla Bassanezi Pinsky Tania Regina de Luca (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.256.

<sup>471</sup> Zahidé Muzart. “Do navegar e dos navegantes”. In Maria Teresa Santos Cunha (Org.). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres. 2000, p. 181-190-

<sup>472</sup> Idem, ibidem.

<sup>473</sup> Cf. Maria Teresa Cunha. “Diários pessoais. Territórios abertos para a História”. In. Carla Bassanezi Pinsky Tania Regina de Luca (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.259

<sup>474</sup> Idem, ibidem.

<sup>475</sup> Em cerca de vinte anos, a “nova história militar” proporcionou diferenciados campos de debate e pesquisa e novos objetos voltados para a compreensão das interações entre a sociedade e os militares. Nesse sentido, é publicado pela Fundação Getúlio Vargas, no ano de 2004 o livro “Nova História Militar Brasileira” organizado pelos professores Celso Castro, Hendrik Kraay, Vitor Izecksohn, onde “seu objetivo é divulgar novas perspectivas da pesquisa histórica sobre o tema”. Cf. Celso Castro, Hendrik Kraay, Vitor Izecksohn (org). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004.

Conde d’Eu em 2017 <sup>476</sup>, entre outros. Omissão esta que contrasta com o enorme sucesso que esse tipo de material possui nos Estados Unidos.<sup>477</sup> Esse “tecido memorial”<sup>478</sup> é campo fecundo para o historiador da memória da guerra da Tríplice Aliança. Neste trabalho não iremos analisar os diários de forma a constituir a ideia de memória, mas configurar as possibilidades de pesquisa que esses diários fornecem, ressaltando o contexto em que foi produzido, a posição social de quem os produziu e a circulação que os mesmos tiveram. Cabe ressaltar que eles foram publicados em sua íntegra e não constituíram objeto de análise efetiva daquilo que fora abordado.

Dentro do recorte temporal escolhido para a pesquisa, ressaltamos três obras, feitas a partir de diários ou memórias, que contemplam aquilo que pretendemos analisar: a recepção da memória. Nesse sentido, serão expostas aqui *Recordações de guerra e de viagem*, do Visconde de Taunay, *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, de Dionísio Cerqueira e *Recordações da campanha do Paraguai*, de José Luís Rodrigues da Silva. Não nos debruçaremos no que foi escrito, apesar de acreditar que falta à historiografia da guerra da Tríplice Aliança pesquisas que contemplem este campo, mas analisar quando os mesmos foram divulgados para, a partir de então, pensar na sua intencionalidade de rememoração ou de esquecimento. A escolha dessas obras se deu principalmente por elas versarem de forma completamente diferente sobre o mesmo evento, o que nos faz pensar na questão da rememoração individual. Nesse sentido, Maurice Halbwachs evoca a localização “dos quadros sociais da memória”, como referência na tentativa de “reconstrução” daquilo que chamamos de memória<sup>479</sup>. “A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é de combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem”.<sup>480</sup> Além disso, segundo Michel Maffesoli, a força dos “sentimentos, das paixões, das imagens e diferenças” a partir do que fora escrito nos diários, relativizam as “certezas estabelecidas”, bem como demonstram “a teatralidade, o estilo cotidiano, a astúcia e o trágico”.<sup>481</sup>

---

<sup>476</sup> Cf. Paulo Roberto Staudt Moreira. *Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira*. Porto Alegre: Est Edições, 1997; Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai: memória e imagem*. Rio de Janeiro:Ed. Miguel de Cervantes, 2003; Rodrigo Soares Goyena. *Diário do Conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. O Diário do Conde d’Eu foi publicado pela primeira vez no ano de 1910, mas não foi encontrada nenhuma versão do mesmo.

<sup>477</sup> Cf. Idem, p. 16.

<sup>478</sup> Cf. Joel Candau. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011, p.77.

<sup>479</sup> Maurice Halbwachs. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 10.

<sup>480</sup> Idem, ibidem, p. 14.

<sup>481</sup> Michel Maffesoli. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 8.

Poucos diários, memórias ou reminiscências chegaram até nós. Talvez o mais conhecido, até mesmo pela sua plubiscização, sejam os escritos de Taunay. Tanto *A retirada da Laguna* (que vamos examinar mais à frente) quanto as *Recordações de guerra e de viagem* são exemplos de um tratamento realizados à memórias diárias a fim de servir melhor ao leitor. A primeira obra constitui-se praticamente de um romance, mas nada era além do que as impressões cotidianas do evento que fora traumático. A segunda pode ser considerada um ajuntamento de memória, pois, além das anotações de Taunay sobre a chamada Campanha da Cordilheira, temos compiladas as correspondências do mesmo, enviadas da Europa ao Jornal do Commercio, sob o título “Notas a lápis” entre os anos de 1878 e 1879. As obras alcançaram grande vulto após a republicação feita por Affonso de Taunay, filho do Visconde, quando era Diretor do Museu do Estado de São Paulo no início da década de 1920 quando a guerra da Tríplice Aliança voltou a ser objeto de rememoração.<sup>482</sup> Pela leitura dos jornais da época e repercussão da obra não foi ampla, sendo encontradas apenas notas explicando a entrega de exemplares, como era de costume fazer, para as redações, sem comentários ou contextualizações.

Em abril de 1911 a Revista Americana escrevia

Não são propriamente obras históricas, conquanto aproveitar a história, as memórias publicadas por três oficiais gerais nossos da sua vida e feitos, e de acontecimentos em que foram parte; o tomo II *De aspirante a Almirante* do Sr. Almirante Jaceguay; as *Reminiscências da Campanha do Paraguay* do General Dionísio Cerqueira e *Pátria, honra e dever* do Marechal Leite de Castro.<sup>483</sup>

O ano de 1910, não à toa ele, foi fecundo em obras memorialísticas que se relacionavam com a Tríplice Aliança. A Revista Americana publicava em suas páginas uma pequena resenha sobre as obras recém-lançadas de todos os tipos literários, então não poderia deixar de mencionar àquelas que integrariam o lume de obras históricas referentes à guerra. A publicação de Jaceguay relatava, através da publicação de documentos oficiais que lhe dizem respeito, sua formação e caminho até chegar ao almirantado; obviamente a Tríplice Aliança é mencionada, mas não constitui o cerne da questão e como disse a Revista Americana “é o material de um livro, mas não um livro”.<sup>484</sup> Já a obra *Pátria, honra e dever* do Marechal Leite de Castro se tornou por muitos anos um manual de disciplina no Exército e também, mesmo sendo

---

<sup>482</sup> Affonso de Taunay afirma no prefácio de *Recordações de Guerra e de Viagem* que a mesma foi publicada especificamente em 1919 pelos Srs. Weiszflog Irmãos de São Paulo. Cf. Visconde de Taunay. **Recordações de Guerra e de Viagem**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 18.

<sup>483</sup> **Revista Americana**. Abril de 1911, p. 15. Biblioteca Nacional.

<sup>484</sup> Idem, ibidem.

capitão durante a guerra, não se detém especificamente nela. No caso de Dionísio Cerqueira e suas *Reminiscências*, o panorama é outros.

Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira<sup>485</sup> nasceu na vila de Curralinho, atual município de Castro Alves (BA), no dia 2 de abril de 1847, filho de Antônio Cerqueira Pinto e de Ana Fausta dos Santos Castro. Filho de uma família tradicional, fez o curso de humanidades no antigo Colégio 2 de Julho em Salvador. Seguiu depois para o Rio de Janeiro, então capital do Império, a fim de ingressar na Escola Central e cursar engenharia. Estava já no segundo ano do curso quando teve início a Guerra do Paraguai (1864-1870). Seguindo o exemplo de antepassados, alistou-se como voluntário em 1865, aos 17 anos, e a 5 de fevereiro seguiu para juntar-se às forças que combatiam em Montevidéu. Teve parte destacada em todas as grandes batalhas então travadas. Por sua participação na Jornada do Estabelecimento, foi feito cavaleiro da Ordem da Rosa. Na batalha do Chaco, “por denodo e bravura”, foi citado pelo imperador. Em Angostura, foi louvado por “excessiva coragem”. Na batalha de Lomas Valentinas, onde foi ferido gravemente, conquistou a medalha do Mérito Militar. Pela parte que tomou nos combates de maio de 1868 e nos das Cordilheiras, foi elevado a oficial da Ordem da Rosa. Por conta de atos de heroísmo e bravura nos combates de Sapucaí e Peribeubú, em 1869, e Campo Grande, em 1870, foi elogiado pelo chefe do Exército, o conde D’Eu, por “haver concorrido com os triunfos alcançados em prol da honra e da segurança do Brasil”. Foi então promovido a primeiro-tenente por atos de bravura.

De volta ao Rio de Janeiro desde o fim da guerra, matriculou-se na Escola Militar. Foi promovido a capitão em 1872 e conquistou, em 1874, os títulos de engenheiro militar e civil e bacharel em ciências e matemáticas. Aliando a experiência adquirida no campo de batalha aos conhecimentos científicos, passou a ser nomeado para importantes comissões em diferentes ramos de atividades, tais como as obras de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, comandadas pelo marechal Silva Jardim, e a construção do reservatório de Pedregulho. Tais obras foram realizadas entre 1877 e 1882, e seriam inauguradas pelo imperador dom Pedro II em 1883. Em 1879, foi nomeado para a Comissão de Limites entre o Brasil e a Venezuela, chefiada pelo tenente-coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo. Promovido a major em 1880 e a tenente-coronel em 1884, em 1886 foi nomeado para integrar a comissão brasileira, presidida por Guilherme Schüch de Capanema, barão de Capanema, que, ao lado de uma comissão da Argentina, foi encarregada de solucionar em definitivo a

---

<sup>485</sup> Toda biografia de Dionísio Cerqueira foi retirada do DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO – DHBB, do CPDOC. Cf. **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO – Verbetes – Primeira República**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acessado em: 30/12/2019.

questão de limites entre o Brasil e aquele país. Proclamada a República, retornou ao Rio de Janeiro e em janeiro de 1890 foi nomeado pelo chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, para acompanhar Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, a Montevideú, na condição de consultor técnico para solucionar em definitivo a querela dos limites. Em agosto de 1890, após ser promovido a coronel, foi nomeado comandante da Escola Militar de Porto Alegre, com a missão de serenar os ânimos dos alunos que se encontravam exaltados com os acontecimentos políticos. Quando das eleições de 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte, logrou conquistar uma cadeira, tendo sido indicado candidato pelo Clube Militar da Bahia. Em 1892, Floriano Peixoto enviou à Câmara um pedido de licença para nomear o general Dionísio Cerqueira enviado extraordinário em missão diplomática aos Estados Unidos para, mais uma vez, tratar da questão dos limites e defender os interesses do Brasil sobre o território das Missões. Baseado na farta e sólida documentação recolhida por Dionísio Cerqueira nos arquivos de Madri, na Espanha, o barão do Rio Branco pôde redigir contundente exposição ao árbitro da questão, o presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland. Este, frente à irrefutabilidade das provas apresentadas, decidiu-se a favor do Brasil.

Dionísio Cerqueira foi reeleito para a Câmara dos Deputados na legislatura 1894-1896, mas renunciou ao mandato em 1º de setembro de 1896, por ter sido nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898) para o Ministério das Relações Exteriores em substituição a Carlos Augusto de Carvalho, que havia pedido demissão. Também foi, interinamente, ministro da Guerra (11/1896 a 1/1897), e depois ministro da Indústria Viação e Obras Públicas (1/10 a 13/11/1897). Com a renúncia do deputado Artur César Rios em 27 de fevereiro de 1899, foi eleito para a vaga deste em 23 de abril, sendo sua eleição reconhecida em sessão de 14 de agosto do mesmo ano. Encerrada a legislatura em 31 de dezembro de 1899, seria reeleito para a seguinte, de 1900 a 1902. No dia 4 de julho de 1903, por decisão unânime de sua Câmara Municipal, a vila de Peperi-guaçu passou a se chamar Dionísio Cerqueira, em reconhecimento pelos trabalhos do general na resolução do conflito sobre a delimitação da fronteira entre Brasil e Argentina. Em 1908, por ato do Congresso Nacional, Dionísio Cerqueira retornou ao serviço ativo do Exército e foi nomeado subchefe do Estado-Maior. Em 1909, foi nomeado pelo governo da União para dirigir uma comissão militar, razão pela qual viajou para a França em dezembro daquele ano. Faleceu em Paris em 16 de fevereiro de 1910, no desempenho de sua missão. O livro estava pronto, porém Dionísio faleceu antes do mesmo ser editado.

Dos livros de caráter memorialístico, *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, é dos mais interessantes quer por seu conteúdo, quer pela condição do seu autor. Cerqueira lutou toda a guerra iniciando como alferes, e, na República chegou a general e Ministro das Relações Exteriores, o que demonstra suas relações com o governo republicano, mas também ressalta a importância de sua obra, visto que a mesma, apesar de ter sido escrita quase 40 anos após o término da guerra, ainda era nutrida pelo sentimento imperial de luta contra o governo tirânico de Solano López, a despeito das teorias positivistas que pairavam naquele momento. Segundo a anteriormente citada Revista Americana, “a narrativa familiar, descuidada e despreziosa do que viu e fez no Paraguay, com reminiscência dos seus companheiros e de fatos da guerra, pode ser aproveitado como um documento interessante para o conhecimento da psicologia daquela guerra”<sup>486</sup>.

A leitura que Dionísio fez de seu passado tem muita relação com a ideia de que “os escritores de memórias consideram as suas vidas dignas de serem recordadas porque são a seus próprios olhos, pessoas que tomaram decisões e que exerceram, ou se presume que tenham exercido, uma influência mais ou menos vasta e que mudaram de forma evidente, parte do seu mundo social”<sup>487</sup>. Nesse sentido ele retira e assimila ideias e lembranças que passam a ter uma história e elas são enriquecidas com suas experiências, podendo até mesmo ser influenciado pela memória coletiva, mas a sua experiência lhe permite retirar diferentes camadas do passado que sejam significativas à sua memória pessoal e com as quais deseja ser lembrado, evocando “lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual”<sup>488</sup>. O próprio autor em “Advertência” admite que “é difícil guardar nítidas na memória [...] as impressões de um passado de quarenta anos”.<sup>489</sup> E Dionísio continua afirmando que na época não escrevera pois “nunca me sobraram lazes para escrever diários [...] Guardei a lembrança dos lugares, dos homens e dos seus feitos [...] Diz bem o título deste livro, o que ele é: - Reminiscências... Reminiscências semi-apagadas de tempos remotos, escritas à luz bruxoleante de cansada memória”.<sup>490</sup> Desta forma podemos perceber que as escolhas da memória de Dionísio podem tender a exaltar ou esquecer fatos e/ou pessoas de acordo com o contexto em que o livro fora publicado.

---

<sup>486</sup>Revista Americana, abril 1911, p. 15-16. Biblioteca Nacional.

<sup>487</sup> Paul Connerton. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Cetta Editora, 1993. p. 23.

<sup>488</sup> Ecléia Bosi. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo : T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1987. P.335.

<sup>489</sup> Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Gráfica Laemmert Ltda: Rio de Janeiro, 1946, p. 47.

<sup>490</sup> Idem, ibidem.

Neste contexto onde alguns dos principais personagens da guerra ainda se mantêm atuantes desempenhando papéis de comando na República e participando de embates políticos, *Reminiscências* surge em bom momento. Não podemos perder de vista que a partir de 1910 os pedidos de pensão e pagamento dos prêmios aos veteranos, voluntários da pátria, viúvas e órfãos, são retomados pelo governo. Sua obra pode induzir o leitor a reconhecer e reverências as “glórias militares”, a partir de uma construção permeada de ufanismo patriótico, exaltando os generais que comandariam a criação dessa nova nação: “Os nossos maiores homens de guerra foram chefes políticos eminentes: Caxias, Osório, Porto Alegre, Polidoro, Pelotas. Muitos confundem a verdadeira política, a nobre, patriótica, árdua e bela arte de governar, com politicagem mesquinha e baixa, que vicia o caráter e entorpece o progresso. Desta o militar deve fugir com horror”<sup>491</sup>. Neste sentido, Dionísio, como homem de seu tempo aliando suas memórias às questões que gostaria de exaltar, relembra a guerra talvez com a intenção de que a sociedade a recorde e reconheça que ela possibilitou aos militares adquirirem o status que os habilitava exercer o poder político, que pode ser entendido em uma de suas passagens onde enfatiza que “em um Estado a melhor situação é aquela em que o generalíssimo e o político estão reunidos na pessoa do seu chefe”<sup>492</sup>. *Reminiscências* recebeu várias reedições: a primeira em 1910 logo após sua morte, na França; a segunda em 1929, também na França; a terceira em 1948, no Brasil e agora editada pela Biblioteca do Exército que republica em 1980.

Em 1924 é publicada em São Paulo pela Companhia Melhoramentos a obra *Recordações da Campanha do Paraguai* de José Luís Rodrigues da Silva<sup>493</sup>. Logo no “Proêmio” da obra, José Luís Rodrigues expõe sua opinião sobre a guerra, que, naquele momento, divergia do que estava sendo reafirmado sobre a guerra, no sentido de culpabilizar Solano López, teoria criada logo no início do conflito e que fora abandonada pelo revisionismo adotado pelos positivistas. O autor escreve então que:

“Profusamente se tem escrito sobre a guerra do Paraguai, com mais ou menos eloquência, e por penas bastante hábeis. Nada, porém, existe impresso, que eu saiba, no tocante à vida íntima dos acampamentos do exército e sua pequena tática, podendo isso, todavia, alguma coisa servir de subsídio a publicações históricas de futuro, da memorável campanha de cinco largos anos, consequência imediata da do Estado Oriental do Uruguai, iniciada a 12 de outubro de 1864, a qual bem merece referências, apesar de sua duração de poucos meses, mas que custou ao Brasil enormes sacrifícios de muitos de seus abnegados filhos e de somas importantes do erário

---

<sup>491</sup> Idem, p. 113.

<sup>492</sup> Idem, ibidem.

<sup>493</sup> A primeira edição é datada do ano de 1924, mas utilizaremos a republicação feita pela Editora do Senado do ano de 2017.



público, canalizadas para a bolsa insaciável dos nossos insinceros vizinhos do Prata”.<sup>494</sup>

Ele ainda compreende que sua obra possui limitações que, em suas palavras “não visa o preenchimento de uma lacuna”<sup>495</sup>. O grande propósito de José Rodrigues é exaltar o soldado que lutou na campanha e que “os melhores esforços do soldado brasileiro, sempre menoscabado pelos governos da nefasta monarquia, que, sem contradição, detestava o exército, só tolerando-o por necessidade palpitante de sua existência criminosa”<sup>496</sup>. Pouco sabe sobre o autor, apenas que ele nasceu em 17 de abril de 1846, em Jaguarão do Sul, no Rio Grande do Sul, assentando praça no Exército em 1863; foi capitão reformado e general honorário do Exército Imperial, recebendo algumas condecorações em virtude de seus feitos na guerra, mas suas referências terminam no ano de 1866, último em que aparece no Almanaque de Oficiais, não possuindo igualmente dados relativos à sua morte. No ano de publicação da obra a guerra retorna à pauta da formulação histórica a partir de todo o movimento dos jovens oficiais do exército, mas o que teria feito à obra se José Luís, e a sua própria biografia, caírem no esquecimento? A resposta pode estar no seu texto.

Rodrigues da Silva não procurou criar um quadro histórico da guerra, somente indicava alguns traços que julgava interessantes para a construção da narrativa, mas entendia que, depois de decorrido tantos anos, esta poderia não estar em “perfeitas condições”. E ele tinha consciência disso. Menciona igualmente à Dionísio Cerqueira a ausência de notas escritas durante o período em que esteve na guerra e mesmo reconhecendo que a memória poderia falhar, ressalta que os fatos, por terem sido traumáticos talvez, não poderiam ser esquecidos, valorizando sua narrativa que deixa bem claro não ter caráter de literatura. Nesse sentido ele acaba se isentando de possíveis equívocos e alerta que

“Igualmente, cabe-me patentear que, escrevendo sobre assunto tão remoto, possível que nas minhas alusões a datas eu tenha claudicado por carência de notas arquivadas, visto apelar apenas para a memória, já em declínio pelo perpassar de três quartos de século; as ocorrências, contudo, como se gravam mais indelevelmente, se revestirão de genuína verdade, sem a menor preocupação de deturpá-la, prejudicando assim qualquer simpatia que porventura inspire esta despreziosa exposição, muito embora isenta de beleza literária”.<sup>497</sup>

---

<sup>494</sup> José Luís Rodrigues da Silva. **Recordações da Campanha do Paraguai**. Brasília: Editora do Senado, 2017, p. 17.

<sup>495</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>496</sup> Idem, p. 18.

<sup>497</sup> Idem, *ibidem*.

Uma das características de sua obra é perceber a influência do espaço, do meio ambiente, do clima e do desconhecimento da geografia da região, interferiram no cotidiano e na própria guerra, considerando as adversidades naturais um oponente mais terrível que os paraguaios. Essa percepção ficou marcada em sua memória sendo ressaltado o fato em diferentes partes de seu texto. Na página 36, por exemplo, comenta sobre as dificuldades da região, mas, ao mesmo tempo, critica a logística e a falta de planejamento da força militar imperial: “Hoje eram os vapores de carga que encalhavam no Uruguai por falta de água; amanhã, o gado de corte que escasseava por magreza; no outro dia, a boiada enfraquecida pela dureza da estação invernososa, impossibilitava-se de conduzir a carretame, no outro os caminhos intransitáveis”<sup>498</sup>.

As críticas foram a tônica de sua obra, o que pode ser um indício dos motivos que levaram ao seu apagamento. A primeira grande crítica foi com relação aos motivos que levaram ao conflito que, para ele não se justificaria pela quantidade de perdas materiais e humanas, como na passagem onde, comentando sobre o céu, o clima e o terreno, afirma que era um “pedaço de terra, de uma esterilidade desoladora, e onde, pela agrura lancinante da sorte, sepultamos boa soma das nossas melhores energias de moços fortes e robustos”<sup>499</sup>. E as críticas não pararam por aí. Rodrigues da Silva não acreditava no carisma de Solano López, bem como, não analisava o povo paraguaio como bárbaro ou que seguiriam cegamente as ordens do presidente. Da mesma forma, criticava o governo imperial, chamando-o de “imprevidente, dominando de negligência criminosa, foi o único responsável”<sup>500</sup> e afirmando que as derrotas e problemas não foram culpa do Exército e sim da falta de comprometimento do governo, o que podemos perceber na seguinte fala:

“É opinião correte que disporemos de exército idôneo, aparelhamento completo, se nossos homens políticos prestarem-lhe a atenção merecida. [...] Que não seja enormidade deseja-se, mas em número, ilustração e competência capazes de evitar a série de decepções monstruosas que na campanha experimentamos, custando vidas de subido valor, a par de absoluta orgia de dinheiro”.<sup>501</sup>

Se levarmos em consideração o momento de escrita e lançamento da obra, em plena década de 1920, onde o Exército se reorganiza e com a força do movimento tenentista, Rodrigues da Silva faz uma verdadeira apologia à força, ressaltando valores que estavam em voga naquele contexto. Se compararmos com as duas anteriores, *Recordações* vai de encontro

---

<sup>498</sup> Idem, p. 36.

<sup>499</sup> Idem, p. 75.

<sup>500</sup> Idem, p. 22.

<sup>501</sup> Idem, p. 55.

com a postura positivista de crítica ao conflito que, além de acreditar na falta de propósito da guerra, dignificava a postura dos paraguaios (“O inimigo miúdo, teimava em surpreender nossas linhas avançadas empregando artimanhas de todo quilate”<sup>502</sup>) e criticava a aliança com a Argentina que deveria ser celebrada com reserva e cuidado, pensando talvez que o maior inimigo não fosse Assunção, mas sim Buenos Aires;

“O nosso aliado argentino, posto que recebendo de nós gentilezas de toda sorte, manifestava, de contínuo, má vontade, prevenções e zombarias chulas, procurando sempre envolver-nos no ridículo, sem razão de ser. A causa, outra não era senão a inveja de nossos inesgotáveis recursos e progresso, sobretudo porque, durante toda a guerra, o efetivo do seu exército nunca foi além da quinta parte do nosso Humaitá, e daí por diante, pouco excedendo de 4000 homens [...] é o caso de confiar, desconfiando”.<sup>503</sup>

A narrativa memorialística de José Luís Rodrigues da Silva, apesar de exaltar o conteúdo patriótico e heroico da guerra, devidamente destacado por ele pela ação dos integrantes do Exército, expressava claramente os vários entraves e empecilhos ocorridos na campanha, bem como deixava clara a atuação de aproveitadores e oportunistas que aproveitaram para enriquecer as custas dos soldados que já estavam em condições de penúria devido às dificuldades encontradas. Desta forma, essa narrativa não atenderia, naquele momento, muito menos durante o governo Vargas onde essas obras eram relançadas e comemoradas como síntese do patriotismo, os anseios de valorização e misticidade da guerra, o que pode ter contribuído para seu esquecimento.

Os escritos sobre ou que utilizaram a guerra como interface não ficou somente nos diários e memórias, como vamos ver a seguir. O imaginário relativo à Tríplice Aliança pode ter sido mais fértil do que costumamos pensar.

### 3.1.3- A literatura

#### Segundo Antônio Cândido

“A literatura é, pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se ajusta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo.”<sup>504</sup>

---

<sup>502</sup> Idem, p. 83.

<sup>503</sup> Idem, p. 97.

<sup>504</sup> Antônio Cândido. **Literatura e Sociedade**. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2006, p. 84.

Ou seja, a literatura é um organismo vivo que reflete o contexto e a questão social, sendo produzida e divulgada de acordo com os mesmos. Ainda para o autor, compreender uma obra literária corresponde analisar três pressupostos: a posição o artista; a configuração da obra e o público a qual se destina.<sup>505</sup> Para Leonor Arfuch, “a literatura constitui um vasto laboratório para a identidade”,<sup>506</sup> então, a partir dessa premissa, algumas obras que versam sobre temas relativos à Guerra da Tríplice Aliança podem ser destacadas de acordo com o período de sua produção, a intencionalidade e a quem ela atingiria, para entendermos como circularam as mesmas. Não seria possível listar todas as obras produzidas, mas para efeito demonstrativo, escolhemos algumas que marcam o tipo de narrativa e o olhar que se tinha sobre o evento naquele determinado contexto.

Para entendermos a produção decorrente desse imaginário, devemos examinar a ideia de cultura política aliada à produção literária entre o período pesquisado. A noção de “modernidade brasileira” representa esse momento onde a forja da nação e da identidade deveria ocorrer como algo que fosse único, que rompesse com a cultura europeia. Segundo Antônio Edmilson

as ideias resultantes do embate entre uma substância brasileira e a tradição europeia, promovendo a identidade de um Brasil novo, mestiço e tropical, diverso e dilacerado em contraposição ao equilíbrio e às unidades europeias. Entretanto há uma busca por elementos que definam, de um lado, a inserção, com essas peculiaridades, no mundo ocidental e, de outro, a transformação deles em base para uma revisão historiográfica capaz de anunciar a força do novo país. [...] O progresso é visto como realização de autoconsciência da sociedade. Mas para apresentar esse novo projeto era necessário revisar a história e dar-lhe sentido novo, que delineasse o processo de avanços e mobilizações demarcado por critérios de racionalidade que permitissem entender a construção da nação que surge como conquista.<sup>507</sup>

A guerra então poderia ser tratada como esse momento de ruptura para a transformação da identidade do país. Podemos perceber nos textos as diferentes interpretações de acordo com o período da escrita. O primeiro, que não poderia ser diferente é a obra de Taunay “A Retirada da Laguna”. Alfredo-Maria-Adriano d’Escragolle Taunay (1843-1899), Visconde de Taunay em 1889, foi, segundo Wilma Peres Costa “um dos mais completos intelectuais brasileiros do século XIX e talvez aquele que tenha se identificado de forma mais

---

<sup>505</sup> Idem, pp. 33, 39 e 43.

<sup>506</sup> Cf. Leonor Arfuch. **O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 126.

<sup>507</sup> Antônio Edmilson Martins Rodrigues. “Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX”. In Mônica Leite Lessa e Sílvia Carla Pereira de Brito Fonseca. **Entre a monarquia e a República. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p.210 e 212.

completa com o projeto e o ideário do Segundo Reinado, no Brasil.”<sup>508</sup> Oriundo de uma família de letrados, artistas e militares em fuga após a queda de Napoleão e exilados em Portugal, que acompanharam D. João VI ao Brasil, os Taunay sempre estiveram ligados aos Imperadores e com participação ativa na política. Com Alfredo não seria diferente. Bacharelou-se em ciências e literatura no Colégio Pedro II em 1858 aos 15 anos de idade e no ano seguinte matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha no curso de Ciências Físicas e Matemáticas. Em 1864 Taunay havia alcançado a patente de segundo tenente de artilharia, faltando dois anos para a conclusão de seus estudos, quando inicia a guerra e ele acaba sendo incorporado ao Exército. Segundo as suas memórias, a carreira de armas, para sua família, era a única “para o homem superior”.<sup>509</sup> Com 23 anos incorporou à coluna expedicionária enviada ao Mato Grosso como ajudante da Comissão de Engenheiros. Em junho de 1867, com o término da Retirada, Taunay foi escalado para informar as autoridades o ocorrido na Campanha. A partir da insistência de seu pai, Taunay resolve escrever de fato os eventos que ainda estavam na sua mente, publicando então em 1868 na França *La retraite de Laguna*. Esse trabalho inicial contava com pouco mais de cinquenta páginas, e foi todo escrito em francês, contendo apenas os cinco primeiros capítulos da obra que conhecemos atualmente e uma dedicatória ao imperador.<sup>510</sup>

A recepção da obra foi aquém do esperado, então em 1871 é publicada, ainda em francês, o que consideramos como a versão integral da obra, sendo impressa pela Imprensa Nacional por determinação do Visconde do Rio Branco, então Ministro da Guerra, o que nos mostra como a obra interessava à formulação oficial da memória. A primeira tradução para o português foi realizada em 1874 por Salvador de Mendonça e publicada pela Tipografia Americana do Rio de Janeiro, mas somente em 1879 que se deu a versão definitiva da obra como a conhecemos hoje. Considerada por Antônio Cândido como uma das mais importantes obras do Romantismo,<sup>511</sup> devido à relevância conferida ao tema da nacionalidade, de cunho memorialístico, a obra é dividida em 21 capítulos e sua narrativa inicia com a apresentação do contexto histórico, do espaço geográfico e dos preparativos. Entre os capítulos 2 e 9, a narrativa versa sobre a chegada das tropas e o início das manobras, deixando bem clara a

---

<sup>508</sup> Wilma Peres Costa. “Taunay, Taunays: território, imaginários e escrita da nação”. In: Ana Beatriz Demarchi Barel e Wilma Peres Costa (orgs.). **Cultura e poder entre o Império e a República. Estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930)**. São Paulo: Alameda Editorial, 2018, p. 115.

<sup>509</sup> Alfredo d’Escragnoille Taunay. **Memórias**. Rio de Janeiro: Instituto Progresso Editorial, 1948, p. 99.

<sup>510</sup> Cf. “Prólogo da Primeira Edição”. In Alfredo d’Escragnoille Taunay. **A Retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 31-33.

<sup>511</sup> Antônio Cândido. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: EdUSP/Itatiaia, 1975, p. 296.

perda do entusiasmo inicial. A marcha especificamente é narrada ente os capítulos 10 e 21 quando chegam efetivamente ao destino, quando Taunay apresenta sua opinião sobre o saldo da campanha. Toda a narrativa contempla a noção da dicotomia entre a *civilização*, representada pelo Império, e a *barbárie*, no caso, o Paraguai, demonstrando mais uma vez seu alinhamento com a política nacional constituída e embasada pelo IHGB. Outro ponto de destaque é a tentativa de transformar José Francisco Lopes, o “Guia Lopes” em herói, o que somente vai ocorrer com a retomada da obra no contexto da década de 1920.

Em 1901 Ramiz Galvão publicou a segunda tradução da obra pela H. Garnier, mas a edição que se popularizou foi a feita pelo filho de Taunay, Affonso d’Escragnonle Taunay, que contou com 18 edições publicadas entre 1927 e 1975 por diferentes editoras. Segundo Wilma Peres Costa, “coube a ele consolidar um projeto de história que fazia convergir a saga familiar e a construção de um filtro crítico”<sup>512</sup> que colocou no ostracismo outras obras do autor e alçou “A Retirada” ao posto emblemático de obra prima. “A Retirada da Laguna” aborda além das inúmeras adversidades e provações da campanha, personagens que constituem o imaginário local, bem como colaborou para a criação de símbolos, heróis e narrativas que se tornaram a versão praticamente oficial dos fatos.

Seguindo o estilo de obras do romantismo de nossa literatura, foi publicado em Lisboa “Os Voluntários da Pátria - drama em 3 atos”, por Araújo Porto-Alegre, onde o autor escreve uma peça de teatro, tentando mostrar ao público as especificidades da formação dos batalhões de Voluntários. As três personagens principais representam aqueles grupos que por ventura foram a guerra, são eles: um filho de banqueiro, motivado pelo ardor à Pátria ultrajada; o filho de um comerciante, que buscava aventura e seguia para acompanhar seu amigo; e por último, um negro que fora alforriado e seguiu como voluntário para a guerra. A peça aborda a convivência de grupos tão distintos, mas sempre deixando clara a percepção de certa hierarquização no campo. Talvez a maior contribuição desta obra esteja em seu prefácio, onde Porto-Alegre afirma que a responsabilidade do livro é a de “fixar uma parte das feições do espírito da nossa sociedade que está se modificando”.<sup>513</sup>

Ao falarmos de literatura brasileira não podemos nunca deixar de fora o “Bruxo do Cosme Velho”. Joaquim Maria Machado de Assis, jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, nasceu no Rio de Janeiro em 21 de junho de 1839, e faleceu na mesma cidade em 29 de setembro de 1908. É o fundador da Academia Brasileira de Letras. Ocupou por mais de dez anos a presidência da Academia, que passou a ser chamada também de Casa

<sup>512</sup> Wilma Peres Costa. Op. Cit. P. 116.

<sup>513</sup> Araújo Porto-Alegre. “Os Voluntários da Pátria – drama em 3 atos”. Lisboa, 1877, p. 46.

de Machado de Assis.<sup>514</sup> Como grande observador de seu tempo, não deixaria de lado os acontecimentos referentes à guerra. Diversas de suas crônicas publicadas nos jornais versaram sobre pormenores e detalhes que as vezes poderiam passar despercebidos por uma pessoa comum. Machado escreveu sobre a questão das mulheres, da necessidade do voluntariado entre outras questões, mas, para fins de análise, vamos trabalhar com três contos publicados tempos depois do final do conflito: *Iaiá Garcia* (1878), *Troca de Datas* (1883), *Uma Noite* (1895) e *Um Capitão de Voluntários* (1906). Mesmo com tanto tempo de diferença entre os textos, algumas similitudes podem ser percebidas, o que nos leva a traçar uma espécie de panorama do olhar machadiano sobre a Guerra da Tríplice Aliança, principalmente sobre o recrutamento, como vamos ver a seguir.

O primeiro deles é *Iaiá Garcia*, o último romance da chamada “fase romântica” de Machado de Assis. Foi originalmente publicado como folhetim<sup>515</sup> ente 10 de janeiro e 2 de março de 1878, no jornal *O Cruzeiro* e tem como grande tema, que o associa ao Romantismo, a família, o amor e o casamento. Na história, Luís Garcia, era viúvo, um homem reservado que vivia exclusivamente para sua filha Lina (Iaiá), que aparece como uma garota mimada. Eles possuíam um círculo pequeno de amizades onde constava a presença da senhora Valéria, também viúva, que solicita ajuda de Luís para fazer a cabeça de seu filho Jorge, a fim de convencê-lo a ir para a guerra para esquecer uma grande paixão. Jorge que então fora frustrado em sua paixão e que fundia a realidade com romances por causa de seu forte apreço à literatura, resolve ir á guerra a fim de esquecê-la, mas não conseguiu e lá nos campos do Paraguai se manteve fiel à paixão, chegando a escrever carta a Luís Garcia onde afirma que a guerra o transformou de criança a homem. Por fim Jorge voltou da guerra coberto de glórias, mas sua mãe havia falecido e seu grande amor casado com outro. Jorge acabou se aproximando de Iaiá, que nutria paixão por outro, e, como todo bom texto do romantismo, no final acabaram se apaixonando e casando. O interessante é perceber que o texto aborda o voluntariado para guerra como uma fuga para um jovem apaixonado e, mesmo não abordando em detalhes o cotidiano da campanha, coloca como algo que o fez crescer. Existe ainda uma idealização ao abordar seu retorno cheio de glórias (fato este que aconteceu a poucos) e dificuldades pelo tempo de duração da mesma, e mesmo mencionando o conflito, este não

<sup>514</sup> Cf. <http://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/biografia>. Acessado em 26/01/2020.

<sup>515</sup> Sobre folhetins conferir: ABREU, Márcia. “Letras, Belas Letras, Boas Letras” In: BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). **História da literatura: o discurso fundador**. Campinas: Mercado de Letras, 2003; HEINEBERG, Ilana. “Miméticos, aclimatados e transformadores: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses.” In: ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX**. Campinas: Mercado de Letras, 2008, P. 497-522; MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

tem papel central na trama, parece ser apenas um “pano de fundo” para o transcorrer do tempo necessário à narrativa.

Entre maio e julho de 1883 é publicado no jornal *A Estação* o conto *Troca de Datas*. A história é sobre Eusébio, pessoa de temperamento “ardente” que, apesar de casado, a partir de um arranjo de família com a virtuosa e também “chata” Cirila, inicia um relacionamento com Rosita: “chamava-se Rosita; e era oriental. Eusébio assinou com essa representante da República vizinha um tratado de perpétua aliança que durou dois meses”.<sup>516</sup> Logo após, Eusébio vai à guerra e retorna com Dolores, “um belo tipo de argentina” com quem vive às turras em brigas violentas. Após idas e vindas, Eusébio retoma o casamento com Cirila que esperou pacientemente por todos esses anos, estabilizando a relação que se transforma então em um casamento feliz. O assunto do conto, o casamento que era o ideal na verdade (com Cirila) ocorreu em 1862 mas somente ficaram juntos em 1879, que explica o título da obra a partir da opinião de outro personagem, o tio João:

“ao vê-los agora tão unidos confirmou dentro de si mesmo a observação que fizera uma vez, mas modificando-a por este modo: - Não eram as naturezas que eram opostas, as datas é que não se ajustavam. O marido de Cirila é o Eusébio dos quarenta, não o outro. Enquanto quisermos combinar datas contrárias, perdemos o tempo; mas o tempo andou e combinou tudo”.<sup>517</sup>

Pensando na obra e sua relação com a guerra pode ser percebida nas metáforas dos relacionamentos de Eusébio: primeiro com Rosita, a uruguaia que podeter tentado representar o envolvimento do Brasil nas questões do Uruguai; depois com Dolores, representando a Argentina. Eusébio é ferido durante a guerra e retorna ao Rio para se tratar, mas devido às suas amantes, acaba voltando ao campo de batalha de onde sai cheio de condecorações, sendo elevado ao posto de major, objeto de glórias e aclamações em sua volta definitiva à Corte.

Publicado pela primeira vez na *Revista Brasileira*, em dezembro de 1895, o conto *Uma Noite* se passa no próprio cenário da guerra. Dois oficiais, Martinho e Isidoro estão conversando sobre as razões que os levaram a se alistar e Isidoro narra uma longa história sobre algo que lhe incomodava a consciência: seu amor por uma jovem viúva. Camila, mulher que estava claramente apaixonada por Isidoro, acabou indo morar próximo de sua residência, o que fez a família do rapaz buscar alternativas para evitar esse romance devido a inferioridade econômica da moça. Um dia, Isidoro descobre que Camila ficou louca, ou teve um acesso de loucura, pois quando chega perto dela ela lhe morde a mão, o que faz Isidoro

---

<sup>516</sup> Cf. Afrânio Coutinho e José Galante de Souza. **Enciclopédia da literatura brasileira**. 2ª ed. Vol 2 São Paulo/Rio de Janeiro: Global Editora, 2001, p. 936.

<sup>517</sup> Idem, p. 942.



abandoná-la, mas reencontra 4 anos depois, exercendo a profissão de atriz. Isidoro, apesar da hesitação, aceita o convite para visitar os aposentos de Camila e depois acompanha-la até em casa e lá ele acredita que a mesma esteja tentando seduzi-lo a fim de retomar o passado, mas ele a vê de outra forma: “Quanto mais olhava para ela, mais sentia que era uma aleijada do espírito, uma convalescente da loucura. A minha repugnância crescia, a pena também; ela fitando-me os olhos que já não sabiam rir, segurou-me pela mão com ambas as suas.”<sup>518</sup> Neste momento da narrativa Isidoro é morto por um tiro paraguaio. O conto é extremamente truncado e termina assim mesmo, talvez para deixar que o leitor tenha imaginação sobre o texto. Novamente o alistamento aparece como uma fuga de Isidoro devido a um amor não resolvido.

O último conto de Machado de Assis referente à guerra é *Um capitão de voluntários*. Publicado em 1906 na coletânea *Relíquias da Casa Velha*, parte da mesma temática dos anteriores, narrando a história de Emílio que se alista como voluntário da pátria, que, naquele momento estava abalado com a traição de sua mulher, com quem estava casado há vinte anos. O conto inicia com um parágrafo que explica a origem da história. Um homem de partida do Brasil, deixa com um amigo alguns manuscritos para ser publicados o que não faz por achar a história “penosa”. Os dois amigos morrem e cabe ao narrador essa tarefa, apresentando o cotidiano da amizade entre ele e o amigo Emílio que vivia maritalmente com Maria. A convivência entre eles fez com que o narrador se apaixonasse por Maria e eles se tornaram amantes. O romance dura até Maria perder o interesse nele que, acaba revelando a outro amigo, Barreto, confessando seu sofrimento e o desejo de se matar. Barreto fala para sua amante, que é amiga de Maria, e as duas conversam; Emílio ouve a história que decide não revelar a ninguém e se alista no corpo de voluntários da pátria morrendo um ano depois. Maria parte para o Rio Grande do Sul onde falece logo após Emílio. Apesar de não acreditar na guerra, Emílio parte para o campo de batalha, mas antes de partir ele argumenta que o Brasil deveria ter apoiado o Paraguai:

“Ora porque não! E depois, a guerra do Paraguai, não digo que não seja todas as guerras, mas palavra não me entusiasma. A princípio sim, quando o López tomou o Marquês de Olinda, fiquei indignado; logo depois perdi a impressão, e agora, francamente, acho que tínhamos feito melhor se nos aliássemos ao López contra os argentinos.”<sup>519</sup>

Interessante perceber que neste conto existe uma crítica bem clara à Tríplice Aliança, talvez por influência do positivismo que à época, ignorava e provocava o esquecimento da

---

<sup>518</sup> Idem, p. 1102.

<sup>519</sup> Idem, p. 688.

memória da mesma. Podemos perceber nestes contos de Machado uma crítica à forma como ocorreu o alistamento para a guerra, e a falta de patriotismo de quem fora combater mais apegados aos interesses pessoais do que aos interesses da nação.

Considerado como um escritor naturalista devido a riqueza nas descrições dos cenários, bem como do vocabulário regional, Herculano Marcos Inglês de Sousa, ou somente Inglês de Sousa, foi além de escritor, advogado, professor, jornalista e político, militando pelo Partido Liberal e eleito deputado provincial por São Paulo, bem como presidente das Províncias de Sergipe e do Espírito Santo. Pouco antes de falecer em 1918 foi eleito deputado federal pelo seu estado Natal, o Pará. Publicou em 1876 dois romances *O Cacaulista* e *História de um pescador*, mas a obra que nos interessa está na fase mais madura do autor que é uma coletânea de contos inspirados no cotidiano da região norte chamada de *Contos Amazônicos* (1892)<sup>520</sup>, mais precisamente no conto *O voluntário* que narra a história de Pedro e sua mãe, a velha tapuia Rosa que viviam numa vila as margens do rio, próxima a cidade de Alenquer, no interior do Pará. Pedro então é recrutado a força pelo Capitão Fabrício para servir na guerra e sua mãe segue numa tentativa de resgatar seu filho e encontra em Alenquer um antigo conhecido, advogado, que em dias passados já dormira em sua casa. Expõe para ele a situação ocorrida, recebendo sua ajuda com o intento de soltar seu filho. O advogado, que fica subentendido para alguns estudiosos ser o próprio Inglês de Sousa, procura na cidade contatar as autoridades locais para libertar Pedro, porém não consegue, já que o juiz que analisava o caso foi subordinado a enviar o jovem tapuio para o “Paço da Pátria”, isto é, para combater na guerra<sup>521</sup>. Em alguns trechos podemos perceber as críticas que Inglês de Souza fazia com relação ao tipo de recrutamento que fora imposto para a guerra, além de descrever como era o tipo do recrutado:

Pedro era em 1865 um rapagão de dezenove anos, desempenado e forte. Tinha os olhos pequenos, tais quais os do pai, com a diferença de que eram vivos, e de uma negrura de pasmar [...] O capitão Fabrício, nomeado recrutador em todo o termo de Alenquer, recebera ordem terminante do presidente da província para mandar pelo primeiro vapor um contingente de voluntários, custasse o que custasse.[...] — Eh, eh! Seu Pedro, você está um rapaz robusto, e devia ser voluntário da Pátria. O governo precisa de gente forte lá no sul para dar cabo do demônio do López. Ora é uma vergonha que você esteja a matar os pobrezinhos dos papagaios e a arpoar os inocentes dos pirarucus, quando melhor quebraria a proa aos paraguaios, que são brutos também e inimigos dos cristãos. Pedro balbuciava negativas e desculpas. Era filho único. . . não tinha jeito para a guerra. . . quem tomaria conta da pobre

<sup>520</sup> Inglês de Sousa. **Contos Amazônicos**. Coleção Acervos Brasileiros. São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018.

<sup>521</sup> Cf. Geraldo Brandão Neto. “Identidade e representação amazônica no conto O Voluntário de Inglês de Sousa.” Disponível em: <http://ojrbentes.blogspot.com/2016/09/> Acessado em 31/01/2020.

velhinha? Mas o capitão pôs-lhe a mão no ombro, dizendo em voz repassada de mel: — Pois então tenha paciência. Se não quer ser voluntário, está recrutado. [...] Foi uma cena terrível que teve lugar então. A velha Rosa, desgrenhada com os vestidos rotos, cobertos de sangue, soltava bramidos de fera parida. Pedro estorcia-se em convulsões violentas, e os soldados não conseguiam arredá-lo da mãe. Fabrício ordenando que levassem o preso, lançara ambas as mãos aos cabelos da velha e puxando por eles, procurava conseguir que largasse as roupas do filho. Os guardas impacientes e coléricos desembainharam a baioneta e começaram a espancar alternadamente a mãe e o filho, animados pela voz e pelo exemplo do sargento, ainda pálido pelo susto que sofrera. [...]O rapaz soltou um grito surdo, avançou contra Fabrício, arrancou-lhe a espingarda das mãos e brandiu-a sobre a cabeça do capitão, como se fora uma bengala. Quando ia descarregar o golpe sentiu-se agarrado. Era o sargento Moura e dois soldados, que saindo de um matagal próximo, moviam-se aproximando sem serem vistos. Ao ruído da luta, acudiu à velha Rosa, que, soltando brados lamentosos, tentou arrancar o filho aos soldados, mas o capitão Fabrício segurou-a por um braço e atirou-a de encontro a um esteio da casa. <sup>522</sup>

No texto não sabemos se Pedro retornou da guerra, somente existe um desfecho para sua mãe que passa a perambular pelas ruas de Santarém considerada como louca. Ao final uma trova popular falada por Rosa, que foi considerada como devaneio por conta de sua loucura, nos faz interpretar como Inglês de Sousa viu na verdade a guerra e suas consequências: “Meu anel de diamantes/ caiu n’água e foi ao fundo;/ os peixinhos me disseram:/ viva Dom Pedro Segundo!”.<sup>523</sup> A trova parece ser uma crítica a partir da utilização de um jogo de metáforas: o anel de diamantes como o imperador; caiu n’água e foi ao fundo: as consequências da guerra; os peixinhos: a crítica; e, por fim Dom Pedro Segundo como a própria Instituição monárquica.

Outro autor que usou a temática da guerra em sua obra foi Lima Barreto. Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu numa casa modesta, no bairro das Laranjeiras, na rua Ipiranga número 18, em 13 de maio de 1881. Sua mãe, Amália Augusta, era professora primária e diretora. O pai, João Henriques, formou-se e trabalhou como tipógrafo até fins da década de 1880, em jornais cariocas famosos, como *Jornal do Commercio* e *A Reforma*.<sup>524</sup> Como funcionário do Ministério da Guerra, Lima Barreto tinha contato direto com veteranos, mas precisamente os voluntários da pátria que iam reclamar seus direitos. Desse “aprendizado” Lima escreveu várias histórias como o conto *A matemática não falha*, onde relata a história do voluntário músico Agostinho Petra de Bittencourt que acreditava ser herdeiro de grandes fortunas depositadas no Tesouro Nacional, e por esse motivo,

<sup>522</sup> Inglês de Sousa, op cit. P. 12, 14, 15 e 16.

<sup>523</sup> Idem, p. 22

<sup>524</sup> Sobre a biografia de Lima Barreto cf. Lilia Moritz Schwarcz. **Lima Barreto: Triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

bombardeava o Ministério com inúmeros requerimentos para receber aquilo que acreditava ser de direito. O outro relato do autor, este muito mais pitoresco, é referente ao tenente honorário José Dias de Oliveira, descrito como um homem corpulento, já com idade avançada e abundantes e longas barbas, e sempre gesticulando muito, defendia o seu direito ao posto de major, pois antes da guerra fora tenente da polícia do Paraná e, uma vez alistado, fora feito tenente honorário do exército: duas vezes tenente, Oliveira acreditava que pela soma teria direito ao posto de major. *A Matemática não falha!*<sup>525</sup> Mas a obra célebre de Lima Barreto que se relaciona com a Guerra da Tríplice Aliança é *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Dividida em três partes, ela foi publicada em 1911 nos folhetins do *Jornal do Commercio* sendo a obra integral publicada em livro em 1915.

O romance fala de Policarpo Quaresma, um funcionário público que pretende valorizar a cultura do país. A história inicia em fins do século XIX, e tem como espaço a cidade do Rio de Janeiro, onde Quaresma é o subsecretário do ministro de guerra. Uma de suas ações é propor ao ministro o reconhecimento da língua tupi como língua nacional. Policarpo tem uma postura nacionalista forte e, segundo ele, os índios são os verdadeiros brasileiros. Após esse evento, Quaresma é tido como louco e permanece um tempo internado. Durante esse período, Olga (sua filha), o compadre de Quaresma e o professor de violão, Ricardo Coração dos Outros, que acreditam em suas ideias, são os únicos a visitá-lo. Após sair do hospital psiquiátrico, ele resolve se afastar da sociedade e passa a viver em um sítio. O local, situado na cidade interiorana de Curuzu (pode ser uma referência à guerra), ficou conhecido como “Sítio do Sossego”. A partir daí, ele se envolve com diversos políticos locais. Durante a Revolta da Armada, vai ao Rio de Janeiro com o intuito de apoiar o governo do Marechal Floriano, que estava sendo enfrentado pela marinha do país. No entanto, acaba sendo preso. Desiludido com a falta de patriotismo do povo, Quaresma encontra na figura do presidente um totalitário e cruel ditador. Acusado de traição pelo Marechal Floriano, além de preso é condenado ao fuzilamento.

Algumas passagens do texto são específicas com relação à guerra como, por exemplo, quando fala de Innocência Bustamante “antigo voluntário da pátria, possuindo honras de major, não havia dia em que não fosse ao quartel-general ver o andamento do seu requerimento e de outros. Num pedia inclusão no Asilo dos Inválidos, noutro honras de tenente-coronel, noutro tal ou qual medalha; e, quando não tinha nenhum, ia ver o dos

---

<sup>525</sup> Cf. Antonio Augusto Moreira de Farias e Rosalvo Gonçalves Pinto (org). **Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores**. Belo Horizonte: Ed. ViVa Voz / UFMG, 2012. Pp.75-81.

outros.”<sup>526</sup> Além dessas outras referências aparecem como lembranças e saudosismos, como no jogo de cartas onde o diálogo era sobre a guerra e de onde o trecho acima foi retirado. Quaresma é vizinho de Albernaz, um general que conta sobre grandes batalhas, incluindo a Tríplice Aliança, sem nunca ter lutado em nenhuma delas, visto que toda sua vida militar fora assistente de gabinete: “Nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse. Durante toda a sua carreira militar, não viu uma única batalha, não tivera um comando, nada fizera que tivesse relação com a sua profissão e o seu curso de artilheiro”.<sup>527</sup> Outros tipos são relatados, nesta obra que é riquíssima para compreendermos a passagem do século XIX para o XX, a partir de uma crítica social muito bem realizada por Lima Barreto, mas para além disso, a obra conta com a crítica ao “sistema de patentes” que ocorreu durante a guerra, onde eram recebidos altos postos apenas por trocas de favores e não por atuação destacada na mesma.

Nessa linha sobre literatura e a guerra não podemos esquecer-nos de Monteiro Lobato. Reconhecido pela vasta obra voltada para o público infantil, Lobato escreveu também sobre petróleo e ferro em obras de cunho nacionalista. Além disso, trabalhou como editor, favorecendo a publicação de livros de escritores novos, ainda desconhecidos no mercado. Formado em direito, chegou a trabalhar como promotor público. Com a morte do avô, em 1911, Lobato ganha a Fazenda Buquira como herança e vai viver no campo com a família. A nova ocupação permitiu uma dedicação às letras. Foi nessa época que Lobato publicou os primeiros textos, lançou uma coletânea dos melhores em Urupês. No livro, o público foi apresentado ao personagem Jeca Tatu, um dos mais importantes da obra do escritor. Jeca representava o atraso da vida no campo e causou polêmica na época. Os problemas financeiros obrigaram Monteiro Lobato a vender a fazenda. Em 1916, o escritor foi para São Paulo. Na capital, deu início à revista “Paraíba” e trabalhou para “O Estado de São Paulo”. No periódico “Onze de Agosto”, publicou textos sobre o teatro. Em 1921, o escritor distribuiu “A Menina de Narizinho Arrebitado” para escolas. A história infantil fez sucesso e Lobato continuou a produção. Mas se notabilizou igualmente pelas críticas feitas ao governo o que lhe rendeu prisão durante o Estado Novo. Aqui nos interessa pensar no olhar que Monteiro Lobato teve sobre a Tríplice Aliança, e nesse sentido, duas obras se fazem indispensáveis: “As fitas da vida” – presente na coletânea de contos “Negrinha”; “Veteranos do Paraguai” e “Uruguaiana” – ambos presentes em “A Onda Verde”.

---

<sup>526</sup> Cf. Lima Barreto. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras\\_completas\\_literatura\\_brasileira\\_e\\_p\\_ortuguesa/LIMA\\_BARRETO/TRISTE\\_FIM/TRISTE\\_FIM.HTML](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_p_ortuguesa/LIMA_BARRETO/TRISTE_FIM/TRISTE_FIM.HTML). Acessado em 20/01/2020.

<sup>527</sup> Idem, ibidem.

*Negrinha* é um livro de contos lançado em 1920, com personagens que representavam a sociedade brasileira daquele contexto. Nele existem textos que falam do poder arbitrário dos coronéis e que expõe a mentalidade ainda escravocrata persistente no país.<sup>528</sup> Está igualmente retratado um fazendeiro falido, um jardineiro que fazia poesia das flores, uma viúva cruel, uma criança negra maltratada e um gramático ranzinza. Mas o texto que nos interessa chama-se “As fitas da vida” que retrata a história de um senhor idoso, que foi soldado na guerra da Tríplice Aliança, ficando, por este motivo, cego. Esquecido por todos, ele se sentia um inútil e desamparado, encontrando frágil consolo nas lembranças dos tempos de campanha e sonhando em reencontrar o “seu capitão”.<sup>529</sup> Sua vida recebe um caminho diferente quando, por engano, ao invés de ser encaminhado para o Asilo de Inválidos da Pátria, acaba sendo enviado para a Hospedaria de imigrantes e dali para lavouras de café. Como não poderia trabalhar, acabou indo para a hospedaria onde um funcionário, comovido com aquele senhor, faz uma série de perguntas e, conhecendo sua história, a leva para o diretor do local e a história do velho veterano de 1870 toma outro rumo. O veterano, que tinha tanta fé no seu capitão, acabou sendo levado ao encontro de uma pessoa que se revelou o agora Major Boucalt que o ajuda, conforme ele acreditava que fosse acontecer, enviando-o para um hospital onde foi tratado de sua cegueira, voltando a enxergar. O interessante nessa história de Monteiro Lobato é a crítica ao tratamento dispensado aos veteranos e principalmente a atuação do Asilo de Inválidos da Pátria. Nota-se claramente que Lobato quis dizer que se não contasse com a ajuda de particulares, esses veteranos não conseguiam as condições mínimas de sobrevivência, pois foram abandonados pelo governo. Fato este comprovado pela frase “Triste destino o dos cacos de gente”, onde Lobato exprime sua opinião sobre aqueles que retornaram da campanha e que não receberam a atenção prometida: “cacos de gente”.

Publicado em 1922, pela editora de sua propriedade, a Monteiro Lobato & Cia, *Onda Verde* trazia em suas páginas uma série de reportagens publicadas pelo autor sobre seu olhar para a chamada “onda verde” de cafezais que cobria São Paulo.<sup>530</sup> Nessa coletânea, além do assunto principal, Lobato dedicou três “artigos” sobre suas reflexões relativas à guerra: “Veteranos do Paraguai”; “Uruguaiana” e “O pai da guerra”; sendo este último referente à Primeira Guerra Mundial que não vamos examinar. Acredito que sua produção estivesse relacionada com o grande impacto de a Primeira Guerra causou em todos, o que

---

<sup>528</sup> Monteiro Lobato. **Negrinha**. São Paulo: Record, 1974.

<sup>529</sup> Monteiro Lobato. “As fitas da vida”. In: **Negrinha**. São Paulo: Record, 1974.

<sup>530</sup> Monteiro Lobato. **A Onda Verde**. 1ª edição. São Paulo: **Monteiro Lobato** & Cia. Editores, 1922;

possivelmente o fez refletir sobre a nossa grande guerra. Está exposta em “A Onda Verde” a opinião que Lobato possuía sobre as guerras:

“A apoteose dos heróis, a apresentação estética de todos os crimes, o embelezamento sistemático da carniçaria, o exaltamento das virtudes guerreiras, revigoram, na vitória, a mentalidade bélica enfraquecida nos anos de paz. Na derrota, o sofrimento injusto, a espoliação do inocente, a insolência da pata invasora, criam o ódio mortal e põe em todas as almas uma ideia suprema de vingança.[...] pois os povos não fizeram a guerra. Eles são vítimas da guerra, porque são vítimas do monstro Estado. O monstro empolga-os e a partir da escola organiza a mentira viva de que se alimenta e em que se rebolca.”<sup>531</sup>

Na narrativa Lobatiana, a porta de entrada para guerra foi a retomada de Uruguaiana. No texto “Uruguaiana” Lobato escreve uma espécie de resenha sobre a sugestão que recebeu em relação a leitura de trechos do diário de André Rebouças, que àquela época, estava sendo publicado por Yan de Almeida Prada na *Revista do Brasil*, que era, desde 1916, editada pelo próprio Monteiro Lobato.<sup>532</sup> Nesse sentido, os relatos de Rebouças, em sua maioria trágicos e descarnando a verdadeira guerra, teve, nesse momento, participação decisiva nos debates sobre as consequências da guerra e sua relação com o projeto civilizador brasileiro. Rebouças que além de político abolicionista e amigo pessoal do imperador, foi engenheiro e primeiro tenente na Campanha do Uruguai em 1866, apesar de mulato, tornou-se figura simpática à Lobato pela sua construção de “herói modernizador”, de encontro com o pensamento do escritor para aquele momento da história do país. O diário, que esteve sob poder de Yan e Lobato, só foi publicado integralmente em 1973. Entre outubro e dezembro de 1920, apenas alguns trechos apareceram na *Revista do Brasil*, textos esses que podem ter influenciados os posteriores, visto a grande percepção de civilização X barbárie que Rebouças implementou em seus escritos, que eram notas soltas, sem a preocupação de constituição de algo coeso.<sup>533</sup> Rebouças via a guerra como um pesadelo e fez com que Lobato satirizasse a memória do conflito como um fator de manipulação política da sociedade, como podemos perceber nesse trecho:

“Uruguaiana!... Palavra sonora que sugere mil coisas distantes, apagadas já, apesar de transcorridos menos de sessenta anos da tragicomédia de Canabarro e Estigarribia, dois hipopótamos, afins na bravura e na incapacidade mental. Foi de ontem a Guerra do Paraguai; seus veteranos ainda vivem por aí ao léu, às dezenas; no entanto, parece um fato de priscas

<sup>531</sup> Monteiro Lobato. “O pai da guerra”, op.cit., p. 53 e 57.

<sup>532</sup> Cabe ressaltar que a *Revista do Brasil* tem, durante a década de 1920, uma série de textos relacionados à guerra da Tríplice Aliança e que merecia um estudo mais aprofundado, o que não nos caberia neste trabalho.

<sup>533</sup> Cf. Francisco Alembert. “História a contrapelo segundo Monteiro Lobato”. Site do Projeto **Monteiro Lobato e outros Modernismos Brasileiros (1882-1948)**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outras/ArtigoXico.pdf>

eras – tão rapidamente o Brasil evoluiu daí para cá, aos pinotes. Uruguaiana está na história devidamente estilizada ao sabor do paladar patriótico. Tem isso a história de generoso: estiliza os fatos, descasca-os dos realismos dolorosos, desfigura-os num sentido estético. É o meio da humanidade poder ver-se com bons olhos...”<sup>534</sup>

Nesse trecho conseguimos perceber a crítica de Monteiro Lobato ao Estado (que em diferentes contextos ele chamou de “Parasita”), onde não sabemos se ele fala exatamente do Império ou desse republicano de sua época, relacionando a “mentira” com a “tragicomédia de Canabarro e Estigarríbia, dois hipopótamos, afins na bravura e na incapacidade mental”. Novamente Lobato realiza críticas com relação ao destino dos veteranos que “ainda vivem por aí ao léu”, bem como fala da estilização de Uruguaiana, acredito que relaciona a todo simbolismo que fora criado a partir de sua tomada, inclusive com a presença do imperador da chamada “Rendição”. Em outro ponto do texto Lobato descreve em tom sarcástico os dois e das táticas tacanhas de guerra, descritas por Rebouças, como um “desfile militar onde a artilharia colocou-se sob o alcance da fuzilaria paraguaia”, bem como a Argentina que, para ele, via o Brasil como “Império sonso”.<sup>535</sup> Lobato critica a continuidade da guerra pós Uruguaiana, desmistificando a mesma quando afirma que:

“Uruguaiana caiu, pois, de madrugada; e estaria terminada a guerra se Pedro II não cometesse o erro de reincidir no erro de López, invadindo-lhe os domínios. Essa invasão custou rios de dinheiro e de sangue, amamentou a Argentina e deu com a monarquia em terra. Cinco anos de guerra foram suficientes para desenvolver entre nós o germe do militarismo, o qual, senhoreando-se da situação, fez uma República para uso e gosto dos militares. Do ponto de vista humano, bem como do ponto de vista imperial, prosseguir na guerra foi um desastre. Uruguaiana deveria ter sido um ponto final. O fazê-la vírgula, deu com o Império em terra. Que grande ciência, na política, a ciência da pontuação!...”<sup>536</sup>

No outro texto integrante da obra, que se relaciona com a temática da Tríplice Aliança, *Veteranos do Paraguai*, fala especificamente sobre os Voluntários da Pátria.<sup>537</sup> Podendo ser considerado um conto, ele inicia a história da forma como escreve suas obras voltadas para o público infantil na “Rua da Palha da cidade de Três Estrelinhas”<sup>538</sup> e inicia a descrição de um cenário desolador, muito semelhante ao que o modernismo passava a mostrar naquele momento: “Foi lá que vimos, uma tarde, sentado num mocho de três pernas, à porta dum casebre, esse velho cujo cadáver ali passa na rede com rumo ao cemitério. De bruços num

<sup>534</sup> Monteiro Lobato. **A Onda Verde e o Presidente Negro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951, p. 95.

<sup>535</sup> Idem, p. 98.

<sup>536</sup> Idem, p. 99.

<sup>537</sup> Monteiro Lobato. “Veteranos do Paraguai”, in: **A Onda Verde e o Presidente Negro**. Op. cit, pp. 35-40

<sup>538</sup> Vemos essa cidade aparecer, por exemplo, em “Memórias de Emília”. Cf. Monteiro Lobato. **Memórias da Emília**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.



porretão de cego, atentamente ouvia ler notícias da Grande Guerra a um menino descalço, de cócoras à soleira da porta”.<sup>539</sup> O narrador então comenta que o velho lia sobre a Primeira Guerra (“Os alemães por esse tempo batiam de obuses os muros de Namur”) quando ouviu sair de sua boca um nome: Curupaiti, afirmando então ter percebido que se tratava de um veterano da guerra de 1870 e se interessando por ele.<sup>540</sup> Seu nome era Pedro Alfaiate, “um soldado de 70, disseram-me. Depois da guerra se fez alfaiate, músico e vendedor de loteria, sucessivamente, até que cegou e entrou a viver por aí ao Deus dará, roendo a meia pataca do soldo”.<sup>541</sup> Em seguida, confirma o interesse naquele homem pois “Os velhos são livros vivos, compostos pela vida! [...] Mas um velho soldado é sempre um livro interessante, rico de incidentes, pitoresco e não raro heroico.”<sup>542</sup> Então o velho Pedro Alfaiate começa a contar sua história narrando que foi para a guerra com 19 anos e como voluntário da pátria. Menciona as batalhas mais emblemáticas e comemoradas da guerra como Curupaiti, Estero Bellaco, Lomas Valentinas Itororó e Peribebuí, narradas pelo veterano com riqueza de detalhes. O velho homem diz que

“Não existe horror maior do que a guerra. A gente durante a peleja vira monstro e perde a qualidade de homem. Matar, matar!... É um delírio, uma perfeita bebedeira de ferocidade. Para que mentir? Nesse momento matar é uma delícia – matar, matar, matar... Enterrar o ferro agudo na carne viva do inimigo, urrar ao vê-lo esguichando sangue e dobrado de dor, arrancar o ferro da ferida, saltar por cima do ferido que se estorce, atirar-se a outro que vem feito sobre nós, fugir-lhe ao golpe, retrucar, varar-lhe o peito...”<sup>543</sup>

A partir dessa reflexão toda a história é intercedida por travessões, o que nos demonstra algo como se o veterano deixasse fluir sua memória. Mas ao final, algo chama bastante a atenção do leitor: ao falar sobre a o terror da guerra, Pedro Alfaiate afirma que a melhor lembrança que possui foi a entrega de roupas e alimentos à cerca de três mil mulheres rotas e famintas, onde conclui que aquele episódio “Foi bonito, foi, foi...”.<sup>544</sup> O texto é seguido por uma linha de pontos a fim de separar o que fora dito pelo veterano da reflexão do autor/narrador. Nesse momento Lobato fala rapidamente de outro que também participara da guerra, mas somente assistindo visto que em todas as batalhas ou estava no hospital ou escondido. Então acredito que neste momento aparece a crítica mais ácida de Monteiro Lobato que nos faz parecer que o “covarde” que foi considerado um visionário, pois “se

---

<sup>539</sup> Monteiro Lobato. “Veteranos do Paraguai”, in: **A Onda Verde e o Presidente Negro**. Op. cit, p. 35

<sup>540</sup> Idem, p. 36

<sup>541</sup> Idem, ibidem.

<sup>542</sup> Idem, ibidem.

<sup>543</sup> Idem, p. 37

<sup>544</sup> Idem, p. 40.

recusava a participar” da guerra e teve grande destaque naquele contexto político do Brasil enquanto “este velho soldado era o verdadeiro tipo do herói humilde, que o é sem saber”<sup>545</sup>, vivia o final de seus dias à míngua, sem reconhecimento ou valorização, criticando desta forma, a fabricação das memórias e seus heróis no contexto posterior ao final do conflito, bem como os apagamentos que foram feitos.

### 3.1.4 - Os intelectuais da década de 1920 e a construção do mito da guerra

A situação de classe e a situação geracional (o pertencimento mútuo a anos de nascimento próximos) tem em comum - como consequência de uma posição específica ocupada pelos indivíduos por ela atingidos no espaço de vida sócio histórico -, a limitação desses indivíduos a um determinado campo de ação e de acontecimentos possíveis, produzindo, dessa forma, uma forma específica de viver e de pensar, uma forma específica de intervenção no processo histórico.<sup>546</sup>

Para pensarmos nos intelectuais que escreveram sobre a guerra na década de 1920, recorreremos ao conceito de geração explicitado por Mannheim onde analisa a partir da ótica da posição ocupada por esses indivíduos e de suas ações, ambas de forma específica, a similaridade entre elas o que poderia dar a ideia de uma continuidade ou ainda de uma pseudo similaridade entre elas, o que configuraria a questão geracional. Os indivíduos interligados por uma geração compartilham um determinado posicionamento, parecido com o posicionamento de classe, que pode ser percebido pela pressão social da sociedade, mas que não pode ser abandonado simplesmente por um ato de vontade. Nem é necessário que os indivíduos de uma geração estejam conscientes deste posicionamento. Não significa a uniformidade de pensamento dos membros da mesma geração, mas a existência de uma referência que se coloca como realidade objetiva para os indivíduos. O conceito de “posicionamento” da perspectiva sociológica de Mannheim permite uma análise muito interessante das condições de ação do indivíduo, pois ao mesmo tempo restringe e orienta. Por um lado, o posicionamento elimina um grande número de possíveis formas e maneiras de vivência, pensamento e percepção, limitando o espaço de ação de cada pessoa ao que é possível e “pensável” no contexto da sua geração. Por outro lado, este posicionamento não só limita, mas também estrutura o campo de ação no sentido de tendências existentes para determinadas maneiras de comportamento, pensamento e sensação. Se o posicionamento pela

---

<sup>545</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>546</sup> MANNHEIM apud Wivian Weller. “A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim”. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 25, n.2, mai/ago, 2010, p. 209-210.

geração aponta para chances e limites em uma perspectiva temporal, o posicionamento pela classe significa os diferentes espaços de ação em um determinado momento histórico.

Nesse sentido, estamos pensando em intelectuais, não do ramo modernista, mas àqueles que, de alguma forma, além de publicarem estavam alinhados com o discurso político que possibilitou na década seguinte à ascensão da ditadura varguista. Outro detalhe acerca dessas interpretações é que elas vão se tornar a chamada “história oficial da guerra”, elegendo quem e o que deveria ser lembrado ou esquecido. Traçaremos algumas linhas para mencionar o trabalho de cinco deles que, além de alinhados com a questão política, tinha outro detalhe em comum: a crítica ao revisionismo que era a tônica desde o início do século XX.

Para entendermos esse momento intelectual nos anos 20, devemos, antes de tudo, pensar em como o Paraguai se comportou no período imediatamente posterior à guerra e qual o caminho tomado pela política paraguaia após a saída da intervenção brasileira. Os anos que seguiram ao final da guerra foram complicados para o Paraguai não somente em termos econômicos, mas as disputas políticas e os sucessivos golpes trouxeram a instabilidade social e a quase inoperância das estruturas culturais. Antes do conflito, poucas escolas existiam, notadamente na capital e, em 1844 o Congresso Nacional resolveu autorizar o presidente Carlos Antônio López a enviar estudantes para prosseguir seus estudos na Europa, a fim de formar profissionais. Essa proposta só foi colocada em prática a partir de 1858 quando, à custa do Estado, um primeiro grupo de 16 jovens, selecionados em diferentes estabelecimentos de ensino, foi enviado à Inglaterra e França para estudar direito, química e farmácia; em 1863, Francisco Solano López envia outros 39 jovens com o mesmo propósito. Entre esses jovens estavam nomes como Juan Crisóstomo Centurión, Cândido Pastor Bareiro Caballero, Andrés Maciel, Gaspar López, Gregorio Benítez, Miguel Palácios, Cayo Miltos e Juan Bautista del Valle.<sup>547</sup>

---

<sup>547</sup> Sobre esses jovens temos referências de sua importância política quando retornaram ao Paraguai. Juan Crisóstomo Centurión: coronel na Guerra da Tríplice Aliança lutou até 1870 quando foi feito prisioneiro e enviado ao Brasil, conseguindo em seguida permissão para ir a Paris; retornou a Assunção em 1878, onde passou a editar o jornal *La Reforma* e serviu como procurador – geral do presidente Bernardino Caballero, além de integrar a comissão que criou o Colégio Nacional; foi integrante do Superior Tribunal de Justiça, Senador e parte importante nas negociações durante a guerra do Chaco; faleceu em Assunção em março de 1909, estando enterrado na Recoleta em ataúde recoberto com o estandarte do Instituto Paraguaio, sendo um de seus fundadores. Cândido Pastor Bareiro Caballero: foi um diplomata durante o governo de Solano López e se tornou importante líder político a partir de 1870, chegando a presidência em 1878. Durante seu governo o Paraguai tomou posse da região do Chaco; foi presidente do país de 25 de novembro de 1878 a 4 de setembro de 1880, quando morreu. Andrés Maciel: nomeado secretário do General Barrios durante a guerra da Tríplice Aliança. Gaspar López: ministro interino das Relações Exteriores do Paraguai, acusado de traição, foi executado a mando de Solano López, no evento conhecido como *Matanza de San Fernando* em dezembro de 1868. Gregorio Benítez: diplomata, foi Secretário de Solano López e partiu em 1864 para missão na Alemanha, a fim de difundir a “causa paraguaia” na Guerra da Tríplice Aliança; foi membro da Honorable Junta Municipal e Ministro das Relações Exteriores em 1894 e Senador; dirigiu o jornal “Pátria” e deixou grande número de obras sobre a história e

A guerra e as questões do pós-guerra foram decisivas na formação da geração que se seguiu a esses nomes. A chamada “*Geração dos 900*”, se representou a renovação não somente nos modos de vida, mas também nos sistemas de orientação intelectual e por todo um método distinto de enfoque histórico dos “desencontros” após 30 anos de terminação do conflito. Esse “Renascimento paraguaio” ocorreu com jovens nascidos entre 1865 e 1935, formados pelo *Colégio Nacional da Capital* (criado em 1877) e pela *Universidade Nacional de Assunção* (criada em 1889, onde muitos deles se tornaram professores nos anos seguintes). Além disso, uma parte desses jovens dos “900”, juntamente com outras figuras de proeminência em Assunção, fundaram o *Instituto Paraguayo*, núcleo intelectual, um espaço cultural destinado à pesquisa e debates sobre a história e a formação do povo paraguaio, que ainda produziu uma revista possibilitando debates entre os membros da geração.. Esse movimento. A base fundamental desta mudança de paradigma pode ser percebida pela apropriação do *Arielismo*.<sup>548</sup> Nesse sentido, a historiografia paraguaia foi retrabalhada, a partir de um viés ideológico, com ideário político que levou à uma noção do passado, onde intelectuais e atores políticos se confundiam fazendo história.

Dentre os principais expoentes do que seria a “*Geração dos 900*” podemos destacar nomes que logo estariam em cena na política do país<sup>549</sup>. Dentre eles estavam: Blas Garay (1873-1899) que por decreto de 03.03.1896 foi nomeado Encargado de Negocios en Madrid y Secretario de la Legación em Paris e Londres, aproveitando a oportunidade e pesquisando no Arquivo das Índias, sendo o primeiro paraguaio a realizar essa tarefa; Manuel Dominguéz (1868-1935) – Chanceler (1902); Vice-Presidente (1902-1904); revoltoso em 1904 e Ministro da Justiça em 1911. Seus principais trabalhos estão reunidos em “*La traición a la patria*” (1899) e “*Alma de la Raza*” (1918); Arsênio López Decoud (1867-1945) – autor do “*Álbum Gráfico de la Republica del Paraguay – edición del Centenario de la Independência*”; Fulgêncio Moreno (1872-1933) - Ministro da Fazenda (1901-1903); Chanceler (1912), Plenipotenciário nas principais negociações com a Bolívia e colaborador permanente de *La*

---

diplomacia paraguaia. Miguel Palácios: Senador, escrevia para o jornal “*La Renegeracion*” Cayo Milto: formado em direito pela Sorbonne, participou da formulação da Constituição de 1870, sendo inclusive o primeiro vice-presidente após sua promulgação; morreu em 1871 em decorrência de uma epidemia de febre amarela. Juan Bautista del Valle: lutou na Guerra da Tríplice Aliança, considerado o “detentor do ouro de López”. Para esses e outras biografias de personagens da história paraguaia, cf. <http://bibliotecanacional.gov.py/> (acesso em 01/05/2019) e <http://www.portalguarani.com> (acesso em 01/05/2019).

<sup>548</sup> Corrente ideológica derivada da obra *Ariel* (1900) do uruguaio José Enrique Rodó que propunha um resgate da cultura latino-americana em seu conjunto; influenciada pela intensa imigração para a América Latina na virada do século e pela intervenção americana na Guerra de Cuba (1898), buscava retomar a “consciência hispânica”.

<sup>549</sup> Para melhor conhecer as biografias desses homens, sugiro conferir a página do Ministério da Cultura do Paraguai, na seção Biografias. Diccionario Biográfico; Forjadores del Paraguay. Disponível em: [https://www.mec.gov.py/cms\\_v2/recursos/5812](https://www.mec.gov.py/cms_v2/recursos/5812)

*Prensa* de Buenos Aires, com seus artigos sendo recompilados em *La ciudad de Asunción* (1926); Ignacio A. Pane (1879-1920) – escritor, catedrático e sociólogo; Elígio Ayala (1879-1930) - Intelectual do Partido Liberal, foi Deputado. Ministro da Fazenda (1919 e 1928-1930); Presidente, (1923 e 1924-1928); Manuel Gondra (1871-1927) – Presidente da República durante a era liberal, é considerado por parte da historiografia paraguaia como a mais alta expressão da intelectualidade paraguaia nas primeiras décadas do século XX, foi representante do Paraguai na Convenção Interamericana de Direito Internacional e Juan de O’Leary (1879-1969) – professor e político. Poderiam ser incluídos nesse grupo, apesar de possuírem mais idade Gregório Benítez (1834- 1909) e Cecílio Baéz (1862-1941), e os que retornaram ao Paraguai logo depois da guerra entre os quais estavam José Segundo Decoud (1848-1909) e Juan Silvano Godoy (1850-1926). Alguns estrangeiros também fizeram parte desse contexto como Rafael Barrett, Guido Boggiani e Viriato Díaz Pérez.

Em 1901 chegou a Assunção os argentinos Martin Goicoechea Menéndez (1875-1906), e José Rodrigues Alcalá (1875-1958). Logo em 11 de junho Goicoechea escreve no jornal *La Patria* um artigo intitulado *Las ruinas gloriosas, Ante Humaitá*, com dedicatória ao escritor paraguaio Manuel Dominguéz, onde compara a fortaleza da Humaitá e o templo à alma do Dr. Gaspar de Francia, presidente antes de Carlos López, afirmando ser ambas invulneráveis. O texto fora contestado no dia seguinte, na mesma folha por Manuel Dominguéz, que era precedido de um comentário elogioso ao argentino. Nesse caso não houve polêmica. Goicoechea encerra a sequência de textos com a publicação de *Los hombres montaña*, em que fazia referências à Solano López, afirmando que ele “não era torres como uma igreja mas montanhas entre as eminências de sua época”.<sup>550</sup> Goicoechea se vinculou ao *Instituto Paraguayo* e se tornou amigo pessoa de Juan de O’Leary, desenvolvendo estudos e textos relativos à Guerra da Tríplice Aliança, se dedicando por quatro anos a escrever o plano de um vasto poema sobre a “epopeia paraguaia”. O texto surge então na revista do *Instituto Paraguayo* em 1902 sob o título de *Rima Guaireñas*, onde afirmava que a “raça guarani” era a base da nação paraguaia.

Nesse mesmo ano as eleições presidenciais ocorreram de forma tumultuada e fraudulenta: o exército estava dificultando o acesso ao voto de membros dos dois partidos, o que para a Legação brasileira representava uma ameaça de instauração de uma ditadura militar. Em outubro de 1902 o Congresso paraguaio proclamou a eleição do Coronel Juan E.

---

<sup>550</sup> Liliana M. Brezzo. “El Paraguay en cinco momentos historiográficos: retos y perspectivas”. In: J. CASAL; T. WHIGHA. (Orgs.). **Paraguay: El nacionalismo y la Guerra – Actas de las primeras jornadas de Historia del Paraguay em la Universidad de Montevideo**. Asunción: Servilibro, 2009, p. 113.

Escurra como presidente e o Dr. Manuel Dominguez como vice-presidente, ambos apoiados pelo exército. Esse grupo ampliou a hostilidade contra os países que compuseram a Tríplice Aliança e foi o período de início efetivo da campanha lopizta. O lopizmo foi um movimento para recuperar a figura histórica de Francisco Solano López. Declarado “traidor da pátria” em 1869, quando ainda era vivo e reconhecido como presidente do país. Doratioto acredita que López não era bem um traidor, mas sim um tirano, título esse que vai lhe acompanhar por pelo menos 50 anos.<sup>551</sup> Ao final do XIX irmãos queriam “execrar sua memória”.<sup>552</sup> Seu maior crítico na virada do século XIX para o século XX foi Juan Crisóstomo Centurión que publicou entre 1894 e 1904, *Memorias o reminiscencias históricas sobre la guerra del Paraguay*, um retrato devastador de López. Mesmo sendo considerado anti-lopista, Centurión afirmou que, apesar de todas as suas falhas, López era um grande homem, superior aos seus críticos. Ele condenava ainda sua covardia, evitando a responsabilidade quando a ação falhou, culpando subalternos e denunciando as deserções que ocorreram no exército paraguaio no início do conflito, fato que desmentia as afirmações dos defensores de López sobre o nacionalismo e patriotismo da população e não se esqueceu de mencionar a atuação do ministro americano Charles Ames Washburn que propôs uma retirada de López para a Europa, como forma de terminar a guerra. Para Centurión, a recusa de López ajudou a destruir a nação, bem como a evacuação de Assunção provocou o sofrimento dos civis. Ao mesmo tempo, surgia um grupo muito forte de apoiadores de Solano López, incumbidos de ressaltar sua memória. O nascimento dessa corrente – o lopizmo – atendeu a um vazio ideológico, contudo a escolha da figura de López poderia ter um motivo menos honroso. O movimento lopizta era regular, adquirindo adeptos em todos os níveis e grandes proporções no Paraguai. Itiberê da Cunha chegou a ressaltar que o jornal paraguaio *La Patria*, que defendia López e invocava o espírito belicoso, era pertencente a herdeiros de López.<sup>553</sup> Em 1904 inicia uma revolta do partido liberal que obriga diversos políticos antigos a se exilarem do Paraguai. O retorno desses homens aumentou a propaganda lopizta e mudou os rumos da história paraguaia.

No Brasil, os positivistas, com o ideário de universalismo, criaram uma comissão denominada “*Benjamim Constant*”, organizada por volta de 1891, que tinha como objetivo pressionar o governo pela devolução dos chamados “troféus de guerra”, materias apreendidos

---

<sup>551</sup>Francisco Doratioto. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 74.

<sup>552</sup> Idem, p. 200.

<sup>553</sup> Idem, p. 87.

no Paraguai durante a guerra, bem como o perdão das dívidas, e pretendiam, a partir da ideia de revisionismo, enaltecer a imagem de Solano López e inocentá-lo pelo início do conflito, responsabilizando o regime monárquico brasileiro. Na década de 1920, como vimos anteriormente, boa parte desses positivistas já estavam fora da cena política abrindo espaço para o início da crítica ao revisionismo paraguaio e que, vai construir uma narrativa que por muitos anos, se tornou a oficial no Brasil. Como veremos no capítulo 4, histórias e obras até então esquecidas são retomadas, e o grande exemplo disso é Taunay que acaba reabilitado num contexto de formação da identidade na região do atual Mato Grosso do Sul e do próprio exército com a chamada *Missão Militar Francesa*. Vejamos alguns posicionamentos mais célebres dessa perspectiva.

#### Câmara Cascudo

Luís da Câmara Cascudo nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, no dia 30 de dezembro de 1898. Filho do coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo e de Ana Maria da Câmara Cascudo. Com 19 anos, Luís da Câmara Cascudo começou a trabalhar no jornal “A Imprensa”, de propriedade de seu pai, onde publicou sua primeira crônica “O Tempo e Eu”. Em 1920, escreveu a introdução e as notas na antologia poética de Lourival Açucena, intitulada Versos Reunidos e em 1921 publicou seu primeiro livro *Alma Patrícia*, um estudo crítico e bibliográfico de 18 escritores e poetas norte rio-grandense e outros radicados no Estado. Entre 1924 e 1928 estudou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1934 torna-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escreveu diversos artigos para as revistas publicadas pelo instituto. Durante vários anos foi colaborador dos periódicos A República e do Diário de Natal. Câmara Cascudo é reconhecido pelas suas pesquisas relacionadas ao Folclore. Em 1941 funda a “Sociedade Brasileira de Folclore” sendo depois convidado pelo poeta Augusto Meyer, diretor do Instituto Nacional do Livro, para redigir o “Dicionário do Folclore Brasileiro”, publicado em 1954.<sup>554</sup>

O que mais nos interessa para análise é sua obra *López do Paraguay* publicada em 1927.<sup>555</sup> Dividida em três partes e alguns anexos, exalta a “civilidade do Império”, e retoma a tese de que Solano López era um ditador e que a guerra ocorreu somente por sua culpa. A primeira parte recebeu o nome de “*Thema platino da influência brasileira*”, que uma introdução que tenta explicar as causas do conflito, culpando notoriamente Solano López, a

---

<sup>554</sup> Sobre a biografia de Câmara Cascudo cf. [https://www.ebiografia.com/luis\\_da\\_camara\\_cascudo/](https://www.ebiografia.com/luis_da_camara_cascudo/)

<sup>555</sup> Luiz Câmara Cascudo. *López do Paraguay*. Natal: A República, 1927. 114 pp; Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1995. 114 pp. [edição fac-similar]

quem considerava uma “sombra viva”, devido aos intelectuais que tentavam provar suas virtudes políticas e sociais. Falava com toda certeza de Juan O’Leary, que, naquele contexto, já atuava nessa condição e promoveu a reabilitação da história de López. Obviamente Câmara Cascudo vai contra essa tese, acusando López de crimes e de “desnacionalizar três países já politicamente caracterizados e uni-los a uma entidade abstrata Vice-Reinado do Prata” sob seu coando. Pensava na intervenção do Império como inútil, mas justa, pois lutava contra um “ditador tresloucado”.

Em “*Morte de Francisco Solano López*”, segundo capítulo da obra, Câmara Cascudo aborda os momentos finais de López e nas suas 49 páginas, aborda, a partir da documentação conhecida, a justificativa das ações imperiais, com uma pequena crítica relativa à execução de López, seja pela mão dos soldados ou pelo General Câmara. Faz essa reflexão comparando os três relatos do General Câmara sobre a morte de López e, servindo-se da disputa sobre quem realmente desferiu o golpe mortal, afirma que as autoridades imperiais não quiseram criar as condições mínimas para que López se entregasse, bem como o relato de que o coronel João Nunes da Silva Tavares tenha prometido 100 libras a quem matasse López em combate. Câmara Cascudo deve ter compreendido que essa forma de terminação da guerra favoreceu a reabilitação de López surgida anos antes.

No terceiro capítulo intitulado “*Solano López – Bandeira de Campanha*”, retoma a ideia costumeira da historiografia sobre Gaspar de Francia, como alguém que “matou quem sabia pensar em voz alta”; sobre Carlos Antônio López afirma que ele era “largo sisudo, orgulhoso como um delegado de polícia, palavreador, manhoso”; quando chega enfim a Solano López as críticas são mais severas: Cascudo afirma que ele possuía a A mentalidade era um conjunto monstruoso de orgulho, desconfiança e egoísmo. Não amava Pai, nem Mãe, irmãos, irmãs, generais, filhos, amasia, servos, povo, pátria. Ninguém. Só ele, gigante deste auto-principado druso, era imponente, verídico, forte e magnânimo”. O autor então critica os três personagens principais da história do Paraguai que estavam sendo reabilitados desde 1900. Toda essa construção fora abraçada pelo Estado Novo.

Antônio Batista Pereira

Natural do Rio Grande do Sul mudou-se jovem com a família para São Paulo, onde, mais tarde atuou como juiz e jornalista, o que fez aproximar-se de políticos importantes de São Paulo, como por exemplo, Rodrigues Alves que acabou virando seu protetor. Com seu currículo e “abençoado” pelo presidente, ingressou no corpo diplomático e foi designado pelo



Barão Do Rio Branco para participar da delegação na Conferência Internacional de Paz, em 1907. Foi aí que conheceu Rui Barbosa de quem viria alguns anos depois tornar-se genro. Acabou abandonando a diplomacia e indo viver no Rio de Janeiro junto à família que acabara de ingressar.

Sua vida pode ser dividida em três fases:

1ª fase: vai até 1923 sendo atrelada ao sogro, de quem seguia os passos e fazia por diversas ocasiões a campanha política;

2ª fase: ocorrida ao longo das décadas de 1920 e 1930, correspondeu ao grande volume de sua produção intelectual, bem como o afastamento das questões partidárias. Essa fase é a que nos interessa;

3ª fase: a partir de meados da década de 1930, onde Antônio Batista Pereira deixa de ter visibilidade;

Batista Pereira publicou diversas obras de caráter jurídico e biografias, mas o trabalho que nos interessa, e que teve grande repercussão, foi publicado em 1928 como o resultado de uma Conferência na Faculdade de Direito de Bole Horizonte, realizada em 15 de abril daquele ano, intitulada “*Civilização contra a barbárie*”.<sup>556</sup> A Conferência teve como ponto principal o nacionalismo cultural, onde realizou um balanço das responsabilidades na República na divulgação da chamada “campanha lopizta”. O ensaio foi uma resposta ao que ele chamou de calúnia, defendida até por brasileiros, pela qual acusavam o Brasil de ter provocado a guerra contra o Paraguai. Sem citar os positivistas ortodoxos, mas fazendo uma clara referência à eles. Batista Pereira falou ainda que o Império era criticado devido à escravidão e à guerra, e que para ele, seu discurso posteriormente ensio, colocaria fim naquelas discussões onde fez uma analogia à doenças quando afirma que “Descobri o foco. Foco descoberto, foco extinto [...]. A epidemia moral desapareceu em 1928 [...]”.<sup>557</sup> Nesse sentido, vemos presente também o pensamento científico da época.

O ensaio foi dividido em duas partes onde falava da disposição dos próceres da Independência da América Hispânica em denegrir a imagem do Brasil no exterior por não ter se tornado, como as outras ex-colônias, uma República (“O ódio de raça. O ódio de raça. O ódio de raça”), sendo notadamente um reflexo da disputa ainda dos tempos coloniais entre

---

<sup>556</sup> O ensaio de Batista Pereira “Civilização contra Barbárie” foi publicado em: Antônio Batista Pereira. **Pelo Brasil Maior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira Brasileira, 1934, vol. 21.

<sup>557</sup> Raul de Andrada e Silva. [Org.] **Baptista Pereira e São Paulo**. São Paulo: Banco Mercantil de São Paulo, 1981. [Centenário de Antônio Baptista Pereira]. Pp.XIII *et passim*.

portugueses e espanhóis; em seguida afirmava que uma séria campanha implementada por José Bergés que gerou a oposição internacional à intervenção no Prata, pois, nomeado como ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Bergés fez “lançar as bases de uma vasta campanhaantibrasileira, que movesse contra nós as antipatias da civilização.” Afim de “propiciar ao Paraguai a imprensa europeia”, sendo financiado com “partidas de mate e fumo” e “pesadas ‘onzas de ouro’ ”.<sup>558</sup> Nesse sentido, Solano López teria conseguido atenção e aceitação da imprensa internacional quando do início do conflito. Por mais que alguns grandes homens, incluindo nesse caso seu próprio sogro Rui Barbosa, aceitassem algum tempo após o final da guerra, as teorias de Bergés, acreditavam que Solano López era um mau caráter que exauriu seu povo. Nesse sentido, o autor continua criticando a postura positivista que via López como uma espécie de libertador e o Império como causador de toda a contenda da guerra, citando para isso as obras e publicações de falecido positivista ortodoxo Teixeira Mendes. Ele então continua seus argumentos salientando a má influência desse pensamento no ensino de história: “o Brasil como o algoz do Paraguai, torná-lo odioso às crianças brasileiras” que abriam “os primeiros livros de história pátria”, e segundo ele esse narrativa era uma espécie de “vilipêndio sistematizado”, que precisava “ser proscrito da escola, do compêndio, do magistério e do jornalismo por todos os meios de reação compatíveis com a nossa cultura.”

Em um terceiro capítulo do seu ensaio, Batista Pereira passa a tratar sobre o tema da escravidão. Em *O imperador escravocrata*, critica novamente o argumento de Bergés para criticar o país de que o imperador apoiava a escravidão, o que para Batista Pereira não era verdade pois D. Pedro II apenas consolidou a instituição vigente, afirmando ainda que o imperador, a partir da história que era “consolidada naquele momento”, merecia um lugar de destaque na história da abolição. Como bom espectador das teorias de seu tempo, ele ainda afirma que o negro fora escravizado devido a rebeldia do índio, e que o fim da escravidão de forma abrupta poderia causar grande abalo na economia.<sup>559</sup>

Sobre o Paraguai propriamente dito, Batista Pereira afirmou que Carlos Antônio López teria sido mais benevolente que seu antecessor, Gaspar de Francia, mas que o mesmo era “corrupto, tacanho, pretencioso, ridículo e orgulhoso”, mas que matinha o controle pois sabia administrar pagando “fortificações e a estrada de ferro” com o monopólio da erva mate, mas que isso não retirou o Paraguai do atraso em que estava. Apresenta desta forma, Solano López como o grande responsável pela guerra, chegando ao poder com ambição, forçando o

---

<sup>558</sup> Antônio Batista Pereira. “Civilização contra Barbárie” . op. Cit, pp. 19-33.

<sup>559</sup> Idem. pp. 34-50

pai em seu leito de morte a indica-lo como sucessor. O “Napoleão sulamericano”, como Batista Pereira o chamava, declarou a guerra com o objetivo pessoal de se tornar imperador. Essa construção política do Paraguai desemboca no quarto capítulo intitulado *Fronteira Uruguiaia* onde afirma que a guerra da Tríplice Aliança nascera da intervenção do Império no Uruguai, pela defesa da autonomia uruguiaia, prometida pelo Império, desde sua independência em 1828. Nesse sentido afirma que o partido *blanco* de Aguirre, insistia em exterminar os brasileiros da fronteira e que, diante as vexações sofridas pelos brasileiros e não reprimidas pelo Estado Oriental, considerado por ele fraco, o Império acabou por intervir na região, a fim de” manter a neutralidade e obter a pacificação”.<sup>560</sup> Seguindo sua linha de raciocínio ele praticamente afirma que a situação instável na região do Prata na década de 1860 se deveu à atuação do partido *blanco* e que mesmo com a “Missão Saraiva”, enviada pelo Império para resolver a contenda, e substituir uma possível intervenção armada pela diplomacia e que o Império estava com “boas intenções” e que jamais pensaria em intervenção que, na visão dele, seria um “direito” e um verdadeiro dever diante da afronta, questionando até onde vai o conceito de soberania, e que ela só ocorre quando a nação tem força para garantir a lei, coisa que para ele o Uruguai não tinha em 1864, e, por este motivo, deveria se submeter a intervenção estrangeira mais forte, como foi a do Império. Batista Pereira passa a argumentar que a maior responsabilidade nisso tudo foi de Luiz Alberto de Herrera, filho de um ex-ministro do partido *blanco*, portanto os uruguaios é que foram responsáveis pela guerra, acusando inclusive Herrera de lopizmo devido a publicação de seu livro “*El drama del 65*” onde, a partir de uma história diplomática, tenta recontar os conflitos entre o Império, Uruguai e Paraguai.<sup>561</sup> O conflito então foi somente devido às circunstâncias, defendendo assim o Tratado da Tríplice Aliança e que o objetivo da guerra era o aniquilamento político de Solano López, e não do Paraguai.<sup>562</sup> Dando sequência ao trabalho, Batista Pereira passa a esboçar uma espécie de biografias dos principais personagens daquela crise como Las Carreras, ministro do Exterior do Uruguai, José Maria de Silva Paranhos e André Lamas, a quem cobre de elogios.

No sexto capítulo, dedicado à Argentina, apresenta Juan Manoel Rosas como “besta-fera”.<sup>563</sup> No sétimo capítulo traça uma biografia de Justo José de Urquiza e de Batolomeu Mitre, cobrindo-os de elogios.<sup>564</sup> O último capítulo, enfim, é dedicado a analisar a “campanha

---

<sup>560</sup> Idem, pp. 75-112.

<sup>561</sup> Luis Alberto Herrera. **El drama del 65: la culpa mitrista**. 2 ed. s.l.: s.e., 1927

<sup>562</sup> Antônio Batista Pereira. “Civilização contra Barbárie”. op. Cit, pp. 113-135.

<sup>563</sup> Idem, ibidem.

<sup>564</sup> Idem, pp. 136-147.

lopizta”.<sup>565</sup> Neste capítulo destaca pontos que ressaltam as “incríveis atrocidades de López” e o “culto do despotismo” e que as primeiras tentativas de reabilitação da figura de López iniciaram quando ainda viviam muitos “sobreviventes da geração sacrificada”. Afirma ainda que os intelectuais a partir de uma ideia de glorificação da pátria, logo “tirariam a máscara”, mostrando o que queriam: transformar a figura de “López maior que o Paraguai”. E quem estaria por detrás dessa campanha? Para Batista Pereira, no Paraguai o paladino desse movimento era Juan O’Leary além de Luiz Alberto Herrera, no Uruguai. Sua crítica era basicamente volta a O’Leary, afirmando que traiu sua mãe, que fora prisioneira de López morrendo em consequência disso, ao abraçar o *lopizta* (leia-se Henrique López filho de Solano com Madame Lynch) e não suas ideias, retomando assim a responsabilização de Solano López por todos os crimes ocorridos durante a guerra, e afirma que não houve desigualdade de condições de luta entre as tropas imperiais e paraguaias, pois

“nossos soldados iam para o desconhecido, cercados de feras, de epidemias, atravessando Esteros e paludes, vingando macegas e bosques ínvios, atrás dos quais um homem vale por vinte, lutamos quatro anos, erguemos a improvisação contra a premeditação, o patriotismo contra o fanatismo, a desafronta contra o ódio [...] A guerra do Paraguai custou-nos cem mil vidas, e não lhes tiramos em troca um palmo de território [...] Do bolso da sua dívida não há no Brasil quem cuide, a não ser para abatê-la numa proporção que nem humilhe o orgulho paraguaio nem ridiculariza o inocente obrigado a pagar as culpas do pecador. Não me parece que o cotejo das duas atitudes nos seja desfavorável, e que o interesse humano seja pelo Paraguai”.<sup>566</sup>

Nesse sentido, a fala de Batista Pereira vai de encontro ao que fora propalado sobre a guerra durante toda a década de 1930, principalmente sob a égide do Estado Novo do heroísmo do soldado brasileiro frente às dificuldades do território e a defesa de que o país somente reagiu à afronta de Solano López a nossa soberania. Seguindo essa cartilha, entendi então a história como ciência que desempenharia papel fundamental no desenvolvimento da nação, e desta forma, seu trabalho, ao ajudar a “denunciar” o que considerava “calúnias históricas”, era desenvolvido para este fim.

Lindolfo Collor

Lindolfo Leopoldo Boekel Collor nasceu em São Leopoldo (RS), em 1890. Farmacêutico, jamais exerceu a profissão, preferindo dedicar-se à imprensa. Iniciou sua carreira de jornalista em Bagé, transferindo-se em 1911 para o Rio de Janeiro a fim de

---

<sup>565</sup> Idem, pp. 148-176.

<sup>566</sup> Idem, *ibidem*.

trabalhar no *Jornal do Comércio*, frequentando, ainda, os meios literários da cidade. Casou-se em 1914 e assumiu a direção do jornal *A Tribuna*, pertencente ao seu sogro, o deputado paranaense Bartolomeu de Souza e Silva. Em 1919, voltou a Porto Alegre para dirigir *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), a convite de Borges de Medeiros, principal líder da agremiação. Em 1921, elegeu-se deputado estadual pelo PRR. Em seus editoriais em *A Federação* condenou o levante tenentista de 1922, enfatizando a necessidade de defesa da ordem. No ano seguinte, elegeu-se deputado federal e voltou ao Rio de Janeiro. Ali, tornou-se o redator-chefe de *O País*. Foi articulador destacado da chapa oposicionista da Aliança Liberal, que lançou o nome de Getúlio Vargas para concorrer nas eleições presidenciais de 1930, além de ter redigido o manifesto da Aliança e dirigido o jornal *A Pátria*, porta-voz oficial da coligação. Com a derrota eleitoral de Vargas, teve participação importante nos preparativos revolucionários sendo o encarregado de buscar o apoio militar da guarnição sediada no Distrito Federal. Após a deposição de Washington Luís por uma junta militar, dirigiu-se, em companhia de Oswaldo Aranha e Herculino Cascardo, ao Rio de Janeiro para negociar a transferência do poder para as mãos dos revolucionários. Empossado o novo governo, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cuja chefia foi entregue a Lindolfo Collor. Demitiu-se do ministério em março de 1932 por discordar do papel nele exercido pelos setores vinculados ao tenentismo, voltando então, a Porto Alegre e defendendo a volta do país ao regime constitucional, reassumindo a direção de *A Federação*. Envolveu-se com a Revolução Constitucionalista de 1932 e, com a derrota do movimento, exilou-se na Argentina. Em 1933, cobriu para os Diários Associados o conflito militar entre Paraguai e Bolívia na região do Chaco. Anistiado, voltou ao Brasil em agosto de 1934, disputando em outubro, sem sucesso, uma vaga na Câmara Federal. Em 1936 assumiu a Secretaria de Finanças do Rio Grande do Sul. No fim desse ano, rompeu com o PRR e fundou, junto com outros dissidentes, o Partido Republicano Castilhistas, de existência efêmera. Nessa ocasião, manifestou apoio à candidatura presidencial do governador paulista, Armando Sales de Oliveira às eleições previstas para janeiro de 1938, que acabou não se realizando em virtude do golpe de estado de Vargas que implantou o Estado Novo. Em seguida, dedicou-se à iniciativa privada. Mesmo assim foi encarcerado entre abril e outubro de 1938, acusado de conspirar contra o governo. Exilou-se, então, na França e em Portugal. Em fins de 1941, retornou ao Brasil. Nos meses

seguintes, mesmo em estado de saúde precário, foi detido algumas. Morreu em setembro de 1942, no Rio de Janeiro.<sup>567</sup>

Pelo exposto em sua biografia, podemos perceber que Lindolfo Collor possuía voz ativa na imprensa além de estar inserido no meio político que se torna vitorioso após a Revolução de 1930 que colocou Getúlio Vargas no poder. No ano de 1927 assinou um livreto crítico ao movimento lopizta paraguaio e brasileiro intitulado *No centenário de Solano López*, constituído por artigos publicados no ano anterior em jornais tanto do Brasil (*Correio Paulistano*) quanto da Argentina (*La Prensa*), que receberam os títulos de “Uma questão de solidariedade internacional” e “A propósito da dívida paraguaya”.<sup>568</sup> Não somente um libelo patriótico, a obra tenta explicitar de forma mais clara alguns sentidos dos embates entre os anti-revisionistas brasileiros, mas boa parte dos seus artigos tinham como objetivo responder à altura a biografia *El Mariscal Solano López* de Juan O’Leary, que, para Lindolfo Collor era

o maior animador da corrente lopizta no Paraguai, [...] que desempenha hoje a função consular na Europa. Os seus livros *Nuestra Epopeya* (1919) e *El Mariscal Solano López* (1922) não representam apenas um esforço pertinaz digno de melhor causa por desagrar a memória do tirano, mas ainda um falseamento integral da história, no que se refere ao valor de nossas armas e de nossos estadistas.<sup>569</sup>

O livro é composto de oito artigos/capítulos onde “não pretende fazer história, mas crítica histórica, comparando versões e afirmativas e assentando conclusões”.<sup>570</sup> Justifica seu trabalho, pois “apologista que sou de uma intensa política de solidariedade ativa com o Paraguai, penso, entretanto, que não podemos e não devemos calar o nosso protesto ante a campanha de reabilitação moral e cívica de López, que significa, implicitamente, um agravo ao nosso país”, e desta forma continua sua apresentação afirmando que todas as suas conclusões foram realizadas a partir de um “estudo de ânimo sereno, como quem quer por si mesmo formar seu juízo”.<sup>571</sup> Ele afirma que naquele momento onde Brasil e Paraguai desfrutavam de verdadeira amizade, seria inadmissível esse tipo de campanha de reabilitação de López, pois poderia acirrar animosidades entre os dois países. Esse tipo de afirmativa só corrobora com a tese de arrasamento do Paraguai pelo Brasil, o que não seria verdade já que toda culpa seria de Solano López. Reforça a ideia de que López possuía delírios de grandezas, vaidade e barbarismo, bem como os paraguaios com submissão servil aos ditadores, além de

<sup>567</sup> Toda biografia de Lindolfo Collor foi extraída do CPDOC. Cf.

[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo\\_collor](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lindolfo_collor)

<sup>568</sup> Lindolfo Collor. *No centenário de Solano Lopez*. São Paulo: Melhoramentos, 1927. Pp. 66-69; 160-162

<sup>569</sup> Idem, p. 13

<sup>570</sup> Idem, p. 4.

<sup>571</sup> Idem, ibidem.

reafirmar que a guerra inicia devido a intervenção do Império no Uruguai e na exigência da livre navegação do Prata, a guerra seria contra o ditador e não contra o Paraguai. Dois capítulos são especialmente para criticar a postura de López: “A Pompadour do Paraguay”, onde também critica a biografia da Madame Lynch e as tentativas de igualmente reabilitá-la, e “Pancha Garmedia”. Em outro dois (“Uma questão de solidariedade internacional” e “A propósito da dívida paraguaya”) fala sobre as ideias positivistas que forneciam “opiniões levianas, que nos [sic] acusam de culposos no arrasamento do Paraguai.” e segundo ele, até então, a “ideia do perdão da dívida do Paraguai” fora “tenazmente pleiteada no Brasil pelos positivistas” para os quais o “Paraguai, Lopez inclusive”, seria “uma espécie de dogma místico”.<sup>572</sup> Para Lindolfo Collor, esses homens eram os maus brasileiros: “Tive o mais vivo desgosto de brasileiro [...] ao ler na obra do Sr. O’Leary, páginas e páginas de excertos do dr. Bagueira Leal e do general Gomes de Castro, aproveitados como documentação da nossa iniquidade, da nossa prepotência, do caráter agressivo de nossa política.”<sup>573</sup>

Lindolfo Collor não cita nem refuta diretamente os argumento positivistas com Teixeira Mendes ou ainda Juan O’Leary, falando somente de um sentimento antibrasileiro. Outro ponto interessante de sua obra, e que fora abordado pelo outros, é a questão do perdão da dívida que, segundo ele, culpabilizaria o Brasil, e mesmo apoiando o perdão, por uma questão de solidariedade entre os países, ela poderia causar “malefícios à própria causa do Paraguai” devido ao “falseamento da verdade histórica” e à “ofensa aos heróis do Brasil”, já que eles haviam morrido “não para castigar o povo paraguaio, mas para defender-nos e defendê-lo de um dos mais autênticos tiranos que já surgiram no solo da América”.<sup>574</sup> E continua dizendo que “O Paraguai, somados os juro, jamais a poderia pagar [a dívida]. Nem um nem outro dos credores [governos do Brasil e da Argentina] tem a mais remota intenção, aliás, de cobrar essa dívida, meramente nominal.”<sup>575</sup> E se não havia possibilidade de pagamento e os países não tinham a intenção de cobrar, por que a dívida deveria continuar? Para Lindolfo Collor, a dívida poderia ser perdoada, como fora feito pelo Uruguai, para aproximar os povos amigos, como uma crítica aos ex-monarquistas como Batista Pereira e Gustavo Barroso (que veremos adiante), que se levantaram contra a devolução dos troféus de guerra. Mas Collor acreditava que isso só poderia acontecer caso a Argentina fizesse o mesmo, pois os interesses brasileiros perderiam a pressão sobre o governo do Paraguai, o que poderia gerar um novo problema: “No dia em que nós, isoladamente, lhe perdoássemos a

---

<sup>572</sup> Idem, p. 11 e 13.

<sup>573</sup> Idem, p. 161

<sup>574</sup> Idem, p. 68.

<sup>575</sup> Idem, p. 117.

dívida, o Paraguai, libertado do *ônus* brasileiro, estaria inteiramente dentro da órbita política da Argentina” em um momento complicado onde “o comércio paraguaio, tanto o de importação como o de exportação” era “tributário de Buenos Aires”.<sup>576</sup> E essa influência era importante para obter vantagens comerciais, a dívida seria desta forma, elemento da hegemonia exercida por Brasil e Argentina sobre o Paraguai.

Lindolfo Collor ressalta ainda a participação da Legião, que foram grupo de paraguaios que durante a guerra lutaram contra Solano López e a favor da Tríplice Aliança. Apresenta-os como “lúcidos” por terem tipo independência de opinião frente à vontade do ditador, “os ilustres paraguaios residentes em Buenos Aires, que assinaram o manifesto condenando as deliberações do Congresso Extraordinário”. Muitos desses legionários foram a oposição intelectual ao grupo dos “900” anteriormente citados. Após a guerra, os mais destacados foram: Benigno Ferreira, Carlos Loizaga, Facundo Machain, Fernando Iturbúru, Jaime Sosa Escalada, José Segundo Decoud, Juan José Decoud, Juan Silvano Godoy, Salvador Jovellanos, que foram a base da reconstrução do país no pós-guerra, mas destaca também dois ex-integrantes do exército paraguaio que lutou ao lado de López e que foram presidentes pós 1870, como importantes nas alianças do Brasil com aquele país, o general Bernardino Caballero, ou que integraram o governo do país, após o conflito, como Cecilio Báez – os dois foram presidentes da República do Paraguai –, confluíam na responsabilização essencial do ditador pelo conflito.<sup>577</sup> “Caballero proclama a lealdade do Brasil na guerra contra Lopez e acusa o Tirano de haver causado a ruína da pátria.” Enquanto Cecilio Báez teria dito, no mesmo sentido: “A declaração de guerra feita ao Brasil é a falta capital de Lopez, que a história condena.”<sup>578</sup> Boa parte das ideias defendidas por Lindolfo Collor foram incorporadas na história oficial do conflito, formulada nos anos seguintes.

### Mário Barreto

Em 1928 o tenente coronel Mário Barreto, lança o primeiro livro de um projeto pensando inicialmente para sair em sete volumes. Calcado em documentação oriunda do Paraguai, que veio para o Brasil no pós-guerra, para fazer um contraponto ao que acreditava não ter origem “historiográfica” (como as obras de O’Leary, por exemplo) Mario Barreto lança *A campanha lopezguaya*. O primeiro volume da obra é dedicado à memória do Conde

---

<sup>576</sup> Idem, p. 125.

<sup>577</sup> Idem, p. 74.

<sup>578</sup> Idem, ibidem.



d'Eu e estava dividida em três capítulos: “A campanha Lopezguaya” e “A escravidão”, consideradas como resposta à publicação de O’Leary e sendo lançada igualmente em 1927 no jornal *O imparcial* do Rio de Janeiro; e o terceiro “A lição dos arquivos”, lançado em 1929, quando Mario Barreto já havia se tornado General de Brigada e estava na reserva. Em toda a sua obra ele se preocupava com o valor do documento, basicamente transcrevendo não somente àquelas existentes em arquivos, mas igualmente fontes contemporâneas, como a já mencionada Conferência de Batista Pereira *Civilização e Barbárie*. Ao todo foram publicados cinco volumes dos sete previstos, entre os anos de 1928 e 1933. Em 1930 Mário Barreto publica ainda *El centauro de Ibicuí* que se relaciona mais com história diplomática, mas também é apoiada em um grande número de fontes documentais. Faleceu em 1938 na cidade do Rio de Janeiro.

Na verdade a grande importância de Mario Barreto não está somente na discussão e crítica ao lopizmo e a obra de O’Leary, mas à documentação que ele adquiriu ao longo dos anos para a construção de sua obra. Na página da Biblioteca Nacional temos uma dimensão do material adquirido por ele relacionado à Tríplice Aliança: o conjunto documental

“reúne correspondências oficiais de ministros, do comando militar e de presidentes de algumas províncias, além de mapas do território conflituoso, anotações e levantamentos bibliográficos feitos na Biblioteca do Exército, no Arquivo velho da Secretaria de Guerra e na biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, totalizando 1.064 registros, organizados em três séries arquivísticas”.<sup>579</sup>

A coleção foi doada à Biblioteca Nacional por sua filha Ana Maria Barreto de Almeida, no ano de 1994 e possui documentos de grande importância como *Relação de mortos, contusos, feridos e extraviados na batalha de Itororó*.<sup>580</sup> Para Adolfo Morales de los Rios Filho a biblioteca de Mário Barreto “chegou a ser uma das mais importantes do Brasil, não só pelo grande número e qualidade dos livros que possuía, como também pelos jornais, cartas geográficas, manuscritos e valiosos opúsculos”.<sup>581</sup> Além disso, as anotações feitas por Mário Barreto e textos específicos para a sua publicação constam nesse arquivo, facilitando ao historiador entender o percurso realizado por ele para a construção de sua obra, além da relação de pessoas que colaboraram para o desenvolvimento do Projeto A campanha Lopezguaia. A maior parte dos documentos é composta de manuscritos, sendo alguns originais.

<sup>579</sup> Cf. <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-do-paraguai/os-acervos/a-colecao-mario-barreto/>

<sup>580</sup> Luís Alves de Lima e Silva, duque de Caxias. *Relação de mortos, contusos, feridos e extraviados da batalha de Itororó*. Itororó, 06 dez. 1866. Cópia. Dat 4 p. (loc. 34,05,003 n°030). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-do-paraguai/os-acervos/a-colecao-mario-barreto/>

<sup>581</sup> Cf. Adolfo Morales de los Rios Filho. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 463.

Gustavo Barroso

Gustavo Dodt Barroso nasceu em Fortaleza no ano 1888. Ingressando em 1907 na Faculdade de Direito de Fortaleza, colaborou em diversos jornais cearenses e pertenceu ao Clube Literário Máximo Gorki, de tendência socialista. Em 1910, bacharelou-se em direito no Rio de Janeiro, para onde se havia transferido e na capital federal tornou-se redator do *Jornal do Comércio* e ingressou no Partido Republicano Federal. Três anos depois foi nomeado secretário-geral da Superintendência de Defesa da Borracha e em 1914 retornou ao Ceará e assumiu a Secretaria de Interior e Justiça. Foi eleito deputado federal pelo Ceará em 1915, cumpriu mandato por dois anos e acumulando a função de diretor da revista *Fon-Fon*. Em 1919, foi designado secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes.

Em 1922, fundou e passou a dirigir o Museu Histórico Nacional e no ano seguinte, elegeu-se para a Academia Brasileira de Letras, instituição que dirigiu nos anos de 1931, 1932 e, mais tarde, em 1950. Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização inspirada no fascismo italiano e dirigida por Plínio Salgado, desenvolvendo intensa militância que contribuiu para que ele fosse designado pelo I Congresso da organização, comandante geral de suas milícias e membro de seu Conselho Superior. As ideias de Gustavo Barroso se aproximavam mais do nazismo alemão do que fascismo, diferenciando-se, sob esse aspecto, de Plínio Salgado, o líder máximo da AIB. Barroso alimentou, inclusive, certa expectativa de disputar a liderança do movimento com Plínio, mas não encontrou espaço para isso. Apoiou, como toda a AIB, o golpe do Estado Novo e seu nome chegou a ser cogitado pelos integralistas para assumir o Ministério da Educação. Com o fechamento da AIB por Vargas, logo após a implantação do Estado Novo, passou a conspirar contra o governo se envolvendo no levante integralista de maio de 1938 e sendo, por conta disso, preso juntamente com Plínio Salgado, entretanto, foi posteriormente excluído, por falta de provas, do processo judicial que investigava as responsabilidades pelo levante. Ao contrário de Plínio, porém, não foi obrigado a deixar o país, mas após o fato retirou-se, da vida política e reassumiu a direção do Museu Histórico Nacional. Permaneceu como um intelectual prestigiado pelos governos que se sucederam no país, a quem por vezes representava no exterior. Morreu no Rio de Janeiro em 1959.<sup>582</sup>

---

<sup>582</sup> Fonte: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo\\_barroso](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_barroso). Acesso em 11/03/2018.

Em 1930 Gustavo Barroso publica sua obra mais significativa relacionada à Tríplice Aliança, *O Brasil em face do Prata*.<sup>583</sup> Publicado pela Imprensa Nacional o grande volume de 448 páginas, contém artigos e ensaios que foram publicados em diversos jornais, voltados à defesa da ação do governo imperial e republicano na região do Prata. Em toda a obra é justificada a intervenção e a ação do Brasil tanto no Uruguai quanto no Paraguai, abrindo a obra com uma crítica clara, e novamente, a O’Leary (*persona non grata* para essa intelectualidade patriótico-nacionalista), afirmando que ele traira seus páis, vítimas de López, chamando-o de oportunista e enfatizando a já tão propalada ideia de López como um tirano ambicioso que “vivia maritalmente à face da nação” e descarnando os seus casos amorosos no capítulo “Solano o Casto”.<sup>584</sup> Muito próximo da temática da obra de Batista Pereira, e das outras que compõe essa “geração”, Barroso critica o lopizmo brasileiro, que para ele “ecoara em outros estados sul-americanos” o que para ele, a partir de uma visão racista, era “natural por se tratar de gente da mesma raça, língua e ideias”, mas para ele o brasileiro não tinha o direito de ter as mesmas ideias pois estava obrigado “pelo dever patriótico de velar pela boa fama de seu país como vela pelo bom nome de sua família.”<sup>585</sup> Vemos uma narrativa que novamente retira o Brasil do contexto da América Latina ao afirmar essa diferenciação.

Um ponto interessante de Gustavo Barroso nos diz respeito a memória e a própria história, visto que afirma que a historiografia fosse escrita de acordo com necessidade pátria. Em sua opinião os positivistas, em geral, eram desqualificados, não citava, porém seus nomes, apontando, no geral, os “positivistas”, sumariamente desqualificados pela campanha de devolução dos troféus de guerra, que vimos no capítulo anterior: “São esses brasileiros, lopiztas por paixão da notoriedade, por exibição, por ignorância, por positivismo ou por entenderem que, para serem americanos, é necessário se tornarem maus brasileiros, que permitem aumente com o seu nome, seu apoio moral e intelectual a propaganda contra a história, a ação, os ideais e os feitos do Brasil.”<sup>586</sup> E para falar dessa corrente revisionista, intitula o capítulo de “O desejo de ser cretino”. Defende as Instituições imperiais que, segundo ele, não permitiram a “sangueira” ocorrida na América durante as lutas e disputas pós-independência., e a escravidão, tão criticada pelos positivistas, era esquecida.<sup>587</sup> Afirmava ainda que tudo se tratava de inveja, pois nenhum deles conseguir constituir Instituições que os levasse à civilização, permanecendo na barbárie.

---

<sup>583</sup> Gustavo Barroso (João do Norte). **O Brasil em face do Prata**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

<sup>584</sup> Idem, p. 19.

<sup>585</sup> Idem, p.24

<sup>586</sup> Idem, p. 26

<sup>587</sup> Idem, p. 27.

O texto de Gustavo Barroso vai exatamente de encontro com aquilo que se queria contar sobre a guerra, mas também aproveitava para findar o esquecimento de algumas matérias que não seriam interessantes naquele momento de ruptura e formação de novo governo e, posteriormente, nova identidade pautada no nacionalismo e valorização de heróis então inventados pelo Estado Novo. A obra de Gustavo Barroso contém diversas ilustrações e fotografias que vão desde mapas até o acervo do Museu Histórico Nacional, proveniente dos troféus de guerra, acredito que como uma forma até mesmo de propaganda desse material a fim de mostrar sua relevância, bem como, criticar àqueles que propagandeavam sua devolução.

Toda essa narrativa nacional – patriótica originária dos anos de 1920-1930 sobre o conflito será aproveitada pelo Estado Novo a fim de se constituir a história oficial, aproveitando inclusive seus apagamentos e constituindo uma memória que serviria aos auspícios da política de Estado.

### 3.2- Quem devemos lembrar, quem devemos esquecer?

Talvez se possa dizer que na biografia, mais do que em qualquer outro campo da historiografia, o conhecimento histórico se aproxima muito da arte. E talvez em razão dos elementos artísticos ou estéticos que contém, porque apela para a imaginação e torna o passado mais concreto, mais real, mais vivido, a biografia é mais lida que a própria história.<sup>588</sup>

#### 3.2.1 - Grandes sujeitos, grandes histórias: a quem devemos lembrar

Narrar vidas, contar histórias. A biografia nem sempre foi um gênero avaliado como importante. Durante todo o século XIX ganha força devido a necessidade de construção de mitos e heróis. Segundo Antônio Cândido, citado por Maria da Glória Oliveira, “a composição de biografias seria compreendida como um esforço de construção de uma história literária como expressão da ‘imagem da inteligência nacional na sequência do tempo’”.<sup>589</sup> Nesse contexto os oitocentos foi o momento inicial dessa formulação de biografias com “notícias biográficas” reunidas em “galerias” ou “panteões”. Nessas formas iniciais, segundo Antônio Cândido, predominava o “voo da imaginação” e a invenção romanceada da vida dos biografados.<sup>590</sup> Nesse sentido, a escrita biográfica se mostrava como uma espécie de

---

<sup>588</sup> José Honório Rodrigues. **Teoria da história do Brasil. Introdução metodológica**. 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, pp. 209-210.

<sup>589</sup> Cf. Maria da Glória Oliveira. **Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011, pp. 109-110.

<sup>590</sup> Idem, *ibidem*,

“prestação de contas” à vida dos grandes homens, perpetuando suas ações e seus “lugares” na história, sendo essa composição justificada pelo dever de salvar do esquecimento esses homens valorosos.<sup>591</sup>

Coube ao IHGB e sua “Galeria de Brasileiros Ilustres” o papel de formular essas biografias. Mesmo assim, a tarefa impunha um nível de exigência à medida que buscava não somente eleger quem teria a “honra” de figurar como modelos de ilustração e patriotismo, mas deveria também retratar, com verdade e imparcialidade, o contexto histórico relacionado a cada um deles. Entre as décadas de 1850 e 1860 houve uma queda nas produções de biografias pelo Instituto, mas nos anos da guerra (1864-1870) elas explodiram. Interessante ressaltar que não eram produzidas nesse momento biografias de participantes do conflito, mas sim de períodos mais afastados da história do Brasil como, por exemplo, as Invasões holandesas, reabilitando Henrique Dias (“valente cabo dos pretos”), Felipe Camarão (“invicto chefe dos carijós”) e André Vidal de Negreiros (“valente paraibano”). Essa ideia demonstra a necessidade de se ressaltar o patriotismo e de estimular o alistamento através da retomada dessas histórias, no que Fernandes Pinheiro chamava de “a aurora da redenção da pátria”, comparando, de forma sutil, os que lutavam na Tríplice Aliança com os heróis da retomada, exaltando a muitas vezes a figura dos “pardos e crioulos” personificados por Henrique Dias.<sup>592</sup>

O interessante foi perceber que, mesmo incentivando a noção de heroísmo a fim de estimular a ida à guerra, durante todo o período da mesma, e nos anos imediatos ao seu fim, poucas biografias relacionadas aos que nela participaram foram produzidas pelo IHGB. Entre os anos de 1870 e 1945, foram publicadas quatro biografias, sendo que uma delas, a escrita por Taunay sobre Augusto Leverger em 1897, fazia parte da seção “Biografia de brasileiros ilustres nas armas, ciências, letras, etc.”. Segundo Armelle Enders, esta seção seria um retrato coletivo dos grandes homens do Brasil, além de um elogio explícito do IHGB a eles. A seção começou a ser publicada já a partir do segundo número da Revista do Instituto, aparecendo regularmente de 1839 a 1852 e de 1856 a 1882, caindo em desuso e reaparecendo em 1886 e 1900, permanecendo ainda a nomenclatura em aberto (“etc”) possibilitando a inserção de quem o IHGB achasse viável para compor o ideário.<sup>593</sup>

---

<sup>591</sup> Idem, p. 142.

<sup>592</sup> Idem, p. 148-151.

<sup>593</sup> Cf. Armelle Enders. **Os vultos da nação. Fábrica de heróis e formação dos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 177.

A primeira biografia sobre personagens da guerra da Tríplice Aliança é datada de 1885, de autoria de Augusto Fausto de Souza<sup>594</sup>, também veterano da guerra, realizada a partir de compilação de artigos publicados na Revista do *Pathernon*, folhetos de dezembro de 1874 até março de 1875, sendo mencionado que o retratado ainda era vivo quando iniciou a circulação da mesma. O Tenente – General José Fernandes dos Santos Pereira, o biografado, poderia ser um exemplo naquele momento de contestação a partir da chamada “questão militar”. Toda sua vida é narrada de forma a valorizar suas características de bom militar e servidor da pátria, pela ordem e civilização. Após uma exaustiva descrição de sua vida, bem como de seus laços de parentesco, talvez para colocar José Fernandes no local devido, inicia a fala sobre seus feitos militares. O texto termina com a sua participação na guerra:

o velho Fernandes sente pulsar em suas veias o sangue guerreiro de seus anos passados; esquece o seu reumatismo, esquece suas cicatrizes, seus 72 anos, e animado pelo mais admirável patriotismo procura o ministro da guerra Angelo Ferraz, que acabava de chegar de Porto Alegre, e diz-lhe que *quer servir na guerra contra o invasor de seu país; que sente-se moço e robusto, e que não lhe seja embaraço a sua ata patente, pois que ele ainda se lembra como se adestra e comanda um batalhão* (grifos do autor).<sup>595</sup>

As outras biografias publicadas seguiram esse modelo: em 1895, Taunay publica biografia do Coronel Antônio Florêncio do Lago; em 1897, novamente Taunay publica, agora sobre Augusto Leverger, na seção “Biografia de brasileiros ilustres”; a última biografia encontrada é datada de 1914, já na República, sobre o Barão do Rio Apa de Sebastião de Vasconcelos Galvão. Como já fora dito, essas biografias serviam ao intuito de formar o cidadão que naquele momento era interessante para o governo, nesse contexto, nada mais útil do que transformar a guerra em propaganda.

Se o IHGB promovia, através desses estudos sobre heróis de um passado nacional a construção do herói e o incentivo ao alistamento, a fim de seguir o mesmo caminho, esse

---

<sup>594</sup> “Filho do negociante Francisco de Souza Fausto e de dona Francisca de Souza Fausto, nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de janeiro de 1835, e assentando praça no primeiro batalhão de artilharia em 1853, fez o curso da antiga escola militar, onde recebeu o grau de bacharel em matemáticas e ciências físicas, subindo a diversos postos até o de major do corpo de estado-maior de artilharia, por merecimento, em 1874. Fazendo parte do primeiro corpo do exercito em operações em 1865 e indo em comissão ao Rio Grande do Sul, assistiu á rendição da cidade de Uruguaiana e foi ferido por um acidente, sofrendo por isso uma operação no olho esquerdo; regressando ao exercito, veio ao Rio de Janeiro em dezembro de 1866 a chamado de seu pai, que se achava gravemente enfermo, em dezembro do mesmo ano, e aqui foi nomeado ajudante da diretoria do laboratório do Campinho, e depois diretor do mesmo laboratório, em cujo exercício se conserva; e antes da campanha do Paraguai exerceu o cargo de instrutor de topografia na escola de aplicação da Praia Vermelha, de lente da escola militar do Rio Grande do Sul, e de repetidor da escola militar da Corte. É sócio do instituto histórico e geográfico brasileiro, cavaleiro da ordem de S. Bento de Aviz e da de Christo, condecorado com a medalha da rendição de Uruguaiana e a da campanha do Paraguai”. In Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro Editor: Typ. Nacional, 1883, p. 379.

<sup>595</sup> “Biographia do Tenente – General José Fernandes dos Santos Pereira”. **Revista do IHGB**, volume XLVIII, Tomo 2, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1885, p. 225.

material ficava restrito à uma parcela ínfima da sociedade que não atenderia ao propósito original. Como então fazer para que essas biografias fossem de conhecimento do amplo público e, desta forma, pudessem estimular o patriotismo e, por consequência, o alistamento tão necessário e escasso na maior parte dos momentos da guerra? Novamente os jornais surgem como ponto disseminador dos anseios do Estado imperial naquele momento. Os jornais ilustrados já haviam demonstrado sua importância e, durante todo o conflito, foram os responsáveis por levar a informação de forma mais acessível para os leitores. Para Joaquim Marçal Ferreira de Andrade “foi a Guerra do Paraguai que proporcionou a Henrique Fleiuss, aliado assumido do imperador D. Pedro II, a realização da primeira experiência, na imprensa carioca, de realização de uma cobertura jornalística com editoriais e notícias ilustradas que eram publicadas sistematicamente”, e as biografias resumidas faziam parte desse processo, devidamente “processadas” e “reinterpretadas” de acordo com os auspícios de quem a publicara. Nesse sentido, o jornal *A Semana Ilustrada* cumpriu o papel de “porta-voz”, inventando heróis e ressignificando seus feitos.<sup>596</sup> Não seria possível a Fleiuss conhecer todos aqueles personagens. Então como ele produziria seus retratos? Segundo Marçal Ferreira de Andrade

“havia dois profissionais distintos comprometidos com dois gêneros distintos de empreendimento fotográfico, durante o decorrer do conflito: aqueles que iam a guerra por períodos curtos, visando a obtenção de imagens da guerra para serem comercializadas nos principais centros urbanos dos países envolvidos, e aqueles que providenciavam um estabelecimento singelo, próximo ao acampamento das tropas, ali permanecendo por períodos mais longos com o objetivo principal de oferecer retratos – em geral no formato *carte-de-visite* – que os soldados e oficiais tiravam, para enviar aos familiares e amigos. Entre os fotógrafos do primeiro grupo, estaria o fotógrafo Carlos César, cujo estabelecimento denominado “Galeria Universal”, localizava-se na cidade de Humaitá. [...] Estes [fotógrafos] localizavam-se mais precisamente, junto ao comércio das vilas que eram criadas para acompanhar as tropas”.<sup>597</sup>

Podemos então perceber que as imagens que foram publicavam eram realizadas, provavelmente, a partir de fotografias feitas por esses “fotógrafos itinerantes”. O próprio Dionísio Cerqueira menciona esses homens afirmando, quando fora enviado à expedição no Chaco, que “tinha saudades da cidade imensa de tendas brancas, dos esplêndidos exercícios [...], fotógrafos”,<sup>598</sup> evidenciando a importância desses homens onde muitos dos seus retratos

---

<sup>596</sup> Sobre a importância da imprensa ilustrada, notadamente a *Semana Ilustrada* e a Guerra da Tríplice Aliança, cf. Joaquim Marçal Ferreira de Andrade. **A *Semana Ilustrada* e a guerra contra o Paraguai: primórdios da fotorreportagem no Brasil**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, maio de 2011.

<sup>597</sup> Idem, p. 226-228.

<sup>598</sup> Dionísio Cerqueira. Op. Cit. P. 215.

acabaram servindo de material para a “Galeria dos Bravos”. Um dos primeiros jornais a publicar essas imagens com pequenos textos biográficos foi o *Sentinella do Sul* do Rio Grande do Sul e em uma publicação data de 29 de dezembro de 1867 temos uma ideia de como esse material era produzido:

Atenção. A redação da *Sentinella* pede a todas as pessoas, que possuíram retratos de oficiais e praças, que se tem distinguido na atual guerra contra o Paraguai, a confiar-lhe os ditos retratos por algum tempo, acompanhando-os das respectivas notas biográficas, a fim de poder estampar (tanto retratos, como as biografias) em suas colunas. Igual pedido faz às famílias de oficiais que morreram no teatro da guerra.”<sup>599</sup>

O *Sentinella* procurou em suas páginas evidenciar a participação dos riograndenses na guerra, iniciando com imagem e pequena biografia sobre Osorio e o Visconde de Porto-Alegre<sup>600</sup>, possivelmente para estimular àqueles que possuíssem o material para enviar à redação, o que realmente foi feito de acordo com a quantidade de pequenas notas biográficas acompanhadas de imagens que o jornal publicou ao longo de suas páginas até 1869 quando, por motivos financeiros, encerrou suas atividades. Temos como exemplo a nota biográfica publicada em 03 de março de 1868 sobre o major João Carlos Abadie (Imagem 33) que era

“um dos mais esforçados e bravos rio-grandenses, que na atual campanha em mantido brilhante reputação do torrão natal. Valor impertérito, infatigável de dedicação ao serviço são títulos que o recomendam à estima dos seus comprovincianos. É filho de São Borja, e conta com 36 anos de idade. Foi gravemente ferido na batalha de Curupaiti e depois dispensado do serviço por inválido de uma perna.”<sup>601</sup>

---

<sup>599</sup>*Sentinella do Sul*, 29 de dezembro de 1867. Biblioteca Nacional.

<sup>600</sup>*Sentinella do Sul*, 21 de julho de 1867. Biblioteca Nacional.

<sup>601</sup>*Sentinella do Sul*, 3 de março de 1868. Biblioteca Nacional



Figura 33 – Litografia do major João Carlos Abadie



Fonte: Sentinella do Sul, 3 de março de 1868. Biblioteca Nacional

Na Corte o grande destaque ia para o jornal *A Semana Ilustrada* de Henrique Fleiuss. Seguindo a mesma linha de publicações do *Sentinella*, se tornou praticamente o veículo ilustrado oficial de informações a guerra. Publicava, além das imagens da “Galeria”, mapas, cenas das batalhas, sendo talvez, um dos responsáveis pela construção do imaginário relativo ao conflito. Para Ângela Telles, “Fleiuss se mostrou enganjado no esforço de construção de uma identidade nacional. Durante a Guerra do Paraguai, o artista alemão levou ao paroxismo esse engajamento, propondo-se cobertura completa dos acontecimentos, inclusive formando uma equipe de fotógrafos”.<sup>602</sup> As fotografias que eram estampadas em suas páginas eram cópias, muitas das vezes denominadas “cópias fiéis” dos originais fotográficos, desenhadas à mão livre na matriz litográfica para assim ser reproduzida.

Em 22 de janeiro de 1867 *A Semana* estampou anúncio (Imagem 34) fazendo a mesma solicitação que o *Sentinella*, para que fossem enviadas à redação do jornal fotos para que as mesmas fossem reproduzidas pelo Imperial Instituto Artístico para estampar a “Galeria dos homens célebres da Campanha do Sul”.<sup>603</sup>

<sup>602</sup> Ângela Cunha da Motta Telles. **Desenhando a nação: Revistas Ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870**. Brasília: FUNAG, 2010, p. 381.

<sup>603</sup> *Semana Ilustrada*, 22 de janeiro de 1865. Biblioteca Nacional

Figura 34 – Anúncio de solicitação de imagens



Fonte: *Semana Ilustrada*, 22 de janeiro de 1865. Biblioteca Nacional

A inovação da *Semana* em comparação ao *Sentinella* é a idealização da cena pois, na maioria das imagens das notas publicadas na *Galeria*, o fundo era idealizado pelo litógrafo a fim de constituição do imaginário a partir delas ou que ainda configurasse a especificidade do “biografado”, onde ele se distinguiu ou ainda alguma associação que fosse interessante realizar (Imagem 35). Foram publicadas pequenas biografias de vivos e de mortos em combate, como uma espécie de homenagem, mas que, na verdade, exaltava a morte na guerra utilizando o ideário romântico, a fim de “justificar” todo o contexto, criando verdadeiras alegorias.

Figura 35 – Exemplo de imagem biográfica idealizada



**O convéz da “Parnahyba.”**

O capitão tenente GARCINDO, commandante da canhoneira *Parnahyba*, manda pôr fogo ao paiol do seu navio, na batalha do RIACHUELO.

Pela agua levará serras de fogo  
Para abraçar-lhe quanta armada tenha. (Camões).

Fonte: *A Semana Illustrada*, 9 de julho de 1865. Biblioteca Nacional

Com relação às obras bibliográficas, a partir de um levantamento realizado no acervo da Biblioteca Nacional e do IHGB, entre o início da guerra e 1945 não vemos uma quantidade expressiva de biografias. Em grande parte são livretos relacionados com os grandes nomes da guerra, enfatizando a chamada memória oficial. Não iremos fazer um questionamento específico sobre, pois, além de não ser objeto dessa pesquisa, ficaria cansativo para o leitor visualizar um trabalho meramente quantitativo além de impossível a leitura e análise com qualidade de todas as obras, mas poderíamos citar a obra escrita por Homem de Mello sobre Andrade Neves, em homenagem ao seu falecimento em campanha. Em *O General José Joaquim de Andrade Neves – Barão do Triunfo. Biographia*, publicada em 1869, Homem de Mello se preocupou em realizar um exaltação patriótica e heroica, quase predestinada de Andrade Neves, afirmando qu seus feitos e a própria guerra, “longa e sanguinolenta luta, cujo fundo vestígio na memória desta geração não mais se apagará, o nome do Barão do Triunfo aparece, como um símbolo de força, mas força dada por Deus, como o gládio da justiça, à causa da verdade e da humanidade”<sup>604</sup>. Era um livreto de cerca de 50 páginas, que contava toda a vida de Andrade Neves e terminava com um poema que fora dedicado à ele, nos jornais, por ocasião de sua morte. Essas obras eram anunciadas nos jornais de grande circulação e, muitas das vezes, oferecidas ao imperador no intuito de alcançar projeção. Um grande hiato separa as produções biográficas sobre a guerra, pois, desde o início do período republicano temos um decréscimo das mesmas, ocorrendo somente em jornais e, geralmente, versando sobre os grandes nomes.

Uma nova “onda” biográfica vai surgir a partir da década de 1920. Segundo Márcia Almeida Gonçalves, em trabalho sobre a obra de Octávio Tarquínio de Sousa, “em finais da década de 1920, com destaque para os anos 30 e 40, identificaram-se uma epidemia biográfica e uma renovação da biografia. Houve quem, em coro com os ventos europeus, teorizasse sobre a emergência de uma biografia moderna em terras brasileiras”.<sup>605</sup> Essa retomada possivelmente ocorreu devido à emergência da Primeira Guerra na Europa e, especificamente no caso do Brasil, as críticas relacionadas à “República Velha”. Novamente recorreremos aos jornais, pois eles nos demonstram essa tendência de rememoração a partir de quem publica essas notas biográficas e das escolhas feitas pelos autores sobre quem deveria ser lido. Nesse sentido, temos uma noção de quais ideais deveriam ser exaltados no contexto histórico citado. Os autores não são desconhecidos nossos muito menos do público da época: Gustavo Barroso,

---

<sup>604</sup> Cf. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello. **O General José Joaquim de Andrade Neves – Barão do Triunfo. Biographia**. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1869, p. 44.

<sup>605</sup> Cf. Márcia Almeida Gonçalves. **Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2009, p. 97.

Pedro Calmon, Escragnolle Dória, entre outros. Teremos então biografias de Taunay, Osório, Caxias (que neste momento estava sendo reabilitado e tendo as características de disciplina e obediência colocadas em voga a fim de servir como símbolo do exército em um período tão conturbado devido ao movimento Tenentista), Couto Magalhães e Anna Nery.

A imagem de Anna Nery já era conhecida, mas se torna mais popular a partir da década de 1920.<sup>606</sup> Anna Nery, também conhecida como Ana Néri, nasceu no interior da Bahia, no dia 13 de dezembro de 1814, e foi pioneira da enfermagem no Brasil. Casada desde os 23 anos com Isidoro Antônio Nery, Anna ficou viúva aos 29, assumindo a responsabilidade de cuidar sozinha dos três filhos pequenos. Com o início da guerra, os filhos de um irmão de Anna Nery foram convocados pelo exército para lutar nas frentes de batalha. Sem querer ficar longe dos filhos, Anna requereu ao então presidente da província da Bahia, o conselheiro Manuel Pinho de Sousa Dantas, que lhe fosse dado o direito de acompanhar os filhos e o irmão durante os combates, ou, que ao menos, ela pudesse prestar serviços nos hospitais do Rio Grande do Sul. Deferido o pedido, Anna partiu de Salvador, incorporada ao décimo batalhão de voluntários em agosto de 1865, na qualidade de enfermeira. Durante toda a campanha, prestou serviços ininterruptos nos hospitais militares de Salto, Corrientes, Humaitá e Assunção, bem como nos hospitais da frente de operações. Viu morrer na luta um de seus filhos e um sobrinho. Terminada a guerra, regressou à sua cidade natal, onde lhe foram prestadas grandes homenagens. O governo imperial concedeu-lhe a Medalha Geral de Campanha e a Medalha Humanitária de primeira classe. Anna morreu na cidade do Rio de Janeiro aos 65 anos, em 20 de maio de 1880. Em sua homenagem, em 1923, a primeira escola oficial brasileira de enfermagem recebeu o nome de Ana Néri.

A rememoração da figura de Anna Nery representa duas coisas bem interessantes, tanto para o Império quanto para a época em que ela fora retocada: mulher, mãe devotada à família, que faz sacrifícios pela pátria, e que, acima de tudo, entende sua posição na sociedade. Quase todas as notas biográficas sobre ela exaltam essas características, mas nessa retomada biográfica da década de 1920, além do ressurgimento do interesse sobre a guerra, Anna Nery reaparece e ganha ainda mais notoriedade. A biografia oficial de Anna Nery é sucinta. Autores como D. Ignez Sabbino (*Mulheres Ilustres do Brasil*, 1899), Boccanera

---

<sup>606</sup> Outra mulher que se torna popular devido a guerra é D. Rosa da Fonseca devido a ter todos os filhos envolvidos no conflito. Mãe do presidente Deodoro da Fonseca, ela hoje figura como Patrono da Família Militar. Sua história ainda é cercada de inconclusões, além disso, sua alçada para um patamar diferenciado em “panteão de heróis” é bem recente. Para saber mais sobre cf. Álvaro Alves. “O legado de D. Rosa da Fonseca: ‘Os que, com sacrifício da própria vida, ofertei à pátria’ ”. In **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol 153, 2º quadrimestre de 2017, pp. 23-29.

Júnior (As telas históricas do Paço Municipal da Bahia, 1922), Bernardino José de Sousa (Heroínas baianas, 1936), escreveram pequenos verbetes sobre sua vida e importância na guerra, mas são produções de memória local.<sup>607</sup> A primeira biografia efetiva (ou nota biográfica se pensarmos que saíra em uma publicação periódica) e grande evento relacionado com Anna Nery ocorreu em 1924 na *Revista da Semana*, pelas mãos de Escragnolle Dória.<sup>608</sup>

Como nas biografias do IHGB, Escragnolle Dória inicia seu escrito falando do local de nascimento, associando, por exemplo, seu ano de nascimento à derrota de Napoleão Bonaparte na Europa, como se fosse realmente algo de muito especial, continua falando rapidamente de sua infância passando logo ao casamento. Ao iniciar a fala sobre sua participação na guerra, Dória retomada a ideia de crítica a Solano López e exaltação aos voluntários da pátria. Relata seus feitos e seu trabalho nos hospitais durante toda a guerra, terminando o texto falando da comoção pela sua morte em 20 de maio de 1880, e que seu jazigo está no Cemitério de São Francisco Xavier, no Caju, Rio de Janeiro, tendo sido construído pela Associação Baiana de Beneficência, bem como menciona que logo após sua morte, o governo imperial atribuiu a uma rua seu nome, que, segundo o autor, possui uma placa que ainda resiste desde aqueles tempos.<sup>609</sup> Em 28 de junho de 1924, a *Revista da Semana* publica uma nota da Cruz Vermelha sobre Anna Nery, nota esta motivada como uma espécie de resposta ao artigo de Dória. Nesse momento ela já era considerada a precursora da Cruz Vermelha no Brasil que, após citar trecho do texto de Dória que afirma a estranheza do “túmulo de d. Anna Nery conhecesse apenas a frieza de modestos mármore e se visse sempre despido de flores”, concitou as entidades de socorro a enfermos para que todas possuíssem seu retrato e irem cobrir de rosas, todo mês de maio, seu túmulo por ocasião da comemoração de seu passamento.<sup>610</sup> Realmente isso ocorreu. Todos os anos, no mês de junho não somente a Cruz Vermelha, mas também as turmas de enfermagem depositariam flores em romaria ao seu túmulo, amplamente noticiado pelos jornais (Imagem 36). Nesse sentido, temos a noção da importância dessas biografias que eram divulgadas nos jornais, como uma forma “educativa” de construção de mitos e heróis para o imaginário da guerra.

---

<sup>607</sup> Ignez Sabbino. **Mulheres Ilustres do Brasil**. [prefácio de Arthur Orlando]. Rio de Janeiro; Paris: Editora Garnier, 1899; Bocanera Júnior. **As telas históricas do Paço Municipal da Bahia: biografias e notícia histórica do Paço**. Bahia: Typ.Commercio, 1922; Bernardino José de Sousa. **Heroínas baianas: Joana Angélica, Maria Quitéria e Ana Nery**. São Paulo: Paralelo/MEC, 1936.

<sup>608</sup> *Revista da Semana*, 24 de maio de 1924. Biblioteca Nacional.

<sup>609</sup> A Rua Ana Néri fica no bairro de Benfica na cidade do Rio de Janeiro, conforme demonstrado no Capítulo 2.

<sup>610</sup> *Revista da Semana*, 28 de junho de 1924. Biblioteca Nacional. Cabe ressaltar que em 6 de junho de 1925 foi inaugurada uma pintura de d. Anna Nery na sede da Cruz Vermelha no Centro do Rio de Janeiro, além do em frente ao local existir um monumento em homenagem a ela. Cf. *Revista da Semana*, 6 de junho de 1925. Biblioteca Nacional.

Figura 36 – Romaria ao túmulo de Anna Nery (1926)



Fonte: Revista da Semana, 29 de maio de 1926.

### 3.2.2 - Pequenos sujeitos, pequenas histórias: quem foi esquecido

“Os documentos são seres vivos, eles mudam e vacilam junto conosco, é possível extrair algo deles eternamente. Algo novo que nos é necessário justamente agora. Neste minuto. O que estamos procurando? Em geral, o que nos parece mais interessante e próximo não são os grandes feitos e o heroísmo, mas aquilo que é pequeno e humano”.<sup>611</sup>

Ao falarmos em guerra e a memória construída a partir dela temos em mente heróis e seus grandes feitos, àqueles que são recontados pelas gerações com seus nomes ecoando através do tempo, como os antigos gregos. Mas a guerra não é feita somente de heróis, mas de todos que de alguma forma, participam ou sofrem seus efeitos. No caso da Tríplice Aliança e sua ideia de uma “guerra total”, ao menos para o Paraguai, os envolvidos não necessariamente participam do chamado panteão de heróis. São pessoas comuns, de grande significado e importância, seja para as batalhas, seja para o cotidiano simples de um acampamento. Dificilmente encontraremos alguém que nunca tenha ouvido falar do nome do Duque de Caxias, do General Osório, por exemplo, mas se mencionarmos o nome Maria Curupaiti, possivelmente será novidade, não apenas por ser mulher, mas por ingressar em um espaço de

<sup>611</sup> Svetlana Aleksievitch. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das letras, 2016, p. 17

invisibilidade onde nomes que, até encontraram relativa fama em algum momento da campanha, passam a ser esquecidos e apagados da memória do conflito. Esses apagamentos nos dizem muito mais do que as biografias dos grandes heróis, eles nos deixam explícitas as escolhas feitas por aqueles que elaboraram a história oficial e a dimensão histórica dessas escolhas. A política da memória é uma reapropriação do passado e nesse sentido,

a noção de rasto e esquecimento têm em comum é, antes de tudo o mais, a noção de apagamento, de destruição. Mas este processo inevitável de apagamento não esgota o problema do esquecimento. O esquecimento tem igualmente um polo ativo ligado ao processo de rememoração, essa busca para reencontrar as memórias perdidas, que, embora tornadas indisponíveis, não estão realmente desaparecidas.<sup>612</sup>

Nesse sentido, a ideologização da memória, e suas apropriações, são possíveis pelas escolhas narrativas, e as estratégias de esquecimento aparecem justamente no trabalho de configuração da mesma, a partir do evitamento, da evasão e da fuga. No imediato pós-guerra algumas histórias são devidamente esquecidas por não constituírem um padrão interessante para o Estado Imperial e as questões que o cercavam naquele momento. Como a própria memória da guerra é ressignificada em diferentes momentos e os atores tem rememorações significativas, ou não, de acordo com interesse político, alguns personagens são literalmente esquecidos. Esquecidos mas não apagados. Dentre as diversas histórias de participantes do conflito que não foram levadas ao conhecimento da “história oficial”, bem como, foram deliberadamente esquecidas, vamos aqui mencionar algumas, não pela sua importância em algum momento da campanha, mas pela escolha de ter sido esquecida e lembrada em momentos distintos. Cabe ressaltar que grande parte dessa rememoração dos “invisíveis” vai ocorrer notadamente na Era Vargas, e mais precisamente no momento em que o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, demonstrando uma iniciativa do governo em justificar todo esforço de guerra e de arregimentar soldados para o corpo militar.

### 3.2.3 - A guerra não tem rosto de mulher: o apagamento das mulheres

O título desta seção plagia o título da obra de Svetkana Aleksievitch onde, através de entrevistas com mulheres que lutaram pela URSS na Segunda Guerra Mundial, a autora repensa a importância delas no processo e como elas retornaram às suas vidas com o término

---

<sup>612</sup> Paul Ricoeur. **Memória, história, esquecimento**. Conferência proferida Paul Ricoeur a 8 de Março de 2003 em Budapeste sob o título “Memory, history, oblivion” no âmbito de um Seminário internacional intitulado “*Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*”. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia). Acessado em 01/01/2020.

do conflito. Acredito que a parte mais interessante do livro seja a reflexão que podemos fazer de como essas mulheres foram esquecidas no pós-guerra.<sup>613</sup> Na edição de número 80, publicada em 1916, Érico Coelho escreveu um artigo intitulado “A mulher e a guerra”. Nele o autor descreve a participação das mulheres na guerra desde os tempos da Grécia Antiga e suas lendas sobre as amazonas.<sup>614</sup> Sobre o Brasil, disserta sobre as “bravas índias” do período colonial, passando em seguida a falar sobre Anitta Garibaldi e a Guerra dos Farrapos; menciona a Guerra de Canudos e ao final justifica a participação das mulheres nas guerra, utilizando-se da Convenção de Genebra, na tarefa de enfermeiras atuando na Cruz Vermelha. Sobre a Tríplice Aliança existem duas menções: a primeira sobre o alistamento de Jovita Feitosa e Maria Barreto, sem explicar quem seriam elas ou ainda a participação efetiva, mas não se esquece de afirmar que seus alistamentos foram proibidos pelo imperador; a segunda sobre o papel feminino de gerar vidas, inclusive soldados vendo-os partir para a guerra, e conclui o texto com a frase “de fato geral não se infira faltasse ao feminino brasileiro entendimento, de que o masculino deve defender a pátria”.<sup>615</sup> Nesse sentido ficaria difícil pensar na construção de uma memória da guerra que valorizasse a participação feminina para além da atuação com enfermeira, tal como fez Anna Nery, sem esquecer que nessa perspectiva leva-se em consideração a posição social.

Como parte da proposta do trabalho, nos vale pensar nos apagamentos de mulheres que foram importantes, o ao menos tiveram seus nomes conhecidos e reconhecidos nesse contexto, tentando pensar pelo viés da questão ainda do gênero, neste caso, como um limitador de rememoração, o que explicaria o esquecimento. Vamos citar algumas dessas mulheres, mesmo sabendo que o universo das que participaram e que de alguma forma foram importantes devido as suas ações, é maior, mas ainda pouco explorado pela historiografia, principalmente devido à ausência de documentação.

Diferentes tipologias de mulheres estão presentes nos relato e memórias. Vivandeiras, chinas, sinhás, todas elas fazem arte desse universo, e carecem de um estudo mais aprofundado, o que não é o nosso objeto. Segundo Dionísio Cerqueira, as mulheres que seguiam as tropas

não tinham medo de coisa alguma [...] Nas linhas de atiradores que combatiam encarniçadamente, vi-as mais de uma vez chegarem-se dos feridos rasgarem as saias em ataduras para estancarem o sangue, montá-los nas garupas de seus cavalos e conduzi-los no meio das balas para os hospitais. Algumas trocavam as amazonas por bombachas nos dias de

---

<sup>613</sup> Svetlana Aleksievitch. Op. Cit.

<sup>614</sup> Érico Coelho. “As mulheres e a guerra”. In **Revista do IHGB**, vol.80, 1916, pp. 551-572.

<sup>615</sup> Idem, p. 567.



combate. E as pontas de suas lanças formavam salientes nas cargas dos regimentos.<sup>616</sup>

Além de Dionísio Cerqueira, Machado de Assis em fevereiro de 1865, resume a visão da sociedade sobre a participação feminina na guerra:

Não nasceste para a guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nasceste para outra guerra, em que a mais inábil e menos valentes vale por dois Aquiles. Mas nos momentos supremos da pátria não sois das últimas. De qualquer modo ajudais os homens. Uma, como a mãe espartana arma o filho e o manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e a entregam aos soldados; outras costuram as fardas dos valentes; outras dilaceram suas próprias saias para encher os cartuchos; outras preparam os fios para os hospitais; outras juncam de flores o caminho dos bravos.<sup>617</sup>

Talvez a mais conhecida que atuou na guerra tenha sido Jovita Feitosa.<sup>618</sup> Na cidade de Teresina, pouco depois da publicação do decreto que criava os corpos de voluntários da pátria, um rapaz de 17, oriundo do interior, se alistou no 2º corpo de voluntários da pátria do Piauí. Logo foi percebido algo de estranho: além da baixa estatura, o voluntário possuía as orelhas furadas. Uma mulher curiosa resolveu apalpá-la e descobriu que se tratava de uma moça chamada Antônio Alves Feitosa, mas todas as conheciam por Jovita. Ela acabou presa e ao ser interrogada disse que tomou roupas de homem e cortou o cabelo curto porque as pessoas a quem declarava sua intenção, dizia ser impossível pelo fato de ser mulher. Franklin Dória, que era então o presidente da Província do Piauí, aproveitou o potencial propagandístico de Jovita e, não somente aceitou que ela se alistasse como igualmente lhe deu o posto de 2º sargento. As notícias sobre Jovita logo se espalharam e logo que o navio que trazia os voluntários do Piauí parava em algum porto, Jovita era bem recebida. Além disso, fotógrafos vendiam fotos dela vestindo farda, que por sinal é a imagem que mais conhecemos dela. Ao chegar no Rio de Janeiro em 9 de setembro de 1865, Jovita já era celebridade. Foi organizado por exemplo um grande espetáculo no Teatro São Pedro de Alcântara em sua homenagem, que incluía a apresentação de uma canção intitulada “A espartana do Piauí”.

Toda essa pompa acaba com a ordem que a Secretaria de Estado dos negócios da Guerra enviou ao comandante do Corpo de voluntários da pátria do Piauí para não continuar com o alistamento de Jovita e, mesmo tentando revogar a ordem, em setembro de 1865 ela foi

<sup>616</sup> Dionísio Cerqueira. Op. Cit., p. 300.

<sup>617</sup> **Diário do Rio de Janeiro**, 7 de fevereiro de 1865. Biblioteca Nacional.

<sup>618</sup> Os estudos sobre Jovita Feitosa têm sido retomados. José Murilo de Carvalho, por exemplo, lançou em 2019 um pequeno estudo biográfico sobre ela, mas sem muita inovação visto que utilizou as fontes já conhecidas e a narrativa so fora sistematizada. Cf. José Murilo de Carvalho. **Jovita Alves Feitosa. Voluntária da pátria, voluntária da morte**. São Paulo: Chão Editora, 2019.

retirada do corpo, a partir de uma carta escrita pelo Secretário da Guerra explicando da impossibilidade de seguir à campanha devido ao seu gênero. Jovita se recusa a seguir para o Paraguai como enfermeira, e aos poucos os jornais que noticiavam seu nome todos os dias não mais a mencionam, deixando-a no esquecimento. Alguns conhecidos conseguiram o dinheiro necessário para seu retorno, mas ao chegar a casa foi mal recebida por seu pai, e, devido a essa recepção, decide retornar para o Rio de Janeiro. Sem dinheiro e sem trabalho, acabou passando para a prostituição. Jovita voltou aos jornais dois anos depois em outubro de 1867, aos 19 anos de idade, quando cometeu suicídio devido a um amor não correspondido por um engenheiro inglês, que havia voltado para sua terra natal. Jovita Alves se torna notícia pela última vez.

Outra personagem feminina que fora destacada nos diários e memórias sobre a guerra é Florisbela. Segundo Azevedo Pimentel, ela atuou junto ao corpo do 2º exército, sob comando do Visconde de Porto Alegre, sendo considerada um “intrépido soldado”. Florisbela não tinha sobrenome e nem família, foi considerada como “transviada e anormal”, em relação a outras mulheres, devido à sua atuação e sua origem.<sup>619</sup> Ela na verdade, segundo Pimentel, acompanhava seu marido que serviu no 29º corpo de voluntários da pátria, mas não se limitou ao acampamento como as outras mulheres. Pimentel quando escreve sobre Florisbela já nos deixa margens para compreender o motivo que levou ao seu esquecimento ao compará-la com Anna Nery que, para ele “exercia a nobre missão de seu sexo. Era caridade e a paz. Era viúva honrada que espargia pelos necessitados [...] muitas vidas salvou com seus desvelos e carinhos. A Pátria, porém, cobriu-a com o manto de sua gratidão.”<sup>620</sup>

E Florisbela? Ela que pegava a

“[...]carabina do primeiro homem que era ferido e, entrava em seu lugar na fileira, sustentando o combate até o fim da luta, largando então a arma agressiva dirigia-se aos hospitais de sangue. Quem não se recorda dos atos de heroísmo de Florisbela, mulher que, devendo fugir a uma morte certa enfrentou batalhas, [...]no entanto, [...] quem hoje fala em Florisbela, ignorada, desconhecida quando merecia uma epopéia [...], outras, passaram por heroínas, cantadas em romances e poesias variadas e ela nem uma simples menção viu figurar o seu nome! Todo o 2º Corpo do Exército, às ordens do Conde de Porto Alegre, viu-a, admirou-a, invejou-a. A Pátria esqueceu-a. Florisbela tinha a desventura de ser uma transviada, sem nome, nem família; mas se alguma mereceu o nome de heroína, ela deveria se figurar também no 1º plano.”<sup>621</sup>

<sup>619</sup> Cf. Joaquim Silvério de Azevedo. **Episódios militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

<sup>620</sup> Idem, p. 19-20

<sup>621</sup> Idem, ibidem.

O entusiasmo e ousadia de Florisbela eram descritos por Pimentel sempre com admiração, que descreve uma cena onde ela apareceria

“[...]com os lábios enegrecidos pela ação de morder o cartucho [...] Essa mulher se tivesse nascido na França ou na Alemanha, talvez figurasse em estátua na melhor praça de suas grandes cidades, mas no Brasil, nem de leve se tomou consideração o ato de seu espontâneo e magnífico desprendimento e bravura”.<sup>622</sup>

Apesar de todo o relato de Pimentel, Florisbela não aparece em mais nenhum outro lugar, sendo seu nome esquecido, pois não atenderia aos preceitos que eram ditados pela sociedade para o comportamento feminino. Então não bastava ser heroína, ela deveria igualmente ser o símbolo dessa “boa sociedade”.

O terceiro exemplo de imagem feminina que fora esquecida mesmo com atuação de destaque na guerra foi *Maria Francisca da Conceição*, mais conhecida como *Maria Curupaiti*. Novamente recorremos a Pimentel para descrevê-la. Segundo o autor Maria Francisca era

Casada com um cabo- de-esquadra do Corpo de Pontoneiros do Exército, seu marido teve de embarcar com as forças ao mando do Tenente-General Conde de Porto Alegre com destino ao assalto glorioso do forte de Curuzu. O chefe proibiu terminantemente que as casadas acompanhassem seus maridos naquela expedição, devendo todas ficar sob a proteção do grande exército de Tuiuti. Maria não desanimou. Tinha treze anos e amava soberanamente o consorte. Dotada de ânimo varonil, de resoluções prontas, decidiu-se a acompanhá-lo a todo transe. Recorreu a um cabeleireiro do acampamento, voltando com suas madeixas destruídas. Estava com o cabelo reduzido à escova! Despiu os ornatos femininos, deu pregas em uma calça do marido, vestiu a blusa dos uniformes e arranjou um boné. Insinuou-se no meio das fileiras na ocasião do embarque. Era um soldadinho imberbe, de pequenina estatura. Ninguém deu pelo disfarce. Na refrega, uma bala dá em cheio na frente do marido, que cai morto.<sup>623</sup>

Com a morte de seu marido, Maria Francisca passa a combater, não sabemos se por atitude heroica ou por não ter perspectiva de mais nada devido a situação feminina nesse contexto. Então ela, vestida com uniforme masculino, vai junto com o exército combater na batalha de Curupaiti em setembro de 1866, acaba sendo ferida por espada, e somente no hospital foi descoberta sua verdadeira identidade, aquele soldado baixo e franzino era na verdade uma bela mulher. A partir de então Maria Francisca passa a ser denominada *Maria*

---

<sup>622</sup> Idem, ibidem.

<sup>623</sup> Idem, p. 149.

*Curupaiti*, e, pelos relatos, era respeitada por seus colegas e cantada em versos. Ela ainda participaria de outras batalhas como, por exemplo, em Tuiuti nas fileiras do 42º corpo de voluntários da pátria, e na fala de Pimentel “o seu exemplo arrebatava os homens, aos quais não cessam de dizer, com o sorriso das heroínas nos lábios Aqui está Maria Curupaiti! Avante!”.<sup>624</sup>

Maria Curupaiti acabou no relato de Pimentel sendo mitificada, a partir da abnegação, destemor, coragem e renúncia. Sua transgressão foi sublimada pelo amor ao marido e à pátria, mas sua representação no campo de batalha era masculina: resoluções pontas, ânimo varonil, cabelo reduzido à escova. O final da guerra é descrito por Pimentel e o desfecho da aventura de Maria Curupaiti:

O epílogo desta aventura vivido por uma bela e valente pernambucana, não poderia ser outro: com o fim da guerra, deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde vivia, ao tempo da escritura deste relato, alquebrada e sem recursos.”<sup>625</sup>

Um detalhe sobre Maria Curupaiti é interessante, pois mesmo tendo seu nome em várias ruas pelo Brasil, sua história era desconhecida até que na década de 1930 ela reaparece, passados mais de 60 anos após a guerra. Em 1934 e publicado no jornal *O Correio da Manhã* a seguinte matéria: “Uma injustiça na história: Maria Curupaity”. Escrita por Saldanha Diniz, o texto é aberto da seguinte forma: “Uma heroína que guiou legiões brasileiras a várias vitórias nos campos do Paraguai e que a história desconhece”.<sup>626</sup> O texto procura realizar uma biografia de exaltação dos feitos de Maria Curupaiti e chamar a atenção para seus feitos. Um ano depois na Revista *O Malho* novamente Maria Curupaiti é mencionada;<sup>627</sup> isso vai se repetir em 1938 com anúncio de uma monografia sobre ela e em 1939, em uma revista voltada para mulheres, a história dela é recontada.<sup>628</sup> Na década de 1940 novamente ela retorna à pauta de matérias “educativas”, com a repetição de sua história principalmente em jornais e revistas voltadas para moças. De todos os jornais vistos, somente um tenta descrever o que aconteceu com ela no pós-guerra. Pelo jornal *O Carioca*, Maria Curupaiti voltou da guerra se estabelecendo na Corte, onde viveu em extrema miséria, tendo inclusive que se prostituir para sobreviver, sendo encontrada por um jornalista que resolveu recontar sua história.<sup>629</sup>

---

<sup>624</sup> Idem, p. 150.

<sup>625</sup> Idem, p. 109-110.

<sup>626</sup> *Correio da Manhã*, 14 de janeiro de 1934. Biblioteca Nacional

<sup>627</sup> *O Malho*, 26 de setembro de 1935. Biblioteca Nacional.

<sup>628</sup> *O Imparcial*, 28 de junho de 1938; *As Walkírias*, novembro de 1939. Biblioteca Nacional.

<sup>629</sup> *Carioca*, ano VII – nº 368. Biblioteca Nacional.

### 3.3 - A memória na praça pública: os monumentos

“Os soldados foram os primeiros a serem representados por estátuas na praça pública, porque ofereciam menos motivo para controvérsia do que os políticos e apareciam como os primeiros servidores da nação.”<sup>630</sup>

“Não há nada tão invisível quanto um monumento”.<sup>631</sup>

Segundo Joel Candau, “a pedra acolheu sempre a memória”.<sup>632</sup> Nesse sentido, pensamos os monumentos, sejam eles de pedra ou bronze, como uma forma da sociedade expressar a memória constituída em um determinado momento. A escolha do local, a quem comemorar, como inaugurar e quando inaugurar, reflete o contexto político – social. A noção de indestrutibilidade dos monumentos se deve ao fato de serem considerados como uma “memória mineral”, que duraria por toda a eternidade.<sup>633</sup> Nesse sentido, a memória monumental tem sua escala de valores, e em função dos imprevistos da história, ela pode desfazer aquilo que ela ligou.<sup>634</sup> Ou seja, ao mesmo tempo em que lembra, o monumento pode ser esquecido e perder todo seu sentido. Ainda segundo Candau, existem três objetivos na elaboração dos monumentos:

“na realidade, estes dois objetivos – honorífico e de transmissão – escondem um terceiro, sempre implícito. Trata-se de provocar uma emoção junto dos visitantes, com o fim de obter a sua adesão a um projeto político: reforçar a coesão nacional, satisfazer os representantes de “comunidades” ou de associações, fazer campanha para as próximas eleições, etc. [...] Os diferentes poderes sempre puseram em prática uma política monumental porque eles compreenderam bem que esta procede os quadros sociais da memória. Os monumentos contribuem para a codificação memorial cuja matriz é uma jogada: trata-se de decidir que representações do passado vão ser reveladas, postas em cena e, eventualmente, partilhadas.”<sup>635</sup>

Desta forma Candau nos remete a pensar nas escolhas feitas em relação da Guerra da Tríplice Aliança, pois os monumentos tem em si a noção de propagação de uma memória comum. São exemplos de monumentos comemorativos da guerra os arcos, as colunas triunfais e os bustos. De preferência o material utilizado seria os canhões tomados ao inimigo.

<sup>630</sup> Maurice Agulhon. “La statuumonie et l’histoire: imagerie civique et décor urbain”. In: **Histoire Vagabonde**. Paris, Galimard, v. I, 1988, p. 159-160.

<sup>631</sup> Robert Musil. **Obra póstuma em vida**. Reinbeck: Rowohlt, 1978, p. 506.

<sup>632</sup> Cf. Joel Candau. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 152.

<sup>633</sup> Cf. idem, p. 152.

<sup>634</sup> Idem, ibidem, p. 153.

<sup>635</sup> Idem, ibidem, p. 154.

Além disso, a recusa de alguns monumentos nos faz pensar sobre o tipo de memória a ser construída. Não vamos aqui analisar descritivamente todos os monumentos, mas a escolha vai se relacionar com o modelo, o contexto em que fora construído bem como o objetivo dessa construção. Cabe ressaltar que aqui falaremos de monumentos sem a deposição de restos mortais, pois consideramos um mausoléu, ou ainda com alegorias que remetam à alguma história relativa a participação do mesmo no conflito, geralmente de forma heroica, pois nesse caso, consideramos o tipo de construção como um Panteão, conforme descrevemos anteriormente.

O monumento não somente trabalha com a memória, mas também mobiliza pela mediação da afetividade, a fim de recordar o passado e desta forma fazendo valer no presente. Para Choay, por exemplo, a “função antropológica constitui a essência do monumento”.<sup>636</sup> Nesse sentido a propagandização do mesmo efetua um caráter pedagógico a fim de incutir a valorização daquela pessoa ou evento no interior da sociedade. Não falo dos editais públicos, mas sobre a divulgação dos “vencedores” bem como das várias etapas do processo de produção que geralmente eram divulgadas nos jornais. Aproxima-se de uma tentativa de iconização do personagem ou evento retratado.

A partir dos anos de 1820 é que ocorre a chamada consagração do monumento histórico, notadamente relacionado com as sociedades industriais como Grã-Bretanha e França. Ainda recorrendo a Choay,

“Ao recordar à memória afetiva a dimensão sagrada das obras humanas, o monumento histórico adquire, para, além disso, uma universalidade sem precedentes. O monumento tradicional, sem qualificativo, estava universalmente distribuído, mas fazia reviver passados particulares de comunidades particulares.”<sup>637</sup>

O que isto quer dizer? Que o monumento passou a ter outra concepção e deixou de expressar somente a vontade de um grupo para adquirir um caráter nacional. Na França a partir desse período ocorreu uma verdadeira invasão das ruas e praças de todo o tipo de estátuas, que recebeu o nome pejorativo de “estatuomania”, que para Armelle Enders, “à medida que se difunde e se banaliza a mania de erguer estátuas de grandes homens perde seu conteúdo político e torna-se cada vez mais consensual”.<sup>638</sup> Inclusive segundo a autora, o Brasil Imperial não se poderia ver uma “estatuomania” antes dos últimos anos do regime, sendo, portanto, este termo muito excessivo para ser aplicado ao evento de erguer monumentos

<sup>636</sup> Cf. Françoise Choay. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001, p. 16.

<sup>637</sup> Idem, p. 122.

<sup>638</sup> Cf. Armelle Enders. “O Plutarco brasileiro. A produção de vultos nacionais no Segundo Reinado”. In. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, volume 25, p. 54-55.

acompanhado entre o final do Império e início do período Republicano.<sup>639</sup> A “pedagogia cívica” que pode ser realizada através do exemplo quando ocorre a escolha de criação de um monumento, ou evocação de grande homens, não conseguiu penetrar na sociedade brasileira. A maior parte dos monumentos deveriam ser fundidos na Europa, o que elevaria seus custos, além disso, boa parte dos monumentos gestados no Império, só foi concluído na República, o que nos faz pensar com relação ao novo atributo de construção e simbolismo à elas veiculado a fim de se construir um novo “panteão de heróis” e um novo imaginário, conforme muito bem nos descreveu José Murilo de Carvalho em “A formação das almas”, quando analisou a reconfiguração da imagem de Tiradentes que passa a ser considerado um herói.<sup>640</sup>

Iara Lis de Carvalho Souza ao estudar a formação identitária do Brasil após a independência salientou que “de dentro do IHGB, atentava-se à edificação de monumentos históricos no país, fosse na publicação em 1854-1857 da primeira *História Geral do Brasil*, de Varnhagem, ou em outras iniciativas preocupadas em formar uma coleção de objetos que designassem o Brasil em sua especificidade”; Já Enders afirma que o IHGB “cultiva mais sua própria memória que a da Nação, e isso durante cerimônias que mais evocam a civilidades aristocráticas do século XVIII do que as multidões do fim do século XIX”, configurando-se uma espécie de cerimônia acadêmica e não nacional. Ou seja, os eventos relacionados à concepção e inauguração de monumentos ao final do Segundo Reinado se referem muito mais ao procedimento de um arcabouço simbólico aristocrático que não chegaria às “massas” e muito menos provocaria o sentimento nacional, que pudesse ser pretendido.<sup>641</sup> A primeira grande iniciativa no Brasil, para além dos bustos inaugurados pelo IHGB, foi a estátua equestre do “fundador do Império”, D. Pedro I, sendo inaugurada em 1862 todo o conjunto escultórico situado na Praça da Constituição, atual Praça Tiradentes. O Objetivo desse monumento, para além de perpetuar a memória de D. Pedro I, transformando-o em herói, seria o de comemorar os 40 anos da independência, marcando a data como comemoração de vulto nacional. Extremamente controversa, como todas as outras que surgirão até o final da monarquia, a estátua equestre de D. Pedro I não provocou a aclamação nacional pretendida. A guerra seria, nesse sentido, uma ótima oportunidade para se erguer uma série de monumentos patrióticos para ressaltar os feitos nacionais, mas o Império, segundo Enders, entrava na era

---

<sup>639</sup> Cf. Idem, p. 55.

<sup>640</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. **A formação das almas. O imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Principalmente o capítulo 3: “Tiradentes: um herói para a República”.

<sup>641</sup> Cf. Armelle Enders, op. Cit. P. 55 e Iara Lis de Carvalho Souza. **Pátria coroadada. O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 352.

de uma muito prudente “estatuomania”.<sup>642</sup> Essa prudência pode ser percebida pela pouca quantidade de monumentos inaugurados e pelas iniciativas que foram abandonadas durante o processo, sendo que algumas acabaram por ser retomadas na República, ainda que o florianismo e o jacobinismo tenham se esforçado em esvaziar toda e qualquer memória que se remetesse à monarquia, a partir da década de 1920 elas foram retomadas com força, tendo seu auge no período do Estado Novo.

### 3.3.1 - Um monumento inexistente

Campos dos Goytacazes, cidade no norte do estado do Rio de Janeiro, 14 de abril de 1947. O jornal “O Estado” publica a seguinte matéria:

Na segunda-feira, feriado municipal, por Decreto do Prefeito Achilles Sales Ferreira, será uma data histórica para Campos, que inaugurará, nesse dia, o Monumento ao Expedicionário, mandado erigir pelo povo, através de subscrição pública. A Comissão Pró-Monumento ao Expedicionário teve à sua frente os Srs. Thiers Cardoso e Alcides Maciel, como representante da imprensa. Às oito horas, realizou-se missa solene, oficiada pelo Bispo Otaviano Pereira de Albuquerque, na Catedral, seguindo-se a transladação dos despojos do Capitão de Voluntários da Pátria, Manuel Theodoro de Almeida Batista, morto na Guerra do Paraguai. À dez horas, teve lugar a inauguração do monumento, na Praça São Salvador, iniciado com o discurso do Sr. Prefeito, em nome do povo campista. Presentes as representações escolares do município, bem como uma revoada dos aviões do Aeroclube local. A seguir, houve o desfile militar em continência às ilustres autoridades presentes.<sup>643</sup>

A notícia sobre a inauguração de um monumento destinado aos homens da Força Expedicionária Brasileira que lutaram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial não seria estranha, e também não seria aqui mencionada, se não fosse por um detalhe: a presença do Capitão de Voluntários Manuel Theodoro de Almeida Batista. Filho do Comendador Bento Benedicto de Almeida Batista, Manuel Teodoro embarcou na cidade de Campos dos Goytacazes como voluntário da pátria no vapor Galgo em 9 de fevereiro de 1865 seguindo para a Corte e posteriormente para o Paraguai. Fez parte em praticamente todos os combates até vir a ser ferido na batalha do Tuiuti a 24 de maio de 1865. Levado para Buenos Aires acabou falecendo no dia 1 de julho de 1865. No jornal “O Paiz” de julho de 1865 é noticiada sua morte:

“ Honrou com a sua morte e nobre feito do patriotismo que o impelira a trocar os cômodos da vida pelas asperezas e perigos da campanha . Uma oblação à morte do bravo companheiro de berço e seja lenitivo para justificar a dor de sua família e a certeza de que no túmulo prematuro do jovem

<sup>642</sup> Armelle Enders, op. Cit. 58.

<sup>643</sup> **O Estado**, 14 de abril de 1947. Biblioteca Nacional.



soldado, grava-se o glorioso epitáfio se quem morreu pela santa causa da Pátria e da civilização “.”<sup>644</sup>

Feito o traslado de seu corpo, foi realizada uma missa na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, na Corte, onde diversos discursos foram feitos ressaltando inclusive ser “muito moço” por contar com apenas 22 anos de idade. Em seguida, os despojos seguiram para Campos e foram enterrados no cemitério da cidade.

Devido a dificuldade em encontrar documentação, recorreremos à Lamego.<sup>645</sup> O autor afirma que a notícia do término da guerra só chegou a Campos depois de 18 de março de 1870, momento em que se iniciaram os festejos que perduraram por vários dias. Foram discursos inflamados, saudando o imperador, a marinha, a religião o exército e os voluntários da pátria, incluindo a declaração do “ventre livre” de alguns escravos pertencentes aos Barões de São Fidélis e de Boa Viagem. No centro da Praça de São Salvador, local mais importante da cidade, fora levantada uma coluna triunfal em homenagem aos “defensores da pátria”.<sup>646</sup> Ainda segundo Lamego, em 22 de março de 1870, a Câmara Municipal de Campos, sob a presidência do Dr. Thomáz Coelho, foi apresentada pelo vereador Dr. Miranda Pinto uma proposta de organizar uma Comissão a fim de deliberar sobre a homenagem aos moradores da cidade que partiram para a guerra.<sup>647</sup> Os conselheiros encarregados da Comissão foram João de Almeida Pereira, Josino do Nascimento da Silva, Barão de Carapébús e o Dr. Cândido Gomes de Vasconcelos Guanabara, que redigiram a seguinte proposição:

Proponho que esta Câmara manifeste o seu regosijo, pela faustosa notícia da terminação da guerra, fazendo celebrar um solene Te-Deum a que assistirá, e para o qual convidará todas as autoridades a habitantes deste município. Que sufraguemos com uma missa solene pelos dignos mortos nos campos de batalha-a dignidade nacional lhes deve eterna gratidão. Proponho finalmente, que se nomeie e encarregue a uma comissão de promover pelo município, os meios de erigir um monumento de gratidão com que se perpetuem os nomes dos briosos voluntários campistas. Que se solenise com pompa o ato inaugurado do dito monumento, sendo para esse fim convocado pela Câmara Municipal, o concurso dos filhos e de todos os habitantes de Campos. Sala das Sessões, 22 de Março de 1870.”<sup>648</sup>

Apesar dos discursos e da criação de uma Comissão, o monumento não foi construído.

Segundo Lamego:

Quanto à ideia do monumento tão bem recebida pelo público, bem depressa foi esquecida, como também os voluntários campistas. Nunca é tarde para

<sup>644</sup>O Paiz, 10 de julho de 1866. Biblioteca Nacional.

<sup>645</sup>Alberto Lamego. **A terra Goytaca á luz de documentos inéditos.** L’ Édition ‘d art Paris, 45. rue de ‘L échiquier. Bruxelas. 1913. 2º volume. Livro I 1500-1674.

<sup>646</sup> Idem, p. 208

<sup>647</sup> Idem, p. 208.

<sup>648</sup> Idem, p. 206.

resgatar uma dívida. A nossa mocidade que todos os quadrantes da pátria se vai levantando para cultura a memória dos que deixaram nos nossos anais a suave recordação de seus feitos, lembramos a ereção de um singelo monumento em que se perpetue o patriotismo dos abnegados voluntários campistas.<sup>649</sup>

Somente em 1947 a ideia do monumento foi retomada, sendo decidido erigir uma estátua para homenagear os soldados campistas que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Mas qual a relação entre esse monumento e o relativo aos voluntários da pátria? Simples, ele faria uma dupla homenagem: de um lado os veteranos da FEB e no verso, os voluntários da pátria na Guerra da Tríplice Aliança. Foi neste momento que ocorreu a ideia de trasladar os restos mortais do Capitão Manoel Theodoro para a base do monumento (note-se que não se trata de um Panteão, pois não há alegoria que se remeta à Guerra), que foi depositado num alicerce com uma inscrição em bronze (que atualmente foi substituída por uma placa de metal) contendo os seguintes dizeres:

“Aqui jazem os restos mortais de Manoel Theodoro de Almeida Batista, do 4º Batalhão de Voluntários da Pátria. Cavaleiro da ordem de Cristo, ferido na Batalha de Tuyuty a 24 maio de 1865. Faleceu em Buenos Aires a 1 de julho do mesmo ano, com 22 anos. Nas asas do gênio das batalhas foi aos pés do Senhor depor seus louros, na flor da mocidade. Deixou a Pátria, história um nome ilustre. Á sua mãe, irmãos e amigos, os prantos da saudade.”(Imagem 37)

---

<sup>649</sup> Idem, p. 207.

Figura 37- Inscrição em bronze relativa ao capitão Manoel Theodoro



Fonte: <http://blogacicampos-turismo.blogspot.com/2015/08/monumento-ao-expedicionario.html> (Acessado em 20 de novembro de 2019)

Outra referência ao conflito é um baixo relevo que romantiza a ida dos voluntários para a Guerra contendo a inscrição “1864-1870” (Imagem 38). A cena apresenta um homem segurando as mãos de uma mulher e, ao fundo, um pouco mais acima, a figura de dois anjos sobrepondo-se ao caos da guerra. Embaixo da cena, as datas de 1864-1870. Uma visão romântica da guerra que não parece exaltar a vitória, mas a despedida e a morte. É possível que este relevo tenha sido inspirado na tela pintada por Clovis Arrault, que retrata o embarque dos campistas para a Guerra do Paraguai.<sup>650</sup>

Figura 38 - Baixo relevo do monumento na Praça São Salvador em Campos



Fonte: <http://blogacicampos-turismo.blogspot.com/2015/08/monumento-ao-expedicionario.html> (Acessado em 20 de novembro de 2019)

<sup>650</sup> Em 1862, o pintor francês Clovis Arrault veio em Campos, onde fez alguns retratos. Foi contratado pela Câmara de Campos para pintar o embarque dos voluntários campistas para a Guerra do Paraguai, pela quantia de dois contos de réis. Em 1869, ele voltou para a França, onde começou a pintar a tela, mas veio embora e fixou morada em Campos, onde, em 1876, terminou a obra de arte. O quadro foi exposto na Câmara Municipal, no dia 7 de setembro de 1876. Cf. idem, p 208.

O monumento foi esculpido pelo artista Modestino Kanto e possui mais referências à FEB do que a Guerra da Tríplice Aliança basta ver que a escultura que encima o pedestal é de um soldado brasileiro na Segunda Guerra (Imagem 39). Aos pés deste soldado existe uma inscrição: “*Campos, à glória eterna dos que lutaram pela Pátria*”, generalizando quanto à homenagens, pois não especifica a que momento histórico efetivo ele se refere. O monumento foi inaugurado em 14 de abril de 1947, às 8 horas, com grande festividade e recebendo o nome de “Monumento ao Expedicionário Soldado” e transformando o dia em feriado municipal, contando com a participação de autoridades municipais e estaduais, uma comitiva representando o presidente da República, o governador do estado do Rio de Janeiro e outras personalidades militares e civis. O evento iniciou com uma missa solene na Catedral do santíssimo Salvador, acontecendo em seguida a trasladação dos despojos do capitão Manoel Theodoro e o depósito na urna do monumento; em seguida aconteceu a solenidade de inauguração do monumento na Praça Santíssimo Salvador, com a presença do prefeito de Campos à época, Aquiles Sales. Ao término ocorreu uma revoada de aviões e um desfile militar.<sup>651</sup> Na sequência, o governador do Rio de Janeiro, o coronel Edmundo Macedo, fez o seguinte discurso:

**Meus concidadãos:** Não somos, atualmente, diferentes do que fomos no passado. Bem avisada se mostrou a comissão, que tomou a seu cargo realizar esta obra, pensando em reunir os restos de um veterano glorioso da guerra do Paraguai à memória dos que tombaram em solo europeu. Sucumbiram, sem dúvida, pela mesma ideia, a de defender a Pátria, em qualquer emergência, com sacrifício da própria vida. É a realização da promessa que canta o conscrito nos quartéis e que está inscrita no Monumento: Todo o vigor que o nosso corpo encerra é teu, só teu, Brasil amado! (grifo do autor)<sup>652</sup>

A fala do governador faz referência a *Comissão Pró-Monumento ao Expedicionário* que teve à frente os jornalistas Thiers Cardoso e Alcides Carlos Maciel, que realizaram a subscrição pública que financiou o mesmo. Além disso, quando ele afirma “Não somos, atualmente, diferentes do que fomos no passado”, ele pode estar se referindo à primeira tentativa de erigir o monumento em 1870. Essa menção ao passado nos remete ao conceito de memória, mas também o de monumento histórico de Choay que fora explicitado anteriormente. A finalização do seu discurso corrobora com essa perspectiva:

Esta festa é de Campos. Aceitando ao convite para comparecer a ela, desejei manifestai-vos o apreço em que tive a vossa ideia e em que vos tenho. A presença aqui de altas autoridades federais, incluindo o representante do Sr. Presidente da República, demonstra que na capital do país o pensamento é o mesmo. Os campistas destemidos, altivos e patriotas, merecem bem essas

<sup>651</sup> Cf. **Folha do Comércio**, 15 de abril de 1947. Biblioteca Nacional.

<sup>652</sup> Idem. Biblioteca Nacional.

marcas de consideração e simpatia. Podeis orgulhar-vos do monumento que, de agora em diante, possa fazer parte do conjunto desta linda praça. São os campistas de hoje dizendo aos do futuro: procedam como nós, para a glória dos fluminenses e para a grandeza da Pátria comum.<sup>653</sup>

Temos então a história de um monumento com “dupla identidade” e “dupla função”, a fim de atender um evento imediato, mas, ao mesmo tempo, remontando à memória histórica a fim de retomar a importância da localidade na história nacional.

Figura 39- Monumento ao Expedicionário em Campos



Fonte: <http://blogaciampos-turismo.blogspot.com/2015/08/monumento-ao-expedicionario.html>  
(Acessado em 20 de novembro de 2019)

### 3.3.2- As colunas triunfais

O Triunfo era um ritual festivo militar, celebrado pelos romanos ao longo dos séculos - sempre que um comandante conquistava uma vitória espetacular. No dia (ou dias) marcado, a cidade transbordava de multidões, desfiles, despojos, prisioneiros, representações e lembranças de terras estrangeiras - mas então, tão rapidamente quanto começou, o glorioso tumulto terminava. Os espetáculos e os ecos da glória eram confiados à memória daqueles que

---

<sup>653</sup> Idem, Biblioteca Nacional.

o haviam testemunhado. Mas o desfile, e sua gigantesca festa em toda a cidade, eram suficientes para comemorar os feitos gloriosos dos exércitos de Roma? Ou deveria ser adotada uma forma mais permanente de comemoração? Nesse sentido, os romanos passaram a erguer *colunas triunfais* para que a memória do evento se perpetuasse para as gerações vindouras. Elas são monumentos comemorativos derivados dos troféus militares. Nas guerras passadas, os soldados erguiam colunas de troncos de árvores em agradecimento aos deuses, decorando o tronco com as armas capturadas dos inimigos. Posteriormente, o tronco foi substituído por colunas gigantescas. A Coluna de Trajano, de 113 d.C., localizada no Fórum de Trajano, apresenta um dos mais belos relevos em mármore da história, narrando as conquistas do imperador na Dácia. Outra famosa coluna, em Roma, é dedicada ao imperador Marco Aurélio.<sup>654</sup>

Geralmente as colunas triunfais são representadas isoladas, erguidas como monumento em memória de um acontecimento histórico marcante. Mesmo antes do final da guerra eram diversas as manifestações de populares, imprensa e Câmaras a fim de se erguerem colunas triunfais para comemorar uma vitória ou até mesmo a memória daqueles que lutaram no conflito. O simbolismo da uma coluna, para além de sua relação com a origem romana, é um monumento que pode ser visto de uma relativa distância e que provoca uma ideia de “elevação”, de algo superior, tanto que boa parte das colunas que representam vitórias em batalhas possui no topo, na parte mais elevada, o anjo da vitória. Guardadas suas devidas proporções, no Império as colunas, e tentativas de colunas, também tinham essa propostas. Interessante perceber que com a República não fora construída nenhuma coluna triunfal, talvez por já ter passado o “calor do momento” ou ainda por evitar o evento comemorativo. Para fins de análise, vamos examinar duas colunas triunfais que podem servir de exemplo das iniciativas, sendo uma na Bahia e a outra em Santa Catarina.

- Coluna Triunfal da Batalha Naval do Riachuelo (Salvador – Bahia)

Encomendada pela Associação Comercial, a coluna visava comemorar os heróis da Batalha Naval do Riachuelo, notadamente os baianos. A praça onde está localizada a coluna em frente ao prédio da Associação Comercial em Salvador foi construída em 1866, com fundos do próprio grupo, recebendo o nome de *Praça do Comércio* e ainda sem nenhuma referência à guerra. Era bem arborizada e bem iluminada com lampiões a gás. A Associação

---

<sup>654</sup> Cf. <https://historiaartearquitetura.com/2017/02/19/monumentos-triunfais-romanos/> (Acessado em 21 de novembro de 2019).

Comercial, como em outras localidades do Império, buscou homenagear, e talvez desta forma obter um arcabouço político maior, os combatentes da Guerra, foi então que surgiu em 1870 a ideia de se erguer a coluna. Foi então que o Comendador Manoel Joaquim Alves foi encarregado, pela Associação Comercial, de contratar o projeto. Em novembro do mesmo ano, definiu-se que o monumento teria 20 metros de altura e seria coroado pelo *Anjo da Vitória*.

Mas como toda iniciativa de construção, esbarrou na falta de recursos, tanto que um ano após o surgimento da ideia, a Associação Comercial solicitava a Assembleia a autorização da cobrança de um imposto adicional de 5 réis por arroba, sobre os gêneros de exportação, a fim de erigir a coluna.<sup>655</sup> O problema é que a Comissão de Fazenda da Assembleia discordou da proposta pois, segundo ela

“não há dúvida de que honrosa e enriquecida de glória foi a campanha contra o governo do Paraguai, e, portanto, digna de aceitação e apreço qualquer obra ou monumento que venha perdurar a memória de fatos grandiosos, mas, recaindo principalmente o imposto, que se deseja criar sobre a lavoura, que já se acha onerada de pesado ônus, e enfrentando outras tantas dificuldades, não parece à Comissão ser esse o meio mais acertado e conveniente”.<sup>656</sup>

Segundo a Comissão de Fazenda, a Associação deveria procurar outros meios e buscar auxílios espontâneos e doações, nada que fosse imposto. Desta forma, a Associação passou a criar subscrições públicas a fim de erigir a coluna. Em 27 de março de 1872, o Imperador Dom Pedro II bateu a pedra fundamental do Monumento, mas os detalhes do projeto só foram definidos nos meses seguintes. Praticamente nada foi encontrado sobre o planejamento da coluna, somente um livreto de 16 páginas no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. O que sabemos é que, mesmo se referindo à Batalha Naval do Riachuelo, ela também foi feita em homenagem aos feitos do exército. Da mesma forma como os outros, foi realizado um edital público e o vencedor da proposta foi o artista baiano João Francisco Lopes Rodrigues, que mais tarde em 1877 vai fundar a Academia de Belas Artes da Bahia. Em 23 de novembro de 1874 a coluna é enfim inaugurada. Moldada na França na Fundição Leroux, foi construído em mármore, bronze e ferro, tendo de altura total 23 metros (imagem 40). Em sua coluna estão relacionadas as Batalhas da Guerra da Tríplice Aliança, com destaque para a Batalha do Riachuelo. No alto da coluna está o *Anjo da Vitória*, que pode ter sido inspirado nas esculturas gregas relacionadas à vitória (imagem 41). Existe ainda no pedestal um medalhão em bronze, onde estão esculpidas as armas do Império (imagem 42). A coluna acabou dando nome a Praça que, após sua inauguração deixou de se chamar “Praça do Comércio” para se

<sup>655</sup> **Anais da Assembleia Provincial da Bahia**, 8 de maio de 1871. Biblioteca Nacional.

<sup>656</sup> *Idem*, p. 46.

tornar “Praça do Riachuelo”, denominação até os dias atuais, e até os anos de 1930 fazia parte um conjunto de jardins no entorno da coluna, mas que fora retirado para abertura de uma avenida.<sup>657</sup>

Figura 40 – Praça Riachuelo com a Coluna Triunfal (1885)



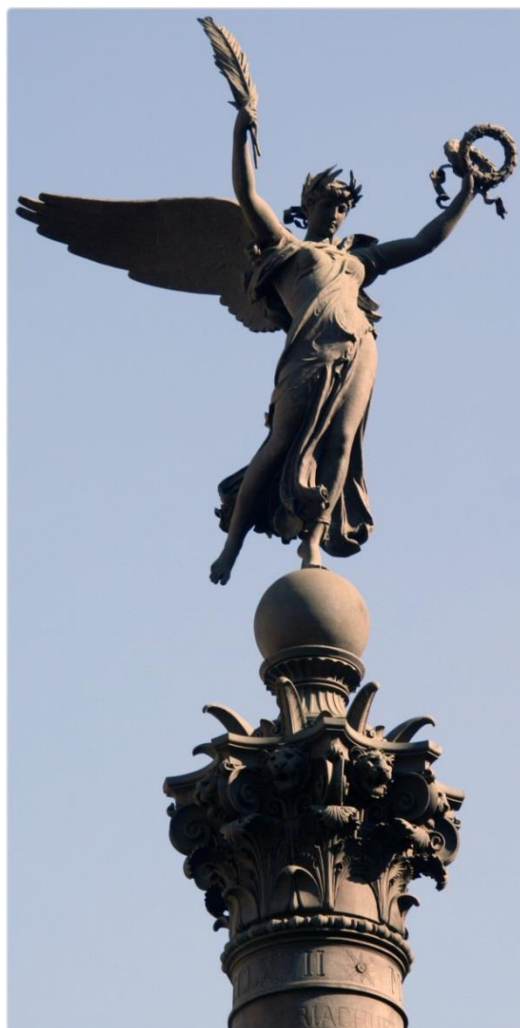
Fonte: <http://www.cidade-salvador.com/seculo19/lindemann/riachuelo.htm>. Acessado em 24/11/2019.

---

<sup>657</sup> Sobre essa descrição cf. <http://www.salvador-turismo.com/riachuelo/praca.htm>. Acessado em 24 /11/2019.

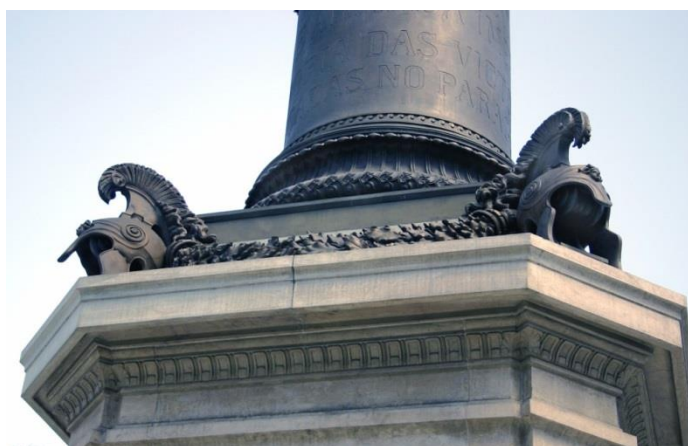


Figura 41 – Detalhe Anjo da Vitória Coluna Triunfal (Salvador – Bahia)



Fonte: <http://www.salvador-turismo.com/riachuelo/praca.htm>. Acessado em 24/11/2019

Figura 42- Detalhes da Coluna Triunfal Batalha do Riachuelo (Salvador – Bahia)



Fonte: <http://www.salvador-turismo.com/riachuelo/praca.htm>. Acessado em 24/11/2019

- Coluna Triunfal que virou obelisco: Catarinenses mortos na Guerra da Tríplice Aliança (Florianópolis – Santa Catarina)

Os monumentos são ferramentas de propaganda bem eficazes das políticas de governo, podendo se tornar um espelho da ideologia defendida, tal como o modelo de memória formal a que se pretende construir. Como também sabemos, eles são carregados de simbolismo e interpretações que variam de acordo com o local e o contexto em que são construídos. Homenagear mortos em guerra, no aspecto coletivo, não era algo comum no século XIX. Temos diversos exemplos individuais, mas a noção de “experiência de guerra” e “mortos em

guerra”, e a partir dela se evidenciar um ponto de homenagem é algo recente, que remonta à experiência traumática da Primeira Guerra Mundial, tanto na Europa quanto no Brasil.<sup>658</sup> Nesse sentido, o monumento de Santa Catarina merece atenção, pois foi consagrado aos mortos, muito antes de existir uma ideia comemorativa por esse viés.

Segundo as estimativas levantadas por Paulo Queiróz Duarte, a província de Santa Catarina contribuiu com cerca de 1.537 voluntários da pátria e guardas nacionais para a guerra.<sup>659</sup> Povoada no interior por colonos oriundos da Alemanha, a partir da política de imigração empreendida pelo Império, a região não possuía um grande número de habitantes, o que pode ser um indicativo do impacto da ida desses homens para o campo de batalha.<sup>660</sup> A posição geográfica de Santa Catarina fez com que a Província fosse um ponto importante na condução de recursos e tropas para o conflito na região do Rio da Prata. A Província não foi apenas um local de parada para os batalhões enquanto esperavam ser deslocados ao seu destino final. No quartel do Campo do Manejo, muitos recrutas ficaram aquartelados para receber instrução militar. Além do treinamento convencional, durante o conflito foi criada uma escola de cornetas e tambores, para suprir as carências do exército em operação. Santa Catarina também foi um dos locais que recebeu e tratou dos doentes e feridos oriundos da guerra.

A freguesia de Nossa Senhora do Desterro teve o seu cotidiano alterado pela guerra. Os governantes e a população local preocupavam-se com possíveis epidemias de doenças graves. O vice-presidente de Província expôs em relatório de agosto de 1866, que a tropa que fez escala na Ilha no dia 12 de abril, a caminho de Rio Grande, desembarcara cerca de cem soldados atacados por varíola e sarampo. O episódio havia contagiado a tropa já aquartelada e a população de Desterro, passando também a São Miguel e São José e havia feito certo número de vítimas. Até pelo menos 1868 os habitantes da Ilha de Santa Catarina sofreram com surtos de doenças contagiosas associadas ao esforço de guerra. A chegada das tropas também trouxe benefícios para a população da Capital da Província. O aumento dos rendimentos com o comércio deixou as contas públicas em bom estado. Até as noites ficaram mais claras, pois a iluminação pública, cujo contrato havia sido rescindido em janeiro de 1863

---

<sup>658</sup> Sobre os mortos na Primeira Guerra cf. Silvia Correia. Op. Cit. Especialmente o Capítulo IX – “Os mortos na Grande Guerra”.

<sup>659</sup> Cf. Paulo Queiróz Duarte. **Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

<sup>660</sup> Podemos ter uma ideia dessa importância através da análise de um jornal que circulava nessa região chamado *Kolonie-Zeitung* (“Jornal da Colônia”) que circulou a partir de 20 de dezembro de 1862 na região da Colônia Dona Francisca em Joinville, e fazia grande propaganda do alistamento para voluntário da pátria, inclusive em tom patriótico. Todo escrito em alemão, sua coleção completa se encontra no Arquivo Histórico Municipal de Joinville. Cf. Rosa Herkenhoff. “Subsídios históricos”. In. **Blumenau em cadernos**. Tomo XIX, outubro de 1978, nº10, p. 283-284.

por falta de dinheiro nos cofres provinciais, retornou em outubro de 1868. A iluminação provida por lampiões, então, só era suspensa pelo vento sul. A eclosão do conflito fez com que o governo imperial iniciasse, em outubro de 1865, o estabelecimento de uma linha telegráfica do Rio de Janeiro até o Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina.<sup>661</sup> Entre os anos de 1876 e 1877 a Província foi governada pelo Visconde de Taunay, escritor e veterano da Retirada da Laguna. E foi durante seu governo que o monumento a glória dos catarinenses que morreram na guerra enfim é construído, que seria uma coluna triunfal e que acabou virando um obelisco.

Logo que o presidente da Província de Santa Catarina propõe a criação de monumento no Largo do Paço, área central, a fim de exaltar os feitos dos voluntários da pátria catarinenses na guerra, já inicia uma verdadeira campanha para arrecadar os fundos necessários, saindo às ruas por turmas, todos os dias da semana, a fim de angariar donativos. Na listagem temos de políticos a funcionários públicos, passando por militares, provavelmente veteranos da campanha.<sup>662</sup> Mas não tardou a iniciativa sofrer críticas pela imprensa. O jornal *Opinião Catarinense* já iniciava essa série de questionamentos, principalmente se referindo aos motivos para homenagear os voluntários da pátria e não a totalidade dos catarinenses que lutaram na guerra, publicando, desta forma, o nome de todos os mortos da Província na Tríplice Aliança.<sup>663</sup> Além das críticas, os jornais faziam questão de publicar o nome das pessoas que contribuíram e o valor doado, na esperança de estimular mais doações e, desta forma terminar o monumento.<sup>664</sup>

Praticamente mais nada se tem sobre o monumento, apenas que o desenho dele, uma Coluna Triunfal já teria sido aprovado em um edital igual aos que já discutimos anteriormente. Inicia-se então no dia 16 de abril de 1875 a construção da coluna. Na concepção original, ela deveria ter 25 metros de altura, da forma como desenhou o engenheiro Pedro Luís Taulois, mesmo com o começo das obras, ela logo foi abandonada, não se sabe se pela falta de recursos ou pela saída do presidente da Província. Em seu lugar assume Alfredo d'Escragnolle Taunay que resolve retomar as obras, sendo que a altura foi reduzida para 10,88 metros, se tornando agora um obelisco. Os obeliscos são a

---

<sup>661</sup> Apud. "Santa Catarina Afro". In.

[http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=1\\_1](http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=1_1). Acesso em 25/11/2019.

<sup>662</sup> *O Despertador*, 10 de abril de 1875. Biblioteca Nacional.

<sup>663</sup> *Opinião Catarinense*, s/d. Biblioteca Nacional. Outro jornal que teceu críticas foi o *Despertador Catarinense* que finalizava a publicação com "A César o que é de Cesar. É esta norma que seguimos". *O despertador*, 17 de junho de 1875. Biblioteca Nacional.

<sup>664</sup> *O Despertador*, 15 de junho de 1875. Biblioteca Nacional.

“garantia da persistência do culto funerário e do civismo sem implicar grandes celeumas, num prolongamento do culto dos mortos no espaço público. Os mortos são trazidos à praça pública sem, por isso, constituir manifestamente uma construção funerária, mas extremamente simbólica numa alegoria à eternização pelo estreitamento no topo direcionado ao céu”<sup>665</sup>.

Em 1 de janeiro de 1877 a antes “Coluna Triunfal” e o agora obelisco é enfim inaugurado no Largo do Palácio, no Jardim Oliveira Belo (depois chamada de Praça Barão de Laguna e, atualmente denominada Praça XV de novembro) na antiga Desterro, hoje Florianópolis. A base já estava pronta, mas faltava a finalização. Foi então proposta um formato piramidal confeccionado com balas de canhão oriundas, segundo consta, da guerra, tendo a última aparência de detonação (imagem 43). Pelos jornais podemos perceber que o obelisco só foi inaugurado de fato devido à iniciativa de Taunay que inclusive mandou reorganizar a Praça, pois “apesar da pobreza dos cofres, com severa economia, aformosou os jardins da matriz e obteve do governo geral a importância para o calçamento de toda a frente e concluiu o monumento comemorativo da guerra do Paraguai”<sup>666</sup>. Nesse sentido podemos perceber a importância dada por Taunay ao evento e ao simbolismo que o monumento poderia proporcionar naquele momento, até mesmo para a efetivação de uma identidade, afinal, mesmo com pouco tempo no cargo (assumiu em 7 de abril de 1876), ele, membro do partido conservador, já era alvo de duras críticas dos liberais.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* que, republicando matéria de um jornal, nos traz a dimensão da importância dessa inauguração e da iniciativa de Taunay, sem esquecer-se de mencionar os problemas decorrentes e a diferença entre o projeto e a solução final:

Ao nosso douto Instituto Histórico e Geographico Desterro está em festas. É o primeiro dia do ano de 1877 uma segunda-feira cheia de sol, alegre, que um vento sul moderado torna agradável, levando para o norte o calor que nos vinha causticando por toda a semana passada. É o dia de Ano Bom, de boas festas, de bons desejos. Nas ruas, e nomeadamente cruzando o Largo do Palácio, anda o que Desterro tem de mais elegante e fino. Comenta-se nas esquinas e redações dos jornais a próxima retirada, da presidência, do ilustradíssimo dr. Alfredo de Taunay e o esplendido baile de 31, no Club 4 de Março, oferecido pela Família Catharinense ao digníssimo Presidente da Província e sua virtuosa consorte. As alegrias de Ano Bom vem se juntar o entusiasmo do barriga-verde pelo contingente glorioso com que a terra Catharinense concorreu à guerra com o Paraguai. Ainda não morreram os últimos ecos dessa campanha de cinco longos anos. A cidade se ressentia bastante do abalo nacional, pois S. Catharina mandou para o Paraguai a flor dos seus moços e as economias dos seus esforços. Com a presidência do

<sup>665</sup> Cf. Sílvia Correia. Op. Cit. P. 339.

<sup>666</sup> *O Conservador*, 6 de janeiro de 1877. Biblioteca Nacional.

Exmo. Dr. João Thomé da Silva, circulou a feliz ideia da ereção dum Monumento que comemorasse a passagem de S. Catharina pelos campos do Paraguai. S. Ex. conseguiu da Assembleia provincial uma verba para custear as despesas desse trabalho e promoveu subscrições publicas, festas no teatro, bazares etc. a fim de auxiliar a aquisição de fundos para tão patriótica empresa. Chamado à corte o Sr. João Thomé, ficaram paradas as obras e enfiado o Largo do Palácio com montes de material de desgraçosos andaimes. O trabalho só teve continuação na atual presidência que, apesar de lutar com as maiores dificuldades pecuniárias, resolveu conclui-lo. Todos sabemos que a Coluna hoje inaugurada não é a execução fiel do projecto Schlappal, porque assim não o permitiram as posses da Província.<sup>667</sup>

O obelisco e feito em granito e em possui placas nas quatro faces: duas em latim e outras duas com os nomes dos catarinenses mortos. Um detalhe não pode passar despercebido: só foram mencionados os oficiais, ao todo 56 pessoas entre membros do exército (incluindo voluntários da pátria) e da marinha, fato este que não fora visto anteriormente. Cabe destacar que os jornais enfatizaram que o obelisco tinha caráter “severo e militar” além de afirmar que só fora possível terminar devido a ajuda do então Ministro da Guerra, o Duque de Caxias, que ainda mandaria vir da Corte as peças de bronze e correntes para cercar o monumento.<sup>668</sup> Mas logo os jornais de oposição a Taunay, e que possuíam cunho mais liberal, criticaram a colocação dos nomes pois, além de somente ser inscritos os oficiais, alguns dos ali presentes nem eram oriundo de Santa Catarina ou ainda, nem participaram da guerra, como no caso de João José Coutinho, que era empregado dos Correios na Corte e nunca pisou no campo de batalha, sendo que seu irmão, João Maria da Silva Coutinho, foi quem seguiu e acabou morrendo; mesmo assim, ambos não eram catarinenses.<sup>669</sup> O espaço foi apropriado pela República que alterou seu nome de *Praça Barão da Laguna* (ou Largo do Paço) para Praça XV de Novembro, e, nesse sentido, traz para si a rememoração da guerra.

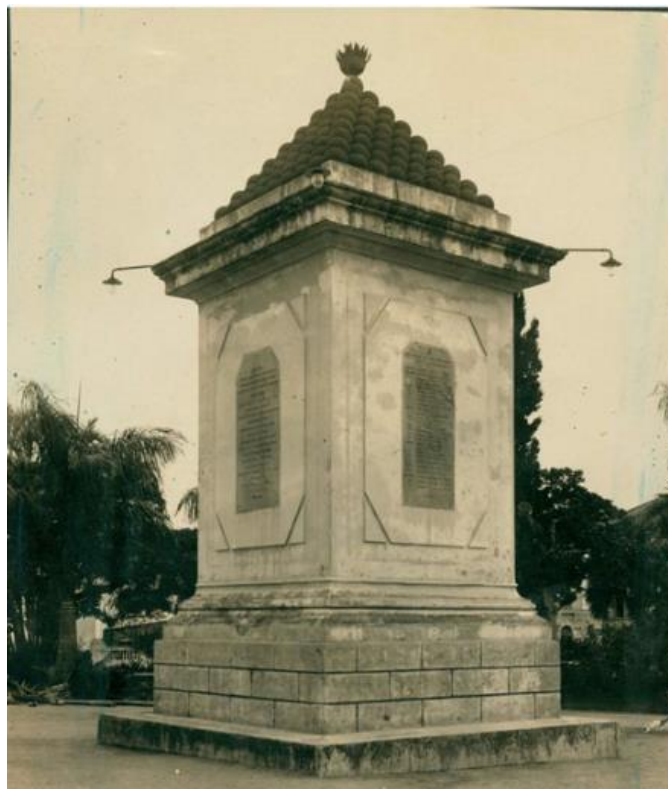
---

<sup>667</sup> “A COLUMNA COMMEMORATIVA(Chronica velha sisuda, em orthographia de hoje, que um vespertino desta cidade publicaria, em sua edição de 1º de Janeiro de 1877.)”. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Volume VI – 1917

<sup>668</sup>O **Despertador**, 10 de maio de 1877. Biblioteca Nacional.

<sup>669</sup>A **Regeneração**, 20 de janeiro de 1877. Biblioteca Nacional.

Figura 43- Obelisco aos catarinenses mortos na guerra (Florianópolis – 1877)



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441427&view=detalhes>. Acessado em 20/11/2019.

### 3.3.3 - Bustos e estátuas equestres

Em 1903 Alois Riegl<sup>670</sup> foi convidado a redigir “*O culto moderno dos monumentos: A sua essência e Sua origem*”, sendo inovador no sentido de analisar os monumentos como “uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou

---

<sup>670</sup>Alois Riegl (1858-1905) Austríaco foi um dos fundadores da historiografia de arte moderna e da história da arte como disciplina. Considerado hoje um dos líderes intelectuais do fin de siècle vienense, Riegl começou por ser conhecido com o historiador de arte que realmente esteve em contacto com objetos de arte, pois durante onze anos trabalhou como curador do Museu de Artes Aplicadas de Viena. Mais tarde, tornou-se professor na Universidade de Viena, onde fundou a Escola Vienense de História da Arte. Em 1902 foi nomeado presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria, e por ela encarregado de empreender a reorganização da legislação de conservação dos monumentos austríacos. O Culto Moderno dos Monumentos foi a base teórica para tal empreitada. Em todas estas funções Riegl explorou novos caminhos na investigação da arte, cuja natureza inovadora apenas recentemente foi reconhecida.

a combinação de ambos)”<sup>671</sup>. Para o autor, o monumento seria uma composição de arte ou escrita, “criada pela mão do homem” e que presentifica na consciência das gerações posteriores um evento ou pessoa.<sup>672</sup> Nesse sentido, Riegl reafirma a noção educativa do monumento elaborado com o objetivo de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos.

A função política dos monumentos liga cada representado à identidade da nação, desta forma, a elaboração de estátuas equestres e bustos possui significado que não pode ser retirado do momento histórico ao qual ele foi concebido e inaugurado, pois esvaziaria sua noção de identidade. Sendo assim, podemos perceber que boa parte deles acabou caindo no esquecimento, pois somente se valeram de um processo de rememoração. Segundo Peter Burke, “uma solução mais comum para o problema de tornar concreto o abstrato é mostrar indivíduos como encarnações de ideias e valores”.<sup>673</sup> Ele ainda chama a atenção sobre o olhar que devemos ter relacionado à essas estátuas de “retratados do Estado”, como pensando em um verdadeiro teatro, representação pública de um eu idealizado, inspirando dessa forma as pessoas de acordo com a construção política a ser feita, revelando, acima de tudo para o observador, como o regime se vê e como deseja que o vejam, repassando sempre, apesar de muda, uma mensagem.

Ainda no Império iniciou o projeto de “fabricação das estátuas equestres”, com a inauguração da estatua de D. Pedro I em 1863. Dentro do IHGB já se atentava para a edificação de monumentos desde a publicação de Varnhagem, mas também em outras iniciativas preocupadas em formar uma coleção de objetos que designassem o Brasil em sua especificidade. Mas essa discussão ultrapassou as paredes do IHGB e ganhou os jornais, tal qual ocorreu em todas as situações relacionadas à Tríplice Aliança. Ao explicar a pose equestre escolhida para a estátua de D. Pedro I, Araújo Porto – Alegre nos explica muito bem porque essa opção também fora a mais escolhida como representação do pós-guerra da Tríplice Aliança. Para ele o bom entrosamento com o cavalo que compartilha as “fadigas da guerra e as glórias do combate com o homem”, defendia ainda que traria dignidade ao objeto, por remontar a antiguidade, e por possuir capacidade de representação, o momento supremo do herói<sup>674</sup>.

---

<sup>671</sup> Cf. Alois Riegl. **O culto moderno dos monumentos. A Sua essência e a Sua origem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014, p. 11.

<sup>672</sup> Idem, p. 24.

<sup>673</sup> Cf. Peter Burke. **Testemunha ocular. História e imagem**. Bauru – São Paulo: EDUSC, 2004, p. 81.

<sup>674</sup> Iara Lis de Carvalho Souza. Op. Cit. Pp.353-354.



Para o período pesquisado, não foram muitas as iniciativas de estátuas equestres relacionadas com a memória da guerra, mas elas aparecem, deixando claro a quem se queria ressaltar na figura de heróis. Existem ainda algumas simbologias nessas estátuas, como por exemplo, as patas do cavalo: quando as patas dianteiras do cavalo estão levantadas significa que a pessoa morreu durante batalha, mas se apenas uma estiver no ar, a morte foi em decorrência de ferimentos de guerra, com as duas no solo, a morte foi de “causas naturais”. Mas toda essa história não se confirma ao analisarmos as estátuas. Acredito que, na verdade, a escolha do artista tenha mais realce do que essa estratégia, e depende igualmente da forma como se quer retratar a pessoa. Com relação às estátuas equestres referenciando à guerra, temos como maior (e talvez único) exemplo a estátua do General Osorio, já mencionada anteriormente. Outras foram criadas nesse contexto da pesquisa como, por exemplo, a do Duque de Caxias e do Marechal Deodoro, que são participantes do conflito, mas suas estátuas não se referem ao mesmo. A do Duque de Caxias surgiu como uma homenagem póstuma, inicialmente esteve colocada na região do Largo do Machado, Zona Sul do Rio de Janeiro, hoje se encontra em frente ao Comando Militar do Leste, no Panteão construído e inaugurado em 25 de agosto de 1949 a fim de homenagear sua memória. Nele existem dois painéis: um em homenagem ao Exército e o outro em homenagem à Marinha. Em São Paulo existe outra estátua equestre em homenagem ao Duque, que por sinal foi considerada até 2008 a maior estátua equestre do mundo, sendo proposta em 1938, mas sendo somente inaugurada em 1960, ou seja, período posterior ao recorte da pesquisa. Mesmo assim, cabe ressaltar que ela menciona em painéis a Batalha de Itororó e o Reconhecimento de Humaitá, não como algo que rememorasse a guerra, mas como fazendo parte da sua trajetória militar. Sobre a estátua do Marechal Deodoro, a única decida por decreto presidencial, podemos perceber uma nítida referência à República com várias alegorias e relevos que rememoram este fato. Sobre a Tríplice Aliança existe somente a referência de sua mãe D. Rosa da Fonseca.

Com relação aos bustos, esses ocorreram em maior número na cidade. Por alto, em uma rápida análise na página do *Inventário dos Monumentos do Rio de Janeiro*, organizado por Vera Dias que por muitos anos esteve à frente da Diretoria do Patrimônio, em toda a cidade temos cerca de 352 estátuas ou bustos de “personalidades”, sendo destes a maior parte delas está localizada no Centro da Cidade (254), seguido de Tijuca (82), Santo Cristo e São Cristóvão (ambos com 59). Para efeito demonstrativo, procurei apenas na cidade do Rio de Janeiro por ser capital, tanto do Império quanto da República. Um detalhe interessante é que todos os bustos, mesmo àqueles que não se referem à guerra, foram forjados já no período republicano, sua completa maioria após a década de 1950, homenageando artistas e

personalidades que em nada se referem ao escopo da pesquisa. Mas como os bustos também são peças comemorativas e possuem caráter de rememoração, acredito ser importante mencionar nesta pesquisa.

Mesmo não figurando como campeão em quantidade de bustos, a região da Vila Militar é a que possui a maior quantidade referente à guerra, por conta principalmente de sua função original. A construção da Vila teve origem em 1904, quando o Governo Federal viu a necessidade de reformar os estabelecimentos da Escola Militar. A comissão encarregada procedeu também ao estudo sobre a reorganização geral do Exército Brasileiro, focando na necessidade de espaço para as instruções práticas e de instalações adequadas aos militares e ao exercício da profissão. As obras foram conduzidas pelo então ministro da guerra, marechal Hermes da Fonseca, durante o governo dos presidentes Rodrigues Alves e Afonso Pena, e teve a colaboração do prefeito Francisco Pereira Passos. Em 19 de agosto de 1907, foi nomeada a comissão de construção da Vila Militar. Um dos membros da comissão de construção foi Antônio Leite de Magalhães Bastos, tenente coronel que nasceu em Pernambuco, cujo nome deu origem ao bairro de Magalhães Bastos, vizinho à Vila Militar. Em 1908, a aquisição da fazenda Sapopemba se fez necessária. A mesma pertencia ao conde Sebastião do Pinho, que a ganhara com a divisão das sesmarias. O início da construção dos quartéis foi efetivado em 1908. Devido aos diferentes quartéis que compõe a Vila Militar, não é difícil encontrar referências à guerra da Tríplice Aliança na nomeação dos quartéis e regimentos, portanto, os bustos que fazem parte dessa região, geralmente estão localizados à frente desses locais, como forma de marcar o espaço. Podemos pensar então que não existe de fato uma rememoração ou memória da guerra, e sim uma espécie de exaltação daquele que foram homenageados, sem referências específicas ao conflito. Nesse sentido, os cinco bustos encontrados, quatro se referem a participantes da guerra – a saber: Brigadeiro Antônio Sampaio (Patrono da Infantaria); Marechal Hermes da Fonseca, Marechal Severiano da Fonseca (tio de Hermes e Patrono do Serviço Médico do Exército) e o General Osório (Patrono da Cavalaria) – foram construídos entre as décadas de 1940 e 1970, nos demonstrando mais uma questão de formatação de uma identidade local do que para ressaltar a memória nacional ou o conflito.

Ainda sim, temos dois bustos que merecem destaque na pesquisa: o do Coronel Assumpção, na Praça da Harmonia (ou Praça Coronel Assumpção) – Zona Portuária do Rio de Janeiro e Marcílio Dias, na Praça XI, centro da cidade.

- Um busto, uma Praça: Coronel Assunção e a identidade da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Joaquim Antônio Fernandes Assunção<sup>675</sup> nasceu em São Paulo, a 10 de julho de 1823 e morreu no Rio de Janeiro em 08 de agosto de 1879. Comandou o 31º de voluntários da pátria, composto pelo corpo policial da Corte, e findada a guerra em 1870, o Imperador concedeu-lhe as honras do posto de Tenente Coronel por seu desempenho na Guerra do Paraguai. Em 1879, foi nomeado Comandante Geral do Corpo Militar da Polícia da Corte, morrendo neste mesmo ano. Para a Polícia Militar seria uma forma de utilizar a guerra para formar sua identidade, e, para tanto, foi necessário rememorar o coronel Assunção. Atualmente poucos lembram que a famosa praça no bairro da Gamboa, Zona Portuária do Rio de Janeiro, não se chama “Praça da Harmonia” e sim “Praça Coronel Assunção”, igualmente como o batalhão da Polícia Militar que fora ali instalado (o 5º Batalhão), inicialmente como um Batalhão de Infantaria a fim de proteger a Estrada de Ferro Central do Brasil, a região do Porto e os armazéns instalados ao redor, após a experiência da Revolta da Vacina que encontrou na naquela região, sua posição mais sólida de resistência.<sup>676</sup> Mesmo com a ideia sendo posterior ao recorte da pesquisa, ela é interessante para pensarmos o processo de rememoração, e igualmente, de esquecimento.

Todos os anos no dia 13 de maio data em que se comemora a fundação da Polícia Militar, era realizada uma “romaria” ao túmulo do coronel Assunção no cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo, zona sul da cidade. Em 1959, no sesquicentenário da Polícia Militar, a ideia foi bem diferente: ao invés de ir ao cemitério homenageá-lo, pensou-se em erigir um busto bem à frente daquele que seria então o batalhão mais importante e que já recebera seu nome. Desta forma, por recursos próprios da Prefeitura Municipal, com apoio de uma Comissão formada pelo Tenente Coronel João Pereira Cunha, o Major José Pinto Lemos e o capitão Cordeiro França. O busto foi produzido e logo fora solicitada à Câmara alteração do nome da *Praça de Harmonia* para *Praça Coronel Assunção*, o que foi aceito. O nome só ficou realmente no papel, pois os moradores continuaram a chamar a o local pelo nome antigo (inclusive uma estação do Veículo Leve Sobre Trilhos – o VLT – ali sediada, recebeu o nome de *Estação Praça da Harmonia*). No dia 12 de maio de 1959, após uma semana de eventos, é inaugurado o busto do coronel Assunção, na Praça que a partir de Então, levaria seu nome. Feito em bronze com o pedestal em granito, o busto foi feito pelo escultor *Ruffo Fanucchi*, que nesse período foi o que mais fez esculturas públicas pelo país, tendo como base uma foto

---

<sup>675</sup> Doravante utilizarei a grafia Assunção que é a encontrada nas homenagens.

<sup>676</sup> Sobre a Revolta da Vacina cf. *SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

histórica – e a única encontrada do coronel (imagem 44) - e moldado pela *Zani Fundição Artística e Metalúrgica Ltda*, que por sinal existe até hoje. Na foto publicada no jornal *Correio da Manhã*<sup>677</sup>, podemos reparar que à frente do busto encontra-se a imagem do cão Bruto, que, segundo a história contada, acompanhou o 31º de voluntários da pátria (o corpo policial da Corte) até o Paraguai, retornando ileso, vindo a falecer alguns anos depois; na lateral a réplica de um canhão, fazendo referência clara à guerra (Imagem 45). Todo dia 13 de maio, aniversário da Polícia Militar, eram colocadas flores no busto e realizadas inúmeras cerimônias naquele local. Não demorou muito para o costume ser abandonado e o busto perder suas referências diretas à guerra que eram o cão e o canhão (imagem 46).

Figura 44 – Foto do Coronel Assunção



Fonte: Inventário dos Monumentos do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://inventariodosmonumentosrj.com.br/index.asp?iMENU=catalogo&iiCOD=554&iMONU=Coronel%20Assun%C3%A7%C3%A3o>

---

<sup>677</sup>*Correio da Manhã*, 14 de maio de 1959. Biblioteca Nacional.

Figura 45 – Foto da inauguração do busto do Coronel Assunção



Fonte: Correio da Manhã, 14 de maio de 1959. Biblioteca Nacional

Figura 46 – Aspecto atual do busto do Coronel Assunção



Fonte: Acervo pessoal (dezembro 2019).

- Marcílio Dias e o desaparecimento do busto

Jornal O Dia, de 24 de dezembro de 1988:

“A 6ª Delegacia policial não tem pistas para elucidar o roubo do busto em bronze de Marcílio Dias, arrancado da base, na Praça XI, possivelmente a golpes de paralelepípedo. O 1º Distrito Naval vinha, há algum tempo, pedindo ao Departamento de Parques e Jardins a transferência do busto para o Parque do Flamengo, alegando que, na Praça XI, o monumento a Zumbi dos Palmares ofuscou o homenagem ao herói da Batalha do Riachuelo”.<sup>678</sup>

O trecho acima foi retirado de um recorte de jornal constante em um pequeno processo aberto pela Secretaria Municipal de Conservação de Monumentos no ano de 1988, após denúncias na imprensa sobre o desaparecimento do busto de Marcílio Dias que ficava em um pedestal na Praça XI. Segundo o próprio processo, desde que foi inaugurado o busto sofreu vários revezes: um carro derrubou o pedestal e ele ao cair no chão acabou quebrando; quando consertado fora vandalizado por ladrões que deveriam estar em busca do metal; a réplica em gesso colocada na estação Praça XI do metrô caiu durante a limpeza e teve de ser levada para o conserto (não retornando mais ao local); e por aí vai. Mas quando o busto de Marcílio Dias foi colocado naquele local?

Em 1902, o capitão-tenente Santos Porto, diretor da Revista Marítima Brasileira, convocou oficiais, marinheiros e soldados contemporâneos do marinheiro Dias para criar a imagem do herói, encomendado ao artista Décio Vilares, e esta se tornou a imagem “oficial” do marinheiro. A iniciativa para a elaboração de uma homenagem em forma de busto a Marcílio Dias partiu do Clube Naval que custeou toda a empreitada, visto que pelas notícias, ao menos três estados (São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) já possuíam homenagem parecida, e na capital nada havia sido feito com essa magnitude. Ficando pronto em dezembro de 1947, foi entregue ao prefeito da cidade do Rio de Janeiro, o Marechal Mendes de Moraes, em solenidade coberta pela imprensa no gabinete do prefeito, onde foi solicitado pelo Club Naval a colocação do mesmo na Av. Presidente Vargas, no local onde ficava a Praça XI de junho, que havia sido descaracterizada e diminuída devido às obras para a abertura da Avenida. O local escolhido não poderia ser o mais apropriado: 11 de junho é a data em que se comemora a Batalha Naval do Riachuelo, batalha esta onde morreu Marcílio Dias e pela qual foi considerado herói. Segundo o jornal “A Noite”, após consultar o Secretário de Viação, estava de pleno acordo, então o presidente do Club Naval solicitou que

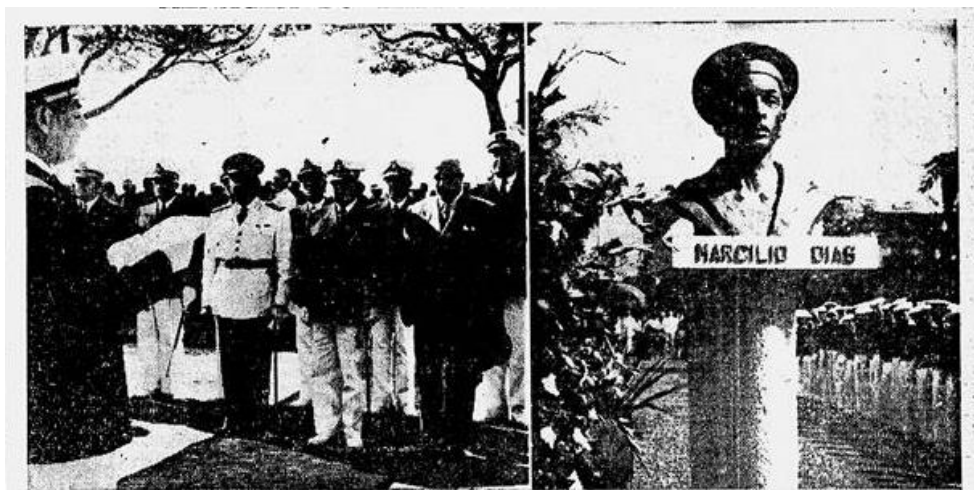
---

<sup>678</sup> Trecho do Jornal O Dia de 24 de dezembro de 1988, inserido no processo sobre o desaparecimento do busto. Secretaria de Conservação de Monumentos (SECONSERMA). Prefeitura do Rio de Janeiro.

fosse enviado um comunicado à Marinha a fim de informar a data da inauguração para que ela organizasse os festejos.

Marcou-se a data da inauguração, um ano após a entrega oficial do busto, e esta não poderia ser diferente: 11 de junho de 1948. A solenidade referente ao 83º aniversário da Batalha do Riachuelo iniciou com a já tradicional cerimônia em frente ao Panteão do Almirante Barroso, mas neste ano, ela seguiu para a Praça XI, a fim de proceder a inauguração do busto de Marcílio Dias ali colocado. O discurso do Ministro da Marinha exaltou a data como sendo “uma das maiores e mais brilhantes vitórias das armas do Brasil”, e, com a presença dos Ministros das Forças Armadas, do Presidente Eurico Gaspar Dutra e do Prefeito Mendes de Moraes, o busto foi inaugurado (Imagem 47).<sup>679</sup>

Figura 47 – Inauguração do busto de Marcílio Dias



Fonte: Diário de Notícias de 12 de junho de 1949. Biblioteca Nacional.

A homenagem não foi poupada das críticas. No “Diário Carioca” de 26 de novembro de 1949 criticou o pedestal onde fora colocado o busto, afirmando que “era o que poderia haver de pior em matéria de arte e bom gosto. Havia uma espécie de tabuleiro sobre o qual assentaram a esfinge em bronze do famoso marinheiro. Tinha até uma aparência, da bandeja em que Salomé ostentou a cabeça de João Batista.”<sup>680</sup> Pelo próprio jornal, algum órgão, após as críticas, resolveu alterar a configuração e colocar algo mais “apropriado”, com os dizeres “*A cidade e o Club Naval. 11 de junho de 1865-11 de junho 1949.*” A partir daí, todos os anos no dia 11 de junho, após as solenidades em frente ao Panteão de Barroso e Tamandaré, era

<sup>679</sup>Diário de Notícias, 12 de junho de 1949. Biblioteca Nacional.

<sup>680</sup>Diário Carioca, 26 de novembro de 1949. Biblioteca Nacional.

montada guarda e depositado flores aos pés do busto de Marcílio Dias. Até o ano de 1973 temos o registro dessas solenidades, mas a partir de 1974 acredito que elas arrefeceram. Em 7 de agosto de 1983 o busto novamente se torna notícia devido ao acidente de trânsito que o derrubou, tendo o *Jornal do Brasil* do dia noticiado de forma sarcástica o evento, após recontar o evento na Batalha do Riachuelo que renderia homenagens ao marinheiro, afirmando que

“na madrugada de ontem, desta vez sem resistência, e de forma melancólica, Marcílio Dias foi atirado, não nas águas, mas na grama que circunda seu busto em bronze. [...] Um Volks bege fez o papel dos soldados paraguaios: em alta velocidade e descontrolado, subiu o meio-fio e batei de frente contra o pedestal de pedra sobre o qual se erguia o busto em homenagem ao marinheiro [...] O guarda de plantão estranhando a presença da imprensa tentou contornar a situação: - Se o homem do busto ai for importante, a gente pode dar uma atenção maior. (Imagem 48)”<sup>681</sup>

A fala final do guarda já demonstra o esquecimento e o desconhecimento total relativo a figura de Marcílio Dias e da importância daquele busto, provando que a memória não foi solidificada e ocorreu o apagamento total daquele “espaço de memória” ou ainda a interposição de camadas de memória devido à ressignificação do local. Depois desse evento o busto foi retirado e recolocado, sendo roubado cinco anos depois e nunca mais foi encontrado. As réplicas que existem só foram possíveis devido ao molde ter sido guardado na Gerência de Monumentos. Ao final de 2019 foi recolocado um busto, agora em material dourado, em frente ao Monumento à Zumbi dos Palmares. Mas não existe nenhuma notícia sobre o evento, e a percepção de sua existência só me foi possível devido a um engarrafamento na altura da Praça XI, quando vi um material dourado e reconheci o busto. Mais uma demonstração da rememoração e não de uma construção de memória.

Figura 48 – Acidente com o busto de Marcílio Dias



**Fonte:** *Jornal do Brasil*, 7 de agosto de 1983. Biblioteca Nacional.

<sup>681</sup>*Jornal do Brasil*, 7 de agosto de 1983. Biblioteca Nacional.



### 3.3.4 - Os monumentos que não foram

A ideia de falar sobre monumentos que nunca saíram do papel é simples: nos ajuda a pensar o espaço que a construção da memória tem para a sociedade e principalmente para o governo. O que isso quer dizer? Simples, se não houver vontade política ou iniciativa da sociedade, a memória monumental não ocorre. Nos casos anteriormente relatados, vemos uma predileção para a memória local ou pessoal, figurada em pessoas alçadas à categoria de heróis por simbolismo político ou construção de identidades locais. A ausência também os informa muito, principalmente naquilo que a sociedade quer esconder, ou ainda, no que pode ser pensado como escolhas. Os três escolhidos foram pensados logo após o final da guerra, e cada um deles tem uma peculiaridade: um tentou ser monumento, mas foi efêmero; o outro foi esquecido aos poucos e um terceiro negado.

Como vimos anteriormente, mesmo antes do final da guerra, a intenção comemorativa já aparecia, bem como a ideia de forja de uma data oficial para seu final. A festa do 10 de julho (“*Festa do Barracão*”) como já fora mencionado, foi um fiasco porque não obteve o alcance esperado pelo governo. Foi nesse contexto que surge o primeiro monumento, ou que tentou ser, mas, na verdade, foi somente para o evento. A história desse quase monumento está interliga a outra história mais conhecida: a estátua recusada do Imperador.

Como vimos anteriormente, mesmo antes do final da guerra, a intenção comemorativa já aparecia, bem como a ideia de forja de uma data oficial para seu final. A festa do 10 de julho (“*Festa do Barracão*”) como já fora mencionado, foi um fiasco porque não obteve o alcance esperado pelo governo. Foi nesse contexto que surge o primeiro monumento, ou que tentou ser, mas, na verdade, foi somente para o evento. A história desse quase monumento está interligada a outra história mais conhecida: a estátua recusada do Imperador.

A história da estátua equestre recusada pelo imperador já foi pesquisada por diversas vezes, sendo o mais famoso o trabalho de Paulo Knauss publicado na Revista *Primeiros Escritos* da Universidade Federal Fluminense, sob o nome de “A Imagem Recusada. A Estátua Equestre de D. Pedro II”<sup>682</sup>. Ela já fora mencionada anteriormente neste trabalho ao falarmos sobre as Exposições Universais, visto que ela fora exibida em Paris em 1867, com o título de “Sua Majestade D. Pedro II em Uruguaiana” e deveria ser fundida com o bronze dos canhões apreendidos no Paraguai, sendo retomada sua discussão em 23 de março de 1870 com a intenção de ser colocada no Campo de Santana, dias após a morte de Solano López,

---

<sup>682</sup> Paulo Knauss. “A imagem recusada: a estátua equestre de D. Pedro II”. **Revista Primeiros Escritos**. Niterói: LABHOI, nº 7, julho de 2001, pp. 1-4

mas ficou somente no molde. O molde em gesso fora recuperado já na República e hoje se encontra na entrada para as exposições do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. Com a recusa da estátua, a Câmara decide substituir a estátua do Imperador por outra ornamentação alegórica, a fim de comemorar a vitória na guerra, tendo o mesmo valor que celebrasse a paz. A imprensa, já pelos idos de maio de 1870, perguntava o que comemorar.<sup>683</sup>

O valor para a contratação da “Estátua da Paz”, que substituiria a equestre do Imperador não foi alterado, mas a indefinição com relação a assinatura do Tratado de Paz incomodava e cria um caminho profícuo de críticas no Senado. O Senador Silveira Motta na sessão de 20 de junho critica a disposição orçamentária do Ministério da Guerra (cerca de 36 mil réis), afirmando que seria muito pouco:

Em todo caso, Senhor Ministro, Vossa Excelência que mandou fazer a estátua da Paz diga de que cor é ela e que feitiço tem. Se Vossa Excelência achou algum artista grego, pode desenhar a Paz em uma cera de desânimo com alguns traços de incertezas, então, quando o povo for à festa do barracão e achar uma Paz triste, acanhada e incerta, levantará os olhos para o céu e dirá: Eis a paz dos 36:000\$, a Paz do Senhor Muritiba.<sup>684</sup>

Obviamente o valor não foi o suficiente para custear a estátua e em 30 de junho de 1870, o projeto fora liberado no Senado, e no dia 8 de julho, dois dias antes dos festejos oficiais, numa audiência com o imperador, uma Comissão de Parlamentares comunica a aprovação do crédito extraordinário que fora solicitado pelo Ministro da Guerra. Os jornais passaram então a publicar os detalhes da Estátua da Paz que nada mais era que uma coluna monumental, cercada por pórticos e com uma alegoria à vitória. A descrição dos jornais foi assim:

“toda a vasta área compreendida entre a rua do Hospício e S. Joaquim [...] foi cercada por 240 arcos de 25 palmos do alto e 20 de largura, engrinaldados com festões de folhagem verde, sobre cada uma das pilastras que os sustentavam flutuavam hasteadas bandeiras multicores. Davam entrada para esse recinto quatro elegantes pórticos, coroados pelas armas do Brasil,[...] além de um grande arco fronteiro ao portão do quartel, formado por pedestais [...] em festões decorados em forma de armaduras e escudos, terminando com os troféus e flâmulas; nestas liam as seguintes inscrições: *A invicta armada – O Valente exército*. No arco, assentado sobre os pedestais inferiores lia-se : *Viva o imperador*. A alguma distância desse arco [...] erguia-se um grande estrado, guarnecido nos ângulos com quatro canhões de bronze e nas faces com oito morteiros, pilhas de balas e sarilhos de armas. Um pedestal dórico romano, assentado no estrado, sustentava a estátua da Paz, medindo 15 palmos de altura e colocada 54 palmos acima do solo, obra do distinto sr. Reis. Flanqueando a estátua [...] dois obeliscos triangulares de

<sup>683</sup> Cf. **O Alabama**, 23 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>684</sup> Discurso do Senador Silveira Motta na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. **Anais do Senado do Império**, Rio de Janeiro, 1870, p. 211. Fundação Casa de Rui Barbosa.

82 palmos do alto, tendo todo erguido no cimo o pavilhão nacional, e assentado sobre bases triangulares de escadaria. [...] Cada um dos obeliscos apresentava três retratos em transparente: um, os de sua Majestade o Imperador e dos srs. Generais Duque de Caxias e Marques do Herval; outro, os de sua Alteza o Conde D'Eu e dos srs generais Visconde de Pelotas e de Santa Tereza.” (Imagem 49) <sup>685</sup>

Figura 49- A Estátua da Paz



Fonte:Brasileira Fotográfica. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon827003/icon827003.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon827003/icon827003.jpg)

---

<sup>685</sup>A Constituição, 27 de julho de 1870. Biblioteca Nacional.

Não foi possível encontrar o “sr. Reis” autor da estátua, muito menos precisar quando exatamente ela foi retirada do campo, mas temos a certeza de que um monumento que fora feito para celebrar a vitória na guerra, foi efêmero como a própria celebração. Acredito que logo após a festa já tenha começado o desmonte do “Barracão” e logo em seguida dessas estruturas monumentais, visto que mais nada fora encontrado nem na documentação muito menos nos jornais. Com a retirada da “Estátua da Paz”, fora pensado outro monumento para colocar no seu lugar, bem no meio do Campo de Santana, mas sobre este, temos mais informações.

Paris, 18 de junho de 1865. As histórias do mecenato do imperador D. Pedro II para artes e ciências são bem conhecidas, para o nosso personagem não foi diferente. Francisco de Azevedo Monteiro Caminhoá foi um desses agraciados. Nascido em Salvador, em 1835. Na Europa, estudou arquitetura civil, formando-se em Engenharia Civil, na École des Arts, de Paris. Em 1874, de volta ao Brasil, é laureado com a Medalha de Ouro na Exposição Geral de Belas Artes da Academia Imperial. No Rio de Janeiro, tornou-se arquiteto e engenheiro reconhecido e exaltado pelos mais importantes segmentos sociais do século XIX. Seu monumento mais apreciado e conhecido é, sem dúvida, a Catedral de Petrópolis, mas projetou também o prédio do Hotel Avenida no Rio de Janeiro, entre outros. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1915. Mas voltando ao início do texto, em junho de 1865, Caminhoá escreve ao imperador solicitando auxílio para terminar seus estudos.<sup>686</sup> Mesmo não tendo a carta de resposta, acredito que tenha conseguido o que pediu devido a estar presente em diversas obras mandadas executar pelo governo entre as décadas de 1870-1880.

Podemos ter um panorama sobre as questões que envolveram o monumento a partir da publicação em 1874 de uma obra de Caminhoá que parece uma verdadeira defesa de suas ações. Em “*Documentos, juízo crítico e orçamentos relativos ao Monumento Patriótico do Brasil destinado ao Campo da Aclamação no Rio de Janeiro*”<sup>687</sup>, publicado pela Tipografia Perseverança, Caminhoá faz uma compilação dos ofícios enviados e recebidos, bem como as matérias dos jornais e julgamento da Academia de Bellas Artes, fornecendo ao pesquisador um parâmetro interessante para compreender o que realmente aconteceu, ou como o mesmo descreveu sua obra “tem por fim relatar escrupulosamente a história resumida do monumento patriótico destinado ao campo d' Aclamação [...] - Monumento patriótico dedicado aos bravos

---

<sup>686</sup> Maço 137 – Documento 6703. Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis

<sup>687</sup> Obra rara encontrada na biblioteca da Escola de Belas Artes da UFRJ. Disponível em <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/636>.

da guerra do Paraguai".<sup>688</sup> A saga do monumento começa em 1866, ou seja, um ano após o pedido de auxílio ao imperador e ainda em plena guerra, quando Caminhoá envia ao Ministro da Agricultura e Obras Públicas, o Conselheiro Paula e Souza, um ofício com a fotografia do esboço de um monumento para comemorar as vitórias do Brasil sobre o Paraguai. O desenho, elaborado em conjunto com o arquiteto francês Paulo Bénard, teria um modelo custando 10 mil francos, com altura a cinco a seis metros, o que seria a quarta parte do que se pensou como original. Caminhoá além de solicitar recursos para a execução da maquete, afirmou ainda que pensava em expor na Exposição Universal de Paris do ano seguinte, para crítica de seus pares, afirmando que o projeto poderia ser executado através de uma subscrição pública logo que se assinasse a paz. Caminhoá não conseguiu a verba necessária e na exposição de Paris o que “brilho” foi a estátua equestre de D. Pedro II, que como vimos anteriormente, foi recusada enquanto monumento público. O projeto foi remetido à Câmara, mas somente em 1870 o projeto de Caminhoá é “desenterrado”, principalmente pela necessidade comemorativa devido a vitória e o término da guerra, e o contrato assinado em 16 de março (apesar da aprovação em sessão ter ocorrido somente em 23 de junho do mesmo ano). Mas nada fora feito. O monumento começa a ser novamente uma possibilidade quando da viagem de D. Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina à Europa, quando Caminhoá os encontra em Londres e solicita auxílio através da criação de uma lista patriótica para brasileiros que viviam no exterior que qualquer um que quisesse ajudar com valores a fim de erigir o monumento.<sup>689</sup> Esses valores serviram para obras iniciais no Campo de Santana e para a confecção do molde em gesso da obra e ele foi totalmente gasto por Caminhoá.<sup>690</sup>

Após conseguir executar o molde, bem como verba para remetê-lo de Paris para o Brasil, Caminhoá solicitou concorrer na Academia de Belas Artes, na famosa exposição onde se premiava os melhores projetos e as obras de arte. Como não houve tempo para a inscrição, ficou decidido então que o modelo seria exposto para apreciação pública (cobrando ingresso) no Passeio Público. Para isso o presidente da Câmara Ferreira Vianna preparou o cenário, com espaço suficiente para a exposição, bem como uma festa no Passeio Público para atrair as pessoas. Sobre quem arcaria com as despesas, Ferreira Vianna combinou que as mesmas deveriam ser pagas com aquilo que fosse arrecado na bilheteria.<sup>691</sup> Ainda em junho de 1872 a Câmara solicita ajuda da Praça Comercial do Rio de Janeiro, na figura de seu presidente o Visconde de Tocantins, irmão do Duque de Caxias, para angariar os fundos necessários para a

---

<sup>688</sup> Idem, p. iii.

<sup>689</sup> Idem, p. 7-8.

<sup>690</sup> **Fundo Câmara Municipal. Série Monumento. Notação 46.3.31.** Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>691</sup> Idem, p. 16.

construção do monumento. Sabe-se que a Associação Comercial já estava de frente do Asilo dos Inválidos da Pátria, e, mesmo que realizada a promessa, creio que não houve a arrecadação visto que não encontramos nenhuma menção de agradecimento a esse respeito. Cabe ressaltar que nesse momento é mandado o Arsenal de Guerra fornecer armas para os troféus de guerra, além de vários batalhões tocassem músicas, além da presença do batalhão de inválidos da pátria, tudo isso para a visitação do modelo, o que a meu ver, contribuiria para chamar o público para o evento.

O evento foi realizado e os fundos necessários para cobri-lo alcançados com sucesso pela venda das entradas. Em agosto de 1872, Ferreira Vianna resolveu mandar Caminhoá entregar à Comissão encarregada da Exposição Nacional,<sup>692</sup> o modelo do Monumento, aproveitando o ensejo, Caminhoá resolve então solicitar autorização – e verba – para enviar o modelo à Exposição de Viena (1873) o que foi feito. Mas aí morava um problema: o que fazer com o modelo enviado à Exposição Universal? Caminhoá resalta que o galpão da Ópera de Paris onde ele ficava guardado pegou fogo e que não teria recursos suficientes para alugar outro espaço. Qual foi a solução? Destruí-lo! Mas antes disso mandou fazer cerca de 600 exemplares em papel para distribuição em ter autoridades e políticos, a fim de angariar dinheiro para o a obra.<sup>693</sup> Em 1876 fora ventilado na imprensa que Caminhoá participaria da Exposição da Filadélfia, mas não encontrei comprovações de que teria exposto alguma coisa, o certo é que ele retorna à Europa a fim de continuar os trabalhos do monumento.<sup>694</sup>

Os jornais criticavam o monumento, notadamente e folha *A República* que tinha como proprietário Salvador de Mendonça e que nesse momento, a partir de 1872, deixou de ser um órgão oficial do Partido Republicano passando a ser dirigido por Quintino Bocaiúva. Então não é de se estranhar a quantidade de críticas ao monumento, principalmente por representar Solano López como um demônio, sendo pisado pela estátua da Vitória, alegando que o Paraguai era uma nação amiga e àquela imagem ia ferir as relações entre os países. Fora isso criticava a policromia do monumento, a presença de água na parte inferior como uma espécie de chafariz, além da ação de Caminhoá, abrindo espaço para defesa do arquiteto, mas sempre rebatendo sua fala com ironia e deboche.<sup>695</sup> Tudo isso consta no livro de Caminhoá,

---

<sup>692</sup> Conforme vimos no capítulo sobre a memória construída logo após o conflito, as Exposições de Bellas Artes e as Exposições Internacionais serviram para tenta formatar essa construção, e na de Viena especificamente, foram expostos os famosos quadros de Pedro Américo sobre as batalha de Campo Grande.

<sup>693</sup> Idem, p. 22-24.

<sup>694</sup> **Fundo Câmara Municipal. Série Monumento. Notação 46.3.31.** Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>695</sup> Fundado por Salvador de Mendonça, em sua redação contavam-se os nomes de Quintino Bocaiuva e Joaquim Saldanha Marinho. Ambos haviam decidido formar um *Clube Republicano* no Rio de Janeiro em meados do ano de 1870 e, ao final daquele ano, fundam o jornal. Em seu primeiro número, em 3 de dezembro de 1870, vinha a público o Manifesto Republicano. Considerado como um arauto da República, primeiro periódico a defender

parecendo uma espécie de “salvo conduto” para o que pudesse acontecer. Após esse incidente com o jornal, poucas são as notícias relativas ao monumento. Somente em ofícios no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, temos uma ideia do que poderia ter ocorrido. Em novembro de 1874, o Ministro da Guerra, João José de Oliveira Junqueira, manda deixar a disposição do arquiteto 30 bocas de fogo tomadas do Paraguai e 14 canhões; em seguida o Visconde do Rio Branco reserva o Campo da Aclamação (Campo de Santana) para a colocação do monumento, Campo este que estava em vias de remodelação pelo arquiteto francês Glaziou.

Praticamente um ano e meio depois é assentada a pedra fundamental do monumento com a presença da Princesa Isabel do Conde d’Eu, mas não havia dinheiro para a execução. Entre os anos de 1877 e 1882 a Câmara obteve a licença de conseguir loterias a fim de tentar conseguir o dinheiro necessário, até que a penúltima Câmara do Império, por proposta do Visconde de Santa Cruz, votou verba de 100 contos anuais para a realização do monumento, mas o Ministro dos Negócios do Império, o Barão de Mamoré, não aprovou a dotação.<sup>696</sup> No ano de 1878 ocorreu uma nova tentativa de subscrição, com circular da Câmara Municipal para a junta de Comércio do Espírito Santo e do Piauí, tendo, inclusive em anexo uma cópia do desenho (daquelas 600 que Caminhoá mandou reproduzir).<sup>697</sup> Em 1886 a Câmara envia outro ofício, agora para o Presidente da Província do Rio de Janeiro, solicitando contribuição, mas o mesmo responde que vai liberar as loterias para arrecadar os fundos assim que puder, mas isso não aconteceu.

Com a República, Caminhoá tenta sua última cartada: em 16 de maio de 1890 envia ofício à Intendência Municipal da Capital Federal, a fim de que fosse remetido ao “cidadão presidente” esclarecendo pontos do contrato que assinara ainda na década de 1870. Apesar de ainda estar no governo do Marechal Deodoro, a crescente influência do movimento Positivista pode ter afetado os trabalhos. Não foi encontrado mais nenhum documento referente a ele nos arquivos posteriores a esse ofício de 1890 o que nos leva a pensar que o monumento à Vitória

---

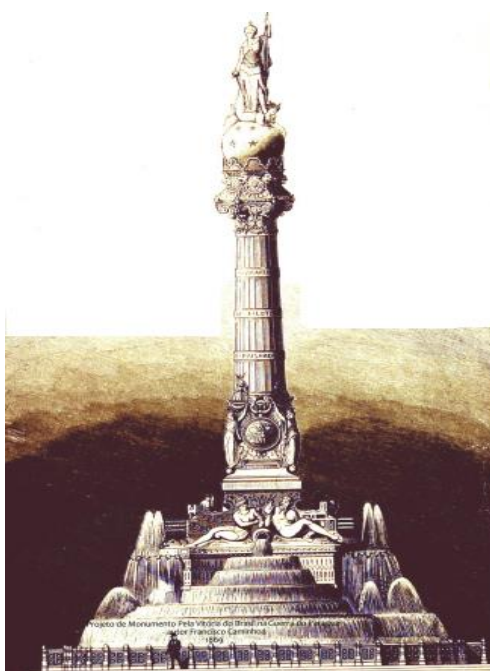
abertamente as ideias republicanas no país, em suas páginas colaboravam Aristides Lobo, Lafayette Coutinho, Pedro Soares de Meireles e Flávio Farnese, entre outros. Influenciou, nos anos seguintes, a criação do Partido Republicano Paulista, na então Província de São Paulo, e de diversos outros por todo o país. A sede do jornal foi empastelada na noite de 23 para 24 de fevereiro de 1873, por praticantes de capoeira incitados por seus patrões, conservadores; capoeiristas e republicanos passaram então a se odiar. O jornal circulou até 1888. Cf. Margarida de Souza Neves. “Os cenários da República: O Brasil na virada do século XIX para o século XX.”. **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4. P. 14 a 44; Carlos Eugênio Líbano. “Golpes de mestres”. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz, 2004.

<sup>696</sup>**Coleção Conselho de Intendência. Série Guerra do Paraguai. Notação 44.1.47.** Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

<sup>697</sup>**Fundo Câmara Municipal. Série Monumento. Notação 46.3.31.** Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

pode ter sido completamente esquecido. Em seu lugar, anos mais tarde, o Campo da Aclamação, doravante Praça da República, recebeu, exatamente no lugar onde foi lançada a pedra fundamental do monumento, uma homenagem a Benjamin Constant.<sup>698</sup> O monumento à Vitória teria cerca de 60 metros de altura, pouco mais ou menos de largura correspondente; seria cercado por grades de ferro e os seus alicerces seria feitos sobre pilotis em granito ou cantaria de Portugal, tendo a coluna e a parte alegórica feita em bronze dos canhões apreendidos dos paraguaios (Imagem 50). Conforme vimos no capítulo, a noção de memória, seja ela em cal como referência aos mortos, ou em pedra e bronze, com relação à estátuas ou monumentos, serviu para intencionalidades políticas, bem específicas do momento. Nesse sentido, percebemos muito mais uma ideia de rememoração do que da constituição de uma memória específica sobre aqueles que fizeram o conflito.

Figura 50 - Proposta de Monumento Comemorativo do Triunfo das armas Brasileiras na Guerra do Paraguai



Fonte: Coleção Conselho de Intendência. Série Guerra do Paraguai. Notação 44.1.47, p. 106. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro

<sup>698</sup>O monumento público foi obra de vários artistas, doado à cidade por iniciativa dos republicanos positivistas, em especial do Sr. Amaro da Silveira. De Décio Vilares são as estátuas da Humanidade (localizada no topo), de Benjamin Constant e de sua esposa (localizadas na frente). Os diversos baixos-relevos são de Eduardo Sá. E de Vicente Ornelas são os trabalhos de fundição. Cabe ressaltar que até a abertura da Av Presidente Vargas a região do Campo da Aclamação/ Praça da República/ Campo de Santana era bem maior que a encontrada atualmente indo à porta do Ministério da Guerra, atual Palácio Duque de Caxias. O monumento à Benjamin Constant foi inaugurado em 1926 (apesar de ter sido gestado desde sua morte em 1891) em frente ao Ministério e retirado em 1945 para ser colocado no lugar o Panteão à Caxias.



## 4 DE PEDRA E CAL: MONUMENTOS E MORTOS NO REGISTRO MEMORIAL

### 4.1 - A sagração monumental dos mortos

*“Os esqueletos são escondidos nos armários da memória”.*<sup>699</sup>

Por muito tempo no ocidente a morte foi encarada como tabu, vista como “invertida, escamoteada, oculta, vergonhosa e suja”.<sup>700</sup> Atualmente diversos trabalhos buscam olhar para a morte e o morrer de forma mais distanciada, nos fornecendo informações que, para o trabalho do historiador, são de grande interesse. Segundo Norbert Elias,

“o fim da vida humana, que chamamos de morte, pode ser mitologizado pela ideia de uma outra vida no Hades ou no Valhalla, no Inferno ou no Paraíso. Essa é a forma mais antiga e comum de os humanos enfrentarem a finitude da vida. Podemos tentar evitar a ideia da morte afastando-a de nós tanto quanto possível – encobrindo e reprimindo a ideia indesejada – ou assumindo uma crença inabalável em nossa própria imortalidade.”<sup>701</sup>

Neste trabalho não nos ocuparemos em discutir as questões relativas à morte, mas sua apropriação durante a guerra como forma de criação de uma memória e até mesmo a ideia quase mítica do herói, a partir da visão romântica, que ainda predominava no Império. Pensaremos na morte relacionada à guerra e os modos de sua reescrita, seja na tentativa de formação de um Panteão de ídolos ou até mesmo a sua idealização.<sup>702</sup>

A guerra, esta era entendida, da Idade Média até a Primeira Guerra Mundial, como um destino praticamente inevitável dos homens, sendo que a chamada “preparação para a morte na guerra”, sofreu inúmeras alterações ao longo do tempo. Segundo Ariès, mesmo no caso de uma guerra, era desonroso morrer subitamente, sem indícios da chegada de sua hora derradeira, ou ainda, de rituais que deveriam ser praticados nessa situação.<sup>703</sup> Para Winter, ao analisar as questões relativas ao comportamento da sociedade perante a mortandade durante a

<sup>699</sup> Catroga p. 319

<sup>700</sup> Philippe Ariès. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p. 309.

<sup>701</sup> Norbert Elias. **A Solidão dos Moribundos seguido de Envelhecer e morrer**. Zahar editora: Rio de Janeiro, 2001. p. 7.

<sup>702</sup> Para saber mais sobre as questões relativas à morte e ao morrer, cf. Norbert Elias. **A solidão dos moribundos: seguido de “envelhecer e morrer”** Rio de Janeiro: Zahar, 2001; Roberto da Matta. “A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro”, in **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro, Guanabara. Koogan, 1991; Phillippe Ariès. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003; Philippe Ariès. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981; Sobre questões específicas relativas à morte, a historiografia brasileira tem avançado muito, são exemplos destes trabalhos Cláudia Rodrigues. 1997. **Lugares Dos Mortos Na Cidade Dos Vivos: Tradições e Transformações Fúnebres No Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração; Cláudia Rodrigues. **Nas Fronteiras Do Além: A Secularização Da Morte No Rio de Janeiro (séculos XVIII E XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

<sup>703</sup> Philippe Ariès. **História da morte no Ocidente**. P. 22

Primeira Guerra Mundial, a guerra moderna consolidou essa mudança em relação ao sentimento, ao luto e à ideia de perda, pois a morte poderia ocorrer em qualquer situação, tão rápida e cruel, além de não ser incomum o desaparecimento do corpo, de forma quase instantânea, mudando radicalmente os paradigmas relacionados com a morte em batalha nos períodos mais antigos.<sup>704</sup>

#### Segundo Silvia Correia

As primeiras grandes abordagens em torno do luto e da memória, enquanto fenômenos que ultrapassam o universo da experiência individual e entendidos à luz de um enquadramento transversal, devem-se a homens como Marcel Proust, Sigmund Freud e Maurice Halbwachs, cujos trabalhos procuram explicar como o “espeço” coletivo foi profundamente marcado pela própria experiência da morte de massa. As suas obras oferecem um quadro intelectual contemporâneo, uma problemática que não se arrisca a ser anacrônica, pela forma como eles próprios foram individualmente marcados pela convivência com a realidade de guerra.”<sup>705</sup>

A historiografia recente com relação aos mortos em guerra, muito se aproveitou da retomada dos estudos relacionados a Primeira Grande Guerra devido a comemoração do centenário de seu término em 2018. A temática da morte tem sido apresentada variando perspectivas principalmente por pesquisadores europeus e norte americanos, mas dentre os trabalhos mais recentes, o dos franceses Luc Capdevila e Danièle Voldamn intitulado “War Dead: western societies and the casualties of war”, chama bastante atenção pois interpreta a questão da morte na guerra partir de uma perspectiva histórica e comparativa relacionada ao tratamento dos corpos dos soldados mortos e a relação com o cadáver dos inimigos.<sup>706</sup> Em 2011 duas obras aparecem com destaque: uma nos Estados Unidos analisando como o país tratou seus mortos desde as guerras no século XVIII até a guerra do Vietnã, e a outra obra onde o autor pesquisa as relações e atitudes da sociedade ocidental com a morte na guerra e como a partir dos conflitos surgiram os túmulos dos soldados desconhecidos.<sup>707</sup> Todos esses autores concordam que existe iniciativas públicas e privadas em cooperação para lembrar os mortos em guerras.

Sobre os conflitos nos quais o Brasil se envolveu, poucos estudos se preocupam em analisar o tratamento dado aos mortos no pós-guerra. Temos um trabalho pioneiro de Adriana

<sup>704</sup> Jay Winter. **Sites of memory, sites of mourning: the great war in European Cultural History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 310.

<sup>705</sup> Silvia Correia. **Políticas da memória**. P. 303.

<sup>706</sup> Cf. Luc Capdevila & Danièle Voldman. **War Dead Western Societies and the Casualties of War (19th/20th centuries)**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006

<sup>707</sup> Cf. Chris Dickson. **The foreign Burial of American war dead: a History**. McFarlane & Company Inc.: North Carolina, 2011; e Laura Wittman. **The tomb of Unknown soldier: modern mourning and reinvention of mystical body**. Toronto: University of Toronto Press, 2011. Respectivamente.

Piovezan<sup>708</sup> que pesquisa o Batalhão de Sepultamento da FEB (Força Expedicionária Brasileira) durante a Segunda Guerra Mundial. Para as guerras no século XIX não existem nenhum trabalho específico sobre o tema, creio que pela dificuldade de documentação, visto que não existia nesse período a preocupação em resgatar os mortos em combate, ou por ser um campo ainda pouco explorado no país. Sem dúvidas, trabalhos dessa monta seriam incrivelmente interessantes para analisar o olhar da sociedade sobre esses homens. No caso específico da Guerra da Tríplice Aliança, não existe nada que remonte à ideia do tratamento aos mortos, mesmo percebendo a presença de um “batalhão” responsável por “limpar” o campo após as batalhas (enterrar os mortos e afins), fontes exclusiva sobre esse trabalho não foram encontradas. Para tentar entender as formas de morrer e da memória em torno dos mortos no conflito, recorreremos aos diários e a documentação referente ao corpo médico em atuação. Ainda sim, o caminho é tortuoso e, com o cruzamento de dados, podemos perceber o quão profícuo pode ser, mas por questões de delimitação da temática, não nos estenderemos muito no assunto, torcendo para que alguém aproveite esse caminho e nos traga mais respostas sobre essas questões ainda tão nebulosas para o pesquisador da guerra.

A ideia é analisar o uso da morte na guerra da Tríplice Aliança, e do morto propriamente dito, como capital político, e não em analisar o impacto da morte no universo de indivíduos combatentes, mas a forma como esta foi apropriada por estes primeiro e pelo governo a partir de processos de valorização da morte atreladas ao sacrifício pela pátria, sua monumentalização, a construção do discurso e apagamentos.

#### 4.2 - “Medonhos cadáveres”: a morte e o morrer na Guerra da Tríplice Aliança

“Medonhos cadáveres! Um dia entrei numa enfermaria próxima do batalhão. Havia um montão deles [de cadáveres] arrumados em andainas nas tarimbas. Tinham a pele enrugada e os olhos fundos. Estavam azulados, escaveirados como se tivessem morrido de fome. Uns mexiam-se, outros não tinha, a algidez da morte; eram cadáveres quentes. Os músculos do peito e dos braços contraíam-se como se aqueles mortos ainda vivessem. Vi um braço encolhido distender-se e a mão bater em cheio na face do camarada ao lado.”<sup>709</sup>

O trecho citado nos parece uma cena de filme de terror, daqueles macabros, mas ao contrário disso, é um relato da impressão de um soldado com relação à enfermaria e o estado

---

<sup>708</sup> Adriana Piovezam. **Morrer na guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967)**. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPr, 2014.

<sup>709</sup> Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Gráfica Laemmert Ltda: Rio de Janeiro, 1946, p. 214

de “armazenamento” dos cadáveres que ali morriam. Este relato foi feito por Dionísio Cerqueira, que como vimos anteriormente, foi um dos memorialistas que melhor nos mostrou as formas do morrer na guerra. A partir da leitura das suas *Reminiscências*, podemos ter um panorama de como se morria na guerra, além da forma como os mortos eram tratados durante todo o conflito.

O luto de guerra é extremamente específico, inverte toda a ordem natural das coisas, de regular a sucessão das gerações. A sua afetação é maior. Um mesmo indivíduo pode ser lesado por várias mortes e pelo anonimato que estas comportam.<sup>710</sup> O historiador Ricardo Salles em 2003 já nos mostrava as diversas formas de morrer na Tríplice Aliança, sendo que a maioria delas em nada tinha com batalhas, morria-se mais fora do campo.<sup>711</sup> Salles afirma que para muitos soldados a morte viria antes mesmo de se chegar ao Paraguai, como no caso do 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Pará que, em 28 de março de 1865 embarcou com 580 soldados, entre praças e oficiais, de Belém em direção à Corte e no dia 02 de maio quando finalmente chega à Montevideu contava com apenas 18 oficiais e 148 praças. Outro corpo que sofreu baixas sem ter disparado um único tiro foi o 13º Corpo de Voluntários da Pátria do Pará que praticamente desapareceu ainda durante as marchas em território uruguaio e argentino.<sup>712</sup> Isso nos mostra que as epidemias começavam a dizimar a tropa muito antes de elas chegarem ao seu destino. Uma das regiões mais complicadas em termos de mortandade, fora da batalha, foi a região de Corrientes. Dizia Dionísio Cerqueira que “em Corrientes podíamos marchar quase sempre em mais de uma coluna, também não percorríamos quatro léguas por dia. A princípio, via-se acompanhando o exército uma longa cauda de retardatários. Uns quebrantados de cansaço; outros, combalidos pelas enfermidades, que abrigaram nas nossas fileiras mais claros do que a metralha paraguaia”.<sup>713</sup> E ele tinha razão: as chuvas torrenciais em Vila Mercedes, uma das cidades mais prósperas da província, para ele foram as memórias mais angustiosas, pois “caíam cada vez mais copiosas, molhando tudo, apodrecendo as barracas, adoecendo a gente e transformando o campo num lamaçal imenso que cada vez atolava mais [...] extenso barral onde enterrávamos as pernas até os joelhos.”<sup>714</sup> As chuvas dificultavam o abrigo do fogo porque a lenha permanecia molhada, além de impossibilitar a chegada das carretas de comércio, causando carestia e aumento no preço dos

---

<sup>710</sup> Cf. Silvia Correia. **Políticas da memória**. P. 6.

<sup>711</sup> Cf. Ricardo Salles. **Guerra do Paraguai: memórias & Imagens**. Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2003, p. 156-165

<sup>712</sup> Salles, 2003, p. 156 e 157.

<sup>713</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências**. P. 94.

<sup>714</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências**. P. 98.

produtos. Em carta enviada ao pai de Corrientes, Benjamim Constant informava a chegada de um navio trazendo coléricos para a linha de frente.

“Ontem chegou a esta cidade o vapor D. Teresa vindo de Curuzu com trezentos coléricos. Estes desgraçados doentes vinham no mais completo abandono, quase nus (pois alguns traziam camisas sem calças nem ceroulas, outros com calças mas sem camisa, poucos vinham completamente fardados e raros os que traziam uma manta para cobrir-se), sem um só médico, sem enfermeiro, sem ninguém que os trouxesse, sem um só medicamento, sem comida etc. Chegaram dezesseis mortos e outros à morte.”<sup>715</sup>

Os hospitais montados para receber os doentes, pouco ou nada conseguiam fazer. Segundo Salles, 80% dos internamentos nos hospitais eram devido a doenças como malária, tifo, pleurisias, reumatismo, sífilis, sarampo, tuberculose, cólera, escorbuto, disenteria.<sup>716</sup> Além de no início os suprimentos serem escassos (em muitos dos casos nem chegarem ao destino), nas memórias podemos ler diversas críticas ao atendimento dos médicos. Voltando ao *Reminiscências* de Dionísio Cerqueira, temos um relato bem interessante sobre o estado de espírito desses médicos que atuavam na guerra. Ele afirma que no relatório enviado ao chefe pelo Dr. Luís Álvares dos Santos, professor da Faculdade da Bahia, destacado para inspecionar o Hospital ambulante em Corrientes, o médico afirmou: “E nesse zigue-zague de desculpas, morre o soldado brasileiro, vítima da incúria do médico e da relaxação do enfermeiro”.<sup>717</sup> Quando o cólera varreu o exército em Curuzú foi uma iniciativa particular do Dr. Bormann que fez minorar os efeitos daquela epidemia. Ele organizou e manteve, com recursos próprios, uma enfermaria de coléricos, recebendo inclusive, medalha de ouro pelo governo Imperial devido a esse serviço. Mesmo com a “boa-vontade” do Dr. Bormann o cólera não deu sossego às tropas: os galpões cobertos de palha construídos por ele se enchiam diariamente, e se esvaziavam em cemitérios, caíam mortos em forma (acreditava-se a princípio que se tratava de uma síncope). “E o terrível flagelo dos exércitos matava às cegas e cada vez mais”.<sup>718</sup>

Para além dos problemas de logística, Dionísio Cerqueira nos mostra outras formas de morrer no Paraguai. Incêndios ocorriam, como no caso de munições que deflagravam ainda nas carretas provocando a morte de dezenas de soldados, além da insolação das longas marchas nos areais que os obrigava a tentar se cobrir com um ramo de árvore ou arbusto a fim de diminuir a exposição ao sol. Todas essas mortes não eram destaque na imprensa,

---

<sup>715</sup> Carta de 11 de abril de 1867. Apud. Renato Lemos. **Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: IPHAN, Museu Casa Benjamin Constant, 1999, p. 153

<sup>716</sup> Salles, 2003, p. 158.

<sup>717</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências**. P. 103.

<sup>718</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências**. P. 214.

possivelmente para não afugentar os já tão escassos soldados. Os jornais ilustrados como *A Semana Ilustrada* e a *Vida Fluminense*, cumpriam bem esse papel de propagandear os feitos dos chamados agora grandes homens.<sup>719</sup>

Mas para além dessa constatação óbvia da propaganda imperial, também não podemos deixar de pensar na questão da morte em guerra sendo encarada como algo heroico, ou seja, morrer sem disparar um tiro e não sendo pelas mãos do inimigo, não era algo para se propagandear, não parecia ser “amor à pátria”. O próprio Dionísio relata em uma passagem a história de um oficial que fugia das batalhas, e na primeira que participou acabou morto. Nessa passagem, o narrador deixa bem claro sua opinião com relação a covardia do soldado, que este ato era egoísta e não digno.

#### 4.2.1 - “Avançar para a morte e para a glória!”

“O bravo coronel Palejas caiu no campo de honra à frente do seu batalhão que avançava bravamente varrido pela metralha. Quando tombou mortalmente ferido o heroico chefe, o major mandou – alto – abrir as fileiras – apresentar armas. Bela continência! E continuou depois a avançar para a morte e para a glória!”<sup>720</sup> Com a leitura desse pequeno trecho podemos perceber que a morte em batalhas trazia em si a ideia de coragem e de heroísmo. A passagem quase mítica, nos mostra claramente os valores disseminados durante a guerra. Nesse sentido, os jornais, principalmente os ilustrados, cumpriram papel fundamental de reforço do ideário quase cavaleiresco da campanha. Tenta-se legitimar o esforço de guerra como uma glorificação da pátria, principalmente se utilizando da luta entre a civilização (“nós”) e a barbárie (“eles”), e os soldados se tornando representantes morais da nação ultrajada pelo “ditador paraguaio”. Seria uma “tentativa idílica e metafórica de revalorizar a morte, num sentido religioso, político e ideológico, procurando ultrapassar a dimensão biológica da morte de massa do campo de batalha.”<sup>721</sup>

---

<sup>719</sup> Sobre a importância e a forma de elaborar um jornal ilustrado, conferir o excelente artigo de Everardo Ramos, publicado na Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Em forma de síntese, o autor analisa a chegada da imprensa ao Brasil com a transferência da Família Real Portuguesa em 1808, traçando um panorama do aparecimento dos primeiros jornais ilustrados, com ilustrações oriundas da Europa, até o seu apogeu durante o Segundo Reinado, com destaque para os jornais “O mosquito”, “Semana Ilustrada” e “Vida Fluminense”.. cf. Everardo Ramos. “Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850): imagens esquecidas, imagens desprezadas”. *Revista Escritos* - FCRB: Rio de Janeiro, Ano 3, n. 3, 2009, p. 285-309. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB\\_Escritos\\_3\\_14\\_Everardo\\_Ramos.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB_Escritos_3_14_Everardo_Ramos.pdf)

<sup>720</sup> Dionísio Cerqueira. *Reminiscências*. P. 200.

<sup>721</sup> Cf. Sílvia Correia. *Política da memória da I Guerra Mundial em Portugal (1918-1933). Entre a experiência e o mito*. Tese de doutoramento em histórica Política e Institucional Contemporânea. Universidade Nova de Lisboa, julho/2010, p. 306.

“Em uma guerra não se morre, mas sim cai-se, a vida não se perde mas doa-se, não desaparece no nada mas vive-se eternamente no império do heroísmo patriótico”.<sup>722</sup> A partir e com essa premissa, Dionísio Cerqueira constrói sua narrativa muitas das vezes se apropriando do sentido da morte heroica, relatando e opinando sobre a forma de morrer na guerra, que em muitas situações, grassava ao seu lado. Segundo ele “Éramos rapazes de 18 e 20 anos. Cheios de vigor, ardentes de entusiasmo, cérebros povoados de ilusões; estremecíamos a Pátria e aspirávamos, na sua desafronta, o nosso quinhão de glória.”<sup>723</sup> Se no início o entusiasmo patriótico encheu de vontade esses jovens, o decorrer e a dificuldade encontrada, os fazia questionar muitas vezes, sobre a necessidade daquela guerra. Havia uma tentativa de se encarar a morte como algo comum, inerente a vida do soldado, mas ao lermos as memórias, vimos que ela era impactante e deixava marcas nos vivos. Na página 160, Dionísio fala do território paraguaio, como “Aquele país ensanguentado só nos deu ar para respirar, e muitas vezes empestado; água para beber, e, não raro, poluída pelos cadáveres e pelo sangue derramado nas batalhas; e terra em abundância para as sepulturas dos nossos 100 mil valentes patrícios que lá ficaram para sempre”.<sup>724</sup> Como podemos perceber, ao reclamar das dificuldades de se manter, Dionísio ressalta a questão da mortandade e nos revela o trato que era dado aos mortos. Um destes revela um fato ocorrido no combate de Establecimiento a 19 de fevereiro de 1868 onde após sangrenta luta de cerca de 4 horas, com descrição de feridos que caíam no fosso e morriam de afogamento, ou ainda o relato da morte do alferes Sampaio, sobrinho do general do mesmo nome que reclamava da ausência de sapadores com as escadas e fora ferido no pescoço, ficando ali jorrando “em rubra trajetória”. No dia seguinte à batalha, fala sobre uma divisão de infantaria que teria ficado para “guardar a posição, arrasar as fortificações e enterrar os mortos” e continua, “contaram ainda que o oficial encarregado da faxina de enterramento disse ao velho general comandante [o Marquês de Caxias], que se ouviam ais e gemidos saídos dos montões de mortos; ele replicou-lhe: - **Se o senhor der ouvidos as lamúrias desses defuntos não enterrará nenhum.**”<sup>725</sup> Nos mostrando assim que existia algum grupo definido para realizar, até mesmo por questões sanitárias e não de culto, o enterramento dos mortos nas batalhas. Se eles realmente faziam, isso não sabe, pois nenhum relato fora encontrado que comprove ou não essa história. Sobre Estero Bellaco, a 2 de maio de 1866, e a batalha de Tuiutí, a 24 de maio, Dionísio escreveu:

---

<sup>722</sup> Sílvia Correia. **Política da memória**. P. 304.

<sup>723</sup> Dionísio Cerqueira. *Reminiscências*, p. 124.

<sup>724</sup> Dionísio Cerqueira. *Reminiscências*, p. 160

<sup>725</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências**, pp. 260-262. Grifos do autor.

“Era um extensíssimo tendal de cadáveres, horrivelmente mutilados e amontoados em confusão. Havia cabeças decepadas, com olhos bem abertos; umas, presas ainda ao tronco por músculos ensanguentados; outras, rachadas de meio a meio, mostrando os miolos transbordando; narizes cortados, braços mutilados, queixos partidos, peitos esburacados. [...] Que morte gloriosa e que glória cheia de lágrimas!”<sup>726</sup>

Obviamente esses relatos foram sobre mortos foram omitidos pelos jornais que falavam somente dos sucessos e das vitórias, não elencando as mortes e a ferocidade da batalha. Como exemplo temos o jornal *Correio Mercantil* que afirmava “Constava em Montevideú, após as ações de Estero Bellaco, a coluna paraguaia tentara um novo ataque sendo repelida com o fogo da nossa artilharia que lhes causou perdas numerosas” ou ainda na edição de 5 de junho onde fala “A batalha de Estero Bellaco, pelejada no dia 24 do mês passado é mais uma página indelével nos fastos militares de nossa pátria”; O *Diário do Rio de Janeiro* de 16 de novembro de 1866, fala nos “heróis [...] que só esperam o concurso de mais alguns milhares de brasileiros para poderem prosseguir nessa série de vitórias que os conduzirão à Curupaiti, e há de terem enfim o triunfante o pavilhão azul-verde nos baluartes de Humaitá e Assunção”.<sup>727</sup>

Sobre Humaitá, Dionísio Cerqueira afirma que “a memória estremece ao recordar aquele quadro, horrorosamente pungente”. Segundo ele, nas proximidades das trincheiras tropeçavam em cadáveres inchados e disformes, no fosso, havia alguns em decomposição adiantada, cobertos por nuvens de moscas. Estavam diante daquele montão de carne putrefata, que ia, em poucas horas, adubar ainda mais aquela terra prodigiosamente fértil.<sup>728</sup>

Dentre as diversas descrições de batalhas ou eventos traumáticos da guerra, uma descrição de Dionísio nos chamou a atenção: a chamada **Linha Negra**. Local quase mítico, ainda não recebeu pesquisa específica. Durante o levantamento de dados, somente foi encontrado um livro paradidático, obra de ficção vencedora do Prêmio Jabuti do ano de 2015, como melhor livro juvenil, do escritor Mario Teixeira. O livro narra as aventuras de Casimiro, enviado em 1865 para a guerra, onde se apaixona por Francisca, a favorita de Solano López; após esse episódio, é enviado à linha negra onde começa a narrar os perigos da guerra.<sup>729</sup> Nas

<sup>726</sup> Dionísio Cerqueira. *Reminiscências*, p. 167.

<sup>727</sup> *Diário do Rio de Janeiro*. 16 de novembro de 1866. Biblioteca Nacional

<sup>728</sup> Dionísio Cerqueira. *Reminiscências*, p. 205.

<sup>729</sup> A linha negra foi citada em uma novela de ficção exibida pela Rede Globo chamada “O tempo não para”, onde os protagonistas permaneceram congelados por cerca de 120 anos, sendo descobertos e descongelados em 2019. O protagonista e chefe da Família, Dom Sabino (protagonizado por Edson Celulari), lutou na guerra e em tempos atuais, estava sendo chantageado por um pretendente de sua filha, devido a sua atuação na “Linha negra”. Em um trecho, Dom Sabino afirma: “- Acusações forjadas! Maldito Emílio! Eu nunca escondi que estive na Linha Negra. A trincheira mais sangrenta da campanha paraguaia. Dei baixa como Coronel de Infantaria.



diversas memórias publicadas pelos veteranos no pós- guerra, a linha negra é mencionada como um “lugar de morte”, temida por todos que serviram na região. A linha negra era, na verdade, uma picada clara dentro da mata paraguaia, de cerca de oito metros de largura e não muito superior a seiscentos metros de extensão, aberta na mata de Porteiro Piri, de frente à trincheira paraguaia de Sauce. Chegava-se a ele por uma estrada aberta pelo batalhão do general Tibúrcio. A guarda era feita por brasileiros em grupos de três soldados, que se metiam em covas de meio metro de diâmetro, espreitando o inimigo, que, por sua vez, estava fortificado no meio da mata, com atiradores camuflados nos galhos de árvores. A proximidade era tamanha que os soldados brasileiros escutavam os paraguaios conversarem, ou um paraguaio poderia de noite, arrastar-se pelo solo e surpreender um soldado do brasileiro que estivesse em sentinela avançada, matando-o a golpe de espada ou baioneta.<sup>730</sup>

Voltando ao texto de Dionísio Cerqueira, ele descreve a linha negra com temor, tanto que existe um capítulo dedicado somente a ela. Ele afirmou que suas noites tinham claridades fatais, devido ao tiroteio. Sobre o nome, dado nos anos de 1866, ele acredita que representava a cor do luto, da morte, visto que a região não parava de ceifar vidas, sendo a mais mortal das posições avançadas de Tuiuti.<sup>731</sup> Descreve ainda outra cena macabra dessa guerra:

“de distância em distância apareciam montões de ossadas humanas meio carbonizadas, restos de paraguaios de 24 de maio (batalha do Tuiuti); tantos que, não podendo ser enterrados, foram amontoados em grandes pilhas e cremados. Aqui e ali, um cavalo ressequido, com os beíços repuxados, os dentes arreganhados, [...] e as ventas mal abertas, aspirando emanções hediondas das batalhas. Ao lado, uma caveira com barretina de sola [tipo de cobertura utilizada pelo exército], um farrapo de bichará [um tipo de poncho] envolvendo vértebras e tíbias, ou um bogó [vasilha de couro, com que se tira água dos poços] de couro cru, muito duro e encarquilhado, com a guasca [tira ou correia de couro cru] retorcida, apertando a omoplata. [...] Não havia um dia em que aquele solo trágico não fosse tinto pelo sangue de muitos brasileiros: oficiais e soldados pagavam à porfia, *o tributo da vida à pátria amada*. [...] A guerra vai perdendo o caráter cavalheiresco?”<sup>732</sup>

Nesse cenário não era possível qualquer movimento, pois denunciava a posição e iniciava o tiroteio. O pessimismo tomava conta, segundo Dionísio, de quem servia naquela região: “ninguém acariciava mais a dourada quimera de rever a terra abençoada da pátria. [...] Contávamos ficar ali dormindo para sempre naqueles esteiros e macegais desolados, com os

---

Combati na Batalha de Avaí, em Tuiuti e Itororó. Mas eu nunca feri nem autorizei que ferissem em meu nome nem um civil sequer. Muito menos mulheres e crianças indefesas”. Disponível em :

<https://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/novelas/noticia/2018/10/o-tempo-nao-para-dom-sabino-descobrir-verdade-por-tras-do-noivado-de-marocas.html>. Acesso em 17/08/2019.

<sup>730</sup> Francisco Doratioto. **Maldita Guerra**. P. 284.

<sup>731</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências**, p. 221.

<sup>732</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências**, p. 222, 223 e 224.. Grifo nosso.

amigos e camaradas, que víamos, a cada hora cair cumprindo seu dever”.<sup>733</sup> Este sentimento era provocado em parte pela demora na ação visto que a guerra estava estacionada, mas também pelo cólera que assolava o acampamento. O batalhão de engenheiros abriu espaldões (anteparo de uma trincheira ou fortificação, servindo para proteger a artilharia e a guarnição que lá se encontra)e trincheiras de sacos de areia nos locais mais perigosos. Dionísio relata ainda um episódio referente ao tenente coronel Antônio de Sena Madureira que subiu no parapeito da trincheira empunhando a corneta e provocando os paraguaios – antes de tocar uma bala passou pelo meio de sua testa, mas ele não morreu, pelo contrário, fora feito prisioneiro das tropas de López, mas sobreviveu ao fim da guerra.<sup>734</sup> Diversas outras mortes são relatadas na linha negra. Espaço profícuo de formação memorial, que, no entanto, ficou apenas nas lembranças de quem lá esteve não se materializando muito menos sendo alvo de pesquisas.

Voltando aos mortos, estes passariam discretos tanto nos discursos quanto nos jornais. Sempre que se noticiava a morte de alguém, e nisso os jornais ilustrados são fonte interessantíssima de pesquisa, pois “eternizava” a imagem do soldado, fazia-se questão de lançar mão de algum trecho, pequeno de fato, biográfico de outros soldados vivos, de preferência de destaque em batalhas, sempre com uma mensagem do tipo “A pátria agradecida”, ou versinho que exaltasse atos de heroísmo. Primeiramente evocavam-se os mortos e depois a própria guerra através do apelo à perda familiar e/ou à coragem dos soldados, de forma a criar um ambiente propício ao reavivar de uma profusão de sentimentos. A segunda parte, em tom de oratória, procura estabelecer a ligação entre o passado e o presente, numa tentativa de transformar a experiência de guerra passada forja do futuro da pátria. Para que o discurso seja aceito e integrado é necessário que o conteúdo seja consensualmente partilhado e familiar, ausente de qualquer possibilidade de conflito.<sup>735</sup> A maior parte dos destaques ilustrados ocorria logo após as “grandes batalhas” como Riachuelo

<sup>733</sup> Dionísio Cerqueira. **Reminiscências**, p. 224

<sup>734</sup> **Antônio de Sena Madureira** (Recife, 1841 — Rio de Janeiro, 1889) participou da Guerra do Paraguai, acabando como prisioneiro das tropas lopiztas. Escreveu ácida resposta ao célebre livro do coronel George Thompson, *Guerra do Paraguai*, com um esboço histórico do país e do povo paraguaio e notas sobre a engenharia militar durante a guerra. Em 1883 protestou publicamente contra o projeto do visconde de Paranaguá, que obrigava os militares a contribuir para o montepio. Sena Madureira foi punido sem maior repercussão. No ano seguinte, convidou o abolicionista cearense José Francisco do Nascimento, que se recusara a transportar escravos em sua jangada, para uma visita à Escola de Tiro do Rio de Janeiro, da qual era comandante. Como punição, foi transferido para a Escola Preparatória de Rio Pardo, na província do Rio Grande do Sul. A medida gerou polêmica e provocou a proibição aos militares, por parte do ministro da Guerra Alfredo Chaves, de discutir através da imprensa. Cf., Mário Maestri. **A guerra no papel: história e historiografia da Guerra no Paraguai. (1844-1870)**. Op. Cit, p. 231 et seq. [https://clubedeautores.com.br/book/144712--Guerra\\_no\\_Papel](https://clubedeautores.com.br/book/144712--Guerra_no_Papel) Acesso em 18/08/2019; CPDOC – Verbetes. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/QUEST%C3%83O%20MILITAR.pdf>. Acesso em 18/08/2019.

<sup>735</sup> Sílvia Correia. **Políticas da memória**. p. 266.

(esta campeã de publicações), Curupaiti, Tuiuti e Angostura. A morte dos grandes chefes militares como Andrade Neves ou Sampaio, sempre teria muito destaque, geralmente figurando como folha final inteira da *Semana Ilustrada*. Aos outros, cabia um pequeno espaço na folha interna dedicada à ilustração, entre as páginas 5 e 6 do total de 12 que compunha o jornal.

Podemos ter como exemplo as edições da *Semana Ilustrada* de agosto de 1866. Na folha central são destacados quatro soldados, sendo dois que morreram em ação. Na parte superior, aparece o nome do 1º tenente Álvaro Augusto de Carvalho, comandante do vapor Ypiranga, “morto na campanha do Sul”. Atuou na Batalha do Riachuelo, mas acabou morrendo de tifo no dia 5 de setembro de 1865 em Buenos Aires. Seguiu carreira militar devido a dificuldades financeiras, mas sua “vocação” era as letras, visto que j a possuía romances publicados como “Pedro Martelli”, de 1853, “Uma moça de juízo” e “Raimundo”, encenados após sua morte. No *Diário do Rio de Janeiro* de outubro de 1865, quando menciona sua morte, a atuação do tenente é destacada como um ato de pura valentia:

“No passadiço,   descoberta, comanda  lvvaro o seu navio durante toda a a o; as balas chovem-lhe ao redor. A palidez estampada no seu rosto, emoldurada por densa barba negra, foi substituída por viva colora o, iluminada pelo brilho do seu olhar, dando aos presentes a impressão de que ali se achava o rijo homem de todos os tempos. Puro engano: finalizado o combate, o intrépido comandante desfalece”.<sup>736</sup>

Considerado o primeiro dramaturgo de Santa Catarina,   patrono da cadeira número 1 da Academia Catarinense de Letras, além de ter sido homenageado em 1894 pelo estado, que deu seu nome ao então Teatro Santa Isabel, inaugurado em 1879 no centro de Florianópolis. Seus restos mortais nunca foram localizados em Buenos Aires.<sup>737</sup>

Outro que aparece na mesma página é o comandante do 11º batalhão de voluntários da pátria, Innoc ncio Cavalcanti de Albuquerque. Não há nada escrito sobre ele ou sobre sua atua o, ou ainda como morreu, somente “O valente comandante do 11º batalhão de voluntários, Innoc ncio José Cavalcanti de Albuquerque, morto na campanha do sul”<sup>738</sup>. Nas pesquisas nada foi encontrado sobre Innoc ncio, apenas, na biografia de seu filho, que a família passou por grandes dificuldades financeiras, e que o mesmo, no início da República, se tornou governador do Paraná.

<sup>736</sup>*Diário do Rio de Janeiro*, outubro de 1865. Biblioteca Nacional.

<sup>737</sup> Cf. <https://ndmais.com.br/noticias/ha-150-anos-em-buenos-aires-morria-alvaro-de-carvalho-o-primeiro-dramaturgo-catarinense/>. Acessado em 18/08/2019.

<sup>738</sup>*A Semana Ilustrada*, 19 de agosto de 1866. Biblioteca Nacional.

Depois de dois obituários, “o clima” no jornal deveria ficar um pouco mais “leve”. Na mesma página, entre as imagens dos dois mortos, figura “O bravo major Francisco Agnelo de Souza Valente. Comandante do 6º batalhão de voluntários da pátria”. Logo abaixo, ocupando meia página, esta a alegoria (chamarei assim, pois é uma representação do episódio) com o título *Episodios da guerra do sul* com a imagem do tenente-coronel Salustiano Jeronymo dos Reys, montando em seu cavalo, com espada levantada, tendo logo abaixo a imagem de um homem com vestes civis, caído ao chão com seu cavalo: era seu filho que morreu na batalha.<sup>739</sup> O jornal, tornando a cena o auge da abnegação e patriotismo, escreveu:

“O tenente-coronel Salustiano Jeronymo dos Reyes, comandante da 14ª brigada na batalha de Tuyuti, vê cair o filho, alferes Salustiano Jeronymo Fernandes Reyes, moço de 17 anos, ferido por um foguete a congrève. O pai recebe moralmente o golpe, mas o soldado sufocou o pai. O coronel dá ordens de avançar, e á frente dos seus bravos mostra quanto pode a consciência do dever”.<sup>740</sup>

Um detalhe: esse modelo de “alegoria” fora repetido muitas vezes no jornal. Parece que usaram a mesma estrutura para outros nomes, outras ações e outras batalhas. A base do desenho é muito parecida e até mesmo os rostos se confundem. Podemos traçar esse paralelo, por exemplo, com a imagem do tenente-coronel Salustiano, no episódio acima descrito, e a do Barão do Triunfo (que estampava uma página inteira) na batalha de 23 de setembro de 1868 na passagem do rio Surubi. A forma de representação com três soldados, dois mortos na ponta e um “herói vivo” no centro, e uma alegoria à batalha ou grande feito, ocupando meia página logo abaixo, se repetiu por diversas edições da *Semana*. Parecia ser um modelo de sucesso construído. Poucos mortos na guerra tiveram seus corpos sepultados ou “comemorados”. O chamado “culto cívico” dos mortos, até aqui não fazia muito sentido, somente após a primeira guerra mundial é que a percepção de construção de todo um ideário mitológico em torno do “soldado caído” e que se transforma quase em política de Estado. No caso do Brasil, esse culto só vai se configurar durante a “Era Vargas” com a proposta de um Estado reescrito, onde ressalta inclusive a própria guerra da Tríplice Aliança. Mas algumas iniciativas ocorreram até a década de 1930, sobre estas iremos nos debruçar melhor nas linhas que se seguem.

#### 4.2.2 - A morte monumental – os cemitérios, os túmulos e a guerra

<sup>739</sup> Salustiano, mais tarde, recebeu o título de Barão de Camaquã. Está sepultado no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, tendo falecido em 1893.

<sup>740</sup> **A Semana Ilustrada**, 19 de agosto de 1866. Biblioteca Nacional.

“Na guerra não se morre mas cai-se, a vida não se perde, mas doa-se, não se desaparece mas vive-se eternamente. Num acto de transfiguração da morte em heroísmo. A tradicional cruz dos cemitérios civis é substituída pela “Pedra da Lembrança”, talhada em forma de altar, o “Altar da Pátria”, para dar sentido a uma nova religião “laica”, a uma liturgia baseada na sacralização do eterno sacrifício colectivo em nome da nação”.<sup>741</sup>

O ato de enterrar os mortos pode ser considerado uma ação que acompanha o processo de evolução dos seres humanos que passaram a atribuir valor simbólico ao processo natural. Na antiguidade clássica, constatou-se que os primeiros cemitérios cristãos foram as catacumbas. Além delas existia também o sepultamento em terra, que neste momento adquiria importante significado, pois se relacionava com a perspectiva religiosa levava à preservação dos lugares considerados santos. Com o passar do tempo, em muitos desses locais, foram edificadas Basílicas, que além da sua função religiosa também serviam para alojar os mortos.

Na França, a nova postura diante da morte e dos mortos se delineou ao longo do século XVIII, no rastro do iluminismo e da secularização da vida cotidiana, criando-se uma atitude hostil à proximidade com pessoas moribundas e com os mortos. Além disso, os médicos também recomendavam que essa aproximação fosse evitada por motivo de saúde pública. Apesar da laicidade da Revolução Francesa, a celebração da morte foi colocada no centro das comemorações, (re)apropriando modelos da antiguidade e abrindo-se uma via à utilização pública de mitos e símbolos que davam à população uma ideia de “tradicional presença”.<sup>742</sup> O século XIX trouxe á baila o movimento geral de laicização dos cemitérios, e essa secularização sofreu igualmente as desigualdades sociais e conflitos ideológicos presentes na sociedade, não permitindo que a morte fosse um campo politicamente neutro. As primeiras tentativas de eliminação dos sepultamentos nas igrejas datam dos anos de 1830, a partir de uma batalha incessante de um grupo de médicos higienistas que buscavam extinguir as chamadas “emanações pútridas” das cidades, principalmente as mais populosas, pois acreditavam ser fonte de doenças.<sup>743</sup>

---

<sup>741</sup> G. Howart & O. Leaman “Verbete Memoriais de Guerra”. In: **Enciclopédia da morte e da Arte de Morrer**. Lisboa: Quimera Editores, 2001, p. 346-347.

<sup>742</sup> Silvia Correia. **As Políticas da Memória**. P. 303

<sup>743</sup> Para saber mais sobre a política dos enterros na cidade do Rio de Janeiro, sugiro a leitura do Dossiê da Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nº 8, ano 2014, que tem na sua segunda parte diversos artigos tendo como base a construção de cemitérios e as práticas de enterramento. Cabe ressaltar que não é motivo deste trabalho a temática da construção dos mesmos, e, por este motivo, não nos debruçaremos a fundo nas pesquisas. Outra leitura muito interessante é a obra de Claudia Rodrigues. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural: Divisão de Editoração, 1997.

No Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro até 1850 ainda era comum a prática de enterros dentro das igrejas, mas com a grande epidemia de febre amarela de fins de 1849 e início de 1850, foram criados os cemitérios públicos extramuros da cidade.<sup>744</sup> Foi então de uma portaria de 14 de fevereiro daquele ano proibiu efetivamente as encomendações de cadáveres e sepultamentos no interior das igrejas, além de outras disposições.<sup>745</sup> Foi assim que os primeiros corpos foram enterrados no Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, no Catumbi, que estava em construção desde 1849. Ainda sim, por alguma dificuldade, dias depois o visconde de Monte Alegre, ministro dos Negócios do Império, expediu ofício a todas as irmandades, ordens terceiras e conventos da cidade, mandando que, se não tivesse estabelecido seus cemitérios extramuros da cidade, que procedessem aos enterros dos fiéis ou no Campo Santo da Misericórdia (na região da ponta do Caju – atual cemitério do Caju) ou no do Catumbi, sob pena de punição aos que não cumprissem a ordem.<sup>746</sup> Por todo o Império, os cemitérios surgem mais ou menos nesse mesmo período. O cemitério do século XIX deve ser visto, segundo Catroga, como um lugar de excelência na reprodução simbólica do universo social.<sup>747</sup>

O culto aos mortos estabelece também os seus heróis individualizados, homens que se destacaram na guerra e que poderiam fazer parte de um novo panteão de heróis necessário para a “reconstrução” da memória no pós-guerra. Nesse sentido, ao olharmos para os cemitérios e as sepulturas relacionadas à guerra da Tríplice Aliança, a construção simbólica fica muito mais evidente. Segundo Catroga, “o cemitério, como lugar de memória, tem implícito um invisível fundo de amnésia. Em certo sentido, ele mostra (escondendo) algo que também se detecta no campo da consciência individual: a memória transporta no seu bojo o esquecimento, tal como a vida alimenta o morrer no seu próprio seio”.<sup>748</sup> Para Catroga o cemitério é um lugar de memória, por esse motivo, o exame dos cemitérios pode nos fornecer algumas pistas sobre a forma de construção da memória. Eles possuem função social, que é muito mais aparente nas homenagens aos chamados “grandes homens”, na monumentalização

---

<sup>744</sup> Segundo João José Reis, esse afastamento dos enterros do solo sagrado das igrejas gerou uma série de problemas e, como expoente disso, ocorreu na Bahia o episódio da *Cemiterada* (1836): uma revolta popular liderada por algumas irmandades religiosas católicas contra o recém-instalado cemitério do Campo Santo, em Salvador, culminando na sua destruição. Cf. João José Reis. **A morte é uma festa: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>745</sup> Cf. Claudia Rodrigues. “A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). In. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do rio de Janeiro, nº 8, ano 2014**. P. 264-265.

<sup>746</sup> Claudia Rodrigues. “A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). In. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do rio de Janeiro, nº 8, ano 2014**. P. 266.

<sup>747</sup> Catroga. “O culto dos mortos como uma poética da ausência”. **ArtCultura**. Uberlândia, v 12, nº 20, jan-jun 2010, p. 166.

<sup>748</sup> Catroga. **O Culto dos mortos**. P. 168

dos jazigos e nas ausências. Os cemitérios podem ser considerados uma espécie de reprodução simbólica da sociedade extramuros. O rito funerário, nesse sentido, também se torna importante, pois é partir dele que a recordação reconhecida como um ato de alteridade toma forma pública de produção narrativa, ou ainda de *representificação*, de algo que não existe mais. <sup>749</sup> Ainda segundo o autor, citando Paul Ricoeur, a sepultura é um interessante objeto de estudo pois ela passou de “sepultura-lugar” para a “sepultura-gesto”, que ao ser lida, torna-se “sepultura-ato”, proporcionando uma linguagem cemiterial a partir da “poética da ausência”. <sup>750</sup>

Os cemitérios são um importante domínio para observação e análise, a partir da cultura material e imaterial que apresenta, de fenômenos da dinâmica social. As sepulturas, e o aparato que as acompanha, constituem uma documentação impar para a investigação histórica. <sup>751</sup> Possuem fontes iconográficas e símbolos que podem nos fornecer informações sobre os atores, épocas e significados ali presentes, bem como dos imaginários coletivos. Ao mesmo tempo, os cemitérios podem ser lugares de memória ou de amnésia<sup>752</sup>: as sepulturas elaboradas de forma a recusar o esquecimento *post-mortem* e os cemitérios abandonados a fim de provocar o esquecimento daquela memória. Nas próximas linhas iremos nos dedicar ao exame dos cemitérios relacionados com a guerra, pensando no pressuposto do cemitério como espaço detentor da memória a partir do imagético, e para facilitar a análise, eles foram divididos em dois grupos: **cemitérios – receptores** (onde estão enterrados expoentes do conflito) e os **cemitérios – testemunho** (local onde ocorreu alguma batalha ou que fora inaugurado por causa dela).

### **Cemitérios – receptores**

“Os mortos param no cemitério, e lá vai ter a afeição dos vivos, com suas flores e recordações. [...] A questão é que virtualmente não se quebre este laço, e a lei da vida não destrua o que foi da vida e da morte.”<sup>753</sup>

Os antigos romanos sepultavam seus mortos de forma a identifica-los, seja por nome ou inscrição a fim de preservar sua identidade. A individualização das sepulturas caiu em desuso por volta do século V da Era cristã. Segundo José Carlos Rodrigues, “durante todo o

<sup>749</sup> Catroga, 2009., p. 13-14

<sup>750</sup> Catroga, 2009., p. 38-40.

<sup>751</sup> Jose Paulo Siefert Brahm; David Kiermes Tavares; Diego Lemos Ribeiro. “Um cemitério oitocentista: lugar de memória ou lugar de amnésia?” In. Amanda Basílio Santos, José Paulo Siefert Brahm. **Morte & simbolismo na cultura ocidental**. Pelotas: BasiBooks, 2019, p. 167.

<sup>752</sup> Os termos “lugar de memória” e “lugar de amnésia” foram utilizados por Joel Candau em seu livro “Memoire et identite”, que por sua vez tem sua origem na obra de Michèle Schlanger-Merowa. **Lieu de memoire, lieux de amnésie. Memoire de maitrise d’ethnologie**. Paris: Université de Nice, 1995.

<sup>753</sup> Machado de Assis. **Memorial de Aires**. 1959, v. 1, p. 1121

período medieval e início da modernidade, a valorização da individualidade cedeu lugar às sepulturas coletivas em lugar sagrado dentro ou nas proximidades das igrejas”.<sup>754</sup> Posteriormente, foi a burguesia que, ao adquirirem influência econômica, passou a utilizar o espaço cemiterial para afirmação social e política, associando a individualização das sepulturas com o progresso capitalista. Entre os séculos XV e XVII a família passou a apropriar-se do local de enterramento e a reunir os corpos dos parentes mortos em um só lugar. Nesse sentido, o anonimato foi substituído por inscrições sobre as lápides e imagens que pudessem retratar a figura do morto.<sup>755</sup> Michel Volvelle afirma que entre meados do século XIX e 1930 ocorreu a “idade de ouro” dos cemitérios, período da construção em larga escala dos jazigos perpétuos.<sup>756</sup> A individualidade das sepulturas no ocidente, de maneira geral, expressam um desejo de sobrevivência na memória coletiva. O acervo patrimonial de um cemitério deve ser visto como representações de memória, desta forma, ao olharmos para as sepulturas daqueles que fizeram a guerra, e pensarmos no túmulo como um *suporte de informação*, estamos diante da tentativa de perpetuação de uma memória individual que quer ser coletiva.

As representações tumulares podem nos dizer muito sobre a memória que se quis criar com relação ao morto. Cymbalista afirma que “cada túmulo assume características e identidade próprias – a mediação desejada e possível entre tantos elementos, entre os quais a riqueza disponível (ou a simulação dela), a importância afetiva ou social do morto”.<sup>757</sup> Para Motta, os cemitérios extramuros desempenham uma espécie de eficácia simbólica da conservação da memória ao materializar monumentos arquitetônicos de jazigos individualizados, em torno dos quais se desenvolvem práticas, cultos e produções de natureza simbólica diversa. Entre suas lápides e sepulturas, oferecem uma história a ser recontada.<sup>758</sup> Nesse sentido, analisar a forma de construção e os elementos presentes, bem como a localização deles, nos fornece elementos interessantes na busca sobre a construção da memória da Tríplice Aliança.

<sup>754</sup> José Carlos Rodrigues. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 120

<sup>755</sup> Jose Paulo Siefert Brahm; David Kiermes Tavares; Diego Lemos Ribeiro. “Um cemitério oitocentista: lugar de memória ou lugar de amnésia?” In. Amanda Basílio Santos, José Paulo Siefert Brahm. **Morte & simbolismo na cultura ocidental**. Pelotas: BasiBooks, 2019, p. 170-171.

<sup>756</sup> Michel Volvelle. **As imagens e o imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997, p.328

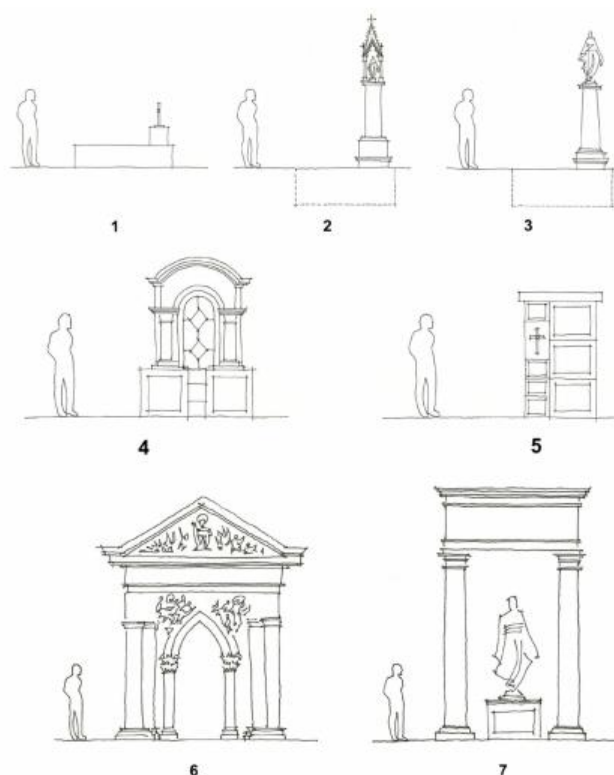
<sup>757</sup> Renato Cymbalista. **Cidade dos vivos – arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2002, p. 72.

<sup>758</sup> Antônio Motta. **À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2008.



Para entendermos a construção tumular, recorremos à tipologia criada por Clarissa Grassi ao estudar o cemitério São Francisco de Paula em Curitiba. A estrutura de construção de repete, o que nos favorece o entendimento da construção como forma estilística da época, bem como, a noção do que se queria perpetuar.

Figura 51 – Tipologia de classificação de túmulos segundo Grassi e Batista (2014)



1)sepultura; 2)  
estela; 4) jazigo  
verticalizado;  
6) mausoléu; 7)  
monumento.

oratório; 3)  
capela; 5) túmulo  
jazigo

Fonte: Grassi, 2014.<sup>759</sup>

Pela classificação elaborada por Grassi, a *sepultura* (1), seria composta por carneira (local onde é depositado o caixão) e cabeceira, sendo este o modelo mais antigo de modalidade de sepultamento; o *oratório* (2) tem como característica particular a presença de

<sup>759</sup> Clarissa Grassi. **Guia de visitação ao cemitério municipal de São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano**. Curitiba, 2014.

um oratório que adorna o elemento vertical (sua confecção geralmente é feita em mármore), seu traço marcante é a lembrança de um pequeno altar; a *estela* (3) possui a sua base em uma carneira composta de um elemento vertical, lembrando um monumento ou um marco, podendo inclusive possuir ou não imagem, mas também se pode se apresentar em volumetria única, parecendo um obelisco ou coluna; o *jazigo capela* (4) pode possuir uma ou mais carneiras que dão apoio a uma pequena capela, que é uma espécie de oratório, mas que não tem acesso para entrada e/ou oração; o *túmulo verticalizado* (5) é mais moderno não existindo exemplares para o período pesquisado, se trata das popularmente chamadas “gavetas”; o *mausoléu* (6) já é considerado mais complexo, sendo uma espécie de capela com elementos sacros, além de denotar notoriedade com o sobrenome (ou nome) na fachada, alguns mausoléus foram construídos fora do espaço cemiterial para exaltar os feitos de alguns personagens importante como veremos mais adiante; por fim, o *jazigo monumento* (7), que possui grandes proporções, e assim como o mausoléu, denota notoriedade de quem o ocupa, ficando em segundo plano, inclusive, os elementos sacros, com referências diversas em sua concepção, neste sentido, para o objeto da pesquisa, esses jazigos monumentos também saem do espaço cemiterial para as praças, a fim de construir uma memória que perpetua feitos e heróis.

Ainda segundo Grassi

sob a influência da religiosidade marcante no XIX, encontram-se as sepulturas, estelas e oratórios. A transição da secularização, com o advento da República, iniciou o século XX com a inserção de jazigos capela, mausoléus e jazigos monumento, em que monumentalidade reverbera a busca de distinção social e o desejo de eternização de linhagens.<sup>760</sup>

Analisando os cemitérios de São Francisco Xavier (ou do Caju) e da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula – popularmente conhecido como cemitério do Catumbi (Rio de Janeiro), Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre e Cemitério de Bagé (Rio Grande do Sul), percebemos a materialização dessas características. Não faremos uma análise de todo o espaço cemiterial, mas de alguns túmulos que julgamos simbólicos ao termo da pesquisa, pois, de alguma forma, nos contam a história do conflito, seja pela monumentalidade, seja por seu dono. A escolha por esses locais se deveu ao fato dos mesmos possuírem ou nomes de grande vulto para a memória da guerra, ou túmulos que possam a ela se remeter. O Cemitério de São João Batista (Botafogo – Rio de Janeiro), contém alguns personagens como o Marquês de Paraná e o presidente Floriano Peixoto, além de escritores

<sup>760</sup> Clarissa Grassi. “Ressignificando o espaço urbano: educação patrimonial no cemitério municipal de São Francisco de Paula”. In **Revista Paisagens Híbridas**. Rio de Janeiro: UFRJ, vol1, nº 1, 2018, p. 104.

como Álvares de Azevedo, ou o Marechal Carlos Machado Bittencourt<sup>761</sup>. Como o enfoque era olhar para as memórias constituídas pela guerra, nenhum dos túmulos faz referência a ela, como por exemplo, no caso do presidente Floriano Peixoto que, mesmo tendo integrado a força brasileira na Tríplice Aliança, seu túmulo faz referência à República.

#### Cemitério de São Francisco de Paula - Catumbi (Rio de Janeiro)

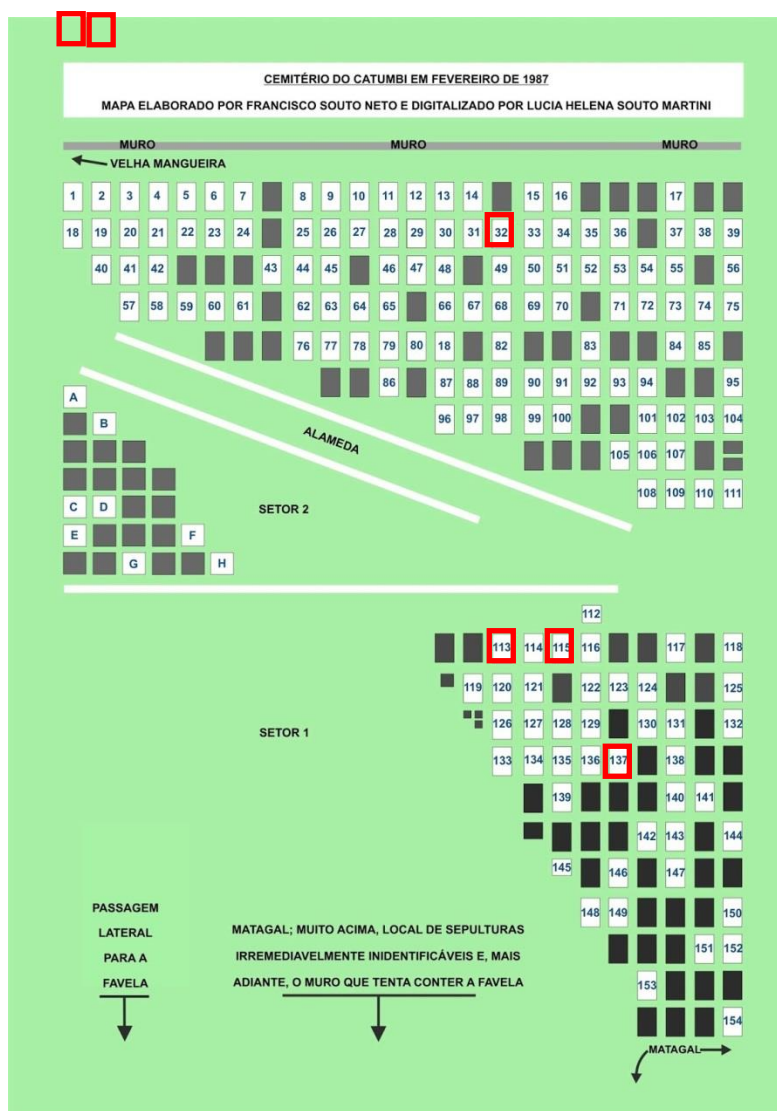
Localizado na Zona Central da cidade, era no século XIX o preferido da elite. Conhecido como o “cemitério da nobreza”, atualmente não possui esse “glamour” e a pesquisa sofreu alguns entraves devido a localização dos túmulos mais antigos, que se remetem à época estudada, se localizarem na parte mais alta do cemitério, atualmente ocupada pela Comunidade conhecida como “Morro da Mineira”. A visualização ocorre com a pesquisa em trabalhos antigos relacionados ao cemitério, além de documentação iconográfica. A maior parte da pesquisa relacionada ao Cemitério do Catumbi se deveu ao jornalista Francisco Souto Neto, trineto do Visconde e da Viscondessa do Souto, que em 1968 resolveu visitar o túmulo do parente nobre no cemitério e se deparou com a expansão da comunidade justamente sobre a área na qual estão sepultados os nobres do Império (setores 1 e 2). Em 1985 visitou novamente o local e constatou o grande abandono com o matagal encobrindo o que ainda restava das sepulturas e ossos espalhados pelo chão. Após denúncias e diversas publicações em jornais da época a respeito do caso, conseguiu uma breve limpeza no local, mas não adiantou muito: no ano seguinte o mato recobria novamente as sepulturas e a comunidade avançara ainda mais. No ano de 1987, o referido jornalista publica um livro sobre seu parente

---

<sup>761</sup> Carlos Machado Bittencourt participou praticamente de toda a guerra da Tríplice aliança, sob o comando de Osório e Andrade Neves. Destacou-se na Batalha de Tuiuti onde foi ferido. Ao final da guerra foi promovido ao posto de capitão por bravura, recebendo em 1873 a medalha geral do mérito militar, em 1874 o hábito de São Bento e em 1875 o grau de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. O general Bittencourt, entretanto, é mais conhecido pelos seus feitos durante a República, principalmente durante sua gestão como ministro da guerra do governo Prudente de Moraes. Durante sua gestão ocorreu a guerra de Canudos e, percebendo a dificuldade, viajou para a Bahia em agosto de 1897 a fim de acompanhar e organizar melhor o ataque ao Arraial. Foi criticado pela sua atuação com relação aos prisioneiros de guerra, tendo os estudantes da Faculdade de Direito da Bahia publicado um manifesto denunciando o que eles consideravam um cruel massacre, além do próprio Euclides da Cunha na obra “Os sertões” que em uma nota preliminar afirma: “A campanha de Canudos lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo”. Bittencourt morreu logo após seu retorno em 5 de novembro de 1897 quando participava de uma cerimônia de recepção aos veteranos de Canudos no atual Museu Histórico Nacional com o presidente Prudente de Moraes e um anspeçada tenta contra a vida de Prudente; Bittencourt interveio contra o anspeçada que reagiu com um punhal ferindo-o diversas vezes. Gravemente ferido, morreu pouco tempo depois. Em 5 de abril de 1940, por decreto foi considerado “herói de guerra e mártir do dever, que sublimou as Virtudes Militares de Bravura e Coragem”, sendo consagrado posteriormente Patrono do serviço de Intendência do Exército. Cf. Euclides da Cunha. **Os sertões**. Disponível em <http://cce.ufsc.br/nupill/literatura/sertoes.html#nota>. Acessado em 28/08/2019; Sobre o texto do decreto de bravura, cf. <http://www.resenet.com.br/ahimtb/pateb.htm#intend>. Acessado em 28/08/2019.

com um detalhe que nos chamou a atenção: um mapa elaborado por ele e uma equipe onde constava todos os sepultados dos setores 1 e 2, a chamada área histórica do cemitério.<sup>762</sup>

Figura 52 – Mapeamento dos setores históricos do cemitério do Catumbi



Fonte: [Histórias bonitas e feias do cemitério do Catumbi por Francisco Souto Neto para o Portal Iza Zilli](#). Disponível em: <http://fsoutone.blogspot.com/2018/01/>. Acessado em 24/08/2019.

<sup>762</sup> Para saber mais sobre a história do jornalista Francisco Souto Neto e sua relação com o cemitério do Catumbi, cf. <http://fsoutone.blogspot.com/2018/01/>. Acessado em 24/08/2019.

Alguns túmulos nos chamam a atenção e foram destacados em vermelho no mapa, sabemos de sua existência devido à listagem acima mencionada, visto que a documentação do cemitério fora transferida para o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e não foi possível efetuar a pesquisa.

- **Túmulo 01- Major José Domingues de Oliveira Maia:** não foi encontrada biografia do referido major, mas em jornais, seu nome aparece no ano de 1875 relacionado à legações comerciais;

- **Túmulo 19 - Major Alexandre da Silveira Vargas:** não foi encontrada biografia do referido major, mas em jornais, seu nome aparece no ano de 1875 relacionado à criação da *União Agrícola* juntamente com o Barão de Benevente e o Visconde de Lages;

- **Túmulo 32 – Duque de Caxias:** seu corpo e de sua esposa foram sepultados no Catumbi e posteriormente trasladados para o panteão em sua homenagem na Av Presidente Vargas, área central da cidade do Rio de Janeiro. Existem fotos do túmulo de Caxias, à época do traslado, o que nos permite classifica-lo de acordo com a tipologia de Grassi como uma sepultura. Na lápide podia ser lido os seguintes dizeres: *"Marechal do Exército Luiz Alves de Lima. Duque de Caxias. Nasceu em 25 de agosto 1803. Faleceu em 7 de maio 1880. Tributo de amor e de saudade de suas filhas e genros. Jazigo Perpétuo."* Decorado com canhões, lanças, fuzis, projetis de canhões e coroas de louros e encimado por sua coroa ducal (Imagem 53). Atualmente a placa se encontra em profundo estado de deteriorização.

Figura 53 – Túmulo do Duque de Caxias no Cemitério do Catumbi



Fonte: Revista Militar Brasileira. 1949 - Especial de sua exumação e traslado.

- **Túmulo 113 – Tenente-Coronel Jacintho Vieira do Couto Soares:** sobre sua biografia só foi encontrado que era professor da Escola Militar da Praia Vermelha antes do início da guerra, juntamente com Villagran Cabrita.

- **Túmulo 115 – Tenente da Brigada Imperial João Baptista de Oliveira Montauray:** sua biografia também não foi encontrada, mas cabe ressaltar que um decreto de concessão de pensão à sua esposa, informava que o mesmo morreu devido a moléstias contraídas quando em campanha no Paraguai.

- **Túmulo 137 – Coronel José do Amaral:** também não fora encontrada biografia, mas menção ao seu nome nas ordens do dia do Conde d'Eu em Luque (Paraguai), que fora ferido em combate no ano de 1869.

Cemitério de São Francisco Xavier - Caju (Rio de Janeiro)

Localizado originalmente fronteiro à praia de São Cristóvão, desaparecida em razão de aterros diversos. Era o antigo *Campo da Misericórdia*, usado desde 1839 e sendo usado para sepultamentos de escravos até 1851, quando, pelo decreto nº 842, de 16 de outubro do mesmo ano, foram fundados os cemitérios públicos de São Francisco Xavier e o Cemitério de São João Batista. Para a transformação em cemitério público, foram adquiridos diversos imóveis vizinhos e, desta forma, muito aumentada a superfície. Em 8 de novembro de 1851, informava o provedor da Santa Casa José Clemente Pereira, o Cemitério São Francisco Xavier se achava em estado para poder prestar serviços dentro dos 15 dias do regulamento nº 796. Foram necessários diversos aterros e aplanamento do terreno ao longo dos anos para tornar a área toda plana e seca, visto ela ser pantanosa em razão da proximidade da Baía da Guanabara. Para os aterros, foi desbastado um morro que existia na parte norte da necrópole.

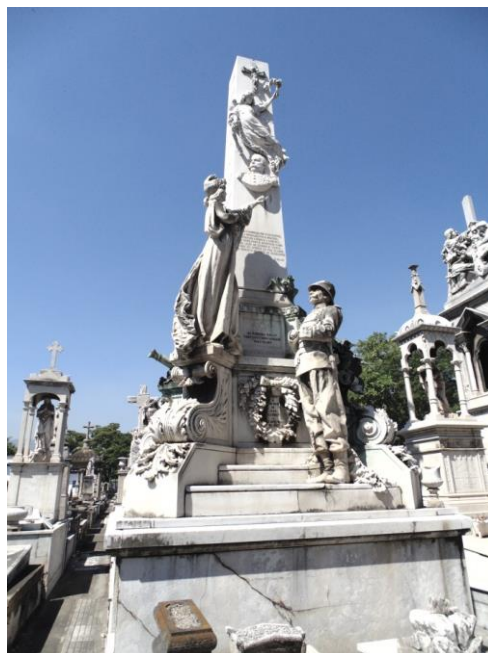
Nele estão enterradas diversas figuras de importância política do Império e início da República como o Barão do Rio Branco. Neste cemitério poderemos encontrar exemplares bem interessantes representações relativas à memória da guerra. Esse patrimônio cimiterial surge como representação da memória a que se quer guardar, evocando principalmente atos de heroísmo. Infelizmente para o Caju não temos um mapa, mesmo assim vale a pena ressaltar alguns dos sepultados.

- **Marechal Mallet:** muito antes de pensar em pesquisar a memória referente à guerra, ou até mesmo cursar uma faculdade de história, uma ida ao cemitério do Caju me deixou

extremamente curiosa sobre um túmulo ricamente decorado que ali se encontrava: era o túmulo do Marechal Mallet. João Nepomuceno de Medeiros Mallet, nascido Bagé no ano de 1840, falecendo no Rio de Janeiro no ano de 1907, era filho do general Êmilio Mallet, Patrono da artilharia do Exército devido aos feitos durante a guerra, e pai do jornalista e romancista Pardal Mallet. Seu túmulo no cemitério do Caju possui umas das mais significativas obras para pensarmos a construção da memória individual sobre o conflito. O jazigo pertence à família e nele está enterrado também um genro do marechal Mallet, Marechal Antônio de Souza Aguiar, que também lutou na guerra, mas sua referência está somente colocada em uma placa na lateral do túmulo. Mesmo sendo ativo durante a República, toda referência ali encontrada está relacionada com sua atuação no conflito, o que nos causou grande surpresa, visto que outros túmulos de militares que foram à guerra e permaneceram atuantes no período republicano, não oferecem nenhuma memória relativa à isso, pelo contrário, só expressam o gosto pela escultória em voga no momento da morte, bem como, a maioria deles está enterrada no cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo.

Segundo a classificação de Grassi já citada anteriormente, o túmulo do marechal Mallet se enquadraria na tipologia de *estela*, pois além do local específico onde se coloca o caixão, possui uma coluna com escultura que não se remete somente à religião. Com muitos detalhes e ornamentos, é uma bela obra de arte cemiterial a se admirar. À frente estão imagens de anjos, uma cruz católica, um epitáfio escrito por Olavo Bilac, e, logo abaixo da cruz, o busto do marechal, aspecto muito comum nesses túmulos do início do século XX, e que possivelmente pretende perpetuar na lembrança a imagem de quem o túmulo se refere (Imagens 54 e 55). Além disso, em todas as faces, estão inseridos os nomes das batalhas que participou na guerra da Tríplice Aliança (Imagem 56).

Figura 54 – Vista frontal da coluna do túmulo do Marechal Mallet



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

Figura 55 – Detalhes da coluna do túmulo do Marechal Mallet



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)



Figura 56 – Coluna memorial do túmulo do Marechal Mallet



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

Em outras partes do túmulo estão expostos os cargos que ocupou durante sua vida, bem como as patentes alcançadas, tudo referenciado com datas (Imagem 57). Outro detalhe que nos chamou muita atenção foi o destaque dado a algumas batalhas específicas, tendo à frente das mesmas a reprodução de um canhão, ambos em bronze (Imagem 58). Estão em destaque as batalhas de 12 de agosto de 1869 (Piribebuy) e outra pertencente à *dezembrada*, com inscrição ilegível, apagada pelo tempo.

Figura 57 – Patentes e Cargos do Marechal Mallet





Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

Figura 58 – Batalhas em destaque



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

Existem ainda outros detalhes que não podem passar despercebidos ao historiador quando observa a construção. A estátua do marechal à frente da coluna está reproduzida em tamanho natural, a ação do tempo fez com que as mãos se perdessem. Como únicas menções à República (ao contrário dos outros túmulos de seus contemporâneos) está o brasão, logo

acima da mensagem de suas filhas e a bandeira na parte traseira direita, onde ainda é possível ler a palavra “progresso” (Imagem 59).

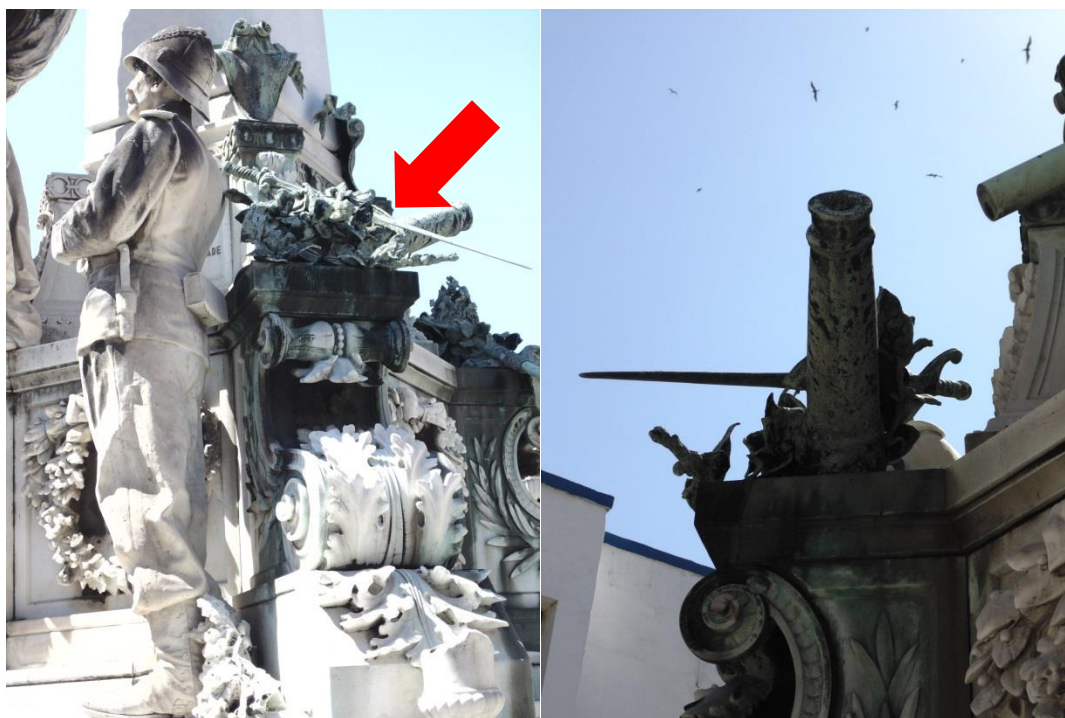
Figura 59 – Estátua do Marechal Mallet e referências à República



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

Por último, mas não menos importante e expressivo, sua espada está representada através de uma reprodução sobre outro canhão, igualmente em bronze (Imagem 60).

Figura 60 – Representação da espada do Marechal Mallet



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

- **Marechal Hermes Ernesto da Fonseca:** irmão e pai de dois presidentes da República (Deodoro da Fonseca e Hermes da Fonseca), e de outros nomes expoentes na política e militar brasileira (o general João Severiano da Fonseca, médico, considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército – apesar de ter alcançado distinção na carreira devido à atuação na guerra, seu túmulo não tem nenhuma referência a mesma; e Pedro Paulino da Fonseca reformou-se como tenente, mas recebeu a patente de coronel honorário e foi governador de Alagoas de 1889 a 1890 e senador de 1891 a 1893). Mais velho da mítica família de dona Rosa da Fonseca (que vamos ver mais à frente), nasceu em Alagoas no ano de 1824, morrendo no Rio de Janeiro em 1891. Seu túmulo pode ser classificado do tipo *oratório* devido a presença de uma coluna, encimada por um anjo, com referência católica (Imagem 61). Em comparação com o túmulo do marechal Mallet, sua construção é bem simples. Não existem referências explícitas à guerra, apenas à sua posição de militar com dois canhões cruzados e balas sobre seu nome, mas também não se remete à República. O principal detalhe é a inscrição em latim *omnia pro patria feci*, que traduzido seria ‘fiz tudo pela minha pátria’ (Imagem 62).

Figura 61 – Túmulo do Marechal Hermes Ernesto da Fonseca



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

Figura 62 – Detalhe da inscrição do túmulo do Marechal Hermes Ernesto da Fonseca



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

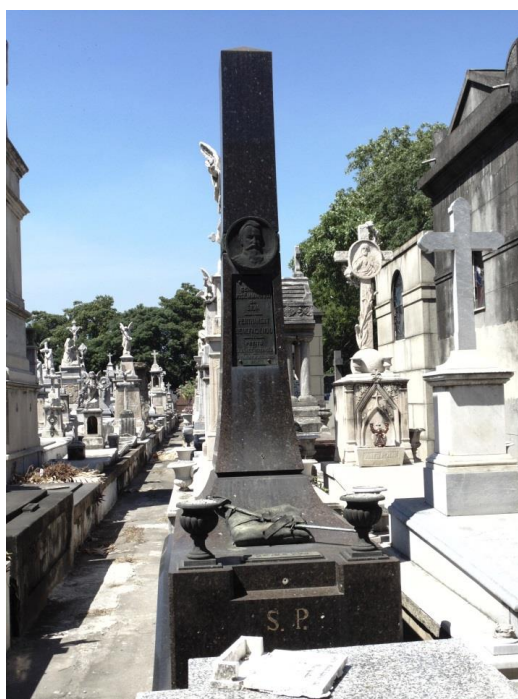
- **General José Maria Marinho da Silva:** mais conhecido pela sua atuação como comandante de forças na região sul, atuando principalmente contra a Revolução Federalista e mais tarde a Rebelião do Contestado. Lutou na guerra tendo destaque nas batalhas do Avaí, Lomas Valentinas e Angostura, recebendo elogios tanto do então Marquês de Caxias, quanto do Conde d'Eu. Analisando o túmulo, do tipo "estela", faltam algumas peças, incluindo as datas de nascimento e morte. Diferentemente dos outros túmulos, ele foi feito em granito preto e contém somente o alto-relevo do busto do general (Imagem 63). O detalhe que nos chama a atenção e a presença de uma espada e de um fardamento dobrado, ambos em bronze, no sentido de perpetuar a memória de militar para quem o observa (Imagem 64).

Figura 63 – Túmulo do General José Maria Marinho



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

Figura 64 – Detalhe do túmulo do General José Maria Marinho



Fonte: Acervo pessoal – Cemitério do Caju (maio 2019)

Outros túmulos foram encontrados de militares que estiveram na campanha, tais como: Vice-Almirante Mizael Francisco Bandeira de Mello; Marechal Vasques (Bernardo Vasques) e o Coronel Eduardo Roberto de Bruce; como nenhum deles possui elementos que

referenciem a memória do conflito, não serão analisados, pois não constituem matéria estudada nesta pesquisa.

#### 4.2.3 - Da memória que não se quer lembrar – os túmulos do General Netto e de Chico Diabo

- Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé

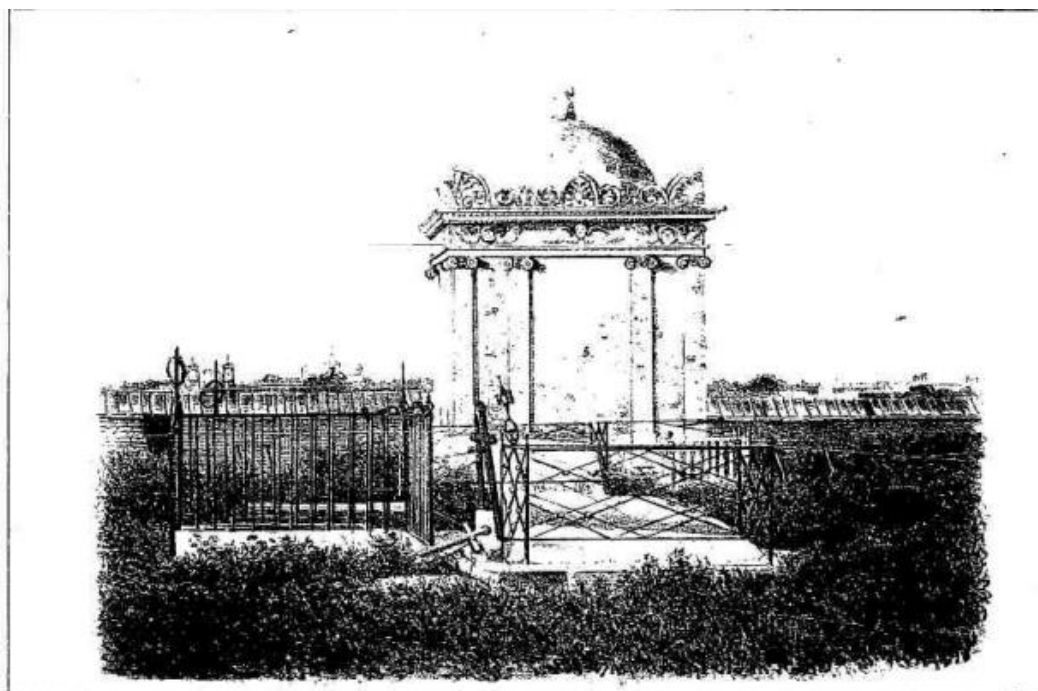
“Volta-se para o general brasileiro [...] coloca o espelho sob suas narinas. O General Netto também não respira mais.”<sup>763</sup> No romance *Netto perde sua alma*, Tabajara Ruas percorre os últimos momentos da vida do general Antônio de Souza Netto, fazendo uma verdadeira retrospectiva de sua vida, enfatizando os acontecimentos referentes a sua atuação no exército farroupilha, durante a Revolução de mesmo nome, ocorrida entre 1835 e 1845, onde Netto proclama a “República Riograndense”. Mas por que motivo essa obra chama a atenção? Não são encontradas pesquisas sobre a atuação do general durante a guerra da Tríplice aliança, muito menos matérias de jornal anunciando sua morte. O pouco encontrado são notas de uma linha no máximo geralmente dentro da grande notícia daquele momento que foi a morte do general Sampaio. Ambos faleceram em decorrência de ferimentos após a batalha de Tuiuti (com relação à Netto, os registros informam que morreu em decorrência de febre, mas não especificam o motivo). Contava 63 anos de idade e comandava uma tropa ligeira de voluntários que davam respaldo ao comando do general Osório de Uruguaiana até Tuiuti, sendo ferido nesta última e levado ao Hospital Militar de Corrientes onde faleceu cerca de quarenta dias depois, sendo sepultado no cemitério de Corrientes (ferido na mesma batalha, o general Sampaio fora levado para Buenos Aires e sepultado por lá quando de sua morte). Pelas notícias nos jornais da Corte, o *Cemitério de Corrientes*, recebeu vários homens mortos em decorrência da Tríplice Aliança (Imagem 65), mas é interessante perceber que o jornal não faz referência ao general Netto, mesmo sendo o desenho posterior a sua morte e enterro no cemitério. Foi realizada pesquisa na intenção de descobrir outros possíveis locais de enterramentos em Corrientes e o único encontrado é o *Cementerio Historico de San Cosme* (Imagem 66) que se encontra atualmente em fase de reestruturação para se tornar atrativo turístico (sendo um dos chamarizes para tal fato a notícia de que o cemitério recebeu mortos na batalha de Tuiuti). Também não fora encontrada menção ao túmulo do general Netto neste cemitério.

---

<sup>763</sup> Tabajara Ruas. **Netto perde sua alma**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 10.



Figura 65 – Cemitério de Corrientes em 1867



**O cemitério de Corrientes.**

1 sepultura do guarda-marinha João Maria da Silva Coutinho. 2 sepultura do 1º tenente A. C. Mariz e Barros. 3 sepultura do brigadeiro Mello. 4 sepultura do capitão Remigio de Sena Pereira. 5 mausoléu de um argentino. 6 sepultura de um outro argentino. 7 cabildo da C. de Corrientes, na praça 25 de Maio. 8 convento dos carmelitas, na mesma praça.

Fonte: Semana Ilustrada (24/02/1867) – Biblioteca Nacional

Figura 66– Cemitério de Corrientes (San Cosme) em 2019



Fonte: <http://solocorrientes.blogspot.com/2010/09/san-cosme-fotos.html>. Acessado em 02/09/2019

Atualmente o túmulo do general Netto é um dos mais procurados para visitação do cemitério. Sua família foi uma das primeiras a possuir um jazigo no local (seus pais se encontram enterrados nele) e o próprio general mandou encomendar seu túmulo a ser colocado naquele local. Mas, segundo a bibliografia existente, a disputa pela sua memória – e seus restos mortais – duraria um século. Após seu falecimento, seus restos mortais foram deslocados por três vezes. Trazido de Corrientes para Bagé, foi inumado no jazigo-capela de sua família no Cemitério da Santa Casa de Caridade, construído poucos anos antes, por suas irmãs, Floriania Marques Netto e Bernardina de Mattos Netto, para ser o jazigo da família. Mais tarde, suas filhas, Teotonia Netto e Maria Antonia Netto Mendilaharsu, residentes no Uruguai, transferiram seus restos mortais para Montevidéu, onde permaneceram até o centenário de sua morte. No ano de 1936, no espírito das comemorações do centenário farroupilha, iniciou o movimento de repatriação de seus despojos mortais.<sup>764</sup> Mesmo autorizado por sua filha, o traslado só ocorreu em 1966, e, desta vez, a fim de relembrar o centenário de sua morte ocorrido na guerra da Tríplice Aliança. Interessante pensar os motivos dessa mudança, não comemorando a questão da memória farroupilha, mas sim com rela o   guerra. Acredito que o contexto de época, em plena ditadura militar, tenha contribuído para a reelabora o da ideia com nova memória a ser celebrada.

Seu túmulo no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé em nada lembra o herói que se pretendeu criar na história sulriograndense. Seu epitáfio está escrito simplesmente “*Aqui descansam os restos mortais do brigadeiro Antônio de Souza Netto, falecido na cidade de Corrientes, em 1  de julho de 1866*”. Netto é representado em trajes civis e seu túmulo, em formato de estela, encimado por um anjo, está adornado com duas estátuas que, na opinião de Silva

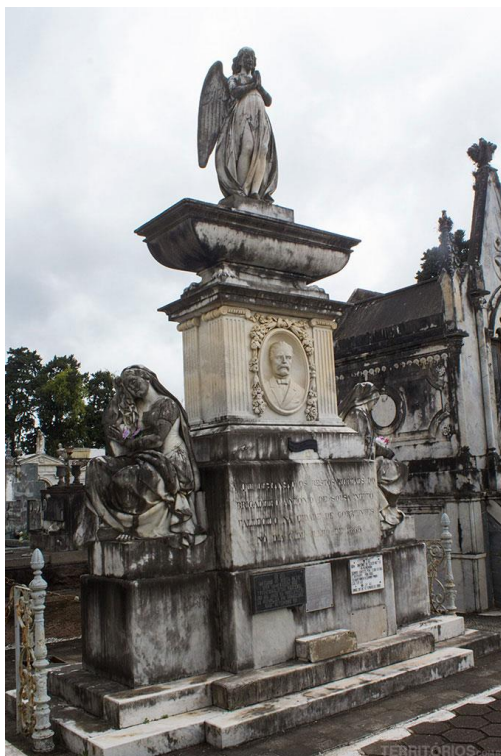
trazem uma dupla mensagem. Ao lado esquerdo do mausoléu aparece a alegoria portadora de livros e da saudade. Simbolicamente isto significa que a figura feminina está trazendo uma mensagem de que o falecido era reconhecido por sua sabedoria e inteligência (Herói Letrado). No lado direito do mausoléu a figura feminina traz consigo uma coroa de louros que representa o herói de guerra. O conjunto de alegorias nos remete a interpreta o de que o artista pretendeu representar na arte os dois grandes destaques da vida do homenageado, um seria a sabedoria tão presente nas decisões políticas e o outro a bravura dos campos de batalhas.<sup>765</sup>

<sup>764</sup> SALIS, E J. **História de Bagé**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1955.

<sup>765</sup> SILVA, S. R. R. A. **Representa o do Herói na Arte Funerária do Rio Grande do Sul (1900 a 1950)**.

Disserta o (Mestrado em História) Programa de Pós-Gradua o em História. Instituto de Filosofia, Ciências e Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001, p. 23.

Figura 67 – Túmulo do general Netto



Fonte: <https://www.territorios.com.br/bage-um-olhar-turistico/>. Acessado em 02/09/2019.

Podemos então entender que o túmulo do general Netto, nos fornece uma mensagem vinculada à memória a partir da figura do herói, e nisso as musas colabora: uma delas com a ideia de homem público, sempre presente nos campos de batalha; a outra, à sua inteligência e sabedoria. Mas em nenhum ponto a Tríplice Aliança está presente.

- Cemitério de guarda (Bagé): "O Cabo Chico Diabo, do diabo Chico deu cabo".

Quartel-General de Assunção, 30 de abril de 1870.

Foi então que lhe mandei tomar-lhe a espada, e na resistência que opôs caiu ele sobre o arroio e mergulhou a cabeça. Este incidente o fez abandonar a sua arma, quando debatia-se para escapar à imersão. Era tal, porém, o seu estado, que apenas pode erguer a cabeça e logo depois exalou seu último alento. [...] As diferentes versões que correm não admiram, porque os últimos momentos do ex-ditador foram presenciados por poucos e há muita gente que, por hábito ou leviandade, não apura a verdade em tais casos, ou empresta cores de sua imaginação aos sucessos que despertam curiosidade pública. Eu mesmo acreditei a princípio que López recebera um golpe mortal de lança durante a perseguição, e hoje estou convencido de que não

houve tal ocorrência e que ele sucumbiu aos ferimentos de arma de tiro.<sup>766</sup>

O episódio acima narrado consta de um documento enviado pelo general Câmara ao Ministro da Guerra, o Barão de Muritiba, contando como foi de fato o evento em 1º de março de 1870 que levou à morte de Solano López e pôs fim à guerra depois de longos 6 anos. O detalhe interessante é que essa versão não foi a primeira versão divulgada e muito menos foi a versão que passou para a história. Segundo Doratioto, Câmara se viu obrigado a “sacrificar” a verdade à razão do Estado, visto que, o imperador se preocupava que a versão da morte de Solano López, quando poderia ter sido feito prisioneiro, chegasse ao estrangeiro e dificultasse as relações do Brasil com os Estados Unidos e a Europa. Então a versão acima citada, passou a valer como a oficial, considerando que Solano López não quis se render e anda respondeu “com voz clara e em tom arrogante”.<sup>767</sup> Contava-se que em 1º de março de 1870 a cavalaria e a infantaria brasileiras entraram em Cerro Corá e houve feroz luta; Solano López tentou fugir à galope mas foi alcançado e ferido mortalmente por um golpe de lança dado pelo cabo Francisco Lacerda, o *Chico Diabo*. O imperador não gostou e, além de mandar que se fizesse um novo laudo médico que especificasse claramente as condições da morte de López, tomou uma decisão que transformaria o então herói Chico Diabo, em quase vilão da história: evitou que dessem a ele qualquer honra militar.<sup>768</sup>

José Francisco Lacerda nasceu em Camaquã em 1848 e recebeu na adolescência o apelido de “diabinho” pela sua mãe. Aos 15 anos se mudou para Bagé, sendo dois anos depois “convidado” pelo coronel João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, para integrar o batalhão de voluntários da pátria (Imagem 68, em azul Chico Diabo; em vermelho coronel Joca Tavares). Lutou toda a campanha sendo promovido a cabo até o evento de 1º de março. No entanto, Chico recebeu como recompensa cem vaquilhonas (vacas que ainda não deram cria) e ainda para si a faca de prata e ouro que López levava quando foi morto e na qual constavam gravadas em ouro, as iniciais *FL*, coincidentemente as mesmas do nome de Chico. A lança usada no episódio encontra-se no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Francisco retorna do Paraguai e se casa com uma prima em 1871, indo viver no Uruguai, trabalhando como capataz em várias instâncias, falecendo em 1893, quando estava a serviço do coronel João Nunes da Silva Tavares. Reza a lenda que a viúva de Francisco teve que

<sup>766</sup> Ofício do general Câmara para o barão de Muritiba, ministro da guerra. Quartel-General de Assunção, 30 de abril de 1870. In Augusto Tasso Fragoso, volume V, p. 180-182.

<sup>767</sup> Francisco Doratioto. **Maldita Guerra**. P. 451-452

<sup>768</sup> Cf. Pedro Calmon, **A vida de D. Pedro II: o rei filósofo**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975, p.173

contratar um uruguaio para roubar seus restos mortais e assim poder sepultá-los no Brasil. *Chico Diabo*, está sepultado no Cemitério de Guarda, em Bagé.

Figura 68- Parte do Batalhão do coronel Joca Tavares



Fonte: <http://nphcandiota.blogspot.com/2011/11/historia-do-cemiterio-da-guarda.html>. Acessado em 02/09/2019.

Esquecido pelo Império, quase esquecido pela história, Francisco Lacerda recebeu um túmulo do estilo jazigo capela, mas, por falta de conservação e ausência de estímulo público, estava em péssimo estado de conservação. Somente em 2002 o Instituto do Patrimônio Histórico de Bagé resolveu reformá-lo, colocando uma nova lápide e uma placa informando quem está ali sepultado (imagens 69 e 70). A lápide, colocada logo acima da porta, tem os seguintes dizeres: “*Sob o piso desta capela repousam os restos mortais do bravo cabo Francisco Lacerda – Chico Diabo – que se imortalizou na Guerra do Paraguai por haver ferido mortalmente Francisco Solano com uma lança em Cero Corá, no dia 1 -03-1870. Na presença de sua neta Josefa Lacerda o Núcleo de Pesquisas Históricas Tarcísio Teixeira de Bagé colocou esta lápide em homenagem a este fantástico personagem da história brasileira. Outubro de 2002.*”

Figura 69- Túmulo de Francisco Lacerda – Chico Diabo – antes da reforma



Fonte: <http://cidadebage.blogspot.com/2011/07/tumulos-dos-esquecidos.html>. Acessado em 02/09/2019

Figura 70- Túmulo de Francisco Lacerda – Chico Diabo – após a reforma



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico\\_Diabo#/media/Ficheiro:T%C3%BAmulo\\_de\\_Chico\\_Diabo.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Diabo#/media/Ficheiro:T%C3%BAmulo_de_Chico_Diabo.jpg).  
Acessado em 02/09/2019.

#### 4.2.4 - Cemitérios – monumentos

Os cemitérios contam uma história coletiva, reforçando a memória do evento que não necessariamente queria ser dita. Ao presenciarmos túmulos, sabemos que foi uma morte individual e não necessariamente em decorrência da guerra, mas ao olharmos para um cemitério inteiro, podemos ter um sentimento de quão grande fora a mortandade, o que, talvez não seja uma propaganda interessante. Se pensarmos em um cemitério para aqueles que faleceram em decorrência de doenças, como uma consequência direta do conflito, as coisas pioram, pois talvez fosse algo “vergonhoso” morrer sem combater, sem se tornar um herói. Nesse sentido, examinar os cemitérios que foram criados especificamente para os mortos na guerra, nos faz pensar no espaço como forma de perpetuação de uma memória. Denominamos de *cemitérios – monumentos* pelo seu caráter de fonte histórica a partir da premissa do espaço que poderia ter sido mantido a fim de contar uma história. Alguns desses cemitérios foram literalmente soterrados pelo progresso, não existindo absolutamente nada que possa referenciar o episódio. Possivelmente, outros devem existir, mas como forma de exemplificação e entendimento da questão, vamos analisar *cemitérios – monumento* que estão relacionados com dois eventos importantes da guerra que ocorreram em território nacional: a invasão e retomada de Uruguaiana e a Retirada da Laguna.

A invasão e retomada de Uruguaiana

##### - O cemitério de Senhora de Sant’ana

Os paraguaios entraram no Rio Grande do Sul através de São Borja, no dia 12 de junho saqueando a cidade, arrombando a Igreja matriz da cidade e promovendo atos de violência contra a população civil. Seguiram para Itaqui, chegando a Uruguaiana em 5 de agosto, encontrando pequena resistência dos soldados do Tenente-Coronel Bento Martins, que lutaram e muitos morreram junto ao muro da cidade.<sup>769</sup> A cidade fora retomada em 23 de setembro com a presença do imperador D. Pedro II.<sup>770</sup> Toda essa campanha deixou seus rastros: além das mortes no conflito em si, as doenças e a miséria em que se encontrava o

---

<sup>769</sup> Sobre toda ação do exército paraguaio no Rio Grande do Sul e a retomada cf. Francisco Doratioto. **Maldita Guerra**, principalmente as p. 172-185.

<sup>770</sup> Nesse mesmo dia o imperador recebeu o ministro inglês Thornton, que apresentou credenciais e proferiu discurso exaltando-o, resolvendo de uma vez o rompimento das relações com a Inglaterra na chamada “Questão Christie”.

exército paraguaio, após o rompimento da linha de suprimentos, provocou a morte de milhares de pessoas. Os soldados, feridos e os doentes infectados pela epidemia da varíola, caracterizaram os personagens que habitavam Uruguaiana. O cemitério da cidade não tinha capacidade de atender a demanda.

O cemitério Senhora de Sant'ana tem seu histórico nos primórdios da fundação oficial de Uruguaiana por volta de 1843, quando da sua transferência do Passo de Santana Velha para sua atual localização, ficando demarcada uma área para a construção do cemitério da vila, mas a partir de 1865 com a invasão a necessidade fez alterar o modelo até então. Um trecho da pesquisa de Urbano Lago Villela,<sup>771</sup> comenta que em sessão realizada pela Câmara Municipal, em 28 de outubro de 1865, foi determinada a procura de um local para transferir o cemitério, por não mais atender as necessidades do momento, tendo em vista o grande número de mortos na vila. Para tanto, em data de 20 de novembro daquele ano, a Câmara oficiou ao Major encarregado dos hospitais militares o seguinte:

“Ilmo Sr. – A Câmara Municipal desta Vila de Uruguaiana, comunica a V.S<sup>a</sup> que ontem concluiu-se o novo cemitério que foi construído por deliberação da mesma; já está dentro da forma Ritual Romano; portanto em estado de poder dar sepultura aos mortos; a fim de que V.S<sup>a</sup> de ora em diante, quando por infelicidade faleça algum dos enfermos dos hospitais ao digno cargo de VS<sup>a</sup> faça com que sigam os cadáveres para o referido cemitério. Deus guarde a VS<sup>a</sup>. Uruguaiana, 20 de novembro de 1865. Ilmo Major encarregado dos Hospitais Militares desta Vila. O Vereador Presidente – Luiz Manuel de Souza”.

O cemitério pode ser visto na obra de Cândido Lopez<sup>772</sup> sobre a rendição de Uruguaiana, nela é mostrada igualmente a muralha que já não existe (Imagem 71). O detalhe

<sup>771</sup> Urbano Lago Villela. **Uruguaiana, Atalaia da Pátria**. Versão digital, disponível em: <https://uruguaianaatalaiadapatria.wordpress.com/165-2/>. Acessado em 05/09/2019.

<sup>772</sup> Cândido López nasceu na Argentina em 29 de agosto de 1840 e faleceu em 31 de dezembro de 1902. Ainda jovem, em anos de luta entre unitários portenhos e federalistas provinciais, ensaiou-se como pintor-retratista e fotógrafo-retratista, nas províncias de Buenos Aires e Santa Fé. Em 1862, com 22 anos, concluiu retrato do vencedor da Batalha de Pavón, hoje exposto no Museu Mitre, Retrato del general Mitre. Em 1865, integrou como voluntário o batalhão de infantaria de San Nicolás que partiu para o norte sob o comando máximo do general Wanceslao Paunero. A decisão não constituía rompimento com a pintura, já que levava consigo o material necessário para realizar seu objetivo de fixar cenas daquele conflito, que certamente também esperava ser curto. Dos oitocentos que marcharam para o combate, voltaram, cinco anos mais tarde, apenas 83. Cândido Lopez aproveitou a longa marcha através das províncias de Entre Ríos e Corrientes para desenhar, com grafite esboços da marcha do exército nacional argentino. A seguir, participaria dos principais acontecimentos e batalhas da guerra – batalha de Yatay, rendição de Uruguaiana; batalha do Passo de la Pátria; batalha de Itapiru; etc. destacando o registro a lápis de quadros gerais não bélico das forças argentinas e aliancistas – travessias de rios e arroios, acampamentos militares, embarque de tropas, faenas militares, invernações de gado, fortalezas inimigas conquistadas, navios aliancistas sobre o rio Paraná, Paraguai etc. –, cenas sobre as quais podia realizar tranquilamente seus croquis. Apenas dezoito quadros referem-se a batalhas. Em 22 de setembro de 1866, o ataque às defesas paraguaias de Curupayty resultou em um enorme desastre, com milhares de soldados mortos e feridos. As tropas argentinas foram praticamente dizimadas. Diante das trincheiras paraguaias, Cândido López foi ferido gravemente na mão direita. Retirado do campo de batalha, Cândido López recebeu o tratamento precário e com a ferida gangrenada, foi submetido, por dois anos, a diversas operações, entre elas a derradeira,



sobre o cemitério é que, mesmo sendo um testemunho da guerra, nenhuma menção a ela é feita nos túmulos ou no indicativo. De certo que em 1879 um novo cemitério foi construído e os enterrados no cemitério de 1865 trasladados para este novo local. Atualmente partes do cemitério são tombadas pelo governo municipal de Uruguaiana devido ao seu aspecto arquitetônico, privilegiando os túmulos de algumas das famílias mais importantes do local, mas os mortos na guerra não perfazem essa “elite” cemiterial.

Figura 71- Cândido Lopez e a rendição de Uruguaiana – Detalhe cemitério



Fonte: [http://www.revistadeartes.com.ar/xxiii\\_pint\\_candido\\_lopez.html](http://www.revistadeartes.com.ar/xxiii_pint_candido_lopez.html). Acessado em 05/09/2019.

#### - O cemitério de Paraguaio de São Borja

Também conhecido como *Cemitério dos meninos* ou *Cemitério Velho*, está localizado na Rua Bento Gonçalves, às margens do rio Uruguai, e à direita do cais do Porto, no bairro do Passo em São Borja. O que temos sobre esse cemitério são relatos de moradores e a memória local que relata sobre a possibilidade de ter sido feito um enterro de soldados mortos, de ambos os lados, naquele ponto. O local onde hoje está o cemitério foi sede de uma das batalhas mais significativas, em 1865, na invasão paraguaia ao Brasil. Com uma estratégia bem pensada do Brigadeiro João Manoel, cujas tropas estavam posicionadas em Lageadinho a duas léguas de São Borja, conseguiu impedir a invasão paraguaia e recuar a população são-borjense a tempo para a cidade de Alegrete. Hoje, no local há um pórtico com uma cruz que

---

praticada já em Buenos Aires, que lhe amputou o braço direito acima do cotovelo. Em 12 de fevereiro de 1867, recebeu baixa, com dois terços do soldo magro de tenente. Seria, desde então, conhecido pelo apelido de “El manco de Curupaty”. Cf. ORAL, André. *Imagens em desordem: A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 129; PACHECO, Marcelo. *Apuntes para una biografía*. LOPEZ, Candido. *Proyecto cultural artistas del Mercosur*. Colección Museo histórico Nacional. Óleo sobre tela. Banco Velox: Buenos Aires, 1998. pp. 7-50.

foi posta como memorial para homenagear os mortos na guerra, o local é de difícil acesso (Imagem 72). Não se tem a informação certa se há realmente soldados paraguaios enterrados, até mesmo se existem corpos no local, mas a memória constituída pode nos fornecer os indícios da importância do evento para a sociedade local e a apropriação da memória coletiva como símbolo para a construção de uma cultura local de resistência. O cemitério integra uma rota turística da cidade de São Borja, que perpassa por túmulos dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart e o governador Leonel Brizola.

Figura 72 – Cemitério paraguaio em São Borja



Fonte: <http://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1302/cemiterio-paraguaio-sao-borja.html>. Acessado em 05/09/2019

## O cemitério do Cai-Cai

Era como disse, uma noite de setembro de 1867. A cidade estava envolta em um crepe mortuário! O silêncio profundo e imponente. Ouvem-se passos ao longe... É o ziguezague de uma rede. Atrás segue-a um indivíduo que se mostra interessado em determinar-lhes a direção. Entram pela rua 1º de Março... Quinze minutos mais, ouve-se o choque de um corpo pesado sobre a terra... É o cadáver de um varioloso; estão no largo da Sé. Precisam descansar: assentam sobre a relva, puxam cada um pela sua garrafa, embocam-na... e acendem depois os cigarros. Encostado à esquina, transido pela dor e já quase insensível, está o vulto que os acompanha: é um parente do morto.<sup>773</sup>

Esse trecho da seção Crônica do jornal *O Povir* de Cuiabá, apesar de ter sido publicado em 1878, ou seja, mais de dez anos após o evento, nos mostra o impacto da guerra e suas consequências para a antiga província do Mato Grosso. O trauma gerado pela chamada Retirada da Laguna, não foi percebida somente na literatura, foi vivenciado pela população civil por todos os locais por onde ela passou. A grande epidemia de varíola atribuída ao deslocamento das tropas grassou por toda a região e foi fundamental para a construção de uma memória local bem específica relacionada à resistência e reconstrução. A varíola, portanto, vai ser mais simbólica nessa memória do que a própria guerra.

Desde a invasão paraguaia ao Mato Grosso (as localidades de Forte Coimbra, Corumbá, Miranda, Dourados, Nioac, Coxim e Bela Vista foram dominadas pelas forças paraguaias), a província passou então a viver uma nova experiência, que, segundo Marlene Menezes Vilela “implicava em dimensionar a fragilidade de uma defesa ineficiente, o que possivelmente contribuiu para que, no imaginário do cuiabano, fosse real a possibilidade do inimigo atacar a capital”.<sup>774</sup> A organização da expedição militar a fim de expulsar os paraguaios, provocou uma grande movimentação na Província. Nesse sentido, duas forças foram organizadas: a primeira formou-se em Sorocaba (São Paulo) em abril de 1866, juntando-se a uma brigada mineira em Uberaba, onde reuniu-se ao contingente goiano e rumou para a área ocupada; a segunda, objetivando a retomada de Corumbá, seria de responsabilidade da guarnição mato-grossense organizada pelo presidente da província Couto de Magalhães e comandada pelo coronel Hermenegildo Portocarrero, responsável pelo Forte Coimbra quando da invasão paraguaia no início da guerra. Em 20 de junho a expedição de Couto de Magalhães recebe a notícia de que Corumbá havia sido retomada, mas em 24 é

<sup>773</sup> Crônica “*Fragmentos*”. *O Povir*, Cuiabá, 1º de janeiro de 1878, microfilme, NDIHR

<sup>774</sup> Marilene Menezes Vilela. **Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)**. Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2001, p. 46

expedida a ordem de abandono da cidade. A ordem do dia relativa ao abandono de Corumbá afirma que “considerando impossível a manutenção dos pontos desta fronteira sem o apoio de uma vigorosa armada que não possuímos: Considerando finalmente os recursos da província que sabiamente dirige”<sup>775</sup>, portanto, mesmo expulsando os paraguaios, a retomada de Corumbá não implicou na permanência das forças brasileiras no local, devido a alegada impossibilidade de manutenção das mesmas.

Em 24 de junho, as tropas recomeçam o caminho de volta que vai gerar toda a epopeia narrada por Taunay e no imaginário de toda a região. As condições certamente eram precárias e, perseguidos pelas forças paraguaias, com combates, acomodações insuficientes, doentes e feridos (lembrando que o retorno não trazia somente os soldados, mas a população de Corumbá, já que a mesma foi evacuada), a varíola encontrou um terreno fértil para se espalhar. A epidemia foi, a princípio, atribuída aos soldados paraguaios, mas ao examinarmos as condições dessa jornada, percebemos que eles possivelmente não tiveram nenhuma influência no ocorrido. A opção em ir por meio terrestres se fez devido ao temor de serem perseguidos pela frota paraguaia, sendo assim, não houve isolamento necessário aos doentes. A varíola primeiramente se manifestou entre os que compunham a expedição que voltava de Corumbá, mas logo começou a aparecer os primeiros casos em Cuiabá, para em agosto se tornar uma epidemia também por lá.

A partir da adaptação dos dados levantados por Marilene Menezes Vilela, podemos ter uma noção de quão grave foi a epidemia e o impacto social – e memorial – da mesma sobre as cidades.

Tabela 1 – Óbitos mensais Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1867)

<u>Mês/Ano</u>	<u>Mortes por varíola</u>	<u>Porcentagem</u>
Junho /67	20	2,05%
Julho / 67	184	18,94%
Agosto / 67	476	49,02%
Setembro / 67	287	29,55%
Outubro / 67	3	0,30%

<sup>775</sup> Ordem do dia nº 2 – Acampamento das forças expedicionárias do 2º corpo de operação ao sul da Província no Barrote. 24/06/1867. Documento avulso, lata 1867-b. Arquivo Público do Mato Grosso.

Novembro / 67	1	0,10%
Dezembro / 67	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>971</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Livro de Registro de óbitos, APMC – Caixa nº97 <sup>776</sup>

A tabela acima demonstra o registro de óbitos somente na capital Cuiabá. Não havia distinção entre civis e militares, ou entre classes sociais – todos eram atingidos pela epidemia conforme podemos perceber nas tabelas de nº2 e nº3.

Tabela 2 – Mortalidade entre civis e militares Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1867)

<u>Condição</u>	<u>Percentual de mortos</u>
Civis	48%
Militares	52%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>

Fonte: Livro de Registro de óbitos, APMC – Caixa nº97 <sup>777</sup>

Tabela 3 – Mortalidade civil Paróquia do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1867)

<u>Condição</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Percentual</u>
Escravos	112	24,03%
Libertos	7	1,50%
Livres	347	74,46%
<b>TOTAL</b>	<b>466</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Livro de Registro de óbitos, APMC – Caixa nº97 <sup>778</sup>

<sup>776</sup> Citado por Marilene Menezes Vilela **Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)**. Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2001, p. 70

<sup>777</sup> Citado por Marilene Menezes Vilela **Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)**. Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2001, p. 73

<sup>778</sup> Citado por Marilene Menezes Vilela **Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)**. Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2001, p. 74

Devido a um número tão elevado de mortos, foi necessário tomar providências mais efetivas para tentar controlar a desordem causada, evitar a piora e ampliação da epidemia, sem esquecer outras ordens relativas à guerra. Nesse sentido, as práticas com relação aos enterros foram alteradas, deixando efetivamente de ocorrerem dentro ou próximos às igrejas. Ficou decidido então enterrar os mortos em cemitérios próprios para tal. A partir dessa premissa, vamos examinar dois espaços que serviram de cemitérios para os mortos de varíola e examinar a forma como eles foram “recebidos” e “trabalhados” pela memória.

O cemitério de Nossa Senhora do Carmo, ficou popularmente conhecido como *Cemitério do Cai-Cai*, devido a proximidade com o rio de mesmo nome, mas ficou marcado como um lugar maldito, talvez pelo impacto de tantas mortes. Na *Crônica* citada anteriormente, um trecho simula um diálogo fictício entre duas pessoas comentando especificamente sobre o local:

- Dize-me, porque é que chamam Cai-Cai aquele lugar?
  - Eu vou dizer: o nosso povo a tudo alcunha.
  - Isso é verdade: no meu batalhão quase todas as suas praças tem uma alcunha.
  - Há muitos anos e quando os enterramentos eram feitos nas Igrejas, tendo-se de dar sepultura a um cadáver, encontrou-se no consistório do Sacramento na igreja matriz um esqueleto com a mortalha em farrapos, a pele seca e unida aos ossos. O povo fez seus comentários; e não sei porque disposição canônica o pobre finado foi mandado tomar ares no campo, deixando a morada ao novo inquilino. Conduziram-no ao tal lugar hoje CaiCai, e foi colocado em pé junto a uma lixeira. Lenheiros e diversos transeuntes que passavam pela estrada próxima, começaram dali a tempos a contar que daquele lugar, `a noite e as vezes alto dia, um grito se fazia ouvir como que dizendo "Cai-Cai". Aquelas paragens ninguém mais queria ir; e de então ficou se chamando Cai-Cai.
  - Parece que o povo vaticinava a própria.
  - É verdade: para ali vemos hoje cair toda a cidade.
  - Escuta!
  - Eim !
  - Silencio. Interpelados como por uma voz d'alem-túmulo, que parecia cita-los ao Juízo final, os dois interlocutores levantam-se maquinalmente, sobem a carga, e se encaminham para o... Cai-Cai. Era meia noite, e o anunciavam com os seus zigue-zagues, doze fortes rouquenhas, graves e compassadas badaladas...Cami...nha; cami...nha. cami...nha...
- Era o relógio da Sé.<sup>779</sup>

Para atender uma determinação do Presidente da Província, o chefe de polícia de Cuiabá (interessante perceber que o caso dos mortos pela varíola virou caso de polícia), procurou um local onde fosse possível efetuar os enterros que se avolumavam. Foi então

designado um terreno que fica nos arredores desta cidade, entre as vertentes denominadas CaiCai e a olaria do falecido Capitão Bueno para servir de

<sup>779</sup> Crônica “*Fragmentos*”. O *Porvir*, Cuiabá, 1º de janeiro de 1878, microfilme, NDIHR

cemitério as pessoas que falecerem da varíola, a qual foi hoje as 8 horas da manhã bento e ficou denominado - Cemitério de Nossa Senhora do Carmo. Contratei a duas pessoas para servirem de coveiros nesse cemitério pela quantia mensal de sessenta mil reis a cada uma, e, diligencio mais contratar outras, que se incumbam da condução dos cadáveres para o cemitério. Já tenho feito algumas despesas com a aquisição de 2 alavancas, 2 enxadas e dois soquetes para o serviço de enterramento.<sup>780</sup>

Era então oficializada a criação de um cemitério específico para o enterro dos acometidos pela varíola, afastado do centro da cidade e longe dos demais cemitérios de Cuiabá. Em janeiro de 1868 era construída uma pequena capela, de Nossa Senhora do Carmo, que acabou por nominar o local. Pelo que foi depreendido ao ler os textos, o cemitério diminuiu de intensidade após o término do surto, se tornando um cemitério comum para enterros locais. A cidade ampliou em muito seu tamanho após a guerra e nos anos subsequentes. Segundo Maria Adenir Peraro, a partir de 1870 houve um crescimento vegetativo da população, mesmo ocorrendo um número considerável de mortes, alguns soldados passaram a viver na região e muitas pessoas migraram para Cuiabá, deslocando-se de outras regiões da província, sem contar a imigração de mulheres paraguaias.<sup>781</sup> Com o aumento do número de moradores, a questão urbana também passa a ser considerada, visto que a cidade necessita de espaço para crescer. Devido a isso, a região do *Cai-Cai*, que no momento de sua inauguração é distante da zona central, passa a ser incorporada à malha urbana e as construções se aglomeram no entorno do cemitério. Acredita-se que com a expansão urbana no início do século XX, e principalmente com a abertura de ruas, ocupação de terrenos e a construção de novas casas durante a década de 1960, o cemitério tenha “desaparecido”.

Atualmente o cemitério está soterrado pela Praça Manuel Murtinho, na Avenida São Sebastião (Imagem 73), no caminho para a Arena Pantanal, distante cerca de 16 minutos do aeroporto Marechal Rondon – Cuiabá. Não encontramos relatos sobre o cemitério nos jornais e documentos posteriores, o que temos são reportagens com antigos moradores da região que corroboram nossa tese. Os moradores sabem da história do cemitério, ou seja, a história não fora escondida. Existe na Praça uma parte de um monumento que lembraria os mortos daquele evento, que possuía três canhões fixados, sendo que um deles, os oradores acreditam que foi roubado e os outros dois removidos para um antigo arsenal de guerra, hoje conhecido como

<sup>780</sup> Ofício da Secretaria de polícia da Cuiabá à Presidência da província. Cuiabá, 8 de agosto de 1867. Documento avulso, lata 1867–D. Arquivo Público do Mato Grosso.

<sup>781</sup> Um exemplo é a referência que a autora faz do ano de 1872 quando a população das paróquias perfazia um total de 11.053 habitantes, sendo desses, 1.139 escravos e 9.659 livres. Cf. Maria Adenir Peraro. **Farda, saias e batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890)**. Curitiba: 1997. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, UFPR., p. 88 e 133.

Sesc Arsenal, local reformado pelo Sistema Social do Comércio, que conta com cursos, atrações culturais diversas e até um restaurante.<sup>782</sup> Existe a possibilidade de que esses três canhões façam parte dos seis canhões que foram trazidos por Couto de Magalhães como prova da retomada de Corumbá.

Figura 73- Aspecto atual da Praça Manoel Murinho – antigo cemitério do Cai-Cai



Fonte: Jornal “O livre”. Disponível em: <https://olivre.com.br/cai-cai-o-cemiterio-dos-herois-esquecidos-completa-150-anos>

No entanto a única memória que restou foi a placa, que está coberta de cal, onde ainda é possível ler os dizeres “*Aos heróis da retomada de Corumbá*” (Imagem 74). Uma reportagem do jornal on line “O livre”, foi ao local entrevistar antigos moradores para saber mais sobre a história do local.<sup>783</sup> A moradora mais antiga, à época da entrevista, tinha 87 anos e havia se mudado para o local na década de 1960. Ela conta que as “sepulturas eram bem cuidadas. Lembro de um anjo da guarda bonito que ficava em cima de uma delas, bem próximo à igrejinha de taipa. Era bem ali, onde é hoje a rua (a avenida São Sebastião). O

---

<sup>782</sup> Sobre o Arsenal e o Sesc Arsenal, cf. <https://www.rdnews.com.br/cuiaba-300/conteudos/111981>. Acessado em 07/09/2019.

<sup>783</sup> Cf. <https://olivre.com.br/cai-cai-o-cemiterio-dos-herois-esquecidos-completa-150-anos>. Acessado em 07/09/2019.



cemitério era grande e ia até lá embaixo”<sup>784</sup> Estão “sepultados” no Cai-Cai os corpos dos integrantes do batalhão de voluntários da pátria comandado pelo tenente – coronel Antônio Maria Coelho. Acreditamos que a divisão do estado contribuiu para esse esquecimento.

Figura 74- Placa de homenagem aos mortos do “Cai-Cai”



Fonte: Jornal “O livre”. Disponível em: <https://olivre.com.br/cai-cai-o-cemiterio-dos-herois-esquecidos-completa-150-anos>

#### Os cemitérios da Retirada da Laguna

Rio de Janeiro, sábado, 29 de maio de 1926. Em matéria de capa, o jornal *O Paiz* destaca uma publicação do então General Malan d’Angrogne, chefe da Missão Militar Francesa, intitulada “*Heroes esquecidos*” onde conta sua peregrinação pelos locais mais importantes da Guerra da Tríplice Aliança no sul do estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.<sup>785</sup> Em uma série de matérias, é contado o percurso, o estado em que se

<sup>784</sup> Entrevista de dona Cristina Nascimento Silva, ao jornal “O livre”. Disponível em <https://olivre.com.br/cai-cai-o-cemiterio-dos-herois-esquecidos-completa-150-anos>. Acessado em 07/09/2019.

<sup>785</sup> O Paíz. 29 de maio de 1926. Biblioteca Nacional.

encontravam os locais e o resultado das “melhorias” feitas ou determinadas pelo General. Como vimos anteriormente, a década de 1920, possivelmente pela crise da República Oligárquica e pelas comemorações do Centenário da Independência, provocou uma *Nostalgia Imperial*, utilizando o conceito tão bem definido por Ricardo Salles.<sup>786</sup> Ainda sim, as atividades da chamada *Missão Militar Francesa*, foram importantíssimas para essa retomada dos estudos sobre a guerra e seus locais de memória, talvez como um efeito do tipo de pensamento francês desenvolvido e aplicado aqui no país de retomada dos heróis e do nacionalismo, mas também devido à diminuição da influência do positivismo no exército. Positivismo este que criticava a atuação do país na guerra e que pretendia apagar a memória daquilo que consideravam uma vergonha, mesmo tendo alguns de seus maiores idealizadores e propagadores lutado no front como Benjamin Constant. A expedição do General Malan, vai de encontro com essa perspectiva, no momento em que publicita os locais de enterro dos “heróis da retirada”, bem como da necessidade de erigir monumentos, ou ao menos um túmulo decente, para aqueles que passaram a ser considerados heróis, visto que na própria obra de Taunay, toda a Retirada, não era vistos como algo heroico, mas talvez um erro pelo qual muitos pagaram com a vida, e os agora tido como heróis, notadamente Camisão, eram marcados pela ótica do erro de estratégia e as vezes ate acovardamento. A descoberta e divulgação do cemitério fez a toda a história ser recontada.

O certo é que na década de 1920 a Tríplice Aliança fora retomada e a *Retirada da Laguna* de Taunay, foi objeto de inúmeras palestras e estudos. Um detalhe interessante é perceber a apropriação do evento da invasão à Colônia Militar de Dourados ainda no início do conflito (dezembro de 1864) como integrante de toda a epopeia da *Retirada da Laguna*, mesmo não tendo sido na realidade. Esse esforço de memória se relaciona com a formação de um conjunto para reforçar a chamada *identidade mato-grossense*, a partir da ótica de invenção de tradições, tão bem descrita por Hobsbawm e Ranger. Esse fato toma grande monta a partir de 1920 com as comemorações do bicentenário de Cuiabá e a criação do *Instituto Histórico do Mato Grosso* e de sua Revista que tinha como principal objeto de pesquisa a guerra e a participação do Mato Grosso como “baluarte da nação” e defensor das fronteiras nacionais.<sup>787</sup>

---

<sup>786</sup> CF. Ricardo Salles. *Nostalgia Imperial*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996, p. 15-17. A ideia de *Nostalgia Imperial*, se refere ao fato de um certo sentimento nostálgico relacionado com o período específico do Segundo Reinado (1840-1889), alegando, entre outras proposições, e não levando em conta as mazelas como a escravidão, ser um período de prosperidade e de grandeza, em comparação com a República.

<sup>787</sup> Palco de disputas políticas, Mato Grosso tentava criar nesse momento, uma identidade que o afastasse da pecha de “lugar de barbárie e sertão”. A ideia de criação de um Instituto Histórico, estaria no contexto de aglutinar os interesses das classes dominantes, que mesmo divididas, poderiam unir o discurso em prol do estado, e dessa forma manter o *status quo* de classe dominante. Segundo Zorato, “o fato de desde o início construir uma memória de consenso, onde todos são apresentados como pertencentes à uma “mesma família”

Além disso, temos a expansão estrutural do Exército no Mato Grosso com a construção de quartéis, idealizado pelo Ministro Pandiá Calógeras e pelo engenheiro-inspetor responsável Armando Arruda pereira que tinha também como preocupação garantir que nos quartéis construídos na região fossem registrados através de monumentos ou placas, elementos comemorativos aos heróis da Guerra da Tríplice Aliança. Ainda desse período, a fabricação do mito dos *Heróis de Laguna e Dourados*, toma força com a alçada do General Camisão, Guia Lopes, Coronel Juvêncio e Antônio João, aos mais altos postos do imaginário em um evento que passou a ser considerado épico a partir de então.

- O abandono dos coléricos: O Cambaracê

“Por mais silenciosos e tristes houvessem sido os preparativos, não foi sem gritos e ruídos estranhos ao ouvido e cuja causa assombrava o espírito, que chegou o momento do abandono. A todos nós foi intolerável. Deixávamos entregues ao inimigo mais de cento e trinta coléricos, sob a proteção de um simples apelo à sua generosidade, por intermédio destas palavras escritas, em letras grandes, sobre cartaz pregado em um tronco de árvore: “Compaixão para com os coléricos!” Pouco tempo após nossa partida e já fora do alcance da vista, veio um estrépito de viva fuzilaria apertar-nos os corações. E que clamores indescritíveis, então, ouvimos! Ninguém de nós ousava olhar para o companheiro!”<sup>788</sup>

O relato de Taunay na *Retirada* por si somente já nos demonstra o desespero do abandono de homens doentes no meio da marcha. O número nunca foi confirmado, mas acredita-se que ao menos mais de cem homens por lá foram deixados. A palavra *Cambaracê* tem origem guarani que significa “*onde o negro chorou*”. Não se sabe ao certo a origem para essa denominação, alguns autores afirmam que seja uma forma pejorativa paraguaia devido a quantidade de negros nas tropas, ou até mesmo ao fato dos doentes estarem em desespero. O fato é que o nome revela muito sobre o impacto do evento durante a retirada.

A situação durante a retirada não era favorável aos brasileiros. O *Guia Lopes*, fazendeiro e conhecedor dos caminhos guiava a tropa juntamente com seu filho, a fim de fazer o caminho mais curto, que por sinal passava pela sua fazenda.<sup>789</sup> O percurso era difícil

---

“filhos de um mesmo solo”, etc, tem a ver com a necessidade de forjar, de estabelecer e disseminar um sentimento de grupo”. In. Osvaldo Zorato. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese de Doutorado. FFLCHJ/USP, São Paulo, p. 15.

<sup>788</sup> Taunay. P. 137.

<sup>789</sup> “Chegando a Nioac, de Miranda, a coluna fez acampamento à margem do rio. Ali surgiu José Francisco Lopes. Estava sozinho em sua fazenda Jardim, porque, fazia algum tempo, uma pequena tropa paraguaia sequestrara toda a sua família e a levava para o Paraguai, onde vivia como refém entre tantos outros conduzidos de Miranda, de Corumbá, da Colônia de Dourados, de Bom Conselho e de Albuquerque. Era acontecimento comum na região, fazendo parte da política do governo paraguaio afugentar os brasileiros que pretendessem povoar as serras do Rio Apa”. Adaptado de Acyr Vaz Guimarães **Seiscentas Léguas a Pé**. Rio de Janeiro:

para os cavalos e logo os animais adoeceram. Os paraguaios ateavam fogo por onde passavam, deixando além da fumaça que dificultava a visão, o campo arrasado para a passagem das tropas. Mas esses não eram somente os problemas: uma grave epidemia de cólera grassou a tropa a partir do final de maio de 1867. No dia 20 de maio, três soldados foram tocados pela cólera. A doença evoluiu rapidamente e agora exterminava a coluna. As carretas passavam lotadas e no dia 25, apurou-se que havia 96 padiolas transportando os doentes. Era necessário encontrar uma solução já que os paraguaios estavam no percalço das tropas e a doenças se espalhava a cada dia por ser ainda mais fácil ocorrer o contágio por meio da água e da carne dos animais. Foi então que o coronel Camisão tomou a difícil decisão a fim de salvar a expedição: abandonar os doentes à própria sorte, somente com um papel pedindo clemência aos paraguaios. Naquela mesma madrugada, à luz das tochas, foi aberta uma grande clareira no Pouso do Prata no arroio Cambaracê, atual rio Verde, onde cada batalhão posicionou seus enfermos para serem abandonados no dia seguinte. E assim foi feito conforme o relato de Taunay que abre essa sessão.

A obra *Heroes esquecidos*, publicada em 1926 pelo general Alfredo Malan,<sup>790</sup> percorreu o atual estado do Mato Grosso do Sul atrás de evidências que comprovassem os locais descritos por Taunay na sua narrativa. Após encontro com descendentes do Guia Lopes e ajuda de locais, Malan chegou à região do Cambaracê. Segundo Malan, a mata do Cambaracê fica numa baixada, sendo cortada por vazante de água durante as chuvas, e permanecendo seca por todo o restante do tempo. Está situada na vertente direita do Ribeiro do Prata, a cerca de 63 quilômetros de Nioac e a cerca de 5 da fazenda Capão Alto. Ainda segundo Malan, naquele momento foi colocado um tronco de árvore, com cerca de 1 metro por 25 centímetros de largura, com o nome do local entalhado, sendo inclusive o fato documentado por foto, tendo, sentado à esquerda, o filho do Guia Lopes que auxiliou nas buscas, assinalado com uma seta na imagem. (imagem 75).<sup>791</sup> O local passou por uma reforma, pois se encontrava em estado de total abandono (imagem 76), se chamando agora *Monumento Histórico do Cambaracê* e se situa na memória sul mato-grossense como um marco de heroísmo, o tronco fora substituído por uma estaca de concreto (imagem 77).

---

Editora Biblioteca do Exército, 1999, p. 81. José Francisco Lopes, nascido em Minas Gerais no ano de 1811, e seu filho passaram então a guiar as tropas por atalhos a fim de diminuir a distância e o tempo e evitar o confronto contra os paraguaios. Foi então considerado voluntário, perdeu seu filho para a cólera, usou sua fazenda como abrigo, fornecendo cabeças de gabo e laranjas. *Guia Lopes* acabou vitimado pela cólera muito próximo de sua fazenda, sendo enterrado às margens do Rio Miranda, trasladado inicialmente para o Cemitério dos Heróis em Jardim e posteriormente para o monumento no Rio de Janeiro, como veremos posteriormente.

<sup>790</sup> Alfredo Malan. *Heroes esquecidos*. 1926

<sup>791</sup> Alfredo Malan. *Heroes esquecidos*. 1926, p. 383. Este tronco colocado por Malan em 1926 se encontra até hoje no local.

Figura 75 – Foto do tronco esculpido marcando o local em 1926



Fonte: *Heróis esquecidos*. Alfredo Malan, p. 385.

Figura 76 – Foto de 2009 do Monumento Histórico do Cambaracê



Fonte: CAT/Jardim/MS.2009

Figura 77 – Foto de 2011 do Monumento Histórico do Cambaracê



Fonte: Vista do Monumento Histórico do Cambaracê. A Inscrição sob uma base e coluna de concreto. 3º Encontro Internacional de História Militar, 2011. Imagem Arquivo José Vicente Dalmolin.

#### - O Cemitério de Nhandipá

Era dia 11 de maio de 1867. A primeira grande batalha da Retirada ocorria e a impressão dela ficou viva na memória de Taunay, que assim descreve o confronto:

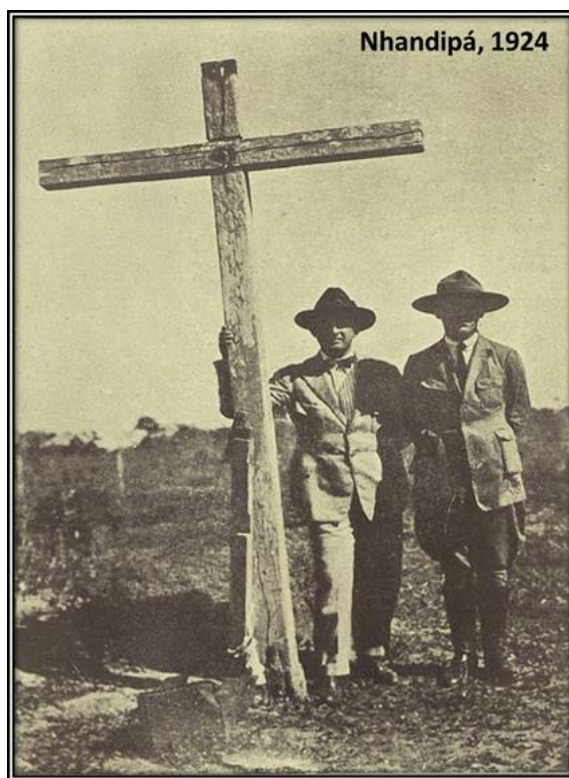
“Tal foi o combate do dia 11 de maio, o mais importante da Retirada. Já o de 6 mostrara aos paraguaios o que valia a nossa gente. Veio este confirmar o efeito em seu ânimo; e tal impressão se traduziu pela hesitação e a moleza que, daí em diante, mais do que nunca, lhes caracterizou os cometimentos. Ficou-nos, além de tudo, patente que, além da prática da guerra, faltava-lhes a inspiração tática, a que sabe apreciar os fatos, no momento em que se produzem e adivinhar os obstáculos para os vencer. O seu ataque de infantaria tivera como fim levar confusão à nossa vanguarda, de modo a entrega-la, no primeiro movimento de surpresa, à mercê da cavalaria. Baldado este plano, deveriam ter compreendido que a única probabilidade de triunfo restante residia nas cargas de cavalaria, cada vez mais impetuosas, e sustentadas por sucessivos esforços. (nota da página: Houve mais de 230 mortos. \travara-se a luta entre duas colunas cujo total, quando muito, atingia 3000 homens. A esta refrega deram os paraguaios o nome de combate de Nhandipá)”.<sup>792</sup>

Este combate de 11 de maio de 1867 é conhecido pela denominação de Nhandipá em guarani é o nome de uma árvore, mas quando separada, temos *Nhandé* (nós outros) e *Pá* (concluir, terminar), o que significa, portanto algo como “nós acabamos, nós chegamos ao fim”. Ocorreu onde atualmente está localizada a cidade de Bela Vista, em território brasileiro. Nesse confronto foi perdido todo o gado, e, apesar das baixas brasileiras terem sido

<sup>792</sup> Taunay. **A retirada da Laguna**. P. 15

menores que as paraguaias, o evento marcou a “desgraças” da retirada. A região está situada à esquerda da estrada, já na entrada da cidade de Bela Vista, onde em 1925 Armando de Arruda Pereira, em sua aventura buscando os locais históricos do Mato Grosso, encontrou uma cruz de madeira de aroeira, no meio do campo. Nos braços da cruz, escrito em espanhol e voltado para o lado defronte ao Paraguai, estava a seguinte legenda “*La garnicion de Bella Vista a los... 97 heroes muertos em este sitio el 11 mayo 1867 em defenza de la Patria*”(Imagem 78).<sup>793</sup> O número de mortos, ao menos da centena, estava deliberadamente apagado, mas acredita-se, a partir das narrativas da época e principalmente pela leitura de Taunay, que provavelmente seria uma centena. Atualmente o local recebe o *Monumento Internacional de Nhandepá*, feito em pedra e cal sendo construído por iniciativa do major Leônidas Hermes da Fonseca, filho do ex-presidente Hermes da Fonseca e comandante do 10º R C I (atual Regimento Antônio João) e, inaugurado em 1931. Nota-se a presença da cruz de madeira mencionada no relato e fotografada abaixo (Imagem 79).

Figura 78 – Foto da cruz dos paraguaios em 1924



Fonte: *Heróis abandonados*. Armando de Arruda Pereira, p, 23.

---

<sup>793</sup> Armando de Arruda Pereira. **Heróis abandonados. Peregrinação aos lugares históricos do Sul de Matto Grosso**. São Paulo: Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1925, p. 23-26.

Figura 79 – Foto atual do Monumento Internacional de Nhandipá



Fonte: Disponível em: [https://loureiroarmando.blogspot.com/2014/12/musica-de-ms\\_29.html?m=1](https://loureiroarmando.blogspot.com/2014/12/musica-de-ms_29.html?m=1). Acessado em 09/09/2019.

#### - O cemitério de Monte Alegre (Minas Gerais)

No estado de Minas Gerais outro cemitério chama atenção por ser dedicado à mortos na Retirada: é o Cemitério de Monte Alegre, popularmente conhecido como Cemitério dos bexigentos. A cidade de Monte Alegre de Minas, distante quase 607 quilômetros da capital Belo Horizonte, descrita por Taunay como

povoação do termo do Prata conta 400 a 500 habitantes e algumas casas commodas, caiadas e cobertas de telhas. A matriz offerece simples apparencia e fecha uma pequena praça rodeada de palhoças. O commercio, quasi nullo, se mantem, embora em muito insignificante escala, pela passagem, hoje rara, de lotes de animaes.<sup>794</sup>

A cidade forneceu alguns soldados para a campanha da retomada do Mato Grosso dos paraguaios, sendo sua importância muito mais com relação aos fornecedores de víveres para as tropas.<sup>795</sup> A cidade foi ponto de parada de tropas que seguiam para o Mato Grosso oriundas

<sup>794</sup>Visconde de Taunay: **Marcha das Forças (Expedição de Matto Grosso) 1865-1866 - Do Rio de Janeiro ao Coxim**. Editora Cia. Melhoramentos de S. Paulo, 1928, 148 pag.

<sup>795</sup> A própria fundação efetiva da cidade tem como mística sua participação na guerra. Conforme nos descreve Alaor Mendonça: “Acompanhando as tropas brasileiras, porém como carreiros, fornecedores de gêneros alimentícios e outras mercadorias, e que sofreram toda uma série de privações, incluem-se *Joaquim Nunes, Antônio Miranda e Feliciano Nogueira Mendes Teixeira*, este, apelidado “*Coelho Nogueira*”; todos originários de Monte Alegre. Esses homens, heróis da campanha da Laguna, acabaram, em seu retorno, comentando sobre as terras situadas ao sul da antiga Província de Mato Grosso. Os campos grandes da Vacaria tornaram-se, então,



de Sorocaba e do 17º corpo de voluntários da pátria de Ouro Preto, Mariana e triângulo mineiro, assim descrito em dois de fevereiro de 1870 por Taunay<sup>796</sup> como “composto por mineiros. Formou-se por ocasião do maior entusiasmo do Brasil em 1865 e recebeu a nata das cidades de Minas. O seu pessoal era magnífico [...] graças ao espírito que lhe infundira o comandante, o tenente – coronel em comissão Antônio Enéas Gustavo Galvão”<sup>797</sup>. Ao corpo do 17º de voluntários uniu os voluntários paulistas sob o comando do Coronel Manoel Pedro Drago, composta das seguintes unidades: uma Comissão de Engenheiros, proveniente do Rio de Janeiro e da qual fazia parte o então Tenente Alfredo d’Escragnolle Taunay, o Corpo de Guarnição do Paraná, o Corpo Fixo de Artilharia do Amazonas e, finalmente, de São Paulo, o Corpo de Guarnição (Exército), o Corpo Fixo de Cavalaria e um Corpo Policial, totalizando 566 homens. Mesmo contando com algum reforço durante a marcha, as forças comandadas pelo Coronel Drago ficaram reduzidas a um pequeno efetivo de apenas 366 homens devido a deserções e mortes por varíola.<sup>798</sup> No dia 1º de agosto de 1865, o Coronel Drago determinou a junção das forças que trouxe de São Paulo com as de Minas, formando a Força Expedicionária.<sup>799</sup>

Ao que tudo indica o cemitério não tem relação com o retorno das tropas, mas com a concentração antes de sua partida para o campo de operações. Foi o local de enterro daqueles que sucumbiram antes de partir para o Mato Grosso, o que nos leva a perceber que a causa da morte da maioria deles, conforme relatos dos jornais e do próprio Taunay tenha sido cólera e não varíola. A importância simbólica do evento é tamanha que para a história da região que o escudo do município de Uberaba, criado em 1928, possui à sua direita a representação de um

notícia corrente no Sertão da Farinha Podre, região mineira que abrangia os povoados da Prata e Monte Alegre. Motivado por essas informações, José Antônio Pereira resolveu buscar essas terras, escolhendo trilhar parte dos caminhos que haviam sido percorridos pelos Voluntários da Pátria, a partir do Arraial de São Francisco das Chagas do Monte Alegre, atual Monte Alegre de Minas.” Cf. Alaor Guimarães Mendonça. **Monumento aos Heróicos Retirantes de Laguna**. Publicação da Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, 1984, 27 pag.

<sup>796</sup> Citado por Paulo Queiróz Duarte. Os voluntários da pátria na guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984, vol 2 – Tomo III – O comando do Conde d’Eu, p. 12.

<sup>797</sup> Antônio Enéas Galvão, barão do Rio Apa (nome em homenagem ao reconhecimento que o 17º de voluntários fez do Rio Apa), era filho do comandante da Brigada Mineira que morreu na Retirada, irmão de Rufino Enéas Galvão, barão de Maracaju, que comandou as tropas na Retirada após a morte de Camisão e Juvêncio, e de Manuel do Nascimento Enéas Galvão, desembargador. Além da participação na Retirada como comandante do 17º de voluntários de Minas Gerais, e reconhecido pela atuação na Revolta do Vintém em no Rio de Janeiro, tendo sido ferido e ordenado que sua tropa abrisse fogo contra os manifestantes, ferindo de dez a quinze pessoas e ocasionando a morte de pelo menos três. Este fato levou à queda do ministério. Foi Ministro da Guerra do governo Floriano Peixoto entre abril de 1893 e janeiro de 1894, demonstrando novamente que os campos de batalha exerceram mais do que o companheirismo de soldados, moldaram todo o início de governo da República.

<sup>798</sup> Emilio Carlos Jourdan. **História das campanhas do Uruguay, Matto-Grosso e Paraguay: Brazil, 1864-1870**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 59.

<sup>799</sup> **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1866

voluntário do 17º, visto que a cidade foi um campo de guarnição das forças<sup>800</sup>. Outrossim cabe ressaltar que não foi possível achar nenhum documento que falasse de sua inauguração ou construção, constando como fonte básica as publicações de Alaor Mendonça que, por notícias dos jornais, era quem por meios próprios mantinha o cemitério e que no Centenário da Retirada em 1967, mandou erigir um obelisco e um pequeno muro de proteção às sepulturas dos soldados mortos, que eram antes, somente marcados com algumas estacas de aroeiras, o cemitério até então constituía-se de um pequeno cercado de cimento que protegia um cruzeiro e lascas de aroeira que protegiam as sepulturas dos soldados. O cruzeiro foi danificado, arrancaram sua trave horizontal, que foi posteriormente restaurada e reforçada por uma trave de ferro ao centro.<sup>801</sup> Ainda sim, a literatura afirma que esse foi o primeiro cemitério – monumento dedicado à Retirada da Laguna. O cemitério da forma como está atualmente foi restaurado no ano de 1979 após inúmeros pedidos de verbas ao governo federal. A reinauguração foi coberta pelos jornais da região e realizada com toda pompa, mas um fato chamou a atenção: as placas que nomeavam o local foram enviadas por engano pela empresa contratada para outra cidade, para Monte Azul.<sup>802</sup>

Ao lado do cemitério, agora denominado “Monumento aos heroicos retirantes da Laguna” está o Museu Histórico e Artístico de Monte Alegre, o que faz com que o local seja bastante visitado. O local fica próximo a uma rodovia, a BR 365 e está bem sinalizado, com placa e uma espécie de portal na entrada (Imagem 80). A placa mencionada acima foi colocada e tem os seguintes dizeres:

*"Aos heróis desconhecidos que retirando de Laguna, a milhares de quilômetros sem montaria, exaustos pelo cansaço, a fome, a cólera, em luta sem trégua com o inimigo, aqui vieram morrer vitimados pela varíola, glória eterna. Homenagem do Povo de Monte Alegre de Minas. 16 de setembro de 1967".*

A outra placa colocada em um dos “triângulos” (talvez uma menção simbólica à região pertencente ao chamado “Triângulo Mineiro”) tem os seguintes dizeres:

*"O 17º BPM, que nasceu sob a égide do 17º Voluntários da Pátria, presta o justo tributo a estes heróis desconhecidos, que bravamente lutaram na Guerra do Paraguai e que deste lugar fizeram sua última morada. Monte Alegre de Minas - 02 de novembro de 1984".*

---

<sup>800</sup> **Lavoura e Comércio**, 22 de fevereiro de 1936. Biblioteca Nacional

<sup>801</sup> Alaor Guimarães Mendonça. **História sobre a passagem, em Monte Alegre de Minas, das tropas brasileiras na guerra do Paraguai**. Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas. Novembro de 1984, 30 pag.

<sup>802</sup> O Triângulo, 10 de maio de 1979. Biblioteca Nacional

Figura 80 – Placas de sinalização e portal de entrada



Fonte: Monte Alegre de Minas em todos os tempos. Disponível em:

<https://www.facebook.com/387712231384239/photos/pcb.797621647059960/797619537060171/?type=3&theater> Acessado em: 16 set 2019.

Figura 81 – O Cemitério – monumento de Monte Alegre



Fonte: Monte Alegre de Minas em todos os tempos. Disponível em:

<https://www.facebook.com/387712231384239/photos/pcb.797621647059960/797619537060171/?type=3&theater> Acessado em: 16 set 2019

- O *Cemitério dos Heróis* (Jardim – MS)x *Monumento aos heróis de Laguna e Dourados* (Urca – RJ): a disputa pela memória

O Cemitério dos Heróis está localizado à margem esquerda do Rio Miranda, em uma área de cerca de um hectare que foi doada na década de 1930 por Fábio Barbosa Martins ao Ministério da Guerra. Durante a guerra, o terreno era de propriedade de José Francisco Lopes, o Guia Lopes e de sua esposa. Após a partilha com os herdeiros, o terreno acabou por ser vendido. O local fica distante cerca de 4 quilômetros da cidade de Jardim, e a cerca de 300

metros do chamada “Passo do Lopes”, local onde as tropas passaram o Rio Miranda, sendo neste o local onde as tropas brasileiras permaneceram acampadas entre os dias 28 e 31 de maio e 1 de junho de 1867. Neste local também ocorreu a troca de comando das tropas após a morte do Coronel Camisão e do Tenente – Coronel Juvêncio, ambos mortos em 29 de maio de 1867 devido ao cólera, para o major José Thomaz Gonçalves.<sup>803</sup> A primeira iniciativa a fim de exaltar os feitos ocorreu em junho de 1873<sup>804</sup> quando o ministro da Guerra, João José de Oliveira Junqueira, expediu ordens ao coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão – mais tarde Barão e Visconde de Maracajú – que nesta ocasião era o chefe da Comissão de Demarcação dos Limites entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, para que encontrasse e demarcasse o local onde estariam enterrados Camisão e Juvêncio para, segundo ele, juntamente com uma Comissão de Engenharia, “encarregar um dos seus ajudantes a fim de que vá levantar um singelo monumento de terra ou pedra, que indique, porém a hierarquia dos oficiais que ali descansam”<sup>805</sup>. O coronel Rufino não somente encontrou as sepulturas, como inumou os corpos que foram reconhecidos pelos botões de artilharia da farda do Coronel Camisão e os botões da farda de engenharia de Juvêncio, além de colocar uma lápide comemorativa não somente nas dos oficiais, mas também na sepultura do Guia Lopes. Originalmente foi colocada em posição vertical e continha os seguintes dizeres (imagem 82):

“A MEMÓRIA DOS BENEMÉRITOS CORONEL  
CARLOS DE MORAES CAMISÃO  
E TENENTE-CORONEL  
JUVENCIO MANUEL CABRAL DE MENEZES,  
COMMANDANTE E IMMEDIATO DAS FORÇAS EM OPERAÇÕES  
AO SUL DESTA PROVINCIA,  
FALLECIDOS NO DIA 29 DE MAIO DE 1867,  
NA MEMORAVEL RETIRADA DAS MESMAS FORÇAS.  
O GOVERNO IMPERIAL MANDOU ERIGIR ESTE MONUMENTO 1874”

---

<sup>803</sup> Na *Retirada de Laguna*, Taunay assim descreve a travessia do Rio Miranda: “De tempos a tempos, precipitavam-se alguém a nado ou arriscava passar em pelotas para procurar reunir-se aos camaradas, apesar das ordens em contrário. A morte de vários soldados afogados, mostrava-se a urgência de se manter mais rigorosa ainda a proibição. Depois deles vimos os coléricos tentar vencer o passo e não consegui-lo, não somente, como ainda da prova se saírem alguns completamente curados. Alguns houve também que se afogaram; procuramos no começo, por meio de boas palavras, convencê-los a que esperassem, mas como tivessem presenciado o abandono dos enfermos, ainda tão recente, não lhes saíssem da mente a previsão de igual destino.” Cf. Taunay. **A Retirada da Laguna**. Op. Cit. P. 114-122.

<sup>804</sup> Na literatura sobre o cemitério, datada de década de 1920, fala-se no decreto de 1873, mas nem o documento oficial fora encontrado nas pesquisas para confirmar. O que sabemos é que a data que consta no mármore é 1874.

<sup>805</sup> Cf. Estevão Mendonça. **Datas mato-grossenses** I volume, 2ª edição, 1973, p. 259.

Figura 82 – Lápide / placa colocada em 1874 para demarcar o local onde estavam enterrados Camisão, Juvêncio e Guia Lopes



Fonte: Malan, Heroes Esquecidos. 1926.

Em 1905 a expedição da Comissão Telegráfica chefiada pelo Marechal Cândido Rondon, fez algumas melhorias, colocando um gradil de ferro circundando o lugar e demarcando a sepultura do filho do Guia Lopes morto naquele ano. Nenhuma outra iniciativa foi realizada na intenção de rememorar esse evento até o ano de 1917. Em agosto desse ano foi apresentado um projeto à Câmara para a construção de um monumento que pudesse comemorar os feitos descritos na obra de Taunay. A iniciativa partiu do capitão-tenente da marinha, Eurico César da Silva, sendo intensificada mais tarde pelos alunos da Escola Militar de Realengo (RJ), que além de endossarem a campanha pró-monumento, nomeou a turma como “Heróis de Laguna e Dourados”. A campanha visava arrecadar fundos para erigir o monumento além de sensibilizar o governo sobre a “necessidade” dessa construção. Iniciava a disputa pela memória da Retirada entre a capital federal – o Rio de Janeiro – e o local dos acontecimentos, ainda estado do Mato Grosso.

Mas onde realmente começa essa história? Em 29 de maio de 1920 é realizada no Club Militar a Conferência intitulada “A Epopeia da Laguna” de autoria do coronel Lobo Viana, em comemoração ao 53º aniversário de morte do Coronel Camisão e do tenente – coronel Juvêncio. O autor, o então Coronel de Artilharia, nascido em 1860, entrou para o Exército Brasileiro em janeiro de 1877, no então 2º Regimento de Artilharia a Cavalos. No ano seguinte iniciou o curso preparatório da Escola Militar da Corte, sendo promovido a 2º Tenente em

janeiro de 1889 quando obteve o título de Bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Em março de 1890 foi promovido ao posto de Primeiro Tenente e em 1893 obteve licença para matricular-se na Escola Superior de Guerra, sendo então promovido a Capitão em dezembro de 1893. Em agosto 1908 foi promovido a Major Efetivo, posto em que permaneceu até junho de 1912, quando foi promovido a Tenente-Coronel graduado. Em fevereiro de 1918 foi promovido ao posto de Coronel efetivo, permanecendo neste posto até agosto de 1920, quando foi graduado ao posto de Brigadeiro e transferido para a reserva, por decreto. Entre 1901 e 1920, Vianna exerceu o cargo de professor de História, primeiro na Escola Militar da Praia Vermelha (até 1904) e depois na Escola Militar do Realengo, quando a primeira foi desativada, buscando, na maioria de suas publicações o resgate da memória dos integrantes da Retirada da Laguna.<sup>806</sup> Foi assim que realizou a conferência “A Epopeia da Laguna: comemoração que se impõe; dívida sagrada a resgatar”, iniciativa única visto que não foi encontrada nenhuma menção nos anos anteriores de qualquer evento que relembresse a data.

O evento do Club Militar estaria aberto aos sócios e familiares e a qualquer pessoa que “se apresentarem decentemente trajadas, apelando para nossa mocidade militar, maximé das escolas, para que com sua comparência, honrem e dignifiquem uma tão justa quanto patriótica comemoração”.<sup>807</sup> Nos dias seguintes o jornal continua a propagandear o evento, e em 28 de maio, portanto véspera da palestra, noticia que a conferência será “ilustrada por meio de projeções luminosas fixas, mapas, diagramas e desenhos desenvolvidos estes ao hábil lápis do caricaturista Alfredo Storni. [...] Comparecerá à festividade um dos últimos sobreviventes da “Retirada da Laguna”, o marechal reformado João José da Luz, então alferes do 17º de voluntários”.<sup>808</sup> No dia da Conferência, uma coluna na primeira página foi destinada ao resumo do que foi a chamada Retirada da Laguna, e também a foto do marechal reformado João José da Luz, tendo logo abaixo a foto do Coronel Camisão.<sup>809</sup> Mas a notícia de maior significado ocorreu em 30 de maio, um domingo, um dia após a referida Conferência. Nela, além de ressaltar a Conferência, chama a atenção para o abandono do local onde estão enterrados os “heróis” da Retirada: “É pena, porém, que a este herói (se referindo ao marechal) da legendária retirada, os moços tenham que dizer que, lá na Colônia Miranda, onde repousam os

---

<sup>806</sup> Cf. Marcos Pereira Antunes. **Uma batalha simbólica: Memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)**. Dissertação de mestrado. Mato Grosso do Sul: UFGD, 2006, p. 57-58.

<sup>807</sup> **O Jornal**. 21 de maio de 1920. Biblioteca Nacional.

<sup>808</sup> **O Jornal**. 28 de maio de 1920. Biblioteca Nacional.

<sup>809</sup> **O Jornal**. 29 de maio de 1920. Biblioteca Nacional.

restos de Camisão, ainda não existe uma lápide, por simples que seja, como testemunho do nosso reconhecimento.”

Continua demonstrando que até aquele momento, o evento da invasão da Colônia Militar de Dourados estava esquecido além do desconhecimento sobre o local de sepultamento do tenente Antônio João: “E é pena, também, que tenhamos de dizer ao velho soldado que, em Dourados, permanecem esquecidos os restos de Antônio João, o tipo completo da encarnação da bravura e do patriotismo”. Na continuação do texto, o jornal tenta explicar os motivos para o esquecimento da memória referente à Retirada, nos levando a pensar que, de alguma forma, menciona nas entrelinhas todo o período onde o positivismo devido a menção relativa a “não ofender nossos vizinhos”, e, além disso, é até engraçada a crítica feita aos gastos com “chás dançantes” e não à celebrar os “heróis”, bem como ter os nomes de quem lutou no Contestado e não na Guerra da Tríplice Aliança – notadamente na Retirada – em suas paredes, ressaltando a memória que o positivismo quis construir:

“os nossos feitos militares restam ignorados porque **professores pacifistas** que sentem horror à guerra, os não relembram com medo de despertar nas crianças os sentimentos guerreiros. Nas escolas são ensinados todos os detalhes das guerras pérsicas, prússicas, romanas, num lamentável espírito de detalhe, que nem as dores de cabeça de Alexandre são esquecidas. [...] Conhecemos “à bessa” tudo quanto diz respeito às cruzadas, mas ficaremos desanimados se perguntarmos a um candidato a reservista, com todos os preparatórios, alguma coisa sobre a Guerra do Paraguai. Relembrando, prestando culto aos nossos heróis, nós absolutamente não ofendemos aos nossos vizinhos e amigos. Lemos numa História do Paraguai adotada nas escolas públicas que a guerra conosco foi uma guerra racional e não uma teimosia de Lopez. O Club que abra uma era nova, no culto dos bravos, não deve ficar em conferências. Em seu salão de honra estão os nomes dos mortos no Contestado: agora é completar levantando lápides que assinalem os túmulos de Camisão e de Antônio João. Já tivemos ocasião de apresentar essa ideia. Não tivemos eco. Voltamos a ela. Duas lápides não devem custar muito ao Club: talvez menos que alguns chás dançantes [grifo nosso]”.<sup>810</sup>

Foi a partir dessa Conferência que os alunos da Escola Militar de Realengo resolveram encampar uma campanha “patriótica” para, não a construção de lápides no local onde estavam enterrados, ou a busca dos restos mortais de Antônio João, mas para a construção de um grandioso monumento na capital federal que lembrasse os feitos e integrantes da Retirada. Ainda em 1920 os jornais já passaram a noticiar a iniciativa dos alunos da Escola Militar para a construção de um monumento no Rio de Janeiro que exaltasse a Retirada.<sup>811</sup> O objetivo era

<sup>810</sup>O *Jornal*, 30 de maio de 1920. Biblioteca Nacional.

<sup>811</sup>O jornal *A Razão* de 9 de outubro de 1920, por exemplo, falava da formação de uma Comissão para a execução do Monumento “Heroes de Laguna e Dourados”, incentivado pela juventude militar. Essa nota está inserida na notícia intitulada “Uma estátua a D. Pedro II. Outra aos heroes da Laguna. O apoio unânime da



ter o monumento pronto para as comemorações do Centenário da Independência que ocorreria dois anos depois. Em 16 de outubro a prestigiada revista de variedades *Careta*<sup>812</sup>, publica logo em sua primeira matéria, como fatos sensacionais da semana (logo após a notícia da visita do rei da Bélgica) o texto intitulado “O gesto consagrador”, onde destaca a iniciativa para a construção do monumento, merecendo a reprodução de algumas de suas palavras que nos fazem pensar sobre as críticas ao modelo da República Oligárquica, aos elogios aos jovens militares (futuros tenentes) e às questões relacionadas a valorização da chamada “raça brasileira”, tônica dos movimentos contestatórios da década de 1920, como o Modernismo, e uma das bases culturais do período varguista a partir de 1930:

“A politicagem rasteira, porém, nas horas de paz se fez senhora e dona do país e à própria capital da República, não sabendo de nome mais significativo a lhe dar, a imprensa dedicou a aviltante alcunha de “Paraíso dos ladrões”. Os nossos heróis, muitos dos quais permanecem no próprio local em que tombaram, foram esquecidos, parecendo que os deuses orgulhosos de tais homens maiores do que as eles ainda não achavam a República digna de possuir sagrados restos. Mas a mocidade – bendita mocidade da Escola Militar [...] redimiu um povo inteiro, porque fez com que a República se tornasse digna de possuir na praça pública o monumento da mais alguns heróis (sic) da raça brasileira”.<sup>813</sup>

A partir daquele momento os jornais publicavam em suas páginas notícias sobre campanhas inclusive dos esportistas para arrecadar fundos.<sup>814</sup> Outro detalhe é a publicidade feita em torno dos nomes dos componentes da Comissão. São eles:

---

Câmara”, nos levando a crer que o esforço monumental do período estava intimamente ligado à ideia de “nostalgia imperial” comentado anteriormente e utilizado como base para as comemorações relativas ao centenário da Independência. **A Razão**, 9 de outubro de 1920. Biblioteca Nacional. **O jornal** também exalta em sua edição de 5 de setembro de 1920, publicando inclusive a listagem com os nomes da Comissão.

<sup>812</sup> A revista *Careta* circulou por 53 anos, de 6 de junho de 1908 a 5 de novembro de 1960. Foi um periódico carioca da editora Kósmos que circulou comercialmente por 53 anos, de 6 de junho de 1908 a 5 de novembro de 1960, tendo sempre destaque entre as demais publicações do gênero. Em 1919, com pouco mais de dez anos de existência e, juntamente com a revista *Fon-Fon*, caracterizou-se como uma das publicações de variedades com uma considerável projeção social. A *Careta* tinha um design ousado para a sua época, fato que poderia ser atribuído hipoteticamente, à permissão de experimentalismos gráficos por iniciativa de seu fundador, o tipógrafo Jorge Schmidt, que em outra publicação chamada *Kósmos*, transferiu para o Brasil o modelo editorial que estaria em voga nas principais cidades européias e norte-americanas, posteriormente utilizando esse estilo na revista *Careta*. A revista contou com a colaboração de cartunistas de renome como J. Carlos. Possuía uma espécie de coluna fixa semanal, a seção “Páginas da Cidade” propunha retratar todos os fatos passados nos últimos sete dias na cidade do Rio de Janeiro. Para saber mais cf. dentre outros VELLOSO, Mônica Pimenta. “Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos et al. **História e Imprensa representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p. 313-364; Douglas Josiel Voks. “Revista *Careta* e a sua visão sobre a sociedade brasileira: charges e estereótipos”. **Anais do II Simpósio Nacional de Educação**. Outubro de 2010. Disponível em meio eletrônico. <http://cac.php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/>. Acessado em 28 setembro de 2019.

<sup>813</sup> *Careta*. Nº 643, 16 de outubro de 1920. Biblioteca Nacional.

<sup>814</sup> Cf. **O Paiz**, 29 de outubro de 1920, que noticiava uma série de partidas de *football* para arrecadar fundos à construção do Monumento. Nessa em especial, fala da solicitação feita à diretoria do C.R. do Flamengo que aceitou a proposta e fez uma série de jogos beneficentes à proposta. **O Paiz**, 29 de outubro de 1920. Biblioteca Nacional.

- **Presidente:** 1º tenente Pedro Cordolino de Azevedo;
- **Vice-presidente:** aluno Osório Tuyuty de Oliveira Freitas;
- **1º secretário:** aluno Mário Portella Fagundes;
- **2º secretário:** aluno Nilo Santiago;
- **1º tesoureiro:** aluno Péricles Carneiro da Cunha;
- **2º tesoureiro:** aluno Mário de Almeida Brandão;

Fazem parte ainda da Comissão os alunos: Scipião de Carvalho, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Humberto de Alencar Castello Branco; Alcindo Nunes Pereira; Olyntho França; Aducto Castello Branco Vieira; Alberto Leggianno; Ernesto Bandeira Coelho e Arthur da Costa e Silva (imagem 83) <sup>815</sup>.

Figura 83 – Reunião de Membros da Comissão Laguna e Dourados.



**Dir./esq., em pé:** Arthur da Costa e Silva (1º); Olyntho França (2º); Edmundo de Macedo Soares e Silva (3º); Humberto Castello Branco (4º); Scipião da Silva Carvalho (5º); Nilo Santiago (6º). **Da dir. p/**

<sup>815</sup>**O Jornal**, 5 de setembro de 1920. Biblioteca Nacional. A turma *Laguna e Dourados* ainda por muitos anos comemorou a formatura sendo o encontro amplamente divulgado nos jornais, enfatizando a iniciativa do monumento, conforme arquivo do CPDOC, pois desde 1938 ficara combinado entre os oficiais comemorar anualmente a data com almoço e homenagens (cf. **O Jornal**, 8 de janeiro de 1938. Biblioteca Nacional). Outro detalhe interessante é a percepção de que alguns dos chefes de governo durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) foram integrantes deste grupo como Castello Branco e Costa e Silva. Ainda no arquivo do CPDOC temos imagens e textos de comemorações ou solenidades referentes à turma. Cf. Arquivo Juraci Magalhães (JM) **foto 094, foto 131**, entre outras. Acredito que seja um ponto interessante a pesquisar, não somente a “coesão” e continuidade da turma, como também as formas comemorativas durante o período, tema que não será abarcado nesta pesquisa.

**esq., sentados:** Alberto Seggiaro; Mario Portela Fagundes; Cordolino de Azevedo; Osório Tuiuti; João Carlos Martins; Aduino Castelo Branco Vieira.

Fonte: Cpdoc/ Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Edmundo de Macedo Soares (EMS) – EMS foto 002.

A iniciativa contou então com o apoio de figuras públicas prestigiadas. O então presidente do país, Epiácio Pessoa, manifestou seu apoio ao Monumento, colaborando com a aprovação da lei que concedia auxílio do Congresso. Pandiá Calógeras, como Ministro da Guerra, também manifestou seu apoio, garantindo o abastecimento do bronze que fosse necessário. O deputado gaúcho Octavio Rocha e o intendente do Rio de Janeiro Henrique Lagden conseguiram angariar fundos significativos da Câmara e do Conselho Municipal, respectivamente. Ainda no final do ano de 1920, a Comissão já dispunha de mais de duzentos contos; tal conquista em tão pouco tempo fez com que Cordolino de Azevedo, presidente da Comissão, já pensasse, naquele instante, em uma data para a inauguração do Monumento: as comemorações cívicas de 7 de setembro de 1922, centenário da Independência.

Nessa “disputa pela memória” é erigido um monumento com o mesmo efeito na cidade de Nioaque no Mato Grosso (Imagem 84). Noticiado pela Revista da Semana, é intitulada como “*Uma grande dívida da nação resgatada pelo governo da república*”. O jornal afirma que

“o movimento de construção dos quartéis no estado do Mato Grosso, contratados pelo Ministério da Guerra com a Companhia Construtora de Santos, veio especialmente dar ao Governo Federal ocasião de tornar efetiva a promessa feita á nação. Sobre dois monumentos ultimamente levantados: um em Nioaque e outro em Aquidauana, ambos em mato Grosso[...] O MONUMENTO AOS RETIRANTES DE LAGUNA. Este monumento foi erigido na praça central da velha e legendária cidade de Nioaque. Este local foi escolhido para que melhor ficasse guardado e conservado por brasileiros e pelos descendentes de muitos heróis dessa campanha. Além disso, foi em Nioaque que os retirantes sofreram mais fortemente todas as calamidades dessa retirada heroica. [...] este monumento foi todo construído com arenito da serra de Maracaju [...] Em duas das quatro faces da coluna encimadas por uma granada, com suas arestas vivas como o gume de espadas [...] existem duas placas de bronze. Uma tem dedicatória do governo e a outra narra aos brasileiros as efemérides da retirada. Dos dois canhões que deviam ficar colocados na base, só se conseguiu arranjar um, que foi encontrado no velho quartel, em ruínas, edificado naquela praça.”<sup>816</sup>

A placa na face anterior possui os seguintes dizeres:

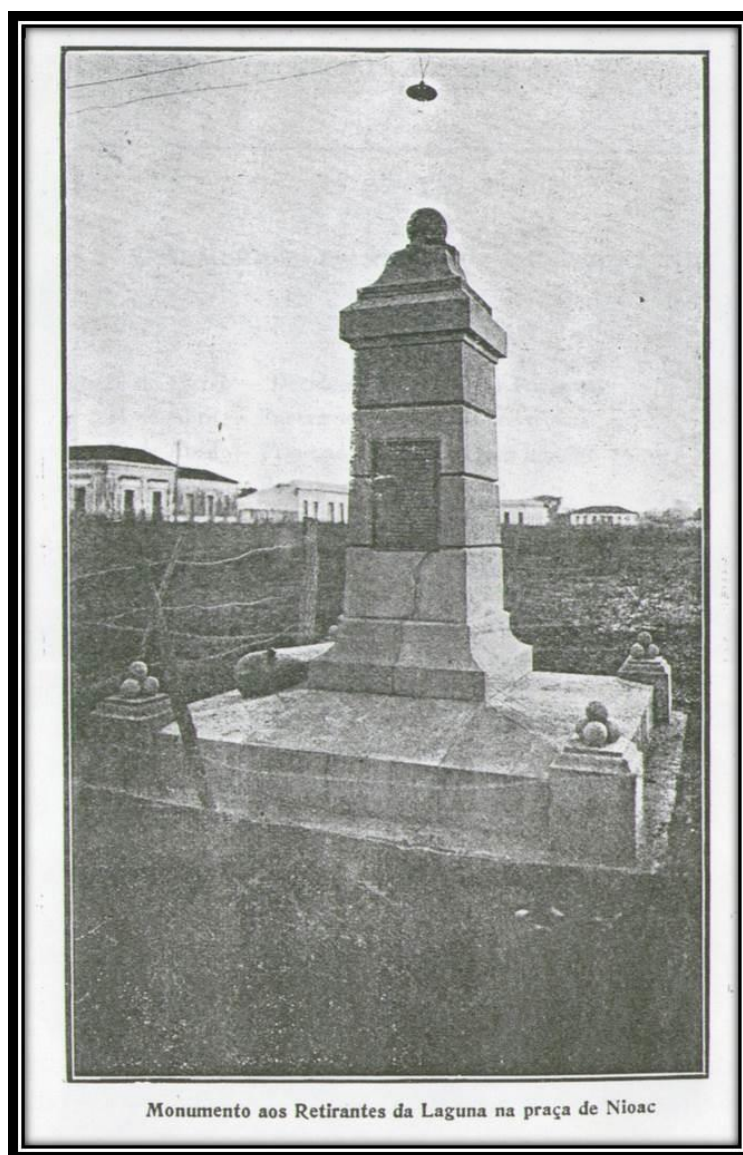
“Em nome da nação, o governo da República, pelo seu presidente Dr. Arthur da Silva Bernardes e o Ministro e Secretário de estado dos Negócios de Guerra General F. Setembrino de Carvalho, consagra este preito de admiração, e reconhecimento à glória imortal dos heróis da retirada da

---

<sup>816</sup>Revista Careta, 15 de março de 1924. Biblioteca Nacional.

Laguna, soldados da constância e do valor que acabrunhados por privações incedíveis, perseguidos por inimigo cruel e incomparavelmente mais forte, cercados pelo incêndio, dizimados pelo cólera e os combates exinanidos de forças mas nunca de ânimo, salvaram as bandeiras e os canhões que o Brasil lhes confiara. Junho de 1923.”<sup>817</sup>

Figura 84 – Monumento aos retirantes heroicos da laguna em Nioaque



Fonte: Heroes Abandonados, Armando Arruda, 1925.

Monumento, do latim *monumentum*, o termo deriva *de monere* (advertir, lembrar) e remete àquilo que traz algo a lembrança. Por monumento, no sentido mais antigo e primitivo, se entende uma obra realizada pela mão humana e criada com o fim específico de manter feitos ou destinos individuais (ou um conjunto deles sempre vivos e presentes na consciência

<sup>817</sup>Revista *Careta*, 15 de março de 1924. Biblioteca Nacional.

das gerações vindouras). Pode tratar-se de monumento artístico ou escrito, na medida em que o acontecimento que se pretende immortalizar se mantenha no conhecimento através daquilo que se contempla somente com os meios expressivos das artes plásticas ou recorrendo à ajuda de uma inscrição. O mais frequente é a união de ambos os gêneros, de um modo combinado.<sup>818</sup> Percebemos então que a iniciativa de se erigir um monumento vai de encontro com o objetivo de perpetuar a memória do evento e daqueles que o fizeram. A base para a reconstrução da história que cerca o monumento da Praia Vermelha advém da publicação do então tenente Pedro Cordolino de Azevedo, do ano de 1926, intitulado “*A epopeia de Mato Grosso no bronze da História*” onde descrevia a Guerra do Paraguai pela ótica dos acontecimentos no Mato Grosso e a da história da Retirada de Laguna e Dourados. Coube a ele mesmo encabeçar a verdadeira empreitada para a construção do “bronze da história”. Na apresentação da obra já temos algumas pistas relativas à ideia da construção. Na primeira parte da obra, o autor descreve toda a guerra travada no Mato Grosso, mas para nós, a segunda parte é que interessa. Inicia a segunda parte intitulando de *O Bronze*, e passa a contar toda a história da iniciativa da Escola Militar e a ideia da construção do monumento.

A história dos acontecimentos em Mato Grosso ficou a cargo do Major Genserico de Vasconcellos. Sob o título de *O teatro de operações de Mato Grosso na Guerra do Paraguai*, continha, segundo Cordolino, fotografias do Forte de Coimbra, da Colônia Militar dos Dourados, enfim, da região do conflito, muitas delas conseguidas com o General Lobo Vianna, outro entusiasta do assunto.<sup>819</sup> Além das fotografias e do texto, uma planta do local onde seria erigido o Monumento e o edital de concorrência também acompanhavam a Monografia.<sup>820</sup> Mesmo com todo apoio e os valores alcançados, Cordolino ressalta as críticas que o projeto estava sofrendo pelos “nossos patrícios, está a alguns prosélitos de uma religião, os quais, [...] pretendem opor sua vontade a do povo brasileiro, condenando o movimento que se iniciava na Escola Militar, e pretendendo ver nele uma causa de perturbação da paz americana”.<sup>821</sup> Possivelmente o autor deve estar se referindo aos positivistas e a motivação das críticas que era uma possível tensão nas relações entre o Brasil e o Paraguai acarretadas pela construção do Monumento.

---

<sup>818</sup> Aloís Riegl. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Gráficas Rogar, 1999, p. 23

<sup>819</sup> Segundo o periódico **Revista da Semana**, o livro do capitão Genserico de Vasconcelos, não receberia nenhum valor, pois o mesmo estaria revertido para a Comissão e o Monumento. Na edição nº 26 de 25 de junho de 1921 é publicada uma carta do então tenente Cordolino, presidente da Comissão, agradecendo o livro e tecendo diversos elogios ao mesmo. Mais tarde, na publicação do próprio Cordolino, vemos referência à obra. **Revista de Semana**, 25 de junho de 1921. Biblioteca Nacional.

<sup>820</sup> Pedro Cordolino Azevedo. **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1926, p. 93

<sup>821</sup> Idem, p. 61.

O autor continua sua análise, passando então para o local onde o monumento deveria ser erigido. Pensou-se inicialmente na Ponta do Calabouço, antigo Arsenal de Guerra (atual Museu Histórico Nacional) devido ao subsolo ser de rocha viva, o que suportaria um monumento de bronze e de, segundo Azevedo, ter embarcado dali a maioria dos combatentes que foram para o combate, além disso, o local pertencia ao Ministério da Guerra, o que facilitaria a autorização. Nesse contexto, ainda dependiam da palavra do prefeito que, mesmo favorável ao local escolhido, sugeriu que fosse feito na Av. Independência que seria aberta, o que jamais ocorreu. Como o projeto da Avenida não saiu do papel buscou-se outro local sendo sugerida a “a extremidade do promontório resultante do aterro do morro do Castello”, sugestão logo abortada devido às melhorias que deveriam ser feitas no local e a Comissão não dispunha de dinheiro suficiente para obra de tal monta.<sup>822</sup> O próprio prefeito Carlos Sampaio percebendo a impossibilidade ofereceu outro lugar, “a extremidade do cabo que fica ao sul do Forte de Copacabana”, logo rejeitado pela Comissão por acreditar que ficaria muito afastado do centro da cidade o que dificultaria a visitação. Somente em 1922, próximo à data de Comemoração do Centenário da Independência é que a Ponta do Calabouço foi oficialmente escolhida como local apropriado para receber o monumento, ocorrendo em seguida, mas o lançamento da pedra fundamental ainda demoraria a acontecer, somente em novembro de 1926 em cerimônia militar destacando a iniciativa da Escola Militar no projeto de construção contando com a presença do prefeito do Distrito Federal, os generais Nestor dos Passos (futuro Ministro da Guerra), Malan D’Angrogne, que além de pertencer a Missão Militar Francesa, havia empreendido meses antes (em maio) o percorrido aos locais históricos no Mato Grosso, além de publicar a obra *Heroes Esquecidos*, e Gil Dias de Azevedo, bem como oficiais do exército, familiares e alunos, além do escritor Goulart de Andrade que publicara em jornais apoiando a iniciativa dos alunos (Imagem 85).

---

<sup>822</sup> Idem, p.68.

Figura 85 – Lançamento da pedra fundamental do monumento na Ponta do Calabouço (1926)



Fonte:

Jornal Última Hora – edição noturna – 08 de novembro de 1926 – Biblioteca Nacional

Estabelecido o local, agora fora determinado pela Comissão que o projeto seria escolhido a partir de um concurso de maquetes. O Edital era bastante simples: só poderiam concorrer artistas brasileiros ou estrangeiros domiciliados no país, deveria apresentar uma maquete em proporção 1/10 e um detalhe escultórico ampliado a fim de avaliar a capacidade artística do concorrente, além de utilizarem como orçamento o valor de duzentos contos, que era o total arrecadado pela Comissão. O prazo limite era de 120 dias, a contar daquela publicação, ou seja, um prazo muito enxuto. Ao todo foram apresentados dezesseis projetos, sendo um desclassificado por não atender ao Edital. Todas as maquetes ficaram expostas à visitação pública no prédio do Jornal do Comércio, pois naquele momento a Escola de Belas Artes passava por reforma e não poderia dispor do espaço necessário. A escolha do projeto vencedor se deu da seguinte forma:

“Após três e meia horas de detido e minucioso estudo comparativo, durante o qual a Comissão examinou as maquetes, primeiramente sob o ponto de vista da verdade histórica, e ao depois quanto ao valor artístico de cada uma, e a vista, ainda, dos documentos apresentados, resolveu classificar-las: Em

primeiro lugar, a assinada *Veritas et Labor*; em segundo, *Santa Cruz*; em terceiro, *Alpha*; em quarto, *Criterium*; em quinto, *Um nacional*”.<sup>823</sup>

A maquete vencedora, *Veritas et Labor*, pertencia ao escultor carioca Antonino Pinto de Mattos. A Revista da Semana publicou em primeira mão, no dia 29 de outubro de 1921, o resultado do concurso de maquetes, das dezesseis apresentadas, cinco foram premiadas. Ficaram expostas no 5º andar do Jornal do Comércio para apreciação pública. Em 5 de novembro a Revista da Semana dedicou duas páginas para descrever o projeto vencedor com fotos e descrições detalhadas de cada alegoria.<sup>824</sup> Destaco nessa reportagem um trecho que achei muito interessante, anacrônico, mas que ressalta bem valores da época quando descreve a escultura do Guia Lopes: “o Guia Lopes em atitude de meditação exprime, com rara fidelidade a postura do nosso sertanejo. Vê-se ali numa tradução escultural um *Jeca – Tatu*<sup>825</sup> superior *maginando* [grifos do autor]” (Imagem 86).<sup>826</sup> Interessante pensar que ao mesmo tempo, conforme vimos anteriormente, o Instituto Histórico do Mato Grosso tentava desfazer essa visão de atraso.

Segundo Cordolino, a escolha foi feita de acordo com os seguintes aspectos:

“A maquetepremiada constitui um belo trabalho de arte. É imponente, elegante, majestoso e traduz com fidelidade o pensamento da Comissão Central, pois é fácil mesmo aos leigos em questões de História da nossa Pátria, compreender e sentir a grandeza dos episódios militares de que é uma resultante, um símbolo, uma condigna recordação.”<sup>827</sup>

<sup>823</sup> AZEVEDO, Pedro Cordolino. **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1926, p. 75.

<sup>824</sup> A **Revista da Semana** surgiu no início do século XX no contexto da modernização da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Com a ajuda de Medeiros e Albuquerque e de Raul Pederneiras, Álvaro de Tefé fundou o periódico, editado pela Companhia Editorial Americana. Em seu primeiro número, lançado em 20 de maio de 1900, a revista anunciou ter como principal objetivo oferecer ao público notas interessantes e ilustrações, trazendo também reportagens fotográficas sobre as festas do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Logo em seguida a revista foi comprada pelo Jornal do Brasil, que passou a encartá-la como suplemento literário. Periódico de variedades, voltado para conteúdos relativos à arte e à cultura, a Revista da Semana concedeu espaço à literatura, à crítica, à moda, ao comportamento, a concursos, às notícias do cotidiano, ao colunismo social, às crônicas políticas e policiais, às competições esportivas, às campanhas políticas e às grandes fotorreportagens. Em 1915, o Jornal do Brasil vendeu a Revista da Semana a Carlos Malheiro Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão. A partir de então, percebe-se que a revista passou a ter um espaço especificamente dedicado ao público feminino, mudando sensivelmente seu perfil editorial. Ao longo das décadas de 1930 e 1940, a Revista da Semana resistiu às mudanças pelas quais passou a imprensa brasileira, ditadas por um acentuado processo de concentração. Em 1959, a revista deixou de circular. Cf. CPDOC – FGV. **Verbetes Revista da Semana**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVISTA%20DA%20SEMANA.pdf>. Acessado em 29 setembro de 2019.

<sup>825</sup> Personagem criado por Monteiro Lobato na década de 1910, o Jeca Tatu representava o caboclo, que no início era taxado por Lobato de preguiçoso, não civilizável, mas que ao longo do período e das edições de *Urupês*, torna-se alguém cujos defeitos são relacionados com a falta de saneamento e a necessidade de sanitização, com olhar principalmente para as populações do interior do país.

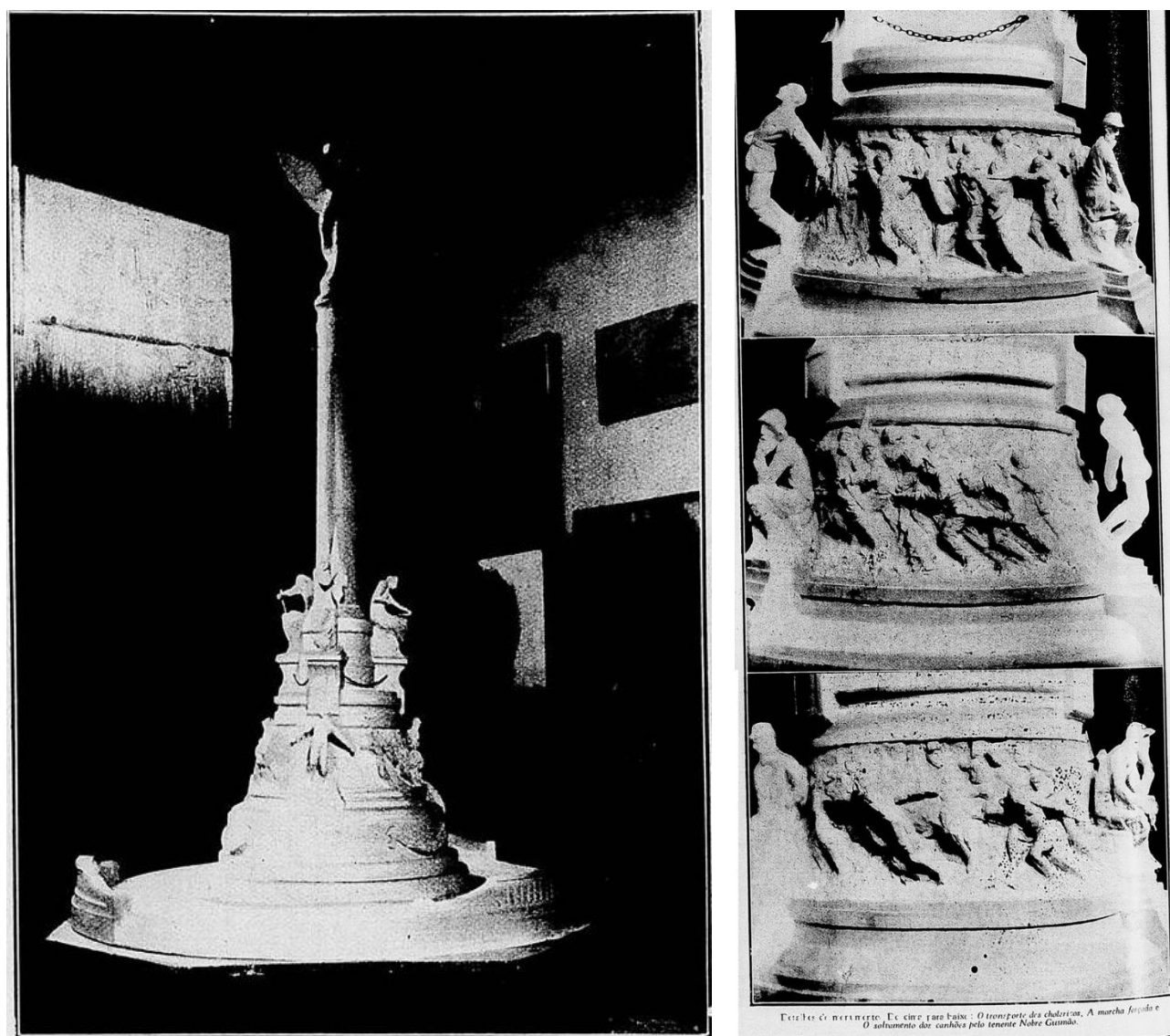
<sup>826</sup> **Revista da Semana**, 5 de novembro de 1921. Biblioteca Nacional.

<sup>827</sup> Pedro Cordolino Azevedo. **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1926, p. 77-78.



Nesse trecho podemos perceber a intenção do caráter educativo e de construção da memória coletiva, encerrada nesse monumento, pois seria de “fácil entendimento aos leigos”, além disso, reflete a questão da formação da identidade militar, pois, com o monumento, o “leigo” poderia “sentir a grandeza dos episódios militares”. Na foto o projeto (sem a cripta, pois não era ideia inicial) e a cena do transporte dos coléricos, que não menciona o abandono em Cambaracê, e o salvamento dos canhões. A história fora recontada para além do testemunho de Taunay.

Figura 86 – Detalhes da Maquete vencedora



Fonte: Revista da Semana, nº 44 de 29 de outubro de 1921. Biblioteca Nacional

No subtópico sobre a *Architectura*, o escultor descreve elementos arquitetônicos do Monumento. Explica que escolheu a forma circular como base por possibilitar linhas curvas, permitindo que o assunto – a heroicidade dos militares em Mato Grosso – pudesse ser “contado” em torno das curvas. O pé do Monumento tem cinquenta e três metros de circunferência, e o escultor o ornamentou com motivos militares, porém, sem dar tanto destaque, para não ofuscar a parte principal do Monumento, que se apoia nele. Na segunda parte, estão em destaque os elementos mais importantes; mede dezesseis metros de comprimento e estão representadas as cenas da Retirada da Laguna: a marcha forçada, o salvamento dos canhões e a marcha dos soldados coléricos, em relevo.<sup>828</sup> Acima da segunda parte, surge a terceira, com as três figuras simbólicas representadas pelo autor: a *Pátria*, a *Espada* e a *História*. E na face do alto relevo, estão as figuras dos heróis homenageados: Coronel Camisão, Tenente Antônio João e o guia Lopes. E, para finalizar a descrição arquitetônica do Monumento, acima das três figuras simbólicas referidas, parte uma coluna, “estilizada em tubo alma de canhão” de granito e medindo mais de nove metros, e sobre ela, a última figura pensada por Antonino de Mattos, a *Glória*, com mais de quatro metros de altura e seis metros de envergadura de asas, totalizando vinte e dois metros de altura. No subtópico da *Escultura*, Antonino de Mattos deu bastante ênfase à explicação de como seriam as esculturas do Monumento, principalmente as de alto relevo da Retirada da Laguna, porque nelas estava o foco da construção e esperava o escultor que as esculturas garantissem a dramaticidade que ele almejava para o Monumento.

Sobre as outras quatro esculturas restantes do Monumento, Antonino de Mattos faz breves comentários explicativos: 1) *A Pátria* foi apresentada de modo a expor os sentimentos de “bondade, energia, segurança e firmeza, foi-lhe dado um equilíbrio e simplicidade que tornarão humana a figura simbólica”. Está caracterizada com capacete e vestimenta de guerra, e segura uma bandeira, “que assistiu ao martírio dos filhos que a defenderam com o próprio sangue”; 2) *A Espada* foi representada por uma figura concentrada, em recolhimento, sem vestimentas, de modo a demonstrar heroísmo e coragem; 3) *A História* foi representada em “intensa meditação, curiosa e animada pelo que julga e descreve os feitos dos homens, os sacrifícios e os menores gestos significativos, que transmitirá à posteridade”; e, por último 4) *A Glória*, idealizada para ser a figura mais sublime e elegante de todas; o escultor quis representá-la com certo “distanciamento” do restante do Monumento, por isso, a Glória foi

---

<sup>828</sup> Camila Cremonese-Adamo. **Fronteira, Mitos e Heróis: a criação a apropriação Da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso**. Dissertação. Programa de Pós – Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados: 2010, p. 98.

colocada em cima da alta coluna, para ser como “um pensamento superior que se move a certa distância, distante do horizonte carregado das cenas trágicas, agoniantes e tremendas”.<sup>829</sup> Foi projetada em linhas leves, de modo a aparentar leveza, apesar dos acontecimentos trágicos.<sup>830</sup>

Mesmo aceito o projeto não foi executado, pois ele excedia o valor que a Comissão dispunha que era de duzentos contos, e o monumento custaria trezentos e vinte contos, além da quantidade de bronze que dispunha original de canhões paraguaios apreendidos na guerra, ser inferior ao solicitado pelo artista. Nesse sentido, fora levantada a hipótese de se diminuir o projeto, ideia logo rechaçada por Cordolino que acredita que esta ação limitaria a grandeza do monumento. Em seguida o contrato foi assinado com Antonino Mattos e ocorreria o adiantamento dos duzentos contos para o início do trabalho das esculturas e o restante ainda tentaria ser angariado. O prazo estipulado pelo contrato era de três anos, o que ultrapassaria o prazo inicial de setembro, a fim de ser inaugurado juntamente com as Comemorações do Centenário da Independência.

Nesse interim ocorrem as expedições aos lugares históricos da guerra com o Armando de Arruda Pereira e o General Malan. O primeiro realizou uma “peregrinação aos lugares históricos do Sul de Mato Grosso”, afirmando ter encontrado a sepultura de Antônio João e relatando o total abandono dos cemitérios que abrigariam os heróis. Interessante ressaltar dois pontos do seu relato:

- à página 30 ele afirma que naquela época pensava-se em erigir um monumento ao soldado desconhecido, imitando assim o que se fazia nos países europeus, critica afirmando que “se quiserdes conseguir os restos de um soldado desconhecido com a certeza de que serão os de um bravo, ide buscar os que estão assinalados pelas cruzes do cemitério de Bela Vista (ainda não existia a nomenclatura “cemitério dos heróis”).”

- à página 56 ele comenta sobre a iniciativa do Monumento no Rio de Janeiro, afirmando ser a primeira homenagem à memória dos Retirantes de Laguna e continua afirmando que os restos mortais dos que jazem abandonados à margem do Miranda deverão ser transportados para a capital da República, para um mausoléu à altura da gratidão que merecem de seus compatriotas. O que me chamou a atenção é que a iniciativa da Escola Militar não compreendia o traslado inicialmente.<sup>831</sup>

No ano seguinte, em 1926, iniciou a expedição do General Malan que, além de mapear os locais onde estavam enterrados os principais nomes, procedeu à restauração das

<sup>829</sup> Pedro Cordolino Azevedo. Op. Cit, p. 89-91.

<sup>830</sup> Camila Cremonese-Adamo. Op. Cit, p. 103.

<sup>831</sup> Armando de Arruda Pereira. **Heroes abandonados. Peregrinação aos lugares históricos do sul do Mato Grosso**. São Paulo: Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1925, p. 30 e 59.

lápides e do próprio cemitério. Sua “epopeia” mereceu destaque em primeira página de várias edições do Jornal *O Paíz*, periódico de grande circulação no Rio de Janeiro. Ao chegar às margens do Rio Miranda, onde estaria sepultado Camisão, Juvêncio e o Guia Lopes, Malan relata um estado de total abandono com mato bem alto e a disposição de várias cruzes, o que demonstrava que o local era utilizado como cemitério para a comunidade (Imagem 87).

Assim o general descreve o lugar:

Ocupa pequena elevação que se transforma em ilha nas grandes enchentes do Miranda. [...] O cemitério dista 500 metros do rio. [...] O pequeno campo santo tem a forma quadrada, de 14 metros de lado e é cercado por um aramado bem feito, mas danificado pelo gado. Estava no mais completo abandono: o matagal crescia mais de metro. Paus de grossura apreciável enrolavam-se no aramado, forçando-o e arrancando-o. grandes espinheiros e não menores cipoais, tudo denotava esquecimento. Uma grande palmeira, das chamadas bacayucas, ergue quase ao centro do cemitério as suas esguias folhas, parecendo querer nortear a quem procure aquele recanto, como se temesse eterno olvido aos que repousam a seus pés. Foi o cemitério completamente limpo, respeitadas as árvores. A cerca foi consertada e reforçada. [...] Foram tiradas várias fotografias durante a execução do serviço. Tempo quase sempre brumoso e local sombrio, pela vizinhança da mata.

Sobre os túmulos, o General Malan prossegue o relato não encontrando visão melhor:

o túmulo de Camisão e Juvêncio arruinado. Mármore caídos ou arrancados, efeito do tempo ou quem sabe se de mãos criminosas, pois segundo corre entre os moradores da região, há ainda quem pense encontrar enterrados os haveres da coluna. [...] Assim não raro aparecerem terras revolvidas de fresco, escavações em matagais, em sepulturas, casas velhas, etc. a lápide solta, denegrada. O pedestal desmoronado, fendido. Pedras deslocadas pelas grossas raízes. O pedestal foi completamente restaurado a cal e cimento, a lousa restaurada a cimento, com cuidado (Imagem 88).<sup>832</sup>

---

<sup>832</sup> Alfredo Malan. **Heroes esquecidos. Refazendo o itinerário da Retirada da Laguna.** s/l. 1926, p. 381.

Figura 87 – Local das sepulturas



À esquerda como foi encontrado o cemitério e à direita o local após os consertos.

Fonte: O Paíz, 29 de maio de 1926. Biblioteca Nacional.

Sobre a localização dos sepultados, Malan descreve:

Junto a três pés de umbauva, no ângulo posterior direito do cemitério [...] havia um monte de escombros, afogados sob o mato, invisível. Eram ruínas do túmulo do Guia. Sem indicação certa para descobri-lo seria preciso adivinhar. Dispunha eu felizmente da pessoa do Sr. José Francisco Lopes Filho, filho do Guia, que foi indicar-me onde jaziam os restos do grande vaqueano. [...] Entre os túmulos de Camisão e do Guia Lopes, ergue-se um grande mausoléu de pedra e cal que mede cerca de 2,50 de comprimento por 1,40 de largura e, proximamente 1,10 de altura; um espaldar de 2,50 comporta uma inscrição mal feita, relativa ao nascimento e morte de João Lopes, filho do Guia, assassinado em 1905. [...] Existem no cemitério muitas outras sepulturas rasas de parentes e membros estranhos à família Lopes: algumas assinaladas, a maioria ignoradas.<sup>833</sup>

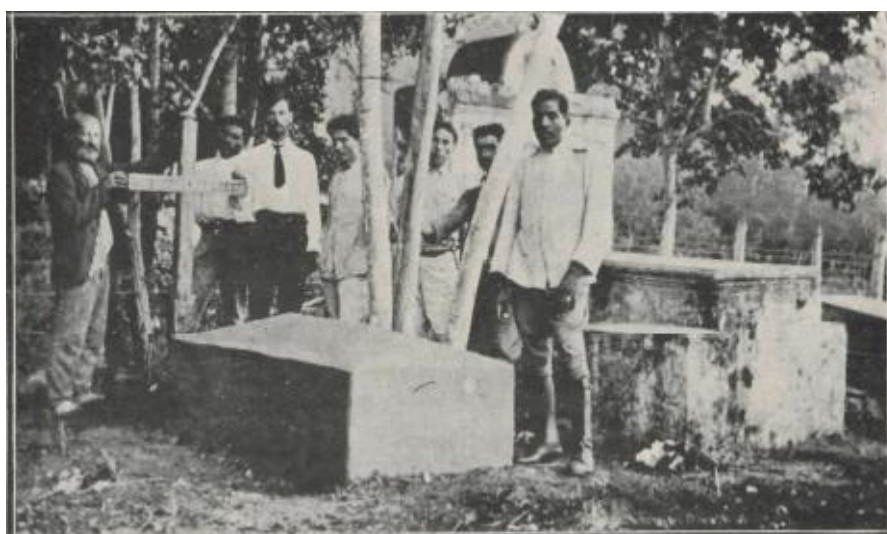
<sup>833</sup> Alfredo Malan. **Heroes esquecidos. Refazendo o itinerário da Retirada da Laguna.** s/l. 1926, p. 381 -382.

Figura 88 – Imagens dos túmulos encontrados pelo General Malan (1926)



Fonte: Alfredo Malan. Heroes esquecidos, p 373

Figura 89 - Cemitério após os reparos (1926)





Fonte: Alfredo Malan. *Heroes esquecidos*, p.377,378 e 379.

Em 1926, ano da publicação de Cordolino, e quatro anos após a assinatura do contrato, o estado de animação havia sido substituído pelo desânimo total com a conclusão do projeto, conforme relata o próprio autor no item *Estado atual dos trabalhos*. Atribui a não conclusão do monumento aos “lamentáveis sucessos que se deram no país, em 1922”, os quais “arrastando na sua vertigem a Escola Militar, impediram que pudéssemos ver concluído trabalho de tanta magnitude”, ou seja, o autor culpou diretamente o movimento tenentista de se iniciara em 1922.<sup>834</sup> O monumento que deveria ser fundido na Europa acabou sendo realizado no Brasil, na Fundação Cavina, com sede no Rio de Janeiro, e seu orçamento pulou de trezentos e vinte contos para quatrocentos e vinte contos. Outro ponto merece destaque. O bronze de canhões que seria utilizado para fundir as peças jamais foi entregue, eles deveriam vir do Mato Grosso (algo que considero muito expressivo e significativo), com o transporte pago pela Comissão, só que passados três anos, os canhões não haviam chegado ao Rio de Janeiro. Foi então que um dos membros da Comissão, que estava de férias em Cuiabá, descobriu que a lancha que os transportava naufragou, perdendo todo o carregamento. “A situação permaneceu assim até a visita à fundição do novo Ministro da Guerra, Marechal Setembrino de Carvalho, que deu nova autorização à Comissão procurar, em todo o país, as armas de bronze necessárias para a arrecadação”<sup>835</sup>.

Sem fundos disponíveis e enfrentando críticas e percalços, o projeto foi esquecido pelo menos até maio de 1938 quando o Ministro da Guerra do Estado Novo, Eurico Gaspar Dutra, autoriza a liberação dos recursos necessários e escolhe o local definitivo para o monumento: a

<sup>834</sup> Pedro Cordolino Azevedo. Op. Cit, p. 99.

<sup>835</sup> Camila Cremonese-Adamo op. Cit p. 107.

Praia Vermelha na Urca, onde, anteriormente existia o quartel que fora destruído devido à sublevação na Intentona de 1935.<sup>836</sup> Era o recém-implantado Estado Novo utilizando de sua arma mais profícua: a propaganda.<sup>837</sup> Além disso, a parte inferior do monumento possuiria uma cripta onde os restos mortais do coronel Camisão, o tenente-coronel Juvêncio Cabral de Menezes e José Francisco Lopes, o guia Lopes, deveriam ser colocados para seu “repouso final”, mas a mesma ainda não estava completamente pronta e o traslado fora adiado. Ainda sim, o General Dutra confirmou o interesse em buscar os restos mortais, mas não havia solicitado autorização das famílias para o feito<sup>838</sup>.

O evento de inauguração foi marcado para o dia 29 de dezembro de 1938 e os jornais de todo o país destacaram, durante quase todo o mês de dezembro o acontecimento e descreviam o monumento, as personalidades e todo o cerimonial de inauguração, como por exemplo a Revista *O Cruzeiro* que além de mostrar detalhes, fez questão de fotografar um operário manipulando um canhão para a confecção do monumento (imagem 90). Outro detalhe interessante é a transmissão radiofônica que ocorreria, a partir da adaptação feita por Joracy Camargo do texto de Taunay para o programa “Hora do Brasil”.<sup>839</sup> Foi então criada a

---

<sup>836</sup> Os créditos para o término do monumento e construção do monumento a Santos Dumont, já haviam sido liberados desde 1935, mas acredito que, com a agitação dos momentos políticos nesse interim, o monumento tenha ficado esquecido.

<sup>837</sup> Maria Helena Capelato afirma que “a função simbólica reveste-se de uma importância particular nas ditaduras”, além disso “o descontentamento com a “República Velha”[...] preparou terreno para o advento do Estado Novo”, nesse sentido “o signo fascina os olhares, mobiliza energias, compensa as frustrações e infla as vaidades”. Cf. Maria Helena Rolim Capelato. **Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo**. São Paulo: UNESP, 2008, p. 51 e 56.

<sup>838</sup> “O ministro da Guerra, querendo dar mais projeção à ideia, mandou que se retirassem dos sertões de Mato Grosso os restos mortais dos soldados tombados na via-crucis da Retirada da Laguna e na resistência Dourados a fim de serem postos na cripta. Deverão figurar nesta cripta, também os que tomaram parte na defesa do Forte Coimbra, no combate de Alegre, na retirada de Oliveira Mello e na retomada de Corumbá, e os que tenham falecido posteriormente em qualquer ponto do Brasil.” Nessa citação percebemos como o Estado Novo praticamente uniu todos os acontecimentos relativos à invasão paraguaia no Mato Grosso em uma grande evento *A Retirada da Laguna*. Desta forma, consegue realizar um momento que abarque todas essas ações que, naquele momento, passam a ser exaltadas como primor de patriotismo, coragem e abnegação em serviço da pátria. Cf. **O Jornal**, 17 de maio de 1938. Biblioteca Nacional.

<sup>839</sup> “Desde 1931, com o Departamento Oficial de Publicidade, substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o governo já vinha implantando uma política de controle da informação transmitida pelo rádio e pela imprensa. Quando o DPDC se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), em 1938, inaugurou-se o programa “Hora do Brasil”, transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, visando à divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. A partir de 1939 a “Hora do Brasil” passou a ser feita pelo DIP, que tomou o lugar do DNP. O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica. Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado, “Hora do Brasil” incluía uma programação cultural que pretendia incentivar o gosto pela “boa música” através da audição de autores considerados célebres. A música brasileira era privilegiada, já que 70% do acervo eram de compositores nacionais. Comentários sobre a arte popular, em suas mais variadas expressões regionais, e descrições dos pontos turísticos do país também eram incluídos na programação. Quanto à parte cívica, era composta de “recordações do passado”, em que se exaltavam os feitos da nacionalidade. Nas peças de radioteatro, para as quais eram convidados os mais destacados dramaturgos da época, como Joraci Camargo, enfocavam-se dramas históricos como a retirada da Laguna, a abolição da escravidão e a proclamação da República”. Cf.



“Semana dedicada aos heróis de Laguna e Dourados”, com eventos, matérias comemorativas nos jornais e “palestras” feitas pelo general Pedro Cavalcanti e o Ministro do Trabalho sobre a obra do Taunay e a importância do evento histórico para a nacionalidade brasileira, em uma verdadeira tentativa de invenção das tradições. Além disso, fora determinado pelo General Dutra que a praça na qual o monumento seria inaugurado, passaria a se chamar *Praça General Tibúrcio*, bem como o 10º Regimento de Cavalaria sediado em Bela Vista receberia o nome de “Regimento Antônio João”.<sup>840</sup> Outro detalhe extremamente interessante foi a presença do único sobrevivente vivo da Retirada, o general Raphael Tobias que contava 94 anos naquela data. Sua aparição possuiu o mesmo destaque nos jornais que a inauguração do monumento. Realmente foi um acontecimento. A revista *O Cruzeiro* de 17 de dezembro de 1938, dedicou suas páginas centrais ao General Raphael Tobias, levando-o ao monumento, que estava em fase final de acabamento, documentando tudo fotograficamente e entrevistando de modo a que o general pudesse recontar a história, corroborando assim com o feito de epopeia, ressaltando as quatro figuras em destaque na obra: Antônio João, Camisão, Juvêncio de o Guia Lopes (imagem 91). O general Raphael Tobias ainda deixou manifestada sua vontade de ter seus restos mortais colocados na cripta que, naquele momento estava em construção<sup>841</sup>.

---

CPDOC/FGV – **A Era Vargas (1920-1945)**. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/HoraDoBrasil> acessado em 29 setembro de 2019.

<sup>840</sup>**O Jornal**. 20 de dezembro de 1939. Biblioteca Nacional. A escolha do nome para a Praça surge como homenagem ao Brigadeiro Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, nascido em 1837 e falecido aos 48 anos de idade em março de 1885. Lutou toda a Guerra da Tríplice Aliança, recebendo destaque e honrarias devido a sua atuação na “linha negra”. Cf. <http://www.eb.mil.br/documents/10138/7932041/Alusivo+Brig+Tiburcio+-+CCOMSEX-revisado.pdf/e395a515-2882-33d1-9974-b059be7c9583>. Acessado em 29 de setembro de 2019.

<sup>841</sup> O General Raphael Tobias participou de todo o evento de inauguração, sendo inclusive homenageado em agraciado com medalhas comemorativas. Morava no Rio de Janeiro, na Av. 24 de Maio, nº 173 (atual Clube de Sargentos do Rocha), no bairro do Rocha. Acabou falecendo meses depois, em 19 de junho de 1939, sendo enterrado no cemitério de São Francisco Xavier no Caju, também no Rio de Janeiro. Sua vontade foi realizada anos mais tarde e seus restos mortais atualmente repousam na cripta do monumento. Seu túmulo na fora encontrado no cemitério. Cf. **O Jornal**, 20 de junho de 1939. Biblioteca Nacional.

Figura 90 – Revista O Cruzeiro com descrição do monumento em 1938



Fonte: Revista O Cruzeiro de 1 de janeiro de 1938, p. 32 e 33. Biblioteca Nacional

Figura 91 – Revista O Cruzeiro com o general Raphael Tobias em 1938



Fonte: Revista O Cruzeiro de 17 de dezembro de 1938, p. 32 e 33. Biblioteca Nacional

Estava tudo preparado para a inauguração, mas esta teve de ser adiada devido ao mau tempo, sendo remarcada para o dia 31 de dezembro. Na inauguração, segundo *Diário de Notícias* de 20 de fevereiro de 1944, figuraram “forças de terra e mar formavam ao longo da praça e em torno do monumento, também tomando parte na solenidade os alunos das escolas desta capital. Altas autoridades civis e militares, membros do corpo diplomático e pessoas especialmente convidadas estavam presentes ao ato, que se revestiu do maior brilhantismo”. Entre as presenças importantes na cerimônia, estavam o presidente Getúlio Vargas e o Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, “destacamentos do Exército, da Escola Militar, do Colégio Militar, da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Fuzileiros Navais foram passados em revista pelo presidente da República, enquanto a Primeira Bateria do Grupo de Obuses dava as salvas do estilo”<sup>842</sup>, além do próprio Cordolino, o escultor morreu poucos dias antes da inauguração. Além da inauguração propriamente dita, outras solenidades ocorreram em paralelo: condecoração do General Raphael Tobias, o único sobrevivente vivo da Retirada da Laguna, que recebeu a medalha do Mérito Militar, e a entrega do estandarte ao representante do 10º Regimento de Cavalaria Independente, de Bela Vista, que recebeu a denominação histórica de *Regimento Antônio João*, no dia 30 de dezembro de 1938. Tamanho aparato a dimensão alcançada para a inauguração do Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados, além da importância histórica de sua inauguração, um ano após a decretação do Estado Novo, podendo nos fazer refletir sobre as bases constituidoras do período ditatorial de Vargas. Além disso, a escolha do local pareceu oportuna: próximo a Escola Militar, lembrando que nesse contexto ocorreu um “abafamento” do movimento dos tenentes, valendo a “supremacia” do Estado. Além disso, o monumento pretende criar uma memória coletiva, pois, nas palavras de Aleida Assmamm, “a sepultura protege a memória privada da família, enquanto o memorial assegura a memória de uma comunidade muito maior, seja a pólis ou a pátria”<sup>843</sup>.

---

<sup>842</sup>*Diário de Notícias*, 20 de fevereiro 1944. Biblioteca Nacional.

<sup>843</sup> Aleida Assmamm. *Espaços de recordação*. op. Cit p. 47

Figura 92 – Inauguração do Monumento aos Heróis da Retirada da Laguna e Dourados



Fonte: Arquivo Nacional



Fonte: Revista O Malho, 12 de janeiro de 1939. Biblioteca Nacional.

Em 29 de julho de 1939, a cidade de Casa Branca, interior de São Paulo, resolve também homenagear os envolvidos na Retirada da Laguna com um monumento. Configura-se em uma coluna de pedra com os seguintes dizeres: “*Aos soldados do coronel Manoel Pedro Drago, aqui acampados a 20 de junho de 1865 e que escreveram na Retirada da Laguna uma das mais heroicas e comoventes páginas da História Brasileira, homenagem de Casa Branca*”. Ao centro da coluna tem o roteiro da Retirada e logo abaixo uma placa homenageando Taunay, transcrevendo o II capítulo da obra *Inocência*, de sua autoria. Temos aqui talvez a primeira disputa pela memória após a inauguração do monumento da Praia Vermelha. Ainda sim, temos o traslado dos corpos que causou um problema no Mato Grosso, afinal não existe cemitério sem corpo, não existindo na prática, portanto o cemitério dos heróis.

“O cuidado com os restos mortais consistia na imortalização do nome”<sup>844</sup>. A partir dessa premissa, passaremos agora a entender como foi o processo de traslado dos corpos de Miranda para o Rio de Janeiro. A princípio, gostaria de enfatizar que não foi encontrada nenhuma fonte específica sobre o fato ou imagem do procedimento no Mato Grosso. Logo que iniciou a década de 1940, os preparativos para o traslado dos restos mortais se torna algo palpável. Após a inumação no cemitério, os restos mortais foram levados para a cidade de Aquidauana e somente em novembro de 1941 é que os restos mortais embarcam definitivamente para o Rio de Janeiro. O transporte é feito em trem, em um vagão especial, passando por diversas cidades sendo homenageados em todas elas com missas solenes. O trem chega então a Campo Grande, onde recebe homenagem da 9ª Região Militar, seguindo dali para São Paulo. Em São Paulo, as urnas com os restos mortais são levadas até a Igreja de São Bento onde é realizada uma missa de corpo presente em 12 de novembro de 1941 (Imagem 93). Neste momento, além das urnas chegadas do Mato Grosso, é reunida também uma urna vinda de Minas Gerais com os restos mortais do general João Antônio da Costa Campos, que foi alferes do 21º batalhão de infantaria que esteve presente em toda a Retirada. Partiram de São Paulo em 14 de novembro de 1941, acompanhados de membros da Comissão do Monumento, chegando ao Rio de Janeiro no dia 15 de novembro, aniversário da Proclamação da República.

---

<sup>844</sup> Aleida Assmamm. Op. Cit., p. 38

Figura 93- Missa de “réquiem” na Basílica de São Bento



Fonte: Jornal *A Manhã* de 14 de novembro de 1941. Biblioteca Nacional

Chegando ao Rio de Janeiro, as cinco urnas foram transportadas com escolta militar para o monumento. Já aguardava o presidente Getúlio Vargas, o general Dutra, ministro da guerra; o almirante Aristides Guilherme, ministro da marinha; Salgado Filho, ministro da aeronáutica; o bispo Dom Aquino Correa, orador oficial; o general Góis Monteiro, e o tenente coronel Cordolino, entre outras personalidades. Após vários discursos a as urnas foram colocadas na cripta que enfim fora fechada, tendo à sua porta uma figura de um soldado do Império em bronze com arma em posição de funeral. Os restos mortais dos cinco comemorados tiveram suas urnas colocadas em um sarcófago maior (Imagem 94). Existem também nove medalhões individuais em bronze com o rosto de personagens da jornada e sua função no momento dela (Imagem 95):

1	Tenente – coronel Juvêncio Manoel Cabral de Menezes	Chefe da Comissão de Engenheiros
2	1º Tenente Alfredo D’Escragnolle Taunay	Secretário da Comissão de Engenheiros
3	Major de Comunicação José Thomaz Gonçalves	Comandante do 21º Batalhão de Infantaria e substituto do Coronel Camisão
4	Tenente-Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero	Comandante do Forte de Coimbra
5	Tenente João de Oliveira Mello	Comandante da retirada de Corumbá
6	Capitão Pedro José Rufino	Comandante interino do 1º Corpo de Caçadores a Cavalos
7	Major de Comunicações João Thomaz Cantuária	Comandante do Corpo Provisório de Artilharia
8	Tenente-Coronel de Comunicações Antônio Enéas Gustavo Galvão	Comandante do 17º de Voluntários da Pátria
9	Dr. Manoel de Aragão Gesteira	1º Cirurgião da Expedição

Além destes, existem dois medalhões maiores, sendo o primeiro com nove nomes e o segundo com oito nomes. Um ponto interessante no segundo medalhão: a presença do nome de civis e, principalmente o de Anna Mamuda, chamada de “o anjo da caridade” (Imagem 96). No sarcófago maior da cripta estão colocadas as urnas com os restos mortais que vieram do Mato Grosso e de Minas Gerais; no sarcófago menor da esquerda estão os restos mortais (posteriormente colocados) do general Costa Campos e no sarcófago menor da esquerda, estão os restos mortais do Dr. Gesteira e do Dr. Quintana (Imagem 97).

Figura 94- Sarcófago maior contendo as urnas trasladadas do Mato Grosso e Minas Gerais



Fonte: Acervo pessoal - 2018



Figura 95- Exemplo dos medalhões dentro da cripta do Monumento



Fonte: Acervo pessoal – 2018

Figura 96 – Placas com outros nomes



Fonte: Acervo pessoal – 2018

Figura 97 – Urnas menores dentro da cripta



Fonte: Acervo pessoal – 2018

Figura 98 – Vista do interior da cripta



Fonte: Acervo pessoal – 2018

#### 4.2.5 - A memória em bronze: construção e panteonização dos heróis

Joel Candau em sua obra “Memória e Identidade” cria uma ideia de prosopopeia memorial, onde todo indivíduo morto pode converter-se em objeto de memória e de identidade a partir do

*Exemplum*: idealização, personagens-modelos nos quais são mascarados os defeitos e enaltecidas as qualidades, seleção de traços de caráter julgados dignos de imitação, “lendas de vida” post mortem que podem fabricar deuses [...] transcendendo as qualidades pessoais do defunto através de um modelo que combina arquétipos e estereótipos.<sup>845</sup>

Essas formas de emulação dos grandes homens podem ser manifestadas a partir de formas de tanatocracia (“governo dos mortos”), ou, a forma mais comum, a de panteonização.<sup>846</sup> A memória dos mortos passa a ser então um recurso essencial para a construção da identidade, que é expresso pelos monumentos, cuja finalidade é “instigar pela emoção, uma memória viva”, sendo o monumento então a imagem de uma permanência, a que o grupo deseja para si mesmo. A *Gazeta da Tarde* de 25 de julho de 1892 tece uma explicação bem interessante sobre o que, naquele momento, poderia ser considerado um

<sup>845</sup> Joel Candau. “O jogo social da memória e da identidade.” In Joel Candau. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 143

<sup>846</sup> Idem, *ibidem*.

mausoléu a partir da história de um rei da Ásia Menor morto no século IV a. C., como um “soberbo monumento para perpetuar-lhe a memória”.<sup>847</sup> Ao receber os restos mortais o monumento deixa de ser somente assim considerado e passa a ser um mausoléu, que também difere da sepultura, pois esta última se refere à recordação individual daquele que ali se encontra e não a construção memorial que se pretende. O panteão seria algo além disso pois guardaria não somente as cinzas, mas trabalharia com toda uma alegoria a fim de contar uma história, uma espécie de culto cívico da nação. Desta forma, vamos examinar os panteões realizados para receber os despojos daqueles que passaram a ser considerados heróis da Tríplice Aliança, ressaltando seus percalços e as disputas relacionadas entre eles. Cabe ressaltar que a escolha dos panteões, visto que não seria possível olhar a todos, obedeceu a um critério de importância simbólica e possibilidade de comparação. Tendo isto em vista, serão analisados os panteões relativos ao General Gurjão, Almirante Barroso e Almirante Tamandaré, Panteão do General Osório, cada um com sua especificidade, seja do contexto ou da apropriação. Ficaram de fora outros tantos importantes, como o Panteão do Marechal Deodoro da Fonseca e do Duque de Caxias, Sampaio, General Tibúrcio entre outros tantos pesquisados tanto na forma como sua concepção, quanto na sua execução.

Como podemos entender a concepção de herói para esses homens do final do século XIX e início do século XX? A fabricação deste termo dista à Idade Média se relacionando com a noção de martírio religioso, cheio de virtudes e dotado de um caráter quase divino. Uma publicação francesa de 1999 nos abre caminho para a discussão sobre a formação do mito do herói, bem como suas nuances mais delicadas. *La fabrique des héros*, editado pela *Maison des sciences de l’homme* traz em sua publicação uma série de artigos que, dentre outras coisas, se propõe a analisar como os heróis foram inventados na França, mas seu texto pode ser considerado praticamente universal, visto que o enfoque é muito parecido com a abordagem relativa aos atos de rememoração individual relacionada à Guerra da Tríplice Aliança. A base da explicação sobre a necessidade da fabricação dos heróis advém da obra *Le culte des héros et ses conditions sociales: saint Patrick, héros national de l’Irlande*, escrita pelo sociólogo polonês Stefan Czarnowski.<sup>848</sup> Para ele, nenhuma nação sem mito, sem heróis

---

<sup>847</sup> *Gazeta da Tarde*, 25 de julho de 1892. Biblioteca Nacional.

<sup>848</sup> A obra *Le culte des héros et ses conditions sociales: saint Patrick, héros national de l’Irlande*, foi concluída em 1911, e publicada em Paris logo após a Segunda Grande Guerra, como uma espécie de homenagem ao autor falecido. Stefan Czarnowski nascido em 1879 estudou na Alemanha com Simmel, sendo contemporâneo, e partícipe de Marcel Mauss e “discípulo” de Durkheim, estando presente em todos os grandes debates da escola sociológica francesa, acabou sendo exilado. Em sua obra *Le culte des héros et ses conditions sociales: saint Patrick, héros national de l’Irlande*, explora o universo da construção dos mitos, retirando-os da ideia estritamente religiosa.

e sem liturgia pode fixar a consciência coletiva ou uma continuidade de uma história. No entanto, esse consenso não é espontâneo, é o produto de uma fabricação controversa.<sup>849</sup>

Ainda segundo Fabre, analisando a terminologia do termo, a palavra *heroi*, em sua primeira organização, a fim de designar algo diferente, se caracteriza por ser de

origem acadêmica, e de uso bastante raro até o século XVII, permaneceu por muito tempo ligado às realidades que ele designou em sua língua materna, ou o heroï, o semideus do paganismo greco-romano e, por extensão, o protagonistas do épico arcaico. Aqui as línguas germânicas mantiveram uma possível distinção entre as heroínas, criaturas da mitologia, e os personagens da história épica. O heroísmo renascentista sem dúvida contribuiu para um primeiro enriquecimento de significado: lexicógrafos lustram "herói" por "caráter", "ilustre". O que acontece a seguir é uma extensão semântica, uma remodelação nocional e uma mudança de uso introduzindo uma nova conotação. Três movimentos que correspondem precisamente a reformulações conceituais e políticas do heroísmo.<sup>850</sup>

A partir da Época Moderna, com o advento do absolutismo, a palavra adquiriu gradualmente novo significado, se tornando sinônimo de "caráter" na narrativa literária ficcional promovida e celebrada pelas monarquias. O que faz Fabre supor que a princípio poderia ser aplicada aos tipos nobres, antes de se tornar uma narração comum, sendo óbvio se pensarmos que o "herói", é sempre o ser foal, agente condutor da narrativa mitológica, épica ou histórica, servindo como referência para qualquer leitor.<sup>851</sup> A segunda reorganização surge ao final do século XVI e dividiu o campo nacional do heroísmo. Os heróis oferecem à adoração, quase um culto, a partir da explicação dos teólogos e canônicos, que dão ao termo a noção de martírio, e às "virtudes heroicas", méritos pessoais e atuações militares. A terceira organização, baicamente oriunda do chamado "séculos das luzes", traduz a ideia de herói contrariamente aos feitos militares, mas por seu valor, podendo ser explicado pelo pensamento racional que visava retirar a preponderância da Igreja Católica nas relações políticas e sociais, pois, segundo Voltaire, os heróis nos campos de batalha são prejudiciais à sociedade, enquanto os grandes homens podem doar seu trabalho a ela e servir de exemplo.<sup>852</sup>

A definição de herói para Voltaire pode ser considerada uma adoração aos talentos "socialmente úteis", para os "benfeitores da humanidade" e para os "indivíduos universalmente históricos".<sup>853</sup> Mas essa formatação não é homogênea, pelo contrário, esse

<sup>849</sup>Daniel Fabre. "L'atelier des héros". in Pierre Centerlivres; Daniel Fabre and Françoise Zonabend. **La fabrique des héros**. Paris, Ministère de la Culture/Éditions de la Maison des sciences de l'homme, Coll. « Ethnologie de la France », cahier 12, 1999, p. 233.

<sup>850</sup> Idem, ibidem, p. 235.

<sup>851</sup> Idem, ibidem. p 235-236.

<sup>852</sup> Idem, ibidem, p. 236.

<sup>853</sup> Cf. G. Lukacs. 1965. **Le roman historique**, Paris, Payot.; principalmente a 4ª parte, capítulo 3: "La forme biographique et sa problématique", pp. 343-368. Voltaire escreve, em 15 de julho de 1735, para seu amigo

arquétipo do herói aparece em relação da sua especificidade e definição no espaço social e de seu reconhecimento, o que fornece mais profundidade ao sentimento de adesão ao conceito. Mas foi a partir de Diderot que essa configuração se torna mais clara: os biógrafos começam a sublinhas traços e excelência em determinadas pessoas, que vão além daquelas comuns, introduzindo assim no culto de adoração civil a dimensão de emoção participativa.<sup>854</sup> Como para a comunidade de “devotos”, isto é, “nós”, o imaginário de leva a um território como uma espécie de gratidão ou reconhecimento, deixando ainda mais clara à evolução qualitativa dos chamados “grandes homens”. A partir dos valores universais, a grandeza desses homens pode ser calculada. Em consequência disso, para Ozouf, citado por Fabre, “a memória dos grandes homens não sofre um fim”.<sup>855</sup> A idealização desses “grandes homens” os associa a um novo critério de identificação: a sociedade a qual ele pertence. Neste ponto o “panteão de heróis” recebe indivíduos de diversos tipos, incluindo militares, heróis, símbolos nacionais etc. Enfim, de um modo mais geral, a anexação á grande e à pequena pátria passa pela rememoração dos grandes espíritos e dos grandes artistas, onde os jovens pretenderiam igualar a sua glória.<sup>856</sup>

Com o advento da Revolução Francesa, até o chamado período da Restauração monárquica, a construção passa a se referir a algo diferente, como uma tríade onde cada ponto designa uma experiência que pode ser considerada uma “filosofia”, conjugada de uma posição ética, uma teoria da eficiência política do herói, a partir de uma concepção de conhecimento da história. O primeiro ponto dessa tríade é o momento revolucionário francês. Os revolucionários criam uma pedagogia de um novo homem e da Nação, a partir da explicação Iluminista relativa aos grandes homens. O segundo ponto, com Napoleão, o heroísmo passa a ser algo imediato e deliberado a fim de transformar o chefe em motor da história, era como se ele substituísse a “nação de heróis” por ele mesmo que personificaria todas as qualidades necessárias para tal fim, o que lhe faz parecer um mito, praticamente se tornando uma espécie de lenda. Se no primeiro ponto – da Revolução – todo cidadão participa do coletivo da nação e, portanto, ser um grande homem da nação neste momento, poderia representar o heroísmo, no período napoleônico, essa representação não é quebrada, pelo contrário, ela é enfatizada, estendida e deformada a fim de excitar o heroísmo coletivo a partir das armas, efetivando uma

---

Thiériot que lhe enviou uma relação dos fatos do reinado de Louis XIV muito guerreiro para seu gosto: “Você sabe que em minha casa (comigo) os grandes (alto) homens vão o primeiro e os heróis o último. Eu chamo grandes (alto) homens esses a que superaram o útil ou ao agradável. Os ladrões de província são só heróis.”. A noção de capital de utilização social será encontrada na página 267.

<sup>854</sup> G. Lukacs. “La forme biographique et sa problématique”. In . **Le roman historique**, Paris, Payot: 1965, p.14.

<sup>855</sup>FABRE, Daniel. “L’atelier des héros”. in Op. Cit, p. 15.

<sup>856</sup> Idem, p. 15.

verdadeira “cultura do heroísmo”. Já no período da restauração, com a reflexão político-liberal de Benjamim Constant, a glória estaria referida à prática dentro do regime democrático representativo.

Esses três momentos e tipos se entrelaçam na França da virada do século XVIII para o XIX e constituem a base do mito constitutivo de heroísmo dos períodos seguintes. Se pensarmos no contexto referente ao pós-guerra e à constituição de Estados a partir de um viés “revolucionário”, como preconizavam os movimentos de pretensão rompimento com uma lógica política anterior e instauração de algo novo, os heróis deveriam ser praticamente um misto de todos os modelos dessa tríade anteriormente discutida: além de um grande homem, os grandes feitos militares e a luta pelos “direitos”, recolocariam o conflito da Tríplice Aliança em voga, retomando heróis e criando um panteão de símbolos nacionais de rápida identificação para todos os membros da nação. Nesse sentido, ocorre uma sacralização do passado como elemento de identidade da nação, a partir do culto cívico que se faz a determinados nomes da guerra da Tríplice Aliança, através da construção de vários apetrechos monumentais, especialmente o Panteão.

O que seria um pantheon? A

palavra Panteão deriva de *Pan* (todo) e *Théos* (deus) e significa o templo dedicado a todos os deuses. Em Roma, construiu-se um templo com o objetivo de ser consagrado a todos os deuses. Era o *Pantheon*. No decorrer da história, o Panteão passou a designar o local onde se depositavam os restos mortais de homens ilustres e notáveis, que prestaram grandes serviços à Pátria. Na França, em 1791, o processo revolucionário transformou a Igreja de Santa Genoveva no Panteão moderno, como forma de cultuar os grandes homens, com a legenda “Aos grandes homens, a Pátria reconhecida”. Assim, os deuses e santos são substituídos pelos “heróis nacionais”. Estava instituído o Panteão moderno, cujo modelo passou a ser copiado por outros países.<sup>857</sup>

A ideia de consagrar um templo aos grandes homens, na França, por exemplo, é anterior à revolução, a fim de impor uma percepção carregada de emoção ao público. No caso do Panteão, a adoração não estaria dirigida aos restos mortais, mas sim um tributo à memória daqueles que fazem parte. O Panteão atuaria no presente e no futuro, tendo como objetivo a educação do povo, ou mais profundamente, sua “regeneração”. As imagens e as estátuas confeririam uma presença tanto carnal como eterna, e, acima de tudo, virtudes alegorizadas. Um Panteão serve para conjugar duas temporalidades inconsistentes, a da posteridade,

---

<sup>857</sup> Ricardo Oriá. “Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História.” *Revista História Hoje*, v. 3, n° 6, p. 43-66 – 2014, p. 46.

definida como uma memória unânime que imortaliza, e o evento, o mais pontual e mais provável de reversões repentinas.<sup>858</sup>

No Brasil a instituição do regime republicano fez aflorar a ideia de construção de Panteões, em um claro esforço de promover a “pedagogia da nação” e a construção de uma nova galeria de heróis. Somente o Panteão do general Gurjão foi efetivado no Império, apesar de todos os percalços que vamos ver a seguir. No caso do general Osorio, seu Panteão foi gestado ainda durante o Império, mas sua realização ocorreu somente na República. Os demais são invenções republicanas.

- “Veja como morre um general brasileiro!”: o Panteão do general Gurjão

*O Liberal do Pará*, de 16 de janeiro de 1869: “O general Osorio, visconde de Herval, foi condecorado com a Grã-Cruz da ordem do Cruzeiro; o Marechal Argolo com o título de visconde de Itaparica, com grandeza. Muito reparado tem sido o esquecimento do nome do bravo general Gurjão”.<sup>859</sup> Estamos no auge da chamada *dezembrada*<sup>860</sup> e os jornais tanto da Corte quanto das províncias fervilham de notícias sobre os feitos militares e personagens envolvidos nas batalhas. No Pará além das notícias sobre o momento da guerra, temos também uma cobrança relativa àquele considerado o grande expoente militar local: Hilário Maximiano Antunes Gurjão, o general Gurjão. Nascido em Belém no dia 21 de fevereiro de 1820, assentou praça como soldado em 1836, participando das várias lutas na província durante o período regencial. Completou os cursos de engenharia e artilharia, sendo sucessivamente promovido até brigadeiro, em 1868. Foi o primeiro paraense a chegar ao posto de general. Seguiu para a guerra ainda no posto de coronel comandando 17ª brigada, passando em janeiro de 1866 para o comando da 3ª brigada de artilharia, participando com ele dos combates de Passo da Pátria e Estero Belaco. Dirigia as forças do Exército Brasileiro estacionadas em Corrientes (Argentina), quando o Duque de Caxias designou-o para comandar a artilharia do 2º Corpo do Exército, com a responsabilidade da artilharia de vanguarda da coluna atacante na batalha de Tuiuti a 24 de maio de 1866 (a mesma que consagrou Osorio).

---

<sup>858</sup>FABRE, Daniel. Op. Cit, p. 18.

<sup>859</sup>*O Liberal do Pará*, 16 de janeiro de 1869. Biblioteca Nacional.

<sup>860</sup>*Dezembrada* é a denominação dada à série de batalhas vencidas pela Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai, ocorridas em dezembro de 1868, que destruiu as poucas unidades ainda capazes do exército paraguaio. A *Dezembrada* é composta das seguintes batalhas: Batalha de Itororó, 6 de dezembro; Batalha de Avaí, 11 de dezembro; Batalha de Lomas Valentinas, 21 a 27 de dezembro; Rendição de Angostura, 30 de dez.

Em 6 dezembro de 1868 ocorre então a batalha do Arroio Itororó, a mesma que fez célebre a frase atribuída ao Duque de Caxias “Sigam-me os que forem brasileiros!” ao ultrapassar à cavalo a ponte que praticamente dividia as tropas. Itororó também foi a batalha mais utilizada pelos liberais para questionar os procedimentos de Caxias no comando das tropas, e era caminho obrigatório para se marchar em direção à retaguarda de Solano López em Lomas Valentinas. Era uma ponte estreita que estava em meio a uma mata espessa e media entre três e quatro metros de largura por 4,5 de profundidade, com pouquíssima água e onde deveriam ultrapassar os 12 mil soldados brasileiros, tendo a ocupação de cerca de cinco mil paraguaios sob o comando do general Caballero. Os combates de Itororó iniciaram às 8 horas e cessaram às 13 horas, com perdas de 1200 paraguaios – seiscentos mortos – enquanto do lado brasileiro – que saiu vitorioso – as perdas totalizaram 1806 entre mortos e feridos.<sup>861</sup> Caxias, em relatório ao ministro da Guerra afirmou que em Itororó e em Avaí, assistiu “muitos atos vergonhosos” e que muitos oficiais perderam a vida em decorrência da “indisciplina, tibieza dos Corpos que comandavam”.<sup>862</sup> Nesta batalha morreram dois generais: Argolo e Gurjão. Este último, objeto de interesse, ante a resistência da divisão que comandava a avançar sobre o inimigo, lançou-se em direção à ponte sobre o Itororó afirmando: “Camaradas, vejam como vai morrer vosso general!”. E ele tinha razão. Ferido, foi transferido para o hospital de Sangue de Humaitá, falecendo dia 17 de janeiro de 1869, portanto um dia após a publicação exaltando sua lembrança na citação que abre esse texto.

A notícia da morte do General Gurjão chegou ao início de março. No dia 6 o jornal *Liberal do Pará*, trazia em sua segunda página um resumo sobre sua morte e uma ideia da relevância de seus serviços para a região. Dizia assim:

**Falecimento** – A província do Pará deplora hoje a prematura morte de um dos seus filhos que mais distinguiu-se na campanha do Paraguai, onde ultimamente se havia coberto de glória, pronunciando aquelas memoráveis palavras, que hoje são de domínio da história. O valente general Gurjão, que em consequência dos ferimentos recebidos em combate tinha-se recolhido a Humaitá para ali restabelecer sua preciosa saúde quase já curado de suas feridas, foi acometido de uma febre típica a que sucumbiu. [...] É um brasileiro distinto que acabou de se riscado do número dos vivos (grifo do autor).<sup>863</sup>

Na Corte, as notícias publicadas sobre seu falecimento eram replicadas de outros jornais. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, que noticiou seu ferimento em 27 de janeiro,

<sup>861</sup> Cf. Francisco Doratioto. **Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 360-367.

<sup>862</sup> Idem, p. 366.

<sup>863</sup> **Liberal do Pará**, 6 de março de 1869. Biblioteca Nacional.



notícia sua morte no dia 4 de abril com um extrato da publicação feita no Pará em 17 de março falando de sua morte e dos filhos deixados por ele, fora essas duas notícias, nada mais foi encontrado, denotando o caráter de memória regional que podemos atribuir ao general.

No dia 16 de março o mesmo jornal do Pará publica em suas páginas duas notícias referentes ao general: uma relativa a troca do nome da rua onde nasceu o general para “Rua General Gurjão” e a outra uma espécie de convite para missa na capela de Santana em homenagem ao general, mas capitaneada pelo Partido Liberal, que avisa estarem todos convidados “sem distinção de partidos”.<sup>864</sup> Mais um exemplo do uso político da memória, pois, naquele momento uma grave crise havia se instalada com a saída dos liberais do gabinete de Zacarias de Gois e Vasconcelos, quando a Câmara era dominada por progressistas e liberais, a fim de retornar com os conservadores e ter um gabinete afinado com o comando de Caxias. A Câmara nega confiança ao novo governo, sendo dissolvida pelo imperador. Para muitos liberais, essa ação não foi legítima gerando uma cisão entre os próprios membros do partido que formaram o *Centro Liberal*, com o Senador Nabuco eleito presidente e o chamado *Clube da Reforma*, além do Jornal *A Reforma*.<sup>865</sup> Ainda em 1868 foi criado o *Clube Radical*, sendo em março do ano seguinte pronunciada a primeira conferência radical no Rio de Janeiro. Em 1870 essa ala mais radical vai fundar o *Partido Republicano*.<sup>866</sup>

O fato que iniciativas de homenagens ou comemorações referentes ao general Gurjão são locais, como vamos ver a seguir. Logo chegada a notícia de sua morte, a primeira cobrança é relativa aos órfãos do general, que, apesar de não ser casado, possuía dois filhos legítimos. Os jornais do Pará informam sobre uma subscrição pública a fim de arrecadar fundos para os órfãos concomitantemente, inicia uma subscrição para erigir um mausoléu no cemitério de Soledade, o principal de Belém, a fim de repatriar seus restos mortais. A princípio se trataria somente de um local de descanso no cemitério, mas o projeto cresceu e se tornou um panteão anos mais tarde. Voltemos ao mausoléu. Em 15 de abril de 1869, cerca de um mês do aviso de sua morte, o *Jornal do Recife*, noticia em sua primeira página a iniciativa

---

<sup>864</sup> **Liberal do Pará**, 16 de março de 1869. Biblioteca Nacional.

<sup>865</sup> O jornal **A Reforma**, em algumas de suas edições de março de 1870 criticava a postura de Caxias durante o combate em Itororó, atribuindo a ele a culpa pela morte dos generais Argolo e Gurjão. Na edição de 22 de abril de 1870 falando ainda sobre Itororó, sob o nome **O herói de Itororó**, menciona a ação de Gurjão e o que chamaram e “irresponsabilidade” de Caxias; em 28 de abril critica os festejos na praça do comércio, organizadas pelo Visconde de Tocantins (irmão de Caxias) que excluiu imagens de Gurjão; na edição de 7 de setembro de 1870, expõe o discurso feito por Caxias na Câmara, sobre Itororó comparando-o com a parte do general Gurjão sobre o evento, a fim de questionar a veracidade da fala de Caxias. Nenhum outro jornal da Corte dedicou tantas páginas ao general Gurjão quanto *A Reforma*, o que nos leva a pensar na tentativa de apropriação de sua figura por parte dos liberais na Corte, o que não vai ocorrer.

**A Reforma**, 22, 28 de abril e 7 de setembro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>866</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. “**Clamar e agitar sempre**”. **Os radicais da década de 1860**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018, p. 28-29.

da alteração do nome da rua, anteriormente rua do Arsenal para Rua do General Gurjão, e da construção de um busto em sua homenagem para ser colocado na sala principal da Câmara Municipal de Belém. Ainda no ano de 1869 temos uma publicação na folha<sup>867</sup> *O soldado e o Marinheiro*, publicado na Corte, ressaltando a iniciativa do Pará em solicitar a transladação dos restos mortais de Gurjão. Com o título “*Como se respeita a memória d’aqueles que se sacrificam pela pátria*” a coluna ressalta feitos e heróis militares estrangeiros para chegar na Província do Pará e a solicitação da exumação. Diz *O soldado e o marinheiro*:

[...] No Brasil, a Província do Pará, acaba de seguir o exemplo de todas as grandes nações do mundo, mandando por uma resolução da assembleia provincial exumar em Humaitá o corpo do seu compatriota, o brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão, o herói de Itororó, vítima do seu inexcedível denodo e ardimento militar, e transferil-o para um mausoléu levantado no cemitério da capital. Este nobre procedimento de amor e patriotismo recomendam os sentimentos do povo paraense: e é para lastimar, que ainda não fosse imitado pelas outras províncias que também contam seus mártires. [...] Eia! Tomem a frente nesta romaria de doloroso dever e gratidão as províncias do Ceará, Sergipe, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, e padrões iluminados pelos fogos radiantes da glória, façam ver a todos os pontos do globo os nomes de Sampaio e Camerino, Antônio Manoel de Mello, Galvão, Pedro Affonso, Triunfo, Netto e João Manoel Menna Barreto”.<sup>868</sup>

Neste trecho vemos a “cobrança” de comemoração e memória para aqueles que morreram na guerra, e também o motivo da escolha do panteão do general Gurjão como objeto de estudo: ele foi o primeiro e ainda executado durante o Império. Nestes termos é organizada no Pará uma comissão encarregada em conseguir fundos para ereção de um mausoléu no lugar onde fosse depositado os restos mortais de Gurjão, conseguindo logo o valor inicial pensado e concluindo a obra. Em 1 de julho de 1870, os restos mortais do general chegam ao Rio de Janeiro, sendo a urna levada para a Igreja da Santa Cruz dos Militares, com comparecimento de imperador, o Conde d’Eu, generais e oficiais do exército e da armada. O caixão foi carregado até o arsenal pelo Conde d’Eu, visconde de Tamandaré, generais Andréa, Pedra e Faria Rocha e o tenente-coronel Nolasco. O imperador acompanhou todo o cortejo, tendo ao lado o Dr. Gurjão, que os jornais atribuem ser filho do general, mas não temos notícias de outros filhos, a não ser daqueles órfãos mencionados no início do texto; muito provavelmente se tratava do irmão do general, quem movimentou efetivamente toda a construção do mausoléu e transladação dos restos mortais. Do arsenal o caixão foi colocado em um navio – o “Guará” - seguindo direto para o Pará, chegando a quinze de julho em Belém,

<sup>867</sup> Chamamos de folha, pois sua tiragem foi diminuta e acredito que não tenha alcançado um grande público.

<sup>868</sup> *O soldado e o marinheiro*, 30 de outubro de 1869. Biblioteca Nacional.

com desembarque solene, realizado pela comissão do partido liberal, às 8 horas da manhã, encaminhado para a Igreja das Mercês, onde ficou até ser transportado para o mausoléu no cemitério de Soledade.<sup>869</sup> Interessante destacar que o jornal *O publicador maranhense*, questiona a ausência de notícias relacionadas ao desembarque dos restos mortais de Gurjão, nos grandes jornais, em comparação ao destaque que os mesmos dão aos voluntários que retornam. Menciona ainda a manumissão de quatro crianças do sexo feminino pela Sociedade do Cassino Paraense e Trepischore em homenagem ao defunto.<sup>870</sup>

Em dois de setembro é enfim autorizada pelo governo da província a construção do mausoléu no cemitério (Imagem 99), sendo que o decreto determinava que em uma das faces do mausoléu deveria ser feita uma inscrição para comemorar também a heroicidade de todos os filhos da província, que na mesma guerra, perderam suas vidas. O mausoléu recebeu na parte interna um pedestal com o busto do general, possivelmente o mesmo busto mencionado anteriormente que fora inaugurado na Câmara Municipal de Belém.<sup>871</sup> O mais interessante é que o governo arcaria com a despesa relativa ao mausoléu, o que quer dizer que os valores arrecadados na subscrição pública ficaram “livres”, e foi provavelmente este motivo que fez com que a ideia de um “monumento para abrigar a memória e os restos mortais” do general surgisse.

---

<sup>869</sup> **A Reforma**, 1 de julho de 1870; **O liberal do Pará**, 15 de julho de 1870; **Diário do Rio de Janeiro**, 08 de agosto de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>870</sup> **O publicador maranhense**, 3 de agosto de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>871</sup> Atualmente o mausoléu se encontra em total estado de abandono, não existindo mais o busto e os elementos decorativos como os brasões em bronze que ladeiam a porta de entrada; o gradil também está completamente danificado. Cf. Paula Andréa Caluff Rodrigues. Duas faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Patrimônio Cultural) — IPHAN, Rio de Janeiro, 2014

Figura 99– Mausoléu do general Gurjão no cemitério de Soledade – Pará.



Fonte: Mausoléu do General Gurjão (Fonte: CRUZ, Ernesto. *O Cemitério de N. Sra. da Soledade*. 11/04/1946. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro, DCC 4014, Arm. II, Gav. 03, Pasta 2018)

Em 1872 o irmão do general, Francisco Pedro Gurjão, solicita ao presidente da província autorização para construção de um monumento em homenagem a Gurjão. Em 22 de outubro a solicitação é aceita e uma comissão composta pelo Visconde de Arary, o chefe de divisão Mamede Simões da Silva e pelo brigadeiro Manoel da Cunha Wanderley Lins, a fim de

“comemorar sua heroicidade, perpetuar sua gloriosa memória e atestar o reconhecimento da província pelos relevantes serviços prestados na guerra do Paraguai por esse e por todos os paraenses que de igual modo sacrificaram a vida em defesa da honra e da dignidade da pátria”.<sup>872</sup>

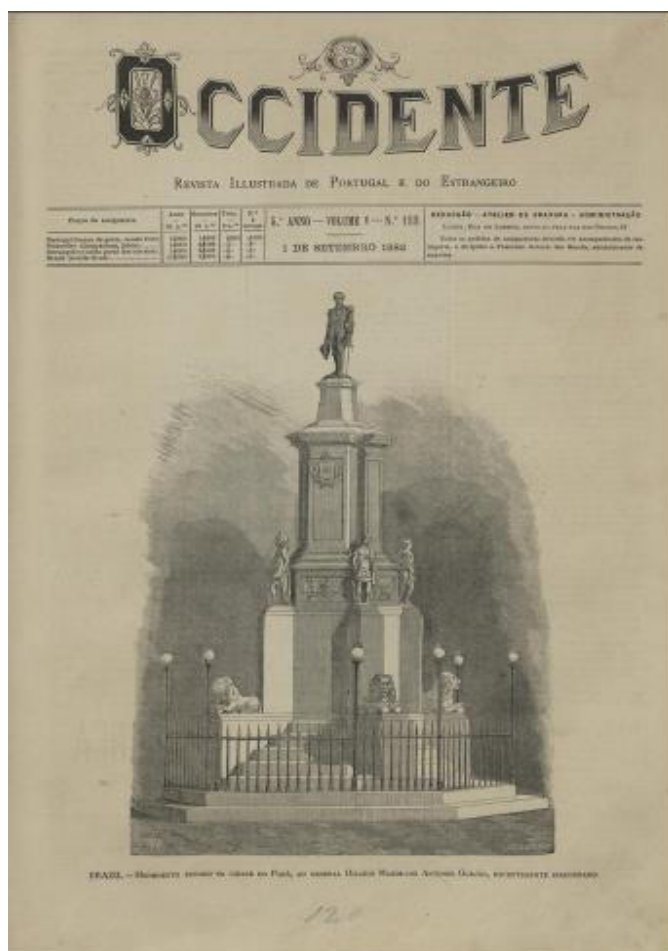
Seis anos se passaram até uma nova providência ser tomada, somente em 1878 é publicado o edital de construção e as normas do contrato com o empreiteiro que deveria construir, visto que o mesmo já havia iniciado a obra – e solicitado mais dinheiro – antes mesmo dessa publicação oficial. Ao engenheiro caberia a construção das bases do que eles chamam de mausoléu, mas que na verdade se trata de um panteão, com o prazo de 18 meses, que no final duraram mais de quatro anos.<sup>873</sup> A escultura com a imagem do general e toda a alegoria foi encomendada em Portugal, e realizada pelo artista Pedro Reis no atelier de

<sup>872</sup> *Jornal do Pará*, 7 de dezembro de 1870. Biblioteca Nacional.

<sup>873</sup> *Jornal do Pará*, 22 de março de 1878. Biblioteca Nacional.

Germano Salles.<sup>874</sup> No acervo da Biblioteca Nacional encontramos uma revista portuguesa com o desenho original do panteão e uma pequena biografia de Gurjão, à época da inauguração, o que nos leva a pensar a confirmação desta hipótese (Imagem 100).<sup>875</sup> Oficialmente, pelos relatórios do presidente da Província, o monumento recebeu o nome de *Monumento ao General Hilário Maxmiano Antunes Gurjão e Demais Filhos da Pátria*.<sup>876</sup>

Figura 100 – Capa da revista Ocidente com o desenho do panteão do general Gurjão



Fonte: Biblioteca Nacional

<sup>874</sup> Outros monumentos do Pará foram mandados fazer em Portugal. Existe uma dissertação muito interessante que analisa essa predisposição aos artistas portugueses e as escolhas de estilos. Cf. Randy da Silva Rodrigues. **A escultura monumental em Belém do Pará. Três obras e um percurso romântico**. Dissertação apresentada como pré-requisito à obtenção do título de mestre em Ciências da Arte e do Patrimônio. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

<sup>875</sup> **Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro**. 5º ano, vol. 5, nº 133, 1 de setembro de 1882. Biblioteca Nacional.

<sup>876</sup> Cf. Randy da Silva Rodrigues. **A escultura monumental em Belém do Pará. Três obras e um percurso romântico**. Dissertação apresentada como pré-requisito à obtenção do título de mestre em Ciências da Arte e do Patrimônio. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013, p. 115.

Com relação ao local para erguer o panteão, havia divergências entre a Assembleia e o Presidente da Província, sendo que a opinião deste último sagrou-se vencedora. A ideia era colocar no Paço Municipal, mas este, segundo opinião do Presidente da Província Gama Abreu, era muito acanhado para o tamanho do panteão. Foram então feitas obras para reorganizar o espaço que passou a se chamar Praça D. Pedro II. Em 1881 o terreno da Praça precisou passar por obras de consolidação para receber o peso de todo o conjunto escultórico; a pedra fundamental havia sido assentada em 31 de julho de 1880, e, naquele momento, toda a cantaria que seria utilizada achava-se pronta aguardando a chegada da estátua que ainda estava em processo de fundição.<sup>877</sup>

Enfim a parte que faltava do panteão, a escultura do general Gurjão, chega em 1882 ao Brasil. Assim ela foi descrita pelo jornal *Diário de Belém*: “mede oito metro de altura [...] representa a estátua uma bela figura de fisionomia simpática, com a cabeça descoberta, trajando uniforme de gala. A mão esquerda que se acha calçada descansa sobre os copos da espada e segura também a outra luva” (Imagem 101).<sup>878</sup> Aproveitando os festejos da “Semana Patriótica” quando o Pará comemorava a adesão ao Império <sup>879</sup> foram publicados os roteiros que incluíam o lançamento do panteão, dez anos após a iniciativa e treze anos após a morte do general. No dia 14 de agosto, a cidade estava iluminada para a festa, mas somente na manhã do sai 15, após Te-Deum celebrado na Igreja do Carmo, teve lugar a inauguração “com a qual a Província pagou uma parte de sua dívida de gratidão à memoria daquele general e dos outros heróis da Guerra do Paraguai, filhos do Pará”.<sup>880</sup> Estavam presentes autoridades nacionais (civis e militares) e estrangeiras; em homenagem ao ato o *Club Abolicionista Petroni*, distribuiu duas cartas de liberdade, enquanto a *Associação Filantrópica* distribuiu mais sete, todas realizadas a partir das campanhas abolicionistas de arrecadação de fundos e as cartas de alforria foram entregues aos então escravos por autoridades e comerciantes locais. Prova cabal da apropriação feita pelos liberais do evento.<sup>881</sup> O panteão media ao todo 15 metros (12 do pedestal até a estátua, com 3 metros de altura), com quatro ângulos avançantes

---

<sup>877</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 22ª legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1881. Segundo o **Jornal do Pará**, a parte de cantaria do monumento chegou em 1878, comprovado a partir da reprodução de um despacho do Ministro da Fazenda Cansansão de Simimbú, autorizando a liberação na alfândega o mausoléu encomendado em Lisboa em memória do General Gurjão e outros filhos da mesma província, por conta dos cofres provinciais. Note-se que falamos do mesmo material sendo que as autoridades tratam como *mausoléu* por receberem restos mortais. Cf. **Jornal do Pará**, 19 de fevereiro de 1878. Biblioteca Nacional.

<sup>878</sup>**Diário de Belém**, 2 de julho de 1882. Biblioteca Nacional.

<sup>879</sup> A independência só foi efetivada no Grão-Pará em 15 de agosto de 1823, portanto as comemorações se referem a esta data.

<sup>880</sup>**Diário de Belém**, 17 de agosto de 1882. Biblioteca Nacional.

<sup>881</sup>**Diário de Belém**, 17 de agosto de 1882. Biblioteca Nacional.

de 1,25 metros encimados cada qual por um leão simbolizando a força; no primeiro volume do pedestal estão quatro estátuas que simbolizam o *Valor*, a *Lealdade*, o *Mérito*, e *Marte*, cada uma com 2,25 metros de altura; entre as estátuas que representam *Valor* e *Marte* está a representação alegórica em alto relevo na pedra, da passagem da ponte do Itororó onde o general foi ferido. Este relevo possui 1 metro de altura por 1,80 de largura e ainda contém os seguintes dizeres:

*“Ao bravo general Hilário Maximiano Antunes Gurjão  
Nascido em Belém do Pará  
A 21 de fevereiro de 1820  
E falecido a 17 de janeiro de 1869  
Por ferimentos recebidos  
No glorioso combate de Itororó”*

Logo acima entre as estátuas *Valor* e *Lealdade* está baixo relevo que representa um “troféu de artilharia” com bandeiras entrecruzadas, armas e uma coroa de louros ao centro, e os combates que tomou parte na Tríplice Aliança: *Chaco*, *Sauce*, *Angustura*, *Itororó* e *Curupaiti*. Lendo-se logo abaixo:

*“Mantendo os brios nacionais  
Ergueram de livre monarquia heroica fama:  
Honra aos que assim seu braço enobreceram  
Glória ao país que filhos tais proclama”*

Outra composição alegórica, agora referente ao combate do Riachuelo, entre as estátuas da *Lealdade* e do *Mérito*, onde o general Gurjão também recebeu honrarias pela atuação, logo abaixo dela estão os dizeres:

*“Tributo de reconhecimento da Província do Pará aos mais distintos de seus filhos na  
Guerra do Paraguai  
Desde 1865 até 1870  
Mandado erigir em virtude das leis provinciais de 2 de setembro de 1870 e de 6 de  
abril de 1880  
Administrando a Província o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu”*

Entre as estátuas *Mérito* e *Marte*, no plano superior um quadro com os nomes das batalhas *Montevideu*, *Itapirú*, *Passo da Pátria*, *Estero Belaco*, *Corrientes*, *Cururú*, a fim de homenagear não somente o general mas os que foram à guerra, e logo abaixo um relevo representando armas e coroa de louros, tendo ao centro a Medalha da Ordem de São Bento, uma das condecorações por ele recebidas, estando escrito:

*“Estes morreram pela pátria armada curtindo a fome, a sede e ardente sóis  
Marcaram seus ossos do triunfo a estrada  
Seu prêmio? A glória  
Os nomes seus? Heróis!”*

Acima de tudo está a estátua de Gurjão, tendo esculpidas todas as condecorações. Não foi encontrada nenhuma publicação sobre o traslado dos restos mortais para o panteão, mas este ocorreu antes da inauguração oficial. Todo o relato foi retirado de jornais de Belém, nenhum jornal da Corte noticiou os eventos relacionados com a inauguração do panteão, demonstrando que a memória era efetivamente local, mas que buscava, a partir de uma alegoria de herói da pátria, ser nacional e inserir a região no “mapa” de importância do Império.

Figura 101 – Panteão do General Gurjão



Fonte: Brasiliana fotográfica (s/d)



Figura 102 – Detalhes do conjunto alegórico



Fonte: [https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65846?locale=es\\_ES](https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65846?locale=es_ES). Acessado em 10 outubro de 2019

- A memória da Marinha: Panteão do Almirante Barroso e do Almirante Tamandaré

Águas Virtuosas de Lambari, dezembro de 1893. Uma publicação é finalizada e deixa bem claro o posicionamento de seu autor perante a jovem República que já enfrentava abalos e revoltadas significativas. O autor? Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. Nascido em Minas Gerais no ano de 1836, ocupou diversos cargos no governo, inclusive o de Ministro da Marinha entre os anos de 1866 e 1868, portanto no auge da Guerra. Em novembro de 1889, Ouro Preto ocupava a chefia do Conselho de Ministros do Império e, sendo monarquista convicto, foi preso e exilado na Europa juntamente com seu irmão Carlos Afonso de Assis Figueiredo, retornando ao Brasil em 1891 e assumindo o jornal *A Tribuna Liberal* onde, além de exaltar a monarquia, tecia diversas críticas ao governo republicano.<sup>882</sup> Mas voltando a publicação feita em Lambari, ela foi lançada oficialmente no ano de 1894 e constituía uma obra saudosista e crítica sobre a força mais tradicional do Brasil: a Marinha. Em *A Marinha d'outrora* Afonso Celso, no calor dos acontecimentos de 1893 quando a marinha se revolta contra Floriano Peixoto iniciando a chamada Revolta da Armada, são escritos 29 capítulos sobre a Marinha de Guerra na época da Guerra da Tríplice Aliança. Nela, a Marinha de outrora é sempre confrontada com a atual, que atingida pelos acontecimentos de 1889 e dos primeiros anos da República, estaria levando a Instituição, segundo Afonso Celso, à decadência. Para ele, ao se desviarem do verdadeiro sentido de ação, as forças armadas iniciam um embate entre o Exército e a Marinha, e dentro da própria Armada.<sup>883</sup> A revolta seria um exemplo disso. Mas a obra não seria somente um conjunto de memórias de um passado distante, seria, acima de tudo, um acerto de contas com o seu presente.

Não tardou surgir uma resposta à obra de Afonso Celso. Em 1897 o almirante Américo Brazílio Silvado publica *A Nova Marinha*. Ele, filho de oficial da armada morto na

---

<sup>882</sup> Afonso Celso ajudou a fundar o Partido Monarquista em 1895 — o partido não era parlamentar, entretanto, já que era vedado aos monarquistas organizarem-se para efeitos legislativos. Voltou ao exílio em abril de 1897, por ocasião dos distúrbios ocorridos durante o governo Prudente de Moraes (1894-1898), mormente a Guerra de Canudos, e regressou em outubro do mesmo ano. Passou a última década de sua vida dedicando-se a atividades intelectuais, como o magistério, agora afastado do ativismo político, como os demais monarquistas daquela primeira geração restauradora. Manteve, ainda assim, com os antigos conselheiros, senadores e autoridades fieis à filha e sucessora de D. Pedro II o chamado *Diretorio Monarchico*, órgão de assessoramento político, em terras brasileiras, da imperatriz exilada na França. O Visconde de Ouro Preto faleceu em 21 de fevereiro de 1912, em Petrópolis. Cf. <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/acdafigueiredo.html>. Acessado em 17/10/2019; ver ainda Conde de Affonso Celso. **Visconde de Ouro Preto: excertos biográficos com acréscimos e anexos, entre os quais o “Advento da ditadura militar no Brasil”**. Porto Alegre: Livraria do Globo Barcellos, Bertaro & Cia, 1935.

<sup>883</sup> Cf. Afonso Celso de A. F. Ouro Preto. **A marinha d'outrora. Subsídios para a sua história**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da Marinha, 1981.

Guerra<sup>884</sup> e republicano convicto, escreveu o livro a fim de exaltar a jovem República e a criticar a obra de Afonso Celso. O livro era dedicado à memória dos 100 mil brasileiros mortos desnecessariamente nos campos do Paraguai, demonstrando claramente o teor positivista de sua ideologia e de sua obra. Inicia com “Declarações” a respeito de dois acontecimentos de 1894: a ação criminosa do Almirante Custódio de Mello, que pegou em armas contra o governo; a outra a ação cruel do “ex-visconde de Ouro Preto”, como se refere à Afonso Celso, retirando-lhe o título de nobreza e considerando o livro um monstruoso ataque à República. Por todo o livro menciona as memórias de seu pai, como crítico inclusive do sistema monárquico e da própria guerra a qual participou e veio a falecer; na segunda parte passa a fazer críticas de todos os capítulos da obra de Afonso Celso. A *Nova Marinha* era uma crítica à obra de Afonso Celso e a tudo que representava referente a um passado monarquista, acusando-o de criar uma lenda bonita para o passado imperial e cruel para o presente republicano.<sup>885</sup>

Retomei esses dois textos na intenção de demonstrar que a Marinha no início da República também era um palco de disputas por memória que se refletiam na própria construção de seu arcabouço de heróis. As escolhas e o contexto em que elas surgiram podem nos fazer refletir como a ainda frágil República necessitava ser confirmada e como a criação dos mitos auxiliaram nessa formação identitária. Nesse sentido, vamos recorrer a dois vultos da Marinha e as questões relacionadas aos seus respectivos panteões: o almirante Barroso e almirante Tamandaré. O esquecimento do segundo nesse período inicial, e sua retomada no Estado Novo nos fornecem as pistas necessárias para o entendimento de como a memória da Guerra foi apropriada, apagada e reapropriada em momentos políticos distintos.

### O panteão do Almirante Barroso e a Marinha Republicana

Francisco Manoel Barroso da Silva nasceu em 29 de setembro de 1804 em Lisboa; veio para o Brasil, com seus pais e a Família Real portuguesa, chegando ao Rio de Janeiro em 1808. Participou da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, operando no Rio Paraná e, depois, no Rio Paraguai, até a Batalha de Curupaiti. Comandou a força naval brasileira que venceu, em 11 de junho de 1865, a Batalha Naval do Riachuelo, no Rio Paraná. Deixou o

---

<sup>884</sup> Américo Brazílio Silvado era casado com a filha do General Argolo e filho do primeiro tenente da Armada do mesmo nome, morto quando do afundamento do couraçado Rio de Janeiro, juntamente com mais 50 marinheiros na batalha de Curuzú.

<sup>885</sup> Américo Brazílio Silvado. **A nova marinha. Resposta à Marinha d'ourora**. Rio de Janeiro: Carlos Schmidt, 1897.

serviço ativo como Almirante e fixou residência em Montevidéu, no Uruguai, onde faleceu, em 1882.<sup>886</sup>

A jovem República comemorava o dia 11 de junho com grandiosas festas tendo a participação, obviamente da Marinha, de autoridades e com a presença do presidente, tal o grau de solenização da data. Em 1908 a Revista *Fon-Fon* inicia uma campanha para o repatriamento dos restos mortais de Saldanha da Gama que estavam no Uruguai.<sup>887</sup> Nas edições seguintes, passam a ressaltar os feitos de Barroso e a solicitar que igualmente seus restos mortais fossem repatriados. Esse contexto de valorização dos feitos da Marinha e exaltação de vultos pode ser atribuído ao trabalho do seu Ministro Almirante Alexandrino de Alencar que tenta promover a modernização da força.

A história do Panteão ao Almirante Barroso teve início no dia 10 de junho de 1907, quando, pelo decreto nº 1697, foi lançada a homenagem. Porém, somente em 16 de outubro daquele ano foi publicado o edital do concurso para o projeto. Novamente o Edital era lançado como um evento nacional, possuindo regras inclusive de estilo, cabendo o julgamento das maquetes à Escola de Belas Artes. A grande diferença neste caso talvez seja a fonte pagadora, com o governo arcando integralmente com as despesas. O local era o que já estava determinado no edital: o ponto onde termina a praia do Russel e começa a praia do Flamengo, próximo ao Hotel Glória. Em 25 de abril de 1908, o filho do Almirante Barroso, Francisco Barroso requereu, através da Sociedade Beneficente Memória do Almirante Barroso a troca do local de colocação da estátua, não sendo mais na Glória e sim na Praça XI de Junho, no centro da cidade, a fim de se valer da memória local.<sup>888</sup> Nesta mesma data chegam ao Brasil os restos mortais de Saldanha da Gama e do Almirante Barroso, sendo o primeiro sepultado no cemitério São João Batista, em Botafogo e o segundo na Igreja da Cruz dos Militares, que se encontrava enfeitada com as bandeiras oriundas da guerra.<sup>889</sup> Doze meses depois do decreto na data prevista para a inauguração – 11 de junho de 1908 –, foi realizada uma cerimônia para o

---

<sup>886</sup> Cf. <https://www.marinha.mil.br/dphdm/historia/almirante-barroso>. Acessado em 17/10/2019.

<sup>887</sup>Luís Filipe de Saldanha da Gama, (Campos dos Goitacazes, 7 de abril de 1846 — Campo Osório, RS, 24 de junho de 1895) foi um militar brasileiro da Marinha. Bacharel em Letras, fez o curso da *Academia da Marinha* onde ingressou aos dezessete anos. Representou o Brasil na exposição de Viena (1873), na de Filadélfia (1876) e na de Buenos Aires (1882). Recebeu as condecorações da Campanha Oriental, da Guerra do Paraguai, da Rendição de Uruguaiana e a do Mérito Militar. Ao estourar a revolta da Armada era o Diretor da Escola Naval e não quis se envolver no conflito, preferindo manter a neutralidade. Vencido pelas tropas de Hipólito Ribeiro em 1º de junho de 1895, foi morto em combate. Segundo a história contada as últimas palavras do almirante foram “Respeite-me! Sou o Almirante Saldanha!” e a resposta do Major foi: “Esses são os que eu gosto!”. Atacou-lhe com uma ponta de lança, o degolou depois e também mutilou-o, arrancando-lhe orelhas e dentes. Antes de morrer, Saldanha ainda teria dito: “Basta, miserável”. Seu corpo só seria encontrado dias depois e sepultado no cemitério de Riveira no Uruguai.

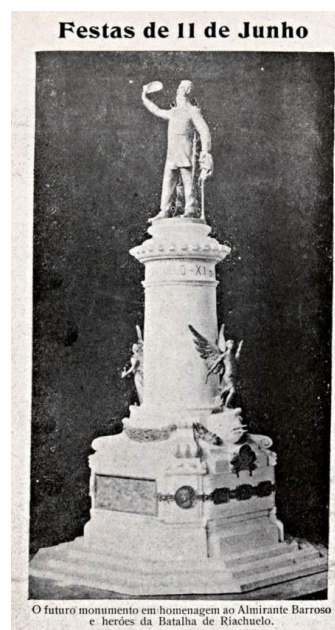
<sup>888</sup>**O Paíz**, 25 de abril de 1908. Biblioteca Nacional.

<sup>889</sup>**Fon-Fon**, 25 de abril de 1908. Biblioteca Nacional.

lançamento da pedra fundamental, fartamente documentada, inclusive com registros fotográficos, pelos jornais da capital.<sup>890</sup> Ainda nessa mesma data fora divulgada a maquete do futuro panteão (Imagem 103). Na pedra havia a seguinte inscrição:

“No dia 11 de junho de 1908, sendo presidente da República o Sr. Dr. Afonso Augusto Moreira Pena e ministro da Marinha o exmo. Sr. Alexandrino de Alencar, foi lançada esta pedra sobre a qual será erigido por ordem do exmo. Sr. Augusto Tavares de Lira, ministro da Justiça e Negócios Interiores, de acordo com o Decreto nº 1697, de 10 de junho de 1907, o monumento ao Almirante Barroso e aos heróis da Batalha Naval de Riachuelo.”<sup>891</sup>

Figura 103- Pedra fundamental do Panteão do Almirante Barroso e maquete vencedora



Fonte: Fon-Fon, 20 de junho de 1908. Biblioteca Nacional

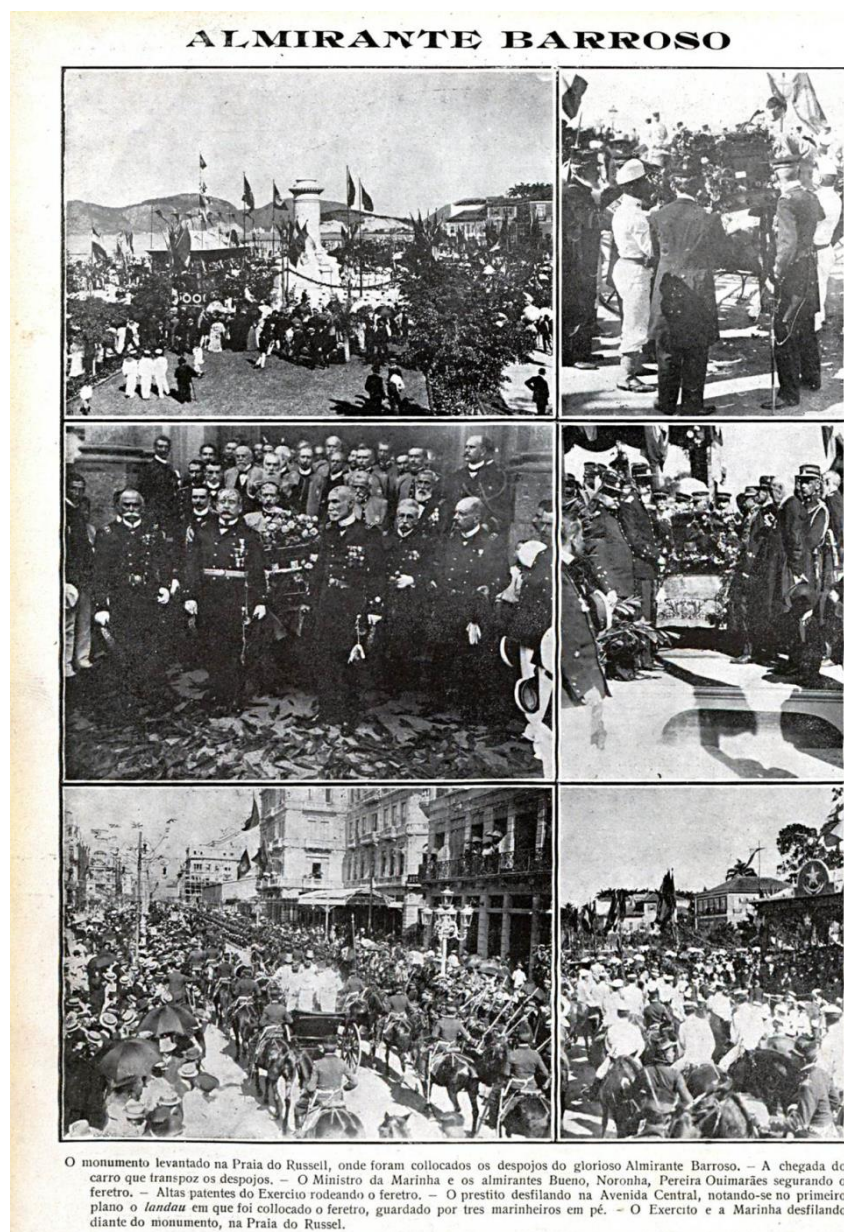
Como de praxe, as comemorações do dia 11 de junho sempre eram cercadas de solenização e ampla divulgação. Em 1909 não foi diferente, mas um evento foi o destaque em todo o cerimonial: a deposição da urna com os restos mortais de Barroso no pedestal do Panteão recém-construído. A urna que estava na igreja da Cruz dos Militares, na Rua Primeiro de Março, foi carregada pelo Ministro da Marinha Almirante Alexandrino, juntamente com os Almirantes Bueno, Noronha e Pereira Guimarães até o carro aberto, um Landau guardado por três marinheiros em pé, que o transportaria à Praia do Russel, onde fora colocado (Imagem 102). Note-se que a tentativa de troca do local pleiteada pelo seu filho e a Comissão não fora bem sucedida. O cortejo seguiu pela Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), com desfile

<sup>890</sup> Cf. por exemplo a revista **Fon-Fon**, de 20 de junho de 1908. Biblioteca Nacional.

<sup>891</sup> **Fon-Fon**, 20 de junho de 1908. Biblioteca Nacional.

do exército e da marinha, acompanhado de perto pelo General Mendes de Moraes e pelo Almirante Alexandrino.

Figura 104- Cobertura sobre a colocação dos restos mortais do Almirante Barroso no mausoléu



Fonte: Fon-Fon, 19 de junho de 1909. Biblioteca Nacional.

Finalmente, em 19 de novembro de 1909, foi realizada a cerimônia de entrega do Panteão à Municipalidade e ao prefeito Serzedelo Correia, pelo Ministro da Justiça Esmeraldino Bandeira. O detalhe mais interessante é que todo o conjunto (monumento, estátua e o mausoléu) foi concebido e planejado, além de pago, pelo governo e a inauguração coberta de toda a pompa, algo que só veremos em períodos posteriores como durante o

governo Vargas. O Diário de Notícias, na publicação *Monumentos da Cidade*, descreveu o evento:

A solenidade de inauguração efetuou-se às 17 horas, formando ao longo da Av. Beira-Mar, as forças do Exército, da Marinha e da Polícia, dispostas em colunas de pelotões, que davam o flanco direito a estátua. Com a chegada do Presidente da República, sr. Nilo Peçanha, acompanhado do ministro Alexandrino de Alencar, da Marinha, as forças passaram a formar em linha cerrada sobre o pelotão, enquanto a Escola Naval formava um quadrado em torno do monumento. Iniciando a solenidade, o presidente Nilo Peçanha, puxou o véu que cobria o bronze, mas o pano não correu como devia, sendo retirado pelo mestre carpinteiro Antônio Francisco Gonçalves, que subiu até a estátua e recebeu, por esse motivo, aplausos do povo. Fazendo a entrega do monumento à Municipalidade do Rio de Janeiro, o ministro Esmeraldino Bandeira pronunciou um discurso exaltando o heroísmo de Barroso. Falou em seguida, o prefeito Serzedelo Correia, depois do que foi lavrada a ata. Encerrado o ato, as forças de terra e mar, num total de 4.600 homens da Marinha, do 52º Batalhão de Caçadores e de uma brigada da Força Policial, desfilaram um continência.<sup>892</sup>

O Panteão, criado por José Otávio Correia Lima, professor da Escola de Belas Artes, foi descrito pelo próprio autor para a publicação do Diário de Notícias:

Sobre um pedestal em granito de Petrópolis assenta a estátua de Barroso, em bronze, com quatro metros de altura, representada em atitude triunfal, no passadiço de comando. No sopé da coluna, em cada face lateral, assentam duas figuras aladas simbolizando, respectivamente, na gênios da Pátria e da Vitória, sobre duas proas, tudo em bronze. À frente do pedestal, um grande baixo-relevo, com dois metros e quarenta de comprimento, por um metro de alto, representa a Batalha Naval de Riachuelo. Quatro medalhões, nos ângulos, perpetuam as efígies de Oliveira Pimentel, Pedro Afonso, Andrade Maia e Lima Barros, encadeando esses medalhões nove placas, na base, com os nomes dos vapores e dos intrépidos comandantes que formaram parte numa batalha. Ainda dois medalhões abaixo contém as efígies dos heróis Greenhalgh e Marcílio Dias.<sup>893</sup>

A partir da inauguração, todos os anos as solenidades do dia 11 de junho passaram a ser realizadas defronte ao Panteão. Não tenho efetivamente o momento quando elas encerraram, visto que atualmente não temos notícias da ocorrência da mesma, sendo que o espaço onde se localiza foi remodelado dando lugar a uma praça – a Praça Paris – com um belo ajardinamento, mas que deixou de atribuir a memória da guerra ao local. Um evento ocorrido dois anos após a inauguração me chamou a atenção: nas comemorações do dia 11 de junho do ano de 1911, foi destacada a presença dos *inválidos da pátria* (Imagem 105), em um momento onde a memória deles é ressaltada devido a retomada dos pagamentos de pensões e

---

<sup>892</sup> Cf. **Monumentos da cidade. Reportagens publicadas pelo Diário de Notícias**. Rio de Janeiro: S. A. Diário de Notícias, 1946, p. 39-40.

<sup>893</sup> Idem, p. 40.

afins pelo governo do presidente Marechal Hermes da Fonseca. O próprio *Asilo de Inválidos da Pátria*, conforme vimos anteriormente, tem sua memória retomada em diversos artigos de jornal. Nesse sentido, a presença desses homens na solenidade é interessante para pensar no contexto de retomada da história da guerra da Tríplice Aliança, levando em consideração a diminuição do espaço dado à crítica positivista nos setores políticos e da imprensa.

Figura 105- Homenagem dos inválidos da pátria ao monumento do Almirante Barroso



Fonte: Careta, 17 de novembro de 1911. Biblioteca Nacional

Toda essa narrativa sobre as homenagens ao Almirante Barroso surge, como forma de comparação à construção feita de outro grande vulto construído pela Marinha, o Almirante



Tamandaré. Ambos relacionados com a memória da Guerra, mas com narrativas e apropriações diferentes.

### **O panteão do Almirante Tamandaré e a memória atribuída**

Rio de Janeiro, Capital Federal, 4 de setembro de 1925. Em aviso de número 3.322 o Ministro da Marinha, o Almirante Alexandrino de Alencar institui o dia 13 de dezembro como o “Dia do Marinheiro”, em referência a data de nascimento de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré. Nos seus artigos referia inclusive como o dia deve ser comemorado, e desta forma aconteceu praticamente sem interrupções. A grande diferença fora a ritualística empregada. Mas uma questão é inerente ao processo: qual seria o motivo para que a escolha de Tamandaré demorasse tanto a acontecer?

Joaquim Marques Lisboa nasceu no Rio Grande do Sul em 13 de dezembro de 1807, falecendo no Rio de Janeiro a 20 de março de 1897. Sua relação próxima ao imperador fez com que, mesmo respeitado pelo novo regime, sua memória fosse deixada de lado. Por mais que alguns periódicos tenham afirmado que Tamandaré aderira a República, é bem provável que isso não tenha ocorrido. Solicitou exoneração em 14 de março de 1891, que foi aceita sem restrições e conservando seus direitos. Retirou-se para sua residência na Gávea de onde raramente saía, geralmente para assistir missa. Numa espécie de simbolismo, todo aniversário, sua casa se enchia com alunos da Escola Naval. No seu 85º aniversário, recebeu de presente uma âncora verde dos alunos, a qual solicitou que fosse colocada em seu caixão, e nada mais. Então no dia 20 de março de 1897, às 17h30, morre o Marquês em sua residência com o atestado de óbito revelando embolia pulmonar devido a uma grave pneumonia, com o enterro feito no dia seguinte no Cemitério de São Francisco Xavier, permanecendo o corpo na sepultura de número 2833, até 1905 quando foi transferido para o jazigo da família.

Obviamente os jornais noticiaram a morte do Marquês, enfatizando principalmente sua honestidade e dedicação. E só. Nenhuma menção a homenagens ou monumento, e como título de curiosidade, os jornais não mencionam seu título nobiliárquico, sempre se referindo ao seu nome.<sup>894</sup> Somente na sessão da Câmara dos deputados de 17 de maio de 1897, o deputado Belisário de Souza faz a leitura de uma nota de pesar sobre o falecimento de Tamandaré, mas nela cita seus “gloriosos serviços [...] à Independência, à integridade e defesa do Brasil”, não

---

<sup>894</sup> Cf. **Gazeta de notícias**, 21 de março de 1897; **Jornal do Brasil**, 21 de março de 1897; **O Paíz**, 21 de março de 1897; **A notícia**, 21 de março de 1897; **A República**, 21 de março de 1897. Biblioteca Nacional.

menciona a Tríplice Aliança, guerra que o consagrou <sup>895</sup>. Três dias depois, já no Senado, Quintino Bocayuva apresentou o seguinte projeto:

“Considerando que pelos relevantes serviços o falecido Almirante Joaquim Marques Lisboa, **outrora** Marquês de Tamandaré, recomendou a sua memória à estima e à gratidão da Pátria; Considerando que durante sua longa existência foi sempre exemplo de patriotismo e de subordinação ao dever militar; Considerando que a homenagem rendida aos beneméritos servidores da Nação é, além de um ato de justiça, um nobre estímulo oferecido às gerações vindouras; O Senado e a Câmara dos Estados Unidos do Brasil, reunidos em Congresso resolvem:

Art. 1º - O Poder Executivo contratará com algum artista nacional a execução de um busto em bronze representando a efígie do falecido Almirante Joaquim Marques Lisboa, para ser colocado na praça principal do Arsenal de Marinha.

Art. 2º O Poder Executivo contratará igualmente a reprodução litográfica ou fotográfica, da efígie do mesmo Almirante para ser colocada na praça nobre dos navios de guerra da Armada Nacional, com a seguinte legenda: “Ao seu benemérito, a Pátria Agradecida”.

Art. 3º O Poder Executivo solicitará oportunamente o crédito necessário para o cumprimento desta resolução do Congresso Nacional. Sala das sessões, 20 de maio de 1897. Quintino Bocayuva (grifo nosso)” <sup>896</sup>

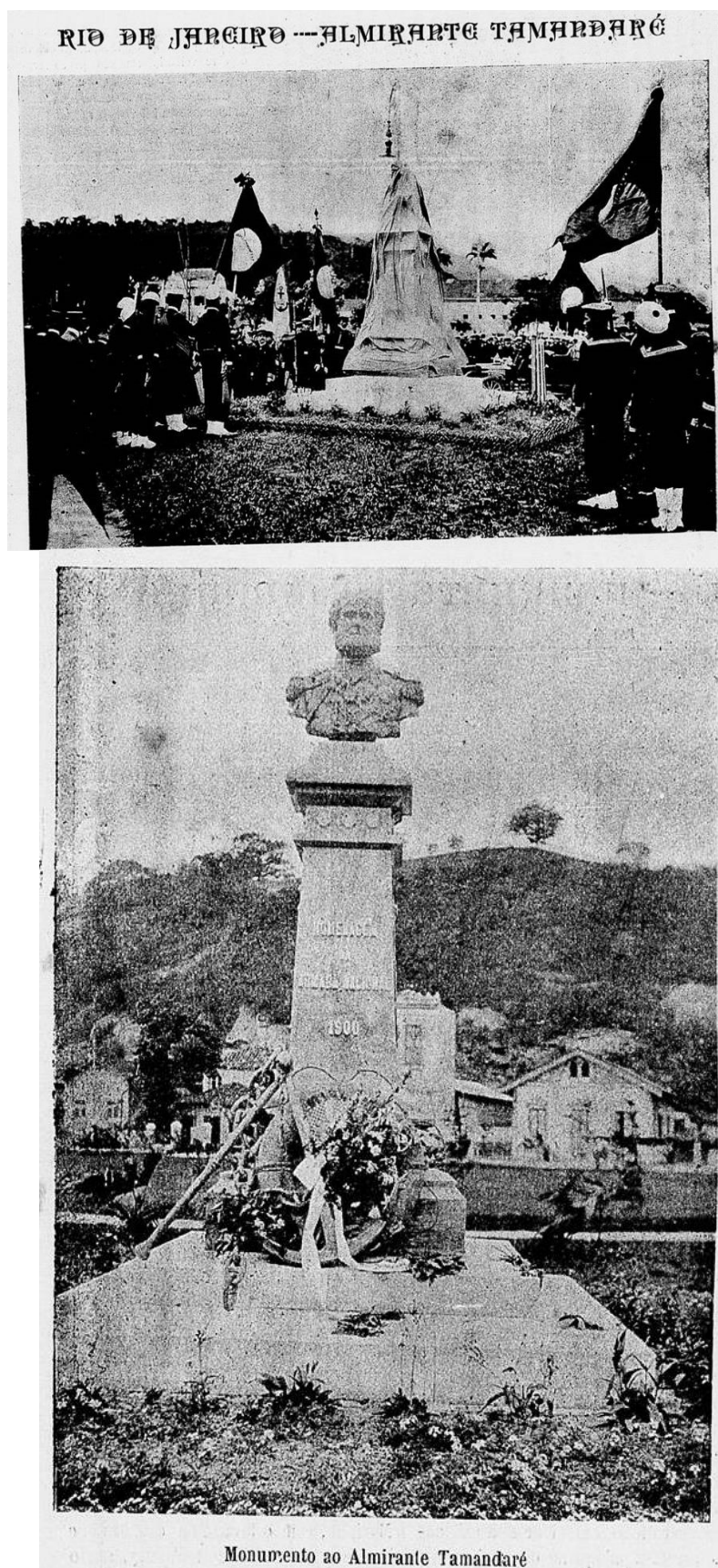
Ainda na ideia de estatuomania de finais do XIX, a proposta de Bocayuva não era postegar a memória de Tamandaré, era confiná-la em um espaço restrito onde somente os pares pudessem ter acesso. Parecia querer retirá-lo da memória nacional, e isto poderia ser explicado pela sua posição a favor do imperador quando do golpe da República, e também pela ideia positivista de “pacifismo” que excluía a Guerra da Tríplice Aliança dos espaços de memória nacional. Mesmo com o projeto, o busto do Marquês não foi executado naquele momento, só sendo feito em 1906, também por iniciativa do Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino de Alencar, o mesmo que instituiu o “dia do marinheiro”. Inaugurado em 17 de dezembro de 1906 na Avenida Beira-Mar foi fundido no Arsenal de Marinha com o bronze dos canhões que serviram na guerra do Paraguai (Imagem 106), com a inscrição: “À guarda do povo confia o Club Naval o Monumento Tamandaré. Homenagem da Armada – 1906 e 13 de dezembro de 1807 – e 20 de março de 1897.” <sup>897</sup>

<sup>895</sup> José Francisco Lima. **Marquês de Tamandaré Patrono da Marinha (seu perfil histórico)**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1983, p. 671.

<sup>896</sup> Idem, pp. 671-672.

<sup>897</sup> **Revista da Semana**, 23 de dezembro de 1906. Biblioteca Nacional.

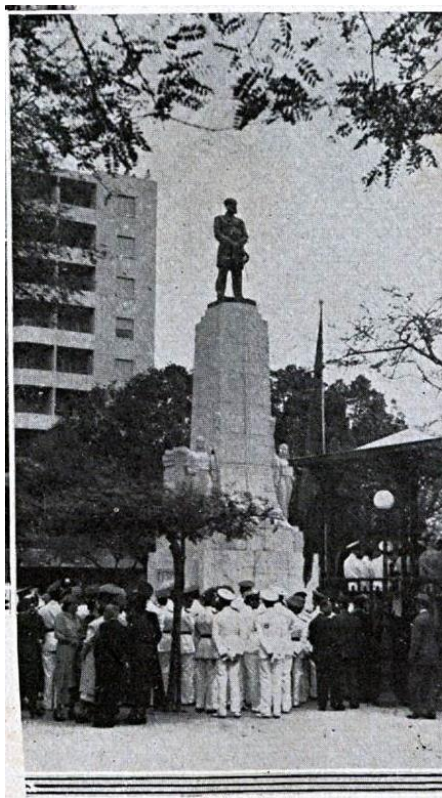
Figura 106- Inauguração do busto do Almirante Tamandaré



Fonte: Revista da Semana, 21 de dezembro de 1906. Biblioteca Nacional

A partir da inauguração todos os eventos relacionados com o dia do marinheiro passaram a ocorrer em frente à herma do Almirante Tamandaré. Cabe destacar que as comemorações não vão se referir ao conflito da Tríplice Aliança, e que seu busto não possui nenhuma menção a este fato. Novamente coube ao Estado Novo a busca por essa memória, claramente intencionada a fim de criar uma nova gama de heróis que representassem o nacional. Nesse sentido, em 13 de dezembro de 1936, durante as comemorações do dia do marinheiro, é lançada a pedra fundamental para um novo monumento do Almirante, na então chamada Praça da Marinha, no início da praia de Botafogo, praticamente no mesmo lugar que a anterior. No ano seguinte, a 28 de dezembro (a previsão era de ocorrer a solenidade no dia 13, mas um temporal não permitiu), o presidente Getúlio Vargas inaugura o monumento, completamente diferente daquele que outrora existiu (Imagem 107). Cabe ressaltar que todo o projeto foi executado com erário público e sua inauguração cercada de pompa, com desfile da Escola Naval e presença de autoridades, inclusive o presidente.

Figura 107- Inauguração do monumento ao Almirante Tamandaré



**Fonte:** A Careta, 8 de janeiro de 1938. Biblioteca Nacional.

Mas a saga ainda não estava completa. Quando o monumento ao Almirante Tamandaré deixa essa qualificação para virar um Panteão? A resposta está numa denúncia feita pela Revista *O Cruzeiro* de 19 de outubro de 1957. No índice a chamada da matéria já viria com um “Falta um mausoléu”. Com a reportagem ilustrada na parte interna da revista, mostrando as urnas contendo os restos mortais de Tamandaré e de sua esposa, totalmente depredada e com os ossos à mostra, a revista afirma que “Os ossos de Tamandaré ainda estão no jazigo da família, o que será natural se ele fosse apenas um almirante. O Patrono da Marinha precisa de um mausoléu, como em frente ao Palácio da Guerra foi erguido para repouso das cinzas de Caxias”. “Tamandaré sem panteon”, a partir desse título passa a discorrer como o genro do Almirante descobriu o estado das urnas e denuncia “como não andou para frente a sugestão apresentada ao Ministro da Marinha de trasladá-los para o monumento erigido na Praia de Botafogo”.<sup>898</sup> Em março de 1955 o Almirante César Machado da Fonseca oficia ao Ministro da Marinha, sugerindo que os restos mortais de Tamandaré fossem trasladados do cemitério de São Francisco Xavier para o pedestal da estátua da Praia de Botafogo, com essa cerimônia sendo realizada na “Semana do Marinheiro” daquele ano. Sem sucesso. E a revista continua:

“A marinha sabe onde está sepultado o seu patrono. Mas talvez não saiba onde estão seus ossos: numa urna furada, aos pedaços, jogada em cima de outras, na pilha de um ossário (imagem 108). [...] Tamandaré – não obstante as horas que recebeu (título de Patrono da Marinha, monumento na Praia de Botafogo, seu nome num vaso de guerra, a efígie nas cédulas de um cruzeiro) – começou a ser esquecido no dia em que morreu. Na solenidade da inauguração da estátua da Tamandaré, o orador, Comandante Tancredo Burlamaqui, disse que “Tamandaré tinha aderido à República”. – Não é verdade – protestou D. Euphrasia Marques Lisboa, sua filha. – Meu pai nunca aderiu a República. E ela repetiu o desmentido várias vezes até que, na tribuna, o Comandante retificou: - Pelo Menos, assim dizem, minha senhora... – Não é verdade! – ela insistiu. Para esse monumento, na Praia de Botafogo, em que todo ano os marujos depositam flores, ainda poderão ir os ossos do Marquês.”<sup>899</sup>

---

<sup>898</sup>*O Cruzeiro*, 19 de outubro de 1957. Biblioteca Nacional.

<sup>899</sup>*O Cruzeiro*, 19 de outubro de 1957. Biblioteca Nacional.

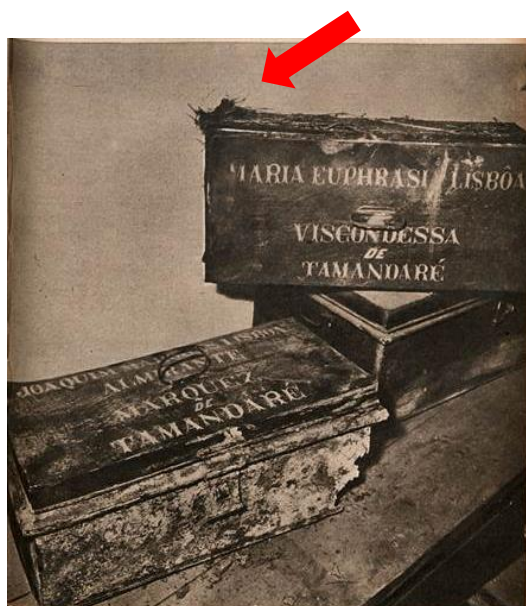
Figura 108 – Fotografia da Revista “O Cruzeiro” com o jazigo e as pilha de urnas no ossário



Fonte: O Cruzeiro, 19 de outubro de 1957. Biblioteca Nacional.

Pelo trecho destacado da matéria, podemos perceber que fazem a analogia do esquecimento à não adesão de Tamandaré à República. E realmente esse pode ter sido o motivo. A reportagem ainda expõe as urnas de Tamandaré e da sua esposa, com um ninho de pardal sobre elas, na tentativa de denunciar o tal abandono (Imagem 109).

Figura 109 – Fotografia das urnas de Tamandaré e esposa com a denúncia do ninho de pardal.



Fonte: O Cruzeiro, 19 de outubro de 1957. Biblioteca Nacional.

A denúncia surtiu efeito. A marinha começou a organizar a retirada das urnas bem como o traslado para o monumento na Praia de Botafogo. Em 28 de dezembro do mesmo ano, a Revista O Cruzeiro, publica então a matéria sobre todo esse evento, com o título “Tamandaré com Panteon”.<sup>900</sup> Novamente discorrem sobre a história das urnas e osso abandonados, rememorando o “descaso”. Na véspera da cerimônia, os ossos foram retirados das antigas caixas e postas em duas urnas de mármore e bronze e ficaram sendo veladas na Sala do Almirantado durante toda a noite. Em 7 de dezembro de 1957 os ossos são depositados no agora Panteão de Tamandaré, sob o título “Antes era apenas um monumento de bronze, mas passou a ser, em verdade, o túmulo de Tamandaré”, além disso, fora colocada uma placa no ex-monumento com os seguintes dizeres:

“Em 13 de dezembro de 1957 foram recolhidos à cripta deste monumento pela Marinha do Brasil os restos mortais do Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré (\*13-XII- 1802 + 20-III- 1957) e de sua esposa Dona Maria Euphrasia Marques Lisboa, Marquesa de Tamandaré (+1-VII-1869).”<sup>901</sup>

O detalhe interessante, que também foi levantado pela matéria, é o “erro” na placa que afirma ser o dia 13 de dezembro – Dia do Marinheiro – o dia de colocação das urnas no Panteão, ao invés de 7 de dezembro, o dia verdadeiro. Mas a saga do Almirante não termina

<sup>900</sup>O Cruzeiro, 28 de dezembro de 1957. Biblioteca Nacional

<sup>901</sup>O Cruzeiro, 28 de dezembro de 1957. Biblioteca Nacional

por ai. Em 22 de maio de 2018 seus restos mortais são novamente trasladados, agora para o 5º Distrito Naval, no Rio Grande do Sul, para o *Panteão do Almirante Tamandaré*, juntamente com os restos mortais do Almirante Abreu de sua esposa (comandante da corveta Belmonte, integrante da Batalha Naval do Riachuelo), o Comandante Felinto Perry (tripulante da canhoneira “Mearin”, também participante da Batalha Naval do Riachuelo), Pulcena Dias (mãe de Marcílio Dias, morto na batalha Naval do Riachuelo cujo corpo não foi encontrado). Todos eles estavam sepultados em outros locais, mas foram colocados junto ao Almirante Tamandaré e sua esposa, a fim de se reconstruir a memória da Batalha Naval do Riachuelo, com uma verdadeira alegoria ao evento. Ao relacionar o tratamento dispensado ao Almirante Barroso e ao Almirante Tamandaré, percebemos um predileção pela construção memorialista e simbólica do primeiro e uma construção tardia do segundo.

- Osorio: o herói no bronze da História

General Osório é o seu nome popular, o nome que o Brasil amou e soltou aos gritos de entusiasmo; o nome que o fumo, o sangue e as balas dos combatentes consagraram.<sup>902</sup>

Em 1893 Rodrigo Otávio lança no Rio de Janeiro o livro “Festas Nacionais”. Nele o autor buscar demarcar as festas de “interesse” da jovem República, do descobrimento até à que momento, que era muito complicado para efeitos de consolidação política. O prefácio escrito por Raul Pompeia, talvez seja o maior exemplo disso. Ele procurou nessa carta-prefácio fundar uma nova concepção de nação, que teria como base a associação entre o povo e o exército.<sup>903</sup> Ainda segundo Raul Pompeia, “os militares deveriam ser respeitados como expressão maior das forças revolucionárias que lutavam pela emancipação nacional, e o fato dos militares terem feito a República seria uma honra para o exército que era o povo em armas”.<sup>904</sup> O livro rapidamente alcançou ampla tiragem, mostrando que talvez essa formulação tenha obtido o sucesso esperado naquele momento. O grande problema é que o livro alcançava somente uma parcela da sociedade, os letrados, e a República necessitava um pouco mais do que isso. Segundo José Murilo de Carvalho, “a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de redefinição de identidades coletivas”<sup>905</sup>, então nesse momento, qualquer possibilidade de retomar narrativas que recoloquem os militares em posição essencial para sociedade, era bem-vinda. Segundo Adriana Barreto,

<sup>902</sup> **Jornal do Comércio**, 5 de outubro de 1879. Biblioteca Nacional.

<sup>903</sup> Cf. Adriana Barreto de Souza. “Osorio e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar”. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 25, julho de 2001, p. 231-252.

<sup>904</sup> Idem, p. 234.

<sup>905</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. **A formação das almas. Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 11.



“é nesse sentido que o governo militar de Deodoro recupera com especial entusiasmo a história e acima de tudo a imagem do General Osorio. Resta indagar porque uma república proclamada por militares deveria retornar a lideranças do império para trabalhar a imagem do exército. O motivo central nesse caso é exatamente a frágil unidade do grupo de militares que ascendia ao governo, unidade forjada pouco antes do 15 de novembro. A república ainda não havia completado um ano e as duas lideranças militares de 1889, Deodoro e Benjamin Constant, já trocavam acusações a ponto de serem apartados por terceiros para que não chegassem ao confronto físico.<sup>6</sup> No mesmo governo, havia ainda os republicanos históricos, que, como vimos, ocupavam uma posição bastante delicada face à consolidação do caráter militar da república. Por ser um oficial do império, Osório aparecia como um nome neutro que também agradava ao grupo histórico por ter sido um símbolo militar e político do partido liberal.”<sup>906</sup>

A escolha por falar do Panteão do General Osório não foi de decisão fácil, mas pareceu oportuna para a narrativa que aqui se constrói. Segundo Doratioto, Osorio era até fins da década de 1860 uma figura regional, quando já general liderou a organização do Partido Liberal gaúcho, projetando-se nacionalmente graças à sua atuação na Guerra da Tríplice Aliança quando sua bravura beirava a irresponsabilidade, mas o tornou popular entre a tropa, que o seguia mais pelo arrebatamento e por suas qualidades pessoais do que pela obediência devida pelo regulamento militar, tornando Osorio o oficial mais popular do exército.<sup>907</sup> Para se ter uma ideia da popularidade de Osorio, até a década de 1920, ele foi o soldado mais lembrado e admirado, a ponto de a principal comemoração anual militar, constituindo-se praticamente o “Dia do Exército”, ser o aniversário da Batalha do Tuiuti, travada em 24 de maio de 1866, e onde a atuação de Osorio foi decisiva para rechaçar o ataque paraguaio, sendo comemorado anualmente na Praça XV, em frente ao seu Panteão.<sup>908</sup> Essa ritualística só foi abandonada a partir de 1925 quando foi criado o Dia do Soldado em 25 de agosto, data do nascimento do Duque de Caxias, desenvolvendo nos anos seguintes o culto à figura do Duque de Caxias, até o mesmo ser elevado, por decreto de 13 de março 1962 à condição de Patrono do Exército, nessa mesma data, Osorio foi oficializado como Patrono da Cavalaria, sendo desvinculado da Batalha de Tuiuti,<sup>909</sup> descendo um degrau no panteão militar.<sup>910</sup> A escolha por Caxias, segundo Celso Castro, se deveu a necessidade de ordenamento da força por causa do crescente tenentismo e para evitar a sua desagregação, sendo instrumentalizada essa escolha

<sup>906</sup> Adriana Barreto de Souza, op. Cit, p. 234.

<sup>907</sup> Cf. Francisco Doratioto. **General Osorio: a espada liberal do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 18-19.

<sup>908</sup> Idem, . 21.

<sup>909</sup> Essa mudança fica bastante clara quando o Exército na mesma data passa a comemorar o Dia da Infantaria, tendo como Patrono o general Antônio de Sampaio, que por coincidência fazia aniversário nesse mesmo dia e foi ferido em Tuiuti, falecendo dias depois.

<sup>910</sup> Idem, p. 21-22.

na década seguinte já durante a Era Vargas.<sup>911</sup> Minha proposta aqui não é discutir ou comparar as duas figuras e sim entender como a imagem de Osorio foi apropriada pela jovem República, até a construção do seu Panteão.

Falar do Panteão de Osorio é falar basicamente da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária. Fundada em oito de novembro de 1857, pelo farroupilha Antônio Álvares Pereira Coruja, que se encontrava exilado no Rio de Janeiro, representou o sentimento de identidade gaúcha. Juntamente com mais 24 membros, ele alugou uma casa na Rua da Misericórdia número 45 para ser a sede da Sociedade que admitia sócios de três tipos: *Sócio efetivo* (admitia somente gaúchos); *Sócio especial ou contribuinte* (não gaúcho) e *Sócio Benemérito ou Remido* (gaúcho e não gaúcho). A diferença básica entre os tipos de sócio, para além do local de nascimento, estava o pagamento de mensalidade onde quem paga – no caso o sócio efetivo – pode votar e ser votado. Os recursos para sua manutenção eram provenientes do pagamento das mensalidades, além das aplicações financeiras feitas pela Sociedade.<sup>912</sup> Osorio era sócio efetivo da Sociedade. Mas o ponto de maior importância para este trabalho se encontra nas ações da Sociedade e, principalmente, no caso do general Osorio.

Imediatamente após sua morte em 4 de outubro de 1879, os membros da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, fizeram o primeiro movimento em homenagem ao ilustre sócio. Desta forma, em 10 de outubro de 1879, pela Ata de número 121 da Diretoria, é proposta uma Comissão para conseguir fundos a fim de erguer um monumento ao General Osorio. E quais eram os integrantes da Comissão: - Presidente: Barão de Andaraí; Vice-presidente: João Valverde de Miranda (Comendador e Presidente do Banco da Lavoura e Comércio); 1º Secretário: Bernardino de Ávila e Souza; 2º Secretário: Cândido Gaffrée; Tesoureiro: Manoel Vicente Lisboa Adjuntos: Domingos José Campos, Manoel Joaquim Ferreira Dutra, Faustino Alves Vianna, Antonio da Silva Lisboa. Todos os envolvidos na proposta, exceto o escultor Rodolfo Bernadelli que passou a pertencer a Comissão a partir de 1880, eram gaúchos e membros da Sociedade. Com relação aos recursos, estes vieram de subscrição pública e foram completados com provenientes da Sociedade que possuía uma

<sup>911</sup> Cf. Celso Castro. “Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro.” **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 14, nº 25, 2000, p. 103-104.

<sup>912</sup> Segundo Ethiene Cristina Moura Costa Soares, analisando as atas das reuniões da Sociedade, era possível constatar que a mesma tinha por objetivo reunir os gaúchos de posses residentes na capital do Império para ajudar os gaúchos “necessitados” do Rio de Janeiro, sobretudo àqueles que tiveram que fugir após o término da Farroupilha. Daí resultaria, segundo ela, o outro objetivo da Sociedade: proporcionar o convívio de ricos e pobres gaúchos, a exaltação do amor ao Rio Grande, por sua gente, história e tradição. Cf. Ethiene Cristina Moura Costa Soares. **General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2012. P. 25.

relativa quantia. Apesar de logo ter conseguido a quantia para a execução, o projeto ainda demorou para ser colocado em prática, talvez porque os membros da Comissão esperavam o retorno de Bernadelli que estava na Europa, retornando ao Brasil em 1888, Bernadelli já participa de reunião da Comissão, elaborando inclusive a minuta do contrato definitivo, levando em consideração as exigências estéticas feitas pela Comissão, conforme as cláusulas do contrato:

Artº1º O abaixo assinado, artista brasileiro, fica obrigado a executar todo o trabalho de escultura do Monumento ao general Osorio conforme o projeto apresentado (um quarto do tamanho real), podendo modificá-lo em algum detalhe, quando isso for necessário para maior grandeza e beleza.

Artº2º O tempo máximo para a execução completa do dito monumento será de três anos (3) salvo força maior, devendo sempre a muito digna comissão ser prevenida com antecedência por ofício que justifique o atraso.

Artº3º Só ao artista cabe a responsabilidade e a criação completa do monumento.

Artº4º O artista abaixo assinado deverá officiar a muito digna comissão sempre que tiver concluído algum trabalho relativo ao Monumento.

Artº5º No caso de falecimento do artista abaixo assinado ficará encarregado de concluir o dito monumento nas mesmas condições, o afamado artista Italiano Eugenio Maccagnani estabelecido em Roma. Artº6º No ato de assinar o contrato, o artista abaixo assinado receberá a quantia de dez contos de reis, 10:000\$000, recebendo em seguida dez contos de reis por ano em pagamentos semestrais.

Artº7º A Comissão é fiadora e principal pagadora dos contratos que o abaixo assinado tem de fazer, tanto aqui como na Europa relativamente aos trabalhos do Monumento.

Artº8º Finalizado todo o trabalho do Monumento, a muito digna comissão, concluirá o pagamento integral da soma estipulada entre o abaixo assinado e a mesma Comissão. O orçamento presente e detalhado é feito baseado sobre trabalhos executados pelo abaixo assinado [Rodolfo Bernardelli].<sup>913</sup>

O contrato ainda descrevia como a estátua de Osorio deveria ser esculpida:

O general Osorio em uniforme simples de espada em punho deu o comando e ainda com o olhar anima seus soldados a marchar avante. O cavalo tem o movimento do trote, este grupo pousa sobre um pedestal de gênero renascença, a parte anterior e posterior é circular, e os lados são retos, na parte anterior e posterior deverão ser colocadas as inscrições e coroas de louro e carvalho. Dos lados irão dois altos relevos representando batalhas. O pedestal e degraus serão de granito do nosso mais belo e harmonioso com o bronze, pousara sobre três degraus sobre formas variadas; no primeiro degrau junto ao pedestal serão colocados na parte anterior os emblemas em bronze das grandezas civis por ele adquiridas durante sua vida, na parte posterior a espada, o poncho e o livro da historia onde será gravado o dia do nascimento do grande homem. Dos lados serão colocados troféus militares.

<sup>914</sup>

<sup>913</sup> Mapoteca, pasta 27, n° 12/IX. Arquivo Rodolfo Bernardelli. Museu Nacional de Belas Artes.

<sup>914</sup> Idem, ibidem.

Claramente, essa forma de representar o General Osorio, tem relação com a nova representação que se quer fazer dele, destacando, através de suas vestes sua proximidade com os soldados. Além dessas vestes, era preocupação da Comissão as grandezas recebidas pelo Osorio.

Logo depois de firmado o contrato a Comissão envia ofício à Câmara Municipal solicitando conhecer o local que seria cedido para erguer o monumento. O local para a colocação do monumento era motivo de discussão. Em 1885 os moradores e proprietários da Praça General Osório enviaram ofício à Câmara Municipal solicitando que fosse ali colocada;<sup>915</sup> a outra proposta que surgiu era de colocar entre o Campo da Aclamação e o Quartel Militar, local onde hoje se encontra o Panteão de Caxias.<sup>916</sup> Esta última ideia agradava mais a Comissão que inclusive oficia à Diretoria de Obras da Câmara Municipal para este intento. Não foi encontrada nenhuma resposta da Câmara e até pelo menos 1890, não foram achadas Atas da Comissão. O período da implantação da República deve ter de alguma forma, arrefecido o ímpeto comemorativo. Mas ele seria retomado logo em seguida. Em 31 de janeiro de 1890, é enviado mais um ofício à Câmara agora informando que a Comissão ia requerer a posse do local destinado – e concedido – pela mesma Câmara, mas que recebeu desta uma nova proposta, que seria o Largo do Paço, a Praça XV de Novembro.<sup>917</sup> O local foi prontamente aceito. Para a Intendência municipal a Praça Xv seria o local perfeito, pois era “um local apropriado e compatível com os méritos do grande cidadão que queremos por em bronze”.<sup>918</sup> Segundo Adriana Barreto, a preparação do local também foi pensada cuidadosamente, visto que o ato simbólico deveria estar em consonância com a construção da mitologia que estava em curso:

Afirmava no projeto que era habitual nos países civilizados instalar esse tipo de estátua em praças completamente livres de jardins. Há para ele dois princípios que orientam esse hábito. Um sugere que monumentos históricos não devem servir de ornamentação para jardins, o outro é político. Sem os jardins, o monumento adquiria maior importância. No caso específico da praça XV de novembro, chama atenção ainda para o fato de que a região é o cartão de visitas para o estrangeiro que desembarca na capital e que, portanto, deve estar totalmente desimpedida. Assim, seguindo a orientação de Bernardelli, a praça XV vira um grande passadiço com bulevares apenas nas laterais e com o monumento do Osório ao centro. Cravada no coração da cidade, era a estátua do grande cidadão que deveria acompanhar o cotidiano

---

<sup>915</sup> Esse primeira Praça General Osorio, ficava próxima, quase paralela ao Largo de São Francisco de Paula, e não na atual região de Ipanema.

<sup>916</sup>**Papeis sobre o projeto e execução da estátua do General Osorio.** Fundo: Câmara Municipal. Coleção Prefeitura do Rio de Janeiro, Série Estudos. Notação 48.1.68. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>917</sup> Setor de manuscritos. Monumento a Osorio. Notação: 46.3.34. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>918</sup> Idem, ibidem.

turbulento dos habitantes locais e saudar o estrangeiro que viesse conhecer a mais nova república sul americana.<sup>919</sup>

A “escolha” de associar Osorio à Guerra da Tríplice Aliança e não à Revolução Farroupilha, se deveu ao mesmo ter lutado com as tropas imperiais contra os republicanos, fato este que não poderia ser ressaltado pela então jovem República, incluindo seu título nobiliárquico que fora esquecido: ele não era mais chamado de Marquês do Herval, mas sim por General Osorio. Pelas ações que proporcionaram a instalação do monumento, podemos perceber que existia por parte da República um claro interesse de apropriação da imagem de Osorio.

Até janeiro de 1891, as obras no terreno da Praça XV não havia iniciado, necessitando de uma intervenção do próprio Bernadelli que enviou ofício à Intendência do Município, encaminhando inclusive uma planta sistematizando a Praça XV para receber o monumento à Osorio. Além disso, pretendiam convidar o presidente Marechal Deodoro para a inauguração dos trabalhos de fundações do monumento, em um grande evento com a presença da família do General e de diversas corporações como corpo de bombeiros, escolas militares, escolas politécnicas, entre outras. Mas a Revolta da Armada provocou um descompasso e o Marechal Deodoro renunciou logo após assumindo em seu lugar o vice Floriano Peixoto. O governo de Floriano acelerou os trabalhos para o monumento, provavelmente para criar uma associação entre seu governo e o “cidadão – soldado” como era considerado o General Osorio. Uma possibilidade de resposta a isso seria a aproximação entre o Marechal Floriano Peixoto e a Comissão, tornando ele um personagem chave na concepção da primeira etapa da cerimônia de inauguração do monumento equestre: a transladação do corpo do General da Igreja da Santa Cruz dos Militares para o pedestal da Praça XV, sendo Floriano quem decidiu a data e a hora da cerimônia, que ficou para o dia 21 de julho de 1892, às 11 horas da manhã.<sup>920</sup> Segundo a ata da Comissão:

O Sr Presidente da República marcou o dia 21 do corrente às onze horas da manhã para efetuar-se a transladação do corpo do General Osorio da Igreja da Santa Cruz dos Militares para a cripta do monumento fundado na Praça Quinze de Novembro; [...] O Presidente da República queria dar a esta solenidade toda a pompa atendendo aos serviços prestados a Pátria pelo legendário general, sentindo que o espaço a percorrer não fosse maior, pois faria formar toda tropa aqui existente para prestar-lhe as devidas honras; que a Irmandade da Santa Cruz dos Militares, cujo provedor é o Sr general

<sup>919</sup> Adriana Barreto de Souza. “Osorio e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar”. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 25, julho de 2001, p.237-238.

<sup>920</sup> O corpo do General Osorio foi inicialmente levado para a capela da Igreja do Bom Jesus da Coluna, no Asilo de Inválidos da Pátria, conforme já afirmamos antes, e posteriormente trasladado para a Igreja da Santa Cruz dos Militares.

Antonio Maria Pego, mostrou-se solícito e incansável, e deliberou fazer por si a cerimônia religiosa devido ao alto apreço que ligava a memória do legendário general; e que o Sr general Francisco Antonio de Moura, Ministro da Guerra, deu com a maior solícitude todas as ordens para que nada faltasse a essa cerimônia e pôs a disposição da Comissão tudo o que ela requisitasse.<sup>921</sup>

Exatamente no dia e hora marcados realizou-se a cerimônia. Primeiro as autoridades e convidados se reuniram na Igreja da Santa Cruz dos Militares, sendo lida na ocasião a ata de encerramento do corpo do General, a qual ficou depositada com as moedas e jornais do dia. Prosseguindo o programa de comemorações, Cândido Graffrée, que se tornara presidente da Comissão, leu um discurso onde exaltava principalmente as qualidades do General na Batalha de Tuiuti, bem como a postura de político, figura mais importante para esse contexto: “Os trabalhos da guerra não o escusaram dos da paz, morreu no serviço do Estado”.<sup>922</sup> Um detalhe no discurso chamou bastante atenção que foi “A humanidade lhe deve a libertação de um povo oprimido; a América a queda do ditador, cuja crueldade a assombrava, e o Brasil a defesa de sua integridade”.<sup>923</sup> Neste trecho temos talvez o caminho que Floriano gostaria de percorrer naquele momento conturbado pós-renúncia de Deodoro, associando sua imagem a alguém que defenderia o país a todo custo, criando para si uma imagem favorável. A partir de 1893 com o início do movimento do *jacobinismo*, essa aproximação entre Floriano e a Comissão passou a ser observada de perto.<sup>924</sup> Nos jornais “A Bomba” e “O Jacobino”, eram publicadas matérias sobre o General Osorio, demonstrando o crescente interesse do grupo em sua biografia, em contrapartida, a Guerra da Tríplice Aliança era sempre criticada, mas se a figura de Osorio fosse mencionada, ela mudava de narrativa que por ora era construída para satisfazer os anseios políticos do grupo. Um exemplo claro dessa “busca” é a publicação no jornal “A Bomba” de um artigo intitulado *General Osorio* onde questiona a Comissão sobre a data da inauguração e alega que o atraso era proposital para que o monumento não fosse

---

<sup>921</sup> Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 20 de julho de 1892. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

<sup>922</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>923</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>924</sup> O vocábulo jacobino, que já era utilizado no final do Império como sinônimo de “republicanos radicais”, durante o governo do marechal Floriano Peixoto, tornou-se sinônimo para os voluntários dos batalhões patrióticos – destacamento composto por jovens que se alistavam voluntariamente para lutar pela República, armados e incentivados pelo marechal Floriano – e que, assim como a imprensa, constituía um importante instrumento de ação política. O termo era usado ainda para designar os mais veementes florianistas, “os chamados amigos do marechal Floriano” cf. Ethiene Cristina Moura Costa Soares. **General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2012. P. 43 e Amanda Muzzi. “Jacobinos: abordagem conceitual e performática”. In **Cantareira**, Niterói, edição 13. Disponível em [www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13](http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13). Acessado em 15 de novembro de 2019.

inaugurado ainda durante o governo de Floriano Peixoto.<sup>925</sup> Os jacobinos procuravam então se apropriar da imagem de Osorio para atrelá-la à de Floriano, que enfrentava duras críticas devido à repressão feita aos movimentos Federalista e da Armada.

Os membros da Comissão logo perceberam essa intensão. Em correspondência enviada à Bernadelli, Cândido Graffree afirmou que

Peço a V. Exa que conclua prontamente os reparos na estátua do General. Os emissários do governo nos acusam de estar adiando por interesses políticos a realização da cerimônia de inauguração (ilegível). Recebemos algumas visitas de amigos do Marechal que nos informam do desejo do Presidente em que a estátua seja afixada na praça XV o mais rápido possível.<sup>926</sup>

E em outra, continuou

Estamos sofrendo pressões de gente muito poderosa para que a estátua seja inaugurada até novembro. Quando organizamos a subscrição queríamos apenas louvar o maior dos guerreiros que já defenderam nossa pátria [...]. Os agentes da ditadura insistem que a estátua deve estar pronta no próximo mês.<sup>927</sup>

Na ata da reunião da Comissão do dia 27 de maio de 1893, estava clara a intenção de que o monumento pudesse ser inaugurado no dia 10 ou 24 de maio, aniversário de Osorio e batalha do Tuiuti, respectivamente, entretanto ainda na mesma ata, a Comissão entende que o atraso nas obras talvez não possibilitasse esse evento. No ano seguinte uma nova reunião da Comissão demonstrava o quão complicado estava o contexto político. Um de seus membros, o capitão Frederico Guilherme de Lorena, havia sido fuzilado em abril de 1894 durante a Revolta da Armada. Após esse episódio, o nome do capitão foi retirado de todos os documentos, o que nos leva a pensar na preocupação da Comissão de que esses assuntos pudessem interferir na inauguração ou ainda pudessem sofrer algum tipo de punição.

Em 13 de outubro do mesmo ano, Gaffree lembrou à Comissão que uma comitiva do Uruguai viria ao Rio de Janeiro com a finalidade de fazer entregar medalhas comemorativas da Guerra da Tríplice Aliança, defendendo assim que esta poderia ser uma data oportuna para a tão protelada inauguração. Floriano Peixoto aprovou a ideia. A intenção de manter a imagem de Osorio afastada de Floriano fez Gaffree tentar vinculá-lo ao aniversário do quinto ano da República, aproveitando assim a posse do primeiro presidente civil, Prudente de

<sup>925</sup> **A bomba**, 12 de setembro de 1894. Biblioteca Nacional.

<sup>926</sup> Apud. Rodrigo Perez Oliveira. **As armas e as letras: a guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em História Social, PPGHIS/UFRJ, 2011.. p. 127. Cabe ressaltar que o documento mencionado não foi encontrado. Além dele, Adriana Barreto também se utiliza dessa fonte.

<sup>927</sup> Apud, Rodrigo Perez Oliveira. Op.cit.,p. 26

Moraes e uma comitiva uruguaia que veio especialmente para a data, que continha programas de festejos durante toda o período entre 4 e 15 de novembro de 1894. Ainda nesta sessão foi acordado o que viria a ser escrito no pedestal: *À Osorio – o Povo* (inscrição que fora colocada no centro de uma coroa de carvalhos); atrás, sua data e local de nascimento - *10 de Maio de 1808 na Província do Rio Grande do Sul*. Floriano também se encarregou de dar a pompa necessária à ocasião ordenando que a guarda de honra da estátua fosse composta por um contingente de *inválidos da pátria*, e etapa dobrada para todo corpo do exército que estivesse na capital no dia 12, considerando este dia de festa nacional. Fora feito inclusive convites para a cerimônia com os seguintes dizeres:

A comissão do Monumento ao General Osorio tem a honra de convidar a V. Exa. para assistir à inauguração do mesmo monumento, que será efetuada pelo Exmo Snr. Marechal Presidente da República, no dia 12 do corrente, à 1 hora da tarde, na Praça Quinze de Novembro.<sup>928</sup>

Pelas publicações dos jornais, percebeu-se que não foi possível distribuir amplamente os convites, então a Comissão facultou o acesso do público mesmo sem ele, a fim de transformar a cerimônia de fato em um evento cívico e popular (Imagem 110).<sup>929</sup> Mas a inauguração vai ocorrer em 12 de novembro de 1894, ainda durante o governo de Floriano Peixoto. Na primeira página de “O Paiz” de 12 de novembro de 1894, foi colocada uma grande fotografia do General Osorio, anunciando os festejos do dia. Estava prevista uma "grande marcha cívica" composta pelos alunos dos colégios públicos e particulares, de integrantes de associações patrióticas, comerciais, recreativas, beneficentes e de funcionários públicos, bem como a presença maciça dos batalhões aquartelados na cidade. O governo pretendia promover, segundo o jornal, uma grande confraternização do povo. Para tanto, previa, ao final das comemorações cívicas, um espetáculo com divertimentos populares.<sup>930</sup>

---

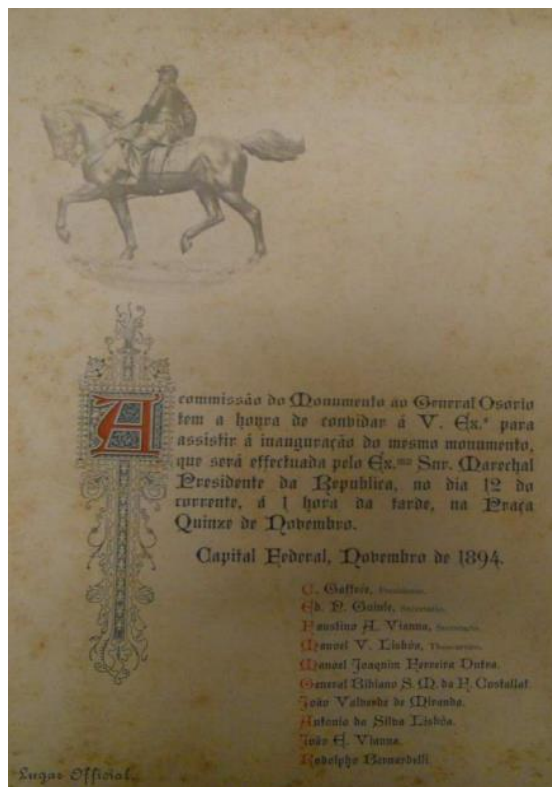
<sup>928</sup> **Convite para inauguração do monumento ao general Osorio.** Setor de Obras Raras. Biblioteca Nacional

<sup>929</sup> Cf. **Gazeta de Notícias**. 10 e 11 de novembro de 1894. Biblioteca Nacional.

<sup>930</sup> **O Paiz**, 12 de novembro de 1894. Biblioteca Nacional.



Figura 110 – Convite para a inauguração do Panteão de Osorio



Fonte: Biblioteca Nacional. Setor de Obras Raras.

Às 10 horas da manhã, uma tropa militar ocupou as ruas da capital no entorno da Praça XV de Novembro, local onde foi erguido o Panteão. Uma tribuna foi erguida em frente ao monumento para as autoridades políticas convidadas. Estiveram presentes na festa, cinco ministros: o da pasta do Interior; o do Exterior e da Fazenda; o da Indústria e das Obras Pública; o da Guerra; e o da Marinha. Senadores e Deputados compareceram em grande número, assim como altas patentes do Exército e da Marinha. O comandante superior da Guarda Nacional, o prefeito municipal e a comissão de Intendência Municipal também compareceram. A comitiva uruguaia composta de três generais e alguns oficiais que vieram trazer as medalhas comemorativas da Guerra da Tríplice Aliança também esteve presente. Aliás, a ocasião reuniu diversos ministros de nações da Europa e da América com seus secretários e respectivos cônsules. A família do general Osorio foi representada pelos filhos do homenageado: Fernando Luis Osorio, Francisco Luis Osorio, e Manuela Osorio Mascarenhas.<sup>931</sup> Prudente de Moraes, a três dias de sua posse, também compareceu, todavia,

<sup>931</sup> Setor de manuscritos. “Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio”. Notação: 46.3.41. Ata de 15 de novembro de 1894. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Floriano Peixoto, a figura mais aguardada dentre as autoridades políticas convidadas, não compareceu à cerimônia. A participação do marechal era tida como certa caberia a ele, inclusive, conduzir o momento alto da festa: baixar as cortinas que encobriam a estátua e inaugurar oficialmente o monumento. Alegando novamente estar adoentado, Floriano Peixoto não compareceu à inauguração. Em seu lugar, enviou o general Bibiano Sérgio da Fontoura Costallat, então ministro da Guerra.<sup>932</sup>

Encarregado de representar o presidente, o general Costallat, que também fazia parte da Comissão fez o seguinte discurso:

“[...] em nome da classe a que pertenço, constituída pela armada e exército nacionais, pois não há a distinguir dentre o marinheiro e o soldado brasileiro, entre os representantes dos heróis de Riachuelo e do 24 de Maio, entre Osorio e Barroso, venho dirigir-vos algumas palavras. Senhores eis-nos diante deste monumento formado de bronze e de granito, a desafiar o perpassar do tempo, erguido pelo povo para perpetuar a lembrança de um herói brasileiro cuja vida foi uma conquista constante de louros que engrinaldam a fonte da pátria. Abrase o peito do Brasil e do seu coração emerge o vulto grandioso do legendário guerreirão! Osorio! Seu nome só compõe uma sublime epopeia de pátria Brasil [...]. A essa comissão patriótica, que tão bem representa o sentimento de povo brasileiro, devemos o pagamento da dívida que contraímos contigo, Osorio!<sup>933</sup>

A fala do General Costallat não somente exaltava Osorio, mas também se referia à Marinha com muito carinho, visto que no ano anterior a Revolta da Armada opôs as duas forças. Note-se que ele menciona Barroso e a Batalha Naval do Riachuelo (ao mesmo pé de igualdade que menciona a Batalha de Tuiuti), o que corrobora com a nossa tese da construção inicial dos vultos da Marinha estar relacionada com a República, e, por esse motivo, não mencionar Tamandaré. Outro detalhe interessante foi a ênfase dada ao financiamento ter sido feito por “essa comissão patriótica” e não por iniciativa do governo, mais uma vez tentando desvincular a imagem do monumento com o Marechal Floriano. Assim que cessaram os discursos, Costallat convoca a filha do General, Manuela Osorio Mascarenhas, para retirar a cortina que encobria a obra (Imagem 111). Imediatamente caíram as cortinas, que encobriam o vulto do valente soldado. Então houve verdadeira ovação popular e de todos os lados da praça ouviam-se aplausos e prolongadas salvas de palmas. Entoaram as músicas militares, o hino nacional, e salvou a artilharia de terra e mar. Apesar da chuva, que começou a cair às 3h da tarde, não arrefeceu o entusiasmo popular (Imagem 112).<sup>934</sup>

---

<sup>932</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>933</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>934</sup> Cf. Ethiene Cristina Moura Costa Soares. **General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2012. P. 54-56.

Figura 111- Panteão de Osorio antes da inauguração



Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/04/monumento-general-osorio-na-praca-xv-de.html> (Acessado em 15 de novembro de 2019)

Figura 112- Inauguração do Panteão de Osorio



Fonte: <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/04/monumento-general-osorio-na-praca-xv-de.html> (Acessado em 15 de novembro de 2019)

Sobre a estátua, Adriana Barreto a descreve como

a imagem de um militar propriamente dito. Na parte anterior do monumento, no primeiro degrau foram colocados emblemas de bronze dos principais atos da vida do general e na parte posterior o que Bernardelli denominou "o livro da história". Nele, estaria gravado o dia do seu nascimento e seus principais feitos. De ambos os lados foram colocados ainda seus troféus militares e, completando a imagem, estão o seu poncho e a espada de campanha. Um traço que mereceu atenção especial de Bernardelli foi a modelagem do cavalo. No seu arquivo foi possível encontrar uma pasta só com fotografias de monumentos equestres, que destacavam os cavalos. Tratava-se de um estudo cuidadoso. São fotos de monumentos de várias cidades dos Estados Unidos, França e Itália. Em todas elas, os cavalos encontram-se em movimento. É dessa maneira que Bernardelli esculpe o cavalo de Osório. Sobre o cavalo, o herói homenageado seguia os modelos estudados pelo estatuário. A imagem retratava uma situação de guerra: Osório tem uma das mãos nas rédeas enquanto a outra empunhava a espada no ar. Em carta ao barão do Andaraí, presidente da comissão, Bernardelli afirma que procurou lhe dar um "... ar natural: a cabeça exprimindo valor e franqueza enquanto o braço direito de um movimento nervoso é levado para trás, o que dá ao corpo movimento que desenha largamente a parte anterior e posterior". O uniforme era o de campanha, bastante simples. Para executar toda a obra foram derretidos vários canhões utilizados na guerra do Paraguai, proposta do estatuário.<sup>935</sup>

A estátua mede cerca de 8 metros de altura, sendo confeccionada em Paris com o bronze dos canhões apreendidos na guerra. Sua base é de granito dos Alpes e fora construída uma cripta para ali depositar os restos mortais de Osório. Um ponto interessante é que Bernardelli sofreu diversas críticas relativas à concepção do monumento: alguns achavam o fardamento simplório ou as feições brutas, mas, de acordo com o interesse político, a concepção foi exatamente como o planejado. Outro ponto que recebeu inúmeras críticas foi o fato do escultor ter concebido a estátua de Osório sem as botas de cavalaria, fato este explicado devido a um problema que o General adquiriu em campanha, na batalha de Passo da Pátria, o que causou uma séria inflamação que o impediu de calçar botas pelo resto da vida. Anos mais tarde o "Diário de Notícias" assim lembrou o fato:

Henrique Bernardelli, irmão do escultor, contou-nos toda história e pediu que fôssemos o cruzado da sua divulgação. Não foi engano de Rodolfo Bernardelli. Ele estudou tudo o que um escultor estuda para fazer um monumento daquele tipo: indumentária militar, ambiente histórico etc. E fez o que era certo. Vestiu o general Osório com o segundo uniforme, do qual fazem parte as botas. Quando a maquete ficou pronta, convidou a filha do homenageado, D. Manuela Luiz Osório Mascarenhas, e ela ao visitar o atelier, vendo o modelo, ela se dirigiu ao escultor e declarou – Está muito bonito. Mas é interessante que meu pai esteja com botas, quando desde 1866, ele não as pode mais usar até o resto da vida. A pergunta de Bernardelli, ela esclareceu: - Choveu torrencialmente enquanto se desenvolvia a batalha do Passo da Pátria, na qual meu pai esteve combatendo durante 24 horas.

<sup>935</sup> Adriana Barreto de Souza. "Osório e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar". **Varia História**. Belo Horizonte, nº 25, julho de 2001, p.234-236.

Quando transpôs o rio, as botas estavam encharcadas e não podia tirá-las, observando que as pernas estavam inchadas. Ordenou ao seu bagageiro que lhe cortasse as botas a faca, o que foi feito. Voltando a combater, já no final dessa batalha lutou meu pai sem botas. Mais tarde, sob tratamento na cidade de Pelotas, o médico sugeriu a aplicação de uma ducha em cada perna, do que resultaram duas feridas de mau caráter, que não cicatrizaram. Ante o que expusera a filha do Osório, Rodolfo Bernardelli resolveu fundir o monumento sem botas, inspirado no propósito de realçar, perante as gerações, o sacrifício do grande general. No dia da inauguração da estátua, Bernardelli foi acoimado de ignorante e a poucos pode explicar a razão daquela aparente lacuna do seu trabalho. Deixou em testemunho no Museu Maquete pedindo-me a seu irmão Henrique que encontrasse o caso aos colegas que visitam o Museu. E assim o tenho feito.<sup>936</sup>

Ao retratar esse detalhe, Bernardelli tentou exprimir o lado mais humano de Osório. A ideia de Panteão surge devido às alegorias em bronze colocadas no pedestal representando as principais batalhas de Osório na Tríplice Aliança (Passo da Pátria e Tuiuti), recontando a história do evento de acordo com a perspectiva que interessava (imagens 113 e 114).

Figura 113- Rodolfo Bernardelli retocando os painéis do Panteão de Osório



Fonte: Rodolfo Bernardelli no Monumento a General Osório , 1894. Registro fotográfico de Fernanda Mayrink/Agência JB.

<sup>936</sup>**Monumentos da Cidade.** Rio de Janeiro: S. A. Diário de Notícias, 1946, p. 22-23.

Figura 114- Detalhe dos painéis do Panteão do General Osorio



Fonte: Arquivo pessoal – novembro de 2019.

A edição do dia 13 de novembro comentava a repercussão do evento, afirmando ter sido a “manifestação do espírito popular brasileiro”.<sup>937</sup> Um dos discursos realizados na ocasião, e publicados no jornal, deixa bem claro o caráter da festa e o tipo de imagem que estava sendo construída relativa à Osório naquele momento. O discurso de Leôncio de Carvalho, que participou com Osório do Gabinete de 1878 e usou o discurso como testemunho, afirmava que

Como cidadão o general Osório amou sempre a democracia [...] justo é hoje, pois que militares e paisanos ligados em cordial amplexo saúdem afetosamente o ínclito general e benemérito cidadão, a quem devem tantos e tão valorosos serviços; curvem-se reverentes diante da abençoada estátua, que atestando o consórcio do militarismo com a liberdade, exuberantemente demonstra que o povo e o exército, naturais aliados, devem confraternizar

---

<sup>937</sup>O Paiz, 13 de novembro de 1894. Biblioteca Nacional.

seus esforços em defesa do grande princípio fundamental de todos os poderes políticos: a soberania da nação.<sup>938</sup>

Estava criada a concepção de Osório como um soldado do Império que pertencia à República. A partir daquele momento o Panteão passou a concentrar as manifestações cívicas que ocorriam todos os anos a 10 de maio – nascimento de Osório, e 24 de maio – Batalha do Tuiuti. Para comemorar a inauguração, “O Paiz” publica a poesia, que em certo sentido tem um tom de ironia, pois ao falar das pessoas usa o termo “Zé Povo”, talvez manifestando a percepção de que todo aquele evento teria realmente o objetivo de incutir no imaginário popular a nova ideia sobre o General. Feita por Gavroche, pseudônimo utilizado por Arthur de Azevedo, assim dizia:

*stá tão contente o Zé Povo,  
Que até não cabe na pele:  
Osório vive de novo  
No bronze de Bernardelli.*<sup>939</sup>

As cerimônias relativas ao General foram arrefecendo conforme se passaram os anos, sendo rememoradas somente durante o Estado Novo. O Panteão ficou um bom tempo esquecido, o que demandou diversas obras de restauração. Segundo a página “As histórias dos monumentos do Rio”, no dia 19 de novembro de 1993, Dia da Bandeira, foi realizada a exumação de Osório, cujos despojos foram transferidos do monumento para o Parque Histórico Marechal Manoel Luís Osório, no município de Tramandaí-RS, local onde se encontra preservada a casa simples em que o militar nasceu, em 10 de maio de 1808. Durante a exumação no monumento, foram encontrados fragmentos em decomposição de uniforme militar, bordados, botas, dragonas, franjas, botões dourados, um par de esporas, uma espada de serviço de oficial general diversas medalhas e condecorações militares.<sup>940</sup>

Ao analisar a construção dos mitos no início do período republicano, José Murilo de Carvalho afirmou que

“heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua panteão cívico. [...] Herói que se preze tem que ter, de algum modo, a cara da nação. Tem que responder a alguma necessidade

---

<sup>938</sup> O discurso na íntegra pode ser encontrado no AGC, seção de manuscritos. "Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osório" - 4. 07. 87 ou ainda na edição do dia 13 de novembro de **O Paiz**.

<sup>939</sup> **O Paiz**, 12 de novembro de 1894. Biblioteca Nacional.

<sup>940</sup> Cf. **História dos monumentos do Rio**. Disponível em:

<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/04/monumento-general-osorio-na-praca-xv-de.html>. Acessado em 15 de novembro de 2019.

ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.”<sup>941</sup>

A idealização do Panteão de Osório tentou corresponder exatamente a essa noção de formação de mitos, uma espécie de empreendimento deliberado de reconstrução de uma memória que responde, as demandas e interesses políticos. A memória é, portanto, ativada visando algum controle do passado e assim, reformar o passado em função do presente via gestão de memórias, significa controlar a materialidade em que a memória se expressa, reatualizando com objetivo específico de rememorar ou esquecer. Nesse sentido, pensar essas construções dentro de seu contexto, nos mostra como a tentativa de controle da memória pode ter sido eficaz ou não.

---

<sup>941</sup> Cf. José Murilo de Carvalho. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2017, pp. 58-59.



## CONCLUSÃO

Não estou escrevendo sobre a guerra, mas sobre o ser humano na guerra. Não estou escrevendo a história de uma guerra, mas a história dos sentimentos [...] Por um lado, investigo o ser humano concreto, que viveu um tempo concreto e que participou de acontecimentos concretos; por outro, preciso distinguir neles o ser humano eterno. A vibração da eternidade. Aquilo que sempre existe no ser humano. Dizem: ah, mas memórias não são nem história, nem literatura. É só vida, cheia de lixo e sem limpeza feita pelas mãos do artista. [...] Esses tijolos estão espalhados por todo lado. Mas os tijolos ainda não são o templo.<sup>942</sup>

Esse trecho da obra de Svetlana Aleksievitch ilustra perfeitamente a proposta do nosso trabalho. A ideia não foi falar sobre a guerra, mas sobre quem fez a guerra e a memória por eles deixada, por mais que a mesma tenha sofrido apagamentos e transformações ao longo do tempo e de acordo com as vontades políticas. Ainda aproveitando o trecho do livro, aqui somos tijolos, não o templo. O que isso quer dizer? Que há muito para se pesquisar sobre a guerra da Tríplice Aliança e sobre a memória dessa guerra, e não tivemos a pretensão de esgotar o assunto, pelo contrário, que este trabalho possa servir de incentivo para outros mais e desta forma, tijolo por tijolo, possamos enfim construir o templo. Ao pensar na questão relacionada com a experiência, Reinhart Koselleck afirma que

Tecnicamente a guerra termina com o cessar fogo. Com isso, muda o *status* da consciência desse conflito. A experiência de guerra se transforma em memória. No entanto, a memória não é uma grandeza estável que continua a atuar de forma imutável. Ela está sujeita aos efeitos da guerra, que podem condicionar, recalcar e canalizar a memória, transformando as lembranças que se têm dela. Muitas coisas são esquecidas, outras permanecem fincadas na consciência como um espinho. Muitas coisas são recalçadas, outras são glorificadas. A guerra produz consequências que agem como um filtro entre as recordações e a consciência. Quando, então, analisamos seus efeitos sobre a consciência coletiva, precisamos diferenciar entre os efeitos causados pela guerra ainda durante sua ocorrência e os efeitos que devem ser considerados como posteriores. Trata-se, também aqui, em termos empíricos, de um processo contínuo, que só pode ser seccionado por uma questão de método. Encontramos aqui um dos problemas metodológicos mais difíceis quando tentamos isolar aqueles efeitos sobre a consciência que só ocorreram durante a própria guerra.<sup>943</sup>

Nesse sentido ele nos ajuda a pensar o quão difícil é retratar a guerra a partir das memórias, notadamente daqueles que dela participaram, devido a gama de sentimentos que podem sucedê-la, principalmente após o cessar fogo. A guerra, para aqueles que dela fizeram

<sup>942</sup> Svetlana Aleksievitch. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 18.

<sup>943</sup> Cf. Reinhart Koselleck. “Efeitos diacrônicos das guerras na consciência”. In **Estratos do Tempo. Estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014, p. 253

parte não se encerra no cessar fogo. Ensaíamos aqui o estudo da construção da memória da guerra da Tríplice Aliança, procurando formas e histórias que puderam ser transpostas no embate, nem sempre igual, entre os veteranos e o poder político. A disputa pela memória ultrapassa, em muitos sentidos, àqueles que dela tiveram sua experiência, ou ainda, é perpassada por uma seleção que pode levar ao esquecimento. Obviamente sabemos da impossibilidade de se contar toda a história da guerra, bem como, todos os personagens, o que queremos deixar claro aqui são as questões que nortearam as escolhas sobre o que se deve lembrar e o que se deve esquecer.

A dificuldade em pesquisar a memória da guerra não é tanto devida ao fato da disponibilidade de fontes, pois temos muitas possibilidades, cabendo ao pesquisador selecioná-las de forma a construir uma melhor percepção daquilo que se pretende analisar. A problemática, no entanto, se refere a como essa memória foi recebida, visto que a experiência de guerra não é igual para todos e a formação da consciência coletiva inexistente ao ponto que as “tarefas” em uma guerra e o modo de percebê-la se diferenciam de indivíduo para indivíduo, bem como se relacionam igualmente com sua condição social.

Não foi fácil selecionar, em um universo tão amplo, as temáticas e os exemplos que concorreram para elaboração da tese. Da mesma forma que a construção da memória, a escolha do historiador também provoca lembranças e apagamentos, no momento em que seleciona suas fontes em detrimento a tantas outras. Ao terminar a escrita sinto um vazio como se faltasse ainda falar de muitas coisas. Poderia por exemplo falar da poesia e dos hinos produzidos durante a campanha e que foram publicados e reproduzidos pelos jornais durante a década de 1930 no intuito de lembrança que já era evidente desde os anos de 1920. A mais conhecida delas, a cantiga de roda “*Fui no Itororó / beber água não achei / Achei bela morena / que no Itororó deixei*”, que qualquer criança ou adulto sabe cantar de cor mas que talvez não tenha ideia de qual a sua proveniência. Ela nada mais é do que uma cantiga entoada possivelmente pelos soldados após a vitória sobre os paraguaios na batalha de Itororó, em 1868, a primeira da chamada *dezembrada*: “*Eu fui lá no Itororó/ Beber água e não achei,/ Ver Moreno e Caballero,/ Já fui, já vi, já cheguei*”.<sup>944</sup>

Poderíamos ainda mencionar o Capitão Calixto Medeiros de Andrade, que acometido pelo cólera, foi abandonado junto aos outros no Cambaracê, mas sobreviveu ao ataque dos paraguaios voltando à tropa e terminando toda a Retirada da Laguna. Taunay mencionou o

---

<sup>944</sup> Sobre cantigas, hinos e poemas a obra de Pedro Calmon, “História do Brasil na poesia do povo”, que tem sua primeira edição publicada em 1929, e posteriormente publicado em no jornal “Correio da manhã” oferece inúmeras amostras de como a guerra acabou penetrando no imaginário popular. Hoje boa parte delas é desconhecida. Cf. Pedro Calmon. **História do Brasil na poesia do povo**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

evento “segundo o que mais tarde nos contou um dos pobres abandonados salvo por um milagre”, mas não retirou do anonimato o sobrevivente. Calixto foi “descoberto” em 1919 por Godofredo Rangel no interior de Minas Gerais, mas somente virou notícia ao final da década de 1930, devido ao efeito de rememoração da Retirada da Laguna, proposta pelo Estado Novo, quando da retomada do projeto para o Monumento à Laguna e Dourados, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro. O capitão voltou a ser mencionado em julho de 1937 devido a sua morte, com toda a rememoração do evento e da própria obra de Taunay.<sup>945</sup> Depois disso nenhuma outra menção foi feita ao seu nome. Como igualmente a Senhorinha Lopes, viúva do Guia Lopes, que faz parte do imaginário e da construção da guerra no Mato Grosso do Sul, sendo elevada quase que ao nível de heroína de guerra, mas que é desconhecida em outras regiões do país.<sup>946</sup> Memórias locais que não se tornaram nacionais, rememorações, apagamentos: sobre isso que falamos todo o tempo.

Existe ainda os anedotários, as cartilhas e as efemérides que buscaram ressaltar de forma simples e didática para o grande público, pontos da guerra de interesse político. Temos como exemplo o “Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança”, escrito por Eusébio de Souza, inserido na chamada “Biblioteca Militar” que inicia justificando a obra utilizando uma fala de Gustavo Barroso (“as anedotas pintam o caráter dos homens melhor que muitas páginas de psicologia”) e já demonstrando a intenção da publicação. Lançado pela Gráfica Laemmert, a mesma responsável pela maioria das obras desse tipo (o que inclusive possibilitaria uma ótima pesquisa), fora lançado em 1944, ainda durante o esforço pela Segunda Guerra Mundial, o que nos fornece uma possibilidade de intencionalidade da obra. Em suas páginas conta *causos* da guerra, do dia-a-dia do acampamento, com grande destaque dado à figura do general Osorio, caracterizado como alguém com grande senso de humor e Caxias como exemplo de trabalho, nortes do Estado Novo. Descreve igualmente algumas batalhas de maneira leve e até mesmo engraçada, com redação de fácil compreensão, além de possuir ilustrações.<sup>947</sup>

Pensamos que a ideia de legado poderia auxiliar na compreensão deste processo. Para isso as reflexões de Hall, Draper, McClelland, Donington e Lang no livro “*Legacies of British Slave-Ownership. Colonial slavery and the formation of Victorian Britain*” foram

<sup>945</sup> Affonso d’Escragnoille Taunay. **A retirada de Laguna**. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 137.

<sup>946</sup> Cf. Samuel Medeiros. **Senhorinha Barbosa Lopes. Uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai**. Mato Grosso do Sul: Life Editora, 2010. Existem diversas obras e artigos publicados sobre ela no estado, e o Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, desenvolve pesquisas a fim de construir sua memória como exemplo de atuação feminina na guerra.

<sup>947</sup> Eusébio de Sousa. **Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança(1865-1870)**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Editora, 1944.

extremamente pertinentes.<sup>948</sup> Mesmo trabalhando com a ideia de escravidão na Inglaterra, esse trabalho nos fornece alguns pontos interessantes pela forma como se estruturou. A partir da temática, os autores resolveram seguir o caminho feito por essas famílias de proprietários até os dias atuais para entender como se estruturaram na abolição. Com o nosso trabalho foi algo parecido, pois entender a rememoração e ausências, a partir dos usos políticos da memória da guerra, nos faz compreender igualmente a noção de legado, visto que em boa parte das discussões seguimos o fio condutor das propostas iniciais e, até mesmo das pessoas, a fim de compreender a forma como se deu todo o processo e suas conexões com o passado.

A constatação da ausência de trabalhos que examinem a construção da memória da guerra da Tríplice Aliança foi a provocação que estimulou nossa pesquisa. As pesquisas que temos sobre a guerra, versam em sua maioria, sobre aspectos pontuais como a atuação/participação dos jornais, a identidade da tropa, as obras de arte relacionadas, as questões políticas, mas ainda falta muito para compreendermos os motivos que levaram a essa disputa onde, por muito tempo, deixou-se de olhar para um material riquíssimo para o pesquisador. Desta forma, tudo que fora aqui levantado pretende colaborar nessa premissa, que, como já fora dito anteriormente, não se esgota nessas páginas. A preocupação não foi responder qual foi a memória criada, mas o significado dessas memórias, seu contexto de rememorações e qual a importância. A memória sempre terá relação com escolhas. Escolher também nos remete ao “esquecer”, visto que privilegiamos umas em detrimento das outras, sendo que a maioria das coisas é esquecida. Quando privilegiamos um tema, uma pessoa, uma obra, a sociedade já escolheu todo o panorama para elas. Nesse sentido, cada geração é inserida no estado de coisas e na memória já existentes. Cabe a todos nós, profissionais da história a tarefa de desmistificar a memória inserindo nela os dados necessários para a compreensão do passado de nossa sociedade, e, assim sendo, compreender as razões de suas escolhas para, quem sabe, dar voz àqueles que deveriam ser ouvidos pois nos tem muito à dizer.

---

<sup>948</sup> Cf. Catherine Hall et alli. **Legacies of British Slave-Ownership: Colonial Slavery and the Formation of Victorian Britain.** Cambridge: Cambridge U.P., 2014

## REFERÊNCIAS

A Batalha

A bomba

ABREU, Jonas da Silva. **O papel do cinema na construção da identidade da Cinelândia**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

ABREU, Márcia. “Letras, Belas Letras, Boas Letras” In: BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). **História da literatura: o discurso fundador**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ABREU, Maurício de A.. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

“A COLUMNNA COMMEMORATIVA (Chronica velha sisuda, em orthographia de hoje, que um vespertino desta cidade publicaria, em sua edição de 1º de Janeiro de 1877.)”. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Volume VI – 1917.

A Constituição

A Federação

AGULHON, Maurice Agulhon. **Histoire vagabonde**, Paris, Gallimard, 1988, 2 vol. 1.

ALEMBERT, Francisco. “O Brasil no espelho do Paraguai” In Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta; formação: histórias*. São Paulo: SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. “História a contrapelo segundo Monteiro Lobato”. Site do Projeto **Monteiro Lobato e outros Modernismos Brasileiros (1882-1948)**. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/monteirolobato/outros/ArtigoXico.pdf>

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALFREDO, Fátima. **Francisco Manuel Chaves Pinheiro e sua contribuição à imaginária carioca oitocentista**. Disponível em: [http://www.dezenovevinte.net/artistas/fmcp\\_fa.htm](http://www.dezenovevinte.net/artistas/fmcp_fa.htm);

ALVES, Álvaro. “O legado de D. Rosa da Fonseca: ‘Os que, com sacrifício da própria vida, ofertei à pátria’”. In **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol 153, 2º quadrimestre de 2017, pp. 23-29.

ALVES, Francisco das Neves. “Fontes para o estudo da história do Rio Grande do Sul no acervo da Biblioteca Rio-Grandense: o arquivo José Arthur Montenegro (levantamento parcial – iconografia e documentos avulsos)”. **Revista Biblos**, Rio Grande, número 17, p. 87–102, 2005.

ALONSO, Ângela. **As ideias em movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil – Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

A Ilustração Brasileira

ALMANAK LAEMMERT

Anais da Assembleia Provincial da Bahia

**Anais da Câmara do Império.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1870.

**Anais do Senado do Império,** Rio de Janeiro, 1870.

ANDRADA, R. B. S. C. & CASTRO, A. H. F. . “O pátio Epitácio Pessoa e seu arcervo”. [Mimeo]. Arquivo Histórico Museu Histórico Nacional.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de Andrade. **A Semana Ilustrada e a guerra contra o Paraguai: primórdios da fotorreportagem no Brasil.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, maio de 2011.

A Notícia

ANTUNES, Marcos Pereira Antunes. **Uma batalha simbólica: Memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930).** Dissertação de mestrado. Mato Grosso do Sul: UFGD, 2006.

A Província

A Razão

A Regeneração

A Reforma

A República

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

ARIÈS, Phillipe. **História da morte no ocidente.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico. Dilemas da subjetividade contemporânea.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

**Arsenal de Guerra** (1869). IG7 358

**Arsenal de Guerra.** Administração. Ajudante General (1870). IG2 22

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural.** Campinas: Unicamp, 2011.

ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires.** 1959, v. 1.

As Walkírias

**Ata da Comissão que se incumbirá de organizar a lista de nomes ilustres que poderão servir de patronos das escolas municipais e, bem assim, de empreender a revisão dos nomes dos atuais patronos.** Coleção: Prefeitura do Distrito Federal. Série: Instrução Pública. Notação: 15.3.27.

**"Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osório" - 4. 07. 87**

**Câmara Municipal/ Conselho de Intendência;** Série: Guerra do Paraguai; Notações: 42.3.19 e 44.1.47.

AZEVEDO, Joaquim Silvério de Azevedo. **Episódios militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

AZEVEDO, Pedro Cordolino. **A epopeia de Mato Grosso no bronze da história.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1926.

BACZO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Edmund Leach (org.). **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

**Balanco da Receita e Despesa do Império exercicio de 1872 – 1873 e 1874-1875**. Rio de Janeiro: Tyographia Nacional, 1876 e 1877.

**Balanco da Receita e Despesa do Império exercicio de 1874 – 1875 e 1875-1876**. Rio de Janeiro: Tyographia Nacional, 1878 e 1880.

BARRÈS, Maurice. **La terre et lês morts (sur quelles réalités fonder La consciense française)**. Paris: La Patrie Française, 1899.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras\\_completas\\_literatura\\_brasileira\\_e\\_portuguesa/LIMA\\_BARRETO/TRISTE\\_FIM/TRISTE\\_FIM.HTML](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/literatura/obras_completas_literatura_brasileira_e_portuguesa/LIMA_BARRETO/TRISTE_FIM/TRISTE_FIM.HTML).

BARROSO, Gustavo (João do Norte). **O Brasil em face do Prata**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

BAUER, Otto. “A nação”. In. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BERGER, Paulo. **Dicionário Histórico das ruas do Rio de Janeiro (I e II Regiões Administrativas – Centro)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora, 1974.

BESSONE, Tânia Maria Tavares. **Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

“Biographia do Tenente – General José Fernandes dos Santos Pereira.” **Revista do IHGB**, volume XLVIII, Tomo 2, Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1885.

BITTENCOURT, José Neves. **Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889)**. Niterói, UFF. Tese de doutorado, 1997.

BLOM, Philipp **Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOCAYUVA, Quintino. **Guerra do Paraguay: nova phase (carta a um amigo)**. Montevidéo: Typographia Sul Americana, 1869.

BÖGER, Astrid. **Envisioning the Nation: The Early American World’s Fairs and the Formation of Culture**. Frankfurt a. M.: Campus, 2010.

BOURDIEU, Pierre e DARBEL, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: EdUsp/Zouk, 2003.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo : T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRAHM, Jose Paulo Siefert; TAVARES, David Kiermes; RIBEIRO, Diego Lemos. “Um cemitério oitocentista: lugar de memória ou lugar de amnésia?” In. SANTOS, Amanda Basílio, BRAHM, José Paulo Siefert. **Morte & simbolismo na cultura ocidental**. Pelotas: BasiBooks, 2019.

BRANDÃO NETO, Geraldo. “Identidade e representação amazônica no conto O Voluntário de Inglês de Sousa.” Disponível em: <http://ojrbentes.blogspot.com/2016/09/>

BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos partidos e o Segundo Império**. Brasília: Senado Federal, 1979. SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbook, 1996.

BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1831**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1831.

BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1841** – tomo IV/ parte I. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1864.

BRASIL. **Coleção das Leis do Brasil de 1810**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1891.

BRASIL. Ministério da guerra. **Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Seção da Décima Terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João Lustosa da Cunha Paranaguá**. Tipografia Nacional, Rio de Janeiro, 1867.

BREZZO, Liliana M. “El Paraguay en cinco momentos historiográficos: retos y perspectivas”. In: CASAL, J.; WHIGHAN, T.. (Orgs.). **Paraguay: El nacionalismo y la Guerra – Actas de las primeras jornadas de Historia del Paraguay em la Universidad de Montevideo**. Asunción: Servilibro, 2009.

\_\_\_\_\_. **La devolución de los troféus de guerra**. Assuncion: ed. El Lector, 2013.

BRUGADA, Ricardo. Brasil-Paraguay. Rio de Janeiro, 1903. [http://www.archive.org/stream/brasilparaguay00bruggoog/brasilparaguay00bruggoog\\_djvu.txt](http://www.archive.org/stream/brasilparaguay00bruggoog/brasilparaguay00bruggoog_djvu.txt)

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BURKE, Peter Burke. **Testemunha ocular. História e imagem**. Bauru – São Paulo: EDUSC, 2004.

CALMON, Pedro. **História do Brasil na poesia do povo**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

\_\_\_\_\_. **A vida de D. Pedro II: o rei filósofo**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975.

CANDAU, Joel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

\_\_\_\_\_. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: EdUSP/Itatiaia, 1975.

\_\_\_\_\_. **Formação da literatura brasileira**. 6ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vol. 2.

CAPDEVILA, Luc & VOLDMAN, Danièle. **War Dead Western Societies and the Casualties of War (19th/20th centuries)**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. São Paulo: UNESP, 2008.

Carioca

**Carta a José Arthur Montenegro agradecendo o envio de livros e mapas, aprovando artigos publicados no Almanak, em especial o artigo do destinatário sobre o forte de Coimbra, em Mato Grosso; comentando algumas de suas publicações**. Localização: 050,001,008,n.007.



**Carta a José Arthur Montenegro comunicando o interesse de um literato japonês de traduzir a obra Inocência, de autoria do visconde; abordando assuntos sobre a Campanha das Cordilheiras e sobre a sua produção intelectual.** 050,001,008,n.018.

**Carta de Alfredo E. Taunay a P. Américo enviada do Paraguai,** Caraguatay, pasta M149.

**Carta a José Arthur Montenegro recomendando não usar linguagem figurada e enfática no trabalho desenvolvido pelo destinatário; comunicando que foi agraciado com o título de visconde de Taunay, com grandeza, a 5 de setembro de 1889; tecendo comentários sobre O Diário do Exército.** Localização: 050,001,008,n.002

**Carta de Caxias ao Barão de Muritiba.** Ofício confidencial – “Paré-cué, em frente a Humaytá”. 14/08/1868. código 924.

**Carta manuscrita, papel azul, ao Sr. Dr. Rebello, sobre detalhes da Batalha de “Caraguatay” (depois Campo-Grande ou Nhu-Guaçu, em língua guarany).** Rio de Janeiro, 8 de Novembro de 1869. Pasta M.149 / Doc. 7193.

**Carta-relatório manuscrita, de Almeida Castro,** enviada de Vila do Rosário, em 24 de fevereiro de 1870, respondendo às perguntas da carta de Pedro Américo (2 folhas. Pasta M.149 / Doc. 7193.

**Carta-relatório manuscrita, do Capitão Benedicto d’Almeida Torres,** enviada de Caraguatay ao mordomo do Conde d’Eu e depois entregue a Pedro Américo. Doc. 7278, Maço 156.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política.** Editora UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil – o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem e o teatro das sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_ e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil dos oitocentos – cidadania, política e liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas. O imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. **“Clamare agitar sempre”. Os radicais da década de 1860.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

\_\_\_\_\_. **Jovita Alves Feitosa. Voluntária da pátria, voluntária da morte.** São Paulo: Chão Editora, 2019.

CASCUDO, Luiz Câmara. **López do Paraguay.** Natal: A República, 1927. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1995. 114 pp. [edição fac-similar]

CASTRO, Celso. “Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro.” **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: FGV, vol. 14, nº 25, 2000.

**História dos monumentos do Rio.** Disponível em:

<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com/2011/04/monumento-general-osorio-na-praca-xv-de.html>.

**Catálogo das obras expostas no palácio da Academia Imperial das Bellas Artes em 15 de Junho de 1872** – Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1872

CATROGA. “O culto dos mortos como uma poética da ausência”. **ArtCultura**. Uberlândia, v. 12, nº 20, jan-jun 2010.

CELSONO, Conde de Affonso. **Visconde de Ouro Preto: excertos biográficos com acréscimos e anexos, entre os quais o “Advento da ditadura militar no Brasil”**. Porto Alegre: Livraria do Globo Barcellos, Bertaro & Cia, 1935.

\_\_\_\_\_. **A marinha d’outrora. Subsídios para a sua história**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da Marinha, 1981.

CERQUEIRA. Evangelista de Castro Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai**. Gráfica Laemmert Ltda: Rio de Janeiro, 1946.

CHALLOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “Uma batalha cromática: Victor Meirelles e a Passagem de Humaitá”. **XI EHA – Encontro de História da Arte** – UNICAMP, 2015.

\_\_\_\_\_. “Quando subordinados roubam a cena: a Batalha de Campo Grande de Pedro Américo. *sÆculum - Revista de História* [19]; João Pessoa, jul./ dez. 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

COELHO, Érico. “As mulheres e a guerra”. In **Revista do IHGB**, vol.80, 1916.

**Coleção Conselho de Intendência**. Série Guerra do Paraguai, notação 44.1.47.

**Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai”**. Iconografia-Localização: ARC.16-Vol.118.

COLLOR, Lindolfo. **No centenário de Solano Lopez**. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

**Comissão Representante do Imperio do Brazil na Exposição Universal**. Philadelphia, PA, 1876. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242450>. Acessado em 23/10/2018.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Oeiras: Cetta Editora, 1993.

**Convite para inauguração do monumento ao general Osorio**. Setor de Obras Raras.

CORREIA, Sílvia. **Políticas da memória da 1ª Guerra Mundial em Portugal (1918-1933). Entre a experiência e o mito**. Dissertação de doutoramento em História Política e Institucional Contemporânea. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010.

Correio da Manhã

Correio Nacional

Correio Paulistano

COSTA, Julia Furia. **O “Culto da Saudade”: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder – da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestre em História. 2013.

- COSTA, Wilma Peres Costa. “Taunay, Taunays: território, imaginários e escrita da nação”. In. BAREL, Ana Beatriz Demarchi e COSTA, Wilma Peres (orgs.). **Cultura e poder entre o Império e a República. Estudos sobre os imaginários brasileiros (1822-1930)**. São Paulo: Alameda Editorial, 2018.
- CORBIN, Alain. “Bastidores”. In PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- COUTINHO, Afrânio e SOUZA, José Galante de. **Enciclopédia da literatura brasileira**. 2ª ed. Vol 2 São Paulo/Rio de Janeiro: Global Editora, 2001.
- CREMONESE-ADAMO, Camila. **Fronteira, Mitos e Heróis: a criação a apropriação Da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso**. Dissertação. Programa de Pós – Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados: 2010.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Disponível em <http://cce.ufsc.br/ñupill/literatura/sertoos.html#nota>.
- CUNHA, Maria Teresa Cunha. “Diários pessoais. Territórios abertos para a História”. In. PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.
- CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos – arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume – FAPESP, 2002.
- DA COSTA, Francisco Felix Pereira. **História da guerra do Brasil contra as repúblicas do Urugua y e Paraguay**. Volume 4. Rio de Janeiro : Livraria A. C. Guimarães & C., 1871.
- DA CUNHA, Álvaro Saluan. **As litografias da Coleção “Quadros Históricos da Guerra do Paraguai” na década de 1870: projeto editorial e imagens**. Dissertação em História: UFJF, 2019.
- DA CUNHA, Álvaro Aluan. “Os quadros históricos da Guerra do Paraguay: projeto editorial e imagens”. In. **Revista Navigator:subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, V. 15, no 29, p. 22-37 – 2019, p. 12-14.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. “Metamorfoses do patrimônio”. In Márcia Chuva (org). **Revistado Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2012, nº 34.
- DA MATTA, Roberto. “A morte nas sociedades relacionais: reflexões a partir do caso brasileiro”, in **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro, Guanabara. Koogan, 1991.
- DA SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/ comemoração: as utilizações sociais da memória.” **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 4, 2002.
- DA SILVA, José Luís Rodrigues. **Recordações da Campanha do Paraguai**. Brasília: Editora do Senado, 2017.
- DA SILVA, Luiz Carlos. **Representações em tempos de guerra: Marinha, Civilização e o quadro Combate Naval do Riachuelo de Victor Meirelles (1868 – 1872)**. Dissertação apresentada à linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Paraná: UFPR, 2009

DE ALMEIDA, Lúcio Flávio de Almeida. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: EDUC, 1995.

DE BELLAING, Louis Moreau. “Mémoires de la mémoire : la commémoration”. In: *L'Homme et la société*, N. 75-76, 1985. Synthèse en sciences humaines. pp. 237-244.

**Cadernos do CHDD**. Fundação Alexandre de Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 3, nº5. Brasília / DF: A Fundação, 2004.

DE BOSIO, Beatriz Gonzalés de. **Los legionários**. Assunción: El Lector, 2013. Coleção 150 anos da Grande Guerra.

DE FARIAS, José Airton. **História da Sociedade Cearense**. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

DE OLIVEIRA, Raphael Braga. **Mar calmo nunca fez bom pintor: as pinturas de marinha de Eduardo de Matino (1868-1876)**. Monografia em História. Niterói: UFF, 2017.

DE SOUZA, Bernardino José. **Heroínas baianas: Joana Angélica, Maria Quitéria e Ana Nery**. São Paulo: Paralelo/MEC, 1936.

DE SOUZA, Inglês. **Contos Amazônicos**. Coleção Acervos Brasileiros. São Paulo: Cadernos do Mundo Inteiro, 2018.

DETIÉNNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

DE LOS RIOS FILHO, *Adolfo Morales*. *O Rio de Janeiro imperial*. Topbooks, Rio de Janeiro, 2000.

DE VILLENEUVE, Julio Constancio. **Relatório sobre a Exposição Universal de 1867 redigido pelo Secretario da Comissão Brasileira Julio Constancio de Villeneuve e Apresentado a Sua Majestade o Imperador pelo Presidente da Mesma Comissão Marcos Antonio de Araujo**. Paris: Typographia de Julio Claye, 1868a. Tomo I.

Diário Carioca

Diário de Belém

Diário de Notícias

Diário de Pernambuco

Diário do Rio de Janeiro

**Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense - Barão de Studart**. Disponível em <http://www.ceara.pro.br/cearenses/>.

**DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO – Verbetes – Primeira República**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.

DICK, Maria V. P. A. “Toponímia e cultura”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 29, p. 83-92, 1987.

DICKSON, Chris. **The foreing Burial of American war dead: a History**. McFarlane & Company Inc.: North Carolina, 2011.

**Discurso do deputado José de Alencar**. Câmara dos deputados, 19 de maio de 1870.

**Discurso do deputado José de Alencar**. Câmara dos deputados, 20 de maio de 1870.

**Discurso do senador Dantas na sessão do Senado de 20 de junho de 1870.** Anais do Senado. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1870.

**Discurso do senador Dantas na sessão do Senado 27 de junho de 1870,** Anais do Senado. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional, 1870.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **General Osório.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DUARTE, Paulo de Queiróz. **Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1982, volume 2 tomo I.

\_\_\_\_\_. **Sampaio.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

DUMANS, Adolpho. “O Museu Histórico nacional Através de seus 19 anos de Existência.” **Anais do Museu Histórico Nacional,** Rio de Janeiro, Vol. I, 1941.

**Duque de Caxias, a Cidade.** Câmara Municipal de Duque de Caxias. Disponível em: [https://www.cmdc.rj.gov.br/?page\\_id=1155](https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=1155) . Acessado em 14/01/2020.

DUQUE ESTRADA, Luiz Gonzaga Duque Estrada. **A arte brasileira, pintura e escultura.** Ed. Aos c. de T. Chiarelli, Campinas: Mercado de Letras. 1995. (1ª edição 1888).

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. 1).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização (vol. 2).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.

\_\_\_\_\_. **The Civilizing Process – sociogenetic and psychogenetic investigations.** Massachusetts: Blackwell, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Solidão dos Moribundos seguido de Envelhecer e morrer.** Zahar editora: Rio de Janeiro, 2001.

ELKIN, Noah Charles. “1922: o encontro do efêmero com a permanência”. **Anais do Museu Histórico Nacional.** Rio de Janeiro, Minc/IPHAN, 1997, volume 29.

ENDERS, Armelle. . “O *Plutarco Brasileiro*: A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado”. **Estudos Históricos,** 26, São Paulo, 2000.

ENDERS, Armelle. **A história do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os vultos da nação. Fábrica de heróis e formação dos brasileiros.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

Estado do Pará

FABRE, Daniel. “L’atelier des héros”. in Pierre Centerlivres; In FABRE, *Daniel* and ZONABEND, *Françoise*. **La fabrique des héros.** Paris, Ministère de la Culture/Éditions de la Maison des sciences de l’homme, Coll. « Ethnologie de la France », cahier 12, 1999.

FARIAS, Antonio Augusto Moreira de e PINTO, Rosalvo Gonçalves (org). **Lima Barreto: antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores.** Belo Horizonte: Ed. ViVa Voz / UFMG, 2012.

FLAUBERT, Gustave. **Correspondance**. v.3 Troisième Série (1854-1869). Paris: Bibliothèque – Charpentier, 1892.

FLETCHER, Jonathan. **Violence and civilization – an introduction to the work of Norbert Elias**. Cambridge, UK: Polity Press, 1997.

Folha do Comércio

Fon-Fon

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**. 23ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.

**Fundo Câmara Municipal. Série Monumento**. Notação 46.3.31

**Fundo Presidente da Província**. Notação 0069 – maço 5, caixa 24

GALLUCCI, Lisandro. “Nación, república y Constitución La Liga Patriótica Argentina y su Congreso General de Territorios Nacionales”. **Anuario de Historia de América Latina**. Volume 54, 2017. P. 306-337. Disponível em: <file:///C:/Users/Ana/Downloads/28-Texto%20del%20art%C3%ADculo-34-2-10-20171228.pdf>

Gazeta da Tarde

Gazeta de Notícias

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1987.

GRASSI, Clarissa. “Ressignificando o espaço urbano: educação patrimonial no cemitério municipal de São Francisco de Paula”. In **Revista Paisagens Híbridas**. Rio de Janeiro: UFRJ, vol1, nº 1, 2018, p. 104.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia de. “A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico”. In **Museologia e Patrimônio** - v.3 n.2 - jul/dez de 2010, p. 42-55.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes. **A Espuma das Províncias - um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte (1864-1930)**. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 2007.

GONÇALVES, Márcia Almeida. **Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa**. Rio de Janeiro: edUERJ, 2009.

GOYENA SOARES, Rodrigo. **Expectativa e frustração. História dos veteranos da Guerra do Paraguai**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017.

GOYENA SOARES, Rodrigo. **Diário do Conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GRASSI, Clarissa. **Guia de visitação ao cemitério municipal de São Francisco de Paula: arte e memória no espaço urbano**. Curitiba, 2014.

**Guerra do Paraguai.** Documento 2289/77-144-7043

Maço 137 – Documento 6703

**Guia da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 2 de dezembro de 1881.** Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Seiscentas Léguas a Pé.** Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1999.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro”. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada.** Vol. 2, nº 3 – agosto/dezembro 2007.

GUIMARÃES, Lucia Maria P. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In. **Revista do IHGB**, rio de Janeiro, jul-set 1995, n. 388, pp. 459-613.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective.** Paris: PUF, 1950.

\_\_\_\_\_. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sisou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Catherine et al. **Legacies of British Slave-Ownership: Colonial Slavery and the Formation of Victorian Britain.** Cambridge: Cambridge U.P., 2014

HEINEBERG, Ilana. “Miméticos, aclimatados e transformadores: trajetórias do romance-folhetim em diários fluminenses.” In: ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX.** Campinas: Mercado de Letras, 2008, P. 497-52.

HERKENHOFF, Rosa. “Subsídios históricos”. In. **Blumenau em cadernos.** Tomo XIX, outubro de 1978, nº10, p. 283-284.

HERRARA, Luis Alberto. **El drama del 65: la culpa mitrista.** 2 ed. s.l.: s.e., 1927

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** – Tradução de Celina Cavalcante – São Paulo, 2012.

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes. **O General José Joaquim de Andrade Neves – Barão do Triunfo.** Biographia. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1869.

HONORATO, Manoel da Costa. **Descrição topográfica da ilha do BomJesus e doasilos dos inválidos da pátria.** *Typografia Americana: Rio de Janeiro, 1869.*

HOWART, G. & LEAMAN, O. “Verbete Memoriais de Guerra”. In: **Enciclopédia da morte e da Arte de Morrer.** Lisboa: Quimera Editores, 2001, p. 346-347.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IMPÉRIO. **Relatório do Ministério da Guerra,** 1865.

IMPÉRIO. **Relatório do Ministério da Guerra,** 1871.

IMPÉRIO. **Relatório do Ministério da Guerra,** 1872.

IMPÉRIO. **Relatório do Ministério da Guerra,** 1874.

IMPÉRIO. **Relatório do Ministério da Guerra**, 1877

IMPÉRIO. **Relatório do Ministério da Guerra**, 1884,.

IZECKSOHN, Vitor. “Recrutamento Militar no Rio de Janeiro durante a Guerra do Paraguai”. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.) **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2004.

JANCSÓ, I. (org). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

Jornal da Bahia

Jornal das Famílias

Jornal da Tarde

Jornal do Comércio

Jornal do Brasil

Jornal do Recife

JOURDAN, Emilio Carlos. **História das campanhas do Uruguay, Matto-Grosso e Paraguay: Brazil, 1864- 1870**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

JULIÃO, Letícia Julião. “O Sphan e a cultura museológica no Brasil”. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 141-161.

JUNIOR, Boccanera. **As telas históricas do Paço Municipal da Bahia:biographias enotícia histórica do Paço**. *Bahia*: Typ.Commercio, 1922.

KNAUSS, Paulo. “A festa da imagem. Afirmção da escultura pública no Brasil do século XIX”. In: **Desenovevinte (19&20)**, vol 4. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/pknauss.htm>.

\_\_\_\_\_. “A imagem recusada: a estátua equestre de D. Pedro II”. **Revista Primeiros Escritos**. Niterói: LABHOI, nº 7, julho de 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006

\_\_\_\_\_. **Estratos do Tempo. Estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2014.

KRAAY, Hendrik.**Days of National Festivity in Rio de Janeiro, 1823–1889**. Stanford: Stanford University Press, 2013.

KURI, Lorelai e AMADEO, Maria Eliza. **O Catálogo de Exposição de História do Brasil (1881)**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-catalogo-de-exposicao-de-historia-do-brasil-1881/>.

Lavoura e Comércio

LEMOS, Miguel. **À nossa irmã: a República do Paraguai**. Apostolado Positivista do Brasil, nº 48. Rio de Janeiro: Capela da Humanidade, 1894.

\_\_\_\_\_. **A propósito da transladação dos restos dos Almirantes Barroso e Saldanha**. Apostolado Pozitivista do Brasil, n. 260, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1908.



LEMOS, Renato. **Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: IPHAN, Museu Casa Benjamin Constant, 1999.

LESSA, Monica Leite e FONSECA, Silvia Carla P. de Britto (orgs). **Entre a monarquia e a República – imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

LIBANO, Carlos Eugênio. “Golpes de mestres”. **Revista Nossa História**, Rio de Janeiro: Editora Vera Cruz, 2004.

LIMA, José Francisco. **Marquês de Tamandaré Patrono da Marinha (seu perfil histórico)**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1983.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: CEM, 1967.

“**Livro de Atas das sessões da comissão do monumento ao general Osorio**”. Notação: 46.3.41

**Livro de termo de abertura e aceitação de ruas (1833-1883)**. Fundo: Câmara Municipal. Coleção: Conselho de Intendência. Série: Logradouros Públicos, notação 32.2.37 e 32.1.13.

**Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP**. Livro nº 01 (1866-1885).

**Livro de registro das ordens do dia do comandante do AIP. (1892-1930)**.

LOBATO, Monteiro. **Negrinha**. São Paulo: Record, 1974.

\_\_\_\_\_. **A Onda Verde**. 1ª edição. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922.

\_\_\_\_\_. **A Onda Verde e o Presidente Negro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951.

\_\_\_\_\_. **Memórias da Emília**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936.

LUKACS, G. **Le roman historique**, Paris, Payot: 1965.

MAESTRI, Mário. **Guerra no Papel: história e historiografia da guerra no Paraguai**. Porto Alegre, FCM, 2014.

MALAN, Alfredo. **Heroes esquecidos. Refazendo o itinerário da Retirada da Laguna**. s/l. 1926.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEDEIROS, Samuel. **Senhorinha Barbosa Lopes. Uma história da resistência feminina na Guerra do Paraguai**. Mato Grosso do Sul: Life Editora, 2010.

MELLO JR, Donato. “Temas Históricos.” In: ROSA, Angelo e outros. **Victor Meirelles de Lema (1832-1903)**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

**Memorial fluminense para o ano de 1893**. Rio de Janeiro: Laemmert & Comp. Ed. 1893. Repositório das ruas do Rio de Janeiro.

MENDONÇA, Alaor Guimarães. **Monumento aos Heróicos Retirantes de Laguna**. Publicação da Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, 1984.

\_\_\_\_\_. **História sobre a passagem, em Monte Alegre de Minas, das tropas brasileiras na guerra do Paraguai**. Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas. Novembro de 1984.

- MENDONÇA, Estevão. **Datas mato-grossenses** I volume, 2ª edição, 1973.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- Monumentos da Cidade**. Rio de Janeiro: S. A. Diário de Notícias, 1946.
- Monumento a Osorio**. Setor de manuscritos. Notação: 46.3.34.
- MORAES FILHO, Evaristo de. **As idéias fundamentais de Tavares Bastos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- MOREL, Marco. “O mau selvagem: índios invisíveis no Romantismo brasileiro”. In.
- MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- Ministério da Marinha** – XM 676.
- Ministério da Guerra** – Arsenal de Guerra. (1865). IG7 383.
- Ministério da Guerra**. Arsenal de Guerra (1886). IG7 174.
- Ministério dos Negócios da Guerra**, averiguação sobre os tumultos de 10 de julho de 1870.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira**. Porto Alegre: Est Edições, 1997.
- MOSCOVI, Serge Moscovi. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOTTA, Antônio. **À flor da pedra: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2008.
- MURATORI-PHILIP, Anne. **Histoire des invalides**. Librairie Académique Perrin, 2001.
- MUSIL, Robert. **Obra póstuma em vida**. Reinbeck: Rowohlt, 1978.
- MUZART, Zahidé Muzart. “Do navegar e dos navegantes”. In CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres. 2000.
- MUZZI, Amanda. “Jacobinos: abordagem conceitual e performática”. In **Cantareira**, Niterói, edição 13. Disponível em [www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13](http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao13). Acessado em 15 de novembro de 2019.
- NEVES DOS SANTOS, Luiz Eduardo. “Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão”. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 28.
- NEVES, Margarida de Souza. **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 1a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4.
- NORA, Pierre (org.). **Les Lieux des Mémoires**. Paris, Gallimard, 1984, 1º Volume.
- O Alabama
- O Auxiliador da Indústria Nacional
- Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro
- O Comentário

O Conservador

O Correio Paulistano

O Cruzeiro

O Despertador

O Dia

O Estado

**Ofícios Antônio Carneiro Leão.** Ministério da Guerra. IG1 481.

**Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, José Alexandre Teixeira de Melo, solicitando a cópia de algumas obras para seu trabalho sobre a guerra do Paraguai, e um volume dos anaes desta Biblioteca.** Manuscritos, loc. 48,1,002 n°029.

**Ofício ao Diretor da Biblioteca Nacional solicitando a cópia de algumas obras.** 16/11/1895. Localização: 48,1,002 – n° 029.

**Ofício de Paranhos para Muritiba.** Assunção, 01/10/1869, caixa 811, pasta 2.

**Ofício do Conde d’Eu para o Ministro da guerra.** Vila do Rosário, 27/01/1870. códice 547, vol.20.

**Ofícios endereçados ao Conde d’Eu.** 10 de dezembro de 1869. Manuscritos. Localização 34,03,006 – n° 29. Biblioteca Nacional.

O Imparcial

O Jornal

O Liberal do Pará

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As Festas que a República Manda Guardar.” **Revista de Estudos Históricos**. v.2, n. 4, 1989. disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>

OLIVEIRA, Maria da Glória Oliveira. **Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. “A publicação de narrativas testemunhais de veteranos da Guerra do Paraguai na Revista do Exército Brasileiro. O projeto de construção de uma memória oficial (1882-1889)”. **Ars Historica**, v. 1, n°2, jul-dez 2010.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **As armas e as letras: a guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado em História Social, PPGHIS/UFRJ, 2011.

O Malho

O Mosquito

O Paiz

Opinião Catarinense

**O Povir**

O publicador maranhense

### **Ordens do Dia do AIP para o ano de 1869.**

Ordem do dia nº 2 – Acampamento das forças expedicionárias do 2º corpo de operação ao sul da Província no Barrote. 24/06/1867. Documento avulso, lata 1867-b

ORIÁ, Ricardo. “Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História.” **Revista História Hoje**, v. 3, nº 6, p. 43-66 – 2014.

O soldado e o marinheiro

O Radical

O Século

PACHECO, Marcelo. “Apuntes para una biografía”. LOPEZ, Candido. **Proyecto cultural artistas del Mercosur. Colección Museo histórico Nacional**. Óleo sobre tela. Banco Velox: Buenos Aires, 1998.

**Papeis sobre o projeto e execução da estátua do General Osorio**. Fundo: Câmara Municipal. Coleção Prefeitura do Rio de Janeiro, Série Estudos. Notação 48.1.68.

PERARO, Maria Adenir. **Farda, saias e batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1853-1890)**. Curitiba: 1997. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, UFPR.

PEREIRA, Antônio Batista. **Pelo Brasil Maior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira Brasileira, 1934, vol. 21.

PEREIRA, Armando de Arruda. **Heróis abandonados. Peregrinação aos lugares históricos do Sul de Matto Grosso**. São Paulo: Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1925.

PILLOTO, Oswaldo. **100 anos de imprensa no Paraná**. Paraná: edição do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, 1976.

PINTO, Danilo César Souza. “Etnografia de Espaços Estatais: Os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo”. **Ponto Urbe** [Online], 16 | 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2702> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2702.

PIOVEZAN, Adriana. **Morrer na guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967)**. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014.

PLUM, Werner. **Exposições Mundiais no Século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung, 1979.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed. Vértice, n.3, p.3-15, 1989.

PONTES, Carlos. **Tavares Bastos (Aureliano Cândido): 1839-1875**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

PORTO-ALEGRE, Araújo. “**Os Voluntários da Pátria – drama em 3 atos**”. Lisboa, 1877.

**Prefeitura do Distrito Federal**. Série: Limpeza Pública. Notação 31.2.51. 20 de julho de 1895.

RAMOS, Everardo. “Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850): imagens esquecidas, imagens desprezadas”. **Revista Escritos - FCRB**: Rio de Janeiro, Ano 3, n. 3, 2009, p. 285-309. Disponível em:

[http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB\\_Escritos\\_3\\_14\\_Everardo\\_Ramos.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB_Escritos_3_14_Everardo_Ramos.pdf)

RANGEL, Alberto. **Gastão de Orléans (o último Conde d'Eu)**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.

RANGEL, Marcio; NASCIMENTO JR., José do. “Trajetória da política nacional de museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro”. In GRANATO, Marcus (org). **Museologia e Patrimônio**. Coleção MAST: 30 anos de pesquisa. Volume 1. Rio de Janeiro: 2015.

REIS, João José. **A morte é uma festa: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RENAN, Ernest. “O que é uma nação?”. Tradução de Samuel Titan Jr. **Revista Plural. Sociologia**: USP. São Paulo, vol. 4; 154-175, 1º semestre de 1997.

**Reportagem sobre a devolução de 50 mil documentos trazidos pelo Conde d'Eu após da Guerra do Paraguai e restituídos aquele país pela Biblioteca Nacional**. Manuscritos. Coleção Edmar Morel. Loc. 25,2,7,nº 49.

REPÚBLICA. **Relatório do Ministério da Guerra 1891**.

**Requerimento de Marcolino de Magalhães pedindo abolição dos festejos**. Bahia, 21 de janeiro de 1916. Manuscritos. Loc. I-46-18-5.

**Reservados e confidenciais – correspondência do comandante em chefe** . Vol. 4

Revista Americana

Revista Careta

Revista da Semana

**Revista do Exército Brasileiro**, janeiro de 1882. Biblioteca Nacional.

**Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, volume 159 (julho/setembro 1998).

Revista Kosmos

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. **Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. 11º ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Memória, história, esquecimento**. Conferência proferida Paul Ricoeur a 8 de Março de 2003 em Budapeste sob o título “Memory, history, oblivion” no âmbito de um Seminário internacional intitulado “*Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*”. Disponível em: [http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_ricoeur/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia).

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: M. Fontes, 2004.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos. A Sua essência e a Sua origem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. “Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX”. In LESSA, Mônica Leite e FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito.

**Entre a monarquia e a República. Imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889).** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares Dos Mortos Na Cidade Dos Vivos: Tradições e Transformações Fúnebres No Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, Claudia. “A criação dos cemitérios públicos do Rio de Janeiro enquanto “campos santos” (1798-1851). In. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nº 8, ano 2014.** P. 264-265.

\_\_\_\_\_. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

RODRIGUES, José Honório Rodrigues. **Teoria da história do Brasil. Introdução metodológica.** 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **Dois faces da morte: o corpo e a alma do Cemitério Nossa Senhora da Soledade, em Belém/PA.** Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Patrimônio Cultural) — IPHAN, Rio de Janeiro, 2014

RODRIGUES, Randy da Silva. **A escultura monumental em Belém do Pará. Três obras e um percurso romântico.** Dissertação apresentada como pré-requisito à obtenção do título de mestre em Ciências da Arte e do Patrimônio. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

ROMERO, Silvio. **Quadro synthético da evolução dos gêneros na literatura brasileira.** Porto: Chardon de Lelo & Irmãos, 1911.

RUAS, Tabajara. **Netto perde sua alma.** 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

RUDÉ, George. **A Multidão na História Estudo dos Movimentos Populares na França (1730 1848).** Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SABBINO, Ignez Sabbino. **Mulheres Ilustres do Brazil.** [prefacio de Arthur Orlando]. Rio de Janeiro; Paris: Editora Garnier, 1899.

SALIS, E J. **História de Bagé.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1955.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. **Guerra do Paraguai: memórias e imagens.** Fundação Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. “A Guerra do Paraguai, a “questão servil” e a questão nacional no Brasil (1866-1871)”. In PAMPLONA, Marco e STUVEN, Ana Maria (org). **Estado e Nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Diccionario bibliográfico brasileiro.** Tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883,

SÃO PAIO, João Zeferino Rangel de. **O quadro da batalha dos Guararapes, seu autor e seus críticos.** Rio de Janeiro: Tipografia João José Alvez, 1883.

SANTOS, Thomas Gomes dos. “Relatório do diretor da Academia das Belas Artes”. In: Paulino Jose Soares de Souza. **Relatório do ano de 1868 apresentado a Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 14ª legislatura**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1869.

SARLO, Beatriz. **O tempo passado: cultura memorialística e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

SCHLANGER-MEROWA, Michèle. **Lieu de memoire, lieux de amnésie. Memoire de maitrise d’ethnologie**. Paris: Université de Nice, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. Companhia das Letras: São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Império em procissão: ritos e símbolos do segundo reinado**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lima Barreto: Triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHULZ, John. **O Exército na política: origens da intervenção militar — 1850–1894**. São Paulo: ed. USP, 1994.

SCHUSTER, Sven. “A visão dos vencedores: o Brasil e a glorificação da Guerra do Paraguai nas Exposições Universais do século XIX”. **Revista Iberoamericana**, XVI, vol. 64, 2017.

**Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra**. Ofício circular. 24 de janeiro de 1870-Série **Guerra – Administração**. IG2, 22, fundo 9k

Semana Ilustrada

Sentinella do Sul

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVADO, Américo Brazílio. **A nova marinha. Resposta à Marinha d’ourora**. Rio de Janeiro: Carlos Schmidt, 1897.

SILVA, Raul de Andrada e. [Org.] **Baptista Pereira e São Paulo**. São Paulo: Banco Mercantil de São Paulo, 1981. [Centenário de Antônio Baptista Pereira].

SILVA, S. R. R. **A Representação do Herói na Arte Funerária do Rio Grande do Sul (1900 a 1950)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Ciências e Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SOARES, Ethiene Cristina Moura Costa Soares. **General Osorio e a República: um estudo sobre memória e política (1879-1930)**. Dissertação de Mestrado em História. UFRRJ, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal editora, 1977.

SOUSA, Eusébio de. **Anedotário da Guerra da Tríplice Aliança(1865-1870)**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Editora, 1944.

SOUZA, Adriana Barreto de Souza. “Osorio e Caxias: os heróis militares que a República manda guardar”. **Varia História**. Belo Horizonte, nº 25, julho de 2001.

SOUZA, Iara Lis Carvalho Souza. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831**. São Paulo: Unesp, 1998.

TAUNAY, Affonso d’Escragnolle. **Recordações de guerra e de viagem**. São Paulo: Weiszflog, 1920.

\_\_\_\_\_. **Recordações de guerra e de viagem**. São Paulo: Weiszflog, 1920.

\_\_\_\_\_. **Memórias**. São Paulo, Edições Melhoramento, s/d.

\_\_\_\_\_. **A retirada de Laguna**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

TEIXEIRA MENDES, R.. **Benjamin Constant: esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira**. 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1892; 2 ed. do 1º vol. Rio de Janeiro: Sede Central da Igreja Positivista do Brasil, 1913; e3 ed. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936.

\_\_\_\_\_. **Paraguai-Argentina-Brasil a confraternização Brasília-argentina, a independência da nossa cara irmã a República do Paraguai, e o cancelamento da sacrílega dívida resultante, para esta, da guerra fratricida entre ela e o Brasil, a Argentina e o Uruguai**. Apostolado Positivista do Brasil, n338, Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 1913.

TELLES, Ângela Cunha da Motta Telles. **Desenhando a nação: Revistas Ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870**. Brasília: FUNAG, 2010.

THOMPSON, George. **La guerra del Paraguay : acompañada de un bosquejo histórico del país y con notas sobre la ingeniería militar de la guerra**. Buenos Aires. Imprenta Americana, 1869, p. 22 Disponível em:  
<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01921400> - Brasiliana/USP.

TORAL, André. **Imagens em desordem: A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

TORRENS, Leonardo G. **Dívida e trophéos paraguayos e a propaganda no Brazil. Contendo alguns documentos e factos pouco conhecidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Montenegro, 1899.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos et al. **História e Imprensa representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.

Vida Fluminense

VILELA, Marilene Menezes. **Quando o dedo de Deus apontou a nossa província ao anjo da morte: a ocasião da varíola em Cuiabá (1867)**. Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2001.

VILELA, Urbano Lago. **Uruguiana, Atalaia da Pátria**. Versão digital, disponível em:  
<http://uruguianaatalaiadapatria.wordpress.com/165-2/>. Acessado em 05/09/2019.

VOLKS, Douglas Josiel. “Revista Careta e a sua visão sobre a sociedade brasileira: charges e estereótipos”. **Anais do II Simpósio Nacional de Educação**. Outubro de 2010. Disponível



em meio eletrônico. <http://cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/>. Acessado em 28 setembro de 2019.

VOLVELL, Michel. **As imagens e o imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX**. São Paulo: Ática, 1997.

WANDERLEY, João Mauricio. **Relatório do ano de 1868 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 14ª legislatura**. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869.

WEINER, Annette. **The troblanders of papua New Guinea**. Stanford University. 1987.

WELLER, Wivian. “A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim”. **Revista Sociedade e Estado** , vol. 25, n.2, mai/ago, 2010.

WHIGHAM, Thomas. **La guerra de la Triple Alianza: danza de muerte y destrucción**. Asunción: Taurus, 2012.

WILLIAMS, Daryle. “Ad perpetuam rei memoriam: The Vargas Regime and Brazil’s National Historical Patrimony, 1930-1945” In: **Luso-Brazilian Review**, volume 31, number 2, winter 1994.

WINTER, Jay. **Sites of memory, sites of mourning: the great war in European Cultural History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WITTMEN, Laura. **The tomb of Unknown soldier: modern mourning and reinvention of mystical body**. Toronto: University of Toronto Press, 2011.

ZORATO. Osvaldo Zorato. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. Tese de Doutorado. FFLCHJ/USP, São Paulo.